**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

YNAÊ LOPES DOS SANTOS

IRMÃS DO ATLÂNTICO

**Escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana
(1763-1844)**

(Versão Corrigida)

São Paulo, 2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

YNAÊ LOPES DOS SANTOS

IRMÃS DO ATLÂNTICO

Escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana
(1763-1844)

(Versão Corrigida)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Rafael de Bivar Marquese

São Paulo, 2012

*Aos meus pais, Ana e Luiz,
que me contaram as primeiras histórias
e ensinaram que elas podem
mudar sonhos e realidades.*

Sumário

Agradecimento.....	p. VI
Resumo	p. XI
Abstract	p. XII
Listas (Figuras, Mapas, Gráficos, Tabelas)	p. XIII
 Introdução	 p. 1
 Capítulo1: Chaves do Mundo Ibérico.....	 p. 25
A retomada.....	p. 26
Havana: de pérola das Antilhas a laboratório da Ilustração.....	p. 30
Antigos usos e as mesmas reivindicações de uma cidade escravista.....	p. 40
O prelúdio de uma nova escravidão em Havana.....	p. 61
A elevação.....	p. 66
E o Rio fez-se capital.....	p. 70
Ilustração e escravidão: espetáculos no Rio de Janeiro.....	p. 84
 Capítulo 2: Escravidão e Mundo Citadino em Meio às Revoluções.....	 p. 100
Haiti: medo, retórica e a escolha pela escravidão.....	p. 100
Na tessitura carica.....	p. 105
A corte e seu aparato.....	p. 118
Entre pompas circunstâncias e muitos escravos.....	p. 137
Interesses cruzados.....	p. 146
Os extremos da ilustração escravista.....	p. 149
Disseminação da escravidão em Havana.....	p. 161
Capital escravista de um Império em crise.....	p. 182
Aponte: ente a constituição e a escravidão.....	p. 192
 Capítulo 3: Nas Urdiduras do Urbano.....	 p. 205
Uma Havana de escravos e vadios.....	p. 205
Vives e a Havana escravista.....	p. 222
Herança e construção na escravidão do Rio.....	p. 236
A vigilância (na) capital de um Estado soberano.....	p. 254
 Capítulo 4: Cidades de <i>Plantation</i>.....	 p. 269
As vezes de feitor.....	p. 269
Usos e abusos na Havana de Tacón.....	p. 283
Escravidão em questão?.....	p. 290
 Considerações Finais.....	 p. 297
 Fontes.....	 p. 300
 Bibliografia.....	 p. 304

Agradecimentos

“Eu pensava, como pensava [...]. Tudo o que me vinha, era só entreter um planejado. Feito num traslo copiado de sonho, eu preparava os distritos daquilo, que, no começo achei que era fantasia; mas que, com seguido dos dias, se encorpava, e ia tomando conta do meu juízo: aquele projeto queria ser e ação! E, o que era, eu ainda não digo, mais retardo de relatar. Coisa cravada. Nela eu pensava, ansiado ou em brando, como a água das beiras do rio finge que volta pra trás.”

Guimarães Rosa, *Grandes Sertão: Veredas*.

Nos últimos anos, Havana e Rio cravaram meu juízo e minha fantasia. Brandura e ansiedade foram alguns dos lugares que estive durante esse traslo que só acaba quando o ponto final se faz mais necessário do que um novo parágrafo. E se hoje o projeto tornou-se ação relatada, é porque não estive sozinha.

Rafael de Bivar Marquese me acompanhou durante todo o percurso, talvez mais do que ele mesmo imagine. A retidão e a seriedade com a qual trata o saber histórico foram o farol dessa minha travessia. Com sua orientação, histórias que pareciam distantes se cruzaram, e o Atlântico revelou-me sua dimensão oceânica. E se outrora lhe agradeço por me fazer enxergar *além*, hoje o faço por me ajudar a compreender que esse *além* muitas vezes é que se busca.

À FAPESP fica o agradecimento não só pelo financiamento de toda minha trajetória acadêmica, mas pela aposta feita em pesquisadores brasileiros cujas pesquisas ultrapassam as fronteiras nacionais.

Nas terras além-mar encontrei diversos tipos de ajuda. Em Sevilha, as arquivistas do *Archivo General de Las Índias* me ajudaram a localizar parte da documentação utilizada na pesquisa, indicando o *caminho das pedras* deixadas por outros estudiosos. Em Madri, as conversas com a professora Consuelo Naranjo foram fundamentais para que eu começasse a compreender, efetivamente, o lugar que Cuba ocupou no Império espanhol. Graças à sua ajuda, localizei diversos documentos no *Archivo Nacional* de Madri e pude usufruir da Biblioteca do Centro de Ciencias Humanas y Sociales. Leida Fernandez, permitindo que compartisse de sua casa e do seu trabalho, me fez conhecer um pouco de uma Havana ainda distante.

Em Cuba, pude vivenciar muitas instâncias do afeto caribenho. No Instituto Juan Marinellos contei com a ajuda e a paciência de Suchely Gonzalez e Liudmila Rodney que acompanharam todo o processo de solicitação do meu visto e garantiram que eu ficasse muito bem acomodada em Havana. José y Pilar me acolheram em seu palacete de paredes azulejadas e me apresentaram o bom e o ruim dos “ismos” de Cuba. O professor Carlos Venegas, de uma generosidade sem igual, compartilhou parte de seu vasto conhecimento sobre Havana, me apresentou o *Archivo Nacional de Cuba* e, vez por outra, me visitava para ter certeza de que tudo andava bem. Numa manhã ensolarada de Havana, a professora Maria Carmen del Barcia me ajudou a entender um pouco mais da intrincada rede de solidariedade criada pela *población de color* da cidade, apresentando outras facetas da escravidão em Havana. No *Archivo Nacional de Cuba* contei com a ajuda de funcionários que fizeram mais do que precisavam para me auxiliar na pesquisa das centenas de *legajos* examinados. E, mesmo à distância, contei com o conhecimento e a competência de Aisnara Perera Días e María de los Ángeles Meriño Fuente, que coletaram o material que faltava para a pesquisa.

Dos passeios por *La Habana Vieja* e dos sorvetes diários na *Coppelia* nasceu a amizade com Rodrigo Lopes de Barros. A ele agradeço por ter compartilhado sorrisos e espantos na *ilha de Fidel* e por ter feito jus a seu título do “homem dos dez mil livros”, enviando-me toda a bibliografia cubana que não estava disponível no Brasil.

Em longas jornadas, muitas vezes perde-se o rumo. Daí o agradecimento especial aos professores Jaime Rodrigues e Paulo Garcez Marins durante meu exame de qualificação. Os dois, sublinhando as instâncias do trabalho que julgavam mais relevantes, me ajudaram a reorientar meus escritos e pesquisas na busca de um norte possível. Outros professores também muito me auxiliaram. Fania Fridman alertou-me que o estudo de cidades muitas vezes pode nos enredar, e que por isso é necessário foco. Matt Child, Jane Landers e Sidney Chalhoub foram extremamente generosos ao compartilhar trabalhos ainda inéditos que muito me auxiliaram. E quando eu ainda engatinhava nos estudos sobre Havana, Dale Tomich foi preciso e generoso em seu alerta quanto à necessidade de relacionar a “evolução urbana de Havana” com o papel que ela exercia no Mundo Atlântico. À Andrea Slemian, Carlos Bacellar e Ricardo Salles, agradeço o aceite em fazer parte da banca de defesa.

Graças a muitos amigos (antigos e novos) as tantas travessias da Dutra durante esses quatro anos e meio ganharam leveza e felicidade, a ponto de ter o privilégio de não ter um lado preferido. Pizzas, cafés, conversas rápidas (e demoradas), sorvetes e açaís foram desculpas pra encontrar pessoas que entendiam, ou tentavam entender, minhas ausências. Começamos pelo lado SP da Dutra. Meus queridos Érik Hörner e Rodrigo da Silva, agradeço pelo *de sempre*. Juliana Bevilaqua, colega de turma que virou amiga, me ajudou a ver as auguras da vida de doutoranda de forma mais leve e divertida. Thiago Nicodemo confortou-me dizendo que tudo acabaria bem. As angústias do doutorado foram boas desculpas para as ótimas conversas com Thais Nicodemo. À Luiza Proença, agradeço pela torcida constante. À Petra Costa sou grata pela *Busca Vida*. Nas conversas de “balzacas”, com Dani Montans, a risada era coisa certa, e ela também me ajudou a fazer o *pit stop* necessário pelo *Reino Perdido do Beleléu* antes da reta final. Ao Waldomiro Lourenço, com quem compartilho orientador e a escolha pelas histórias do Brasil e de Cuba, fico especialmente grata pelos livros e documentos emprestados.

No lado carioca da estrada também há muito que agradecer. À minha avó Helena, minha tia Rita, meu primo Kadu e meu irmão Pablo sou grata por compreenderem que mesmo morando na mesma cidade, muitas vezes tive que me fazer distante. Nenhuma área de serviço foi palco de tantas conversas, debates e desabafos como a do oitavo andar *angrense*; por isso, aos meus vizinhos e amigos Maysa Salles e Kadu Machado agradeço por todas as cebolas e sabão em pó emprestados, pelos litros de mate natural, mas, sobretudo por fazerem a minha morada menos solitária. À Emeline, Leandro, Irene, Laryssa, Maria, Conceição, Paty, Niandra, Izabel, Cecília, Silvia, Bruno, Nádia (e o Glauco!) - os meus queridos *bailarinos angel 2010* – agradeço por terem sido a turma que sempre quis ter. Ao José Renato Baptista, o Zé, fica a felicidade em saber que sempre posso contar com sua ajuda. À Fabiana Maranhão sou grata pela amizade itinerante, com a certeza de que distância alguma muda o que construímos, e que ela e Paulo Lins sempre me receberão de portas abertas. A Juliana Farias, com quem divido objetos de pesquisa, agradeço pelas fontes indicadas e emprestadas, e também pelas tantas conversas que anuviaram a pressão. Tila Teixeira me ajudou a encontrar força nos momentos de respiro. À Renata Moraes, com quem compartilhei prazos, tensões e boas risadas, agradeço pela cumplicidade na nossa reta final e pela certeza de que teremos muito que comemorar.

Agradeço também os tantos incentivos dos meus colegas parquianos. Mas, para além dos muros da escola, muitos estiveram ao meu lado. Ao Giocondo Magalhães sou grata não só pelo nosso escambo simbólico de quilômetros e páginas, mas pela aposta feita em mim, sempre acompanhada pelo alerta - com a exatidão que lhe é peculiar -, que antes de tudo houve uma escolha, e que ela foi minha. Ao mestre e amigo Luis Affonso, cujo incentivo muitas vezes foi meu descanso, agradeço por compartilhar a generosidade daqueles que sabem e a sabedoria dos que ensinam. Ao Tiago Lessa, que trouxe leveza nos momentos finais da tese, fica aqui o registro dos “desagradecimentos” prometidos. À Helen Queiroz, amiga de estrangeirismos e gerúndios, agradeço por todo o apoio e por me ajudar a enxergar os outros (en)cantos da palavra. Tula Axioteles, de uma força e generosidade ímpar, me mostrou que a amizade muitas vezes está no que não se pode ver. E à Gilda Longo, meu aconchego carioca, agradeço não só por alargar minha definição de amizade, mas por lembrar que depois de ponto final, pode sim haver um novo parágrafo, basta querer.

Quando Marx afirmou que a história se repete - primeiro como tragédia e depois como farsa -, ele não levou em consideração que, em alguns casos, o indivíduo pode sim, fazer toda a diferença. E quando este indivíduo atende pelo nome de Rita Lamy, palavras como tragédia e farsa não fazem o menor sentido. Mais uma vez, a Rita trouxe com ela sorrisos e muitos assuntos, lembrando que as amizades feitas no litoral duram, e que a solidão da escrita poderia sempre ter pausa para um café.

Dos presentes que o Rio me deu, Achilles Chirol é um dos mais valiosos. Amigo para todas as horas, Achilles foi responsável por boa parte da diversão nos momentos além-tese, mas também ombro amigo em horas difíceis. Suas caronas, jantares e ligações semanais diretamente da Av. Brasil foram lembranças felizes do mundo lá fora.

Julia Galli O'Donnell resignificou duas palavras durante essa jornada: amizade e generosidade. Quando eu ainda nem sabia como iria precisar dela, lá estava a Julia, literalmente de portas abertas, insistindo pra que eu fizesse da sua casa meu lar. E se, para mim, o *Rio de Janeiro continua sendo* (muito além de fevereiro e março), ela é uma das grandes responsáveis. Não só por me deixar entrar, por insistir que eu ficasse, mas, sobretudo por me apresentar “Rios” e gentes que só uma antropóloga-historiadora consegue identificar.

E dessas gentes, uma merece um agradecimento especial. Leonardo Pereira, o Leo, foi figura importante neste *tempo de doutorado*, sendo um amigo querido, além de um excelente historiador. Mal sabe ele como sua certeza de que tudo terminaria bem foi, muitas vezes, um importante alento.

Uma amizade que começa sob a benção de Todos os Santos, na cidade que carrega o nome de Salvador, não pode ser uma simples amizade. Se um dia resolvêssemos escrever as muitas horas de risadas, angústias, conselhos ou a mais deliciosa “conversa jogada fora” teríamos uns três ou quatro tomos pra revisar. Por isso agradeço à Giovana Xavier pelo companheirismo irrestrito que, assim como nossas pesquisas, atravessou fronteiras e ganhou dimensões Atlânticas. Se muitas pessoas me ajudaram a compor parte desse trabalho, Giovana me ajudou a ser quem sou, com todas as dores e delícias. E se tudo isso não bastasse, me agraciou com o convite de fazer parte da família que ela está começando. E aquilo que era amizade virou também compadrio.

E para o Peri, que chegou “nos finalmentes”, fica a confiança feliz dos novos começos.

A quem diga, que a única coisa melhor que fazer novos amigos é conservar os antigos. Por isso, à Cristina Fiorini, Mariana Proença e Miruna Genuino - que me conheceram quando a História era uma dentre as tantas matérias escolares - agradeço pelos vinte anos de amizade e pela certeza de que elas estarão ali, ao meu lado, onde quer que isso seja.

Minha família é meu *Porto Seguro*. Aos meus irmãos, Uyrá e Kauê, que na idade adulta, mostram-se também grandes amigos, sou grata por toda a história compartilhada, mas, sobretudo, por me lembrarem *o que realmente importa*. Aos meus pais, Ana e Luiz, há tanto para agradecer, que toda palavra é pouca. Tudo o que foi feito, tudo o que foi dito e ainda o que ficou calado em nome do amor que só eles sentem por mim foi alimento para a escrita de cada uma dessas páginas. Por isso, este trabalho é dedicado aos dois. E se, como disse o poeta português, “todo cais é uma saudade de pedra”, minha família é, sem dúvida alguma, o melhor motivo das minhas saudades.

Resumo

A presente tese de doutorado pretende analisar as razões que levaram Rio de Janeiro e Havana a se constituírem como as maiores cidades escravistas das Américas. O recorte inicial da pesquisa é o ano de 1763, quando as duas cidades transformaram-se em localidades-chave nos Impérios Ibéricos graças ao reordenamento das possessões europeias no Novo Mundo. Ainda que em meados do século XVIII Rio e Havana tivessem relações distintas com a escravidão, o que se observa a partir de 1763 é que o cativo urbano tornou-se cada vez mais importante para o funcionamento das duas cidades. Tal importância passa a ser operada em outra escala na última década do setecentos, principalmente após a rebelião dos escravos de Saint-Domingue (1791), quando uma série de Revoluções assolou o Mundo Atlântico questionando a totalidade do Antigo Regime. A despeito do movimento abolicionista e das independências americanas, as elites coloniais do Rio e de Havana conseguem refazer suas relações com o poder metropolitano em defesa da manutenção da escravidão e do tráfico transatlântico, que começou a ser operado numa escala nunca vista. Como espelhos que refletiam a escolha política e econômica feita pelas elites luso-brasileira e cubana, Rio de Janeiro e Havana tornaram-se não só importantes portas de entrada para os africanos escravizados, como urbes que dependiam cada vez mais de braços escravos para funcionar. Nem mesmo a assimetria política gerada em 1808 (quando o Rio de Janeiro deixou de ser capital colonial para transformar-se em Corte) alterou a forma sincrônica, e muitas vezes dialógica, por meio da qual as duas cidades lidaram com a escravidão. As semelhanças na articulação entre espaço urbano e cidade vigoraram até a década de 1840, momento em que Rio de Janeiro e Havana passaram a dividir o pouco honroso título de maiores cidades escravistas do Novo Mundo. O ano de 1844 foi especialmente relevante, pois a Rebelião de *La Escalera* em Havana e os novos rumos nos debates parlamentares para o fim do tráfico no Rio anunciavam mudanças que alterariam o peso da escravidão no espaço citadino. A análise sincrônica deste longo processo foi feita, sobretudo, a partir do exame de documentos que tratassem da instância urbana dessas duas cidades, mas que, ao mesmo tempo, permitissem compreender as relações das urbes com as unidades políticas que faziam parte. Por isso, a maior parte das fontes consultadas foram os documentos produzidos pelos órgãos que administravam as instâncias “municipais” do Rio de Janeiro e de Havana, sobretudo aquelas que diziam respeito ao governo dos escravos. Acreditasse, pois, que a escolha por essa tipologia documental permitiu a análise de três dimensões da escravidão nessas duas cidades: o cotidiano das relações escravistas em cada uma das cidades; o peso do cativo citadino como parte constitutiva das histórias do Brasil e de Cuba; a singular paridade que fez do Rio de Janeiro e de Havana *irmãos do Atlântico*.

Palavras-chave: Espaço urbano, escravidão, Rio de Janeiro, Havana, Mundo Atlântico.

Abstract

This doctoral thesis aims to analyze the reasons that led Rio de Janeiro and Havana to become the major slave cities in the Americas. The starting point of the research is the year 1763, when both cities became key locations in the Iberian Empires due to the reorganization of European possessions in the New World. Although in mid-eighteenth century Rio and Havana had different relations with slavery, it is noticed from 1763 that the urban captivity became increasingly more important to the functioning of the two cities. Such importance starts to be observed on another scale in the last decade of the Seven Hundreds, especially after the slave rebellion in Saint-Domingue (1791), when a series of Revolutions ravaged the Atlantic World questioning the whole of the Old Regime. Despite the abolitionist movement and American independences, the colonial elites of Rio and Havana manage to rebuild their relationships with the metropolitan power in favor of maintaining slavery and the transatlantic slave trade, which began to be operated on a scale never seen before. As mirrors reflecting the political and economic choice made by Luso-Brazilian and Cuban elites, Rio de Janeiro and Havana have become not only important entry points to the enslaved Africans, but also large urban areas that increasingly depended on slave arms to work. Not even the political asymmetry generated in 1808 (when Rio de Janeiro turned from being the colonial capital to being the Royal Court) modified the synchronous and often dialogical way through which the two cities have dealt with slavery. The similarities in the relationship between urban space and city existed until the 1840s, which was the moment at which Rio de Janeiro and Havana began to share the little honorable title of largest slave cities of the New World. The year 1844 was particularly relevant, since the Rebellion of *La Escalera* in Havana and the new directions in parliamentary debates regarding the end of trafficking in Rio announced changes that would alter the weight of slavery in the city space. The synchronic analysis of this long process was done primarily through the examination of documents that addressed the urban context of these two cities, but at the same time allowed one to understand the relations between the large urban areas and the political units that were part of them. Therefore, most of the consulted sources were the documents produced by the public agencies that ran the "city" spheres of Rio de Janeiro and Havana, especially those that concerned the government of slaves. It is believed, therefore, that the choice for this type of documents has allowed the analysis of three dimensions of slavery in these two cities: the daily lives of slave relationships in each of the cities, the weight of the city captivity as a constituent part of the histories of Brazil and Cuba and the unique parity that has made Rio de Janeiro and Havana *sisters of the Atlantic*.

Keywords: Urban space, slavery, Rio de Janeiro, Havana, Atlantic World.

Lista de Figuras

FIGURA 1 - UNIFORME DO BATALHÃO DE NEGROS DE HAVANA - 1763.....	46
FIGURA 2 - VISTA DO MERCADO DA CIDADE DE HAVANA - 1768	49
FIGURA 3 - ALAMEDA DE PAULA - SÉCULO XIX	52
FIGURA 4 - VISTA DO RIO DE JANEIRO EM 1769.....	78
FIGURA 5 - CASA DO TREM E ARSENAL EM 1765.....	81
FIGURA 6 - ENTRADA DO RIO DE JANEIRO EM 1779	89
FIGURA 7 - ATIVIDADES EXECUTADAS PELOS ESCRAVOS NO RIO DE JANEIRO SETECENTISTA	91
FIGURA 8 - A RAINHA E SEU CORTEJO, SÉCULO XVIII.....	95
FIGURA 9 - BOQUEIRÃO COM O AQUEDUTO DA CARIOCA AO FUNDO	97
FIGURA 10 - NEGROS TRABALHANDO NO CHAFARIZ DO	107
FIGURA 11 - VISTA DO LARGO DO PAÇO SÉCULO XVIII.....	113
FIGURA 12 - O CAMPO DE SANTANA NO RIO DE JANEIRO	128
FIGURA 13 - CALÇAMENTO DE RUA FEITO POR ESCRAVOS	129
FIGURA 14 - ESCRAVOS TRABALHANDO NA REGIÃO PORTUÁRIA DO RIO.....	136
FIGURA 15 - FESTA DO DIA DE REIS EM HAVANA.....	216
FIGURA 16 - CAPA DO PERIÓDICO EL NEGRITO	219

Lista de Mapas

MAPA 1- VISTA DE HAVANA EM 1762	27
MAPA 2 - ÍNDIAS OCIDENTAIS COM DESTAQUE ESPECIAL PARA HAVANA, SÉCULO XVIII. 34	
MAPA 3 - FORTIFICAÇÕES NA ENTRADA PORTUÁRIA DE HAVANA	37
MAPA 4 - HAVANA E SEU ENTORNO EM 1771.....	54
MAPA 5 - HAVANA (INTRAMUROS) EM 1773	55
MAPA 6 - HAVANA EM 1776.....	58
MAPA 7 - PLANO DA ENTRADA DO PORTO DO RIO DE JANEIRO EM 1762.....	68
MAPA 8 - AMÉRICA DO SUL EM 1762	76
MAPA 9 - AMÉRICA DO SUL EM 1760	85
MAPA 10 - PLANO DO RIO DE JANEIRO EM 1769	87
MAPA 11 - PLANTA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO EM 1808.....	122
MAPA 12 - GRANDES-ÁREAS DE PROCEDÊNCIA DOS AFRICANOS ESCRAVIZADOS NO RIO DE JANEIRO (1790-1815).....	140
MAPA 13 - PLANO DE HAVANA EM 1794.....	155
MAPA 14 - GRANDES-ÁREAS DE PROCEDÊNCIA DOS AFRICANOS ESCRAVIZADOS EM HAVANA	174
MAPA 15 - PLANO DE HAVANA EM 1829	233
MAPA 16 - RIO DE JANEIRO EM 1820	244
MAPA 17 - MAPA DO MUNICÍPIO NEUTRO DO RIO DE JANEIRO EM 1834.....	270

Lista de Gráficos

GRÁFICO 1 - GRANDES-ÁREAS DE PROCEDÊNCIA DOS AFRICANOS ESCRAVIZADOS NO RIO DE JANEIRO ENTRE 1795 E 1811	139
GRÁFICO 2 - ORIGEM DOS ESCRAVOS DE HAVANA (SEGUNDO ANÚNCIOS DE 1790-1815).....	167
GRÁFICO 3 - GRANDES-ÁREAS DE PROCEDÊNCIA DOS AFRICANOS ESCRAVIZADOS EM HAVANA ANUNCIADOS NO PAPEL PERIÓDICO (1790-1815).....	169
GRÁFICO 4 - PROCEDÊNCIAS DOS AFRICANOS ESCRAVIZADO EM HAVANA ANUNCIADOS NO PAPEL PERIÓDICO (1790-1815).....	171
GRÁFICO 5 - PROCEDÊNCIAS AFRICANAS DOS CABILDOS DE NAÇÃO EM HAVANA – 1815	181

Lista de Tabelas

TABELA 1 - IMPORTAÇÃO DE ESCRAVOS DURANTE O GOVERNO DOS CAPITÃES GERAIS DE CUBA (1763-1789)	42
TABELA 2 - CENSO POPULACIONAL DE HAVANA EM 1774.....	56
TABELA 3 - IMPORTAÇÃO DE ESCRAVOS NA REGIÃO SUDESTE DURANTE O GOVERNO DOS VICE-REIS DO BRASIL	82
TABELA 4 - ESTIMATIVAS DE AFRICANOS ESCRAVIZADOS DESEMBARCADOS NO PORTO DO RIO DE JANEIRO E NA TOTALIDADE DA AMÉRICA PORTUGUESA.....	132
TABELA 5 - CENSO POPULACIONAL DE HAVANA EM 1792.....	154
TABELA 6 - ATIVIDADES EXERCIDAS PELAS ESCRAVAS DE HAVANA SEGUNDO OS ANÚNCIOS DE JORNAL (1791-1815).....	164
TABELA 7 - ATIVIDADES EXERCIDAS PELOS ESCRAVOS DE HAVANA SEGUNDO OS ANÚNCIOS DE JORNAL (1791-1815).....	165
TABELA 8- CENSO DE HAVANA EM 1817.....	211
TABELA 9 - CENSO DE HAVANA E SEUS ARRABALDES EM 1827.....	231
TABELA 10 - PRINCIPAIS PROFISSÕES DOS ESCRAVOS URBANOS DO RIO DE JANEIRO ENTRE 1810-1849	240
TABELA 11 - POPULAÇÃO DO RIO DE JANEIRO EM 1821 POR FREGUESIA	242

“A cidade de quem passa sem entrar é uma; é outra para quem é aprisionado e não sai mais dali; uma é a cidade à qual se chega pela primeira vez, outra é a que se abandona para nunca mais retornar”.

Italo Calvino, Cidades Invisíveis.

INTRODUÇÃO

Escravidão urbana em cidades escravistas

Distâncias que aproximam

Escravidão e cidade foram duas instituições que os europeus reinventaram no Novo Mundo. As diversas articulações entre ambas foram pautadas não só pelos projetos coloniais levados a cabo pelas metrópoles europeias, mas também pela diversidade que marcou a composição das populações urbanas – sobretudo no que diz respeito ao segmento escravo -, e pelo papel que as cidades desempenharam dentro dos impérios ultramarinos em que estavam inseridas. Uma era a escravidão observada nas vilas e cidades construídas ao redor das minas de ouro e prata; outro era o cativo experimentado nos grandes centros portuários das Américas; que, por sua vez, era muito diferente da escravidão existente nos pequenos vilarejos. Por vezes, as articulações entre cidade e escravidão ultrapassaram as fronteiras dos Impérios coloniais e de seus padrões étnicos e urbanísticos revelando que, no Mundo Atlântico, a paridade histórica nem sempre obedecia ao mesmo rei ou falava a mesma língua. Um dos casos mais notórios se deu, justamente, entre aquelas que se tornaram as duas maiores cidades escravistas das Américas.

Tomando de empréstimo a feliz expressão de Michael Zeuske, a presente pesquisa pretende analisar as razões que levaram Rio de Janeiro e Havana a transformarem-se em *irmãs do Atlântico*¹. Segundo o historiador, entre a última década do século XVIII e a primeira metade do século XIX, o peso da escravidão urbana fez com que Rio de Janeiro e Havana se parecessem muito². Contudo, no título do artigo em que certifica a proximidade entre as duas cidades, o autor indica que a possibilidade de um estudo comparado entre a escravidão do Rio e de Havana tinha outros marcos históricos.

¹ ZEUSKE, Michael. “Comparing or interlinking? Economic comparisons of early nineteenth-century slave systems in the Americas in historical perspective” In.: LAGO, E. dal & KATSARI, C. (ed.) *Slave System Ancient and Morden*. Cambridge, Cambridge University Press, 2008, pp. 148-184.

² De fato, a possibilidade de um estudo comparado entre as duas cidades já havia sido anunciada anos antes em um trabalho conjunto de Zeuske com Matthias Assunção. Ao constatar que Brasil e Cuba dividiram a experiência da escravidão no século XIX e a abolição tardia da escravatura, os autores apontaram como a “raça”, a etnicidade e a estrutura social brasileira e cubana forjaram sociedades que tinham muito em comum. Cf.: ASSUNÇÃO, Matthias R. ZEUSKE, Michel. “Race”, Ethnicity and Social Structure in 19th Century Brazil and Cuba. *Ibero-Amrekikanisches Archiv*. Berlin, Jahrgang 24.3/4, 1998, pp. 375-443.

A Guerra dos Sete Anos (1756-1763), o primeiro conflito de dimensões mundiais, fez com que as trajetórias de Havana e do Rio de Janeiro se interligassem. A tomada de Havana pelos ingleses, em 1762, foi um alerta não só para as autoridades hispânicas – que haviam perdido uma de suas possessões mais estratégicas no Novo Mundo –, mas também para governantes lusitanos que, temerosos de que algo semelhante ocorresse em seus domínios, iniciaram profundas mudanças político-administrativas na América portuguesa.

Em meio ao contexto turbulento que marcava o Mundo Atlântico, a leitura que a Coroa lusa fez da experiência no Caribe espanhol e as negociações que levaram à assinatura do Tratado de Paris (1763) colocaram Rio de Janeiro e Havana em situações muito próximas dentro de seus respectivos impérios. Não por acaso, o marco inicial deste trabalho é 1763. A partir deste ano, as duas cidades compartilharam o posto de capitais coloniais e passaram a ser consideradas como *chaves do Atlântico Ibérico*. Por sua vez, as transformações políticas e urbanísticas no Rio de Janeiro e em Havana desencadearam mudanças significativas nas articulações das duas cidades com a escravidão. As diferentes experiências escravistas tiveram que dialogar com as novas demandas urbanísticas, apontando que cativo urbano teria um peso cada vez maior nas duas cidades.

O anúncio feito em meados do século XVIII ganhou contornos mais definidos em 1791, quando a maior revolução escrava das Américas radicalizou os ideais iluministas amplamente discutidos no Mundo Atlântico. Todavia, a despeito das independências, revoluções e abolicionismos que marcaram a passagem do século XVIII para a centúria seguinte, parlamentares e elites sócio-econômicas da América portuguesa e de Cuba foram eficazes na defesa de seus interesses e conseguiram manter a permanência e a legalidade da escravidão por meio da intensificação do tráfico transatlântico³. Enquanto boa parte das possessões americanas lutava em nome da *liberdade* e *igualdade*, cubanos e luso-brasileiros preferiram defender seu direito à propriedade, reforçando assim sua condição de senhores de escravos. O êxito da política pró-escravista no Brasil e em

³ Ver: BERBEL, M.R. & MARQUESE, R. “La esclavitud en las experiencias constitucionales ibéricas, 1810-1824”. In: Ivana Frasquet (org.) *Bastillas, cetros y blasones. La independencia en Iberoamérica*. Madri: Fundación Mapfre, 2006.

Cuba fez com que a escravidão passasse a ser operada numa escala nunca vista até então⁴.

Como sublinhado por Braudel, mesmo quando a cidade não era a responsável pela fabricação do crescimento socioeconômico do capitalismo, era nela que “*este jogo revela-se melhor do que em qualquer outro ponto de observação*”⁵. E não seria diferente neste caso. O que se observa a partir de 1791, tanto no Rio de Janeiro como em Havana, é o crescimento expressivo da população escrava (via tráfico) e da sua importância para o funcionamento das cidades. Ainda que a maioria dos africanos escravizados fosse trabalhar nas zonas agrícolas, o incremento da atividade portuária e a proximidade com as regiões produtoras de café (no Brasil) e açúcar (em Cuba) intensificaram o uso da mão de obra escrava pelos proprietários urbanos.

Nem a assimetria política que passou a vigorar entre o Rio de Janeiro e Havana a partir de 1808 – reforçada em 1822, com a Independência do Brasil - mudou este quadro. Mesmo com pesos políticos distintos, a força da escravidão no Rio de Janeiro e em Havana foi de tal monta que acabou gerando uma significativa sincronia entre a história das duas cidades, cujo ápice ocorreu da década de 1840, que não por acaso foi o momento em que o Rio e Havana disputavam o pouco honroso título de maior urbe escravista das Américas. Por isso, ainda que por razões muito mais simbólicas do que efetivas⁶, 1844 foi escolhido como o ano delimitador da pesquisa. Neste ano, capital

⁴ A adequação da instituição escravista ao sistema capitalista vem sendo chamada por alguns estudiosos de *segunda escravidão*, e aponta como a manutenção do escravismo foi fundamental para o desenvolvimento industrial de países europeus, inclusive aqueles que defendiam o abolicionismo. A medida que se sofisticava o processo de industrialização nas economias centrais, crescia a demanda por artigos tropicais nos principais centros urbanos do hemisfério norte. O que era produzido e exportado por meio das estruturas tradicionais do escravismo colonial deixava de ser suficiente. Paralelamente, o aumento da competitividade no mercado mundial fez com que os produtores coloniais não conseguissem acompanhar esse ritmo frenético. Era preciso que as colônias ou países recém formados se adequassem a um sistema de produção mais especializado. Por diferentes razões Brasil, Cuba e Estados Unidos conseguiram adequar a escravidão à expansão capitalista, sendo que as duas primeiras localidades investiram no crescimento exógeno da população escrava, incrementando o tráfico transatlântico de africanos escravizados. Embora tal perspectiva já estivesse presente em importantes trabalhos que analisaram a escravidão moderna de forma comparada, como o clássico *Capitalismo e Escravidão* de Erik Williams, trabalhos recentes trataram essa perspectiva de forma mais sistemática. Cf.: WILLIAMS, Erik, *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo, Cia. das letras, 2012 (primeira edição datada de 1944). TOMICH, Dale W. *Through the Prism of Slavery. Labor, Capital, and World Economy*. Boulder, Co.: Rowman & Littlefield, 2004. BLACKBURN, R. *The American Crucible. Slavery, Emancipation and Human Rights*. London. Ed. Verso, 2011.

⁵ BRAUDEL, F. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII - os jogos das trocas*, vol. 2

2ª edição. Rio de Janeiro, Ed. Martins Fontes, 2009, p. 439.

⁶ É importante salientar que muitas semelhanças entre o Rio de Janeiro e Havana decorrentes do peso que a escravidão exerceu em ambas as cidades mantiveram-se até os primeiros anos da década de 1870,

Cubana foi palco da rebelião de *La Escalera*, que redefiniu as relações sócio-raciais e políticas de Havana. Já no Rio de Janeiro, 1844 foi um ano igualmente importante, pois os debates sobre o fim do tráfico, que operava na ilegalidade desde 1831, tomaram rumos definidores para a formulação da Lei Eusébio de Queiroz - que aboliria, de uma vez por todas, o infame comércio.

Sendo assim, a sincronia identificada durante o processo em que Rio e Havana de tornaram-se os grandes centros escravistas foi o que estruturou a formatação deste trabalho. Essa ressalva precisa ser feita, pois ela constitui-se como o principal argumento para outra escolha axial da pesquisa: o caminho percorrido no estudo desta sincronia. O contato inicial com a bibliografia da história da escravidão de cada uma dessas cidades apontou que o exame das semelhanças entre as trajetórias do Rio de Janeiro e de Havana poderia, por exemplo, ser feito a partir de um estudo minucioso das apropriações que os escravos fizeram dos espaços públicos da cidade, ou então, por meio da análise da reconfiguração de identidades afro-americanas específicas – acompanhando assim, uma importante e atual linha de pesquisa sobre a escravidão nas Américas. E, de fato, esses teriam sido percursos interessantes de análise.

No entanto, mais do que analisar *como* Rio de Janeiro e Havana tornaram-se as maiores cidades escravistas das Américas, a presente pesquisa pretende compreender *porque* isso ocorreu. E para que essa compreensão fosse feita, julgou-se necessária uma abordagem que permitisse o entendimento das dinâmicas da escravidão urbana, mas, principalmente, o estudo das diferentes relações de poder experimentadas nas duas cidades. Por isso, o escopo documental d esse trabalho constitui-se, primordialmente, na documentação administrativa produzida pelos poderes locais do Rio e de Havana durante o período mencionado. Acreditasse, pois, que analisando a forma por meio da qual os órgãos “municipais” administraram as questões relativas à escravidão urbana, três aspectos cruciais da pesquisa serão apreciados. Em primeiro lugar, a força que a escravidão exerceu na conformação sócio-espacial das duas cidades – o que muitas vezes não pode ser apreendido apenas pelo estudo da vida do escravo cidadão. Em segundo, a compreensão da escravidão urbana como parte constitutiva da história das

quando foram formuladas a Lei Moret (Cuba, 1870), e a Lei do Ventre Livre (Brasil, 1871). No entanto, como pontuado por Zeuske, as duas cidade compartilharam o posto de maiores cidades escravistas das Américas até 1850. Neste ano, Havana possuía quase vinte e dois mil escravos, o que correspondia à mais de vinte por cento de sua população total, enquanto a população do Rio de Janeiro era formada por mais de setenta e oito mil cativos, trinta e oito por cento do total. Cf.: ZEUSKE, M. Op. Cit., 2008, p. 180.

unidades políticas que Rio de Janeiro e Havana faziam parte. Por fim, a singular paridade experimentada pelas *irmãs do Atlântico* entre os anos de 1763 e 1844.

Por meio de uma comparação formal e tomando o Mundo Atlântico como categoria espaço-tempo, objetiva-se, pois, compreender a força da escravidão citadina no Rio de Janeiro e em Havana. Todavia, é forçoso ressaltar que essa dupla abordagem só foi possível graças aos inúmeros e importantes trabalhos que examinaram aspectos fundamentais do cativo urbano em cada uma dessas cidades.

Proximidades que distanciam

No Brasil e em Cuba, a escravidão transformou-se em um objeto independente de análise no início do século XX. Ainda que a instituição tenha feito parte de inúmeras obras nas duas localidades – fossem elas de cunho historiográfico, sociológico ou literário –, a abolição da escravidão no final do século XIX (1886, em Cuba, 1888, no Brasil) e a subsequente formação das repúblicas brasileira e cubana (respectivamente em 1889 e 1898) suscitaram novas perguntas para aqueles que se propuseram a examinar nações que precisavam lidar com a ampliação cívica do conceito de liberdade em meio ao recente passado escravista. Concomitante a isso, a passagem do século XIX para a centúria seguinte também foi marcada pelo florescimento da produção de cientistas sociais que se tornavam independentes das clássicas cátedras de direito e medicina, e, pouco a pouco, outorgavam-se como autoridades nos trabalhos que elegiam a sociedade (em sua múltipla expressão) como objeto de estudo⁷.

Neste contexto, dois nomes ganharam destaque no quadro intelectual dos dois países: Fernando Ortiz e Gilberto Freyre foram autores que não só se debruçaram sobre o estudo da escravidão, mas que elegeram a figura do escravo como fio condutor de obras que lhes trouxeram renome internacional. Mais do que analisar as sociedades em que viviam, ambos os autores acabaram formulando um projeto de integração e transculturação do negro e de seu legado africano nas histórias de Cuba e do Brasil.

⁷ Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo, Cia. das Letras, 1993. SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco, Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989. ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.

Em 1916, Fernando Ortiz publicou *Hampa afro-cubana: Los Negros Esclavos*⁸, obra que representou uma espécie de divisor de águas na sua trajetória. Os fundamentos criminalistas e positivistas que nortearam sua primeira publicação, *Los Negros Brujos*⁹, sofreram forte influência das reorientações teóricas propostas pelos antropólogos Bronislaw Malinowski e Franz Boas. Em *Hampa afro-cubana*, Ortiz examinou diferentes aspectos da vida dos cativos de Cuba, por meio de uma etnografia que combinava a análise de relatos de viajantes com a leitura seriada de documentos produzidos pelas autoridades espanholas e cubanas. Ortiz procurou compreender as diversas instâncias da vida escrava, como a origem africana desses homens e mulheres, suas condições materiais de existência, as dinâmicas de seus trabalhos, as lutas pela liberdade e, mesmo que de forma pouco aprofundada, as diferenças existentes entre os escravos que viviam no campo e aqueles que habitavam as grandes cidades.

Corroborando o que havia sido registrado mais de cem anos antes pelo naturalista alemão Alejandro Humboldt, Ortiz foi categórico (e sintético) ao afirmar que, em Cuba, o escravo urbano possuía melhores condições de vida se comparado com aqueles que trabalhavam no campo. Nas dez páginas dedicadas ao tema, o autor afirmou que os escravos citadinos se alimentavam melhor, vestiam roupas mais elegantes, não precisavam dormir em barracões, e gozavam de maior mobilidade de trânsito graças à possibilidade de arrendarem a si mesmos¹⁰. Tais vantagens acabaram facilitando o acesso desses cativos ao pecúlio, o que explicava o maior índice de coartação e da alforria nas grandes urbes de Cuba.

⁸ ORTIZ, Fernando. *Hampa afro-cubana: Los Negros Esclavos. Estudio sociológico y de derecho publico*. Revista Bimestre Cubana, La Habana, 1916. Em 1987, essa obra juntamente com as anotações do autor encontradas no arquivo do Instituto de História de la Academia de Ciencias de Cuba, compuseram a edição do livro: ORTIZ, Fernando. *Los Negros Esclavos*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1987, usado neste trabalho.

⁹ Cf. ORTIZ, F. *Los negros brujos*. Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 2007 (primeira edição de 1906). Neste trabalho, Ortiz pretendia analisar “la mala vida cubana” que, segundo ele, poderia ser entendida como a difusão da feitiçaria exercida pelos negros de Cuba, cuja “psiquis africana, hubo de mantenerse ésta por largo tiempo en un nivel inferior de cultura, así moral como intelectual” (p. 21) De acordo com estudiosos, esse trabalho demonstra uma primeira fase de Fernando Ortiz, em que sua prática antropológica estava fortemente influenciada pelos estudos criminalistas, sobretudo aqueles feitos pelo italiano Cesare Lombroso e pelo brasileiro Nina Rodrigues (com quem Ortiz chegou a trocar correspondências). Cf. ARAÚJO, Telmo R. S. *O pensamento racial em Nina Rodrigues e Fernando Ortiz*. Dissertação de Mestrado defendida na UNESP, Franca, 2003. LOPES DE BARROS, Rodrigo. Notas sobre Criminologia e Literatura em Cuba e no Brasil. *XII Congresso Internacional da ABRALIC*, Curitiba, Brasil, 2011. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/anais/cong2011/AnaisOnline/resumos/TC1082-1.pdf>

¹⁰ ORTIZ, F. Op. Cit., 1987, pp.283-293.

Embora o espaço urbano e as heranças africanas tenham sido examinados pelo autor em outras obras¹¹, o local reservado para o escravo citadino permaneceu o mesmo: um não-lugar. Nem tão castigado como aquele que trabalhava nas *plantations* açucareiras, nem tão livre como quem tinha obtido sua carta de alforria, o escravo urbano ficou numa espécie de limbo analítico, embora sua presença nunca tenha sido descartada pelo autor.

As mudanças teóricas nos estudos antropológicos no início do século XX e o uso que Fernando Ortiz fez delas para analisar a figura do negro cubano exerceram grande influência no estudo publicado em 1933 por Gilberto Freyre. No célebre *Casa Grande e Senzala*¹², Freyre não só rompeu com o discurso racista reinante nas ciências sociais brasileiras, como inaugurou um novo olhar sobre o país¹³. Uma das premissas básicas do autor consistia na formulação de que a formação brasileira era um processo resultante do *equilíbrio de antagonismos*, fossem eles econômicos, sociais, políticos e até mesmo geográficos¹⁴. Todavia, Freyre frisou que o maior e mais profundo antagonismo do Brasil era o existente entre escravos e senhores do mundo rural. Vê-se, logo, que a escolha do título *Casa Grande e Senzala* não foi aleatória.

Segundo o autor, a formação da intimidade daquela que considerava a principal instituição da sociedade brasileira, a família patriarcal agrária, acabou moldando a possível contribuição do escravo (e de sua *africanidade*) para a sociedade brasileira.

¹¹ Cinco anos depois, Ortiz publicou um importante trabalho no qual analisou as redes de solidariedade criadas em Cuba por escravos e liberto de mesma procedência. Cf.: ORTIZ, F. Los cabildos afrocubanos. *Revista Bimestre Cubana*, vol. XVI, nº 1, enero-febrero de 1921. Após sua morte, em 1969, diversos escritos do autor foram compilados em outras obras, que também analisavam aspectos da vida escrava/negra de Cuba. Cf. ORTIZ, F. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*, La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1978. ORTIZ, F. *Los Negros Curros*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1986. Outras obras de autor, bem como um exame sucinto de sua vida, podem ser encontradas em: GARCÍA-CARRANZA, A. SUÁREZ, Norma. QUESADA MORALES, Alberto. *Cronología Fernando Ortiz*. La Habana, Fundación Fernando Ortiz, 1996.

¹² FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª. edição. São Paulo, Editora Global, 2009.

¹³ Um dos motivos do ineditismo da obra de Freyre consistia no fato dele ter examinado as contribuições dos escravos negros - e, conseqüentemente, das heranças africanas no Brasil - na mesma chave utilizada para falar de brancos e indígenas. Importante ressaltar que além da trajetória pessoal de Freyre, que foi aluno de Franz Boas nos Estados Unidos, e por isso fortemente influenciado pela Antropologia Cultural, o cenário intelectual brasileiro dos anos de 1930 produziu novas interpretações sobre a história do Brasil. De acordo com Antônio Cândido, a década de 1930 foi um “eixo catalisador; um eixo em torno do qual girou de certo modo a cultura brasileira, catalisando elementos dispersos para dispô-los numa configuração nova”. Cf. MELLO E SOUZA, Antonio Cândido. *A Revolução de 1930 e a Cultura*. São Paulo, Cebrap, 1984, p. 24. Às experimentações culturais do decênio anterior (cujo marco importante foi a Semana de 1922), que criara modernismos antropofágicos e regionalistas, somavam-se a criação de universidades de filosofia, a laicização do ensino básico, a preocupação com a formação do cidadão, o engajamento político, a publicação massiva de livros e revistas. A mestiçagem passava a ser lida numa chave positiva, e a herança africana era recuperada.

¹⁴ FREYRE, G. Op. Cit., p. 116.

Para Freyre, o grande legado havia sido deixado pelos cativos de oito e aqueles que transitavam pelos corredores das Casas-grandes do Brasil, que não só trabalharam no plantio, colheita e processamento de produtos tropicais, mas que também temperaram a cozinha senhorial e amamentaram os filhos de seus proprietários (quando não, eles próprios).

Ainda que tenha sido muito bem recebida nos círculos intelectuais, e muitas vezes tomada como uma análise de toda a história brasileira, *Casa Grande e Senzala* era uma obra que se propunha a examinar o passado colonial do Brasil. No título que deu sequência à trilogia analítica sobre a sociedade brasileira - publicado originalmente em 1936 -, o escravo citadino, até então não mencionado, recebeu certo destaque. Segundo o próprio autor, *Sobrados e Mucambo* buscava:

estudar os processos de subordinação [...] que caracterizaram a formação do nosso patriarcado rural e, a partir dos fins do século XVIII, o seu declínio ou seu prolongamento no patriarcado menos severo dos senhores dos sobrados urbanos e semiurbanos; o desenvolvimento das cidades; a formação do Império; íamos quase dizendo, a formação do povo brasileiro¹⁵.

Por meio de um processo de imitação, a praça acabou vencendo o engenho¹⁶, e a intimidade da família do patriarcado rural foi dando lugar para a teatralização quase intrínseca da vida nas urbes. O âmbito privado dos sobrados e mucambos passou a rivalizar com a esfera pública das ruas, becos e chafarizes do mundo citadino. Em meio às tensões que marcaram a vida urbana do Brasil oitocentista, Freyre acabou construindo o primeiro inventário da escravidão urbana, marcada pela maior transitoriedade dos cativos (tanto os homens como as mulheres) que ganhavam as ruas da cidade em busca de trabalho; pelas fugas constantemente noticiadas nos jornais; pelos bandos de capoeiras que atormentavam as autoridades¹⁷. Mas, tratava-se praticamente de uma “morte anunciada”. Ainda que boa parte da complexidade do cativo citadino tenha sido abordada por Freyre, o próprio autor já havia, de antemão, a classificado como um “*prolongamento [...] menos severo dos senhores urbanos*”. Assim como pontuado por Ortiz vinte anos antes, “*la esclavitud urbana permitia ciertas*

¹⁵ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 13ª edição. Rio de Janeiro, Editora Record, 2002, p. 9 (grifo meu).

¹⁶ Ibidem, p. 61.

¹⁷ Ibidem, principalmente capítulos 8 e 10.

*situaciones favorables al esclavo*¹⁸”, que de fato distanciavam sua experiência em cativeiro daquela vivida nas grandes *plantations*. No momento em que a instituição escravista começava a receber as primeiras análises aprofundadas, a pouca violência atribuída ao mundo citadino parecia não interessar aos pesquisadores.

O papel central que Ortiz e Freyre atribuíram à escravidão (e ao escravo rural) na construção de suas respectivas sociedades foi corroborado por outros estudiosos. Sendo assim, a boa recepção das análises de Fernando Ortiz e, sobretudo, de Gilberto Freyre acabaram tornando a escravidão urbana um tema menos relevante frente à totalidade do sistema escravista¹⁹. Tais autores inauguraram uma abordagem sobre a escravidão que lidava de forma positiva com as heranças africanas em duas sociedades claramente miscigenadas – ainda que a violência fosse parte constitutiva da elaboração dos dois autores.

Se, por um lado, as leituras e interpretações das obras de Ortiz e Freyre reforçaram a pouca relevância que a escravidão urbana parecia ter em meio à análise de sociedades escravistas, por outro, a proximidade analítica e teórica dos estudos dos dois autores exerceram forte influência no exame comparado da escravidão nas Américas, que colocou Brasil e Cuba em um mesmo modelo de sistema escravista. Exemplo disso foi o ensaio de Frank Tannenbaum *Slave and Citizen*²⁰, publicado em 1946.

Imerso nas questões raciais que permeavam a sociedade estadunidense na primeira metade do século XX e sob a influência dos trabalhos de Ortiz e, principalmente, de Freyre²¹, Tannenbaum detectou uma série de semelhanças de ordem moral e legal no

¹⁸ ORTIZ, F. Op. Cit., 1987, p. 285.

¹⁹ No caso da historiografia brasileira das décadas de 1930 e 1940, outros importantes trabalhos que se propuseram a examinar o passado colonial brasileiro corroboraram o papel secundário que Freyre atribui à escravidão urbana. Cf. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. (primeira edição de 1936). 26ª edição. Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1994. PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. (primeira edição de 1942). 24ª reimpressão São Paulo, Brasiliense, 1996. Prado Júnior chegou a dedicar algumas páginas no exame do cativeiro citadino que, segundo a perspectiva marxista que norteava sua obra, deveria ser compreendido como uma *anomalia* do sistema escravista brasileiro. O olhar que a escravidão recebeu da historiografia cubana do mesmo período não foi muito diferente. A ocupação dos Estados Unidos na ilha durante a década de 1920 e a ditadura de Gerardo Machado nos anos seguintes acabou gerando uma série de interpretações sobre a história de Cuba que estavam mais preocupadas em compreender questões relativas ao processo de Independência da ilha, bem como as relações diplomáticas. Importantes autores se destacaram nesse período, como Emilio Roig Leuchsering e Ramiro Guerra y Sánchez – mas suas análises deram pouquíssima atenção para a escravidão urbana. Cf. SMITH, Robert F. Twentieth-Century Cuban Historiography. *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 44, Nº 1 (feb., 1964), pp. 44-73.

²⁰ TANNENBAUM, Frank. *Slave and Citizen*. Boston, Beacon Press, 1991. (Primeira edição de 1946).

²¹ Importante destacar que uma das razões para Tannenbaum dialogar abertamente com Gilberto Freyre deveu-se ao fato da obra freyriana ter sido uma das poucas análises escritas por brasileiros que foram traduzidas para o inglês.

sistema escravista das colônias ibéricas que, segundo sua análise, seriam decorrentes da herança cristã e do legado do Código Justiniano implementados por Portugal e Espanha no Novo Mundo²². A possibilidade de ter mediadores na relação com seus senhores teria, em tese, possibilitado aos escravos da América Ibérica uma vivência menos violenta quando comparada com aquela experimentada nas colônias inglesas. Um dos argumentos utilizados por Tannenbaum residia justamente no maior índice de alforrias encontradas no Brasil e em Cuba, que teriam tido forte alcance na maior miscigenação racial verificada em ambas as sociedades.

Os termos utilizados por Tannenbaum iluminaram a visão idílica já existente sobre os estudos da escravidão ibérica, sobretudo no Brasil, e abriu caminho para outros estudos comparados²³. O trabalho de Stanley Elkins é um dos principais exemplos da influência do modelo comparativo desenvolvido em *Slavery and Citizen*²⁴. A partir de então, uma série de estudos (comparativos e locais) foram produzidos em amplo diálogo com a interpretação de Tannenbaum, fosse para reforçar os pontos levantados pelo autor, fosse para rechaçá-los²⁵. Não seria exagero afirmar que a polêmica causada por Tannenbaum acabou avigorando a primazia da escravidão rural nos trabalhos que analisaram o passado escravista do Brasil e de Cuba.

No quadro internacional, os inúmeros exames feitos sobre a escravidão nas Américas, a ampliação do escopo documental utilizado pelos historiadores, as lutas pelos direitos civis dos negros estadunidenses e o processo de independência da África criaram novas perguntas que não podiam ser respondidas apenas com o exame da escravidão rural²⁶. Dessa feita, na década de 1960, o cativo urbano começou a ganhar *status* de objeto independente e legítimo de análise. O trabalho de Richard Wade inaugurou o estudo sobre o cativo moderno no espaço urbano, mostrando que, mesmo numa sociedade

²² COPPER, F. HOLT, T. SCOTT, R. *Além da escravidão. Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, pp. 39-41.

²³ Cf. SILVA JÚNIOR, Waldomiro L. *A Escravidão e a Lei: gênese e conformação da tradição legal castelhana e portuguesa sobre a escravidão na América, séculos XVI-XVIII*. São Paulo. Dissertação de Mestrado apresentada em História Social na USP, 2009, pp. 8-20.

²⁴ ELKINS, S. *A Problem in American Institutional and Intellectual Life*. Chicago, The University of Chicago Press, 1959.

²⁵ Em importante artigo em que analisa o debate sobre escravidão nas Américas criado por Tannenbaum, Alejandro de la Fuente apontou uma série de estudos que foram feitos com o intuito de desvincular a realidade racial de sociedades da América Latina à pretensão “suavidade” do sistema escravista. Cf. DE LA FUENTE, A. La esclavitud, la ley y la reclamación de derechos en Cuba: repensando el debate de Tannenbaum. *Debate y Perspectivas*, nº 4, diciembre 2004.

²⁶ A mudança historiográfica a respeito da escravidão moderna é bem comentada no artigo: PATTERSON, Orlando. “The Study of Slavery”. In: *Annual Review of Sociology*, 3, pp. 407-449, 1977.

marcada pela agricultura monocultora (no caso, o Sul dos Estados Unidos), a escravidão adaptou-se a diversas situações²⁷.

A partir da década de 1960, a escravidão urbana passou a ser uma questão relevante para os estudos da história americana. Além do quadro internacional apontado há pouco e do investimento em pesquisas sobre o tráfico transatlântico²⁸, aspectos particulares das histórias das duas localidades foram fundamentais para colocar o cativo urbano nas agendas de pesquisa, bem como para compor os termos em que tais análises seriam feitas. Sem dúvida alguma, o amplo debate sobre a existência ou não da democracia racial no Brasil (que teve o Projeto UNESCO como momento chave nas discussões)²⁹, e a Revolução Cubana de 1959³⁰, foram cruciais na definição dos estudos sobre o escravismo.

²⁷ WADE, R. *Slavery in the Cities the South, 1820 – 1860*. Londres, Oxford University Press, 1964.

²⁸ Ainda que num primeiro momento as pesquisas sobre tráfico tiveram uma abordagem fundamentalmente demográfica, elas já apontavam para a necessidade de se conhecer de forma mais aprofundada as dinâmicas das sociedades africanas envolvidas no tráfico. Nesse período, uma das obras mais importante sobre o assunto foi CURTIN, Philip D. *The Atlantic slave trade: a census*. Madison, Wisconsin University Press, 1969.

²⁹ As análises sobre a questão racial brasileira produzidas pelos intelectuais da Escola de Chicago e, mais tarde, pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, ampliaram o debate sobre a existência de uma “harmonia racial” no Brasil. Interpretações da obra freyriana haviam criado o mito da inexistência ou da menor violência nas relações raciais brasileiras, que fazia do Brasil uma espécie de “Democracia Racial” que deveria ser tomada como modelo por outras sociedades. As questões raciais ficaram ainda mais aguçadas após os horrores da Segunda Guerra Mundial, que havia levado ao extremo às teses racistas do século XIX. A fim de aprofundar os estudos sobre a temática, na década de 1950 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) patrocinou um conjunto de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. Conforme sugerido acima, a origem deste projeto estava associada, justamente, à agenda anti-racista formulada pela UNESCO no final dos anos 1940, sob o impacto do Holocausto. A aparente harmonia racial no Brasil fazia do país uma espécie de “laboratório vivo”. De tal modo, os objetivos do Projeto UNESCO eram determinar os fatores econômicos, sociais, políticos, culturais e psicológicos que favorecessem ou não a existência de relações harmoniosas entre raças e grupos étnicos. Para tanto, jovens cientistas sociais brasileiros e estrangeiros se incumbiram de analisar a significativa mobilidade e integração do negro na sociedade brasileira. Ainda que inúmeros trabalhos de peso tenham sido produzidos nesse contexto, não houve consenso entre os estudos. Enquanto parte dos trabalhos reforçava a imagem idílica das relações raciais no Brasil, outros estudos, sobretudo aqueles produzidos pela Universidade de São Paulo, rechaçaram tal premissa, utilizando a forte violência do passado escravista brasileiro como parte constitutiva de suas análises. Cf. GUIMARÃES, Antônio Sérgio, “Cor, classes e status nos estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia: 1940-1960”. In: CHOR, Marcos. SANTOS, Ricardo (orgs.), *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996. GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *O Projeto UNESCO na Bahia*. In: Comunicação ao Colóquio Internacional “O projeto UNESCO no Brasil: uma volta crítica ao campo 50 anos depois”, *Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia*, Salvador, Bahia, entre 12 e 14 de julho de 2004. Importante ressaltar, que o grupo que ficou conhecido “Escola de São Paulo” também sofreu forte influência da análise marxista. Importantes obras deste grupo foram: CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional; o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo, 1962. COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo, Difel, 1966. FERNANDES, Florestan. *A Integração do negro na sociedade de classes*, 2 vols. São Paulo, 1964.

³⁰ Sobre a influência que a Revolução de 1959 teve na produção historiográfica cubana, ver: SMITH, Robert F. Twentieth-Century Cuban Historiography. *The Hispanic Historical Review*, Vol. 44, nº 2. Feb.

No caso da historiografia sobre o Brasil, a primeira análise sobre a temática parece elucidar muito bem a confluência dessas vertentes. Influenciada pela obra de Richard Wade e em franco debate com a historiografia sobre escravidão que entendia o cativo urbano como uma dimensão menos violenta do sistema escravista, em 1972 Mary Karasch defendeu sua tese de doutorado, publicada quinze anos depois³¹. A obra de Karasch foi inovadora por dois motivos. O primeiro refere-se à própria escolha do objeto de estudo. Ao se valer de um *corpus* documental riquíssimo - desde relatos de viajantes até atas municipais, jornais da época e processos criminais -, a autora demonstrou a viabilidade da pesquisa sobre o tema, contrariando o que havia sido postulado por Gilberto Freyre anos antes. O segundo ponto inovador se remete à perspectiva analítica adotada por Karasch, que tomou o escravo como sujeito de sua história³². Essa abordagem permitiu esmiuçar as diversas facetas da vida escrava no Rio de Janeiro, traçando um amplo quadro sobre a estrutura do sistema escravista e o cotidiano cativo. Levando em conta a violência inerente à instituição, a autora apresentou um verdadeiro guia da vida escrava no Rio de Janeiro, que comporta a origem dos cativos, o tráfico transatlântico, a venda dos escravos, as atividades realizadas por eles no espaço urbano, as reinvenções de laços identitários, as atitudes do Estado perante a massa escrava, dentre outros aspectos.

A partir da análise de Karasch é possível afirmar que os estudos sobre escravidão urbana no Brasil passaram a compor um interessante campo investigativo, que foi ganhando maior legitimidade. Sete anos após a pesquisa da estadunidense, Kátia Mattoso publicou *Ser escravo no Brasil*³³, obra na qual apresentou um quadro geral da vida escrava na cidade de Salvador³⁴. Em tese de doutorado defendida em 1982, e publicada alguns anos depois, João José Reis reorientou o tema da escravidão nos centros urbanos. Ao estudar o levante dos Malês em 1835 na cidade de Salvador, o

1964, pp. 44-73. PÉREZ Jr. Louis A. In the Service of the Revolution: Two Decades of Cuban Historiography 1959-1979. *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 60, nº 1. Feb., 1980, pp. 79-89. PÉREZ Jr. Louis A. Twenty-Five Years of Cuban Historiography: Views from Abroad. *Cuban Studies*, nº 18, 1988, pp. 87-101.

³¹ KARASCH, Mary. *A vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. São Paulo, Cia. das Letras, 2000 (trad. português).

³² Parte da perspectiva analítica adotada por Karasch segue a linha sistematizada por Genovese em sua obra: GENOVESE, Eugene Roll. *Jordan, Roll. The World the Slaves Made*. New York. Vintage, 1974.

³³ MATTOSO, Kátia. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982. O livro é tradução do original francês de 1979.

³⁴ Muitos dos pontos levantados pela autora foram questionados pela historiografia subsequente, principalmente no que se refere à certa suavidade do sistema escravista nas cidades, se comparado à escravidão no campo.

autor trabalhou com a potencialidade explosiva dos centros urbanos do Brasil Imperial, que exacerbavam o sentimento de desigualdade social e política³⁵.

O trabalho de João José Reis já anunciava importantes mudanças na historiografia brasileira sobre escravidão. O final de década de 1980 e o início dos anos 1990 foram extremamente profícuos na produção acadêmica. O diálogo com movimentos sociais (como o Movimento Negro), a redemocratização brasileira e a recusa da harmonia racial no Brasil tiveram forte influência em trabalhos que elegeram o escravo como objeto de análise. Mas, tal escolha também estava pautada numa série de inovações ocorridas na História Social, como a preocupação em abordar a “história dos vencidos”, ou a história vista de baixo; a micro-história; e a nova abordagem marxista desenvolvida por E.P. Thompson - que empregava o conceito de *agência* para analisar as classes trabalhadoras inglesas³⁶. De maneira geral, tais trabalhos ressaltavam a violência inerente ao sistema escravista, mas tinham a forte preocupação em apresentar as diferentes formas de resistência dos escravos em meio ao sistema – resistência essa muitas vezes ligada às heranças africanas³⁷.

Ainda que parte significativa da produção acadêmica deste período tenha analisado o escravo sujeito às dinâmicas que ditaram o ritmo produtivo das *plantations*³⁸, as novas abordagens historiográficas privilegiavam estudos mais específicos, que passavam ao largo de análises generalizantes. Nesse contexto, o mundo citadino se tornou extremamente convidativo para novas pesquisas, e muitos historiadores aproveitaram as pistas deixadas por Mary Karasch para esmiuçar o cativo citadino e suas aparentes contradições.

O Rio de Janeiro foi uma das cidades mais estudadas pela historiografia devido ao avultado número de escravos durante o século XIX e, conseqüentemente à grande

³⁵ REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil – A história do levante dos Malês em 1835*. Edição Revista e Ampliada. São Paulo, Cia. das Letras, 2003.

³⁶ Importantes trabalhos que foram cruciais para a renovação da historiografia social deste período são: GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987 (primeira publicação 1976). SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, P. (Org.). *A Escrita da História Novas Perspectivas*. São Paulo, UNESP, 1992, pp. 39-62. THOMPSON, E. *A Formação da Classe Operária Inglesa*, 3 volumes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997. (Primeira edição de 1963). THOMPSON, E. *Costumes em Comum – estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo. Cia. das Letras, 1998.

³⁷ Cf.: REIS, J.J. SILVA E. *Negociação e Conflito*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.

³⁸ Importantes trabalhos que analisaram a escravidão rural no Brasil foram: MACHADO, Maria Helena P.T. *Crime e escravidão. Trabalho, Luta, Resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987; LARA, Silvia H. *Campos de Violência. Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

quantidade de documentos existentes nos arquivos. Em 1983, Leila Mezan se propôs estudar a escravidão no Rio de Janeiro joanino a partir do que considerou ser a falta de intermediação na relação *senhor-escravo* que, no campo, era representada pela figura do feitor³⁹. Por meio da análise de processos criminais, a autora trabalhou com uma das facetas mais polêmicas do cativo nas cidades: a maior liberdade escrava nas ruas dos centros urbanos e o papel do Estado como instância mediadora do controle social, ou seja, como substituto do feitor. A violência, a maior mobilidade do escravo urbano e as ações estatais foram finamente discutidas por Leila Mezan.

Cinco anos depois, quando o Brasil comemorava o centenário da abolição, Marilene Rosa Nogueira da Silva defendeu sua dissertação de mestrado⁴⁰, na qual procurava compreender o cotidiano do escravo ao ganho - o cativo que ia para as ruas cariocas para realizar suas tarefas - a partir do pressuposto de que o espaço urbano era um ambiente altamente explosivo. Nesse mesmo ano, Luis Carlos Soares também analisou parte das questões relacionadas *ao mundo do trabalho* dos escravos urbanos, reiterando que o pecúlio recebido pelos cativos não diminuía a violência inerente às relações escravistas⁴¹.

Em certa medida, as três obras descritas acima trataram dos assuntos mais espinhosos sobre a escravidão urbana: a maior mobilidade do escravo no espaço urbano, a possibilidade desse cativo ter pecúlio e os limites da interferência estatal no cotidiano escravista das urbes. Todos foram categóricos ao demonstrar que, embora a escravidão urbana tivesse características significativamente distintas das observadas no mundo rural – principalmente no que diz respeito à vida material dos escravos -, a violência esteve presente em todas as dimensões do cativo citadino.

Ainda imersos na renovação historiográfica, os estudos feitos na década seguinte corroboraram a particularidade da escravidão urbana, ampliando o leque de assuntos relevantes sobre o tema. A análise dos tipos de moradia escrava foram temas de pesquisa de Sidney Chalhoub⁴² e de Carlos Eugênio Líbano Soares⁴³, que demonstraram

³⁹ ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1821*. Petrópolis, Editora Vozes, 1988. (Dissertação defendida em 1983 na Universidade de São Paulo).

⁴⁰ SILVA, Marilene R. N. *Negro na Rua. A nova Face da Escravidão*. São Paulo, Editora Hucitec, 1988.

⁴¹ SOARES, Luiz Carlos *Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX* In: Revista Brasileira de História vol. 16, São Paulo, Editora Marco Zero e ANPUH, 1988.

⁴² CHALHOUB, S. *Cidade Febril. Cortiços e Epidemias na corte imperial*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

que os escravos urbanos souberam desfrutar da maior mobilidade de trânsito em benefício próprio. Os mesmos autores também examinaram, em trabalhos distintos, como os escravos se apropriaram de laços de solidariedade e da prática da capoeira para lutar contra a escravidão⁴⁴. Formação de quilombos nas proximidades do perímetro urbano carioca; capoeira escrava; fugas; criminalidade; compra de liberdade; relações de compadrio; maneiras de controlar os cativos; procedência dos africanos escravizados; diferentes possibilidades de moradia: esses são exemplos de outros temas que veem sendo abordados pela historiografia que se debruça sobre o escravismo citadino, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro⁴⁵.

Contudo, apesar de parte significativa dos trabalhos sobre cativo urbano ter examinado o Rio de Janeiro pelas razões já pontuadas, importantes análises sobre outras cidades brasileiras reforçaram a relevância do estudo da escravidão urbana. Moradia escrava, legado africano, relações de gênero e as dinâmicas entre cativos e forros foram alguns dos aspectos que permearam o cotidiano de cidades como Salvador, Pernambuco, São Paulo e Porto Alegre⁴⁶. Tal diversidade, aliada ao uso de fontes

⁴³ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *Zungú: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998.

⁴⁴ CHALHOUB, S. *Visões de Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.

⁴⁵ Ver: GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX. In: REIS, J.J. GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996, pp. 263-290. GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas – mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995. SOUSA, Jorge Prata (org.). *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. FERREIRA, Roberto Guedes. *Na pia batismal; família e compadrio entre escravos na freguesia de São José do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000. SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000. SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *Capoeira Escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas, Ed. Unicamp, 2002. ROSSATO, Jupiracy A. R. *Sob os Olhos da Lei: o escravo urbano na legislação municipal da cidade do Rio de Janeiro (1830-1838)*. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002. FLORENTINO, Manolo. Dos escravos, forros e fujões no Rio de Janeiro imperial. In: *Revista da USP - Dossiê Brasil Império*, 58, jun./jul./ago. 2003 pp.104-115. FRANK, Zephyr L. *Dutra's World. Wealth and Family in Nineteenth-Century Rio de Janeiro*. Albuquerque, University of New Mexico, 2004. MOREIRA, Carlos E.A. *O Duplo Cativo: escravidão urbana e o sistema prisional no Rio de Janeiro, 1790 – 1821*. Dissertação de Mestrado defendida na UFRJ, Rio de Janeiro, 2004. FARIAS, J.B. SOARES, C.E.L. GOMES, F. *No Labirinto das Nações. Africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2005. LARA, Sílvia H. *Fragmentos setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo, Cia. das Letras, 2007. LIMA, C.A. *Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808)*. Rio de Janeiro, Apicuri, 2008. SELA, Eneida M.M. *Modos de ser, Modos de ver. Viajantes europeus e escravos africanos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas, Editora UNICAMP, 2008. SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Além da Senzala. Arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo, HUCITEC, 2010.

⁴⁶ Ver: COSTA, Ana de Lourdes R. *Ekabó. Trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX*. Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Arquitetura e

variadas, à formulação de novas perguntas e à análises criteriosas, demonstram a relevância e as potencialidades da investigação da escravidão urbana no Brasil.

A trajetória da historiografia sobre escravidão urbana em Cuba é significativamente distinta. A Revolução de 1959 é vista por muitos estudiosos como uma espécie de divisor de águas na produção historiográfica produzida em Cuba. Antes da Revolução, a escravidão urbana era um tema pouco ou nada explorado. Ainda que tenha havido uma importante produção intelectual entre as décadas de 1930 e 1940, os temas analisados estavam atrelados à compreensão do passado colonial, da guerra de Independência e das relações diplomáticas com os Estados Unidos, que quase resultaram na anexação da ilha. A cidade de Havana foi palco de muitos estudos, mas a maior parte deles estava preocupado em compreender quais foram as redes sociais estabelecidas pela elite intelectual do século XVIII e, principalmente, da centúria seguinte⁴⁷.

Era inegável que as obras de Fernando Ortiz tenham exercido forte influência nos trabalhos culturais, demonstrando a necessidade em se aprofundar os estudos sobre a população escrava e negra para a melhor compreensão do passado colonial. Perez de la Riva publicou um importante trabalho em 1944 no qual, sob a forte influência dos estudos de Freyre, elegeu a plantação cafeeira como o centro da cultura cubana durante a colonização⁴⁸. Imersos nas discussões iniciadas por Frank Tannenbaum e Stanley Elkins a respeito das diferenças entre os sistemas escravistas das Américas, Herbert Klein⁴⁹ e Franklin Knight⁵⁰ elaboraram interpretações sobre o sistema escravista cubano que, apesar de divergentes, concordavam sobre a menor relevância do cativo urbano na história cubana. Por mais que tenha reconhecido a importância do escravo (e do liberto) para o funcionamento das grandes cidades cubanas, Klein tomou como

Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1989. CARVALHO, Marcus J.M. *Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo*, Recife, 1822-1850. 2ªed. Recife. Editora da UFPE, 1998. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1984. WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos Escravos, Vivências Ladinhas. Escravos e forros em São Paulo (1850 – 1880)*. São Paulo, Editora Hucitec, 1998. MAESTRI, Mário. *O Sobrado e o cativo. A arquitetura urbana erudita no Brasil escravista. O caso gaúcho*. Passo Fundo. Editora UPF, 2002. FARIAS, J.B. GOMES, F. SOARES, C.E.L. MOREIRA, C.E.A. *Cidades Negras. Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo, Alameda, 2006.

⁴⁷ SMITH, Robert F. Op. Cit.

⁴⁸ DE LA RIVA, PÉREZ. El Café. *Historia de su cultivo y explotación en Cuba*. Havana, 1944. Citado por: SMITH, Robert F. Op. Cit., p. 71.

⁴⁹ KLEIN. H. *Slavery in the Americas. A comparative Study of Virginia and Cuba*. Chicago, Elephant Paperbacks, 1989 (primeira publicação em 1969)

⁵⁰ KNIGHT, F.W. *Slave Society in Cuba during the nineteenth century*. Madison, The University of Wisconsin Press, 1970.

irrefutáveis os relatos deixados por parte dos viajantes e classificou o cativo urbano como menos violento do que o vivenciado nas *plantations*, e até mesmo do que o experimentado na escravidão urbana da Virgínia⁵¹. Knight reforçou tal perspectiva, afirmando que

Não foi apenas a vida dos escravos nas cidades muito menos regulamentada, mas também as oportunidades para obter dinheiro permitiu-lhes comprar a sua liberdade com facilidade relativamente maior do que os escravos rurais. Os escravos urbanos também se misturavam com as pessoas de cor livres, o que facilitava as fugas⁵².

Assim como Ortiz havia afirmado meio século antes, a melhor condição material do escravo urbano – que podia vestir-se e alimentar-se melhor do que os cativos do campo – não só criou um subtipo de escravo, como acabou desenvolvendo um gradiente da violência inerente à instituição escravista⁵³.

As muitas mazelas sofridas pelos escravos passaram a ser estudadas de forma mais sistemática pela historiografia formada após a Revolução de 1959. Embora uma abordagem mais esquerdista da história cubana já tivesse sido elaborada na década de 1930, boa parte das análises marxistas passaram a encarar o período escravista como o gérmen das lutas de classe do século XX. Não só a violência inerente ao sistema foi incorporada nas análises, como a própria figura do negro ganhou destaque⁵⁴.

Aspectos da complexidade das relações criadas em cidades escravistas cubanas foram apresentados em *El negro en la economía habanera del siglo XIX*⁵⁵. Publicado em 1971, o livro de Pedro Deschamps Chapeaux resgatou parte da trajetória da população negromulata que viveu em Havana durante o século XIX. Embora a escravidão urbana propriamente dita não tenha sido seu objeto de análise, o autor investigou questões importantes, tais como os agrupamentos negros (cabildos), os batalhões de Pardos e Morenos de Havana, os músicos, os barbeiros e sangradores, os casamentos inter-raciais

⁵¹ KLEIN, H. Op. Cit., pp. 159-164

⁵² KNIGHT, F.W. Op. Cit., p. 61.

⁵³ Em 1972, John Blassingame publicou um interessante artigo no qual criticou o olhar condescendente que Klein e Knight desenvolveram sobre a escravidão urbana. Seu principal questionamento incidiu no uso acrítico dos relatos deixados pelos viajantes que visitaram a ilha durante o período colonial, e a escolha proposital de parte desses estrangeiros. Segundo ele, outros viajantes que estiveram na ilha não só denunciaram a violência sofrida pelos escravos urbanos, como a classificaram como mais acintosa se comprada com a vida dos escravos que viviam no Sul dos Estados Unidos. Cf. BLASSINGAME, J. W. Bibliographical Essay: Foreign Writers View Cuban Slavery. *The Journal of Negro History*, Vol. 57, nº 4 (Oct., 1972), pp. 415-424.

⁵⁴ PÉREZ Jr. Op. Cit., p. 74.

⁵⁵ DESCHAMPS CHAPEAUX, Pedro. *El negro en la economía habanera del siglo XIX*. UNEAC, Habana, 1971.

que indicaram a intrincada relação estabelecida entre os negros escravizados e aqueles que haviam obtido a liberdade.

Mesmo apontando a necessidade de um estudo mais sistemático sobre a escravidão urbana em Havana, a grande contribuição da obra de Deschamps Chapeaux foi iluminar as questões experimentadas pelos negros (escravos e livres), dando especial atenção para os eventos e situações protagonizados pela *población de color*. De certa forma, Deschamps acabou criando uma tradição que privilegiava o estudo das ações de escravos e libertos em Cuba, tivessem eles vivido no campo ou nas cidades⁵⁶.

Seu trabalho foi muito importante para a análise feita por Verena Martinez-Alier em *Marriage, Class and Colour in Nineteenth-Century Cuba*⁵⁷, publicado originalmente em 1974. Mesmo que seu objetivo não fosse examinar exclusivamente as dinâmicas da escravidão ou do mundo citadino, Martinez-Alier levantou importantes questões sobre aspectos que balizaram o cotidiano dos cativos e libertos que viveram na ilha durante o século XIX, principalmente no que diz respeito aos valores e práticas sexuais de uma sociedade escravista marcada por relações raciais tensas⁵⁸.

Entre fins da década de 1980 e início da seguinte, três trabalhos apontaram a relevância da escravidão urbana em Cuba, sobretudo em Havana, ressaltando a importância dos escravos nesses espaços e a violência inerente ao cativo citadino. Em 1988, ao analisar a Conspiração de *La Escalera* (1844), Robert Paquette⁵⁹ demonstrou que a complexidade das questões raciais em Cuba também ditaram a dinâmica das relações

⁵⁶ Outros importantes trabalhos de Deschamps Chapeaux sobre a ativa participação da população negra na história cubana são: DESCHAMPS CHAPEAUX, P. PÉREZ DE LA RIVA, J. *Contribucion a la história d la gente sin historia*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1974. DESCHAMPS CHAPEAUX, P. *Los Cimarrones urbanos*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1983.

⁵⁷ MARTINEZ-ALIER, Verena. *Marriage, Class and Colour in Nineteenth-Century. A study of racial attitudes and sexual values in a slave society*. Michigan, The University of Michigan Press, 2001.

⁵⁸ Esse trabalho teve grande importância no debate sobre as questões raciais em Cuba que, conforme visto, foram tidas como menos violentas se comparadas com outras localidades nas Américas. A partir da década de 1980, uma série de estudos passou a examinar a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, bem como as imbricações dos conceitos de raça e nação em Cuba nas últimas décadas do século XIX e no início da República. Por meio de análises comparadas ou estudos de caso, a pretensa harmonia racial cubana – já questionada em trabalhos anteriores – passou a ser sistematicamente combatida. Ver: SCOTT R. *Slave Emancipation in Cuba: The Transition to Free Labour, 1860-1899*. Princeton, Princeton University Press, 1985. SCOTT, R. *Degrees of Freedom: Cuba and Louisiana after Slavery*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 2005. FERRER, A. “Esclavitud, Ciudadanía y los Límites de la Nacionalidad Cubana: La Guerra de los Diez Años, 1868-1878”. In: *Historia Social*, no. 2, 1995, pp. 101-125. FERRER, A. *Insurgent Cuba: Race, Nation, and Revolution, 1868-1898*, North Carolina, University of North Carolina Press, 1999. DE LA FUENTE, A. Myths of Racial Democracy: Cuba, 1900-1912. *Latin American Research Review*, Vol. 34, Nº 3, 1999, pp. 39-73.

⁵⁹ PAQUETTE, Robert L. *Sugar is Made with Blood. The conspiracy of La Escalera and the conflict between Empires over Slavery in Cuba*. Middletown, Wesleyan University Press, 1988.

estabelecidas nos espaços urbanos marcadamente escravistas. Embora a obra que o consagrou tenha sido *O Engenho*⁶⁰, na síntese feita sobre as relações estabelecidas entre Cuba e Espanha⁶¹, Moreno Fragonals sublinhou a proeminência da escravidão em Havana. Ao analisar os *Negros e mulatos: vida e sobrevivência*, e *A sociedade produzida pelo açúcar*, o autor mostrou como o cativo urbano fez parte de praticamente toda história da capital cubana, chegando, inclusive, a advertir sobre as principais mudanças ocorridas nesse segmento da população a partir do século XIX⁶². Três anos depois, em 1998, Antonio Núñez Jiménez⁶³ publicou uma compilação de anúncios dos principais jornais de Havana entre os anos de 1790 a 1886. Com este material, o autor apresentou parte do enredo que marcou o cotidiano da Havana escravista, dando especial destaque à procedência desses cativos, às atividades executadas por eles no mundo urbano e à resistência ao sistema escravista por meio das fugas.

A partir de 2000, diferentes aspectos da escravidão urbana em Havana foram abordados pela historiografia, confirmando a relevância do cativo nessa cidade. As inovações apontadas e a ampliação do debate sobre as questões raciais em Cuba marcaram muitos desses estudos. Em 2001, por exemplo, Luz Mena⁶⁴ defendeu sua tese de doutorado na qual analisou os negros livres e as relações raciais existentes em Havana durante seu processo de modernização urbana. Dois anos depois, Gloria García trabalhou com diferentes aspectos da escravidão cubana num constante diálogo entre documentos e análise historiográfica, cujo objetivo era tentar “*escutar a voz do escravo*”⁶⁵. No mesmo ano, Maria del Carmen Barcia Zequeira⁶⁶ examinou a problemática da formação de famílias escravas em Cuba e, uma vez mais, Havana foi citada como um dos espaços de reconstrução dos laços de parentesco de escravos e seus descendentes. Em 2004, Daniel Walker tratou da resistência dos escravos urbanos com base no estudo

⁶⁰ FRAGONALS, M.M. *O Engenho. Complexo econômico-social cubano do açúcar*, 3 vols. São Paulo, UNESP/HUCITEC, 1988. (Primeira publicação de 1978).

⁶¹ FRAGONALS, M.M. *Cuba. Espanha. Cuba. Uma História Comum*. (trad. port., 1ª edição esp. 1995) Bauru, EDUSC, 2005.

⁶² Idem, pp. 101-111 e pp. 217-237.

⁶³ NÚÑEZ JIMÉNEZ, Antonio. *Los Esclavos Negros*. La Habana, Fundación de la Naturaleza y el Hombre, 1998.

⁶⁴ MENA, Luz Maria. “*No Common Folk*”. *Free Black and Race Relationships in the Early Modernization of Havana (1830-1840)*. Tese defendida na Universidade de Berkeley, 2001.

⁶⁵ GARCÍA, Gloria. *La Esclavitud desde la Esclavitud*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1996, p. 3.

⁶⁶ BARCIA ZEQUEIRA, Maria del Carmen. *La Otra familia. Parientes, redes y descendencia de los esclavos en Cuba*. La Habana, Fondo Editorial Casa de las Americas, 2003.

comparado entre as cidades de Havana e de New Orleans⁶⁷; para tanto, o autor analisou o controle social no espaço público, a luta escrava pela constituição de famílias, o imaginário africano e o imaginário afro-americano e, por fim, a construção do que chamou de herança cultural.

A relação entre espaço urbano e trajetórias femininas foi o tema central analisado por Camillia Cowling⁶⁸, em tese defendida em 2006. Também fazendo uso da análise comparada, Cowling trabalhou com a realidade das mulheres “de cor” no Rio de Janeiro e em Havana durante os últimos anos de vigência da escravidão. Também em 2006, Matt Childs⁶⁹ tangenciou aspectos relacionadas à escravidão em Havana ao examinar a luta contra a escravidão atlântica a partir da rebelião de Aponte, em 1812. Dois anos depois, em 2008, Maria del Carmen Barcia Zequeira⁷⁰ publicou outro trabalho, no qual examinou os espaços públicos que os negros ocuparam em Havana. Embora não aborde apenas a vida do escravo na capital cubana, a autora lançou luz sobre algumas das implicações que a escravidão urbana teve na cidade, sobretudo no que diz respeito à população livre e “de cor”. No ano seguinte, a mesma autora ampliou a pesquisa mencionada e publicou *Los Ilustres Apellidos*⁷¹, obra em que analisou os diferentes espaços ocupados pela população negra em Havana durante o século XIX, sobretudo pelos segmentos liberto e livre que compunham as milícias de batalhões de negros e pardos e chefiavam as confrarias e *cabildos* da cidade.

Recentemente, a importância da escravidão em Havana foi destacada por Alejandro de la Fuente, quando o autor analisou a história da cidade durante o século XVI. Em *Havana and the Atlantic in the Sixteenth Century*⁷², De La Fuente trouxe importante contribuição para os estudos da escravidão urbana, principalmente de Havana, ao

⁶⁷ WALKER, D.E. *No more, No more. Slavery and Cultural resistance in Havana and New Orleans*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2004.

⁶⁸ COWLING, Camillia. *Matrices of Opportunity: Women of Colour, Gender and the Ending of Slavery in Rio de Janeiro and Havana, 1870-1888*. Tese de Doutorado em História defendida na Universidade de Nottingham, Nottingham, 2006.

⁶⁹ CHILDS, Matt D. *The 1812 Aponte Rebellion in Cuba and the Struggle against Atlantic Slavery*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2006.

⁷⁰ BARCIA ZEQUEIRA, Maria del Carmen. “Negros en sus espacios: vida y trabajos en la Habana Colonial (espacios físicos, espacios sociales, espacios laborales)”. In.: José Antonio Piqueras. (Org.). *Trabajo libre y Coativo en Sociedades de Plantación*. Madrid: Siglo XXI, 2009.

⁷¹ BARCIA ZEQUEIRA, Maria del Carmen. *Los Ilustre Apellidos: negros en la Habana colonial*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 2009.

⁷² DE LA FUENTE, A. *Havana and the Atlantic in the Sixteenth Century*. North Carolina, The University of North Carolina Press, 2008.

defender a tese de que a cidade já poderia ser classificada como escravista muito antes da consolidação do sistema de *plantation* em Cuba.

Uma das comparações possíveis

O breve histórico sobre os estudos da escravidão urbana no Rio de Janeiro e em Havana demonstrou que possibilidade de comparar o cativo nas duas cidades havia sido anunciada pelos trabalhos de Ortiz e Freyre, solidificando-se na década de 1940, quando Tannenbaum publicou seu ensaio sobre o escravismo nas Américas. Ainda que os termos de seu modelo analítico partam de premissas muito generalizantes - que comprometeram fortemente a compreensão da dinâmica escravista e deturparam as análises sobre as questões raciais no Novo Mundo -, é inegável que a forte presença da Igreja Católica e a experiência escravista na Península Ibérica antes mesmo do início da colonização das possessões americanas criaram práticas e dinâmicas semelhantes nos usos, governos e experiências de escravidão nas duas cidades.

No entanto, essa mesma possibilidade de comparação acabou inviabilizando o estudo da escravidão urbana, na medida em que considerava o espaço citadino como um local de menor relevância para a compreensão do sistema escravista do Mundo Ibérico. Por sua vez, as tentativas posteriores em comprovar a violência inerente ao escravismo nas colônias ibéricas, acabou obscurecendo a compreensão mais aprofundada da maior mobilidade de trânsito desfrutada pelos escravos citadinos. Conforme visto, foi necessário uma série de estudos de caso sobre o cativo urbano no Novo Mundo – tanto no Rio de Janeiro, como em Cuba e outras cidades americanas – para que a maior transitoriedade escrava deixasse de ser vista como uma anomalia e passasse a ser analisada em sua complexidade.

Ao mesmo tempo, a crítica e o engajamento das análises sobre as relações raciais na América Latina – boa parte delas produzidas em resposta ao modelo analítico elaborado por Tannenbaum e Elkins -, redimensionaram a importância dos estudos comparados no que diz respeito às experiências de liberdade experimentadas pela população negra/mestiça em países como Brasil e Cuba, que durante muito tempo foram vistos como “paraísos raciais”. Além de todo questionamento teórico e metodológico, tais

abordagens abriram caminho para que estudos da mesma natureza fossem feitos sobre o passado escravista dessas duas localidades.

Isso permitiu que muitas das semelhanças existentes entre Rio de Janeiro e Havana fossem anunciada em estudos mais amplos, ou então evidenciadas em trabalhos que examinaram as possibilidades de liberdade no fim do período escravista do Brasil e de Cuba. Sendo assim, entendesse que a presente pesquisa está em pleno diálogo com a trajetória dos estudos sobre cativoiro cidadão e com os trabalhos que tomam aspectos da colonização ibérica nas Américas como unidade de análise.

E como sugerido por toda a bibliografia citada, existem inúmeras maneiras em fazer tal comparação. Uma possibilidade, que está muito em voga nos estudos sobre escravidão no Novo Mundo, seria compreender com acuidade a reconfiguração de identidades afro-americanas nas duas irmãs do Atlântico. Contudo, ainda que este seja um aspecto crucial para as experiências escravistas no Rio de Janeiro e em Havana, é preciso lembrar que a presente pesquisa não procura os *comos*, mas, sim os *porquês* que levaram Rio e Havana a compartilharem o pouco honroso título de maiores cidades escravistas das Américas. Difícil imaginar que tais razões passassem pela ingenuidade dos milhares de *iorubas*, *minas*, *congós*, *lucumís*, *angolas*, *cabindas* e *carabalís* que viveram o cativoiro nas duas urbes. Na realidade, é possível aventar, de antemão, que no que dependesse da vontade desses homens e mulheres, a paridade constatada entre Havana e Rio não teria ocorrido.

A sincronia identificada durante o processo em que Rio e Havana tornaram-se os grandes centros escravistas do Novo Mundo foi o que estruturou a formatação deste trabalho. Dessa feita, os capítulos foram organizados a partir de um recorte temporal que privilegia as mudanças sofridas na dimensão urbana das duas cidades. O primeiro capítulo *Chaves do Atlântico Ibérico. Reforma Ilustrada e escravidão em Havana e no Rio de Janeiro (1763-1790)* analisa as mudanças que as cidades sofreram entre os anos de 1763 e 1790, período em que houve um significativo reordenamento das possessões europeias na América. Graças aos conflitos da Guerra dos Sete Anos e ao reordenamento das possessões europeias no Novo Mundo a partir de então, as cidades de Havana e do Rio de Janeiro passaram por importantes mudanças em 1763, que resultaram na ampliação significativa da população escrava nas duas urbes.

O início da Revolução do Haiti (1791) marca o recorte inicial do segundo capítulo, que se entende até o ano de 1815. Em *Urbano e escravidão na Era das Revoluções (1791-1815)*, pretende-se mostrar como a maior revolução escrava das Américas influenciou a dinâmica escravista nas duas cidades, na medida em que ela foi um disparador para a reformulação do projeto escravista no Brasil e em Cuba. Outros aspectos que marcaram a *Era das Revoluções* – como a experiência constitucional e o bloqueio continental de Napoleão Bonaparte – serão analisados, na medida em que reafirmaram a escolha pela escravidão nessas duas localidades, e as repercussões das mudanças políticas do Rio de Janeiro e em Havana refletidas na materialidade do espaço citadino. Além do expressivo aumento da população escrava (decorrente do desenvolvimento do sistema de *plantation*), em 1815 o Rio de Janeiro se tornou a capital do Reino Unido a Portugal e Algarves, ao mesmo tempo em que foi consumada a diminuição da primazia da urbanidade de Havana, quando foi abolida a proibição do desmatamento da floresta que circundava a cidade.

O terceiro capítulo *Nas Urdiduras do Urbano, Havana e Rio de Janeiro tecidas pelas escravidão (1816-1833)* analisa como a escravidão, com toda sua força, teceu o cotidiano do Rio de Janeiro e Havana num período em que as duas cidades passaram por importantes mudanças políticas. Ao mesmo tempo em que era axial para o funcionamento das urbes, que se firmavam como importantes portos de exportação de açúcar e de café, a grande massa escrava gerou usos específicos no espaço citadino. No caso de Havana é possível observar uma grande quantidade de população branca que, por não encontrar um trabalho que julgassem condizente com sua situação social, preferiam divertir-se com as brigas de galo e os jogos de cartas. A vadiagem era tamanha que até mesmo os cativos se rendiam a ela. No Rio de Janeiro, o número cada vez maior de cativos (que assim como em Havana eram incrementados pelo tráfico) manteve-se como herança do passado colonial, mas alertava às novas autoridades quanto a necessidade de um controle mais assíduo.

Por fim, no último capítulo *Cidades de Plantation (1834-1844)* será analisada as mudanças que as autoridades governamentais realizaram no intuito de administrar uma população cativa que crescia graças ao tráfico ilegal (para o Rio e Havana), mas que também se conservava como mão-de-obra fundamental para a dinâmica escravista, sendo amplamente utilizadas pelos mesmos órgãos administrativos que deveriam controlá-la. A essa altura, a produção açucareira de Cuba e a cafeeira do Brasil já

havam ganhado espaço no mercado mundial, o que só aumentava a demanda por mais escravos. Como espelhos das unidades políticas que faziam parte, Rio de Janeiro e Havana refletiam a força que a escravidão exercia no Brasil e em Cuba.

CAPÍTULO I

CHAVES DO ATLÂNTICO IBÉRICO

Reforma Ilustrada e escravidão em Havana e Rio de Janeiro (1763-1790)

Considero hoje o Rio de Janeiro a *chave* deste Brasil pela sua situação, pela sua capacidade, pela vizinhança que tem dos domínios de Espanha e pela dependência que desta cidade têm as Minas com o interior do país, ficando por esse modo sendo uma das pedras fundamentais em que se firma a nossa Monarquia.”

Conde de Oeiras, 1765.

“Confieso el poco que me ha costado el título que le he puesto a este opúsculo; porque no es invención debida a mi voluntad y discurso, sino un glorioso epíteto con que ha querido la real grandeza distinguir y condecorar a La Habana, llamándola *Llave del Nuevo Mundo*.”

Félix Arrate y Acosta, 1766.

Não fora por acaso que, em meados da década de 1760, o Conde de Oeiras e Félix Arrate y Costa empregaram o termo *chave* para designar o papel que Rio de Janeiro e Havana desempenhavam dentro dos impérios que faziam parte. Os acontecimentos que marcaram a primeira metade do século XVIII – cuja radicalidade pôde ser atestada na Guerra dos Sete Anos - aproximaram cidades que, em princípio, compartilhavam apenas a condição colonial e o litoral Atlântico.

Embora nem tão radicais como possam parecer, as diferenças no planejamento das cidades das Américas espanhola e portuguesa de fato existiram e se transformaram em objeto de estudo de importantes obras que trataram tanto dos desenhos urbanos propriamente ditos, como dos significados que eles tinham dentro da política colonial da Península Ibérica⁷³. As mudanças causadas pelo Renascimento e o desenvolvimento das urbes em meados do século XV foram relidas em meio ao processo colonial iniciado no fim do período quinhentista. Por meio de planos que seguiam o esquema de *Gridiron*, ou da releitura do modelo medieval de cidades amuralhadas (com ruas estreitas e sinuosas), as nações ibéricas fizeram da materialidade do espaço urbano um dos símbolos de seus projetos de conquista e colonização nas Américas⁷⁴. A pretensa falta

⁷³ Importantes estudos comparados sobre as cidades americanas de origem ibérica são: MORSE, R. Some Characteristics of Latin American Urban History. *The American Historical Review*, vol. 67, nº 2 (jan. 1962), pp. 317-338. SCHWARTZ, Stuart. Cities of Empires: Mexico and Bahia in the Sixteenth Century. *Journal of Inter-American Studies*, Vol. 11, nº 4 (Oct., 1969), pp. 616-637. MORSE, R. Trends and Patterns of Latin American Urbanization, 1750-1920. *Comparative Studies and History*, Vol 16, Nº 4 (Sep., 1974), pp. 416-447. MORSE, R. O Desenvolvimento Urbano da América Espanhola Colonial. In.: BETHELL, L (Org.). *História da América Latina*, Vol. 2. São Paulo, EDUSP, 1999, pp. 57-98. ROMERO, J.L. *América Latina. As Cidades e as ideias*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1999.

⁷⁴ SMITH, Robert C. “Colonial Towns of Spanish and Portuguese America”. *Journal of the Society of Architectural Historians*, Vol. XIV, nº 5, dec. 1995, pp. 3-12.

de planejamento das cidades lusitanas de além-mar parecia contrastar com a codificação do planejamento urbano espanhol, compilada em 1523.

No entanto, a primeira guerra de proporções mundiais reconfigurou as possessões do Novo Mundo, fazendo com que, a partir de 1763, Havana e Rio de Janeiro assumissem lugares capitais no contexto Atlântico. Estrategicamente localizadas, as duas cidades transformaram-se em espaço de poder e porta de entrada (e de salvaguarda) das colônias que administravam.

Segurança, organização e embelezamento eram as palavras de ordem dos projetos ilustrados levados a cabo nas duas cidades⁷⁵. Justamente por isso, além dos ofícios e expedientes, planos e mapas foram ferramentas frequentemente utilizadas pelas autoridades locais. Era preciso conhecer e controlar as *chaves* do Atlântico Ibérico.

A retomada

Em 19 de outubro de 1762, Ricardo Wall⁷⁶ – Secretário de Estado e do Despacho da Guerra da Espanha – recebeu um ofício baseado no testemunho de um comerciante espanhol que havia deixado a Grã-Bretanha há poucos dias. Na realidade, esse homem (cujo nome não foi revelado) havia sido apresado pelos ingleses quatro meses antes, quando saía de Buenos Aires; depois de passar mais de setenta dias em solo inglês, retornou para a Espanha confirmando o que já era sabido pelas autoridades: Havana havia capitulado⁷⁷.

Três dias depois, o mesmo secretário recebeu outro ofício sobre a situação da cidade. Desta vez, as informações haviam sido conseguidas com o oficial da Marinha espanhola, Don Manuel Barcazan, que fora feito refém dos ingleses (junto com sua tripulação) durante uma travessia atlântica. No período em que ficou preso, Barcazan obteve dados detalhados sobre a invasão de Havana. Segundo o oficial, no dia 22 de junho, os ingleses conquistaram *El Morro* (uma das principais fortificações da cidade)

⁷⁵ Um importante trabalho sobre a ilustração nas cidades da América Latina é: RAMA, Angel. *The Lettered City*. Durham, Duke University City, 1996.

⁷⁶ De origem irlandesa, Ricardo Wall foi um dos secretários mais importantes do governo do Rei Carlos III. Depois de ocupar o cargo de embaixador em Londres, Wall assumiu a Secretaria do Estado em 1754 e, com a morte do Marquês de Eslava (junho de 1759), passou a cuidar dos assuntos de Guerra. Cf. KUETHE, A.J. *Cuba, 1753-1815. Crown, Military, and Society*. Knoxville, The University of Tennessee Press, 1986. Archivo Historico Nacional (doravante AHN). *Autógrafo de Ricardo Wall*. Diversos-Colecciones. Legajo 4,nº 281, 1777.

⁷⁷ Archivo General de Simancas (doravante AGS). *Tropas de la Habana. Guerra con Inglaterra*. SGU. Legajo 7302, nº 7, 1762.

por meio da ação conjunta entre um bombardeio naval e um ataque terrestre. Uma semana depois, eles conseguiram tomar a *Plaza Mayor* e todos os navios que estavam no porto. Ao que tudo indica, os colonos ainda ofereceram resistência por mais 10 dias, mas com pouca possibilidade de vitória – pois, além da superioridade bélica, os ingleses haviam dominado a Zanja, principal fonte de água potável da cidade. Sem escolha, os habitantes de Havana se renderam no dia 12 de agosto de 1762⁷⁸.

MAPA 1- VISTA DE HAVANA EM 1762

(Elias Durnford, *A View of the City of the Havana, taken from the Road near Colonel Howe's Battery*, 1765). O plano de Havana desenhado pelo oficial inglês em 1762 aponta não só o detalhado conhecimento que as autoridades britânicas detinham da geografia de Havana e seus arredores, como indica que a marinha e o exército do rei Jorge III fizeram uso deste conhecimento para atacar a cidade. Na gravura é possível observar uma série de números e letras, cada um deles representando uma das ações que compuseram as estratégias utilizadas por Sir. George Pocock e do Conde de Albermale durante as batalhas na Guerra dos Sete Anos. Mas tal plano ainda permite observar a estratégica posição de Havana (cujo porto principal era naturalmente protegido), bem como visualizar a sua porção amuralhada (em vermelho, letra A) e aquela que se localizava extramuros (em azul, letra B). Plano disponível no site: <http://search.babylon.com>

⁷⁸ Idem.

Os britânicos tinham muitos motivos para comemorar a conquista, sobretudo porque a tomada de Havana selava uma série de vitórias impetradas por eles durante a *Guerra dos Sete Anos* (1756-1763). Considerada como o primeiro conflito de dimensões mundiais, tal guerra pode ser entendida como um momento chave na disputa pela primazia global entre ingleses e franceses que, desde o início do século XVIII, estavam expandindo suas possessões nas Américas em um quadro de rivalidade crescente, que andava *pari passu* com a competitividade do comércio realizado nos oceanos Atlântico e Pacífico. A Espanha manteve-se neutra no conflito até 1759, quando Carlos III assumiu o trono. Membro da dinastia borbônica, o novo soberano espanhol renovou o *Pacto de Família* (1761), oferecendo apoio ao também Bourbon Luís XV, rei da França. O governo britânico não viu essa aliança com bons olhos, e em janeiro de 1762, declarou guerra à Espanha. A superioridade da marinha inglesa e o apoio que o exército de Jorge III recebeu dos colonos norte-americanos resultaram na ampliação do território britânico na América do Norte, na conquista de parte das Antilhas francesas e das cidades de Havana e de Manila (localizada nas Filipinas).

As novas conquistas britânicas eram a efetivação de sua vitória na Guerra dos Sete Anos. No entanto, a perda de duas cidades-chave na organização de seu Império ultramarino (uma situada no Golfo do México e a outra no traslado do tráfico no Pacífico) inviabilizava qualquer possibilidade de paz por parte da Espanha. Caso um acordo não fosse firmado, novos embates seriam inevitáveis. A possibilidade de outros conflitos, por sua vez, representaria o aumento expressivo das dívidas contraídas pelo governo inglês durante a guerra, tendo em vista a necessidade em garantir a segurança dos territórios recém-adquiridos. Além das questões financeiras, o Parlamento Britânico estava sendo fortemente pressionado pelos colonos que temiam a concorrência da produção açucareira nas Antilhas há pouco conquistadas⁷⁹. Tais motivações fizeram com que o governo britânico aceitasse participar das reuniões que levariam à assinatura do *Tratado de Paris*, em fevereiro de 1763.

Tal acordo - assinado por representantes da França, Espanha, Grã-Bretanha e Portugal - ratificava o triunfo inglês na Guerra dos Sete Anos, ao mesmo tempo em que reorganizava as possessões no Novo Mundo com o intuito de satisfazer as potências envolvidas. A França abriu mão de suas terras no Canadá, mas voltou a controlar

⁷⁹ BLACKBURN, R. *A construção do escravismo no Novo Mundo. Do barroco ao moderno, 1492-1800*. São Paulo, ed. Record, 2003.

Guadalupe e Martinica (medida que também contemplava os interesses dos colonos britânicos). Como a expulsão francesa dos territórios do norte da América fazia parte do acordo, Luís XV abdicou do governo da Louisiana em favor da Espanha, sua aliada durante a guerra. Por fim, Carlos III cedeu a Flórida para os ingleses em troca de Havana⁸⁰.

No ano de 1763, Havana voltava para o domínio espanhol. No entanto, durante as últimas três décadas do século XVIII, a história e, sobretudo, a configuração urbana da cidade passariam por transformações que só seriam comparáveis com as realizadas em meados da década de 1830⁸¹.

Havana: de pérola das Antilhas a laboratório da Ilustração

Era com *muito gosto* que o recém-empossado Capitão General de Cuba, Conde de Ricla, contava de próprio punho as festividades em comemoração pela retirada dos ingleses, em junho de 1763⁸². A alegria que descrevera na carta endereçada à Sua Majestade parecia anunciar a esperança do Conde de Ricla em relação a seu futuro governo, que teria a árdua tarefa de reconstruir Havana – material e simbolicamente. Isso porque, a tomada da cidade pelos ingleses foi, a um só tempo, resultado da superioridade bélica dos britânicos e da incapacidade do exército espanhol em garantir a segurança de uma das possessões de seu Império. Parte do que foi considerado como

⁸⁰ ELLIOT, J.H. *Empires of the Atlantic World. Britain and Spain in America 1492-1830*. New Heaven, Yale University Press, 2006, pp.294-295.

⁸¹ Diversos estudos sobre a história de Havana apontam que o período entre os anos de 1763 e 1792 foi de significativas mudanças urbanísticas na cidade. Ao analisar a organização político-administrativa e os mecanismos de poder colonial, Gonzalez-Ripoll resume as reformas bourbônicas empreendidas no Novo Mundo: “foi a partir de então, com o marco do absolutismo ilustrado dos monarcas da dinastia Bourbon, especialmente sob o reinado de Carlos III e Carlos IV no século XVIII, quando se iniciaram o que foi denominado de “reformas bourbônicas”, um conjunto de tentativas de modificar o sistema administrativo, econômico, social e cultural da Espanha e seus territórios. Nas Américas, as reformas tiveram como objetivo competir contra o potencial comercial britânico, defender os territórios da perseguição estrangeira e rentabilizar seus recursos para que se implementasse um pacote de medidas econômicas e administrativas que encontraram certa resistência em setores da sociedade indiana, de forte personalidade, maturidade em seus mecanismos econômicos regionais e uma margem efetiva de autonomia”. Cf. GONZÁLEZ-RIPOLL, María Dolores. Organización político-administrativa y mecanismos del poder colonial, siglos XVI-XVIII. In: NARANJO OROVIO, Consuelo (Coord.). *Historia de Cuba*, Madrid, CSIC, 2009, pp. 253-272.

⁸² Archivo Historico Nacional de Madrid (doravante AHN). *Tropas de la Habana. Guerra con Inglaterra*. Diversos- Colecciones, Legajo 28, nº 27, 1763.

*imperdoáveis erros cometidos pelos chefes militares durante as batalhas contra os ingleses*⁸³ foi compilado pelos havaneiros ainda em 1762, e serviu como base para o inquérito aberto contra as lideranças militares que administravam Cuba na ocasião⁸⁴.

Se não bastasse a narrativa da inaptidão das autoridades espanholas durante o combate⁸⁵, a covardia de muitos soldados peninsulares foi contraposta a atos de bravura protagonizados por sujeitos que, aparentemente, pouco tinham a ganhar arriscando suas vidas em nome do rei. Foi o caso de um grupo de escravos que, por iniciativa própria e liderados por Gabriel Barba, pegou em armas para tentar impedir a entrada dos ingleses em Havana. Ainda que não tenham logrado êxito, a valentia inquestionável dos cativos acabou lhes rendendo algumas condecorações, a ponto de Gabriel Barba receber uma medalha de ouro, ser alforriado e, assim, poder dar início a uma longa e respeitável trajetória militar no Batalhão de Pardos de Havana⁸⁶.

À humilhação e revolta geradas pelo sucesso da invasão, somaram-se as benesses que a presença britânica representara na vida de boa parte dos habitantes da cidade. Até então, a única forma legal de comprar cativos oriundos do continente africano era por meio do *asiento*, sistema em que indivíduos ou companhias comerciais obtinham da Coroa o monopólio de venda de um número específico de escravos, com a contrapartida de pagar os impostos exigidos⁸⁷. Os entraves fiscais acabavam tornando o preço de tais escravos muito alto, afastando pequenos e médios proprietários desse comércio. Se, durante a primeira metade do século XVIII, Havana chegou a ter mais de 30% da sua população composta por cativos, isto se deveu em grande parte às aquisições da Coroa e ao avultado volume de contrabando que ocorria nos inúmeros portos naturais da ilha⁸⁸. Os dez meses de domínio inglês haviam suspendido o monopólio exercido pela Coroa

⁸³ GUERRA Y SANCHÉZ, R. *Manual de Historia de Cuba (Económica, social y política)*. La Habana, Habana Cultural S.A., 1938, p. 166.

⁸⁴ Segundo Allan Kuethe, todas as autoridades que estiveram diretamente ligadas com a derrota espanhola em território cubano foram inqueridas num processo que não só buscava os possíveis culpados por tamanha vergonha, mas também apresentava novos nomes que passaram a exercer importante influência no governo de Carlos III. Ainda que a pena de morte tenha sido aventada para o Governador Prado, que ocupava o mais alto posto de comando em Cuba em 1762, a maioria das sentenças determinou que os envolvidos seriam expulsos das forças militares e da Corte espanhola, e que teriam seus bens confiscados a fim de quitar parte das dívidas que haviam contraído com o Estado. Cf.: KUETHE, Op. Cit., pp. 20-23.

⁸⁵ Archivo General de Indias (doravante AGI). *Vecinos de la Habana sobre las vejaciones por generales ingleses*. Estado, Legajo 7, nº 9, 1762.

⁸⁶ LANDERS, Jane. *Atlantic Creoles in the age of Revolutions*. Cambridge, Harvard University Press, 2010, p. 138.

⁸⁷ Cf. DE LA FUENTE, Alejandro. “Eslavitud, 1510-1816”. In.: NARANJO OROVIO, C. *Historia de Cuba*. Madrid. CSIC Ediciones Doce Calles, 2009, pp. 129- 151.

⁸⁸ Idem.

espanhola, permitindo que a elite havaneira experimentasse as vantagens do livre comércio e da surpreendente entrada – legalizada – de aproximadamente quatro mil africanos escravizados⁸⁹. A dominação inglesa não só abalou o sentimento de pertença dos havaneiros, como apresentou outro paradigma de relação comercial que passava ao largo dos ditames do mercantilismo monopolista.

Ao mesmo tempo em que mostrava às autoridades espanholas que os tempos eram outros, a invasão britânica pareceu destacar o papel ímpar que Havana exercia no Mundo Atlântico. Desde sua fundação, a localização geográfica foi um aspecto fundamental na trajetória da cidade. De acordo com Moreno Friginals, Havana parecia “*ter sido posta no lugar preciso, na encruzilhada exata do caminho marítimo de volta à Europa*”⁹⁰. Criada em 1515, na região sudeste da ilha de Cuba, *San Cristóval de La Habana* se transformou, ainda no século XVI, num importante ponto de ligação entre diferentes partes do Império espanhol. A partir de 1570 - quando foi instaurado o sistema de frotas (também conhecido como *Carrera de Indias*) -, Havana tornou-se ainda mais importante economicamente e, em 1589, foi elevada ao *status* de capital da capitania de Cuba. A partir de então, Havana passou a ser um dos maiores e mais expressivos entrepostos do império, já que era o primeiro ponto de chegada de todos os navios que saíam da Espanha, e o último porto das embarcações que deixavam a América hispânica em direção ao Velho Continente. A construção de um estaleiro que produzia navios de guerra, bem como o cultivo de tabaco e a criação de gado ampliaram

⁸⁹ Embora parte da historiografia cubana que abordou a tomada de Havana pelos ingleses (sobretudo os trabalhos produzidos até 1960) tenha demonstrado que o número de africanos escravizados que adentraram nos portos da cidade durante os dez meses de ocupação fosse próximo a dez mil, estudos mais recentes indicam uma quantia significativamente menor. Ver: MURRAY, David. *Odius Commerce. Britain, Spain and the Abolition of the Cuban Slave Trade*. Cambridge, Cambridge University Press, 1980, p. 4. MARRERO, Levi. *Cuba: economía y sociedad. Azúcar, ilustración y consciencia (1763-1868)*, vol. 10. Madrid, Editorial Playor, 1984, p.12. TORNERO TINAJERO, Pablo. *Crecimiento económico y transformaciones sociales*. Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1996, p. 35. Ainda que não leve em consideração o número de cativos que adentraram em Havana via contrabando, os números disponíveis no *Voyages. The Trans-Atlantic Slave Trade Database* <http://www.slavevoyages.org>, corroboram as últimas análises. Todavia, é importante ressaltar que a despeito da expressiva diferença entre os números apresentados, antes da invasão inglesa, o número de africanos escravizados que desembarcavam anualmente em Havana dificilmente ultrapassava 250 indivíduos. Cf. AIMES, H. *A History of Slavery in Cuba, 1511-1868*. New York, G.P Putnam's Sons, 1907, p. 29.

⁹⁰ MORENO FRAGINALS, Manuel. *Cuba, Espanha, Cuba. Uma História Comum*. Bauru: EDUSC, 1995.

ainda mais a economia havaneira, permitindo, assim, a criação de verdadeiras fortunas na cidade e seus arrabaldes⁹¹.

Entre os séculos XVI e XVII, o crescimento de Havana foi acompanhado pela setorização, econômica e racial, do espaço urbano⁹². A região central – próximo ao porto - logo foi ocupada por famílias abastadas de mercadores e oficiais militares espanhóis e *criollos*. As margens de Plaza de Armas – considerada a melhor localização da cidade – foram tomadas por casas cada vez mais suntuosas e resistentes, construídas com pedra ou tijolos: moradias de uma população majoritariamente branca e rica. Regiões mais afastadas do centro, como o bairro de Campeche, possuíam uma população miscigenada sob o ponto de vista racial. Cerca de 20% dos lotes de terra desse bairro estavam sob a posse de homens e mulheres negros e livres, que em grande parte dos casos, construíam casas menores e de materiais mais baratos do que aquelas encontradas próximas à Plaza de Armas⁹³.

Ainda no centro de Havana, nas cercanias do porto, havia inúmeras tavernas, alojamentos, prostíbulos e pequenos hotéis: uma rede de serviço montada para dar conta da demanda gerada pelas frotas. Muitas negras alforriadas e escravas ofereciam seus préstimos como cozinheiras e lavadeiras para marinheiros. E trabalho era o que não faltava. Segundo Alejandro de la Fuente, no final do século XVI, a população de Havana aumentava em quase 7 mil pessoas com a chegada das esquadras⁹⁴.

⁹¹Sobre os primeiros anos da história de Havana conferir: ARRATE Y ACOSTA, José Martín Félix. *Llave del Nuevo Mundo. Antemural de las Indias Occidentales*. La Habana: Comisión Nacional Cubana de la UNESCO, 1964 (primeira publicação 1792). ROIG de LEUCHSERING, Emilio. *La Habana. Apuntes Históricos*, Tomo I. La Habana, Editora del Consejo Nacional de Cultura, 1963. DE LA FUENTE, Alejandro. *Havana and Atlantic in the Sixteenth Century*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2008.

⁹² Em recente livro sobre a história de Havana, já citado neste trabalho, Alejandro de La Fuente chamou atenção para a racialização do espaço urbano da capital urbana desde meados do século XVI. Segundo o autor, embora a escravidão e até mesmo as atividades exercidas pelos “homens de cor” livres tivessem importância crucial no cotidiano da cidade, a presença de negros e africanos (escravizados ou não) deveria obedecer a uma determinada lógica de ocupação do espaço. Em outras palavras, fossem escravos, libertos ou livres, a população negra era mantida nos bairros *extramuros*, nas zonas mais distantes e pobres de Havana. Cf. DE LA FUENTE. Op. Cit. 2008, pp. 147-185.

⁹³ DE LA FUENTE. Op. Cit., 2008, p. 116.

⁹⁴ Os dados sobre a população de Havana apontam que durante o século XVI, a cidade possuía pouco mais de 4.000 habitantes. Esse número cresceu significativamente em meados do século XVIII, período em que a população foi contabilizada em aproximadamente 50.000 almas. Parte expressiva desse crescimento deveu-se ao desenvolvimento econômico da cidade gerado pela *Carrera de Índias*. Cf. ROIG de LEUCHSERING, Emilio. *La Habana. Apuntes Históricos*, Tomo II. La Habana, Editora del Consejo Nacional de Cultura, 1963, p. 4.

A conjuntura internacional do início do século XVII acabou levando a *Carrera de las Índias* ao colapso. Se, durante o período quinhentista, a região das Antilhas tinha sido palco de inúmeras disputas de potências europeias via piratas e corsários, as primeiras décadas da centúria seguinte foram marcadas por certa estabilidade e até mesmo desinteresse de países como Inglaterra, França e Holanda, que já haviam conseguido colonizar algumas regiões do Caribe e parte do continente. O contrabando - fomentado pela presença de outras nações do Velho Mundo nas Américas - passou a ser uma das atividades de maior lucratividade e retirou da Espanha o monopólio sobre as transações comerciais atlânticas. O sistema de frotas perdia assim parte de sua significância, embora tenha sido mantido até 1765⁹⁵.

A segunda metade do século XVII é ainda pouco analisada pelos historiadores que se debruçam sobre a história de Havana. Contudo, é fundamental assinalar que a desaceleração do sistema de frotas não diminuiu a importância da capital cubana dentro do quadro mais amplo do Império espanhol. O desenvolvimento do comércio ilícito em praticamente todas as ilhas do Caribe e a ampla rede de interesses mercantis de diferentes potências da Europa exerceu forte influência em Havana, na medida em que mantiveram pujante a atividade portuária da cidade, embora boa parte dos produtos exportados circulasse apenas nos mares caribenhos.

A participação de Havana na rede de comércio ilegal criada no Caribe só foi possível graças ao desenvolvimento da atividade agrária nas regiões rurais circunvizinhas. Arturo Sorghedui D'Mares e Alejandro de La Fuente apontaram que, entre as décadas de 1620 e 1670, houve um aumento significativo de pedidos de uso da terra no *Cabildo* de Havana. Os solicitantes eram, em sua maioria, comerciantes e funcionários da Coroa espanhola que, percebendo a “mudança de ventos” na economia da cidade e das Antilhas, passaram a investir em terras⁹⁶. Deste modo, à agricultura de subsistência e à criação de gado foram somadas a produção cada vez mais sistemática de açúcar e tabaco, gêneros de ampla circulação no mercado ilícito.

⁹⁵ Cf. OPATRNY, Josef. Cuba en el contexto internacional. In.: NARANJO OROVIO, Consuelo. *Historia de Cuba*. Madrid, CSIC Ediciones Doce Calles, 2009, pp. 233-252. Uma síntese interessante sobre o sistema de *asiento* para Cuba e sua desarticulação no século XVII pode ser encontrada em: CORWIN, Arthur F. *Spain and the Abolition of Slavery in Cuba, 1817-1886*. Austin and London. University of Texas Press, 1967, pp. 4-15.

⁹⁶ SORGHEDUI D'MARES, A. DE LA FUENTE, A. La organización de la sociedad criolla (1608-1699). In: BARCIA, M.C. GARCIA, G. TOORES-CUEVAS, E. (Orgs.) *Historia de Cuba. La Colonia. Evolución socioeconómica y formación nacional de los Orígenes hasta 1867*. La Habana, Editora Política, 1994, pp.139-179.

MAPA 2 - ÍNDIAS OCIDENTAIS COM DESTAQUE ESPECIAL PARA HAVANA, SÉCULO XVIII.

(Herman Moll. *A Map of the West Indies or the Islands of America in the North Sea*. London, ca. 1715-20) Produzido entre os anos de 1715 e 1720 pelo cartógrafo e gravuristas neerlandês Herman Moll, o mapa acima permite observar a estratégica posição de Havana (destacada em azul) em relação ao Atlântico Norte. A cidade que, no século XVI, foi propositadamente transferida para a parte ocidental de Cuba, tinha uma localização ímpar que facilitava sua relação não só com a Metrópole, mas também com as demais ilhas caribenhas e com todo o Golfo do México, em especial com o sul das Treze Colônias inglesas (futuro Estados Unidos). Não foi por acaso que, desde fins do século XVI, a cidade tinha uma economia portuária pulsante e, justamente por isso, foi alvo de investidas de outras nações europeias. Mapa disponível no site: <http://www.philaprintshop.com>

Essa pluralidade agrária repercutiu na dinâmica urbana de Havana, desenvolvendo uma gama diversificada de atividades artesanais que, de algum modo, estava atrelada à produção ou escoamento dos produtos cultivados na *hinterland*. Um dos exemplos mais emblemáticos eram os *esclavos tabacaleros*, ou seja, os cativos que processavam as folhas de tabaco produzindo os charutos, fomentando uma indústria fundamentalmente urbana⁹⁷. Junto com o artesanato, a Havana do século XVII também foi marcada pelo incremento das camadas médias da sociedade - formada por *criollos* menos abastados, migrantes europeus e negros forros -, bem como pela ampliação do perímetro urbano, a

⁹⁷ O tabaco foi um importante gênero para a economia cubana. Reforçando a tese de Fernando Ortiz, Casanovas apontou que durante os primeiros anos do século XVIII, a indústria do tabaco (cultivo da folha, manufatura dos charutos e exportação do produto) foi responsável pelo crescimento da população de Havana e pelo uso de boa parte dos escravos urbanos. Cf. CASANOVAS, Joan. *Bread, or Bullets. Urban Labor and Spanish Colonialism in Cuba, 1850-1898*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1998, pp. 15-42. Conforme apontado, um estudo basilar sobre a história do tabaco em Cuba é: ORTIZ, Fernando. *Cuban Counterpoint. Tobacco and Sugar*. New York, Alfred A. Knopf ed., 1947 (1ª edição cubana de 1940), pp. 103-253.

construção de edifícios grandiosos e o aumento significativo de igrejas e construções eclesiásticas (como conventos e monastérios). A cidade passou a ter uma economia diversificada e dinâmica, com produtos de diferentes regiões do mundo e, justamente por isso, tornou-se um dos pontos mais cobiçados por nações estrangeiras.

A partir de agosto de 1763, a reestruturação de Havana não era apenas uma questão de honra para Coroa espanhola. Por isso, o poder metropolitano precisou organizar sua administração em duas frentes: por um lado, retomar o domínio efetivo daquela que foi reconhecida como a *Llave del Nuevo Mundo*, criando condições materiais e militares que impedissem novas invasões. Por outro, exercer o controle efetivo da cidade, sem deixar de ampliar o diálogo com a elite havaneira que, embora fiéis aos Bourbons, soube utilizar a experiência do domínio britânico para elaborar sua plataforma de reivindicação: a elite *criolla* ansiava por maior liberdade comercial e por mais braços escravos.

Valendo-se da experiência militar adquirida na Guerra da Sucessão Austríaca (1740-1748), da vivência administrativa em outras partes do império hispânico e do trânsito fácil na Corte, o catalão Ambrosio de Funes Villalpando Abarca de Bolea, Conde de Ricla, propôs uma reorientação radical da estratégia de defesa da ilha, que envolvia a polêmica criação de três regimentos de milícia – com três batalhões cada – compostos por colonos⁹⁸. Durante dois meses, Carlos III e seus principais ministros estudaram a proposta de Ricla, pontuando os possíveis riscos gerados pela educação militar dos *criollos*⁹⁹. No entanto, a belicosidade que marcava o contexto Atlântico deixou a Coroa espanhola sem alternativas, mesmo porque o contingente de soldados peninsulares já havia se mostrado incapaz de resguardar a totalidade das fronteiras do império hispânico. A questão amplamente debatida durante sessenta dias foi como viabilizar, economicamente, a criação desse braço do exército sem onerar os cofres públicos.

Os ideais ilustrados que pautaram o governo bourbônico desde o início do século XVIII balizaram a decisão final da Coroa. Com a ajuda do marquês de Esquilache, Carlos III aceitou a proposta de Ricla, com a contrapartida de que a reformulação do exército

⁹⁸ A experiência da Guerra dos Sete Anos havia descortinado a fragilidade das corporações militares no continente americano. Justamente por isso, a partir da década de 1760, tanto a Inglaterra como a Espanha iniciaram uma forte política de ampliação e treinamento das milícias no Novo Mundo. Cf. KUETHE, A. Op. Cit., pp. 25-30. ELLIOT. Op. Cit. VENEGAS FORNIAS, Carlos. *Cuba y sus pueblos. Censos y mapas de los siglos XVIII y XIX*. La Habana, Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana Juan Marinello, 2002, p. 38.

⁹⁹ KUETHE, A. Op. Cit., p. 28.

espanhol em Cuba fosse acompanhada por mudanças fiscais que demandassem dos próprios *criollos* o financiamento da militarização colonial. Observa-se, então, que a necessidade de reestruturar a cidade foi encarada como uma boa oportunidade para colocar em prática, no Novo Mundo, os ideais de administração ilustrada que já organizavam diversos âmbitos da metrópole. Havana acabou tornando-se uma espécie de *laboratório* na implementação da política bourbônica nas Américas¹⁰⁰.

O aceite da proposta do Conde de Ricla veio junto com sua nomeação para Governador e Capitão General de Cuba. A ideia era que ele, pessoalmente, levasse a cabo o projeto elaborado meses antes. Ainda que não lhe faltasse as prerrogativas para ocupar o cargo, Ricla contou com o apoio fundamental do marechal Alejandro O'Reilly - futuro Capitão General de Louisiana. De origem irlandesa, educado na Prússia e com uma trajetória militar sólida, O'Reilly foi investido do cargo de Subinspetor Geral da Milícia e do Exército Regular¹⁰¹. A antiga amizade entre os dois impediu possíveis disputas de poder, favorecendo assim a boa execução do projeto. Como apontado por Allan Kuethe, enquanto o Conde de Ricla ficou responsável por restaurar a administração da ilha - supervisionando a reconstrução das fortificações e o desenvolvimento dos meios financeiros que garantiriam a expansão militar -, O'Reilly ficou livre para cuidar, especificamente, da conformação das tropas *criollas*¹⁰².

A reconstrução da fortaleza de *San Carlos de La Cabaña* talvez seja um dos maiores exemplos da reordenação militar encetada por Ricla. Seguida pela reorganização administrativa da cidade¹⁰³, tal obra (que só foi finalizada em 1774) acabou criando um verdadeiro complexo militar situado na entrada da baía de Havana, pois ligava a fortaleza aos fortes *El Morro* e *La Punta*, que também passaram por reparos, já que haviam sido parcialmente destruídos pelos ingleses. O Conde de Ricla garantiu, ainda, a construção da nova fortificação de *Atares* (1763-1767) e das baterias de *la Pastora* e *el Polvorín*¹⁰⁴.

¹⁰⁰ Diversos trabalhos afirmam que a reconstrução de Havana após a invasão inglesa serviu como importante experiência para o governo ilustrado de Carlos III, experiência essa que pautou as ações da metrópole em outras localidades da América hispânica sem, todavia, lograr o mesmo sucesso. Ver: ELLIOT. Op. Cit., pp. 298-310. KUETHE, A. Op. Cit., pp. 24-49.

¹⁰¹ KUETHE, A. Op. Cit., pp. 30-32.

¹⁰² Idem, p. 33.

¹⁰³ Uma das primeiras medidas tomadas por Ricla foi a reorganização da cidade: os bairros de Havana foram organizados em quatro quartéis, seguindo a posição geográfica. Isso facilitaria o reconhecimento da cidade, pré-requisito fundamental para a manutenção da segurança da urbe. Cf. ROIG de LEUCHSERING, Emilio. Op. Cit., Tomo II, p. 5.

¹⁰⁴ GUERRA Y SANCHÉZ, R. Op. Cit., p. 170.

MAPA 3 - FORTIFICAÇÕES NA ENTRADA PORTUÁRIA DE HAVANA

(Map of Havana. *History of the British Army*, Vol. II, ed. by J.W. Fortescue). Também produzido pelos britânicos em 1762, o mapa acima permite observar a localização dos três principais fortes da cidade de Havana, todos situados na entrada portuária da cidade. Com o intuito de restaurar a segurança na cidade, as ações iniciais do Conde de Ricla privilegiaram, justamente, a reconstrução dessas três fortificações (*La Cabaña, La Punta e El Morro*).

A reconstrução do *Real Arsenal* – localizado extramuros, próximo ao Campo de Marte – também foi assunto de máxima urgência. Durante a primeira metade do século XVIII, o *Real Arsenal* de Havana transformou-se num dos mais importantes estaleiros do império hispânico, tendo sido o local da construção de parte significativa das embarcações que compuseram a *Real Armada*¹⁰⁵. Com o intuito de impedir que a Espanha recuperasse seu poder naval rapidamente, antes da retirada de Havana, em abril de 1763, os ingleses arrasaram o Arsenal, destruindo praticamente todas as ferramentas e máquinas utilizadas na edificação e reparo de embarcações, além de queimar os navios que estavam no estaleiro. Para reerguer o *Real Arsenal*, o Capitão General de Cuba chegou a contratar quatro mil homens que, sob o comando de Lorenzo Montalvo e o

¹⁰⁵ORTEGA PEREYRA, Ovidio. “El Real Arsenal de la Habana”. In.: *Cuba y sus puertos (siglos XV al XXI). Memorias del I Coloquio Internacional “Ciudades Portuarias de Iberoamérica y el Caribe”*. La Habana, Instituto de Historia de Cuba, 2005, pp. 16-20.

investimento de mais de meio milhão de pesos, conseguiram entregar dois navios com capacidade para 80 canhões cada ainda em 1765¹⁰⁶.

Alejandro O'Reilly, por sua vez, fez um inventário da situação militar da colônia. Assim que compreendeu que uma série de interesses e redes pessoais comprometera o desempenho bélico de boa parte dos soldados espanhóis fixados em Cuba, O'Reilly conseguiu a aprovação metropolitana que diminuía para dois anos o tempo de permanência das tropas espanholas na ilha; passado esse período, ocorreria um rodízio dentre os oficiais peninsulares. Seu objetivo era enfraquecer o poder das tropas veteranas, para que as Milícias *Criollas* – organizadas por ele - se tornassem o pilar da defesa colonial¹⁰⁷. Utilizando os conhecimentos demográficos, econômicos e sociais sobre a ilha, O'Reilly formou as Milícias Disciplinares de Cuba. No caso específico de Havana, foram criados um regimento de infantaria com dois batalhões e um regimento de cavalaria - ambos constituído exclusivamente por homens brancos -, um batalhão de infantaria pardo, e um batalhão de infantaria leve (especializado em emboscada) composto por negros livres¹⁰⁸.

O empoderamento das tropas *criollas* teve duas razões principais. A primeira delas era atrair o maior número possível de soldados, tendo em vista os baixos salários que eram pagos pela Coroa. A segunda era recompensar, política, judicial e simbolicamente, o significativo aumento de impostos pagos pelos colonos para manter tais milícias¹⁰⁹. Já foi visto que a condição imposta por Carlos III para aceitar o ousado plano de militarização proposto por Ricla era vinculá-lo ao aumento da cobrança de tributos na ilha. A partir de 1763, a coleta de impostos passou para as mãos de profissionais leais à Coroa que, sob o comando do Marquês de Esquilache, criaram taxas e aumentaram o percentual de diversos tributos¹¹⁰. Uma medida importante foi o aumento da *alcabala* –

¹⁰⁶ Idem, p. 17.

¹⁰⁷ KUETHE, A. Op. Cit., pp. 33-35.

¹⁰⁸ Idem, p. 38.

¹⁰⁹ O exame preciso que O'Reilly havia feito da sociedade cubana lhe permitiu perceber que a única maneira de instalar a cobrança de impostos necessários para a manutenção das milícias disciplinares seria transformar as próprias milícias em instituições de prestígio e poder. Sendo assim, além da uniformização ornamentada (que levava em consideração as diferenças existente dentro dos batalhões *criollos*), da nomeação de importantes figuras da elite cubana para as mais altas patentes militares, O'Reilly e Ricla garantiram que os integrantes das milícias, quando necessário, fossem julgados pelo *fuero militar* – o lhes daria diversas vantagens se comparado ao sistema jurídico destinado aos demais colonos. As medidas tomadas por O'Reilly e Ricla surtiram o efeito desejado: os *criollos*, que até 1758 compunham aproximadamente 17% das forças militares de Cuba, passaram a representar 40% das tropas da ilha em meados da década seguinte. Cf. KUETHE. Op. Cit., pp. 50-77.

¹¹⁰ Cf. JOHNSON, S. Op. Cit., p. 197. VENEGAS FORNIAS, C. Op. Cit., p. 41.

tarifa cobrada sobre a venda de imóveis, escravos e gado comercializados em todo o território americano. Em Havana, tal taxa representava 2% do valor cobrado nos itens tributáveis, percentual que aumentou para 4% e depois para 6%, além de ser imputado sob outros produtos, como a aguardente e o rum. Tal aumento foi essencial para garantir a manutenção das novas tropas criadas em Cuba, e também para assegurar a consolidação do sistema de taxação da ilha - o que, anos mais tarde, viria a ser fundamental para a prosperidade da produção açucareira cubana¹¹¹.

No entanto, o aumento dos impostos era apenas um aspecto das reformas borbônicas em Cuba. Para garantir que o incremento dos diversos setores da economia local fosse administrado por uma burocracia profissional e moderna, o poder metropolitano - estivesse representado na figura do Capitão General ou dos ministros peninsulares - fundou em Havana instituições já existentes na Metrópole. No início de 1764, foi criada a *Intendencia de Correos* (1764), órgão que passou a centralizar todas as comunicações postais das colônias hispânicas na América. Alguns meses depois, o Conde de Ricla solicitou que a Coroa espanhola implementasse a *Intendencia General de Ejercito y Hacienda* na ilha. Era a primeira vez que tal órgão era instituído no Novo Mundo, demonstrando, uma vez mais, os princípios ilustrados que nortearam a reconstrução de Havana. Chefiada por um intendente (geralmente *criollo*) que possuía comunicação direta com o rei, à Intendência coube administrar os assuntos relativos às finanças, guerras, fortificações e terras reais¹¹², o que fez de seu chefe um homem com poderes comparáveis apenas aos do Capitão General.

Atendendo às necessidades criadas pela própria reforma militar e pela elite havaneira, Ricla utilizou seu poder e rompeu alguns entraves que existiam para a importação de gêneros básicos como a farinha, permitindo que os colonos negociassem diretamente com comerciantes estrangeiros (sobretudo com norte-americanos e ingleses), o que, por sua vez, facilitou a entrada de mais alimentos e escravos¹¹³. Afiançada pelo rei, a medida tomada pelo Conde de Ricla em 1764 foi ampliada no ano seguinte, quando Carlos III aboliu o monopólio da *Companhia Real del Comercio de la Habana* com os portos de Cádiz e Sevilha. Em semelhança ao sistema de livre comércio imperial

¹¹¹ AHN, Apuntaciones sobre la ciudad de La Habana, Diversos Colecciones, Legajo 29, nº 1, 1776. Cf. ELLIOT, J.H. Op. Cit., pp. 303-304.

¹¹² MARRERO, L. Op. Cit., p. 4

¹¹³ GUERRA Y SANCHÉZ, R. Op. Cit., p. 171. KUETHE. Op. Cit., pp. 66-71.

britânico, a Coroa hispânica viabilizou certa dinamização da economia havaneira permitindo a comercialização dos seus produtos com nove portos espanhóis.

Observa-se então que o projeto ilustrado de Carlos III foi acompanhado por uma série de concessões à elite cubana. Os mediadores desse intrincado jogo de interesses foram o Conde de Ricla e o Marechal O'Reilly que, fazendo uso da boa relação criada nos dois lados do Atlântico espanhol e da fina análise que haviam feito das dinâmicas da sociedade cubana, cumpriram o que haviam prometido ao monarca: transformaram Havana na primeira praça forte da América hispânica sem colocar em risco o domínio da Coroa sobre a ilha.

Antigos usos e as mesmas reivindicações de uma cidade escravista

A rapidez com a qual o Conde de Ricla e o Marechal O'Reilly reergueram Havana foi possível graças ao emprego de centenas de prisioneiros de guerra, homens livres e, principalmente, escravos. Para garantir que não houvesse falta de trabalhadores, o Capitão General conseguiu autorização real para a entrada de milhares de africanos escravizados na ilha¹¹⁴. Parecia que o Conde de Ricla havia ouvido as súplicas da elite cubana. Há muito que os *vecinos* de Cuba solicitavam mais cativos. Em 22 de março de 1752, o Secretário Sebastian Eslava recebeu um ofício no qual os *criollos* pediam que

Sua Majestade se digne facilitarles algun modo de proveerse de Negros. Y pelo que mira a estos solos Pretendientes, se verifica del todo que su carestía marca de no tener donde comprarlos; pues alegan, no haver podido tomarlos de la Companhia de la Habana que se los vendia mitad a dinero decontado, y mitad a frutos de la cosecha, por no hallarse con lo primero¹¹⁵.

Segundo os *criollos* que assinaram o documento, embora muitas localidades do Império hispânico não precisassem de escravos africanos, a economia do Cuba só teria a ganhar com isso, pois esses homens e mulheres vindos da *Guiné* formariam a mão-de-obra

¹¹⁴ Segundo as informações obtidas *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*, aproximadamente 3300 africanos desembarcaram em Cuba durante o governo do Conde de Ricla. Cf. <http://www.slavevoyages.org>.

Ao analisar as reconstruções feitas em Havana logo após a expulsão inglesa, Levi Marrero afirmou que sob a autorização de Ricla inúmeros africanos foram adquiridos, sendo que a Coroa espanhola comprou quatro mil cativos que foram alocados nas obras de fortificação. Cf. MARRERO, L. Op. Cit., p. 3.

¹¹⁵ AGS, *Comercio. Negros. Cuba*. Secretaria del Despacho de Guerra, legajo 6799, nº36, 1752.

necessária para a produção agrícola, fosse de tabaco, fosse de cana. A necessidade por escravos era tamanha que os autores do documento não se fizeram de rogados: caso seu pedido não fosse atendido, se manteria aberto “*un amplíssimo campo a el contrabando*.”¹¹⁶”

O contrabando a que os *vecinos* cubanos se referiam há muito era conhecido pelas autoridades cubanas e peninsulares. E se o sistema de *asiento* – que até então era a única forma legal de introduzir africanos escravizados em Cuba – não dava conta de atender as demandas da elite agrária da ilha, também não seria por essa via que o Conde de Ricla obteria os escravos necessários para a reestruturação das fortificações de Havana. Fazendo uso de seu poder, o Capitão General firmou uma série de contratos com traficantes ingleses que, entre novembro de 1763 e abril de 1765, foram responsáveis pela entrada de mais de cinco mil africanos escravizados em Cuba; dentre eles, mais de 4300 foram comprados pelo governador para atender as demandas do Estado na capital cubana¹¹⁷. Em tese, a exceção feita durante o governo de Ricla tinha um único objetivo: viabilizar a execução do projeto ilustrado de reforma urbana em Havana¹¹⁸.

¹¹⁶ Idem, p.5.

¹¹⁷ Cf. TORNERO TINAJERO, P. Op. Cit., pp. 35-36.

¹¹⁸ Parte das aparentes contradições do uso que governos ilustrados fizeram da escravidão pode ser encontrada na obra: DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, pp. 435-491.

**TABELA 1 - IMPORTAÇÃO DE ESCRAVOS DURANTE O GOVERNO DOS
CAPITÃES GERAIS DE CUBA (1763-1789)**

ANO	CAPITÃO GENERAL	Nº DE ESCRAVOS (Aimes)	Nº DE ESCRAVOS (Slave Trade DataBase)
1763-1765	Ambrosio Funes Villalpando Abarca de Bolea		3.896
1765-1766	Diego Manrique		628
1766-1771	Antonio María de Bucareli y Ursúa		692
1771-1777	Felipe de Fondesviela y Ondeano, Marqués de la Torre		0
1777-1780	Diego José Navarro García de Valladares		0
1781-1782	Juan Manuel de Cagigal y Monserrate		0
1782-1785	Luis de Unzaga y Amézaga		1.761
04/1785-11/1785	Bernardo Troncoso Martínez del Rincón		1.122
1785-1789	José Manuel de Ezpeleta		8.914
TOTAL		30.875	17.013

Fontes: AIMES, H.S. *A History of Slavery in Cuba, 1511 to 1868*. New York, G.P. Putnam's Son, 1907 e <http://www.slavevoyages.org>¹¹⁹

Em certa medida, a liberação do comércio de escravos entre os anos de 1763 e 1765 acabou reforçando a importância que Havana – mais do que a totalidade de Cuba – tinha dentro do mundo hispânico. Mesmo porque, conforme pontuado por Tornero Tinajero, o comércio de africanos escravizados não foi um evento isolado; ele acabou fomentando as negociações da ilha com outras nações, relações essas que não faziam parte do pacto colonial imposto pela Espanha¹²⁰. Com o intuito de conter os excessos da colônia, os peninsulares criaram, em 1765, a *Compañia Gaditana de Negros*, sediada em Cádiz; entretanto tal empresa não teve sucesso na sua tentativa de controlar a entrada de africanos escravizados na ilha. O significativo volume de produtos (incluindo os cativos) que passaram pela aduana de Havana durante o governo de Ricla reforçou a proeminência que Havana tinha sobre sua hinterlândia - que ainda estava longe do modelo de exploração observado em outras localidades do Caribe. Se, entre os séculos

¹¹⁹ Nos anexos de seu livro sobre tráfico de africanos escravizados para Cuba, Aimes apontou que entre 1763 e 1790 aproximadamente 31.000 cativos teriam adentrado os portos cubanos, cifra significativamente superior aos dados levantados pelo *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*. AIMES, H.S. *A History of Slavery in Cuba, 1511 to 1868*. New York, G.P. Putnam's Son, 1907. Todavia, trabalhos mais recentes sobre o tráfico de africanos escravizados para Cuba têm sugerido que os dados levantados pelo *The Trans-Atlantic Slave Trade Database* são mais plausíveis – embora o banco de dados não leve em consideração o número de escravos que adentraram nas Américas via contrabando, como demonstra os dados referentes aos anos de 1771 a 1782 da tabela 1.

¹²⁰ Cf. TORNEIRO TINAJERO, Op. Cit., pp. 45-75. No artigo que escreveu sobre Havana no século XVIII, Allan Kuethe também destacou as transações comerciais realizadas entre negociantes havaneiros e comerciantes de outras procedências, principalmente estadunidenses. Cf. KUETHE, A. Havana in the Eighteenth Century. In: KNIGHT, F. LISS, P (ed.). *Atlantic Port Cities. Economy, Culture, and Society in the Atlantic World, 1650-1850*. Knoxville, The University of Tennessee Press, 1991, pp. 13-39.

XVI e XVIII, é possível afirmar que não existia o sistema de *plantation* na ilha, as diversas atividades econômicas de Havana fizeram com que *a ilha fosse a cidade*¹²¹.

As atividades portuárias e toda a rede de serviços oferecidos por uma cidade-porto (hospedarias, tabernas e pequeno comércio) eram, em grande parte, executadas por escravos. Ainda que para esse período não tenham sido encontrados anúncios de jornais noticiando a compra e venda de cativos urbanos, outros registros sugerem a importância que os cativos tinham na dinâmica cotidiana da urbe. Em 1680, por exemplo, o primeiro diocesano de Cuba produziu uma série de regulamentos sobre a escravidão, que revelam parte das implicações do cativo em Havana. Preocupado com a conduta cristã, o clérigo defendia a proibição de mulatas e negras (livres e escravas) saírem de suas casas para ganhar jornal depois de anoitecer, prática essa que, sem dúvida alguma, poderia acobertar a prostituição. O trânsito dessa “classe” de mulheres pelas vias e tabernas de Havana horrorizava o autor das posturas, que também se mostrava decepcionado com os senhores, já que eles permitiam que

Las dichas esclavas jornaleras vivan fuera de sus casas, alquilándoselas en la ciudad a otras personas, sino que las recojan de noche en las suyas, para que debaxo de su mano y disciplina, vivan honestas y recogidamente, y se eviten los daños referidos; y ser las casas que alquilan dichas esclavas lugares publicos¹²².

Ao que tudo indica, algumas leis divinas não se aplicavam ao cotidiano escravista, e boa parte das mulheres de cor – escravizadas ou não – continuou ganhando seu sustento nas ruas da cidade. Muitos *bandos de gobierno* (leis municipais) publicados ao longo do século XVIII apontam que a retidão católica esteve longe de pautar a dinâmica dos trabalhos exercidos pelos escravos citadinos. Assim como o código elaborado em 1680, tais documentos tentavam legislar sobre costumes decorrentes da maior autonomia desfrutada pelos cativos urbanos: possibilidade de morar sobre si, fugas e pequenos delitos cometidos por esses escravos foram pautas de alguns *bandos* publicados pelos Capitães Gerais que governaram Havana. Todavia, a reincidência dos assuntos levantados pelas autoridades nos séculos XVII e XVIII demonstra que essas práticas continuaram recorrentes na capital cubana, corroborando a tese de que Havana era uma

¹²¹ Expressão cunhada por Alejandro de La Fuente no livro em que analisa a história de Havana nos séculos XVI e XVII, a frase resume o lugar crucial que a economia de Havana desfrutava dentro do Império espanhol no período examinado pelo autor. Cf. DE LA FUENTE, A. Op. Cit., 2009, pp. 132-144.

¹²² El Adecentamiento de la Iglesia en Cuba y la regulación de la esclavitud. Libro I, Título II, Constitución X, 1680. In: TORRES-CUEVAS, E. REYES, E. *Esclavitud y Sociedad. Notas y documentos para la Historia de la Esclavitud negra en Cuba*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1986.

cidade escravista muito antes da implementação do sistema de *plantation* escravista em Cuba, e, nesse momento, a despeito dele¹²³.

No entanto, se a conduta cristã não foi definidora nas relações que muitos escravos estabeleceram com as atividades que exerciam, a Igreja Católica, como instituição, viabilizou aos diversos cativos que moviam a economia de Havana a criação de espaços de sociabilidade para além do trabalho forçado. Exemplo disso foram os *Cabildos de Nación* existentes na cidade. Os *cabildos* de negros existiam em Sevilha desde o século XV, e foram transplantados para quase todas as colônias americanas. Existe certo debate historiográfico em relação à definição desses espaços, mas, grosso modo, tais *cabildos* de negro, ou *cabildos* de nação, eram associações criadas por escravos e libertos em torno da devoção a um santo católico específico¹²⁴. Boa parte desses *cabildos* – que em Havana datam de meados do século XVI – estava vinculados à igrejas ou monastérios¹²⁵. A intrincada relação dessas associações com a Igreja Católica acabou facilitando que homens e mulheres negras criassem, legalmente, associações que iam muito além dos rituais e festividades litúrgicas, e que por sua vez permitiram outros usos do espaço urbano.

Como em praticamente todo o Novo Mundo Ibérico, os *cabildos* também se transformaram em associações de ajuda mútua que, acima de tudo, cuidavam de um assunto de extrema importância para os africanos transplantados para a América e seus descendentes: a morte. Embora fosse tarefa de todo bom cristão cuidar dos rituais fúnebres de seus irmãos de fé (independentemente da condição social deles), boa parte dos senhores de escravos esteve pouco preocupada com as condições em que seus cativos eram enterrados. Para além da falta de interesse senhorial, a morte tinha um significado

¹²³ Estudos recentes que analisaram a história de Havana entre os séculos XVI e meados do século XVIII defendem a tese da proeminência da escravidão urbana nesse período. Cf.: MORENO FRAGINALS. Op. Cit., 1995. GARCÍA, Gloria. *La esclavitud desde la Esclavitud*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 2003. DE LA FUENTE, Op. Cit., 2008. DE LA FUENTE, Op. Cit., 2008. BARCIA, María del Carmen. *Los ilustres Apellidos. Negros en la Habana Colonial*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 2009. Até mesmo análises mais antigas, que entendiam a escravidão urbana como uma faceta menos importante do escravismo cubano, indicam diversos documentos que permitem atestar o peso que a escravidão cidadina tinha na capital cubana. Cf. ORTIZ, Fernando. *Los Negros Esclavos*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1987 (primeira edição 1916).

¹²⁴ As diversas definições e práticas dos *cabildos* de nação em Havana podem ser encontradas nas obras de: ORTIZ, Fernando. Op. Cit., 1947. DESCHAMPS CHAPEAUX. Op. Cit., 1971. BARCIA, María del Carmen. Op. Cit., 2009.

¹²⁵ Sobre a história dos *cabildos* de nação e confrarias no mundo hispânico ver: MORENO, Isidoro. *La antigua hermandad de los negros de Sevilla. Etnicidad, poder y sociedad en 600 años de historia*. Sevilla, Universidad de Sevilla, CCJA, 1997. MULVEY, Patricia. *The black lay brotherhoods of colonial Brazil: a history*. City University of New York, PhD, 1976, pp. 38-75.

diferente para a maior parte das sociedades da África Subsaariana, que a entendiam como etapa crucial dentro de uma concepção de mundo nada cartesiana. Menos do que o fim, a morte era concebida como a transição para outro estágio da existência humana e, justamente por isso, deveria ser celebrada de forma adequada¹²⁶.

Todavia, a complexidade que a escravidão tomou nas Américas acabou alargando os usos e sentidos desses *cabildos* de nação. Mais do que vigiar a morte de seus membros, tais *cabildos* tornaram-se locais em que cativos e libertos, geralmente da mesma procedência, se encontravam não só para *cuidar dos seus*, mas também para realizar festas e muitas vezes (re)estabelecer os laços de solidariedade e de família que a travessia atlântica e a vivência em cativeiro haviam cortado. Embora tais organizações seguissem normas respaldadas pela Igreja e pelos decretos reais, em Havana os *cabildos* ganharam tamanha expressão que, em 1681, houve uma tentativa em proibir que seus membros realizassem as festas costumeiras em lugares fechados. Ainda que fosse para festejar o Dia de Reis ou a festa de Nossa Senhora dos Remédios, a junção de dezenas de homens e mulheres oriundos de regiões muito próximas (as chamadas nações africanas) deixava as autoridades temerárias em relação às possíveis desordens públicas - que podiam ter tons de festejos, mas também de rebelião.

Contudo, as normas publicadas pelos monarcas e pelo alto clero não obstaculizaram as ações dos “homens de cor” de Havana. Em 1755, ao realizar um exame detalhado sobre tais organizações na capital cubana, o bispo José Agustín Morell de Santa Cruz elencou 21 *cabildos* de nação: 5 pertenciam aos *carabalís* e outros 5 aos *congo*; os minas possuíam três *cabildos*, seguidos pelos *lucumís*, *ararás* e *gangás*, que tinham 2 *cabildos* cada; os *mandingas* e os *popós* só tinham um *cabildo* em Havana¹²⁷. Mesmo que, na época, boa parte dessas organizações estivessem materialmente alocadas em outra instituições - como demonstra o Mapa 5 -, a existência e a pluralidade desses *cabildos* atestam que a escravidão e seu legado exerceram influência direta na configuração urbana da capital cubana.

Assim como os livros de batismo, tais organizações também apontam para a complexidade das relações criadas entre escravos, libertos e homens livres de Havana.

¹²⁶ Um trabalho recente que revela aspectos interessantes sobre a importância da morte para sociedades da África Subsaariana é: LEITE, Fábio. *A Questão Ancestral. A África Negra*. São Paulo, Casa das Áfricas/ Palas Athenas, 2008. REIS, João José. *A Morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1991.

¹²⁷ BARCIA, Maria del Carmen. Op. Cit., 2009, p. 63.

Se, por um lado, os *cabildos* pareciam reforçar a estrutura de uma sociedade escravista, tendo em vista que eram raros os casos em que cativos podiam ocupar cargos de chefia; por outro, essas organizações também garantiram a compra da liberdade de muitos escravos.

A própria existência de uma expressiva população de “homens de cor” livres e libertos, e a sociabilidade criada por eles eram fortes indícios da natureza da escravidão urbana de Havana. Como será tratado com mais vagar, as atividades citadinas colocavam os escravos constantemente em contato com dinheiro, o que potencializava a compra da liberdade – fosse ou não por meio da coação. A trajetória dos *cabildos* de nação, confrarias e até mesmo dos batalhões de Pardos e Morenos (negros) Livres de Havana também apontam para as complexidades de uma sociedade que dependia do trabalho escravo¹²⁸. Essas complexidades foram, em parte, muito bem lidas pelo Conde de Ricla e pelo marechal Alejandro O’Reilly.

FIGURA 1 - UNIFORME DO BATALHÃO DE NEGROS DE HAVANA - 1763

(Diseño de uniforme del Batallón de Morenos de la Habana. Mapas y Planos, 1763, Archivo General de Índias). Desde 1586, as autoridades espanholas utilizavam mulatos e negros livres na composição das tropas voluntárias em Cuba. Como apontado por diversos especialistas, a organização dessas tropas era reflexo da estrutura escravista da ilha, na medida em que a relação (direta ou indireta) com a escravidão criava uma série de diferenciações entre os batalhões de “homens de cor” e as demais milícias cubanas. Todavia, ainda dentro da lógica escravista, tais organizações foram fundamentais para a mobilidade social e criação de laços de solidariedade de muitos egressos do cativeiro, que fizeram da sua pertença ao exército espanhol um elemento de distinção econômica e status social, o que muitas vezes eram expresso pelas vestimentas utilizadas

Dentro da lógica de uma cidade-porto que detinha um dos mais importantes estaleiros do mundo atlântico, não é de espantar que a maior senhora de escravos da cidade fosse a

¹²⁸ BARCIA, María del Carmen. Op. Cit.

própria Coroa espanhola¹²⁹. A compra de africanos escravizados pela Metrópole, os *esclavos del rey*, era uma prática corrente na cidade desde o século XVII. A necessidade constante em garantir o bom estado das fortificações, a construção de embarcações no *Real Arsenal* e, principalmente, a produção de tabaco, demandavam a compra dos escravos reais. Deste modo, as ações do Capitão General no tocante à liberalização temporária do tráfico podem ser compreendidas como o incremento de uma prática amplamente difundida: muitos africanos escravizados que entraram em Havana entre 1763 e 1765 tinha como destino final as atividades citadinas.

Como vem sendo pontuado, o Conde de Riela buscou equacionar interesses metropolitanos e coloniais no que diz respeito à escravidão. Ainda que a maioria dos africanos escravizados importados durante seu governo tenha sido comprada pela e para a Coroa, é inegável que essa entrada de escravos acabou facilitando o acesso legal dos havaneiros e ainda fomentou a economia local de Havana, na medida em que transformou a venda e o aluguel desses cativos numa atividade rentável para os futuros senhores. Todavia, a despeito das boas intenções de Riela, a demanda por cativos continuava sendo uma das maiores reivindicações dos *criollos*.

O caso de Jossef Antonio parece ilustrar muito bem os múltiplos usos e limites da escravidão urbana naquele momento da história da cidade. Escravo do rei, Jossef trabalhava na construção da fortaleza *La Cabaña* quando fugiu, em meados de 1765. O fato em si não aponta nenhuma novidade relevante, tendo em vista que a fuga sempre foi uma das principais formas de resistência à escravidão nas Américas. O curioso deste caso foi que Jossef ficou pouco tempo foragido. No mesmo ano de 1765, ele foi apresado por Jacinto Tapia, morador da cidade. No entanto, ao contrário do que se poderia esperar de um leal súdito de Carlos III, Tapia não devolveu Jossef para as autoridades. Sem muitos questionamentos morais, Jacinto Tapia outorgou-se senhor de Jossef, que ficou (ilegalmente) sob seu poder por doze anos. A fraude só foi descoberta em 1777, quando Jacinto, por intermédio de seu irmão Philipe, tentou vender Jossef para José Antonio Quintana. Ao solicitar os documentos que atestassem a posse do

¹²⁹ DE LA FUENTE, A. Op. Cit., 2009, p. 138. Na apresentação de seu livro, María del Carmen Barcia aponta que, assim como ocorria em diversas relações entre senhores e escravos, muitos cativos pertencentes a Coroa acabavam adotando *del Rey* como sobrenome. BARCIA, María del Carmen. Op. Cit., p. 18.

escravo, Quintana percebeu a irregularidade, e foi atrás das autoridades competentes, que prenderam Jacinto e recolheram Jossef¹³⁰.

Não é possível afirmar se foi oportunismo ou simples má-fé que levou Jacinto Tapia a apoderar-se de Jossef Antonio. O caso é que o longo período em que Jossef ficou em poder da família Tapia ilustra não só as dificuldades em se adquirir um escravo em Cuba na década de 1760, mas também sugere que o reconhecimento de um escravo foragido não era tarefa simples na Havana de então. Embora a Coroa tenha tomado atitudes que diferenciavam os trabalhos exercidos por escravos e libertos em Havana – a partir de 1763, as atividades aduaneiras (descarga e transporte de mercadorias) ficaram proibidas aos cativos, tornando-se trabalho exclusivo dos negros e mulatos livres¹³¹ –, uma cidade cujo percentual da população escrava girava em torno de 35%, era um bom esconderijo para cativos foragidos, que ainda poderiam se confundir com os outros milhares de negros livres e libertos que ali viviam.

A possibilidade da fuga dentro da própria cidade apenas reforça o argumento de que a capital cubana já era escravista antes do *boom* açucareiro na ilha. Mesmo porque, como apontado pelo caso de Jossef, o anonimato desfrutado pela população negra nos grandes centros urbanos poderia, por vezes, beneficiar outros sujeitos que não os escravos foragidos. Se muitos cativos fizeram de Havana seu esconderijo, alguns senhores conseguiram se apropriar da precariedade e instabilidade que marcaram a fuga dentro das cidades para reescravizar cativos de terceiros, sem que isso chegasse ao conhecimento das autoridades.

No ano seguinte à descoberta da fraude da família Tapia, uma acusação muito semelhante chegou às autoridades de Cuba. Nela, Andrés Olivares, mestre de obras do Rei, acusava Nicolau Nates de se apossar indevidamente de Félix, escravo que trabalhara nas obras reais desde o governo do Conde de Ricla. Segundo o testemunho de Olivares, essa não era a primeira vez que Nates apoderava-se de escravos reais para usufruto próprio¹³². Mas, comprovar a culpa de Nates não seria tarefa simples. Em

¹³⁰ Archivo Nacional de Cuba (doravante ANC), Intendencia General de Hacienda, legajo 628, nº20, 1777.

¹³¹ Segundo Deschamps Chapeaux, as atividades aduaneiras que, até 1763, eram executadas por escravos e libertos, passaram a ser exclusivamente feita por alforriados e livres. Um das razões para isso era assegurar que os homens que compunham os Batalhões de Pardos e Negros livres de Havana tivessem uma fonte de renda garantida, que não concorresse com o trabalho escravo. Cf. DESCHAMPS CHAPEAUX. PÉREZ DE LA RIVA, J. *Contribucion a la historia de la gente sin historia*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1974, p. 17.

¹³² ANC, Intendencia General de Hacienda, legajo 494, nº 3, 1778.

primeiro lugar porque ele era, desde 1782, capitão da Milícia de San Lázaro e comandava três sargentos, quatro cavaleiros e trinta e um soldados¹³³. Segundo, porque o escravo em questão havia morrido anos antes, o que faria do caso uma disputa de palavras. De acordo com o capitão, as injúrias do mestre de obras eram decorrência de um entrevero ocorrido anos antes, no qual Nates não teria pago alguns jornais para Olivares. Como era de se esperar, a briga de forças acabou pendendo para o lado do capitão, que foi inocentado das acusações. Mas é possível que essa mesma “força” tenha servido para escamotear a situação irregular de um importante *criollo* de Havana que, assim como tantos outros, fez valer seu poder para ter acesso facilitado a um escravo.

FIGURA 2 - VISTA DO MERCADO DA CIDADE DE HAVANA - 1768

(Elias Dunford. *A view of the Market-Place in the City of Havana*, 1768. John Carter Brown Library). Também produzida pelo engenheiro britânico Elias Dunford e publicada em Londres em 1768, a gravura acima retrata o Mercado da cidade de Havana em meados da década de 1760. Em vermelho foram destacados figuras de homens e mulheres negros executando diferentes atividades no principal mercado da cidade. Interessante notar que pela gravura não é possível afirmar se o engenheiro estava retratando tarefas executadas por escravos, libertos ou ambos.

¹³³ AGS, Secretaria Del Despacho de Guerra. Milicias de la Habana. legajo 6842, nº77, 1782

A despeito dos interesses da elite agrária de Cuba e dos usos paralelos que eram feitos dos escravos urbanos, a maior parte dos cativos que foram trazidos para a cidade durante o governo do Ríola trabalharam sob as ordens de um governo que não poderia deixar que a cidade caísse novamente em mãos inimigas. A partir do momento em que a segurança da capital de Cuba estava minimamente garantida, as autoridades espanholas intensificaram o processo de (re)conhecimento e mando da cidade - incluindo o maior controle sobre seus habitantes, sua região intra e extramuros e suas zonas rurais. Fazendo uso da estrutura eclesiástica já existente, o Capitão General Antonio María de Bucareli y Ursúa (1766-1771) criou mais subdivisões em Havana que, por sua vez, passaram a ser administradas por órgãos específicos. Os assuntos relativos aos bairros urbanos continuavam sob o comando do *cabildo*¹³⁴, que a partir de então designava comissários de bairro responsáveis por inscrever os habitantes, vigiar meliantes, controlar os movimentos e traslados, e também aplicar a justiça em casos de primeira instância¹³⁵. Já os partidos rurais passaram a ser governados por capitães que estavam diretamente subordinados ao Capitão General de Cuba, evitando assim a participação do *ayuntamiento* no governo rural¹³⁶.

No entanto, as grandes transformações urbanísticas de Havana ocorreriam sob o governo do novo Capitão General de Cuba, nomeado em 1771. Felipe de Fondesviela y Ondeando, o Marquês de La Torre, herdou uma Havana extremamente militarizada e com uma atividade portuária em franco desenvolvimento. A paz que marcou os primeiros anos de seu mandato permitiu que o novo Capitão General fosse o primeiro a considerar o corpo conjunto da cidade de Havana durante a implementação de sua política de ordem pública¹³⁷. Deste modo, segundo o próprio Marquês:

entre los graves cuidados siempre procure sacar lugar para los asuntos pequeños: las horas en que habían de encender-se los hornos de las panaderías para excusar la incomodidad de que se quejaba el Vecindario; los parajes en que habían de arrojar-se las heces que resultaban de la fábrica de aguardiente; el Riego de las Calles, para evitar el pollo y mitigar los ardores del Sol; me debieron providencias oportunas y repetidas.¹³⁸

¹³⁴ Neste caso, trata-se do Cabildo que exercia, no mundo urbano da América hispânica, função muito semelhante à Câmara Municipal das cidades da América portuguesa.

¹³⁵ ANC. *Ordenanzas para los Comissarios del Barrio*. Sociedad Economica de Amigos del Pais, 1770.

¹³⁶ VENEGAS FORNIAS. Op. Cit., p. 43.

¹³⁷ VENEGAS FORNIAS, Carlos. *La urbanizacion de las murallas: dependencia y modernidad*. La Habana, Editorial Letras Cubanas, 1990, p. 12.

¹³⁸ AHN. *Apuntes sobre las operaciones del capitán general de Cuba*. Diversos- Colecciones, legajo 32, nº 23, 1777.

Não foram apenas os fornos das padarias de Havana que passaram a fazer parte do grande rol de responsabilidade do Capitão General. De la Torre recebeu uma cidade que dependia, em grande parte, do trabalho escravo. Por isso, questões miúdas sobre o escravismo, como a necessidade em comprar farinha de mandioca e banana para os escravos do rei que trabalhavam nas fortificações e demais construções da cidade, também fizeram parte da sua administração¹³⁹. Menos do que se preocupar com o bem-estar dos cativos da Coroa, De La Torre precisava garantir que os africanos importados anos antes estivessem em condições que lhes permitissem executar os trabalhos que tinha em mente.

Durante seu o governo, a capital cubana passou por importantes transformações para que se adequasse, por completo, ao modelo ilustrado de cidade. Justamente por isso, ordenamento, controle e embelezamento foram as palavras-chave do governo do Marques de La Torre. Nesse período, o engenheiro Antonio Fernández Trevejos comandou importantes transformações urbanísticas em Havana: a Praça de Armas foi reformada a fim de reafirmar sua autoridade espacial e os edifícios do Palácio do Governo e do Serviço de Finanças foram erguidos. Inspirado no *Paseio do Prado*, em Madri, e *Las Ramblas* de Barcelona, alamedas como a *Alameda de Paula* foram abertas; e os barracões de escravos que se situavam próxima à fortificação *La Punta* foram derrubados para dar espaço à construção da *Alameda de Extramuros* (também conhecida como *Alameda Nuevo Prado*) que, como o próprio nome sugere, facilitaria o trânsito entre as partes da cidade separadas pela muralha¹⁴⁰.

A administração do Marquês de La Torre inaugurou assim uma nova relação entre as duas porções da cidade, tornando a região extramuros mais arborizada e agradável. A terraplanagem do declive que se encontrava nas imediações da muralha desencadeou duas importantes mudanças na cidade. De um lado, permitiu a extensão do Campo de Marte, o que, por sua vez, possibilitou a criação de um espaço destinado às tarefas militares (exercícios, escola de artilharia e barracões para as tropas), o que seria impensável na região intramuros. Por outro lado, viabilizou que o antigo declive – agora

¹³⁹ ANC. *Contrata de provisión de viandas para los forzados y negros del Rey*. Intendencia General de Hacienda, legajo 540, nº 7, 1772.

¹⁴⁰ Na obra elaborada em conjunto pela Escola de Arquitetura da Universidad de La Habana, as duas Alamedas construídas sob o comando de Antonio Fernández Trevejos durante o governo do Marques de La Torre foram encaradas pelos especialistas como tentativas iniciais de instituir valores paisagísticos na cidade. Cf. *La Habana*. (Autores diversos). Barcelona, Editorial Gustavo Gili S.A., 1974, pp. 27-28.

terraplanado – se transformasse em novos *partidos* da cidade, local de moradia da população que não parava de crescer¹⁴¹.

FIGURA 3 - ALAMEDA DE PAULA - SÉCULO XIX

(Frédéric Miahle. *Album Pintoresco de la Isla de Cuba*. B. May y Ca., Havana, 1855). Produzida pelo artista francês Frédéric Miahle na década de 1830, a litogravura acima ajuda a compreender parte dos ideais ilustrados que pautaram as ações do governo do Marques De La Torre em Havana entre os anos de 1771 e 1777. A *Alameda de Paula* (que mais tarde seria renomeada como Alameda Isabel II) foi construída a mando do marquês e, diferentemente de todas as ruas que compunham a malha urbana na região intramuros de Havana, era ampla e arejada. Mais do que uma via de acesso, tal Alameda também era o local por onde a oligarquia havaneira desfilava as vestes que importava da metrópole e de outros países europeus desde meados do século XVIII.

O grande número de obras realizadas durante o governo do Marquês De La Torre foi, em parte, resultado da decisão metropolitana em recolher a moeda *macoquina*, presente em Cuba e em outras colônias da América Central. A Coroa espanhola também almejava controlar de maneira mais eficiente o grande número de moedas que circulavam no Império. Como a maior parte do dinheiro utilizado na reconstrução de Havana provinha do *situado do México*¹⁴², a Coroa espanhola precisava controlar de forma mais eficiente o grande número de moedas que circulavam no seu império, buscando um padrão para as diferentes possessões americanas. Além disso, a *macoquina* era uma moeda cara para o tesouro real e cheia de irregularidades no tamanho e formato. O primeiro decreto real determinando o recolhimento das *macoquinas*, em 1773, obrigava ainda o envio das moedas para Cádiz. Tendo em vista

¹⁴¹ VENEGAS FORNIAS, Carlos. *La urbanización de Las Murallas: dependencia y modernidad*. La Habana, Editorial Letras Cubanas, 1990, pp. 14-15.

¹⁴² Importante ressaltar, que a reconstrução de Havana após a invasão inglesa foi feita com o dinheiro vindo da Nova Espanha que, na época, era a possessão mais rica de todo o Império espanhol, graças a suas minas de prata. Cf. KUETHE, A. Op. Cit., p. 61.

que o procedimento de recolhimento, envio e ressarcimento seria muito lento além de um grande risco para os habitantes de Cuba, muitos *criollos* preferiram investir suas “economias *macoquinas*” na própria ilha. A grande circulação de *macoquinas* entre 1773 e 1776 acabou dinamizando a economia local por meio do financiamento de parcela significativa das reformas ilustradas empreendidas pelo Marquês¹⁴³. Além de custear a construção de inúmeros edifícios e obras públicas em Havana, parte das *macoquinas* também se converteu em engenhos de açúcar, que, desde 1750, aumentavam de forma expressiva nas proximidades da capital cubana.

¹⁴³ As etapas e resultados obtidos com o recolhimento das *macoquinas* podem ser vistos em: AHN. *Apuntaciones sobre la ciudad de La Habana*. Diversos Colecciones, legajo 29, nº 1. 1776.

MAPA 4 - HAVANA E SEU ENTORNO EM 1771

(*Plano de la Habana y sus contornos, 1771. Archivo Nacional de Cuba*) O mapa acima apresenta de forma muito interessante o que estava ocorrendo em Havana em 1771. Em vermelho, observa-se a capital cubana propriamente dita (intra e extramuros), cujo perímetro urbano pouco tinha mudado desde a saída dos ingleses em 1763. Em azul estão marcadas as localidades que, de acordo com a legenda que acompanha o mapa, deveriam ser fortificadas para evitar ataques inimigos. Por fim, as localidades destacadas em verde indicam os engenhos de açúcar que cresciam a olhos vistos na cercania da cidade. Tal crescimento era decorrência de uma série de investimentos que a elite *criolla* vinha fazendo na produção de açúcar desde 1740 e que, em certa medida, foi fomentada pelo aumento populacional da ilha a partir de 1765 e da necessidade em fortificar regiões próximas à capital cubana.

Tal enxurrada de dinheiro permitiu também que o Capitão General pudesse realizar a ousada construção do primeiro Teatro da cidade, ao mesmo tempo em que investiu em obras de infraestrutura como o calçamento e a iluminação das ruas. Esse foi, inclusive, um assunto que demandou muito tempo e estudo do Capitão e dos engenheiros contratados, pois havia uma dificuldade significativa na obtenção de pedras que não soltassem durante o período de chuvas¹⁴⁴. Ainda no que diz respeito à estrutura urbana de Havana, o fornecimento de água – uma das pautas no governo do Conde de Ricla – continuou sendo um assunto de suma importância. A experiência da invasão inglesa havia alertado para a necessidade em se criar outras fontes que facilitassem o acesso à água, o que foi levado a cabo pelo Marquês.

¹⁴⁴ AHN. *Apuntes sobre las operaciones del capitán general de Cuba*. Diversos-Colecciones, legajo 32, nº 23, 1777.

MAPA 5 - HAVANA (INTRAMUROS) EM 1773

(Plano de la ciudad de La Habana en 1773. AGI, Santo Domingo, legajo 379.). Este plano da região intramuros da cidade de Havana foi feito durante o governo do Marques de La Torre (1771-1777) com o objetivo de apontar o pequeno número de depósitos de água e de fontes na cidade. De acordo com a legenda que acompanha o plano, a letra *A* indica os três depósitos de água existentes; a letra *B*, as quatro fontes de Havana (o que abastecia apenas um quarto da cidade); e a letra *C* sugere a localização das futuras fontes de deveriam ser construídas para facilitar o acesso à água potável. Esse plano permite ainda observar a localização das Igrejas intramuros, representadas pelo rosa mais forte no mapa. De acordo com o levantamento feito pelo bispo Morell de Santa Cruz em 1755 e o cruzamento de informações da autora María del Carmen Barcía em 2009, algumas das igrejas apontadas nesse plano aloca um ou mais dos *cabildos de nação* descritos anteriormente, sobretudo aquelas que se encontravam nos limites da muralha. Tal observação corrobora a tese que a escravidão - e parte significativa de seu legado - se fizeram presentes, materialmente, no espaço urbano da capital de Cuba.

Mas tal preocupação não era apenas decorrência da má lembrança gerada pelo domínio britânico. Desde o governo do Conde Ricla, a população de Havana vinha aumentando

gradativamente. Como a região intramuros não tinha como se expandir, *partidos* extramuros como *San Lázaro*, *Jesus María* e *Guadalupe* cresceram rapidamente, fazendo com que a demanda por água potável aumentasse ainda mais. Frente tal crescimento, a Igreja construiu paróquias auxiliares e fundou cúrias rurais nas áreas interioranas, ficando a cargo dos juízes e capitães de partido evitar o crescimento da criminalidade nesses locais. Para conhecer e controlar o crescimento populacional, sob o comando do Marques de la Torre foi feito, em 1774, o primeiro censo de Cuba¹⁴⁵.

TABELA 2 - CENSO POPULACIONAL DE HAVANA EM 1774

	Livres			Escravos	
	Brancos	Mulatos	Negros	Mulatos	Negros
Homens	26.331	3.082	2.029	685	13.242
Mulheres	17.061	3.297	2.473	369	6985
	6985	6.379	4.502	1.054	20.227
Total Parcial	54.273			21.281	
Total	75554				

In.: SAGRA, Ramón. *Historia economico-política y estadística de la isla de Cuba*. Habana, Imprenta de las viudas Arazoza y Soler, 1831, p. 3.

Os dados revelados pelo censo corroboram o lugar singular de Havana dentro de Cuba. O mesmo documento apontou que a população cubana era de 171.620 habitantes, o que faz com que os habitantes de Havana representassem 44% do total da ilha. Dentre essas 75.554 almas, 35% eram cativos, o que indica que grande parte das atividades de Havana continuava dependendo da mão-de-obra escrava para funcionar. Os documentos deste período sugerem que a maior parte dos escravos urbanos seguia trabalhando nas obras da Coroa, principalmente da construção e reparo de embarcações e no fabrico do tabaco.

O significativo crescimento demográfico de Cuba e, em especial de Havana, criou outras demandas. No longo relatório que fez para Carlos III assim que entregou seu posto em 1777, o Marquês de La Torre apontou sua preocupação com o crescente uso

¹⁴⁵ Maria del Carmen Barcia assinalou que, em 1761, a população de Havana girava em torno de 37000 habitantes. Como indicado na Tabela 2, esse número duplicou em quinze anos. Cf. BARCIA ZEQUEIRA, Maria del Carmen. *Negros en sus espacios: vida y trabajos en la Habana Colonial (espacios físicos, espacios sociales, espacios laborales)*. In: PIQUEIRAS, José Antonio. (Org.) *Trabajo libre y Coativo en Sociedades de Plantación*. Madrid, Siglo XXI, 2009.

de *guano*¹⁴⁶ nas edificações de toda a cidade. Além de facilitar possíveis incêndios (tendo em vista o alto poder de combustão desse material), o Capitão General apontou que tal prática acabava “*impediendo la hermosura y ornato de la ciudad*”, o que lhe impeliu a publicar um *Bando* em 25 de junho de 1776, obrigando a substituição desse material em até dois anos.

No mesmo ano da publicação do Bando, o Marquês de la Torre encomendou um Plano da Cidade, Porto e Castelos de Havana. Neste plano, fica evidente a dupla atuação das autoridades espanholas que, desde 1763, tentavam transformar Havana numa cidade segura e ao mesmo tempo ilustrada.

¹⁴⁶ Segundo o dicionário de Esteban Pichardo, *guano* era uma espécie de palma abundante em Cuba e que, antes da chegada dos espanhóis, já era utilizada em construções pelos grupos indígenas da ilha. Cf. PICHARDO, E. *Diccionario provincial casi-razonado de Vozes Cubanas*. La Habana, Imprenta del Gobierno, capitanía General y Real Hacienda, 1861, pp.126-127.

MAPA 6 - HAVANA EM 1776

(Plano de la Habana 1776, AGI, Santo Domingo) Esse plano de Havana, datado de 1776, permite observar parte das mudanças urbanísticas levadas a cabo pelos governos de Ríca e do Marquês de la Torre em Havana.

A importância das obras feitas durante o governo do Conde de Ricla ainda se fazia sentir. No destaque amarelo (I), é possível observar que a estrutura da *La Cabaña* estava cercada por baluartes que guardavam a Praça das Armas e a casa do governador (que depois foi transferida). Já no destaque vermelho (II) encontravam-se boa parte dos edifícios governativos da cidade, tais como a casa nova de Administração dos Correios, a Nova Real Administração de Rendas e a Real Contadoria – todas elas dispostas ao redor da Plaza de Armas (A), que por sua vez distava duas quadras da *Casa del Ayuntamiento* (B) e cinco quadras da Praça do Mercado (C). O realce em preto (III) indica a localização dos dois hospitais da cidade: *San Isidro* e *San Ambrosio*, que margeavam a porção extramuros de Havana. Interessante notar que, assim como *La Cabaña*, toda a muralha de Havana estava equipada com baluartes, demonstrando uma vez mais a preocupação com a segurança da capital cubana. Na região além-muro, é possível observar outras materialidades das ações do Conde de Ricla. O destaque azul, que abarca a maior parte do partido de Jesus Maria, abarcava o *Real Arsenal* e a nova *Real Factoria de Tabaco* de Havana.

Uma das obras mais importantes feitas durante o governo do Marquês de La Torre também aparece realçada em verde (V): a Alameda extramuros, que, conforme demonstrado na imagem 3, não só facilitava o trânsito entre as duas porções da cidade, como também tinha o intuito de trazer beleza e ordem para a parte extramuros de Havana. Por fim, a linha marrom (VI) representa a *Zanja Real*, o principal aqueduto da cidade, que também passara por reformas depois da expulsão dos ingleses. O mesmo plano permite ainda observar o que já havia sido anunciado no mapa 4: a hinterlândia da cidade estava sendo ocupada sistematicamente por proprietários desejosos em ampliar a produção de açúcar.

Havana não foi a única cidade a se beneficiar com a política do Marquês de la Torre. Seu governo foi marcado pela fundação de inúmeros *pueblos* e pela elevação de antigas povoações ao status de cidade, como o caso de Güines e Jaruco. Os princípios ilustrados que guiaram boa parte das reformas em Havana também foram aplicados nessas novas urbes, nas quais “*se dispuso un plan para que con arreglo a él se delineasen la plaza y las calles con la extension y hermosuras convenientes*”¹⁴⁷. Interessante notar que o

¹⁴⁷ Idem, p. 25.

próprio Capitão General vinculou a criação ou crescimento das cidades situadas na *hinterland* de Havana com a produção de gêneros agrícolas como o açúcar, o café (cujo primeiro plantio havia sido feito em 1768) e, sobretudo, o tabaco - produto que despertou interesses particulares do Marquês de la Torre¹⁴⁸.

Embora fosse um burocrata peninsular, o Marquês de La Torre acabou se aproximando da oligarquia *criolla* e passou a apoiar abertamente o fomento da agricultura e do comércio na ilha, chegando inclusive a defender a maior importação de africanos escravizados para Cuba e a permissão para a venda interna de cativos (ladinos) por valores maiores do que aqueles que haviam sido pagos na compra dos recém-chegados¹⁴⁹.

Junto com a falta de mão-de-obra, o crescimento da produção agrícola da *hinterland* de Havana enfrentava outro grande obstáculo: o *Real Arsenal* ou, mais especificamente, a Reserva das Florestas Reais. A importância que o estaleiro de Havana ganhou a partir dos anos de 1740 sempre foi digno de nota, sobretudo pelas autoridades espanholas. Os esforços do Conde de Riela tinham devolvido a dinamização dessa indústria que, entre os anos de 1765 e 1784, produziu 43 embarcações¹⁵⁰. Além de contar com um número significativo de trabalhadores (a maior parte escravos), a produtividade invejável do *Real Arsenal* de Havana devia-se à proibição da derrubada por particulares de uma série de madeiras que estavam resguardadas pelo rei. As imediações de Havana eram compostas por florestas que possuíam grande diversidade de árvores, todas elas destinadas à produção e reparo das embarcações da *Real Armada*.

O limite imposto pelas reservas reais não se detinha na proibição do uso dessas madeiras para construção dos engenhos de açúcar. A floresta ocupava uma área que era extremamente cobiçada pela elite agrícola cubana. Além da proximidade com o porto e com a própria estrutura urbanística de Havana, os senhores de engenho também

¹⁴⁸ Embora a comercialização do tabaco estivesse sob o monopólio da Real Companhia de Comercio de Havana desde 1740, a garantia que os produtores de tabaco tinham que sua produção seria comprada pela Coroa permitiu que o cultivo desse gênero fosse uma aposta certa para muitos colonos. Com o desenvolvimento das atividades portuárias e mercantis de Havana entre os anos de 1763 e 1774, inúmeras famílias *criollas* passaram a produzir esse gênero. O Marques de la Torre reservou diversas páginas de seus apontamentos para discorrer sobre a produção e, principalmente, a venda do tabaco, usando-o como exemplo positivo para o investimento na produção agrícola da ilha. Cf. AHN. *Apuntes sobre las operaciones del capitán general de Cuba*. Diversos- Colecciones, legajo 32, nº 23, 1777, pp. 22-28.

¹⁴⁹ AHN. *Apuntes sobre las operaciones del capitán general de Cuba*. Diversos- Colecciones, legajo 32, nº 23, 1777, pp. 29-30.

¹⁵⁰ FUNES MONTES, Reinaldo. *From Rainforest to Cane Field in Cuba. An enviromental history since 1492*. The University of North Caroline Press, 2008, p. 60.

ambicionavam o solo fértil e virgem da região; a queimada de alguns hectares dessa floresta significaria terreno limpo e madeira abundante para o plantio e o processamento da cana de açúcar.

Aliado da futura sacarocracia cubana, Marques de La Torre entrou abertamente em conflito com Juan Bautista Bonet, Comandante da Marinha, que tinha poderes para restringir a exploração florestal em nome da construção naval¹⁵¹. Mas nem mesmo seu cargo de Capitão General de Cuba pesou durante tais embates. A conjuntura internacional continuava sendo favorável à produção das embarcações da Real Armada, o que acabava reforçando o papel de Havana como cidade-porto e estaleiro. Ainda que seu governo tenha recebido adjetivos louváveis, De La Torre não teve poder suficiente para transformar dois aspectos da economia cubana que estavam intimamente ligados: a dinamização da produção açucareira na *hinterland* de Havana e os usos dos africanos escravizados que chegavam na cidade, ainda que em pequeno número.

O prelúdio de uma nova escravidão em Havana

As autoridades hispânicas não fizeram ouvidos moucos aos argumentos do Capitão General de Cuba no tocante à ampliação do tráfico de escravos. A defesa do Marquês De La Torre endossava as inúmeras súplicas dos proprietários de Havana por mais braços escravos em Cuba, comércio que, desde a saída do Conde de Ricla, havia voltado a depender dos contrabandistas. Sendo assim, a Coroa espanhola decidiu atender aos pedidos de seus súditos insulares: ainda em 1773, foi permitido o desembarque direto de africanos escravizados em Cuba que, por não pararem mais no entreposto de Porto Rico, tiveram seus preços barateados. Cinco anos depois, em 1778, a própria Coroa decidiu assumir o incremento do tráfico de africanos escravizados, quando anexou as ilhas de Fernando Poo e Annobón (localizadas no Golfo da Guiné). Contudo, a pouca experiência nesse comércio e a precária estrutura dos comerciantes hispânicos manteve o tráfico de africanos escravizados nas mãos estrangeiras que, graças aos entraves coloniais, não conseguia suprir a demanda cubana¹⁵².

¹⁵¹ Em 1767 foi estabelecido o cargo de Comandante Geral da Marinha do Porto de Havana, ilha de Cuba e Índias Ocidentais. Cf. FUNES MONZOTE, R. Op. Cit., pp. 60-61.

¹⁵² Sobre a política escravista da Espanha a partir da década de 1770, ver: MURRAY, D. Op. Cit., pp. 6-9. TORNERO TINAJERO, P. Op. Cit., pp. 38-40.

O tráfico de africanos escravizados acabou entrando na lógica caótica que passou a reger o comércio externo de Cuba, mais particularmente aquele realizado em Havana. A grande circulação de dinheiro na capital cubana aumentou ainda mais nos últimos anos da década de 1770, graças ao estreitamento das relações comerciais e políticas entre as autoridades espanholas da Flórida, Louisiana e Cuba com as colônias rebeldes da América britânica. Embora a guerra de Independência dos Estados Unidos tenha trazido preocupações constantes com a segurança da capital cubana, Havana acabou transformando-se no porto de escoamento de armas e munições que vinham da Espanha e da França para os colonos revoltosos da América do Norte. Com o aval de Carlos III, o comerciante Gardoqui efetuava o trânsito dessas mercadorias entre os portos de Havana e de New Orleans, o que rendeu muito dinheiro para a alfândega de Cuba¹⁵³.

A intensa atividade portuária de Havana avançou pela década de 1780, quando a Coroa Espanhola decretou guerra contra a Inglaterra (1779-1783) tendo em vista que o rei Jorge III se recusava a restituir Gibraltar e Menorca para Carlos III, bem como rejeitava a ideia de sair de Honduras e das Flóridas. A estratégica posição geográfica em que estava localizada fez de Havana, uma vez mais, a base operacional para as tropas espanholas. Junto com a atividade portuária, gêneros básicos produzidos pelos havaneiros passaram a ser vendidos por preços altos. A abertura para o comércio com embarcações dos Estados Unidos (fossem ou não de guerra), foi mais uma fonte de renda para a alfândega e para os colonos de Havana, que – a despeito dos entraves internos - investiram boa parte do lucro arrecadado na compra ou melhoria de engenhos e demais propriedades agrícolas¹⁵⁴.

Este investimento nas propriedades agrícolas acompanhou o incremento do tráfico impetrado pelas autoridades espanholas. Embora os traficantes hispânicos não tenham tido muito sucesso no transporte de africanos escravizados, comerciantes espanhóis serviram como testas de ferro para traficantes britânicos¹⁵⁵, que desde 1779 tinham se tornado inimigos declarados da Espanha. Graças à essa estratégia, milhares de escravos adentraram os portos de Havana, e foram alocados nos engenhos que continuavam crescendo, e nas diferentes atividades da malha urbana da capital de Cuba. Observa-se então que a reforma ilustrada em Havana, aliada à conjuntura internacional da época, viabilizou a convivência de interesses econômicos que, embora distintos, estavam

¹⁵³ Cf. GUERRA Y SANCHEZ, Op. Cit., p. 181.

¹⁵⁴ Idem, pp. 183-185.

¹⁵⁵ Cf. TORNERO TINAJERO. Op. Cit., p.40.

intimamente ligados. Nesse sentido, a década de 1780 foi um período chave na história da cidade.

Em 1787 – um ano depois da Coroa retomar o sistema de *asiento* - o intendente do *Real Ejercito y Hacienda de Cuba*, José Pablo Valiente, produziu um inventário dos *esclavos del rey*. Foram computados 251 escravos, sendo 190 homens e 61 mulheres. Junto com o significativo número de escravos levantados, a idade dos mesmos chamou atenção: a maior parte deles tinha mais que 40 anos e, como foram classificados como boçais (ou seja, de origem africana), é plausível que ele tenham entrado na ilha décadas antes – provavelmente entre os governos do Conde de Ricla e do Marquês De La Torre.

A maior parte desses escravos trabalhava em áreas que estavam ligadas, direta ou indiretamente, à reordenação urbana e militar de Havana e às atividades inerentes a uma cidade-porto. Dentre as tarefas destinadas às transformações urbanísticas de Havana, setenta e cinco escravos estavam alocados na *Canteira de San Lazaro*, trabalhando com a extração de pedras utilizadas nas construções e calçamentos da cidade; quatro homens trabalhavam na extração de sal; três na Real Aduana (alfândega); oito cativos nos moinhos da cidade; seis escravos serviam as lojas de alimentos; e outros treze trabalhavam na *Casa Blanca*. Já os escravos destinados aos serviços militares estavam divididos da seguinte forma: três homens trabalhavam no *Fuerte del Principe*; doze cativos na Administração de la Brigada, três escravos eram ferreiros; e cinquenta e sete estavam alocados no *Palenque de Artilleria* (arena de Artilharia). Seis homens foram inventariados simplesmente como *negros ingleses*, contabilizando 190 *esclavos del rey*¹⁵⁶.

Ainda que trate os escravos como *negros bozales*, a peça documental oferece poucos indícios sobre a procedência desses cativos. A maior parte deles foi descrita com nomes e sobrenomes de origem espanhola, com exceção de quatro escravos congos, dois mondongos, um mandinga e um carabalí. Ao que tudo indica, os africanos escravizados que possuíam alguma profissão tiveram suas atividades detalhadas, como no caso dos carpinteiros da *Casa Blanca* e os cativos destinados a buscar água.

Diferentemente do que ocorria com os *negros bozales*, a generalização da descrição dos serviços efetuados não se aplica aos escravos crioulos. Três cativos eram especializados na carpinteira de embarcações; dois eram armeiros; três foram descritos como

¹⁵⁶ ANC. Intendencia General de Hacienda, legajo 1036, nº 15.

jornaleiros; e ainda havia um ferreiro e um carpinteiro. Os cinco escravos crioulos mais jovens (que não haviam completado vinte anos) foram descritos como *destinados a ofícios*, o que leva a crer que estavam em treinamento profissional¹⁵⁷.

Segundo o inventário, as escravas executavam uma variedade menor de serviços. Trinta e nove *negras bozaes* eram as lavadeiras dos hospitais da cidade; e outras cinco foram classificadas como inúteis para serviços. Dentre as cativas crioulas, quatro estavam servindo particulares (com a anuência do Intendente) e onze lavavam roupa para fora. Embora pouco diversificadas, as atividades executadas pelas *esclavas del rey* estavam longe de ser menos estafantes. No ano seguinte ao levantamento do inventário, a cativa Sebastiana Josefa de 40 anos foi encaminhada ao campo para restabelecer sua saúde abalada de tanto lavar roupas hospitalares¹⁵⁸.

Além de deixar as autoridades espanholas a par das atividades realizadas pelos seus escravos, o inventário descrito acima indica o intenso uso de cativos em diferentes serviços urbanos ligados ao Estado espanhol. Outro exemplo disso consiste na solicitação feita pelo escravo José Aponte em 1784, situação em que o escravo (que fazia parte do Batalhão de Negros de Havana) pedia de Cádiz, autorização para retornar a capital cubana a fim de obter sua liberdade¹⁵⁹.

A despeito dos múltiplos usos da escravidão destacados, é importante frisar que a maior parte dos africanos escravizados descritos no inventário havia entrado em Havana antes da década de 1780. Na realidade, o que se observa a partir de então é uma queda relativa do número de escravos urbanos, decréscimo que não acompanhava o ritmo, caótico, do tráfico transatlântico. Ainda que os ganhos de Havana entre os anos de 1774 e 1783 tenham sido expressivos, a *Paz de Versalhes* (que pôs fim a guerra entre espanhóis e ingleses) representou uma verdadeira crise para a economia da cidade¹⁶⁰. Com a atividade portuária normalizada, a única forma que os colonos tinham para manter o crescimento da economia cubana era por meio do investimento nas atividades agrícolas, principalmente de açúcar e tabaco. Para tanto, seria necessário acabar com os entraves

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ ANC. Expediente nº 453 firmado por el Sr. Intendente General. Legajo 970, nº 35, 1788.

¹⁵⁹ AGI. Jose Aponte. Contrataciones. Legajo 5527, nº1, 1784.

¹⁶⁰ Levi Marrero apontou que entre os anos de 1778 e 1782, Havana foi uma verdadeira base logística para o Império espanhol e, graças a tal posição, muito dinheiro circulou na cidade. Com o fim da guerra contra a Inglaterra e a assinatura do Tratado de Paris de 1783, uma grave crise assolou a economia espanhola e, conseqüentemente, a havaneira que além de sofrer uma aguda diminuição de suas atividades mercantis, também passou a ter mais um imposto cobrado pela arroba de açúcar. In.: MARRERO, Op. Cit., pp. 7-8.

mercantis das relações coloniais com a Espanha, ou seja, garantir a abolição de parte dos tributos, a dinamização da administração espanhola e, sobretudo, a diminuição de impostos e travas sobre o tráfico transatlântico de escravos. Neste contexto de crise, munido da autoridade e do respeito que o cargo de Intendente da *Real Hacienda* lhe outorgava, o *criollo* José Pablo Valiente se fez porta-voz dos interesses da oligarquia havaneira e, em 1788, tentou provar ao *Consejo de Índias* que a única maneira de gerar riqueza em Cuba seria suprimindo os obstáculos comerciais¹⁶¹. Ainda em 1788, *vecinos* de Havana organizaram outro documento em que defendiam os préstimos que a maior entrada de africanos escravizados traria para a colônia¹⁶². Se até então o número de escravos introduzidos na ilha havia permitido a reestruturação de Havana, ele ainda era insignificante para os anseios da oligarquia *criolla* que almejava fazer de Cuba o que ingleses e franceses haviam feito de suas possessões antilhanas: colônias de *plantation*.

No dia 16 de dezembro de 1789, o bergantim estadunidense *Bolcan*, comandando pelo capitão Mr. Preston, aportou em Havana trazendo cento e cinquenta e nove africanos oriundos da costa da Guiné¹⁶³. Três dias depois, outros 311 guinéus desembarcaram após a travessia atlântica na fragata inglesa *Benjamin*, capitaneada por Mr. Luico¹⁶⁴. Num intervalo de três dias, 470 africanos escravizados entraram legalmente em Cuba sob a salvaguarda de duas bandeiras distintas. Esse número era praticamente o dobro da média anual da importação de escravos durante os primeiros duzentos e cinquenta anos do tráfico transatlântico para a ilha¹⁶⁵.

O significativo número de escravos que adentrou o porto de Havana num intervalo de 72 horas era resultado direto da *Real Cédula* que concedia liberdade de três anos para o comércio de negros nas ilhas de Cuba, Santo Domingo, Porto Rico e nas províncias de Caracas¹⁶⁶. Desde 28 de fevereiro de 1789, o rei Carlos IV havia temporariamente abolido o sistema de *asiento*, permitindo que o tráfico transatlântico fosse regido pelas leis do livre comércio. Tal medida, que podia ser entendida como a ratificação de uma

¹⁶¹ GUERRA Y SANCHEZ, op. Cit., p. 211.

¹⁶² AGI, Estado, Legajo 16, nº 22, 1789.

¹⁶³ AGI, Santo Domingo, Legajo 2207, documento nº 230.

¹⁶⁴ AGI, Santo Domingo, Legajo 2207, documento nº 232.

¹⁶⁵ Apoiado nas análises feitas por Aimes, Franklin Knight afirmou que entre os anos de 1521 e 1761 a média de escravos importados para Cuba girava em torno de 250 indivíduos por ano. CF. KNIGHT, F. *Slave Society in Cuba during the nineteenth century*. Wisconsin, University of Wisconsin Press, 1970., p. 10

¹⁶⁶ *Real cédula por la que Su Majestad conced libertad para el comercio de negros con las islas de Cuba, Sto. Domingo, Puerto Rico, y provincia de Caracas a los españoles y extranjeros* (Madrid: Impr. Nacional, 1789).

prática já difundida, consentiu que diferentes nações passassem a vender africanos na ilha, e também viabilizou que a oferta e a procura ditassem o ritmo das negociações entre traficantes e futuros senhores de escravos (ver tabela 1). A repercussão entre a elite *criolla* foi tão positiva, que nos nove anos subsequentes à Real Cédula de 1789, outros onze pronunciamentos reais foram despachados pelo rei espanhol, todos eles expandindo o tráfico para a América¹⁶⁷.

Mas a *Real Cédula* não veio sozinha. Em maio de 1789, o monarca espanhol também assinou outra peça em que determinava o “*trato que debe darse a los esclavos*”¹⁶⁸. Em certa medida, as questões pontuadas por Carlos IV já haviam aparecido em documentos anteriores que pretendiam legislar a escravidão no mundo hispânico, como o *Código negro carolino* de 1785¹⁶⁹. Instrução católica, alimentação adequada, incentivo ao matrimônio, limitação do número de castigos, e o reconhecimento da figura do síndico como intermediário na relação entre senhores e escravos foram aspectos ressaltados no documento de 1789. Mas a *Real Cédula* também permitia a exploração desse escravo, que em épocas de colheita não poderia reclamar das 15 ou 16 horas de trabalho. É possível pontuar que as ordenações do monarca espanhol apelavam para o “bom censo” de senhores católicos, permitindo que, em meio à doutrina cristã, eles conseguissem obter o maior lucro possível sobre seus cativos, fossem eles urbanos ou rurais.

As atividades econômicas de Havana começavam então, a perder espaço para a produção agrícola, principalmente a açucareira, e os cativos urbanos eram insuficientes para levar a cabo o projeto de *plantation* da elite *criolla*. Graças às questões externas e aos investimentos e pressões dos havaneiros, *a ilha deixava de ser a cidade*. A reforma ilustrada que devolvera à Havana seu papel singular dentro do Império espanhol, também criou as condições para que o espaço urbano fosse, paulatinamente, perdendo sua pluralidade econômica em nome do açúcar. Era tempo de mudança e os ventos começavam a soprar para outras direções.

A elevação

Era abril de 1761 quando Gomes Freire de Andrade recebeu ordens expressas da metrópole para que assumisse o cargo de governador do Estado na capitania da Bahia.

¹⁶⁷ CF. KNIGHT, F. Op. Cit., p. 8.

¹⁶⁸ *Real Cédula del 31 de Mayo de 1789 sobre el trato que debe darse a los esclavos*. (Madrid: Impr. Nacional, 1789).

¹⁶⁹ HOWARD, Philip A. *Changing History. Afro-Cuban Cabildos and Societies of Color in the Nineteenth Century*. Louisiana, Louisiana State University Press, 1998, p. 3.

Os quase trinta anos de administração do Rio de Janeiro haviam lhe conferido a experiência e o conhecimento necessários para tal empreitada. Munido das ferramentas que a administração pública lhe dera e da análise privilegiada sobre a conjuntura internacional, o então Conde de Bobadela negou a resolução expedida por ninguém menos que o Marquês de Pombal¹⁷⁰.

Na carta em resposta, Gomes Freire afirmava que seria um erro abandonar a capitania do Rio de Janeiro naquele momento, tendo em vista a ausência de governador em Minas Gerais e os conflitos travados contra as tropas hispânicas pelo domínio da Colônia do Sacramento. Em um contexto de disputas acirradas, deixar o Rio de Janeiro sem mando seria correr o risco de perder um dos territórios mais estratégicos da colônia e, *quicá*, a totalidade da América portuguesa¹⁷¹.

Mais do que uma negativa, os argumentos apresentados pelo Conde de Bobadela parecem ter lembrado às autoridades lusas a importância estratégica do Rio de Janeiro, que desde o início do século XVIII era sistematicamente alvo de investidas francesas¹⁷². O desenrolar dos conflitos da Guerra dos Sete Anos também foi crucial para a mudança de postura do Marquês de Pombal. Da mesma forma que colocou franceses e espanhóis como aliados na guerra, o terceiro *Pacto de Família*- assinado em agosto de 1761 - retirou dos portugueses a cômoda neutralidade até então desfrutada. Por mais inconveniente que fosse, era preciso tomar partido. Mesmo a contragosto, os lusitanos se colocaram ao lado dos britânicos contra a possível hegemonia borbônica no Mundo Atlântico.

¹⁷⁰BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império. O Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, pp. 83-84.

¹⁷¹Na carta em resposta ao Marquês de Pombal, Gomes Freire dizia que “*ainda que ao presente esteja na regularidade e obediência devida, temo que em qualquer tempo que medeie possa haver desordem, e introduzida esta em uma Província que é o manancial de que pende e se fortifica a conservação do reino e das Conquistas, poderá, rôta a âncora, padecer o todo*”. Apud: BICALHO. Op. Cit., pp. 83-84.

¹⁷² Nos primeiros anos do século XVIII, o Rio de Janeiro sofreu dois grandes ataques chefiados por militares franceses. Em 1711, a cidade chegou a ser tomada pela esquadra de Duguay-Trouin e só retornou ao domínio português mediante o pagamento de um significativo resgate exigido pelas autoridades francesas. Cf.: BICALHO, Op. Cit., pp.53-69. BOXER, Charles. *O Império marítimo português 1415-1825*. São Paulo. Cia. das Letras, 2002, pp.169-189.

MAPA 7 - PLANO DA ENTRADA DO PORTO DO RIO DE JANEIRO EM 1762

(Jean Hovel. *Plan de l'entré du Port de Rio de Janeiro dans l'état qu'il se trouvait dans l'année de 1762*. Bibliothèque Nationale, Paris). Produzido no contexto da Guerra dos Sete Anos por Jean Hovel, o plano acima demonstra a entrada no porto do Rio de Janeiro, com a cidade no canto superior (em destaque). O objetivo deste plano era colher as informações necessárias para que a esquadra de Luís XV – em retaliação à aliança luso-britânica - conseguisse invadir a Baía de Guanabara com êxito.

Dois episódios foram fundamentais para essa tomada de decisão da Coroa portuguesa. O primeiro deles foi o conflito entre espanhóis e portugueses durante os meses de abril e novembro no ano de 1762. A não aceitação do *Pacto de Família* por parte da Coroa lusitana levou os espanhóis a reunirem mais de quarenta mil homens e marcharem para Trás-dos-Montes com o objetivo de conquistar as terras de D. José. Adjetivado como *fantástico*, tal conflito foi, na realidade, uma sucessão de guerrilhas levadas a cabo por milicianos, a ponto do acordo de paz ter sido assinado antes mesmo que a primeira batalha fosse travada. Todavia, para além da ironia, a Guerra Fantástica acabou revelando a precariedade militar dos países ibéricos e sua dependência crescente de ajuda estrangeira. O caso português foi exemplar. Embora o Marquês de Pombal tenha hesitado em pedir ajuda aos britânicos¹⁷³, a surpresa da invasão hispânica não lhe deu alternativa e o comando do exército luso ficou nas mãos do inglês Conde de Lippe.

¹⁷³ Desde que assumira o poder em Portugal, o Marquês de Pombal tinha uma postura claramente anti-britânica. Em parte, tal comportamento era fruto de certo orgulho lusitano do Marquês (que chegou a morar em Londres) frente o descaso das autoridades inglesas nas relações econômicas com os

A Guerra dos Sete anos também serviu para aquecer um conflito há muito travado entre os ibéricos no cone sul da América. Desde fins do século XVII e início do século XVIII, portugueses e espanhóis disputavam o controle da Colônia do Sacramento, localizada nas fronteiras ao sul da América portuguesa e a sudeste da região que, a partir de 1776, viria a ser o Vice-reinado do Rio da Prata. Estrategicamente localizada, a cidade de Colônia do Sacramento oferecia fácil acesso às águas do Rio da Prata e, embora pertencesse aos espanhóis, desde meados dos seiscentos servia como centro do contrabando feito por britânicos e portugueses. O *Tratado de Madrid* (1750) definira que Portugal devolveria o controle da região para a Coroa hispânica em troca dos Sete Povos da Missão. Desavenças diplomáticas anularam os termos deste tratado e, até 1761, a Colônia do Sacramento ficou em mãos lusitanas. A tomada de decisão das autoridades portuguesas frente ao *Pacto da Família* serviu, então, como boa desculpa para que os espanhóis invadissem a região, sobre o comando de Pedro de Cevallos, que na época era o governador de Buenos Aires¹⁷⁴. Em 1762, as Coroas da Península Ibérica entraram em combate nos dois lados do Atlântico.

Assim como ocorrera com o Império espanhol, os conflitos dos últimos momentos da Guerra dos Sete anos também revelaram a incapacidade militar das tropas que serviam o rei D. José, demonstrando assim, que a reconfiguração política da América portuguesa precisaria levar em conta o novo arranjo de interesses internacionais. Se o novo contexto da economia do Mundo Atlântico havia destituído a região nordeste da América portuguesa como centro do poder ultramarino na América, as preocupações ilustradas de Pombal em controlar todas as instâncias das dinâmicas financeiras do império lusitano, principalmente no que dizia respeito às regiões auríferas, corroboravam a necessidade em reconfigurar o *locus* político no Novo Mundo, levando-se em consideração a defesa dos domínios ultramarinos. A tomada de Havana pelos ingleses, em 1762, reforçava a necessidade em reorganizar a defesa dos domínios coloniais de forma estratégica¹⁷⁵. Frente este quadro, Gomes Freire foi incumbido de

portugueses. Por outro, tal postura indicava a veemente crença do déspota lusitano no que seria o plano britânico em tomar as possessões ultramarinas do Império Português – havia, inclusive, a suspeita de que, depois de Havana, a próxima cidade a ser invadida pelos súditos de Jorge III em 1762 seria o Rio de Janeiro. Cf. MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997, pp. 95-119. BOXER, C. Op. Cit., pp. 192-194.

¹⁷⁴ Cf. ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil. With special reference to the Administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779*. Berkley, University of California Press, 1968, pp. 59-275.

¹⁷⁵ A relevância da tomada de Havana pelos ingleses para a política pombalina, principalmente no que diz respeito à transferência da capital para o Rio de Janeiro, já foi apontada em outros estudos: BICALHO,

transferir a capital da colônia para o Rio de Janeiro¹⁷⁶. No entanto, a vexaminosa derrota sofrida pelas tropas luso-brasileiras na Colônia do Sacramento parece ter sido mais do que o Conde de Bobadela podia suportar. No primeiro dia de 1763, Gomes Freire faleceu sem poder cumprir a última incumbência que o Marquês de Pombal lhe fizera.

Como já visto, a eminência da paz que acarretou na assinatura do *Tratado de Paris* (1763) coroou uma série de modificações na configuração do Mundo Atlântico. A Guerra dos Sete Anos havia anunciado a proeminência de novas potências do Velho Continente, alertando para a fragilidade do desenho das possessões europeias na América. Para que antigos senhores mantivessem o comando de suas colônias no Novo Mundo, mudanças deveriam ser feitas em localidades que ficaram – ou correram o forte risco de ficar – em mãos inimigas. Transformações urbanas pautadas nos princípios ilustrados foram ferramentas utilizadas pelas Coroas Ibéricas para garantir a segurança de sítios reconhecidamente importantes em seus respectivos impérios. Observa-se então, que a mesma conjuntura internacional fez do ano de 1763 um divisor de águas na história de Havana, e um vetor de transformações capitais para o Rio de Janeiro – transformações essas somente comparáveis às que ocorreriam em 1808.

E o Rio fez-se capital

Fora de próprio punho e com muito pesar, que Antônio Álvares da Cunha afirmava não ter feito um *bom governo* entre os anos de 1763 e 1767. Na carta endereçada ao secretário do Estado da Marinha e do Ultramar, o Conde de Cunha dizia não ter sido amado nem *bem quisto* pelos súditos de D. José durante o tempo em que ocupou o cargo de Vice-rei do Brasil¹⁷⁷. Embora substituir o Conde de Bobadela não fosse tarefa simples, o Marquês de Pombal acreditou que Antônio Álvares da Cunha possuísse os pré-requisitos necessários para o posto: dentre uma longa trajetória de serviços prestados ao Império Ultramarino português, destacavam-se a experiência adquirida

M.F. Op. Cit., pp. 105-129. SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical. Império, Monarquia e a Corte Real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, p. 75.

¹⁷⁶ Apesar do contexto da transferência da capital da América portuguesa estar bem delimitado dentro das questões que assolaram o Novo Mundo a partir de meados de 1750, a historiografia é unânime ao afirmar certo obscurantismo quanto aos pormenores da decisão tomada pelas autoridades lusas ainda em 1762. Cf. BICALHO. Op. Cit., pp. 83-84. BOXER, Op. Cit., p. 207. MAXWELL, Op. Cit.

¹⁷⁷ Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (doravante IHGB). *Carta do Vice-Rei do Brasil Conde de Cunha a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, acerca dos motivos para pedir nomeação de sucessor* (1767). Arquivo do Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro, Correspondência de Vice-reis – 1763 a 1777. Doc. 278.

como governador de Angola (1753-1758) e o conhecimento militar que lhe fizera Conselheiro de Guerra e Chefe de Artilharia em 1762¹⁷⁸.

Na mesma carta em que solicitava sua substituição, o Conde de Cunha elencou o que lhe parecera as razões principais de seu malogro. Paradoxalmente, parte das motivações que levou ao relativo fracasso de seu governo, também teve peso crucial na decisão de elevar o Rio de Janeiro à capital da colônia lusitana na América: quando assumiu o cargo de Vice-rei, no alvorecer de 1763, Álvares da Cunha encontrou uma cidade muito menos suntuosa do que a Havana do mesmo período, mas que, há muito, possuía uma intrincada rede de poderes locais.

São Sebastião do Rio de Janeiro foi fundada no contexto de conquista e colonização do século XVI, que obrigou os portugueses a responderem de forma mais efetiva às invasões da França em terras lusitanas de além mar. No ano de 1555, a capitania do Rio de Janeiro foi, em parte, tomada por Villegaignon, que aqui ficou por cinco anos. A eficácia da investida francesa no Brasil deveu-se, em certa medida, à ausência do aparato metropolitano na região. Em 1555, a futura cidade do Rio de Janeiro era uma porção de terras alagadiças habitada por índios – na sua maioria tamoios – que contava apenas com uma pequena casa forte na Praia da Saudade, construída por Martim Afonso de Sousa na década de 1530¹⁷⁹. Embora as atenções das autoridades portuguesas estivessem voltadas para a região nordeste da colônia – que, em meados do século XVI, já era importante produtora de açúcar –, a invasão francesa no sudeste foi um lembrete, no mínimo incômodo, da necessidade em ocupar efetivamente toda a região costeira das possessões do Novo Mundo. Neste cenário de reconquista, destacou-se o nome de Mem de Sá, o reinol responsável pela expulsão dos franceses.

O marco zero do Rio de Janeiro foi construído em Vila Velha em 1º de março de 1565, quando o padre Gonçalo Oliveira ergueu uma igreja ao pé do morro do Pão de Açúcar. Dois anos depois, seguindo a lógica defensiva e os critérios de sobrevivência, a vila foi

¹⁷⁸ GONÇALVES, Izabela Gomes. *A Sombra e a Penumbra. O Vice-reinado do Conde de Cunha e as relações entre centro e periferia no Império Português (1763-1767)*. Niterói, Dissertação de Mestrado de História, 2010, p. 6.

¹⁷⁹ Importante destacar que a escolha geográfica da França Antártica não foi aleatória. Conforme sugerido pelo *Plano de entrada da baía do Rio de Janeiro (1762)*, essa região da Baía de Guanabara possuía um dos portos com a melhor defesa natural em toda a América: uma entrada marítima estreita com quatro morros circundando-a. As mesmas vantagens naturais que levaram franceses a invadir essa parte da América portuguesa também mobilizaram os lusitanos para ocupar a região. Uma análise recente sobre a França Antártida pode ser encontrada em: TAVARES, Luis Fabiano de Freitas. *Da Guanabara ao Sena: relatos e cartas sobre a França Antártica nas guerras de religião*. Niterói, EdUFF, 2011.

transferida para o morro do Castelo, onde havia maior oferta de água, mais ventos e maior segurança¹⁸⁰. Ali, a Câmara, a cadeia, a casa do governador, as igrejas e algumas casas abastadas foram muradas de acordo com um modelo urbanístico profundamente militarizado¹⁸¹.

A partir da segunda metade do século XVI, o Rio expandiu seu espaço geográfico e sua importância política. Após a vitória sobre os tamoios e o fim das ofensivas espanholas e francesas, a vila desceu o morro, e a várzea passou a ser ocupada pelos habitantes e pelo apostolado. Na realidade, diferentemente do que ocorreu na primeira centúria de ocupação de Havana, no Rio de Janeiro a Igreja foi uma instituição forte¹⁸². Mas não era apenas pelo soar dos sinos e pela magnitude de seus edifícios que a Igreja Católica fazia sentir sua presença. Também preocupada com a segurança da vila, as diferentes ordens religiosas tiveram forte participação na construção das primeiras muralhas e fortes. Além disso, do nascimento à morte, a Igreja e a religião católica fizeram parte da vida de todos os habitantes da cidade. A sociabilidade desse período era, em boa parte, criada a partir das missas, dos funerais, das festas litúrgicas e de instituições que funcionavam como “braços” da Igreja, tais como a Santa Casa de Misericórdia (fundada em 1582) e as Irmandades de Ordem Terceira, que a partir dos seiscentos cresciam a olhos vistos¹⁸³.

A despeito dos maus ventos – que dificultavam o contato com a Metrópole - e da pouca preocupação da Coroa, o crescimento da vila foi acompanhado pelo fomento das relações comerciais feitas pelos colonos. A União Ibérica facilitara os negócios dos vizinhos fluminenses com a região do Prata, ao mesmo tempo em que incrementava os negócios com Angola. Entre finais dos quinhentos e 1640, o Rio de Janeiro transformou-se numa espécie de entreposto do Atlântico Sul, pois era dali que saía boa

¹⁸⁰ Cf. FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em Nome do Rei. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar/Garamond, 1999, pp. 85-87.

¹⁸¹ FRIDMAN, Fania. Geopolítica e produção da vida cotidiana no Rio de Janeiro Colonial. In: *Actas do Colóquio Internacional "Universo Urbano Português 1415-1822"*. Lisboa, CNCDP, 2001, pp. 299-319

¹⁸² Fania Fridman lembrou que a organização espacial dos centros urbanos coloniais foi realizada quase toda pela Igreja Católica. Segundo a autora, as leis eclesiásticas e a própria religiosidade criaram uma dinâmica de cotidiano nas vilas e cidades até as reformas Pombalinas no final do século XVIII. Não por acaso, em meados dos oitocentos, o Rio de Janeiro ainda era formado basicamente de casas térreas, onde os maiores edifícios, na sua grande parte religiosos, estavam localizados nos morros, mostrando as fachadas do século XVII. Cf. FRIDMAN, Fania. Op. Cit., 2001.

¹⁸³ Importante destacar que Jesuítas e franciscanos não se limitaram em povoar a recém-criada vila de São Sebastião. Aproveitando-se das facilidades geográficas do entorno do Rio de Janeiro, composta por mais de trinta rios que desaguavam na Baía de Guanabara, ainda no período quinhentista os clérigos tiveram papel de destaque na ocupação da hinterlândia carioca. Se em Havana a colonização das regiões rurais circundantes ao perímetro urbano foi um processo marcadamente civil (chefiado em grande parte pelas famílias *criollas*), no Rio de Janeiro, tal processo tornou-se “um negócio de padres”. Cf. FRIDMAN, F. Op. Cit., 2001.

parte dos africanos escravizados que seriam trocados pela prata de Potosí em Buenos Aires¹⁸⁴. Tal comércio promoveu a produção de farinha de mandioca e de cachaça na região – produtos utilizados no comércio com Angola. Ainda que não fosse comparável com a de Havana, a indústria naval também encontrou pouso estratégico no Rio de Janeiro, que em meados do século XVII obteve autorização real para a instalação de estaleiros¹⁸⁵, efetivando assim sua inserção no Mundo Atlântico. Em 1641, o Rio tornou-se sede governamental das capitanias do Sul, confirmando a proeminência de suas atividades portuárias. O desenvolvimento urbano foi significativo, a ponto da vila ganhar o título de *muy leal cidade* em 1647¹⁸⁶. No ano seguinte, o Rio de Janeiro tornou-se o centro administrativo de Angola - recém-reconquistada dos holandeses.

No entanto, o fim da União Ibérica e os conflitos travados contra os batavos arrefeceram as atividades comerciais e portuárias do Rio, diminuindo o ritmo das exportações e importações feitas na baía da Guanabara. Muitos negociantes voltaram seus esforços e economias para a produção de gêneros básicos e para o cultivo do açúcar, apontando as múltiplas atividades que os vizinhos fluminenses podiam desempenhar. Entre a segunda metade do século XVI e a primeira do século XVII, as vantagens naturais da hinterlândia carioca fizeram com que a ocupação das zonas rurais próximas fosse economicamente mais vantajosa do que a vida em São Sebastião. Segundo João Fragoso, ainda no período quinhentista, um número significativo de colonos vindos de São Vicente também povoou a hinterlândia. Interessados na produção do açúcar (que havia duplicado de preço durante a segunda metade do século XVI), tais colonos fizeram uso de sua forte ligação com os bandeirantes. Por sua vez, a relação com os paulistas e o comércio com Angola fez com que o acesso à mão-de-obra escrava, fosse indígena ou africana, estivesse minimamente garantido para os proprietários que viviam na região¹⁸⁷.

¹⁸⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*. São Paulo, Cia. das Letras, 2000, pp. 109-203.

¹⁸⁵ Maurício Abreu conta que, no Rio de Janeiro, a indústria naval só foi efetivada a partir de 1659, quando o governador Geral autorizou o envio de mestre carpinteiros para a cidade. Quatro anos depois era finalizado, na Ilha do Governador, o *Pai Eterno*, um dos maiores navios construídos no período. Cf.: ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*, vol. 2. Rio de Janeiro, Andrea Jakobsson Estúdio/ Prefeitura do Rio, 2011, pp. 394-395.

¹⁸⁶ Esse título foi obtido por meio da Carta Régia de 30 de junho de 1647, assinada por D. João IV.

¹⁸⁷ FRAGOSO, João. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)*. In: FRAGOSO, BICALHO, GOUVÊA. (Orgs.) *O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, pp. 29-71.

Vê-se logo que, ao contrário de Havana, os habitantes do Rio de Janeiro (assim como a totalidade da América portuguesa) não tinham grandes empecilhos para a obtenção de cativos, principalmente os de origem africana. Antes mesmo da chegada e da colonização da América portuguesa, navegadores, comerciantes e governantes lusitanos já haviam estabelecido fortes relações comerciais com diferentes localidades da costa atlântica da África, em que o escravo era mercadoria corrente – o que fez de muitos portugueses importantes traficantes do Mundo Atlântico. Já no final do século XVI, os africanos escravizados tornaram-se peça-chave nas engrenagens do mundo colonial, transformando o tráfico transatlântico em um negócio extremamente lucrativo para portugueses e, mais tarde, para os colonos que capitaneavam tais travessias¹⁸⁸.

Além de indicar uma intrincada rede comercial com diferentes localidades africanas, a presença escrava no Rio de Janeiro apontava que a cidade possuía uma vivência urbana significativa, sobretudo no que dizia respeito às atividades mercantis. Junto com os ofícios mecânicos, artesanais e marítimos¹⁸⁹, havia um número expressivo de escravos de ganho, que desde 1638 eram registrados por seus proprietários na Câmara Municipal, a fim de garantir que as autoridades lusitanas tivessem um controle mínimo dos preços que eles cobravam pelos diferentes serviços realizados¹⁹⁰.

Assim como ocorrera em Havana, os escravos e libertos que viveram no Rio de Janeiro também utilizaram as brechas deixadas pela colonização católica para criar instituições que facilitassem a reconstrução de laços de identidade e de família. As irmandades negras existiam em Lisboa desde meados do século XV e tinham como objetivo principal promover amparo espiritual para os africanos recém-escravizados e garantir certa proteção para os ladinos¹⁹¹. Na América portuguesa, assim como os *cabildos de nação*, as irmandades negras eram instituições vinculadas à Igreja Católica, na qual escravos e libertos se reuniam para adorar um santo específico. A criação e a localização das irmandades negras indicam a significância que a população de cor já

¹⁸⁸ O tráfico transatlântico para a América portuguesa é um tema cada vez mais (e melhor) explorado pela historiografia. Um dos percursores deste estudo foi Pierre Verger em VERGER, P. *Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII ao XIX*. São Paulo, Corrupio, 3ª edição, 1987. No caso específico do tráfico para a capitania do Rio de Janeiro entre os séculos XVI e XVIII, destacam-se os trabalhos de Luís Felipe de Alencastro (já citado) e o de Jaime Rodrigues: RODRIGUES, Jaime. *De Costa a Costa - escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

¹⁸⁹ Em recente trabalho, Maurício de Abreu chegou a mostrar que as atividades mercantis estavam setorizadas no perímetro urbano do Rio. Op. Cit., pp. 435-438.

¹⁹⁰ ABREU, Maurício. Op. Cit., 2011, pp. 447-448.

¹⁹¹ MULVEY. Op. Cit., p. 8.

possuía na urbe: até 1700, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (fundada 1639) funcionou dentro da Igreja Jesuítica de São Sebastião, localizada no Morro do Castelo, um dos melhores sítios do Rio. A preocupação com a morte¹⁹² foi a questão principal dessas instituições, que também passaram a oferecer ajuda para seus membros, chegando inclusive a auxiliar muitos cativos na compra da alforria. A morte propriamente dita também sugere a relevância da presença cativa no Rio de Janeiro ainda no século XVII. O Rio seiscentista possuía dois cemitérios destinados ao enterro de escravos: um controlado pelos franciscanos e outro, de pretos novos, próximo à Igreja de Santa Rita.

A presença escrava ficou ainda mais forte na centúria seguinte. Na passagem para os setecentos, a importância da cidade do Rio de Janeiro sofreu mudanças significativas devido à confirmação da descoberta de minas na região sudeste e centro-oeste da colônia¹⁹³. Na realidade, a concretização do sonho do *El Dorado* desencadeou o que Russel-Wood classificou como “*repercussões imediatas e de longo alcance, não somente na sociedade e na economia do Brasil, mas também na metrópole e em sua posição política dentro da Europa*”¹⁹⁴. Feito o rei mais rico do velho Continente, D. João V criou uma série de cargos e órgãos com o intuito de controlar as atividades auríferas, ao mesmo tempo em que manteve uma política que incentivasse as ações individuais em buscas de novas minas. Sendo assim, por questões geográficas, a *corrida do ouro* acabou dinamizando as atividades portuárias e agrícolas do Rio de Janeiro. De um lado, a cidade transformou-se no principal porto de saída do ouro e diamantes para a Europa e de entrada dos milhares de africanos escravizados, cujo destino principal era a região das minas. Do outro, a efervescência e até mesmo a instabilidade que caracterizaram a atividade aurífera, transformaram a hinterlândia fluminense numa das localidades responsáveis pelo abastecimento de gêneros primários para as cidades mineradoras¹⁹⁵. As famílias fluminenses que, desde meados do século XVI, já possuíam

¹⁹² Cf. REIS, João José. Op. Cit.

¹⁹³ A descoberta do ouro acarretou uma série de mudanças significativas no Império Português, gerando uma preocupação muito maior por parte das autoridades lusitanas. Ainda que publicado na década de 1950, o estudo que apresenta a melhor visão geral dessas transformações é o de BOXER, Charles. *A idade de Ouro no Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Trad. Port. 3ª. Edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

¹⁹⁴ RUSSELL-WOOD, A.J.R. O Brasil Colonial: O Ciclo do Ouro, C. 1690-1750. In.: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina. A América Latina Colonial*, vol. 2. São Paulo, Edusp, 1999, p.474.

¹⁹⁵ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português (1701-1750). In.: FRAGOSO, BICALHO, GOUVÊA. (Orgs.) *O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, pp.73-105.

sítios e chácaras nas proximidades do Rio, bem como aquelas que estavam envolvidas no tráfico de africanos escravizados, passaram a lucrar ainda mais.

MAPA 8 - AMÉRICA DO SUL EM 1762

(GIBSON, J. South America. London, Gentlemen Magazine, 1762) No mapa datado de 1762 é possível observar a proximidade do Rio de Janeiro (destacada em vermelho) com a região aurífera da colônia (em verde), localidades que estavam ligadas pela Estrada Real que possuía dois caminhos: o primeiro, construído no final do século XVII, ligava Vila Rica à Parati; o segundo, aberto em 1707, partia de Ouro Branco (um dos arraiais de Vila Rica) e finalizava no rio Iguaçu, na capitania do Rio de Janeiro. O Mapa permite ainda observar a estratégica localização da Colônia do Sacramento (destacada em azul) que, conforme mencionado anteriormente, ficava na foz do Rio da Prata. Disponível em: <http://alabamamaps.ua.edu/>

Como era de se esperar, o reaquecimento da economia gerado pela mineração teve impactos expressivos na composição da população da cidade, cujo percentual escravo aumentou significativamente. Ainda que boa parte dos africanos escravizados que aportavam no Rio fosse destinada às atividades auríferas, o desenvolvimento das atividades portuárias e da própria rede de serviços de uma cidade porto contou com a presença cada vez mais forte de cativos – escravos e crioulos – e de libertos. Tal presença acabou emprestando novos sentidos ao espaço urbano, como na Rua Mateus Freitas que, nas primeiras décadas do século XVIII, já era conhecida como a “*rua que vem da quitanda dos pretos*”, graças à grande quantidade de negros (libertos e escravos)

que vendiam legumes e frutas na via¹⁹⁶. Outro exemplo, contemporâneo ao “batismo” da rua da quitanda, pode ser observado no caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. No alvorecer do século XVIII, a Irmandade conseguiu construir sua própria Igreja, na Rua da Vala, que na época ficava no limite do perímetro urbano do Rio. Graças ao crescimento significativo do Rio no período, em 1737, a nova Igreja tornou-se a sede episcopal da cidade, só sendo dali transferida em 1808.

No decorrer do século XVIII, o próprio desembarque dos africanos escravizados transformou-se num assunto da cidade. Em 1758, os membros da Câmara Municipal registravam sua preocupação frente o “*prejuízo causado [pelos] escravos que estavam à venda pública pelas principais ruas*” do Rio de Janeiro¹⁹⁷. A apreensão das autoridades devia-se tanto aos horrores do espetáculo do desembarque – que, anos mais tarde, seria utilizado pelo Marquês do Lavradio como um dos principais argumentos para a transferência do Mercado do Valongo –, como ao medo gerado pela formação de magotes (pequenos grupos) de negros da Guiné. A inquietação foi tamanha que, além da proibição de agrupamento escravos, esses mesmos vereadores definiram que os cativos que ainda não tivessem sido comprados estariam proibidos de circular no perímetro urbano do Rio. Os proprietários desejosos de comprar escravos com o intuito de levá-los para as Minas deveriam informar ao Senado sobre sua compra e permanecer na cidade por, no máximo, oito dias; passado o prazo, os escravos em questão corriam o risco de serem detidos, e o proprietário obrigado a pagar multa¹⁹⁸.

Os dados levantados na análise dos livros de batismo das freguesias do Rio de Janeiro durante as primeiras décadas do século XVIII explicam, em parte, as ações tomadas pelos homens responsáveis em manter a ordem e o governo do Rio de Janeiro. Entre os anos de 1718 a 1760, foram registrados 4913 escravos na freguesia da Sé (a mais populosa da cidade)¹⁹⁹. Ao analisar a vida religiosa e a reconstrução étnica dos escravos

¹⁹⁶ ABREU, Maurício. Op. Cit., 2011, pp. 447-448.

¹⁹⁷ Arquivo Histórico do Ultramar (doravante AHU). Rio de Janeiro, Avulsos, Caixa 84, documento 19, 1758.

¹⁹⁸ Idem. Parte dos conflitos causados pelo adensamento do tráfico de escravos e pela disputa na compra e (re)venda dos africanos recém-desembarcados no século XVII pode ser encontrado em: CAVALCANTI, Nireu. “O comércio de escravos novos no Rio de Janeiro setecentista”. In.: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, pp. HONORATO, Claudio de Paulo. “O mercado do Valongo e o comércio de escravos africano”. RJ (1758-1831). In: SOARES, M. BEZERRA, N. (Orgs.) *Escravidão africana no recôncavo da Guanabara*. Niterói, EdUFF, 2011, pp. 145-17.

¹⁹⁹ Cf. SOARES, Mariza. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 299.

urbanos do Rio de Janeiro, Mariza Soares apontou que, na década de 1750, praticamente seis mil cativos passaram pela pia batismal das diferentes igrejas da cidade²⁰⁰.

Junto com o crescimento econômico e populacional, a cidade ampliou aquilo que Silvia Lara chamou de “teatro do poder”²⁰¹. Sob o governo do Marquês de Pombal (que assumiu o poder do Império lusitano quando as atividades auríferas já estavam em declínio), a Mesa de Inspeção foi instaurada no Rio de Janeiro e em outras três cidades portuárias da colônia, com o objetivo de promover o controle qualitativo e quantitativo das exportações de *commodities* coloniais²⁰². No mesmo ano de 1751, o Rio de Janeiro se transformou na sede do segundo Tribunal de Apelação da América portuguesa. Neste período, o responsável direto pela capitania e pela cidade do Rio de Janeiro era o Conde de Bobadela (1733-1763) que, além de cuidar de todos os assuntos referentes à sua capitania, também se preocupou com as questões práticas da cidade, tais como a edificação da Casa dos Governadores (1743); a melhoria do abastecimento de água por meio da construção do Aqueduto da Carioca (1750) e do Chafariz do Carmo; e a construção do Convento de Santa Teresa (1757).

FIGURA 4 - VISTA DO RIO DE JANEIRO EM 1769

(Miguel Ângelo Blasco. *Prospectiva da Cidade do Rio de Janeiro. Vista da parte do Norte, na Ilha das Cobras, 1760. Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro*). A vista panorâmica do Rio de Janeiro feita pelo engenheiro português Miguel Ângelo Blasco a pedido do Conde de Bobadela, mostra a intensa atividade portuária do Rio de Janeiro, embora realce apenas o Mosteiro de São Bento (à direita) como edifício de destaque em meio aos morros e montanhas que circundavam a cidade.

²⁰⁰ Idem, pp.299-303.

²⁰¹ Ao analisar a dimensão pública e política das cidades da América portuguesa, Silvia Lara chamou a atenção para a teatralização dos centros urbanos, onde “articulavam-se jurisdições, exibiam-se potências e hierarquias, concretizavam-se dominações de naturezas diversas. Lugar político por excelência, as vilas e cidades eram mais que um simples cenário: *constituíam o próprio teatro do poder*”. Cf. LARA, S. Op. Cit., p. 78.

²⁰² ALDEN, DAURIL. Op. Cit., p. 12.

Mas, nem mesmo as mudanças feitas durante o governo do Conde de Bobadela e a significativa quantidade de dinheiro que passou a circular no Rio de Janeiro após a descoberta das minas foram suficientes para aplacar a decepção de Antônio Álvares da Cunha com a cidade. Embora a cidade já alocasse praticamente todos os órgãos administrativos do poder colonial²⁰³, a estrutura urbana do Rio não parecia fazer jus à sua nova condição de sede da colônia. Aos olhos do Vice-rei, a demanda criada pelo contexto internacional contemplava apenas parte do que ele defendia como projeto ilustrado de cidade. O Rio de Janeiro ainda era uma cidade pequena, composta por duas freguesias principais (Sé e Candelária) que se exprimiam entre os quatro morros que protegiam a cidade.

Assim com a reconstrução impetrada pelo Conde de Rícla em Havana após 1762, um dos objetivos principais de Antônio Álvares da Cunha, era garantir a segurança colonial, em especial de sua sede, pois *“perdida uma vez essa Capital, se perdem consecutivamente as Minas e também se pode considerar perdido todo o resto do Brasil”*.²⁰⁴ Todavia, no que tange o Rio de Janeiro, o próprio Vice-rei apontou seu insucesso devido à péssima relação que estabelecera com os principais vizinhos fluminenses. A importância que a cidade do Rio de Janeiro e seus arredores ganharam com a descoberta das minas e a corrida do ouro, permitiu que os habitantes mais influentes (sobretudo os produtores de gêneros básicos e os traficantes de escravos) tivessem um poder de barganha nada desprezível com as autoridades governamentais. Em tempos de guerra, por exemplo, muitas famílias abastadas do Rio de Janeiro e de sua hinterlândia conseguiram colocar-se ao abrigo da prática de recrutamento da Coroa lusitana²⁰⁵. Contudo, a retidão com a qual se propôs a cumprir os ditames de um governo ilustrado fez com que o Conde de Cunha entrasse em conflito aberto com as famílias mais influentes da cidade, o que acabou encurtando sua administração na colônia²⁰⁶. Ao contrário do Capitão General de Cuba, Antônio Álvares da Cunha encontrou enorme resistência no processo de alistamento para as milícias coloniais, mesmo sendo essa uma política defendida pelo rei José I e pelo Marquês de Pombal.

²⁰³ Idem, p. 13.

²⁰⁴ Minuta escrita pelo vice-rei Conde de Cunha 1767. AHU, Cx. 90. Doc. 76. Apud. GONÇALVEZ, Op. Cit., p. 79.

²⁰⁵ BICALHO, Op. Cit. GONÇALVEZ, Op. Cit.

²⁰⁶ Por meio da análise das cartas e documentos oficiais trocados entre o Conde de Cunha e autoridades lusitanas, inclusive o Marquês de Pombal, Isabel Gonçalves conseguiu analisar pormenorizadamente os conflitos estabelecidos entre o Conde de Cunha e os Homens de Grossa Aventura do Rio de Janeiro. Cf: GONÇALVES, I. Op. Cit.

Vê-se logo que o elemento que rendeu sucesso ao Conde de Rícla foi problemático para o Conde de Cunha. A maior adesão ocorreu, justamente, nos batalhões de negros e pardos, pois boa parte da população negra e mestiça que era livre ou liberta, encarava a pertença a essas instituições como um fator de distinção social²⁰⁷ e, em alguns casos, como possibilidade de reconstrução de laços de identidade²⁰⁸. Assim como ocorrera em Havana, parte significativa dos homens que ocuparam o alto escalão dos Terços dos Henriques no Rio de Janeiro também teve papel de destaque nas Irmandades Negras da Cidade, o que demonstra parte da intrincada rede de prestígio criada em cidades escravistas²⁰⁹.

Embora malogrado, a sistematização do recrutamento dos colonos era parte de uma política militar mais ampla, que teve outros desdobramentos na cidade. Em 29 de dezembro de 1763, o Vice-rei fundou o Arsenal de Marinha em terras cedidas pelos Beneditinos no sopé do Mosteiro de São Bento. Mesmo sendo um marco importante das intenções da Coroa lusitana, tal estaleiro não teve a mesma pujança do *Real Arsenal* de Havana, tendo construído, durante todo o século XVIII, apenas a *Nau São Sebastião*. Ainda preocupado com a segurança da cidade, Antônio Álvares da Cunha reformou a Casa do Trem, erguida no ano anterior pelo Conde de Bobadela. Tal construção fora edificada ao lado da Fortaleza de Santiago – num dos pontos mais estratégicos da cidade –, cuja função principal era guardar armamentos (ou trem de artilharia, daí seu nome). O Vice-rei também mandou erguer o Arsenal de Guerra (1764), local que

²⁰⁷ No estudo sobre mestiçagem na América portuguesa setecentista, Larissa Viana apontou que o termo *pardo* passou a ser utilizado para designar uma identidade reivindicada por parte da população mestiça da cidade, que pretendia “fugir” do estigma da escravidão. As milícias foram uma das ferramentas utilizadas por esses homens para se distinguirem socialmente. Cf. VIANA, Larissa. *O Idioma da Mestiçagem. As Irmandades de Pardos na América Portuguesa*. Campinas, Editora UNICAMP, 2007, pp. 179-204.

²⁰⁸ A história da milícia negra do Rio de Janeiro, também conhecida como o Terço dos Henriques, ainda não foi analisada de forma sistemática pela historiografia, sobretudo no que diz respeito à apropriação que a “população de cor” livre e liberta fez dessas organizações. Estudos recentes apontam que tais Terços foram fundamentais na política ilustrada da segunda metade do século XVIII, bem como tornaram-se organizações-chaves na dinâmica de sociedades escravistas, em que o trabalho, as possíveis identidades africanas e o pertencimento à organizações legitimadas pelo poder colonial criaram amplas redes de sociabilidade, todas tangenciadas pela escravidão. Cf.: MARTA, Michel Mendes. “As milícias de cor na cidade do Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX”. In.: SOARES, M. BEZERRA, N. (Orgs.) *Escravidão Africana no Recôncavo da Guanabara*. Niterói, EdUFF, 2011, pp. 47-66.

²⁰⁹ Em recente trabalho, Mariza Soares analisou as relações estabelecidas entre as lideranças das milícias negras no Rio de Janeiro setecentista com o papel executado por esses mesmos homens nas Irmandades religiosas. O estudo se atém com maior profundidade aos casos dos africanos minas, que seriam os homens (e mulheres) transportados da Costa da Mina, na Baía do Benin, para o Rio de Janeiro durante o século XVIII. Cf.: SOARES, M. A biografia de Ignácio Monte, o escravo que virou rei. In.: VAINFAS, Ronaldo. SANTOS, Georgina. NEVES, Guilherme. (Orgs.) *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Rio de Niterói, EdUFF, 2006, pp. 47-68.

possuía uma oficina de consertos de armas, além de uma fundição; e ordenou a transferência dos paióis de pólvora para a Ilha da Pombeba, próxima ao porto da cidade.

FIGURA 5 - CASA DO TREM E ARSENAL EM 1765

(James Forbes, *Perspectiva da cidade do Rio de Janeiro 1765*, Biblioteca Nacional) Detalhe da Vista Panorâmica feita pelo inglês James Forbers em 1765 apresenta as duas principais construções militares feitas pelo Conde de Cunha: a casa do Trem (onde atualmente se localiza o Museu Histórico Nacional) e o Arsenal. Ambas tinham o objetivo de incrementar a segurança da cidade, que foi uma questão de enorme importância durante o governo do rei D. José e de seu Secretário, Marquês de Pombal.

Os princípios ilustrados da política pombalina também se fizeram sentir na preocupação de Conde de Cunha com a formosura do espaço urbano²¹⁰. Embora crítico feraz de seu antecessor, Antônio Álvares da Cunha deu continuidade às melhorias urbanísticas realizadas por Gomes Freire, construindo um Hospital para os Lázaros e outro para os soldados, abrindo e saneando vias e aterrando a principal vala da cidade, que escoava

²¹⁰ Importante ressaltar que, desde o terremoto que destruiu Lisboa em 1755, o Marquês de Pombal iniciou uma forte política de reestruturação urbana em todo o Império Ultramarino português, pautada pelos ideais ilustrados. Conforme pontuado por Paulo Garcez Marins, o objetivo principal das ações pombalinas era garantir o controle da “arquitetura e do traçado urbano, e também dos convívios e arranjos nos círculos dirigentes de poder”. Cf. MARINS, Paulo Cézar Garcez. *Através da Rótula. Sociedade e Arquitetura Urbana no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo, Humanitas/FFLCH-USP, 2001, p. 95. Ao analisar os espaços urbanos do Rio de Janeiro, Luanda e Ilha de Moçambique, Selma Pantoja demonstrou como o Marquês de Pombal tentou imprimir o ideal ilustrado na reestruturação de cidades “periféricas” do mundo lusitano. Cf. PANTOJA, Selma. *O encontro nas terras de além-mar: os espaços urbanos do Rio de Janeiro, Luanda e Ilha de Moçambique na era da Ilustração*. Tese de doutorado defendida no Departamento de Sociologia da USP, São Paulo, 1994.

água para o Largo da Carioca, há muito foco de inúmeras doenças. Graças a tais obras, o perímetro urbano do Rio se expandiu, e na segunda metade do setecentos, a cidade já possuía dois espaços de ocupação: o primeiro, próximo ao mar, era o berço do Rio onde estavam alocados os principais edifícios da cidade; o segundo – prova dos esforço humano na luta contra a natureza - ficava próximo à rua da Vala, região habitada pela população mais pobre da cidade e que havia sido recentemente arruada²¹¹. De acordo com Luis Edmundo, a melhoria dessa segunda porção da cidade havia rendido elogios ao Vice-rei, que ganhou a confiança das camadas populares²¹².

No entanto, nem a simpatia do povo, nem as melhorias do aparato urbano, muito menos a destreza com a qual fechou as lojas de ourives que faziam contrabando de ouro na cidade e desarticulou uma conspiração promovida pelos agentes dos jesuítas (expulsos da colônia em 1759) serviram para aplacar o desânimo do Vice-rei frente o comportamento dos colonos mais influentes. Pego desavisado, as súplicas feitas em 1767 foram ouvidas, e, no mesmo ano, o Conde de Cunha foi substituído pelo seu conterrâneo, D. Antônio Rolim de Moura Tavares, o Conde de Azambuja. Assim como seu antecessor, Azambuja já possuía experiência na administração colonial, tendo sido governador das capitanias de Mato Grosso e da Bahia. Todavia, Moura Tavares assumiu o cargo quando já estava doente, o que fez seu mandato não só rápido, mas pouco relevante para a história do Rio de Janeiro.

A despeito das crises internas na política colonial e da significativa queda das atividades auríferas desde meados do século XVIII, o Rio de Janeiro continuava sendo um importante porto de desembarque escravo, como aponta a tabela abaixo.

TABELA 3 - IMPORTAÇÃO DE ESCRAVOS NA REGIÃO SUDESTE DURANTE O GOVERNO DOS VICE-REIS DO BRASIL

ANO	VICE-REI	Nº de escravos importados
1763-1761	Antônio Álvares da Cunha, o Conde de Cunha	50.933
1767-1769	Antônio Rolim do Moura Tavares, Conde de Azambuja	15.427
1769-1779	Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão d'Eça e Melo Sila Mascarenhas, Marquês do Lavradio	69.827
1779-1790	Luís de Vasconcelos e Souza, Conde de Figueiró	127.650
TOTAL		263.837

Fonte: <http://www.slavevoyages.org>

²¹¹ Cf. LARA, S. Op. Cit., p.51.

²¹² EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-reis*. Rio de Janeiro, Editora Athenas, 1915.

Os números revelados na tabela acima apontam a forte assimetria existente entre Havana e Rio de Janeiro no que diz respeito à entrada de africanos escravizados via tráfico nas respectivas cidades. Ainda que os dados da Tabela 3 versem sobre a entrada em todos os portos da região sudeste da América portuguesa, o Valongo era a principal porta de entrada desses escravos, sendo o principal entreposto escravista da América portuguesa de então. As redes criadas pelas famílias fluminenses com mercadores da costa africana permitiram que mesmo em mandatos de “pouco brilho”, como os de Conde de Cunha e de Azambuja, entraram mais de 65.000 africanos escravizados no curto período de seis anos. Deixando de lado o contrabando existente no comércio de africanos escravizados de Havana, nem a décima parte deste total desembarcou na capital cubana.

A cifra da Tabela 3 aponta dois movimentos correlatos. Na escala macro, o avultado tráfico para a América portuguesa entre 1763 e 1790 confirma que a Coroa lusitana (sobretudo quando alicerçada pelo Marquês de Pombal) fez os ajustes necessários para a manutenção da instituição em meio à disseminação dos ideais ilustrados, reafirmando assim a ideologia escravista²¹³. Já na escala colonial, observa-se a dinâmica de uma sociedade que, a cada dia, tinha e dependia mais de seus cativos, ao mesmo tempo em que enriquecia e empoderava as famílias vinculadas ao tráfico. Os diversos conflitos travados entre pequenos e grades comerciantes de escravos junto às autoridades locais revelam parte dessa dependência e evidenciam o peso que tal comércio granjeou durante o setecentos²¹⁴. Embora em péssimo estado de conservação, a quantidade expressiva de documentos sobre a compra e venda de escravos no Rio de Janeiro corrobora o que já foi apontado anteriormente: a nova sede do Vice-reinado não era apenas o ponto de desembarque e de redistribuição de cativos recém-chegados do continente africano, mas também uma cidade que consumia tais escravos e que, consequentemente, era resignificada por eles²¹⁵.

²¹³ Sobre a defesa da escravidão em meio à ideologia escravista, ver: David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, pp. 435-491. No caso específico dos debates sobre escravidão durante as reformas pombalinas, ver: PARRON, T. A Nova e Curiosa Relação (1764): escravidão e Ilustração em Portugal durante as reformas pombalinas. In.: *Almanack Brasiliense*, nº 8, nov. 2008, pp. 92-107.

²¹⁴ CAVALCANTI, Op. Cit.

²¹⁵ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, doravante AGCRJ, Códice 6.1.9. *Auto dos homens de negócios e comerciantes de escravos 1758-1768*.

Ilustração e escravidão: espetáculos no Rio de Janeiro

Não seria exagero afirmar que o Marquês de Lavradio foi o mais ilustrado dos vice-reis da América portuguesa – o que lhe colocou numa situação muito semelhante ao Marquês de la Torre, em Cuba. Natural de Lisboa e filho de um experiente oficial do exército e da irmã de Duque de Aveiro, D. Luis D’Almeida Portugal Soares D’Eça Alarcão de Melo e Silva Mascarenhas teve uma educação privilegiada e uma notória carreira militar²¹⁶. Antes mesmo de completar 40 anos, D. Luís Mascarenhas assumiu o cargo de Capitão General da Bahia e, em menos de dois anos, conseguiu instaurar uma série de mudanças ilustradas na cidade de Salvador e em seus arredores que, embora houvesse perdido a supremacia política no território colonial, continuava sendo uma região chave na produção agrícola e uma das localidades mais populosas da América portuguesa.

Além de tentar melhorar as condições da segurança na Bahia, D. Luís teve papel crucial na execução da reforma fiscal na capitania, recebendo por isso elogios e o reconhecimento de Pombal²¹⁷. Seu pulso firme e sua impetuosidade acabaram convencendo a Coroa lusitana de que ele era o nome certo para substituir seu tio, o Conde de Azambuja; em junho de 1769 (um ano depois de assumir o governo da capitania da Bahia), o Marquês do Lavradio foi nomeado Vice-rei do Brasil. Entretanto, a honradez da escolha de seu nome para ocupar o mais alto cargo do comando colonial não foi suficiente para aplacar a decepção de Lavradio quando chegou ao Rio de Janeiro. Assustado com a precariedade urbanística que encontrou, o Marquês não só exprimiu a preferência pela arquitetura da *sua* Salvador, como apontou a incompetência de seus antecessores, que pouco haviam feito pelo Rio de Janeiro desde sua elevação em 1763²¹⁸.

²¹⁶ DAURIL, A. Op. Cit., pp. 4-6

²¹⁷ Idem, pp. 24-26.

²¹⁸ LAVRADIO, Marques de. Relatório do Marques de Lavradio Vice-rei do Rio de Janeiro entregando o governo a Luiz de Vasconcelos e Souza, que o sucedeu no vice-reinado – 19 de jun. de 1779. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, t.4. v.4, no. 16, 1843.

MAPA 9 - AMÉRICA DO SUL EM 1760

(Francisco João Roscio. *Plano da Cidade do Rio de Janeiro Capital do Estado do Brasil, 1769*. Mapoteca Do Ministério das Relações Exteriores, Palácio do Itamaraty) O detalhe do Plano do Rio de Janeiro feito por Francisco João Roscio em 1769 permite observar a cidade que o Marquês do Lavradio herdara. A linha azul indica qual era o perímetro urbano do Rio de Janeiro em 1750, o que aponta a significativa expansão urbana após a elevação do Rio à capital da colônia. Conforme exposto, tal crescimento acabou gerando outro núcleo de povoamento na cidade, próximo à Rua da Vala (atual Rua Uruguaiana), que na época era habitado pelo segmento pobre do Rio. Fora justamente nessa localidade, que os membros das Irmandades Negras conseguiram construir suas Igrejas ao longo do século XVIII. De acordo com o mapeamento feito por Mariza Soares, no sítio indicado pelo número [1] ficava a Igreja de Nossa Senhora do Rosário; [2] Igreja de São Domingos; [3] Igreja da Lampadosa; [4] Igreja de São Elesbão e Santa Efigênia; [5] a nova catedral (que ainda não havia sido terminada). Cf. SOARES, M.C. Op. Cit., (caderno de imagens).

Como nas últimas décadas do século XVIII ilustração e segurança caminhavam juntas, a primeira medida tomada pelo Marquês do Lavradio foi mapear as principais falhas e elaborar soluções possíveis que garantissem a salvaguarda dos habitantes da capital colonial. Importante lembrar que esse era um período em que os conflitos na região do Prata haviam se acirrado, e o fato do sul da colônia estar sob o comando da capitania do Rio de Janeiro aumentava ainda mais a preocupação das autoridades frente possíveis batalhas contra os espanhóis. Ao contrário do que sucedeu com o Conde de Cunha, o Marquês do Lavradio conseguiu estabelecer uma relação amigável com parte dos homens mais abastados da capital colonial, sem abrir mão do projeto ilustrado de

cidade. O bom relacionamento criado com os diferentes órgãos locais (como as Câmaras Municipais e os batalhões de Milícia) facilitou a administração de Lavradio, num governo longo que conheceu poucas conturbações políticas²¹⁹.

A má impressão causada pela precariedade urbana acabou alimentando os princípios ilustrados do Vice-rei, que passou a fazer mudanças significativas na organização e no desenho da cidade. Nas freguesias centrais, Lavradio manteve o trabalho feito pelos seus antecessores, garantindo a limpeza e a ordem das principais vias, e extinguindo de vez aquilo que classificou como “horroroso espetáculo”. Conforme apontado anteriormente, a descoberta do ouro não só resultou no aumento expressivo do número de africanos escravizados no Rio, como acabou criando uma expressiva rede comercial e política que envolvia importantes famílias cariocas e fluminenses (o que, por sua vez, facilitava ainda mais este comércio). Embora o volume do tráfico para a região sudeste da colônia tenha sofrido uma queda significativa durante o governo do Marquês do Lavradio – em parte devido à diminuição da atividade aurífera –, o Vice-rei e seus contemporâneos continuaram sendo testemunhas do

terrível costume de tão logo os negros desembarcarem no porto, vindos da costa africana, entrar na cidade através das principais vias da cidade, não apenas carregados de inúmeras doenças, mas nus (...) e fazendo tudo o que a natureza sugeria no meio da rua²²⁰.

A capital colonial, ou melhor posto, o centro do Rio de Janeiro não poderia ser palco de tão terrível espetáculo, ainda que a região da alfândega e as principais ruas das freguesias urbanas fossem locais de trabalho de milhares de escravos (africanos e crioulos). O problema não era com a instituição escravista, ou com o uso dos escravos no espaço urbano. O que perturbava as autoridades do Rio desde meados do século XVIII era a convivência de projetos distintos de cidade desnudada pelo desembarque de africanos. Se o Rio de Janeiro constituía-se como o principal entreposto escravista da América portuguesa, que o fizesse de forma (co)ordenada. A resposta dada pelo Marquês do Lavradio – já rascunhada pela Câmara Municipal anos antes – foi a transferência (em 1769) do mercado de escravos para a região do Valongo, na freguesia de Santa Rita.

²¹⁹ Idem.

²²⁰ Cf. ALDEN, Dauril. Op. Cit.

MAPA 10 - PLANO DO RIO DE JANEIRO EM 1769

(*Planta da Cidade do Rio de Janeiro, 1770*. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.). A planta acima está baseada no mapeamento da capital da colônia feito a mando do Marquês do Lavradio em 1769. Como acontecia em outras localidades do mundo Atlântico, o objetivo principal do Vice-rei era construir um projeto de fortificação para as freguesias principais da cidade por meio da identificação e edificação de quartéis, hospitais e fortalezas (que aparecem representadas pelas letras A a Q). Todavia, a planta permite ainda observar a nova localização do desembarque de africanos escravizados, que passou a ser feito na região do Valongo (destacado em vermelho) e o crescimento perímetro urbano para a Lapa e a Glória (destaco em verde). Em certa medida, essas foram as duas direções do crescimento da cidade durante o governo do Marquês do Lavradio.

Ao contrário do que ocorrera com Havana setecentista, na década de 1760, o Rio de Janeiro já era um dos maiores e mais importantes entrepostos do tráfico transatlântico de escravos. A expressiva quantidade de africanos escravizados que desembarcavam anualmente na cidade criou, então, a necessidade de um espaço específico para esse comércio. À época, a freguesia de Santa Rita não fazia parte do núcleo urbano do Rio de Janeiro, no entanto estava relativamente próxima do centro comercial e político da urbes. Tal localização permitia que o desembarque de escravos fosse feito longe dos

sobrados mais abastados, mas numa distância plenamente acessível para pequenos, médios e grandes comerciantes de cativos, inclusive aqueles que vinham de outras regiões da capitania, como o Recôncavo da Guanabara. Diversos barracões foram construídos ao longo da *vala longa* (que havia sido aterrada), e ali os escravos recém-chegados, já inspecionados pelos médicos, eram alocados até o momento da compra.

A setorização do desembarque e da venda dos escravos recém-chegados não só acompanhava certo padrão da cidade (que tinha regiões especializadas em comércios específicos) como também era, do entender das autoridades, uma medida de saúde pública: além do expressivo número de mortes durante a travessia atlântica, parte significativa dos africanos chegava aos portos do Novo Mundo com doenças infectocontagiosas (como febre amarela) e não suportavam os primeiros dias em terra firme. Não foram poucas as vezes que moradores da região do Valongo se dirigiram à Câmara Municipal para reclamar da grande quantidade de corpos jogados na rua, ou então que apareciam com as chuvas mais fortes, que denunciavam o pouco cuidado com o sepultamento desses homens e mulheres. Foi nesse contexto que surgiu o cemitério dos Pretos Novos, cujo objetivo principal era garantir que o enterro dos boçais fosse feito de forma adequada²²¹.

As medidas de Lavradio contemplaram outras freguesias menos populosas da cidade, indicando a direção do futuro crescimento do Rio. As regiões da Lapa e Glória passaram por processo de aterramento, abertura de ruas e o Marquês do Lavradio chegou a criar uma grande feira no Largo da Glória - que daria origem ao mercado no mesmo local. Embora o Aqueduto da Carioca tenha facilitado o acesso à água potável, o Vice-rei construiu alguns chafarizes nessa região, fomentando assim sua ocupação efetiva.

Os últimos anos de governo do Marquês do Lavradio foram marcados por conturbações políticas do outro lado do Atlântico. A morte de D. José I, em 1777, fez com que o trono fosse assumido por sua filha, D. Maria I. Seu governo foi iniciado pelo período que ficou conhecido como *Viradeira*, que levou à demissão do Marquês de Pombal e à substituição de praticamente todos os Secretários que serviram seu pai. O bom

²²¹ Sobre a construção do Cemitério dos Pretos Novos e sua Relação com o Mercado do Valongo ver, respectivamente: Cf. PEREIRA, Julio César M.S. *À Flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Garamond Universitaria, 2007. HONORATO, Cláudio P. *Valongo: o Mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758-1831*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

desempenho de Lavradio lhe permitiu ficar no poder por pouco mais de um ano. Todavia, em abril de 1778, o vice-reinado foi assumido por Luís de Vasconcelos e Souza, o 4º. Conde de Figueiró. Escolhido por Martinho de Melo, o novo Secretário de Estado da Coroa lusa, Luís de Vasconcelos fez valer as minuciosas instruções vindas de Lisboa.

O que Luís de Vasconcelos encontrou ao chegar ao Rio de Janeiro foi uma cidade que fazia do seu espaço urbano e da sua população, cenário e personagens de uma grande encenação.

FIGURA 6 - ENTRADA DO RIO DE JANEIRO EM 1779

Carlos Julião. Pormenor da Configuração que mostra a *Entrada do Rio de Janeiro*, c. 1779. Gabinetes de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar. Lisboa.

Produzida por volta de 1779, a imagem acima é parte da litogravura intitulada *Entrada do Rio de Janeiro* produzida pelo artista italiano Carlos Julião. Os últimos dois planos da imagem apresentam recortes da vista panorâmica da cidade – possivelmente feita a partir da Ilha das Cobras. Já os dois primeiros planos da litogravura mostram figuras humanas executando atividades distintas e, aparentemente, sem conexão umas com as outras. A primeira impressão é de que a imagem retrata situações que tinham a cidade do Rio de Janeiro como palco. É possível identificar uma dama sendo cortejada, outras senhoras brancas passeando com suas sombrinhas, um casal indígena com vestes

ocidentais que, em certa medida, se contrapunham ao guerreiro indígena apresentado com cocar e arco-e-flecha. Menos preocupado em narrar possíveis histórias desses personagens, nesta obra Carlos Julião acabou definindo uma série de “tipos humanos” que, segundo suas observações, compunham parte da sociedade representada.

Dentre tais representações, quatro foram “protagonizadas” por homens e/ou mulheres negras, provavelmente escravos. A primeira delas apresenta uma mulher negra aparentemente bem vestida, embora descalça, carregando uma bolsa na mão e um tabuleiro na cabeça. A segunda retrata uma comitiva negra composta por três mulheres vestidas de forma muito semelhante à primeira - longas saias estampadas, camisa branca, um pano - provavelmente da Costa- sobre elas - acompanhadas por um homem negro igualmente bem vestido, carregando um Pára-Sol. Em seguida, dois homens negros - com roupas mais simples e claramente descalços - carregam o corpo de um terceiro (que não pode ser identificado na imagem) numa rede. Por fim, uma senhora negra, retratada de perfil, usa vestes mais escuras do que as primeiras e também não tem sapatos nos pés.

Embora inexistente no cotidiano, a tipificação feita pelo artista permite vislumbrar aspectos fundamentais do Rio de Janeiro daquela época, inclusive no que diz respeito à escravidão. As figuras negras aparecem em duas situações: trabalhando e naquilo que parece ser a procissão de uma das muitas festas religiosas feitas pelos escravos e libertos.

Atuando nos limites permitidos para um artista europeu oriundo de uma sociedade que há muito não possuía escravos, Julião representou as duas possibilidades de aparição pública permitida aos escravos e libertos no Rio de Janeiro: o trabalho e as festas que tivessem cunho religioso (vinculadas à Igreja Católica). Em certa medida, tais possibilidades de uso do espaço público vinham ao encontro das condições de privacidade que marcaram as vilas e cidades da América portuguesa²²²: enquanto a casa era um espaço restrito e o confinamento das “mulheres de bem”, que dependiam das gelosias para ver o mundo lá fora, a rua era o espaço do transitório e, por isso mesmo, da escravidão.

Tanto a mulher com tabuleiro na cabeça, como os dois homens carregando o corpo, apontam parte da variada gama de atividades executadas pelos escravos urbanos durante

²²² Sobre as questões relativas à privacidade no mundo colonial, ver: NOVAIS, F. *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 1. São Paulo, Cia. das Letras, 1997. (Sobretudo os capítulos 1 e 3).

todo o século XVIII, atividades essas que foram registradas outras vezes pelo mesmo artista. Como anunciado anteriormente, o Rio de Janeiro setecentista foi marcado pela dependência cada vez maior da mão-de-obra escrava, que era responsável não apenas pelos serviços gerais executados nas casas da cidade (inclusive o cuidado dos filhos dos proprietários), mas também pelo pequeno comércio e pela rede de serviços da capital colonial: quitutes e limonadas carregadas na cabeça, facas sendo afiadas, vendas de cestarias, transporte de água e lavagem de roupa são exemplos de tais atividades.

FIGURA 7 - ATIVIDADES EXECUTADAS PELOS ESCRAVOS NO RIO DE JANEIRO SETECENTISTA

(Carlos Julião. *Vendedoras Escravas*, Rio de Janeiro, século XVIII. *Cesteiro e Comerciante*, Rio de Janeiro, c.1770. Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional- Brasil). Imagens também disponíveis no site: <http://hitchcock.ite.virginia.edu>

Mesmo as imagens que retratam os diferentes trabalhos executados pelos escravos, ou, melhor posto, os diferentes *tipos* de escravos urbanos, permitem observar que, para Carlos Julião, muitos cativos conseguiram resignificar diferentes esferas da cultura material em meio ao cotidiano escravista. Na imagem em que retrata as *Vendedoras Escravas*, Julião registrou duas cativas que trabalhavam pelas ruas da cidade. Usando vestes muito parecidas, as duas vendedoras foram diferenciadas por dois elementos que, não por acaso, indicavam distinção social. A escrava que estava carregando uma criança branca amarrada em suas costas por um tecido (técnica muito difundida nos povos da África Ocidental) também estava calçada. É possível aventar que, além de vendedora de

quitutes, tal escrava também fosse ama-de-leite, o que sugere que ela desfrutava de uma melhor condição material que, por sua vez, era decorrência da proximidade com a família senhorial.

Na imagem do *Cesteiro e Comerciante*, Julião retratou dois escravos que também trabalhavam nas ruas da cidade. Nessa litogravura, o artista não deixou margens para dúvidas quanto à condição dos homens representados. Além da falta de sapatos e da precariedade das vestes, o homem da esquerda (de calção branco e camisa azul) está com uma tornozeleira na perna direita que, assim como as gargalheiras, era um objeto utilizado para punir e identificar os cativos que fugiam. Na sua tipificação, Julião acabou registrando uma prática corrente no mundo escravista, que era a tentativa, muitas vezes fracassada, de fuga. Em 1778, Lavradio já demonstrava sua preocupação com essa prática, que acabava culminando na formação de quilombos nas proximidades do Rio²²³. Os escravos que eram recapturados geralmente recebiam castigos públicos (com chicotadas) e usavam gargalheiras e tornozeleiras que, além de limitarem os movimentos, também estigmatizavam aqueles que fugiam.

A obra de Julião sugere ainda que o mundo do trabalho era, na medida do possível, resignificado pelos escravos. A escrava carregando o provável filho de seu senhor da mesma forma que as mulheres da África Ocidental carregavam seus filhos enquanto trabalhavam indica que práticas oriundas do continente africano foram reelaboradas na América portuguesa, não só devido às imposições da instituição escravista (otimização do trabalho escravo), mas também às releituras que parte dos africanos escravizados fizeram em meio ao cativeiro.

O uso do pano-da-costa, tecidos coloridos, turbantes e chapéus, mostra que muitos africanos, sobretudo as mulheres, fizeram de suas vestes um signo de identidade²²⁴. Em primeiro lugar, porque o uso dessas roupas dificilmente seria uma preocupação senhorial - mesmo que o proprietário de quituteiras e vendedoras pudesse se beneficiar economicamente desta prática. Desse modo, a aquisição (ou a confecção) desses elementos provavelmente partiam do(a) escravo(a) que, tendo autonomia e meios financeiros para tal, adquiria as vestes que melhor lhe aprouvessem. Geralmente, os

²²³ AN. Fundo Marquês do Lavradio, série 1, microfilme 024-97.

²²⁴ Um interessante trabalho que analisa parte dos significados da vestimenta dos africanos no Rio de Janeiro por meio da obra de Carlos Julião é: ESCOREL, Silvia. *Vestir poder e poder vestir. O tecido social e a trama cultural nas imagens do traje negro (Rio de Janeiro, século XVIII)*. Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de História da UFRJ. Rio de Janeiro, 2000.

escravos que tinham acesso a tais adereços eram aqueles que lidavam corriqueiramente com dinheiro, vale dizer os escravos de ganho, que arrendavam sua força de trabalho para diferentes atividades citadinas.

Em recente estudo sobre a praça de mercado do Rio de Janeiro, Juliana Farias indicou algumas das formas que os homens e mulheres (cativos e libertos) representados por Julião encontraram para ganhar a vida. Desde o século XVII, o futuro Largo do Paço já era tomado por negras de tabuleiro e vendedores de peixe que acabaram transformando a localidade num importante espaço de venda de alimentos. Em meados do século XVIII, o movimento nesse mercado intensificou-se de tal forma que autoridades locais decidiram despejar as barracas que atrapalhavam o trânsito nas principais vias da cidade. Em tons de súplica, as quitandeiras negras advogaram que tais barracas eram a base de seu sustento, argumento que parece ter convencido os membros da Câmara Municipal. As mudanças urbanísticas implementadas por Luiz de Vasconcelos fizeram com que tais barracas migrassem para o recém-construído Largo do Carmo, que, pensando dentro da ideologia de cidade ilustrada, exigia que o pequeno comerciante abandonasse a parca estrutura de outrora e investisse em barracas feitas de tijolo e cobertas de telha²²⁵.

A forte presença de comerciantes de origem africana (e muitas vezes escravos) reforça a ideia da existência de uma rede de comércio paralela nas grandes urbes escravistas da América portuguesa: a venda de produtos oriundos da África que eram consumidos (principalmente) por africanos, fossem eles escravos ou forros. Embora a litogravura de *Vendedoras Escravas* não permita afirmar se as roupas eram ou não africanas, a tipificação feita por Carlos Julião em outras obras em que retratou escravos, ou então africanos alforriados, leva a crer que parte da população vinda da África e moradora de grandes cidades (como Rio de Janeiro e Salvador) tinha meios de adquirir objetos e vestes utilizadas do outro lado do Atlântico²²⁶.

²²⁵ A história da praça do mercado do Rio de Janeiro e a apropriação que africanos oriundos da África Ocidental (muitas vezes chamados de *minas*) foram finalmente articulados no instigante trabalho de Juliana Farias. Ainda que o recorte de sua pesquisa seja o intervalo entre os anos de 1830 a 1890, a autora fez um breve histórico do mercado, mostrando que desde a segunda metade do século XVIII, ele já era o local de trabalho (e de reconstrução de identidade) de centenas de homens e mulheres de cor, libertos e escravos. Cf. FARIAS, Juliana Barreto, *Mercados Minas. Africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)*. Tese de Doutorado apresentada no Departamento de História Social da USP. São Paulo, 2012, pp. 32-33.

²²⁶ A existência do pequeno e médio comércio de regiões da América portuguesa com localidades africanas vem sendo um assunto cada vez mais trabalhado pela historiografia brasileira. Trabalhos recentes apontam que tais redes de comércio muitas vezes conectavam negociantes de pequeno e médio

Os elementos de origem africana ficam mais evidentes nas obras em que Julião representou festividades no Rio de Janeiro. As imagens que retratam as procissões realizadas pelas Irmandades Negras existentes na cidade evidenciam que a liturgia católica era relida e resignificada a partir de padrões estéticos e identitários que, em certos casos, passavam ao largo dos costumes portugueses. Em uma das situações apresentadas em *Entrada do Rio de Janeiro* (figura 6), Julião fez uso de muitas cores para representar as saias e turbantes das mulheres que retratou e chegou a pintar um Pára-Sol, objeto muito utilizado nos cortejos reais de diferentes povos da África Ocidental e Centro-Ocidental. Como sugerido, a presença de elementos africanos nas vestes de escravos e libertos ficava ainda mais evidente nas festas que marcavam a vida no Rio de Janeiro. O mesmo Carlos Julião registrou algumas dessas comemorações – na sua maior parte feita por Irmandades Religiosas – em que adereços vindos da África estavam presentes.

porte do Novo Mundo com comerciantes de diferentes pontos da Costa africana e que, nem sempre, o escravo era o produto negociado. Cf. BEZERRA, Nielson. *Mosaicos da Escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas no Recôncavo da Guanabara (1780-1840)*. Tese de doutorado apresentada no Departamento de História da UFF, Niterói, 2010.

FIGURA 8 - A RAINHA E SEU CORTEJO, SÉCULO XVIII

(Carlos Julião, *A Rainha e seu Cortejo*, c.1778). Nessa pintura a óleo, Carlos Julião retratou o cortejo de uma rainha negra no Rio de Janeiro. Anualmente, irmandades negras realizavam o cortejo do rei e rainha de suas respectivas “nações”, numa festa que recebia o aval do poder público e da Igreja. Como ocorria nesse tipo de festividade, além da própria coroação, outros elementos de culturas africanas estavam presentes, como os instrumentos musicais, tecidos e o Pára-Sol.

Sem dúvida alguma, parte dos africanos e crioulos (escravizados ou libertos) fez uso do espaço urbano de forma teatralizada²²⁷. As festas de coroação dos “reis e rainhas africanos” e as procissões das Irmandades Negras eram exemplos de como o mundo citadino podia servir como palco para espetáculos em que a escravidão transatlântica (enquanto sistema) era propositadamente suspensa, dando lugar à rememoração ou à reinvenção de Áfricas muitas vezes inexistentes. Trabalhos que analisam a história das cidades coloniais da América portuguesa apontam que, em muitos casos, o espaço urbano foi o local da encenação, ou melhor dito, o local em que se via e se fazia ver²²⁸.

²²⁷ Dois estudos fundamentais sobre as apropriações que os africanos e crioulos fizeram do espaço urbano durante o século XVIII são: RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005. LARA, Silvia H. *Fragmentos setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo, Cia. das Letras, 2007.

²²⁸ Uma das importantes discussões sobre a história das cidades brasileiras durante o período colonial reside no que muitos autores chamaram de “aspecto transitório” do espaço urbano. Embora os centros citadinos fossem locais em que os representantes do poder metropolitano estavam e o espaço em que as

Os visitantes estrangeiros que estiveram no Rio de Janeiro durante o governo de Luís de Vasconcelos conseguiram apreender parte da teatralização da cidade, bem como seu caráter pragmático. Em abril de 1782, o capelão Friedrich Ludwing Langstedt²²⁹ assinalou que a despeito do recato das mulheres brancas e portuguesas – que só podiam espiar a vida do Rio de Janeiro por meio das gelosias –, “*os escravos, na sua maioria, andam nus, cobrindo somente a vergonha [...] Em geral, eles são de boa índole, trabalhadores e muito simpáticos e [...] quando em grupo, carregam água e produtos da terra, tentam encorajar-se mutuamente por meio de um canto selvagem muito monótono, que ofende os ouvidos do europeu*”²³⁰.

A contraposição entre o mundo da casa (reino das ditas senhoras de bem) e o mundo da rua, apinhando de escravos que andavam seminus, aponta a criação de uma dinâmica entre o espaço urbano e escravidão iniciada no último quartel do século XVIII e que acompanharia a história do Rio de Janeiro até meados da centúria seguinte. Tal dinâmica era consequência da força que o trabalho escravo passava a ter (a cada dia) para o funcionamento da rede de serviços do Rio de Janeiro, e da apropriação que essa massa de trabalhadores fazia dos espaços públicos da cidade.

A entrada de africanos escravizados na zona sudoeste da colônia (tabela 3) – que tinha o Valongo como principal ponto de desembarque – já dá pistas do peso que a escravidão passava a exercer no Rio de Janeiro. As mudanças na composição da população da cidade configuravam outro forte indício da dinâmica anunciada acima. Em 1779, o Rio de Janeiro possuía praticamente 30 mil habitantes, dos quais 16% eram escravos. Dez anos depois, quando Luís de Vasconcelos ainda ocupava o posto de Vice-Rei, a cidade tinha pouco mais de 38 mil almas: mais de 43% eram cativas²³¹.

grandes trocas comerciais eram feitas, o caráter fortemente agrário da economia colonial acabou encobrindo uma série de relações sociais que passaram a ser analisadas de forma mais sistemática nos últimos cinquenta anos. Estudos datados da segunda metade do século XX mostram que as cidades coloniais foram mais do que espaços de “passagem” da sociedade brasileira, mas também locais em que uma série de redes sociais era construída, inclusive aquelas estabelecidas por escravos e seus descendentes. Cf. ARAÚJO, Emanuel. *O Teatro dos Vícios. Transgressão e Transigência na Sociedade Urbana Colonial*. Rio de Janeiro, José Olympio, 2008. LARA. Op. Cit., pp. 81-90.

²²⁹ O capelão embarcara de última hora no navio inglês Benjamim com a incumbência de atenuar os possíveis conflitos espirituais dos germânicos que se lançavam na viagem à Índia, em outubro de 1781. Devido às péssimas condições de viagem, a embarcação aportou no Rio de Janeiro em abril do ano seguinte e, no curto tempo em que esteve na cidade, Friedrich Ludwing descreveu alguns aspectos que lhe chamaram a atenção. Cf. FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial. Antologia de textos 1531-1800*. Rio de Janeiro, EdUERJ/ José Olympio Editora, 1900, pp. 166-174.

²³⁰ Idem, p. 172.

²³¹ LARA, S. Op. Cit., p. 126.

Boa parte dos escravos que adensaram a população carioca foi utilizada nas obras que o 4º Conde de Figueiró impôs ao Rio. A ampliação do perímetro urbano da capital colonial pode ser atestada por meio da demolição do morro da Mangueira, que fazia parte do maciço de Santa Tereza. Com o material da demolição, Luís de Vasconcelos mandou aterrar o Campo dos Ciganos e a Lagoa do Boqueirão que, por sua vez, deram lugar ao Passeio Público erguido em 1783.

FIGURA 9 - BOQUEIRÃO COM O AQUEDUTO DA CARIOCA AO FUNDO

(Leandro Joaquim. *Boqueirão com o Aqueduto da Carioca ao Fundo*. Museu Histórico Nacional)
A obra de Leandro Joaquim permite observar a região que foi aterrada a mando de Luís de Vasconcelos e Souza, dando origem ao Passeio Público, primeira praça pública do Rio de Janeiro. Nessa imagem é possível observar que o artista retratou inúmeros escravos trabalhando na região, principalmente mulheres lavando roupa.

Em certa medida, o Passeio Público pode ser tomado como um símbolo do projeto de cidade levado a cabo por Luís de Vasconcelos. O Passeio foi o primeiro jardim público do Rio de Janeiro, demonstrando a forte preocupação das autoridades em fazer com que

a capital colonial estivesse atendida aos padrões urbanos europeus. Na realidade, é possível afirmar que tal Passeio materializava a concepção de *público* defendida pelos homens que governavam a cidade. O Passeio elaborado por Mestre Valentim tinha o intuito de embelezar o Rio de Janeiro, bem como de reafirmar padrões de civilização e restringir usos do espaço urbano em meio à cidade que se expandia. Não se tratava, pois de um espaço que pudesse ser igualmente usufruído pelos habitantes da cidade. Se essa fosse a preocupação, a Lagoa do Boqueirão não precisaria ter sido aterrada. O objetivo do belo Jardim Público do Rio de Janeiro era afirmar a teatralização que balizava as dinâmicas da cidade. E, justamente por isso, tal espaço pode ser entendido como um cenário privilegiado. Elaborado por um artista mulato, membro de Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, executado por meio do suor de dezenas de escravos, o Passeio Público não estava aberto a todos, mas sim ao público que realmente importava. Ao comprovar a capacidade humana em transformar a natureza, o Passeio Público dividia os ricos e pobres do Rio de Janeiro, deixando materialmente definido que, mesmo possuidores de uma expressiva população negra e mestiça, o “gradiente racial” do Rio de Janeiro não podia estar - muito menos usufruir - do espaço urbano da mesma maneira²³².

Construções menos luxuosas do que o Passeio reafirmavam determinados usos do Rio de Janeiro, servindo como alerta para o segmento escravo que não parava de crescer. Depois de reconstruir a casa da Alfândega, o Vice-Rei tratou de reformar o antigo Forte de Santiago, transformado no calabouço que servia como local de prisão e castigo de escravos – anulando assim o papel do pelourinho.

Sem se valer da imponente física das muralhas de Havana – que, a partir de 1763, passaram a servir muito mais como marcadores de ocupação urbana do que como fortificações -, as transformações feitas no Rio de Janeiro também pretendiam elevar a cidade às luzes, definindo muito bem quais personagens podiam encenar na capital colonial que se formava. Mal sabiam eles que a aquilo era apenas um ensaio do que estava por vir.

*

²³² Idem, pp. 65-67.

As mudanças causadas pela Guerra dos Sete Anos mais do que aproximaram Havana e Rio de Janeiro. Em que pese a expressão econômica das elites fluminenses nas primeiras décadas do século XVIII e a segurança natural da baía de Guanabara, fora a tomada de Havana pelos ingleses em 1762 que mostrou ao Marquês de Pombal a necessidade em transferir a capital colonial. Sendo assim, graças às disputas de poder das nações do Velho continente, a partir de 1763, as duas cidades passaram a compartilhar o posto de capitais coloniais e tiveram suas histórias conectadas. No entanto, ainda que em franco diálogo com a reconfiguração das possessões europeias no Novo Mundo e com os conflitos que se desdobraram a partir da Guerra dos Sete Anos, é possível observar que o projeto ilustrado implementado nas duas cidades teve trajetórias distintas. Se no caso de Havana, tal projeto teve êxito, o mesmo não pode ser dito sobre o Rio de Janeiro.

As diversas situações examinadas neste capítulo apontam que as diferenças na execução das reformas ilustradas em Havana e no Rio de Janeiro estavam intimamente ligadas com a dinâmica que a escravidão tinha nas cidades. Embora as duas urbes tivessem um percentual escravos muito parecido (cerca de 30% da população era cativa), a dificuldade observada em Havana, no que diz respeito à obtenção de africanos escravizados, acabou servindo como importante moeda de troca entre o poder metropolitano e a elite *criolla*. A extensão, experiência e independência dos colonos luso-brasileiros no tráfico transatlântico dificultaram alianças mais sólidas entre os representantes da Coroa portuguesa e a elite comercial-escravista do Rio de Janeiro e sua hinterlândia.

Observa-se assim, que o desenrolar das reformas ilustradas nas duas cidades esteve atrelado à oferta de escravos, o que, por sua vez, estava intimamente ligado com o passado escravista no Rio e em Havana. Enquanto, na capital de Cuba, a forte dinâmica urbana fazia com que o sistema de *asiento* e o constante contrabando viabilizassem o mínimo necessário para o funcionamento da principal economia da ilha (que, na época, era a cidade de Havana), a produção agrícola e a mineração haviam feito do Rio de Janeiro a porta de entrada de milhares de africanos, parte dos quais ficou na cidade.

O denominador comum que equalizaria a dinâmica e a oferta escrava nas duas cidades surgiria em 1791, por meio de uma rebelião escrava em outro espaço.

CAPÍTULO II

ESCRavidÃO E MUNDO CIDADINO EM MEIO ÀS REVOLUÇÕES (1791-1815)

Haiti: medo, retórica e a escolha pela escravidão

No alvorecer de 1812, a capital de Cuba entrou em alerta. Um conhecido carpinteiro da cidade, ex-comandante da milícia negra de Havana e de ascendência *lucumí*, tornou-se o líder de uma rebelião negra batizada com seu nome: Aponte¹.

Os planos da rebelião liderada por José Antônio Aponte surpreenderam as autoridades não só por seus objetivos revolucionários – abolir a escravidão e o tráfico de africanos, acabar com o domínio colonial na ilha e criar uma sociedade menos discriminatória -, mas também por revelar uma ampla rede de solidariedade e de informação criada pelos homens e mulheres negros de Havana e de suas imediações.

Era a radicalização da outra ponta de uma sociedade marcadamente escravista; uma sociedade em que escravos e indivíduos egressos do cativeiro – tanto os que haviam vivenciado a escravidão, como seus descendentes – fizeram uso da dinâmica ditada pelo ritmo da *plantation* e pelos ideais políticos de então, na defesa de seus interesses. Ainda que tenha sido descoberta antes de eclodir a rebelião de Aponte revelou a construção de relações que extrapolavam os laços de parentesco, a condição de cativeiro e as fronteiras entre o espaço urbano e rural de Cuba.

Um dos homens que melhor representou a dimensão insular da rebelião foi Tiburcio Peñálver, escravo do engenho de *Trinidad*, que pertencia a Don Nicolás Peñálver. Tiburcio era a pessoa responsável pelo transporte do açúcar produzido no engenho, que deveria ser entregue aos mercadores de Havana que cuidavam da exportação do produto. As inúmeras viagens feitas entre a *plantation* e a capital cubana fizeram com

¹ A rebelião de Aponte foi um evento de significativa repercussão na história de Cuba, tendo sido incorporado pela historiografia oficial desde meados do século XIX, bem como nas análises clássicas sobre a escravidão em Cuba, como no trabalho: ORTIZ, F. *Cuban Counterpoint. Tobacco and Sugar*. New York, Alfred A. Knopf Ed., 1947 (1ª edição norte-americana). O levante também figurou na análise de muitos historiadores que escreveram sob forte influência da Revolução de 1959, como o trabalho: BETANCOURT, Juan R. *El Negro: Ciudadano del Futuro: O todos somos felices, o nadie podrá ser feliz*. Havana, Talleres Tipográficas de Cárdenas y Cia., 1959. Análises mais recentes enfatizaram a reconstituição dos eventos e personagens da rebelião, utilizando variadas fontes documentais para tanto. Cf.: FRANCO, José Luciano. *Las Conspiraciones de 1810 y 1812*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1977 (publicado pela primeira vez em 1963). CHILD, Matt. *The 1812 Aponte Rebellion in Cuba and the struggle against Atlantic Slavery*. North Carolina, The University of North Carolina Press/ Chapel Hill, 2006.

que o escravo transitasse por diferentes espaços, passando por diversos engenhos e pelos bairros extramuros de Havana – que na época eram habitados, em sua maioria, pela população negra, fosse ela livre, liberta ou escrava. A mobilidade de trânsito desfrutada fez de Tiburcio uma espécie de mediador do movimento, já que ele foi um dos principais responsáveis pela comunicação dos envolvidos na sublevação². Ao retornar a *Trinidad* em 13 de março de 1812, Tiburcio incitou os escravos à revolta, queimando as senzalas e matando o capataz e sua esposa. Graças ao conhecimento que tinha da hinterlândia de Havana, Tiburcio conseguiu ficar foragido por praticamente dois meses. As buscas realizadas pelas autoridades não conseguiram encontrar o escravo, que se apresentou por livre e espontânea vontade em maio do mesmo ano, quando soube que a maior parte de seus companheiros havia sido capturada. Encarcerado no calabouço de *La Punta* (fortaleza que havia sido reerguida por meio da mão-de-obra escrava), Tiburcio foi severamente castigado até a execução da sua pena: foi enforcado junto com os demais líderes do levante³.

Assim como o caso de Tiburcio, a rebelião de Aponte desnudou uma série de “pequenas histórias” protagonizadas por homens e mulheres que viveram, direta ou indiretamente, a condição do cativo em Cuba. Todavia, não restam dúvidas que dentre tais atores, José Antonio Aponte ocupou um lugar de destaque, que justificou o batismo do movimento. Os diferentes documentos que retratam a história da rebelião de 1812 indicam o espanto das autoridades ao entrarem na casa de Aponte - localizada no bairro de Guadalupe, em Havana – e lá descobrirem o *libro de pinturas* que continha desenhos de soldados negros defendendo as possessões de Carlos III, pinturas de George Washington e de reis negros da Abissínia, além de episódios da vida de Aponte. O assombro foi ainda maior quando se depararam com retratos dos maiores líderes da Revolução Haitiana, como Toussaint Louverture e Dessalines⁴. Se Tiburcio fora o exemplo da dimensão insular da rebelião, Aponte era a expressão Atlântica do movimento.

Dois anos após a rebelião de Aponte, o Marquês de Aguiar enviou um ofício ao Conde dos Arcos, no qual descrevia a versão correta do que teria sido uma tentativa de sublevação escrava na cidade do Rio de Janeiro que, em teoria, fora organizada pelos

² A trajetória de Tiburcio Peñalver e a importância para a Rebelião de Aponte foram analisadas pormenorizadamente no trabalho de Matt Child. Cf. CHILD, M. op. Cit. (principalmente o capítulo 2).

³ Idem, pp. 46-48.

⁴ Ibidem, p. 3.

homens da Armada de Manoel Ignácio da Cunha, em 28 de abril do mesmo ano. Segundo o Marquês, a confusão fora causada por apenas um negro que, pouco antes de ser açoitado e levado para a cadeia, disse próximo ao Desembargador Ouvidor Geral dos crimes que “*seus parceiros o tirariam e matariam todos os brancos*”⁵. Não se sabe ao certo como, mas as palavras proferidas pelo prisioneiro logo ganharam as ruas e estremeceram os habitantes da Corte. A fim de “*tranquilizar os ânimos dos habitantes dessa Cidade, e desvanecer o terror e pânico que eles estão possuídos com o receio de [...] perigos eminentes*”⁶, as autoridades agiram rapidamente e a pena que antes se resumia à reclusão e açoitamento foi alterada. Assim como ocorrera com os líderes da rebelião de Aponte, o negro sublevado – cujo nome não foi revelado – recebeu execução sumária.

Difícil saber se o ofício do Marquês de Aguiar era a “verdadeira versão dos fatos” ou uma tentativa de apaziguar a população ao reduzir a suposta conspiração negra e/ou escrava no Rio de Janeiro à ação isolada de um indivíduo⁷. Mas o documento deixa transparecer a apreensão das autoridades governamentais – e de todos os cidadãos “de bem” – diante da possibilidade de uma rebelião do segmento escravo da cidade. Na ocasião, fazia dez anos que o Haiti havia se tornando o segundo país independente das Américas (1804), e pouco mais de vinte anos que a revolução escrava eclodira. Todavia, era impossível não se lembrar da revolução haitiana frente à ameaça de um massacre racial. E, na dúvida, o escravo em questão foi executado sem delongas.

Ainda que tenham tido pesos significativamente distintos, a Rebelião de Aponte em Havana e a execução do escravo insurreto no Rio de Janeiro apontam que a *Era Turbulenta*⁸ que assolara o Império francês havia ecoado em diferentes localidades do Mundo Atlântico. Nos últimos anos do século XVIII, a apropriação dos ideais ilustrados norteou o questionamento do Antigo Regime, que foi radicalmente combatido na França a partir de 1789. Se não bastassem as inúmeras transformações políticas causadas pela Revolução Francesa, a leitura dos mesmos ideais, no contexto colonial e escravista,

⁵ Biblioteca Nacional do Brasil (doravante BN). *Ofício do Marquês de Aguiar ao Conde dos Arcos*, 1814. Documento II-33,24,27. (Grifo meu).

⁶ Idem.

⁷ O fato de não terem sido encontrados outros documentos sobre o ocorrido apontam que a versão do Marquês de Aguiar era de fato plausível.

⁸ Termo cunhado por David Gaspar e David Geggus no livro que organizaram sobre a Revolução Francesa e sua repercussão na região caribenha. Cf.: GASPAR, David. GEGGUS, David. (Edit.) *A Turbulent Time. The French Revolution and the Greater Caribbean*. Bloomington and Indianapolis, Indiana University Press, 1997.

irrompeu a maior rebelião escrava do Ocidente, naquela que era a mais lucrativa colônia do Novo Mundo.

A universalização que os insurretos imprimiram aos ideais de *igualdade e liberdade* a partir de 1791, não só colocou em xeque o sistema colonial em Saint-Domingue, como anunciou uma nova era para a escravidão moderna. A contestação radical do escravismo pelos próprios cativos desencadeou posicionamentos distintos, e por vezes antagônicos, nas possessões do Mundo Atlântico: as rebeliões escravas passaram a ter outras conotações. No momento subsequente à rebelião, o temor gerado nos poderes metropolitanos fez com que antigas desavenças fossem postas de lado em prol do combate de um inimigo ainda maior⁹. Espanhóis, britânicos e estadunidenses ajudaram as forças militares da França a conter a revolta escrava. No entanto, as tentativas não surtiram o efeito esperado, e o movimento foi ganhando outras proporções.

O desenrolar da Revolução Francesa e da rebelião de Saint-Domingue fez com que autoridades metropolitanas e elites coloniais se apropriassem da crise que assolava o Império francês em defesa de seus interesses. O caso britânico é exemplar¹⁰. Se, por um lado, os humanistas ingleses entenderam a rebelião de Saint-Domingue como a revelação extremada dos horrores da escravidão nas Américas, diversos colonos e comerciantes britânicos perceberam que essa mesma rebelião representava a saída da colônia francesa do mercado mundial, deixando uma imensa lacuna na produção de açúcar e de café. Os súditos de Jorge III não foram os únicos a enxergar vantagens no caos que assolava a colônia francesa.

Embora Simon Bolívar tenha feito de Haiti um exemplo positivo na sua luta pela independência americana, alguns *criollos* não pensaram como ele¹¹. Para algumas oligarquias do Novo Mundo, a defesa da propriedade privada parecia mais importante do que o alargamento das práticas cidadãs e até mesmo que o gozo da liberdade política. Justamente neste ponto, as histórias do Rio de Janeiro e de Havana se encontram mais uma vez.

⁹ Cf.: BLACKBURN, R. Op. Cit., 2011, pp. 173-197.

¹⁰ Alguns aspectos das diferentes repercussões que a Revolução de Saint-Domingue e a criação do Haiti tiveram na Grã-Bretanha podem ser encontrados em DUFFY, Michael. “The French Revolution and British Attitudes at the West Indies Colonies”, e BUCKLEY, Rogen. “The Admission of Slave Testimony at British Military Courts in the West Indies, 1800-1809”. Ambos os trabalhos estão no livro: GASPAR, David. GEGGUS, David. (Edit.). OP. Cit., pp. 78-101, 226-250.

¹¹ Cf.: BLACKBURN, R. Op. Cit., 2011, p. 175.

Durante o período que ficou conhecido como *Era das Revoluções*¹², as duas cidades, que já configuravam como *locus* de poder colonial, transformaram-se em importantes centros da defesa da escravidão apregoada pelas elites cubana e luso-brasileira. Assim como ocorrera com parte dos colonos ingleses, a saída de Saint-Domingue do mercado mundial foi lida como excelente oportunidade para o incremento da produção agro-exportadora de Cuba e da América portuguesa, cujas economias estavam pautadas no modelo de *plantation* escravista alimentada pelo tráfico transatlântico.

Entre o medo (real) de que situações semelhantes às que levaram à criação do Haiti de fato ocorressem, e a possibilidade de substituir a produção de Saint-Domingue no mercado mundial, cubanos e luso-brasileiros optaram pela segunda alternativa, apostando não só no escravismo, como no incremento do tráfico de africanos escravizados. O que se vê a partir de então, é uma escravidão operando em uma nova escala de produtividade, por meio da intensificação massiva do tráfico que, embora duramente combatido pelos ingleses e demais nações que se engajaram no abolicionismo, passa a ser operado num volume nunca visto. A partir de 1791, Rio de Janeiro e Havana também reforçaram seu papel de principais portos de desembarque para milhares de africanos escravizados, cujo principal destino eram as fazendas monocultoras. Este fenômeno foi chamado de *segunda escravidão*¹³.

Mas, para além de *locus* de poder colonial e de entreposto de africanos escravizados, Rio de Janeiro e Havana mantiveram-se como urbes escravistas, só que não mais nos moldes setecentistas. Se, por um lado, o contexto internacional acabou redimensionando a importância política e econômica dessas cidades, alterando a assimetria observada entre os anos de 1763 e 1790, por outro, as transformações do Mundo Atlântico fizeram com que a escravidão nas duas urbes ganhasse usos e sentidos distintos que, como se verá, reforçaram a dependência desses espaços em relação à mão-de-obra escrava.

¹² Durante muito tempo, o período cunhado por Eric Hobsbawm como *Era das Revoluções* lançava luz apenas aos eventos que ocorreram no continente europeu. Cf. HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções 1789-1848*. 14ª edição. São Paulo, Paz e Terra, 2001. Todavia, um trabalho que conseguiu desenhar um quadro mais amplo das revoluções que marcaram o Mundo Atlântico na passagem do século XVIII para o século XIX foi feito por BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial: 1776-1848*. Rio de Janeiro, Record, 2002.

¹³ A ideia que a escravidão moderna passou por mudanças axiais após a revolução de Saint-Domingue readequando-se à uma dinâmica capitalista de funcionamento, aparece em diferentes trabalhos que analisaram as transformações do Mundo Atlântico a partir de 1791. Uma abordagem que analisa as mudanças do escravismo e apresenta a *segunda escravidão* de forma ampla e sistematizada pode ser encontrada em TOMICH, Dale W. *Through the Prism of Slavery. Labor, Capital, and World Economy*. Boulder, Co.: Rowman & Littlefield, 2004.

Na tessitura carioca

A felicidade parecia uma possibilidade para os escravos do Rio de Janeiro, ao menos na perspectiva de Sir George Leonard Staunton, botânico britânico da Cia. das Índias Orientais que fazia as vezes de secretário da embaixada liderada pelo Lorde McCartney¹⁴. Nas duas semanas em que ficou aportado na capital da América portuguesa, Sir Staunton ficou espantado não só com a prodigiosa quantidade de africanos na cidade, mas também com os diferentes tipos de vida experimentados pelos escravos urbanos e por aqueles que viviam no eito. No período em que esteve no Rio de Janeiro, Sir Staunton pensou ter se inteirado da dinâmica que marcava “*um lugar chamado Valongo*”¹⁵: endereço que recebia, anualmente, cerca de vinte mil africanos escravizados. Embora o secretário britânico tenha averiguado que três quartos desses cativos fosse levada para outras paragens, ele pontuou que aproximadamente cinco mil permaneciam na cidade, “*acomodando-se facilmente à sua situação*”. Sem fazer uso da bebida para abafar seus sofrimentos, os escravos do Rio de Janeiro tinham duas grandes paixões, as quais podiam se dedicar nos momentos de lazer: a música e a dança¹⁶.

Provavelmente Sir Staunton carregou na tinta ao descrever aspectos da vida dos cativos do Rio de Janeiro. De acordo com seus cálculos, os africanos escravizados e seus descendentes (estivessem ou não no cativeiro), contabilizavam quarenta mil almas, enquanto que a população branca da cidade beirava a casa dos três mil habitantes¹⁷. Conforme visto, tal estatística estava longe de corresponder à realidade. Ainda que o número de escravos tenha crescido entre 1779 e 1790, o percentual de cativos no Rio de Janeiro não ultrapassava os 40%¹⁸. De fato, o secretário e botânico inglês deve ter ficado impactado com a quantidade de pessoas negras e mestiças que transitava pelos diferentes cantos da cidade, o que lhe impossibilitou enxergar outras instâncias que marcaram a vida dos escravos do Rio de Janeiro governado pelo Conde de Resende.

No entanto, outro lado do cativeiro citadino foi descrito quatro anos depois. Companheiro de pátria e de prenome, em novembro de 1796, George Vesson - que fazia parte de um grupo de missionários encarregados de converter os gentios do Pacífico –,

¹⁴ A comitiva que Sir. Staunton fazia parte, tinha interesses claramente comerciais, e em setembro de 1792, partiu de Portsmouth (Inglaterra) rumo à China. Cf. FRANÇA, J.M.C. Op. Cit., p. 197.

¹⁵ Idem, p. 203.

¹⁶ Ibidem, pp. 204-205.

¹⁷ Ibidem, p. 204.

¹⁸ LARA, S.H. Op. Cit., p. 126.

não conseguiu ver a *felicidade possível* descrita por Sir Staunton, mas sim escravos “nus, expostos como gado [...] que num misto de tristeza, indignação e desespero, miravam o grupo que se divertia ao lado”¹⁹. O missionário ficou especialmente comovido ao deparar-se com um “negro velho que, com os seus gastos membros, carregava uma pesada carga. Ele gemia muito e parecia que as suas costas iam quebrar. O negro avançou com dificuldade mais alguns passos, gritou por socorro e caiu”²⁰. Ao se prontificar a ajudá-lo, George Vesson recebeu como resposta do intérprete que o acompanhava, que aquele escravo “não merece um centavo”²¹.

Os adjetivos escolhidos pelo missionário para descrever o *triste espetáculo* que vira no Rio de Janeiro, revelavam não apenas os horrores do escravismo na capital da América portuguesa, como atestavam o crescimento dos ideais abolicionistas no mundo britânico. Na época, o fim da escravidão deixava de ser uma questão puramente filosófica e ganhava espaço nos debates do Parlamento britânico, dividindo os súditos de Jorge III²². Se a crença e a moralidade de George Vesson não permitiram que ele enxergasse os momentos em que os escravos urbanos conseguiam resignificar suas vidas em meio à exploração que eram submetidos, tais atributos foram fundamentais para que o missionário concluísse, profeticamente, que, nas terras lusas de além-mar, “o terrível tráfico de escravos irá perdurar por muito tempo”²³.

De certo os testemunhos de Sir Staunton e do missionário Vesson revelam aspectos axiais do Rio de Janeiro da época. Uma cidade que abria espaço para a música e dança dos africanos e seus descendentes, ao mesmo tempo em que desprezava os escravos mais velhos, pois eles eram facilmente repostos por cativos recém-desembarcados. Uma cidade que, na última década do século XVIII, renovava a escolha pelo cativo.

Contudo, a escravidão era uma instituição de muitas faces. Entre a pretensa felicidade e o fácil descarte, existiram outras tantas situações que envolveram os escravos urbanos do Rio de Janeiro. Num governo despótico e enraivecido, o Conde de Resende manteve o uso dos escravos como principal mão-de-obra para as inúmeras melhorias que

¹⁹ Idem.

²⁰ FRANÇA, J.M.C. Op. Cit., p. 242.

²¹ Idem.

²² Sobre o desenvolvimento do abolicionismo inglês e o desenvolvimento da política anti-tráfico, ver: BLACKBURN, R. *A queda do escravismo colonial (1776-1864)*. São Paulo, ed. Record, 2002, pp. 45-124; 147-178. BLACKBURN, R. *The American Crucible. Slavery, Emancipation and Human Rights*. London/ New York, Verso, 2011, pp. 329-390.

²³ FRANÇA, J.M.C. Op. Cit., p. 242.

empreendeu na capital. O Aqueduto da Carioca – principal fornecedor de água da cidade – foi coberto; novas ruas foram abertas, acompanhando a expansão urbana em direção à Lapa e Glória. O Vice-rei também ordenou a construção de um asilo para os soldados inválidos, instalou a iluminação pública (com óleo de baleia) e mandou erguer o Chafariz do Moura nas imediações do bairro da Misericórdia.

FIGURA 10 - NEGROS TRABALHANDO NO CHAFARIZ DO LARGO DO MOURA

(Thomas Ender, *Chafariz do Largo do Moura*, 1817). Construído durante o governo do Conde de Resende, em 1794, o Chafariz do Largo do Moura tinha como objetivo principal facilitar o acesso às águas do Rio Carioca que chegavam com dificuldade ao bairro da Misericórdia. Desde a década de 1770, a região passou a ser habitada por muitos soldados portugueses oriundos da cidade de Moura, que engrossaram a população local, composta principalmente por pessoas de baixa renda. Na aquarela de Thomas Ender, datada de 1817, é possível observar que como boa parte dos chafarizes da cidade, do Largo do Moura também servia como local de trabalho para a população negra (escrava e liberta) que, a princípio, ia para tais locais buscar água e lavar roupa.

Além de construtores, os escravos também foram mantenedores dessas melhorias. A iluminação pública e a construção do Chafariz do Moura, por exemplo, foram medidas significativas para o funcionamento da cidade, mas que só teriam sentido se conservadas por meio de mais trabalho escravo. E como era de se esperar de uma cidade

cujos percentuais de escravos excediam os 40%, os cativos também estavam presentes nas atividades comerciais que aqueceram a economia interna do Rio de Janeiro. Ao analisar a trajetória dos artífices na capital colonial, Carlos Lima demonstrou que a rede comercial (sapateiros, alfaiates, barbeiros, carpinteiros, ferreiros) contava com uma série de cativos. Por meio da análise de inventários *post mortem* e das licenças expedidas para a abertura de casas de comércio, o autor conseguiu mapear grande parte dos estabelecimentos comerciais do Rio, sobretudo aqueles localizados nas principais freguesias da cidade²⁴. Um aspecto interessante levantado neste mapeamento foi a constatação de que, embora não estivessem presentes em todos os estabelecimentos, os escravos eram a mercadoria preferida para investimentos. Alguns artífices deixavam de comprar ferramentas fundamentais para seu ofício, na certeza de que a aquisição de um cativo lhe seria muito mais lucrativa²⁵.

Uma das justificativas dadas por Carlos Lima era a de que a forte presença da escravidão na cidade acabava nivelando por baixo os jornais que tais artífices recebiam, principalmente para aqueles que trabalhavam na construção civil²⁶. A compra e o treinamento de escravos eram estratégias utilizadas por muitos mestres de ofícios, que podiam diversificar seus ganhos futuros, lucrando tanto com o que os cativos viriam a construir (como artífices), como com os aluguéis pagos por terceiros pelos escravos treinados. Tais vantagens permitem compreender o significativo aumento do segmento escravo na cidade. No entanto, essa era apenas uma das facetas do emprego dos escravos urbanos. Outras centenas deles serviam as casas cariocas e/ou ganhavam a vida nas ruas, arrendando sua força de trabalho pelas vias e mercados do Rio de Janeiro.

A expansão urbana do Rio e o aumento da população escrava criaram uma relação em que era difícil determinar qual dos dois aspectos era demandante e qual era demandado. Na realidade, esse duplo crescimento era indissociável numa colônia que, entre os anos de 1790 e 1801 (ou seja, durante o governo do Conde de Resende), recebeu mais de 140 mil africanos escravizados²⁷. Se o Rio de Janeiro ia ganhando mais espaço por meio do

²⁴ Cf. LIMA, Carlos A. *Artífices do Rio de Janeiro (1790-1818)*. Rio de Janeiro, Apicuri, 2008, pp. 79-98.

²⁵ *Idem*, pp. 123-124.

²⁶ *Ibidem*, pp. 109-122.

²⁷ Cf.: *Slave Trade Database*. <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>. Importante ressaltar, que a cifra de 140 mil africanos refere-se apenas aos desembarques feitos na região sudeste da colônia. De acordo com o mesmo banco de dados, durante o governo do Conde de Resende (1790-1801), a América portuguesa recebeu aproximadamente 334 mil africanos escravizados. Boa parte deles rumou para as regiões nordeste da colônia, sobretudo para a capitania da Bahia, cuja produção açucareira havia sofrido significativo crescimento após o advento do Haiti.

aterro de brejos e da abertura de ruas, era porque havia cada vez mais escravos que realizassem tais atividades.

Muitas vezes, os escravos empregados nas melhorias da cidade eram aqueles treinados pelos seus proprietários. Em 1799, Joana Maria da Conceição e José Antônio Gonçalves encaminharam dois requerimentos à Câmara, alertando sobre o atraso no pagamento dos jornais de seus escravos – que estavam trabalhando em “obras do Senado da Câmara”. De acordo com os proprietários, a instituição havia se prontificado a pagar 100 réis por dia de trabalho de cada escravo, mas ainda não havia honrado o acordo²⁸.

Mas não era só de trabalho que viviam os cativos do Rio de Janeiro. Conforme visto no capítulo anterior, parte expressiva dos escravos citadinos setecentista seguia uma prática comum à população do Rio e se filiava às Irmandades que, no caso da chamada *população de cor*, ficaram conhecidas como irmandades negras²⁹. Assim como os *cabildos de nación* de Havana, tais instituições funcionavam como associações de ajuda mútua, ao mesmo tempo em que assistiam os momentos finais de seus membros, garantindo que a passagem para a eternidade cristã ocorresse de acordo com os preceitos definidos pela Igreja Católica. No entanto, tais Irmandades também garantiam que a vida *fosse uma festa*³⁰. As inúmeras celebrações que ocorriam durante o ano reforçavam os laços de identidade e de pertencimento dos irmãos de fé, que acabavam jogando o jogo imposto pela dinâmica teatral da vida urbana da América colonial, reforçando aquilo que Silvia Lara chamou de *exposição das hierarquias sociais*³¹.

No ano de 1800, um ofício curioso foi endereçado ao Senado da Câmara, revelando outras instâncias dessa hierarquia colonial: Theodora de Jesus recorreu às autoridades para reclamar que o Juiz de Ofício dos Sapateiros havia apreendido o sapato de sua escrava mina Thomásia³². Infelizmente, as razões que levaram à apreensão não podem ser elucidadas na documentação. Mas, lembrando a representação que Carlos Julião fez de inúmeros escravos que viviam no Rio de Janeiro setecentista, é cabível imaginar que o homem responsável pela “classe” dos sapateiros da cidade não admitisse que

²⁸ AGCRJ. Códice 6.1.23. Documentos sobre a escravidão e mercadores de escravos, 1777-1831, pp. 297-300.

²⁹ Tais Irmandades receberam esse nome não só por causa da cor da pele de seus membros, mas também pela devoção a santos (e santas) igualmente negros, como São Elesbão, Santa Ifigênia, São Benedito e Nossa Senhora do Rosário.

³⁰ A expressão está em negrito, pois é uma alusão, as avessas, à obra *A Morte é uma Festa*, em que João José Reis analisou a relação entre os rituais fúnebres e as revoltas populares no Brasil oitocentista. Cf. REIS, J.J. Op. Cit., 1991.

³¹ LARA, S. H. Op. Cit., p.125.

³² AGCRJ. Códice 6.1.23. Documentos sobre a escravidão e os mercadores de escravos, 1800, f. 302.

Thomásia usasse sapatos, justamente por ela ser uma escrava. Não seria de bom tom que uma cativa usasse um adereço que, na prática corriqueira, era um símbolo de condição social.

Logo se vê que o jogo do mundo colonial urbano não tinha suas cartas tão marcadas. Inúmeros trabalhos veem mostrando que, embora as Irmandades Negras atuassem dentro da lógica vigente da sociedade colonial escravista, a apropriação que seus membros fizeram dessa experiência muitas vezes teve significados imensuráveis³³. Ser parte de uma congregação que, por vias legais, abria a possibilidade da saída (individual) do cativo foi, sem dúvida alguma, um alento para inúmeros homens e mulheres que foram obrigados a recriar e resignificar símbolos e sentidos num mundo que lhes era completamente novo. Se, por um lado, jogar as regras do jogo de fato arrefeceu outros tipos de luta, por outro, viabilizou que escravos e libertos, africanos e crioulos, literalmente concretizassem no espaço urbano fragmentos de suas histórias. E esse fazer-se material acabou influenciando a vivência e, principalmente, a expansão urbana do Rio de Janeiro que, no alvorecer do século XIX, era uma cidade (ou melhor posto, uma capital colonial) cuja sede episcopal ficava na Igreja construída por e para negros.

No período que o cronista Luiz Edmundo chamou de “*tempo dos Vice-reis*”, ao menos uma vez ao ano, era possível ver

descendo a Rua do Rosário, pela altura da dos Latoeiros, caminho do Terreiro do Paço, a tropilha folgaz dos negros [que] vem cantando, a dançar, ao som de adufos, caxambus, chequerês, marimbas, chocalhos e agogôs, seguida, açulada, aplaudida pelo poviléio garrulho e jovial que com ella faz mescla e se expande feliz! Nunca se viu na rua tanto negro! São negros de todas as castas e todas as ralés, despejados pelas vielas e alforjas em redor, atraídos pelo engodo da folia: congos e moçambiques, monjolos e minas, quilôas e benguelas, cabindas e rebôlas, de envolta com mulatos de capote, com ciganos e moleques [...] Não há escravo que

³³ Atualmente existe uma profícua produção historiográfica sobre a história das Irmandades Negras na América portuguesa e no Brasil Império. Trabalhos já citados têm mostrado que, em diversas ocasiões, essas instituições serviram como vetores para a recriação de espaços e laços de sociabilidade e identidade que, a princípio, não estavam previstos na lógica escravagista. O exame vertical de boa parte desses trabalhos permite ainda observar como que esses diferentes grupos (por vezes entendidos como etnias, ou por grupos de procedência) fizeram valer de suas experiências e heranças africanas na construção de estratégias que permitissem outras formas de inserção na sociedade escravista. Dessa forma, assim como ocorrera com os *cabildos de nación* de Havana, algumas irmandades foram mais eficazes em suas negociações com o poder público, o que ajuda a entender porque determinadas associações foram muito mais presentes, material e simbolicamente, na espacialidade urbana. No caso específico das Irmandades negras do Rio de Janeiro setecentista, as experiências dos escravos designados como *minas* receberam especial atenção da historiografia. Cf.: SOARES, M.C. Op. Cit. FARIA, Sheila S. de Castro. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e São João del Rey (1700-1850)*. Tese de Professor Titular apresentada junto do Departamento de História da UFF. Niterói, 2004.

atenda amo, que obedeça a senhor nesse minuto de desabafo e embriaguez. É uma loucura!³⁴

A cena apresentada por Luís Edmundo, descreve uma multidão negra que, numa data específica, tomava as principais vias da cidade para comemorar, à sua maneira, a coroação simbólica de reis e rainhas africanos que, ao menos por um minuto, cediam espaço para o desabafo, a embriaguez e a loucura. Era o catolicismo ibérico que abria um respiro em meio à escravidão. No entanto, é preciso salientar que a atemporalidade que marca a descrição de Luiz Edmundo uniformizara práticas e identidades forjadas no cativeiro. Fosse no Rio de Janeiro ou em outras localidades do Novo Mundo, o *engodo* das festas católicas até poderia atrair *negros de todas as castas e ralés*. Entretanto, moçambiques, congos, quiloas, minas e benguelas não enxergaram nem viveram a escravidão da mesma maneira. Primeiro, porque tais grupos eram resultado de identidades africanas reconfiguradas nas Américas e que, justamente por isso, estavam sujeitas às vicissitudes da dinâmica colonial em que estavam inseridas. Segundo, porque mesmo compartilhando a experiência do cativeiro e a luta pela liberdade, a *tropilha folgaz de negros* nunca foi singular. Procurar unidade naquilo que era plural e diverso dificulta a compreensão mais aprofundada da escravidão citadina e da própria configuração espacial de cidades escravistas.

Tomar os negros de Rio de Janeiro (ou de qualquer outra cidade colonial) como um grupo coeso e único não permite entender porque as autoridades locais estavam sempre às voltas com a fuga de cativos e a formação de quilombos nos subúrbios das vilas e cidades. Em que pese a força que o pertencimento às irmandades e demais associações de ajuda mútua possam ter representado na vida de muitos escravos e libertos, as identidades reconstruídas em solo americano estavam além dessas instituições, e muitas vezes, os cativos não se vincularam à nenhuma delas, preferindo trilhar outros caminhos. Diversos autores têm demonstrado que, a partir do século XVII, as Câmaras Municipais e demais cargos governativos da América portuguesa estavam preocupadas em definir as distintas formas de resistência à escravidão.³⁵ Era fundamental saber

³⁴ EDMUNDO, L. Op. Cit., p. 153.

³⁵ Dois trabalhos merecem destaque no que tange o estudo sobre a preocupação das autoridades coloniais no controle da fuga de escravos e na formação de quilombos: SCHWARTZ, S.B. “Mocambos, quilombos e Palmares: a resistência escrava no Brasil colonial”. In.: *Estudos Econômicos*, 17, número especial (1978), pp. 83-87. LARA, S.H. “Do singular ao plural. Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos”. In.: REIS, J.J. GOMES, F.S (Orgs.). *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996, pp. 81-109.

diferenciar um escravo foragido de um quilombola, ou então saber delimitar o que eram mocambos e o que eram quilombos. Só a partir de então era possível formular medidas reativas e preventivas.

Desde os tempos de Bobadela, já havia uma forte preocupação por parte das autoridades em não permitir que a fuga escrava tomasse proporções alarmantes³⁶. Em 1793, o cirurgião-mor Manuel Dias Lisboa encaminhou um ofício à Câmara avisando que um dos capitães-de-entrada havia apreendido seu escravo na freguesia do Pilar³⁷. Essa era uma das freguesias que compunham a baixada iguaçuana, região do recôncavo da Guanabara banhada pelos rios Iguaçu e Sarapuí, local que desde meados do século XVIII era conhecido pela produção de gêneros alimentícios (boa parte deles comercializado no Rio de Janeiro), pelo fabrico de açúcar e aguardente, mas também por servir de refúgio para muitos escravos foragidos e quilombolas³⁸.

Documentos como este eram cada vez mais frequentes nas mesas e escrivaninhas do Senado da Câmara, e narravam histórias semelhantes: escravos fugidos, capturados por particulares que precisavam de licença da Câmara para atuar como capitães-do mato, ou de entradas. E, a cada ciclo de melhorias empreendidas na cidade, tais capitães precisavam percorrer distâncias maiores na busca dos foragidos. As formas mais radicais de luta contra a escravidão acompanharam o crescimento do Rio de Janeiro, e não seria exagero algum dizer que isso se deu de forma proporcional à expansão urbanística e à complexidade que marcaram a história da cidade.

Contudo, não eram apenas os escravos que precisavam ser vigiados. Como sede do poder, o Rio de Janeiro deveria zelar pela ordem e tranquilidade de toda a colônia.

³⁶ Kirsten Schultz citou um documento produzido por Paulo Fernandes Viana (Intendente Geral da Polícia do Rio de Janeiro entre 1808 e 1820), no qual há uma forte menção às inúmeras medidas tomadas pelo Conde de Bobadela com o intuito de prevenir as fugas e formações de quilombo na cidade e na capitania do Rio de Janeiro. Cf. SCHULTZ, K. Op. Cit., p. 78 (documento citado na nota 22 do capítulo 1).

³⁷ AGCRJ. Códice 6.1.23. Documentos sobre a escravidão e mercados de escravos, 1777-1831, p.295.

³⁸ Cf.: GOMES, F.S. “Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX.”. In.: REIS, J.J. GOMES, F.S. (Orgs.). Op. Cit., pp. 263-290. Em recente trabalho, Nielson Bezerra mostrou que parte significativa do açúcar, da aguardente e da farinha produzidos no recôncavo da Guanabara foram utilizados, desde o “tempo dos Vice-reis” até meados do século XIX, como moeda de troca no comércio que pequenos negociantes fluminenses estabeleceram com regiões específicas da costa Ocidental africana. Cf. BEZERRA, N. *Mosaicos da Escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara (1780-1840)*. Tese de doutorado apresentada no Programa de História Social da UFF, Niterói, 2010.

FIGURA 11 - VISTA DO LARGO DO PAÇO SÉCULO XVIII

(Leandro Joaquim. *Revista Militar no Largo do Paço*, tela, século XVIII, Museu Histórico Nacional). A tela acima feita pelo artista Leandro Joaquim em 1789, representa o maior espaço de poder do Rio de Janeiro setecentista visto do mar: o Largo do Paço. Nessa localidade é possível observar o Paço Real, ou a Casa dos Vice-reis [1]; o Convento das Carmelitas [2]; a Igreja de Nossa Senhora do Carmo [3]; e as propriedades da família Teles de Meneses [4]. De acordo com Gilberto Ferrez, essa tela fazia parte da coleção pintada por Leandro Joaquim para ornamentar os pavilhões do Passeio Público.

A série de revoluções que marcou o mundo Atlântico a partir de 1789 fez com que o Rio de Janeiro se reafirmasse como *locus* de poder da América portuguesa. Em franco diálogo com os ideais iluministas e com a Revolução Francesa, a Inconfidência Mineira havia tumultuado a transição do governo de Luís de Vasconcelos para o Conde de Resende em maio de 1790. Descoberta no ano anterior, a devassa da Conjuração Mineira fora levada a cabo até em 1792, terminando com a morte exemplar de Tiradentes (enforcado e esquartejado) e o degredo dos demais inconfidentes³⁹. Embora o movimento tenha ficado circunscrito à região das minas, a potência revolucionária de seus propósitos fez com que o julgamento dos envolvidos fosse feito na capital da colônia.

Dois anos depois, em 1794, o Conde de Resende mandou dissolver a Sociedade Literária do Rio de Janeiro que funcionava na Rua do Cano, na casa do advogado

³⁹MAXWELL, K. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal - 1750-1808*. São Paulo, Paz e Terra, 1985.

Manuel Ignácio Alvarenga. Em certa medida, a *Conjuração Carioca* pode ser tomada como uma das expressões do que Kenneth Maxwell chamou de “*geração de 1790*”⁴⁰. Incentivados pelo Vice-rei Marquês do Lavradio, tal Sociedade (que existia desde 1786) tinha por princípio reunir os homens letrados da cidade para que, assim como ocorria nos principais círculos intelectuais da Europa, fossem debatidos assuntos relevantes no contexto mundial. Em tese, o Conde de Resende havia mantido o incentivo aos participantes, mas com objetivos diversos: o novo Vice-rei desejava identificar os possíveis revoltosos da capital colonial⁴¹. Segundo denúncias recebidas, nas reuniões que se seguiram depois de 1789, os letrados do Rio de Janeiro debateram questões polêmicas decorrentes das Revoluções que transformavam o continente europeu e o Mundo Atlântico.

Junto aos debates sobre a própria condição colonial, que em diferentes níveis atingiu todos os homens minimamente bem informados do Rio de Janeiro, a revolução dos escravos de Saint-Domingue trouxe a baila questões relativas à escravidão. Embora estivessem longe das discussões que incendiavam o Parlamento britânico, o medo de que os escravos da América portuguesa seguissem o exemplo de seus comparsas caribenhos fez com que alguns membros da Sociedade Literária condenassem a instituição. O Dr. Novais de Almeida, membro da Sociedade, teria comentado, em maio de 1792, que “*o que aconteceu lá [São Domingo] demonstra o que poderá um dia vir a acontecer-nos e que Deus permita que eu nunca veja... Vende os escravos que tens, generosamente concede-lhes a liberdade e terás menos inimigos*”⁴². Ao contrário do humanitarismo inglês, não era a humanidade escrava que fundamentava o argumento dos membros da Sociedade Literária pelo fim do cativeiro, e sim o medo de que a colônia fosse acometida por um conflito, cujos lados estariam claramente definidos.

Observa-se então, que os ideais iluministas levados ao extremo pelos franceses foram o mote das discussões na Rua do Cano, que também versaram sobre os movimentos emancipacionistas, a não legitimidade da figura real e o fim da escravidão. Ao comprovar o tom insurreto desses encontros, o Conde de Resende iniciou uma devassa

⁴⁰ MAXWELL, Kenneth. *Chocolates, piratas e outros malandros. Ensaios tropicais*. São Paulo, Paz e Terra, 1999, pp. 157-208.

⁴¹ Poucos trabalhos analisaram pormenorizadamente a Conjuração Carioca. No entanto, parte do contexto que viabilizou as reuniões na casa de Manuel Ignácio Alvarenga pode ser encontrada em: CAVALCANTI, Nireu. *Rio de Janeiro Setecentista. A vida e a construção da cidade da Invasão Francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004. SCHULTZ, K. OP. Cit., pp. 85-94.

⁴² Apud: MAXWELL. Op. Cit., pp. 165-166.

sobre aquilo que apelidou de *Conjuração Carioca*, ordenando o fim das reuniões e a prisão de alguns de seus membros⁴³.

O medo de que a América portuguesa também fosse palco de uma rebelião escrava de grandes proporções não parece ter sido compartilhado pela maior parte dos colonos. Ainda que tenha anunciado uma das radicalidades dos movimentos revolucionários que marcaram o último quartel do século XVIII, a Revolução impetrada pelos escravos de Saint-Domingue causou no Rio de Janeiro o alarde notado em outras localidades americanas. É certo que as autoridades lusitanas ficaram apreensivas quanto ao desenrolar da insurreição, mas até a virada do século XIX, a distância geográfica e a longa experiência no trato com os escravos – marcada pela dinâmica de negociação e conflito – garantiu certa tranquilidade entre os senhores e governantes da colônia.

Conforme visto no capítulo anterior, o Rio de Janeiro já era um importante entreposto do comércio transatlântico de africanos escravizados antes mesmo de ser elevado à condição de capital colonial. Depois de 1763, o número de desembarques na cidade continuou crescendo, situação que levou à criação do Mercado do Valongo em Santa Rita, freguesia relativamente distante do centro comercial. Tal distanciamento objetivava livrar os habitantes do Rio de Janeiro do “terrível espetáculo” do desembarque de escravos, mas também indicava a necessidade da criação de um local específico e especializado para este comércio, que era operado em escala cada vez maior. Se o medo de uma possível rebelião nos moldes de Saint-Domingue houvesse de fato amedrontado as autoridades ou os futuros proprietários de escravos, dificilmente mais de 32 mil africanos escravizados teriam desembarcado no Rio de Janeiro entre os anos de 1791 (quando a rebelião de Saint-Domingue eclodiu) e 1794, ano em que a Sociedade Literária do Rio de Janeiro foi desmantelada⁴⁴.

Ao que tudo indica, as ações insurretas dos letrados da colônia pareciam muito mais perigosas para o Conde de Resende do que uma possível rebelião escrava. Nos quase onze anos em que fora Vice-rei, mais de 108 mil africanos escravizados desembarcaram no Rio de Janeiro⁴⁵. Tal número representava pouco mais de 30% dos desembarques

⁴³ Cf. SCHULTZ, K. Op. Cit.

⁴⁴ De acordo com os dados levantados por Manolo Florentino, entre os anos de 1791 e 1794, 32.255 africanos escravizados desembarcaram no Rio de Janeiro. A média anual de mais de nove mil escravos africanos adentrando no Valongo se manteve até o ano de 1808, com pequenas variações. Cf. FLORENTINO, M. op. Cit., p. 51.

⁴⁵ Idem.

feitos em toda a América portuguesa entre os anos de 1790 e 1801⁴⁶. Se comparado com os desembarques realizados em outras localidades do Novo Mundo, no mesmo período, apenas as Índias Ocidentais britânicas haviam importado um número maior de africanos escravizados do que os domínios ultramarinos da rainha Maria I⁴⁷. Sendo assim, não seria exagero afirmar que a ressignificação que a escravidão passou durante o período pombalino reforçou sua importância para o funcionamento da colônia. Seria preciso muito mais do que o exemplo negativo de Saint-Domingue para que a escravidão fosse, de fato, questionada por outros sujeitos que não os próprios cativos.

E ainda que os cativos e/ou seus descendentes resolvessem contestar a condição escrava como fora feito em Saint-Domingue, eles teriam que enfrentar uma sólida e longa aliança criada entre as autoridades governativas e a classe senhorial da América portuguesa⁴⁸. Exemplo disso ocorreu em 1805, quando o Rio de Janeiro estava sob o comando do futuro Marquês de Aguiar. Graças à rápida circulação de informações no Mundo Atlântico, o Vice-rei teve que ser enérgico ao proibir que os negros e mulatos que compunham as milícias da cidade andassem pelas ruas da capital carregando no peito uma espécie de broche com o rosto do líder haitiano Dessalines⁴⁹. Se, por um lado, a simbologia deste ato não atacava diretamente a instituição escravista, a estampa de Dessalines na frente de homens que, em última instância, representavam o sistema colonial português, alertava que a manutenção do Antigo Regime tinha mais um inimigo desde 1804.

⁴⁶ Segundo o *Slave Trade Database*, entre os anos de 1790 e 1801, 334.126 africanos escravizados desembarcaram nos portos da América portuguesa. Cf. <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>

⁴⁷ De acordo com os dados levantados pelo *Slave Trade Database* (que não levam em consideração o número de africanos escravizados que adentraram nos portos americanos via contrabando), os números relativos ao tráfico transatlântico para as colônias do Novo Mundo, entre 1790 e 1801, seriam os seguintes: nos Estados Unidos entraram 15.323 africanos escravizados. Nas colônias espanholas, o número total fora de 55.542 (dos quais mais de 40 mil escravos foram levados para Cuba). Nas possessões holandesas, 25.735 africanos foram importados legalmente. Nas colônias francesas, o total de africanos desembarcados foi de 124.715, dos quais praticamente 70% entraram em Saint-Domingue entre 1790 e 1791. A América portuguesa importou 334.126 africanos escravizados, perdendo apenas para as Índias Ocidentais britânicas, que foram responsáveis pela compra de 354.991 escravos africanos. Cf.: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>

⁴⁸ Conforme demonstrado no capítulo anterior, o comércio de africanos escravizados no porto do Rio de Janeiro foi fundamental para a criação de uma elite colonial cada vez mais poderosa economicamente, que desde 1763 fazia inúmeros investimentos na cidade. Cf.: FRAGOSO, J. Op. Cit.

⁴⁹ O episódio no qual alguns negros e pardos das milícias do Rio de Janeiro saíram estampando o rosto de Dessalines foi primeiramente trabalhado em: MOTT, Luiz R.B. “A revolução dos negros no Haiti e no Brasil” In.: *História: Questões Et Debates*, Curitiba, 3(4), 1982. Outras repercussões que revolução dos Escravos de Saint-Domingue e a proclamação da República do Haiti tiveram no Brasil podem ser lidas em: REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos. Repercussions of the Haitian Revolution in Brazil, 1791-1850. In.: GEGGUS, David P. FIERING, Norman (ed.) *The World of the Haitian Revolution*. Bloomington, Indiana University Press, 2009, pp. 284-313.

É plausível que a destreza com a qual Portugal e Castro lidou com o caso fosse decorrente da experiência que ele adquirira anos antes. Feito Vice-rei em 1801, Dom Fernando José de Portugal e Castro, já carregava o peso da Conjuração Baiana que marcara sua administração como governador e Capitão-General da Bahia (1788-1801). Nos últimos anos do século XVIII, uma revolta com a forte participação popular ganhou as ruas de Salvador⁵⁰. O aumento dos impostos e a carestia de alimentos foram o estopim de uma insurreição alicerçada na realidade colonial que se contrapunha aos ideais iluministas difundidos⁵¹. Militares, pequenos comerciantes, profissionais liberais, escravos, alforriados e alguns intelectuais planejavam proclamar a República na Bahia, flexibilizar as relações comerciais, melhorar os salários pagos. Todavia, antes mesmo de efetivar-se, a sedição foi descoberta, e o então governador Portugal e Castro iniciou um forte movimento de repressão.

A firmeza com a qual D. Fernando José lidou com os envolvidos na Conjuração Baiana foi atributo fundamental para sua elevação a Vice-rei do Brasil no alvorecer do século XIX. Após o bom serviço prestado na capitania da Bahia, Dom Fernando José de Portugal herdara um Rio de Janeiro marcado pelo governo quase colérico do Conde de Resende. Ainda que seu antecessor tenha feito diversas obras com o intuito de melhorar o aparato urbano da capital, a arbitrariedade fora uma das marcas do governo de Resende na cidade. Sendo assim, além de enfrentar súditos desconfiados, D. Fernando José de Portugal também precisou lidar com as mudanças que assolavam o mundo Atlântico.

O futuro Marquês que Aguiar assumiu o cargo de Vice-rei num período em que o Império português era marcado por uma profunda vulnerabilidade⁵². A Revolução Francesa havia mudado o quadro político do Velho Continente, gerando novas alianças ou resignificando antigas. Neutralidades e comodismos imparciais já não tinham mais espaço no novo jogo político, e a já conhecida dependência lusitana (econômica e militar) em relação à Grã-Bretanha determinou o lado que a Coroa portuguesa iria ficar

⁵⁰ Sobre a Conjuração Baiana ver: JANCSÓ, István. *Na Bahia contra o Império. História do Ensaio da Sedição de 1798*. São Paulo, HUCITEC, 1996.

⁵¹ Importante lembrar que à época da Conjuração Baiana, importantes episódios da *Era das Revoluções* já haviam ocorrido e serviram como exemplo para os sediciosos baianos. O fim da condição colonial, a Proclamação da República, a abertura dos portos e a abolição da escravidão eram reivindicações dos conjurados baianos que estavam em pleno diálogo com as exigências feitas na Independência das Treze Colônias (1776), a Revolução Francesa (1789) e a Rebelião de Saint-Domingue (1791).

⁵² ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto, Edições Afrontamento, 1993, p. 93.

em meio às diversas disputas que marcaram a virada do século XIX⁵³. No mesmo ano em que Portugal e Castro assumira o vice-reinado, Portugal e Espanha entraram em conflito, naquela que ficou conhecida como *Guerra das Laranjas*⁵⁴. Uma vez mais, os embates peninsulares desencadearam conflitos nas possessões americanas, o que levou à ampliação do domínio luso na região sul da América portuguesa.

Os Vice-reis que comandaram a mais importante colônia lusitana durante o século XIX, não conseguiram empreender reformas urbanísticas como seus antecessores. Apesar de algumas reformas tributárias, as transformações que marcavam o prelúdio do oitocentos no Mundo Atlântico, fizeram com que Portugal e Castro e o futuro Conde dos Arcos cuidassem de outras questões que não as relativas à melhoria do aparelho urbano do Rio de Janeiro. Se, por um lado, o Rio de Janeiro havia sofrido visíveis mudanças desde sua elevação à condição de capital colonial, por outro, a decepção de cada reinol ao assumir o cargo de Vice-rei, lembrava que as reformas ilustradas de Pombal não haviam sido executadas à risca. Muito ainda precisava ser feito para que a cidade, sede do poder colonial e importante entreposto do tráfico transatlântico, representasse material e urbanisticamente sua importância econômica e política. E essa falta ficou ainda mais evidente no ano de 1808.

A Corte e seu aparato

João Cassange, Pedro Mina, Antônio Congo e o crioulo Jacinto compartilhavam mais do que a condição de cativos. Na primeira semana de maio de 1811, todos eles foram autuados e presos pelos oficiais que trabalhavam para Paulo Fernandes Viana, homem responsável pela Intendência Geral de Polícia da Corte do Rio de Janeiro. Os motivos das prisões foram diversos: no primeiro e segundo casos, ambos os escravos foram acusados de furto; Antônio Congo feriu um dos seus colegas de trabalho e Jacinto havia cometido assassinato⁵⁵. Crimes como esses acompanharam Fernandes Viana durante o período em que esteve à frente da Intendência de Polícia, e, em certa medida, foram tais situações que justificaram sua longa estada ao lado de D. João. Uma das principais

⁵³ Idem, pp. 92-164. NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, 7ª edição. São Paulo, Ed. HUCITEC, 2001.

⁵⁴ Sobre esse conflito entre portugueses e espanhóis em 1801, ver: ALEXANDRE, V. Op. Cit., pp. 116-127.

⁵⁵ AN. Códice 403, volume 1, (maio de 1811).

atribuições da Intendência de Polícia era garantir que a Corte portuguesa conseguisse desfrutar as vantagens da escravidão nos trópicos.

Desde a derrota das tropas napoleônicas em Saint-Domingue em 1802 e da proclamação da República do Haiti em 1804, o imperador francês Napoleão Bonaparte iniciou uma forte campanha imperialista dentro do continente europeu, que foi reforçada pela derrota marítima para a Inglaterra em 1805, na batalha de *Trafalgar*. O decreto do Bloqueio Continental (1806), medida que proibia as demais nações europeias a realizar transações comerciais com sua arquirrival Inglaterra foi um feito de dimensões Atlânticas. As vitórias obtidas sobre a Áustria, Prússia, e Rússia confirmavam a superioridade bélica do exército terrestre francês que, após a assinatura do *Acordo de Tilsitt* em 1807, rumou para o lado ocidental do continente. A essa altura, as autoridades lusitanas já haviam rascunhado aquela que fora a mais astuciosa saída encontrada por uma nação europeia que pretendia manter sua soberania e suas parcerias comerciais: a transferência da Corte para o Novo Mundo.

As pretensões imperialistas de Bonaparte há muito ocupavam a agenda dos principais homens do governo lusitano. Antes mesmo do decreto do Bloqueio Continental, os franceses já tentavam, por meio de acordos diplomáticos, diminuir a influência inglesa em Portugal⁵⁶. A confirmação do conflito entre ingleses e franceses, em maio de 1803, acabou radicalizando as posições lusitanas, que precisavam encontrar um denominador comum caso desejassem manter a supremacia do Príncipe Regente intacta. O que se deu entre os anos de 1803 e 1807 foi uma série de debates, conchavos e alianças políticas na corte lusa, com especial destaque para a atuação de D. Rodrigo de Souza Coutinho e Araújo de Azevedo, dois dos principais articuladores do Império Português na época. O historiador Valentim Alexandre chegou a utilizar o termo “partido” para descrever este período da história de Portugal, em que os políticos portugueses podiam ser identificados como favoráveis (ou partidários) aos ingleses ou franceses⁵⁷. Todavia, ao fim e ao cabo, no dia 27 de dezembro de 1807, após a invasão das tropas napoleônicas em Portugal, a Corte lusitana se retirou de Lisboa em direção ao Rio de Janeiro, redefinindo os arranjos que até então marcavam a relação colonial.

⁵⁶ ALEXANDRE, Valentim. Op. Cit., pp. 127-129.

⁵⁷ Conforme pontuado, o período que compreende os anos de 1803 e 1807 foi marcado por inúmeros eventos e articulações dos políticos portugueses. Estadistas foram afastados e depois renomeados, acordos foram apalavrados e desfeitos e, por fim, ficou decidido que a melhor forma de manter a soberania da Coroa portuguesa seria transferindo-a para as terras além-mar. Para uma análise mais detalhada deste momento da história portuguesa, ver: ALEXANDRE, V. Op. Cit., pp. 127-164.

A escolha do Rio como sede da Corte portuguesa era um evento digno de comemoração. Não só pela simbologia política que tal medida representava – coroando a importância que o Rio de Janeiro havia galgado nos últimos cinquenta anos -, mas também pelas benesses econômicas que isso traria para os habitantes da cidade. A abertura dos portos para as nações amigas decretada em janeiro de 1808, quando a Corte ainda estava em Salvador, seria decisiva para a futura dinamização das relações comerciais do Rio de Janeiro a partir da chegada da Família Real.

As razões que justificaram a escolha do Rio de Janeiro como sede da Corte foram as mesmas que, anos antes, levaram o Marquês de Pombal a transferir a capital da colônia para lá. Além do porto naturalmente seguro (com a principal entrada salvaguardada pelos quatro morros que circundavam a cidade), o Rio de Janeiro possuía uma atividade portuária e comercial intensa – boa parte dela decorrente do tráfico de africanos escravizados – comandada por uma intrincada rede de negociantes, que há tempos faziam da cidade muito mais do que um local de passagem. A presença de diversos órgãos governativos também fazia do Rio de Janeiro a cidade colonial mais apropriada para sediar a Família Real portuguesa.

Todavia, a despeito das transformações pautadas pelas reformas pombalinas e do próprio crescimento urbano que a cidade sofrera desde 1763, o Rio de Janeiro estava longe de ter as condições necessárias para se colocar em pé de igualdade com Lisboa. Ainda que a transferência fosse uma possibilidade imaginável desde 1803, as autoridades coloniais tiveram que correr contra o tempo a fim de garantir que a Corte portuguesa fosse recebida de forma adequada. À época, quem estava no comando da colônia era Marcos de Noronha e Brito, o Conde dos Arcos. Fazia pouco mais de um ano que ele havia assumido o posto máximo da América portuguesa, e neste curto intervalo, ele não teve tempo de realizar melhorias significativas no aparelho urbano do Rio de Janeiro. Dessa forma, a cidade que recebeu o Príncipe Regente e seus súditos era praticamente a mesma deixada por Portugal e Castro, em 1806. Justamente por isso, o mesmo Conde dos Arcos teve que tomar medidas drásticas para criar condições mínimas para chegada da Corte. Uma delas, e talvez a mais controversa, foi a *lei das aposentadorias*, que desalojou diversos habitantes de suas casas, para que elas fossem ocupadas pelos integrantes da comitiva do Príncipe Regente. De certa forma, o próprio

Vice-rei foi afetado por essa medida, tendo em vista que ele cedeu seu palácio para abrigar a Família Real⁵⁸.

Os últimos momentos como Vice-rei teriam sido muito mais fáceis para o Conde dos Arcos se sua única preocupação fosse com o alojamento da Corte portuguesa. Entretanto, a não conclusão de boa parte das reformas ilustradas ainda emprestavam um aspecto de precariedade para o aparelho urbano do Rio de Janeiro. Tal condição foi registrada por muitos viajantes que passaram a visitar a cidade após a abertura dos portos e a transferência da Família Real. Membros da comitiva artística que acompanhou os Bragança, representantes comerciais, cientistas, e estudiosos deixaram suas impressões sobre a cidade que precisava fazer as vezes de Corte. De forma geral, esses homens e mulheres, na sua maioria europeus, contrastavam a beleza natural da Baía de Guanabara com a cidade que se espremia entre os quatro morros que a ornavam e protegiam. Enquanto, em 1808, o comerciante inglês John Luccock ficou comovido com a agradável entrada do porto do Rio de Janeiro⁵⁹, no ano seguinte, o também inglês John Mawe afirmou que

em consequência de sua situação baixa, e da imundice das ruas, o Rio de Janeiro não pode ser considerado saudável. Fazem-se, atualmente, melhoramentos, que remediarão, em parte, esses males; mas outros motivos tendem a aumentar a insalubridade da atmosfera e a espalhar males contagiosos [...]⁶⁰.

Os brejos e pântanos que tanto trabalho haviam dado para os primeiros habitantes do Rio continuavam sendo obstáculos incômodos ao processo de urbanização e civilização da cidade. E, por mais que esse viajante tivesse outro padrão de uso do espaço urbano, a escolha dos termos *imundice* e *insalubridade* não pareciam exagerados para descrever o Rio de Janeiro de 1808.

⁵⁸ CF. MARINS, P.C.G. Op. Cit., pp. 158-159.

⁵⁹ LUCCOCK John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo, EDUSP, 1975, p. 22.

⁶⁰ MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil: principalmente aos distritos de ouro diamantino*. Rio de Janeiro, Zelto Valverdas, 1944, pp. 106-107.

MAPA 11 - PLANTA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO EM 1808

(AGCRJ. Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro levantada em 1808, Sessão de Mapas)

Ainda que não tenha registrado a sujeira vista por John Mawe, a planta produzida em 1808 aponta que, mesmo seguindo o modelo lusitano, o Rio de Janeiro era uma cidade ruralizada. Na época em que a planta foi confeccionada, a nova sede da Corte portuguesa possuía apenas cinco freguesias urbanas, que representavam pouco mais do que 10% da área total da cidade⁶¹. Se observada com atenção, a planta de 1808 reforça esse aspecto do Rio. O mundo urbano propriamente dito ficava circunscrito entre o mar e o Campo de Santana, com alguns focos urbanos na região que viria a compor a Lapa e a Glória. A cidade contava com apenas sessenta vias principais, onde se concentravam a população mais abastada, as principais casas comerciais e Igrejas e órgãos governativos.

De acordo com o recenseamento feito a mando do Conde de Resende, em 1799, a população do perímetro urbano do Rio de Janeiro contava com 43.736 habitantes, dos quais pouco mais de 34% eram escravos⁶². Este quadro só seria alterado em 1808, graças à transferência da Corte que, em tese, foi acompanhada de mais de 15 mil reinóis⁶³. Sendo assim, quando a Família Real aportou no Rio, não encontrou apenas uma cidade pequena, mas pouco populosa, inclusive para os parâmetros do Novo Mundo. Como será tratado com mais vagar neste capítulo, em 1792, a população de Havana já excedia os 51 mil habitantes.

Como a distância entre a cidade real e a cidade desejada era grande, inúmeros esforços foram realizados a fim de transformar o Rio de Janeiro na nova Corte lusitana, ou, como bem colocado por Kirsten Schultz, numa *Versalhes Tropical*⁶⁴. Grosso modo, as ações tomadas pelas autoridades governativas podem ser classificadas em duas frentes. A primeira delas dizia respeito com a necessidade em organizar um aparelho administrativo compatível à nova condição do Rio de Janeiro. A outra frente, em muito consequência da primeira, tratava das obras de melhoria urbanas propriamente ditas e do crescimento da cidade.

Para o bom andamento dos planos dos políticos portugueses, era imperioso, do ponto de vista administrativo, que o Rio de Janeiro se transformasse em uma “nova Lisboa”. Por

⁶¹ ABREU, M. Op. Cit., p. 38.

⁶² CAVALCANTI, N. Op. Cit., p. 256.

⁶³ Embora diversos trabalhos apontem que a comitiva que acompanhou a Família Real em 1808 era composta por mais de 15 mil almas, no estudo que fez sobre a história do Rio de Janeiro, Nireu Cavalcanti questionou tal cifra. Cf.: CAVALCANTI, N. Op. Cit., pp. 96-97.

⁶⁴ Em um dos livros mais importantes sobre a transferência da Família Real portuguesa para o Rio de Janeiro e a consequente transformação da cidade em Corte lusitana, Kirsten Schultz utilizou a expressão *Versalhes Tropical* (que intitula o trabalho referido) para designar o novo sentido e significado que o Rio de Janeiro passou a exercer no Império português a partir de 1808. CF. SCHULTZ, K. Op. Cit.

isso, a chegada da Família Real foi acompanhada pela duplicação dos principais órgãos administrativos da Corte lusitana, fazendo com que o Rio de Janeiro alocasse o Conselho Supremo Militar e da Justiça, os Tribunais da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, a Chancelaria-Mor do Estado do Brasil, os Tribunais Superior da Magistratura da América Portuguesa, e o Erário Régio. Um forte exemplo de que a condição administrativa do Rio tinha, de fato, mudado, foi a instauração da Imprensa Régia e da Real Fábrica de Pólvoras, órgãos até então impensáveis em uma cidade colonial lusitana. O processo de duplicação das principais instituições existentes em Lisboa fez com que o Rio de Janeiro sediasse a Academia Militar, o Horto Botânico, o Museu e a Biblioteca Real. A educação e o conhecimento artístico e científico também deveriam ter espaço salvaguardado na nova Corte, que recebeu cursos médicos e a Escola Real de Ciências, Artes e Ofício.

Em que pese a importância das instituições apontadas, nenhuma delas foi tão crucial no processo de melhoria urbana do Rio de Janeiro como a Intendência Geral de Polícia da Corte. A semelhança da existente em Lisboa desde 1760, a Intendência de Polícia constituiu-se como uma espécie de elo entre as diferentes instâncias administrativas da cidade⁶⁵. A limpeza, saúde e segurança do Rio eram as principais atribuições da Intendência, e, como se verá adiante, a escravidão se fez presente nas três frentes de atuação do órgão⁶⁶.

Parte expressiva do bom funcionamento da Intendência deveu-se à atuação de Paulo Fernandes Viana, que ficou a frente da instituição durante praticamente todo o período joanino. Tendo herdado algumas das incumbências que antes ficavam a cargo do Vice-rei e da Câmara do Senado, Paulo Fernandes Viana fez da *vigilância* uma palavra de ordem, tanto no que dizia respeito à administração interna, quanto à segurança dos habitantes do Rio. E para dar conta de um amplo leque de assuntos, além do trânsito fácil e frequente entre as demais instituições governativas da cidade (que, em muitos casos, estavam subordinadas a ele), Fernandes Viana realizava encontros semanais com

⁶⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “A Intendência-Geral da Polícia: 1808-1821”. In: *Acervo*. Rio de Janeiro, v.1, n.2, pp.137-151, jul - dez. 1986, p.188.

⁶⁶ Cf.: HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas editora, 1997, p. 46.

o Príncipe Regente, ocasiões em que deixava o futuro monarca a par das questões relativas ao governo do Rio⁶⁷.

No entanto, o bom desempenho de Fernandes Viana como Intendente de Polícia não fora decorrência apenas dos predicados do Intendente, mas também daquilo que a sua escolha para ocupar tal cargo representava. Ao contrário do que ocorrera com boa parte dos Vice-reis que governaram a América portuguesa, quando Fernandes Viana assumiu a Intendência de Polícia da Corte, seu principal cartão de visitas era o parentesco com Brás Carneiro Leão, um dos maiores negociantes do Rio. A opção que o Príncipe Regente fez no início de 1808, já anunciava o processo que Maria Odila Leite chamou de *interiorização da metrópole*. Segundo a autora, a transferência da Corte lusa trouxe não só novos capitais, com a abertura dos portos para as nações aliadas e a migração de significativo número de comerciantes portugueses e europeus, como o enraizamento do Estado português associado aos interesses das camadas dirigentes da região centro-sul do Brasil. Tomando como base a antiga prática da participação de burocratas nascidos no Brasil na administração pública portuguesa, Dom Rodrigo de Souza Coutinho e o Conde da Bragança foram tão eficientes em transformar o Rio em uma Lisboa miniaturizada, que, para muitas capitanias, foi praticamente a mesma coisa tratar com os dois centros de poder⁶⁸. Tal processo resultou na centralidade política da cidade do Rio de Janeiro que, como se verá mais adiante, acabou exercendo papéis contraditórios: ao mesmo tempo em que era a cabeça da Monarquia, a cidade também se tornou um importante foco da negação do Império luso⁶⁹. Contudo, neste meio tempo, sobretudo entre os anos de 1808 e 1815, Paulo Fernandes Viana comprovou que D. João não havia se enganado ao elegê-lo para ocupar um dos mais importantes cargos administrativos da Corte.

Uma das primeiras medidas tomadas por Paulo Fernandes – e, que antecedia ao funcionamento da Intendência, pois seria uma das mais importantes fontes de recurso da instituição –, foi a criação da Décima Urbana em junho de 1808. Tal imposto pode ser tomado como um caso exemplar da forma de governar adotada por Fernandes Viana.

⁶⁷ Cf.: GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. "As bases institucionais da construção da unidade dos poderes no Rio de Janeiro Joanino: administração e governabilidade no Império Luso-Brasileiro". In: JANCSÓ, I. (org). *Independência: História e historiografia*. São Paulo, HUCITEC/FAPESP, 2005, p.723. Andréa. *Vida Política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo, HUCITEC, 2006, pp. 51-77.

⁶⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A Interiorização da Metrópole*. In: *A Interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo, Alameda, 2005, pp. 32-33.

⁶⁹ Cf. MATTOS, Ilmar R. Construtores e Herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política. In: www.almanack.br

Ao mesmo tempo em que o tributo – cobrado sobre todas as edificações da cidade – geraria uma importante fonte de renda para a Intendência, ele obrigaria que a instituição realizasse um inventário mais detalhado dos edifícios do Rio, além de uma definição mais precisa do perímetro urbano da nova Corte⁷⁰. A partir de então, outras ações foram feitas para tornar o Rio de Janeiro uma cidade digna da Família Real. As residências já existentes precisavam se adequar ao padrão civilizado da vida em Corte e, por isso, em junho de 1809, a Intendência Geral de Polícia decretou a retirada de todas as gelosias e rótulas das casas coloniais⁷¹. As casas que seriam construídas a partir de então, também deveriam seguir os padrões arquitetônicos definidos pela Intendência que, grosso modo, proibia a edificação de casas térreas na região nova da cidade⁷².

Parte da renda gerada com as Décimas Urbanas foi aplicada em melhorias do Rio, tais como iluminação pública, calçamentos de ruas e rondas noturnas. Junto com o dinheiro arrecadado por meio de outros tributos, Fernandes Viana conseguiu realizar obras de infraestrutura do aparelho urbano do Rio, que deviam andar *pari passu* com os valores civilizatórios que acompanharam D. João e sua comitiva no processo de transferência da Corte. A versão tropical da “Versalhes portuguesa” era muito mais quente e úmida do que a Família Real parecia suportar. A fim de preservar os *humores* da realeza, as autoridades iniciaram, em 1811, a construção do Palácio Real na Quinta da Boa Vista, localizada num dos morros da freguesia do Engenho Velho. A escolha fora feita não só para manter D. João e sua família distantes do mar e da agitação do Largo do Paço, mas também para que sentissem mais próximos ao clima lisboeta.

Além de tornar a vida dos Braganças mais agradável, tais obras também iniciaram a ocupação efetiva da distante região de São Cristóvão que, após o aterro do mangue de São Diogo, começou a atrair pessoas desejosas em avizinhar-se da Família Real⁷³. A busca de um clima mais ameno também levou outras famílias endinheiradas da cidade a ocuparem a região de Botafogo, que ainda não fazia parte das freguesias urbanas da cidade. Embora esse movimento tenha sido levado a cabo por particulares, que

⁷⁰ Sobre a implementação da Décima Urbana ver: CAVALCANTI. N. Op. Cit., pp. 259-264.

⁷¹ De acordo com Paulo Garcez, o objetivo principal desta medida era deixar tangível os limites entre os espaços privados (casas) e públicos (ruas e vias), delimitação esta que, até então, era constantemente dificultada pela grande quantidade de janelas que invadiam as ruas do Rio. Cf.: MARINS, P. C. G. Op. Cit., pp. 164-165.

⁷² Cf.: SANTOS, Ynaê Lopes. *Além da Senzala. Arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo, HUCITEC/FAPESP, 2010, pp. 74-76. CAVALCANTI. N. Op. Cit., p. 262.

⁷³ Cf.: PEREIRA, Sonia Gomes. *A Reforma Urbana de Pereira Passos e a Construção da Identidade Carioca*. Tese de Doutorado apresentada na Escola de Comunicação da UFRJ, Rio de Janeiro, 1998, pp. 83-84.

passaram a construir seus casarões nessa que também era uma distante freguesia da cidade, a ocupação de Botafogo foi uma consequência direta da *Lei de aposentadorias*, que retirou parte das famílias mais abastadas das freguesias centrais do Rio.

Outra obra que se desdobrou na expansão do perímetro urbano do Rio foi a ocupação do Campo de Santana⁷⁴. Ainda em 1811, o Campo passou a abrigar o Quartel Militar, que comportava o Palacete do Campo (construído em 1813), o Jardim do Palacete e a Arena Militar, projetada para a realização de danças, jogos e até mesmo cavalhadas⁷⁵. Os espaços até então reservados para as atividades militares (o Largo do Carmo e o Largo do Paço) não eram mais suficientes, tendo em vista a importância que o Rio de Janeiro passou a ter a partir de 1808. Sendo assim, era fundamental criar um local adequado para as práticas militares e festividades de uma cidade-Corte. Alguns anos mais tarde, o Campo de Santana abrigou a nova sede do Senado da Câmara, reforçando o interesse das autoridades em transformar este em mais um *locus* de poder na cidade que crescia.

⁷⁴ No ano de 1814, foi criada a freguesia de Santana, demonstrando como a ocupação das adjacências do Campo de mesmo nome estava atrelada ao crescimento urbano do Rio de Janeiro. Cf.: NORONHA SANTOS, F. *As freguesias do Rio antigo*. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1965.

⁷⁵ PEREIRA, Sonia G. Op. Cit., pp. 81-82.

FIGURA 12 - O CAMPO DE SANTANA NO RIO DE JANEIRO

(FRÜHBECK, Franz J. *Aspectos do Campo de Santana no Rio de Janeiro*, 1818. In.: SMITH, R. FERREZ, G. *Franz Fröhbeck's Brazilian journey : a study of some paintings and drawings made in the years 1817 and 1818 and now in the possession of the Hispanic Society of America*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1960). A litogravura feita pelo austríaco Franz Fröhbeck durante sua estada no Rio de Janeiro entre os anos de 1817 e 1818, permite observar as transformações que foram feitas na região do Campo de Santana após a transferência da Corte em 1808. Além da arena que compunha parte do complexo militar construído a partir de 1811, também é possível notar que as imediações do Campo de Santana já estavam ocupadas por um número significativo de casas residenciais, apontando assim o crescimento do perímetro urbano do Rio de Janeiro.

Mantendo uma prática já arraigada no *tempo dos Vice-reis*, grande parte das obras que iniciaram o processo de conformação do Rio de Janeiro como Corte foi feita por escravos. Tal constatação é fundamental para compreender que a transferência da Corte para os trópicos teve que dialogar, a todo instante, com o passado colonial escravista, o que significa dizer, com a escravidão. Durante a viagem que fez pela América portuguesa depois da transferência da Família Real, o inglês John Mawe ficou impressionado com o peso que a escravidão exercia no mundo do trabalho. Ao visitar um Alambique e indagar como ocorria o processo de destilação, o inglês ficou surpreso quando o proprietário “*confessou-me sua ignorância e chamou um dos negros [escravo]*

para me informar”⁷⁶. Para o horror de Mawe, aquela não era uma situação isolada. A correlação direta entre trabalho e escravidão, que fazia do Brasil um local “*avesso ao progresso*”, se repetiu quando o mesmo viajante interrogou “*um construtor, um fabricante de açúcar e sabão, ou mesmo um mineiro quais as razões para orientar seus interesses [ao que eles] indicavam-me, invariavelmente, um negro, a fim de responder às minhas perguntas*”⁷⁷. Nem mesmo o peso de sediar a maior instância de poder do Império lusitano alterou a relação que tanto espantou o comerciante inglês. Sendo assim, boa parte das obras que ficaram a cargo da Intendência Geral de Polícia, tais como o aterro de brejos e mangues, o calçamento de vias, a iluminação pública, e a construção de estradas foram feitas por escravos.

FIGURA 13 - CALÇAMENTO DE RUA FEITO POR ESCRAVOS

(DEBRET, Jean Baptiste. *Negros Calceteiros*. Aquarela sobre papel, 1824 Museu Castro Maya). Nesta aquarela, o viajante francês Debret – que compôs a comitiva artística que acompanhou a Família Real para o Brasil – registrou o emprego de escravos nas obras públicas. Ainda que essa prática fosse difundida, a necessidade em transformar o Rio na nova sede do poder português aumentou o número de escravos que trabalhavam para o poder público da cidade.

⁷⁶ MAWE, J. Op. Cit., p.140.

⁷⁷ Idem.

Apesar da tentativa em recuperar a Lisboa abandonada (em nome da soberania lusitana), houve um aspecto no processo de constituição do Rio de Janeiro como Corte que denunciava uma instância definidora da vida nos trópicos: a forte presença da mão-de-obra escrava. De certa forma, seria plausível conjecturar que um feito tão importante como a transferência da Corte para a América portuguesa trouxesse mudanças na instituição escravista colonial. Em primeiro lugar, porque desde 1773, o Marquês de Pombal havia abolido a escravidão no Velho Continente, por julgá-la incompatível com os ideais ilustrados que pautavam a vida em Corte. Junto a isso, dois eventos pareciam pontuar que a escravidão era uma instituição que precisava ser repensada no Mundo Atlântico. O primeiro, já mencionado, foi a rebelião vitoriosa dos escravos de Saint-Domingue, em 1791, que além de atemorizar proprietários de todo o continente, se desdobrou na constituição da segunda república americana, o Haiti (1804). O segundo foi a abolição do tráfico transatlântico de africanos escravizados em 1807, pelo Parlamento britânico.

Em que pese o provável desejo dos escravos (muitos dos quais reconheciam na figura do Príncipe Regente e de Dona Maria o poder e a piedade necessários para atenuar a escravidão), e o empenho dos abolicionistas britânicos que começavam a ganhar espaço no contexto atlântico, o fim da escravidão não estava nos planos das autoridades portuguesas. Uma vez mais, o inglês John Mawe, atento às relações comerciais da nova Corte, afirmou que “*da costa Oriental africana, o Rio de Janeiro importa cera, óleo enxofre e algumas madeiras. O tráfico dos negros restringiu-se ao reino de Angola, por decreto do Príncipe Regente, que proclamou seu intento de aboli-lo por completo, o mais depressa possível*”⁷⁸. Como se sabe, D. João não viveu tempo suficiente para ver o fim da escravidão na sua futura ex-colônia. E, sem dúvida alguma, ele foi um dos principais responsáveis não só pela manutenção, mas, pelo incremento da escravidão no Rio de Janeiro (e no restante da América portuguesa).

Ao contrário da promessa feita pelo Príncipe Regente, a relevância econômica que o Rio de Janeiro passou a exercer a partir da abertura dos portos e da transferência da Família Real resignificaram a importância e a dinâmica da escravidão na cidade. Os dez anos em que esteve na América portuguesa e a experiência comercial adquirida permitiram que John Luccock pontuasse que

⁷⁸ MAWE, J. Op. Cit., p.108.

O número exato das várias espécies de profissões mecânicas não se pode averiguar sem dificuldade, e, talvez que o esforço necessário para tanto não fosse compensado por um resultado satisfatório. Dissemos que entre carpinteiros, pedreiros e gente empregada em construções, havia cerca de setecentos; os barbeiros também eram muito numerosos; os cauteleiros poucos, e menos ainda ferreiros. Esta última casta de artesão era principalmente empregada em tarefas relacionadas com a náutica; como os cavalos nunca usavam ferraduras, exceto nalguma extraordinária parada, os ferreiros que as fizessem seriam pouco procurados. Toda a casa que se presa era provida de escravos aos quais haviam ensinado algumas ou mais artes comuns da vida e que não somente trabalhavam nessas especialidades para a família que pertenciam, como eram também alugados pelos seus senhores a pessoas não tão bem providas quanto eles. Não conseguiam ganhar muito; em 1808 considerava-se um operário bem pago, com meia pacata, menos que um xelim, por dia. Mas o afluxo de estrangeiros e a multiplicação de necessidades, dentro em pouco, elevaram o valor do trabalho, em grau extravagante. Deu isso motivo a que surgisse nova classe social, composta pelas pessoas que compravam escravos para o fim especial de instruí-los nalguma arte útil ou ofício, vendendo-os em seguida, por preço elevado, ou alugando seus talentos e trabalhos⁷⁹.

A precisão com a qual Luccock identificou o redimensionamento que a transferência da Corte empregou no uso da mão-de-obra escrava urbana pode ser atestada pelo cruzamento de outras informações. A tabela abaixo apresenta os números relativos à importação de africanos escravizados para a América portuguesa e para a cidade do Rio entre os anos de 1791 e 1815.

⁷⁹ LUCCOCK, J. Op. Cit., p. 72 (grifo meu).

**TABELA 4 - ESTIMATIVAS DE AFRICANOS ESCRAVIZADOS
DESEMBARCADOS NO PORTO DO RIO DE JANEIRO E NA TOTALIDADE
DA AMÉRICA PORTUGUESA**

Ano	Desembarques porto Rio de Janeiro	Total de desembarques América Portuguesa	% Desembarques porto do Rio de Janeiro / Total América Portuguesa
1791	7478	21936	34%
1792	8456	30871	27%
1793	11096	31531	35%
1794	10225	31849	32%
1795	10640	33206	32%
1796	9876	26229	38%
1797	9267	30288	31%
1798	6780	23554	29%
1799	8857	26873	33%
1800	10368	25403	41%
1801	10011	29255	34%
1802	11343	32575	35%
1803	9722	29120	33%
1804	9075	34186	27%
1805	9921	33863	29%
1806	7111	34854	20%
1807	9689	35123	28%
1808	9602	25632	37%
1809	13171	32930	40%
1810	18677	53610	35%
1811	22520	42067	54%
1812	18270	46430	39%
1813	17280	41952	41%
1814	15300	43083	36%
1815	13300	40436	33%
Total	288035	836857	34%

Fonte: <http://www.slavevoyages.org> e FLORENTINO, M. Op. Cit., 1997, p. 51.

Por meio da análise correlata dos dados obtidos no *Slave Trade Database* e dos números levantados por Manolo Florentino, é possível observar que, entre 1791 e 1815, o mercado do Valongo foi, em média, responsável pela entrada de aproximadamente 35% dos africanos escravizados desembarcados nos portos da América portuguesa. As variações dessa porcentagem estiveram, em grande parte, relacionadas com as demandas criadas pelas transformações do Mundo Atlântico. Exemplo disso pode ser verificado em 1808. Por meio de outros dados disponibilizados pelo *Slave Trade Database*, no ano da transferência da família Real, praticamente 12 mil africanos

escravizados desembarcaram na região sudeste da colônia⁸⁰, dos quais, quase dez mil no porto do Rio de Janeiro (ver tabela 4). Neste ano, o computo geral dos portos do sudeste era praticamente o mesmo que a somatória dos desembarques feitos nas demais regiões da América portuguesa. Interessante notar que este foi o primeiro ano, desde a rebelião dos escravos de Saint-Domingue, que a importação de africanos escravizados para a capitania da Bahia não fazia frente aos números referentes à região sudeste⁸¹. Ao que tudo indica, a transferência da Corte portuguesa reforçou a escravidão na região sudeste da colônia no mesmo período em que o surto açucareiro que reaquecera a economia do recôncavo baiano começava a sentir a pressão da competitividade gerada pela produção cubana, que ganhava o mercado mundial.

Por mais que tenha se firmado como o maior porto do tráfico transatlântico da América portuguesa, com exceção de dois ou três anos, o percentual de africanos escravizados que desembarcavam no Rio girou em torno dos 35%. Todavia, dois aspectos começaram a mudar a partir de 1808. O primeiro deles pode ser atestado por meio do exame da tabela 4: a partir de 1808, o volume do tráfico tornou-se cada vez maior. As razões deste aumento deviam-se às transformações causadas pela Era das Revoluções (Revoluções do Haiti e de França, o abolicionismo inglês e o processo de independência das Américas), mas também às mudanças sofridas, interna e externamente, pelas sociedades africanas envolvidas no tráfico⁸². O segundo aspecto, que também estava em franco diálogo a nova dinâmica do Mundo Atlântico, dizia respeito ao destino dado para os escravos que desembarcavam no Valongo. Se o século XVIII, vira florescer uma oligarquia fluminense forjada na comercialização de africanos escravizados para as

⁸⁰ De acordo com *Slave Trade Database*, no ano de 1808, 11.971 africanos escravizados desembarcaram na região sudeste da América portuguesa. Cf.:

<http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>

⁸¹ Os dados obtidos no *Slave Trade Database* apontam que, entre os anos de 1791 e 1808, os números referentes às importações de africanos desembarcados na Baía eram relativamente próximos ao total de desembarques feitos na região sudeste da América portuguesa. A partir de 1808, este quadro mudou de forma significativa. Entre 1804 e 1807, uma média de 10.500 africanos escravizados aportou na Bahia, quantia levemente inferior do que a observada na região Sudeste. Após a transferência da Corte portuguesa, o que se observa é que a quantidade de africanos escravizados que chegaram em Salvador era praticamente a metade dos que desembarcavam no Rio de Janeiro (e outros portos da região sul da colônia). Cf.: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>

⁸² A passagem do século XVIII para o século XIX também trouxe mudanças para muitas sociedades africanas envolvidas no tráfico. Em que pese os desdobramentos da abolição do tráfico ao norte da linha do Equador decretado pela Grã-Bretanha em 1807, conflitos travados dentro do continente africano acabaram exercendo forte influência na demanda de escravos para o Novo Mundo. Dois trabalhos que analisaram o tráfico transatlântico no Brasil, e que abordaram como alternâncias de algumas dinâmicas e estruturas de poder em sociedades africanas reverberaram na comercialização de cativos para o Rio de Janeiro são: FLORENTINO, M. Op. Cit., 1997, pp. 70-139. RODRIGUES, J. Op. Cit., pp. 45-127.

zonas agrícolas e mineradoras da região sudeste da colônia⁸³, a transferência da Família Real, a abertura dos portos em 1808 e as transformações urbanísticas do Rio haviam permitido não só o fortalecimento político e econômico destas elites, mas também aumento da propriedade escrava, o que por sua vez atraiu uma nova “classe de proprietários”, desejosa em fazer valer as vantagens de viver na capital.

Estudos que analisaram inventários post mortem e estrutura de posses no Rio de Janeiro demonstram que, por mais que os homens de *grossa ventura* tenham sido muito beneficiados com a maior oferta de africanos escravizados⁸⁴, um número cada vez maior de homens e mulheres de “pouca monta” encontravam seu sustento na aquisição de um ou dois escravos que iriam incorporar a massa cativa do Rio de Janeiro. Logo se vê que as vantagens na compra de escravos para o trabalho em oficinas e casas de comércio identificadas por Carlos Lima para os anos de 1790 a 1808⁸⁵ ficaram ainda maiores depois da dinamização dos serviços urbanos gerados pela transferência da Corte. Os jornais que começavam a circular pelo Rio de Janeiro não só traziam as notícias sobre a cidade que se transformava, mas também serviam como importante veículo para a compra e aluguel de escravos urbanos.

Mary Karasch, Luis Carlos Soares e Marilene Nogueira deram exemplos exaustivos do incremento do emprego de escravos no Rio de Janeiro a partir de 1808⁸⁶. Esses mesmos aurores, baseados no exame de anúncios de jornal, relatos de viajantes e na análise de inventários post mortem, demonstraram ainda que os usos do cativo citadino dependiam não só da demanda de trabalho do Rio, mas também da posição socioeconômica de seu proprietário. Grosso modo, aqueles que pertenciam a senhores com poucos recursos eram obrigados a cumprir jornada dupla ou tripla, pois precisavam dar conta dos afazeres domésticos para, somente depois disso, iniciarem seu segundo turno de trabalho, geralmente pondo-se a ganhar ou então ou vendendo a mais variada sorte de produtos pelas vias da cidade. Essa rotina laboriosa era mais perceptível no caso das mulheres escravas, que, além de arrumadeiras, cozinheiras, copeiras, também saíam às

⁸³ Cf. FRAGOSO, J. Op. Cit.

⁸⁴ FLORENTINO, M. Op. Cit., 1997, pp. 215-216.

⁸⁵ LIMA, Carlos A. Op. Cit.

⁸⁶ KARASCH, Op. Cit., pp. 259-291. SILVA, Marilene Nogueira. Op. Cit. SOARES, Luis Carlos. *O “povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro, 7 LETRAS/FAPERJ, 2007, pp. 107-191.

ruas para vender quitutes e limonadas, lavar roupa pra fora e, em alguns casos, prostituir-se⁸⁷.

Já no caso dos proprietários que usufruíam uma melhor condição social, o que se observa é a dupla especialização do trabalho escravo. Além dos seus cativos executarem tarefas distintas, o que geralmente levava à separação dos cativos domésticos daqueles que trabalhavam na cidade, é possível perceber que muitos senhores buscavam treinar ou profissionalizar seus escravos de ganho, com o intuito de, mais pra frente, reaverem com juros o investimento feito. Sendo assim, as residências e espaços públicos do Rio de Janeiro estavam apinhados de escravos que executavam as mais variadas atividades. Carga e descarga na região portuária, transporte de mercadorias, venda de alimentos e produtos, limpeza e calçamento das ruas, lavagem de roupa eram exemplos do variado rol de serviços urbanos que ficavam a cargo dos escravos, que muitas vezes também podiam ser encontrados nas padarias, boticas, oficinas de marcenaria e demais espaços comerciais da cidade.

⁸⁷ Um interessante trabalho que abordou a lógica de trabalho de mulheres negras (escravas e libertas) no Rio de Janeiro durante os últimos anos de vigência da escravidão foi feito por Sandra Graham: GRAHAM, Sandra L. *Proteção e Obediência. Criada e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992. Ainda que o trabalho escravo não fosse seu objeto de estudo, essa foi uma questão tangenciada por Camillia Cowling na sua análise sobre as ferramentas que “mulheres de cor” encontraram para lutar pela liberdade em Havana e no Rio de Janeiro entre os anos de 1870 e 1888. Cf. COWLING, C. Op. Cit.

FIGURA 14 - ESCRAVOS TRABALHANDO NA REGIÃO PORTUÁRIA DO RIO

(DEBRET, J. B. *Refresco no Largo do Paço, depois do Jantar*. In: DEBRET, J. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Vol. 2, prancha 9). Nesta litogravura, Debret registrou parte da diversidade de trabalhos que eram executados por escravos no Rio de Janeiro. Na imagem, que retrata o Largo do Paço, uma das regiões maior importância econômica e política da cidade, é possível observar escravos carregando mercadorias ao fundo, bem como cativas vendendo refrescos para homens que, aparentemente, também trabalhavam na região.

A grande diversidade das atividades executadas pelos escravos urbanos no Rio de Janeiro foi, em parte, registrada pelas dezenas de viajantes estrangeiros que visitaram a cidade após a transferência da Corte. Por meio de relatos ou dos registros iconográficos deixados por esses homens e mulheres, que geralmente estranhavam a dinâmica escravista, é possível apreender parte do cotidiano de uma cidade que dependia, cada dia mais, do trabalho escravo para funcionar⁸⁸. Muitos desses homens ficaram

⁸⁸ Parte da estranheza que a dinâmica escravista e o legado africano causaram aos viajantes que visitaram o Rio de Janeiro recebeu fina análise no recente trabalho de SELA. Eneida Maria. M. *Modos de ser, modos de ver. Viajantes europeus e escravos africanos do Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas, Editora UNICAMP, 2008. Importante salientar que, dentre os viajantes utilizados pela historiografia que examinaram a escravidão no Rio de Janeiro após sua elevação à Corte do Império Português, Jean B. Debret teve especial destaque devido ao longo tempo em que ficou na cidade, bem como às dezenas de registros feitos sobre o cotidiano escravista no Rio de Janeiro. Dois interessantes trabalhos que baseiam a análise da história do Rio na obra de Debret são: LIMA, Valéria A.E. *Debret, historiador e pintor: a viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816-1839)*. Campinas, Editora UNICAMP, 2007. STRAUMANN. P. (org.) *Rio de Janeiro cidade mestiça. Nascimento da imagem de uma nação*. São Paulo, Cia. das Letras, 2001.

impressionados com a quantidade e a diversidade de negros que trabalhavam no Rio, fazendo com que a nova sede portuguesa se assemelhasse à África⁸⁹. E, por mais importante que a mão-de-obra escrava fosse para o funcionamento da cidade, ela também deveria adequar-se ao novo *status* que o Rio de Janeiro ganhou. A única opção que as autoridades lusitanas tinham era a mesma para o restante da cidade: civilizá-los.

Entre pompas, circunstâncias e muitos escravos.

As ações da Intendência não se detiveram apenas no controle e ordenamento do espaço urbano do Rio de Janeiro. Para se tornar uma Corte, de fato e de direito, era preciso que a população da cidade também seguisse uma série de normas e preceitos tidos como civilizados⁹⁰. A fim de administrar o comportamento de todos os súditos do Príncipe Regente, Paulo Fernandes Viana iniciou uma “campanha civilizatória” que contava com a importante ajuda dos *juízes de crime* para a correção das atitudes ditas como inaceitáveis⁹¹. Diversos foram os comportamentos tidos por inadmissíveis na nova Corte. Em abril de 1808, por exemplo, a Intendência proibia o despejo de lixo, entulho e água suja nas ruas da cidade⁹², prática que parecia costumeira dentre os habitantes do Rio. Poucos dias depois, num outro Edital, Paulo Fernandes determinava que

as vendas, botequins, e casa de jogos, não estejam toda a noite abertas para se evitarem ajuntamentos de ociosos, mesmo de escravos que faltando ao serviço de seus senhores se corrompem uns e outros, dão ocasião a delitos que se devem prevenir, e se faz em mais cidadãos fica da data deste proibida pela Intendência Geral de Polícia a culposa licença com que até agora estas casas se têm conservado abertas, e manda-se que logo as dez horas se fechem e seus donos, e caixeiros expulsem os que nele estiverem debaixo de pena de paragem da cadeia dos donos, caixeiros e quaisquer pessoas que nelas forem achadas da indicada hora em diante⁹³.

⁸⁹ Ao caminhar pela região portuária do Rio de Janeiro no início do século XIX, John Luccock chegou a afirmar que a cidade mais parecia o coração da África. Cf. LUCCOCK, J. Op. Cit., p. 74.

⁹⁰ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990 (capítulo introdutório).

⁹¹ Por meio do Edital de 27 de junho de 1808, D. João criou o cargo de “juiz do crime”. Subordinados ao Intendente, cada um dos dois juízes de crime da cidade tinha que cuidar ao policiamento e do julgamento dos crimes cometidos em seu distrito. Cf.: HOLLOWAY, T. Op. Cit., p. 46.

⁹² A.N. Códice 318. Polícia da Corte – cidades, ordem pública. Edital de 20 de abril de 1808, fl. 3.

⁹³ A.N. Códice 318. Polícia da Corte – cidades, ordem pública. Edital de 7 de maio de 1818, fl. 11.

Se, no entender de Fernandes Vianna, os súditos de bem do Rio - muitos dos quais educados nos padrões europeus - precisavam ser educados de acordo com os novos padrões que de etiqueta da Europa, o que dizer dos escravos?

É bem verdade que o argumento civilizador já era conhecido e aplicado pelos luso-portugueses no que dizia respeito aos africanos escravizados. A própria condição escrava aplicada aos africanos já era, por si só, entendida como uma ferramenta fundamental na luta contra a barbárie que assolava o “continente negro” e um dos mais fortes argumentos a favor do tráfico transatlântico. Mas, como parte constituinte da cidade colonial que fora elevada ao *status* de Corte imperial, a escravidão do Rio de Janeiro também precisava adequar-se aos novos padrões comportamentais. Mesmo porque, grande parte das obras que efetivariam a transformação do Rio no maior centro de poder do Império luso seria realizada por cativos.

Curiosamente, as exigências da *Versalhes Tropical* acabaram gerando uma demanda ainda maior por escravos, que foi rapidamente suprida pelo tráfico transatlântico (ver tabela 4). O que se observa a partir de 1808 é que, graças à transferência da Corte, um número maior de africanos escravizados passou a ser comprado por proprietários urbanos. Conforme visto, a abertura dos portos e o incremento das atividades comerciais do Rio de Janeiro criaram inúmeras situações nas quais o emprego de cativos se transformou num bom negócio, atraindo, assim, pequenos e médios proprietários. Num jogo dialético, a transferência da Corte portuguesa aumentou a demanda e a oferta de cativos, alterando o peso da escravidão no Rio de Janeiro. E, nesse jogo de contrários, quanto mais próxima ao padrão europeu de civilização a cidade ficava, maior e mais diversificada era sua população africana.

**GRÁFICO 1 - GRANDES-ÁREAS DE PROCEDÊNCIA DOS AFRICANOS
ESCRAVIZADOS NO RIO DE JANEIRO ENTRE 1795 E 1811**

Fonte: FLORENTINO, M. Op. Cit., 1997, p. 234.

Os estudiosos que trabalharam com o tráfico transatlântico para o Rio de Janeiro apontam que as relações estabelecidas entre as elites fluminenses e as diferentes sociedades africanas envolvidas no comércio desde meados do século XVII ainda surtiram efeito na composição étnica do segmento escravo do Rio, composta, majoritariamente, de africanos oriundos da costa centro-occidental do continente. A proibição do tráfico ao norte da linha do Equador, em 1807, acabou reforçando ainda mais este padrão, embora o número de navios negreiros provenientes da África Oriental tivesse sofrido um significativo aumento entre os anos de 1811 e 1830⁹⁴.

⁹⁴ De acordo com Manolo Florentino, entre 1811 e 1830, 235 navios saíram dos portos da África Oriental para o Rio de Janeiro, quantia significativamente maior do que as 15 embarcações contabilizadas no intervalo de 1795 e 1811. Já a saída de navios da Costa Ocidental sofreu uma queda percentual: se entre 1795 e 1811 cerca de 3% dos navios que transportavam africanos escravizados saíam dessa grande-região, a partir de 1811, o percentual diminuiu para 1,5%. Cf. FLORENTINO, OP. Cit., p. 234.

MAPA 12 - GRANDES-ÁREAS DE PROCEDÊNCIA DOS AFRICANOS ESCRAVIZADOS NO RIO DE JANEIRO (1790-1815)

(CAREY, M. *Africa according to the Best Authorities*, 1811) Neste mapa, que representa a África Ocidental, é possível observar duas importantes áreas de procedência dos africanos escravizados que trabalharam no Rio de Janeiro entre 1790 e 1815. No destaque em preto estão os portos de embarque da África Ocidental, cujos portos Elmina (1) e Calabar (2) eram responsáveis pelo embarque de grande parte dos escravos que, no Brasil, ficaram conhecidos como Minas, Iorubas, Ibos, Fulani, Hauçá. Em azul, está destacada a região da África Centro Ocidental, que na época, era a principal provedora de africanos escravizados para o Rio de Janeiro, graças às longevas relações dos comerciantes luso-brasileiros com as elites locais dessa região. Dos portos de Mayuma (3), Loango (4), Malemba (5), Cabinda (6), Boma (7), Ambriz (8), Luanda (9) e Benguela (10) embarcaram os milhares de congos, angolas, benguelas, monjolos, quiloas, rebolo e cabindas que executaram os mais diferentes trabalhos na capital colonial e, depois de 1808, na Corte portuguesa em Além-Mar. Ainda que neste período fosse incipiente o comércio com as sociedades da África Oriental, é importante frisar que o tráfico com essa região já existia e que, ao longo do século XIX, ele ganharia um peso significativo na composição dos escravos do Rio de Janeiro. Mapa disponível no site: <http://www.davidrumsey.com>

No cômputo geral, os homens e mulheres designados como *cabindas*, *congo*, *angola* e *rebolo* formaram a maior parte dos escravos na cidade-Corte. Isso fica evidenciado pelos dados já apontados nos estudos sobre tráfico, no exame dos anúncios de jornal e até mesmo na grande importância que a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Beneditos dos Pretos Pobres (composta principalmente pelos *angolas*) teve na história da cidade. Entretanto, as diversas releituras e ressignificações feitas por esses africanos escravizados foram cruciais para suas respectivas experiências no cativeiro, inclusive do que diz respeito à possibilidade de sair desta condição. Atualmente, muitos trabalhos que examinam de forma correlata as origens africanas e a vida escrava no Rio de Janeiro deram especial destaque para a trajetória do grupo *mina*. Embora tal designação tenha sofrido uma série de mudanças ao longo do período escravista (principalmente durante a vigência do tráfico), esses estudos têm ressaltado que homens e mulheres classificados como minas desenvolveram, no Novo Mundo, certa aptidão para a execução de serviços urbanos⁹⁵. Seu “tino para os negócios”, em muito decorrente de práticas comerciais vivenciadas e/ou herdadas do continente africano, seria uma das razões pelas quais homens e mulheres minas (escravos e libertos) conseguiram controlar boa parte das barracas do Mercado do Rio de Janeiro ao longo do século XIX.

A diversidade das “Áfricas” presentes no Rio de Janeiro não foi notada apenas pelos viajantes que muitas vezes se sentiam em pleno continente africano. As autoridades que governavam a cidade sabiam, ou melhor, aprenderam, que a origem dos africanos escravizados tinha implicações significativas no cotidiano da cidade, sobretudo no que diz respeito às práticas que alguns grupos encontraram de lutar por melhores condições de vida e, em alguns casos, pela liberdade. Muito embora tal aprendizado fosse fundamental para o desenvolvimento de políticas de ordenança do Rio de Janeiro, havia uma preocupação maior dos órgãos de governo, principalmente da Intendência Geral e Polícia, que tomava esses africanos de forma homogênea. Fossem ditos como aptos para o comércio, indolentes, preguiçosos ou afeitos à revoltas, os africanos escravizados tinham que seguir as normas de uma cidade que, apesar de depender de sua força e trabalho, também deveria materializar-se como Corte. Dessa forma, um dos primeiros lugares a sofrer ações civilizadoras foi o mercado do Valongo: a principal porta de entrada dos africanos escravizados na nova residência da Família Real.

⁹⁵ Importantes trabalhos que tratam da experiência dos africanos *mina* na cidade do Rio de Janeiro, alguns já citados neste estudo, são: FARIAS, Juliana B. OP. Cit., 2012. FARIAS, J.B. LÍBANO SOARES, C.E. GOMES, F.S. OP. Cit. SOARES. Mariza. Op. Cit. FARIA, Sheila, Op. Cit. SOARES, Mariza (Org.) *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benin ao Rio de Janeiro*. Niterói, EdUFF, 2007.

Conforme visto no capítulo anterior, desde as últimas décadas do século XVIII, o Valongo já era um dos mais importantes mercados de escravos das Américas. As atividades auríferas na região das Minas, bem como a produção de açúcar e de farinha na capitania do Rio de Janeiro, haviam sido responsáveis por parcela expressiva dos desembarques feitos na freguesia de Santa Rita. Na realidade, a própria transferência do mercado para essa parte da cidade (ainda no século XVIII) era um dos maiores exemplos da intensificação do comércio de escravos no Rio.

No entanto, ainda que distante do centro da cidade, os horrores que marcavam o desembarque dos africanos escravizados deveriam ser, quando possível, amainados. Além disso, devido ao alto índice de mortalidade de africanos recém-desembarcados e da negligência dos traficantes e comerciantes no enterro desses mortos, o Valongo e suas adjacências tornaram-se foco de muitas epidemias, que há tempos preocupavam as autoridades⁹⁶. Por isso, entre os últimos meses de 1808 e o primeiro semestre de 1809, o Príncipe Regente fez uma série de mudanças no funcionamento da inspeção sanitária do Valongo. A então Real Junta de Proto-medicamento deixou de ser a responsável pela fiscalização da medicina no Brasil, obrigação que ficou a cargo do Cirurgião-mor José Corrêa Picanço. Em junho de 1809, foi criada a Provedoria-mor de Saúde que, dentre diversas atribuições, deveria fiscalizar as embarcações aportadas na baía de Guanabara⁹⁷, sobretudo

os navios carregados de Negros cheios de Sarnas, Lepras, febres, e outras moléstias contagiosas: [pois] em hum porto de tanta frequência de Navios, vindos, de todas as partes com diferentes cargas, e athe d'America septentrional, aonde algumas províncias são tão frequentes os contágio [...].⁹⁸

As autoridades também cuidaram para que os traficantes e donos de barracões do Valongo não deixassem os corpos dos africanos escravizados sem enterro adequado, prática que, desde o século anterior, causava frequente reclamação dos moradores da freguesia de Santa Rita.

⁹⁶ No seu estudo sobre o Valongo, Claudio Honorato sublinhou que, antes mesmo da transferência da Corte a região próxima ao mercado já suscitava preocupação das autoridades. Tanto que, em 1800, a Real Junta de Proto-medicamento passou a exigir que todos os cirurgiões que embarcassem nos navios que transportavam africanos escravizados para exercer “a arte farmacêutica” deveriam ter licença prévia. Cf.: HONORATO Cláudio. *Valongo: o mercado dos escravos no Rio de Janeiro, 1758-1831*. Dissertação de mestrado defendida no Programa de História da UFF. Niterói, 2008, p. 88.

⁹⁷ Idem, pp. 87-89.

⁹⁸ Apud: HONORATO, C. Op. Cit. 2008, p.91. (AN. Série Saúde, IS4 1, Plano de Inspeção de Saúde).

No entanto, o controle da salubridade do Valongo era uma das questões que as autoridades do Rio de Janeiro deveriam se ater. Conforme anunciado nas prisões de João Cassange, Pedro Mina, Antônio Congo e o crioulo Jacinto, a Intendência de Polícia teria muito trabalho para manter a ordem em uma cidade escravista. Thomas Holloway foi categórico ao afirmar que o controle da população escrava teria sido uma das principais atribuições da Intendência Geral de Polícia e, por isso mesmo, uma das principais frentes de atuação de Paulo Fernandes Viana.

Nos primeiros anos da residência da Família Real no Rio de Janeiro, a preocupação em relação à população escrava apareceu de duas formas. A primeira, já pontuada, foram as ações que visavam educar dos senhores de escravos que, por exemplo, não mais podiam permitir que seus cativos despejassem os dejetos de suas casas em qualquer local da cidade. A segunda, e talvez mais enérgica atuação da Intendência, recaiu sobre o controle e cerceamento dos crimes cometidos pelos cativos. Nesse sentido, Paulo Fernando Viana contou com uma importante “aliada”: a Guarda Real de Polícia que, à semelhança da existente em Lisboa, foi criada no Rio de Janeiro em maio de 1809. Responsável pela prisão dos criminosos da cidade, a atuação da Guarda Real - que contava com membros considerados implacáveis e famigerados como Miguel Nunes Vidigal – evidenciou, uma vez mais, o peso que a escravidão ganhou na cidade após a transferência da Corte.

O exame documental feito por Leila Algranti e Luis Carlos Soares aponta que, entre os anos de 1808 e 1821 (ou seja, no período joanino), a maior motivação das prisões realizadas pela polícia foi a fuga escrava, que representou 15,5% do total de apreensões. Outros crimes diretamente ligados aos cativos aparecem neste levantamento, tais como “a requerimento do senhor” (2,8%), encontrado em casa de quilombo (0,6%), suspeito de fugido (0,4%), remetido de quilombo (0,4%), ataque ao senhor (0,3%), furto ao senhor e conspiração contra o senhor (0,2% cada). A leitura cuidadosa dos autos criminais demonstra, ainda, que muitos escravos também foram presos por roubo, assassinato, desordens, bebedeiras, brigas, agressões e por praticar capoeira⁹⁹. Em diversos casos, além de autores, os cativos também eram vítimas dos crimes cometidos, sobretudo no que diz respeito ao roubo. O crescimento do segmento escravo no Rio

⁹⁹ Cf. ALGRANTI, Leila. Op. Cit., pp. 209-210. SOARES, Luis Carlos. Op. Cit., 2007, p. 443. Importante ressaltar que o levantamento feito pelos dois autores teve como base a análise do Códice 403 (que se encontra no Arquivo Nacional), composto pelas prisões feitas pela Polícia da Corte no período joanino.

acabou por gerar um competitivo mercado de trabalho, no qual cativos, libertos e livres muitas vezes disputavam o mesmo serviço¹⁰⁰. Para comportar o grande número de prisioneiros, as autoridades do Rio de Janeiro tiveram que fazer algumas mudanças nos Calabouço, presídio construído em 1767, que, em tese, era destinado exclusivamente para escravos: em 1813, ele foi transferido da freguesia de Santa Rita para o morro do Castelo¹⁰¹.

Lido conjuntamente com os números referentes ao tráfico, com os relatos deixados pelos viajantes e com o exame de inventários *post mortem*, os dados sobre a criminalidade no Rio de Janeiro corroboram a ideia de que a nova Corte se forjou em meio à escravidão. Tal constatação é fundamental, pois demonstra não só como as novas estruturas de poder do Rio de Janeiro tiveram que negociar com práticas e relações comerciais já existentes na colônia, mas também que, mesmo em face às inúmeras transformações que marcavam o Mundo Atlântico e aos inconvenientes que a presença cativa poderia trazer para a vida cortesã, a Coroa portuguesa manteve a escravidão como um dos pilares da América portuguesa¹⁰². Sendo assim, ao contrário do que parte da historiografia assinalou, o Rio de Janeiro não se transformou em Corte do Império luso a despeito da escravidão, mas sim, graças a ela.

Na obra em que analisa a transformação do Rio na Versalhes tropical, Kirsten Schultz fez uso de dados levantados pela historiografia sobre a escravidão no Rio de Janeiro (alguns deles utilizados nessa pesquisa), para mostrar as dificuldades encontradas pelo poder público na tentativa de adequar o comportamento dos escravos aos novos padrões de sociabilidade exigidos pela vida em Corte¹⁰³. Entretanto, ainda que os aspectos levantados pela autora tenham, de fato, marcado o “processo civilizatório” do Rio de Janeiro a partir de 1808, a presente pesquisa defende que os ganhos obtidos pela manutenção da escravidão foram muito maiores do que os problemas enfrentados pela Intendência Geral de Polícia e demais órgão governativos. Não só porque os escravos constituíram-se como principal mão-de-obra da cidade, mas também porque tais cativos

¹⁰⁰ A competitividade por trabalho dentre a população escrava do Rio de Janeiro já foi abordada em estudo anterior. Cf.: SANTOS, Y. Op. Cit., pp. 83-88.

¹⁰¹ ARAÚJO, C.E.M. Op. Cit.

¹⁰² As mudanças que assolaram o Mundo Atlântico fizeram com que a escravidão passasse a ser questionada no mundo colonial. Esse questionamento esteve presente em muitos debates travados entre políticos portugueses e luso-brasileiros que, ao fim e ao cabo, optaram pela manutenção da instituição no Império português. Um exame criterioso desses debates pode ser encontrado em: BERBEL, M. MARQUESE, R. PARRON, T. Op. Cit., pp. 128-138.

¹⁰³ Cf.: SCHULTZ, K. Op. Cit., pp. 182-216.

acabaram ganhando novos usos simbólicos que, por sua vez, só tinham sentido numa vida em Corte. Alguns viajantes que visitaram o Rio ficaram surpresos com a hierarquia existente entre a escravaria de uma família rica da cidade, que, ao passear pelas ruas, a caminho da Igreja, seguia o comportamento esperado de habitantes cortesões e civilizados¹⁰⁴. No caso do Rio de Janeiro, o processo de tornar-se Corte foi feito entre pompas, circunstâncias e muitos escravos, utilizados das mais diferentes formas.

Foi por isso que, de forma um pouco confusa, e em certa medida hesitante, o ministro Marquês de Aguiar enviou um ofício ao Príncipe Regente D. João, no qual tentava esclarecer o porquê da lei municipal que proibia os batuques escravos no Rio de Janeiro em 1814¹⁰⁵. Antes mesmo da explicação, o ministro fez questão de pontuar que a proibição não dizia respeito aos

ajuntamentos de negros nas fontes, Igrejas, e Teatro [...], por que seria de grande inconveniente, e até impossível proibir, que os escravos, que são os braços de que todas as famílias se servem no Brasil, conduzam seus Senhores aos Templos, ao Teatro, vão buscar água as fontes, e façam outros serviços desta natureza em que o concurso deles é inevitável, ainda que daqui possa acontecer alguma desordem¹⁰⁶.

Com medo de não ter se feito claro, o ministro sublinhou ainda que não se tratava de vetar “*que os escravos se juntem nos largos da Graça e do Bicalho, e que aí dancem até o toque das Ave Marias*”, porque “*destes ajuntamentos, que deles não espera mal algum, [pois] o numero dos escravos que neles se entretém é muito diminuto*”. O problema residia nos ajuntamentos que o Marquês de Aguiar classificava como *batuques e bailes*, já que tais eventos acabavam por abalar o “*sossego e tranquilidade, pois os escravos nestes divertimentos se entregam mais a embriaguez, e ficam mais aptos para cometerem crimes, além de arruinarem sua saúde*”¹⁰⁷.

A maneira quase vacilante com a qual o ministro retratou a questão dos batuques de escravos revela aspectos interessantes do Rio de Janeiro de então. O número de cativos, que desde o seiscentos já cuidava dos afazeres das casas cariocas e *ganhava* as ruas vendendo quitutes ou descarregando as embarcações, aumentava a olhos vistos. Como sublinhado pelo vice-rei, os cativos faziam toda natureza de serviços na cidade, inclusive aqueles que exigiam idas constantes a espaços públicos, como teatros, igrejas e chafarizes. E era justamente esse caráter móvel da escravidão no Rio de Janeiro que

¹⁰⁴ Cf. DEBRET, J. Op. Cit., p. 37.

¹⁰⁵ BN. Documento II-33,24,29 – Ofício do Marquês de Aguiar, ao Conde dos Arcos.

¹⁰⁶ Idem (grifos meus).

¹⁰⁷ Ibidem.

tornava impossível proibir que esses cativos transitassem e, muitas vezes, se encontrassem no espaço citadino.

Não havia como controlar todas as instâncias da mobilidade inerente à escravidão urbana, e o ministro sabia muito bem disso. Mas ele também sabia a potencialidade que esses ajuntamentos poderiam vir a ter no Rio de Janeiro da época e, tendo sido a principal autoridade da colônia, ele compreendia bem as dificuldades de administrar o *concurso inevitável* desses cativos.

Mas, essa dificuldade, que muitas vezes deixou as autoridades confusas e vacilantes, foi pouco a pouco sendo contornada. A escravidão era peça chave na dinâmica colonial, e D. João e seus ministros deixaram isso evidente não só nos acordos diplomáticos travados com a Inglaterra, como na conformação do aparelho de Estado que lidou com as diferentes questões relativas à escravidão na nova sede de poder Império Lusitano. Foi como cidade-Corte, que o Rio de Janeiro representou a escolha da Coroa portuguesa pela escravidão, escolha esta que foi tecendo as diferentes relações de poder vivenciadas na urbes e que, sem dúvida alguma, fizeram parte das razões que elevaram o Rio de Janeiro à sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves no ano de 1815.

Interesses Cruzados

O descontentamento era tamanho que, em agosto de 1796, um grupo de seletos *vecinos* cubanos se reuniu e compôs uma proposta de regulamento para o aprisionamento de escravos fugidos na ilha¹⁰⁸. O título do documento, “*Expediente sobre a captura de esclavos cimarrones*”, insinua que seus autores estavam preocupados com o expressivo aumento de fuga escrava e da formação de quilombos em Cuba. E eles tinham motivos para tanto.

Em janeiro de 1792, Don Felipe de Torres recorreu ao *Papel Periódico de la Havana* para anunciar a fuga do carpinteiro Tomás Ximenes, escravo crioulo de aproximadamente 50 anos¹⁰⁹. O proprietário em questão não forneceu nenhuma característica fisionômica do fugitivo, assinalando apenas que ele havia trabalhado na

¹⁰⁸ AGI. Estado, legajo 4, nº 1. *Expediente sobre captura de esclavos cimarrones*, 1796.

¹⁰⁹ *Papel Periódico de la Havana*, 12 de janeiro de 1792. In.: JIMÉNEZ, Antonio Núñez. *Los Esclavos Negros*. La Habana, Fundación de la Naturaleza y el Hombre, 1998, p. 196.

Casa dos Senhores Montalvos¹¹⁰. A referência aos antigos proprietários leva a crer que Tomás Ximenes fosse um escravo conhecido na região, o que dispensaria descrições físicas. Ainda que estivesse apreensivo em recuperar o cativo - que comporia o dote de sua filha -, Don Felipe Torres não ofereceu nenhum tipo de recompensa para quem encontrasse o escravo; apenas solicitava que quem, por ventura, localizasse Tomás, o enviasse para o *Real Carcel* e avisasse aos redatores do *Papel Periodico*¹¹¹.

Impossível afirmar se a falta de informações sobre o cativo foragido se devia à crença de Felipe Torres nas autoridades peninsulares ou à possível notoriedade de Tomás; todavia, o anúncio em questão não seguia os padrões daqueles que noticiavam a fuga escrava em Havana. Grosso modo, o texto era mais descritivo (e muitas vezes apelativos), como o de Francisco Gutierrez que, em março do mesmo ano, anunciou a perda de

un negro de mediana estatura, con algunas señales de viruelas, casi redondo, muy retinto, tiene al redor del ombligo unas rayas que forman unos quadritos encadenados; se llama Joseph Maria, de nación congo y como de veinte años de edad. El que tubiere noticias de su paradero se servirá avisar en la esquina Botica de D. Francisco Gutierrez, en donde se le dará una buena gratificación¹¹².

Nome e descrição física compunham o cerne desses anúncios, que muitas vezes poderiam ter informações acrescidas, tais como a “nação” do escravo, o tipo de trabalho que executava e até mesmo algumas atribuições de valores, como o caso do negro Matias, recém-chegado em Havana, que foi descrito por seu senhor “*como alto, bem feito e bonito*”¹¹³. A gratificação pela captura do escravo ou por informações que pudessem levar ao paradeiro do fugitivo também era frequente nessas notícias, apontando que, em diversas ocasiões, a recuperação do cativo era feita sem a ajuda estatal.

Foi justamente essa “ajuda estatal”, ou a falta dela, que levou importantes agricultores de Cuba a formularem o expediente sobre a fuga e o aquilombamento de escravos. Desde a liberação do tráfico transatlântico assinada por Carlos IV, em 1789, até o ano

¹¹⁰ Em finais do século XVIII, a família Montalvo já despontava como uma das mais ricas de Cuba. Nesta época, Ignacio Montalvo Ambuldi, o conde de Montalvo já era proprietário de dois engenhos, quinhentos escravos e mais de quatorze mil cabeças de gado. Cf.: FRAGINALS, Moreno. *O Engenho. Complexo Econômico-social cubano do Açúcar*. Vol. 1. São Paulo, UNESP/HUCITEC, 1988, p.131.

¹¹¹ Idem.

¹¹² *Papel Periódico de la Havana*, 1 de marzo de 1792. In.: JIMÉNEZ, Antonio Núñez. *Op. Cit.*, p. 199.

¹¹³ *Papel Periódico de la Havana*, 5 de abril de 1792. In.: JIMÉNEZ, Antonio Núñez. *Op. Cit.*, p. 200 (grifo meu).

em que o expediente foi escrito, praticamente 30 mil africanos escravizados haviam desembarcado legalmente nos portos cubanos¹¹⁴. A maior parte desses homens e mulheres foi comprada pela elite agrária da ilha, que há muito estava ávida por braços que cultivassem a cana e processassem o açúcar. Nem mesmo a Revolução Haitiana iniciada em 1791 arrefecera os ânimos da sacarocracia cubana. Se, por um lado, o incremento do tráfico de africanos escravizados poderia trazer certo temor por parte da população branca da ilha, por outro, era esse significativo aumento da mão-de-obra escrava que garantiria a produção do açúcar cubano em moldes que permitissem que o produto conseguisse ocupar o espaço deixado por *Saint-Domingue* no mercado mundial desde a última década do século XVIII. Entre correr o risco de criar condições demográficas semelhantes àsquelas que levaram à Revolução do Haiti e conseguir tornar o açúcar de Cuba extremamente competitivo no mercado externo, os agricultores cubanos ficaram com a segunda opção. Bastava garantir que o Estado fizesse a sua parte. Essa era, justamente, a função do expediente.

Segundo o documento produzido por nomes influentes da sacarocracia cubana, o problema principal não residia apenas no crescente número de cativos que deixavam as *plantations* e cidades para adentrar nas florestas e montanhas de Cuba – o que, de certa forma, era previsível em meio a uma sociedade cujo segmento escravo aumentava a olhos vistos. O que de fato os motivou a produzir o documento foi a incapacidade das autoridades (espanhola e cubana) em garantir o patrulhamento da colônia, sem ter que aumentar o imposto cobrado para este fim. Por isso, tais homens acharam por bem formular um novo regulamento em que as somas adquiridas com as antigas tarifas fossem otimizadas no processo de busca e apreensão de escravos fugidos¹¹⁵.

A forma didática por meio da qual a pouca eficiência estatal foi apresentada no expediente sugere que não havia um embate efetivo entre os remetentes e os destinatários do documento. Na realidade, o tom quase pedagógico da peça deixava transparecer o início de uma forte aliança na história cubana. A partir da última década do século XVIII e por mais quarenta anos da centúria seguinte, o Estado colonial e a classe senhorial se colocaram lado-a-lado quando o assunto era a escravidão. Ninguém

¹¹⁴ Essa cifra foi contabilizada no banco de dados *Voyages. The Trans-Atlantic Slave Trade Database* <http://www.slavevoyages.org>. Os dados trabalhados por David Murray na década de 1980 apontam um número muito próximo: entre 1789 e 1796, pouco mais de 35 mil africanos escravizados teriam entrado nos portos de Havana. Cf. MURRAY, D. Op. Cit., p. 18.

¹¹⁵ AGI, Estado, legajo 4, n° 1. *Expediente sobre captura de esclavos cimarrones*, 1796.

representou tal aliança de forma mais expressiva do que o Capitão General Luis de Las Casas.

Os extremos da Ilustração escravista

Assim como seus antecessores, Luis de las Casas y Arrigori era um reinol que possuía carreira militar e princípios ilustrados suficientemente sólidos para justificar a nomeação feita pelo monarca espanhol. Munido desses princípios que Las Casas não conseguiu esconder sua decepção ao chegar a Havana, em julho de 1790. A despeito das obras feitas pelo Marquês de la Torre, a capital cubana parecia ter mudado pouco desde a última vez em que Las Casas a visitara em 1769, quando realizou uma campanha militar pelos domínios espanhóis sob o comando de O'Reilly. O crescimento populacional, a ocupação desordenada para a região extramuros e a falta de investimento no calçamento das ruas – que continuavam transformando-se em grandes córregos na época das chuvas – foram alguns dos problemas identificados pelo novo Capitão General¹¹⁶.

No segundo ano de sua administração, Las Casas publicou “*el bando de buen gobierno de La Habana*”. Composto por 81 artigos, esse *bando* foi a primeira tentativa efetiva de acabar com as mazelas da cidade. E elas não eram poucas. Além da parca estruturação do espaço urbano frente o aumento dos habitantes, o Capitão General também se mostrou deveras preocupado com a má conduta de muitos cidadãos, envolvidos com prostituição, jogos de azar, rinhas de animal e bailes desordenados. As algazarras que incomodavam as pessoas de bem estavam refletindo no aumento criminalidade de Havana. Sendo assim, junto à proibição de agrupamentos após a última missa e do porte indiscriminado de armas, Las Casas entendia que tais habitantes deveriam ser salvos

¹¹⁶ GOLZÁLLEZ-RIPOLL NAVARRO, María Dolores. Voces de gobierno: los bandos del capitán general Luis de las Casas, 1790-1796. In.: NARANJO OROVIO, C. MALLO GUTIÉRREZ (Ed.). *Cuba la perla de las Antillas. Actas de la I Jornadas sobre “Cuba y su Historia”*. Madrid, Doce Calles, 1994, pp. 149-162. A mesma autora fez uma análise mais detalhada do governo de Las Casas em: GONZÁLEZ-RIPOLL NAVARRO, María Dolores. *Cuba, la isla de los ensayos: cultura y sociedad (1790-1815)*. Madrid, CSICCH, 1999, pp. 79-98.

pelo trabalho, sugerindo que eles seriam muito bem-vindos nas obras públicas da capital cubana¹¹⁷.

A busca pela racionalização do espaço citadino também levou o Capitão General a legislar sobre os escravos urbanos, ou melhor dito, sobre parte dos usos que tais escravos faziam do espaço público. Neste quesito, escravos e libertos foram tomados como uma “unidade africana” que deveria ter suas manifestações cerceadas. Os *cabildos de nação* ficaram proibidos de erigir altares para os Santos Católicos, prática que Las Casas entendia ser mera desculpa para os “bailes profanos” frequentemente celebrados. As constantes festividades dos membros dessas associações – marcadas pela venda de comidas e bebidas pelas ruas, bem como pela procissão dos mortos – apontava para a porção africana de Havana. Era inadmissível que a morte de cada criança escrava ou forra transformasse a cidade numa “*verdadeira África*”. Não se tratava de acabar com os bailes dos *cabildos*, mas exigir que eles ocorressem na época designada, seguindo o calendário católico, e durante um período previamente estipulado pelas autoridades laicas¹¹⁸.

Os cinco artigos que versavam sobre os *cabildos de nação* apresentavam uma realidade que, em certa medida, foi fomentada pelo próprio Las Casas. Ainda que tais associações existissem desde o século XV – como herança do passado medieval de diversas cidades espanholas¹¹⁹ –, a liberação do tráfico transatlântico em 1789 e as constantes concessões assinadas por Carlos IV haviam aumentado significativamente a parcela escrava (e negra) da cidade. À época da publicação do *bando de bon gobierno*, os vinte e um *cabildos* de nação contabilizados em 1755 já haviam aumentado para trinta e quatro, em decorrência do desmembramento de algumas associações, e da fundação de outras¹²⁰. Era sintomático que, no mesmo ano em que a população negra/mestiça ultrapassava a população branca da ilha, o Capitão General ordenasse que os *cabildos de nação* fossem deslocados para os partidos localizados extramuros¹²¹. Para Las Casas, a presença negra (fosse escrava ou livre) só interessava quando acompanhada pelo trabalho, ou melhor dito, pela exploração do trabalho; era isso que um governo ilustrado e comprometido com o projeto escravista tolerava nos bairros intramuros de Havana. Manifestações que

¹¹⁷ GOLZÁLEZ-RIPOLL NAVARRO, María Dolores. Op. Cit., 1994.

¹¹⁸ Ibidem, p. 157.

¹¹⁹ Cf. BERNAND, Carmen. *Negros Esclavos y Libres en las Ciudades Hispanoamericanas*. Madrid, Fundación Histórica Tavera, 2001, pp.29-43.

¹²⁰ Cf. BARCIA, Maria del Carmen. Op. Cit., anexos.

¹²¹ Idem.

passassem pela recriação de identidades africanas em solo cubano – fossem elas praticadas por escravos e/ou pelos seus descendentes - não deveriam ter espaço no centro da capital de Cuba, embora a cidade continuasse recebendo milhares de africanos escravizados, todos os anos.

Não que Las Casas fosse avesso ao incremento da população cativa. Muito pelo contrário. Embora leal à Carlos IV, o Capitão General tinha interesses particulares no combate aos ideais revolucionários e na manutenção da entrada massiva de africanos escravizados. Além de proprietário de dois engenhos, as redes familiares de Las Casas estavam atreladas à oligarquia sacarocrata da ilha¹²². Justamente por isso, a um só tempo, Las Casas buscava desenvolver uma política pública que abarcasse a conservação da condição colonial, a defesa dos interesses da elite açucareira e dos seus próprios. E o Capitão General não estava sozinho. Parte importante de seu posicionamento e de suas ações políticas estavam salvaguardadas pela produção intelectual de seu contemporâneo, e amigo pessoal, Francisco de Arango y Parreño.

Porta-voz por excelência do projeto sacarocrata defendido pela oligarquia *criolla*, Parreño era senhor de escravos e filho da elite de Havana¹²³. Após concluir a faculdade de direito (1787), Arango foi para Madri com o objetivo de aprimorar seus estudos - o que representou uma série de viagens pela Europa e pelo Caribe, cujo objetivo final era estudar o sistema econômico das diferentes localidades visitadas. Foi no Velho Continente que Arango y Parreño iniciou sua vida pública, tendo sido feito *Apoderado* (Procurador) de Havana em 1788. Na metrópole, redigiu sua obra mais conhecida: *Discurso sobre la Agricultura de la Habana y Medio de Fomentarla*. A peça composta por Arango em 1792 pode ser lida como o documento que forneceu o arcabouço teórico para que Cuba viesse a se tornar o primeiro produtor mundial de açúcar.

Dialogando com importantes pensadores da economia política, como Adam Smith, o *Discurso* de Arango aponta não só seu brilhantismo como intelectual das luzes, mas também a dimensão atlântica de seu pensamento. Exemplo disso estava na urgência em

¹²² Segundo Moreno Fragonals, Las Casas era tio do conde de O'Reilly, que estava casado com uma das filhas da família O'Farril. Tratava-se de dois dos mais importantes sobrenomes da elite açucareira de Cuba. FRAGONALS, M. Op. Cit., p. 131.

¹²³ Francisco de Arango y Parreño foi um dos intelectuais de maior destaque na história de Cuba. Sua articulação com a elite sacarocrata, o bom trânsito desfrutado em meio às autoridades metropolitanas e a competência de sua argumentação fizeram com que sua trajetória e suas obras fossem objetos de análise de diferentes estudiosos, principalmente os especializados em história intelectual e história da escravidão em Cuba. Sobre Arango y Parreño ver: TOMICH, Dale. "A riqueza do Império: Francisco de Arango Y Parreño, Economia política e a segunda escravidão em Cuba". In.: *Revista de História*, 149, 2º, 2003, pp. 1-33.

que tal documento foi produzido. Embora parte de suas análises já estivesse pronta graças aos estudos e viagens realizados anteriormente, assim que soube da rebelião dos escravos da colônia de Saint-Domingue (1791), Arango y Parreño correu para finalizar seu *Discurso* e entregá-lo ao rei Carlos IV antes que ele decidisse sobre a prorrogação ou não da liberação do tráfico de escravos assinada em 1789. Como já pontuado, antes da Revolução liderada pelos escravos, Saint-Domingue era a colônia mais lucrativa de toda América, sendo responsável pela produção de 30% do açúcar e 50% do café que circulavam no mundo¹²⁴.

Mais do que assinalar as possíveis vantagens que a lacuna gerada pela revolução escrava trariam para a economia de Cuba (uma política econômica que viabilizasse o fomento agrícola na ilha), Arango apontou os meios para sua implementação. Lembrando as vantagens minerais do solo cubano, ele advogou que a agricultura era a única fonte de riqueza confiável, sobretudo se ela fosse trabalhada por braços escravos¹²⁵.

Boa parte dos argumentos de Arango Y Parreño foi colocada em prática pelo Capitão General, que compartilhava com o *hacendado* cubano a crença na potencialidade do sistema escravista de *plantation*. Não foi à toa que durante os três primeiros anos de seu governo, a impressionante cifra de quinze mil africanos escravizados havia desembarcado na ilha. Desde 1789, a Coroa espanhola havia abraçado a demanda da oligarquia cubana na sua plataforma política, abrindo mão dos tributos ganhos com o sistema de *asiento* em nome dos futuros lucros que o trabalho escravo traria para Cuba e, conseqüentemente, para a Espanha¹²⁶. Os comerciantes cubanos viram nessa liberação uma boa oportunidade para lucrar. Em 1792, foi criada a *Compañía de Consignaciones de Negros*, sediada em Havana. O intuito dos doze sócios fundadores era incrementar o tráfico por meio da maior participação dos cubanos no comércio; conforme assinalou Tornero Tinajero, estava criada a primeira instituição com fins comerciais puramente escravistas.

No entanto, o crescimento da parcela escrava da população não poderia representar uma maior apropriação do espaço urbano por parte dos escravos, e cabia ao Capitão General

¹²⁴ WILLIAMS, Eric. *From Columbus to Castro. The History of the Caribbean 1492-1959*. New York, Vintage Books, 1970, pp. 237-249; DUBOIS, Laurent. *Avengers of the New World. The story of the Haitian Revolution*. Cambridge/London, The Belknap Press of Harvard University Press, 2004.

¹²⁵ Idem, pp.7-9.

¹²⁶ Cf. TORNERO TINAJERO, P. Op. Cit., pp. 44-46.

impedir isso. Em primeiro lugar, porque tal movimentação não condizia com o modelo urbano defendido por Las Casas. Segundo, porque abrir espaço para esse tipo de manifestação da população negra de Cuba (fosse escrava e/ou liberta) poderia ter consequências desastrosas, como o terror que vinha assolando a ilha vizinha¹²⁷.

O censo populacional também publicado em 1792 corroborava o maior cuidado que o Capitão General deveria dispensar com a população negra e mestiça de Havana: pela primeira vez na história de Cuba, o percentual de habitantes brancos era menor do que a dita “população de cor”¹²⁸. Tal levantamento revelava as mudanças que a sociedade cubana estava passando diante da liberação do tráfico transatlântico e do investimento na produção açucareira. Em 1774, Cuba possuía 171.620 habitantes, dos quais pouco mais de 75.000 moravam em Havana. Dezoito anos depois, a população cubana havia sofrido um significativo aumento: em 1792, foram contabilizadas 272.300 almas¹²⁹. Importante frisar que o mesmo censo que aponta o crescimento geral da ilha indica que a população de Havana havia diminuído, contando com pouco mais de 50 mil moradores. Outros documentos produzidos pelo governo de Las Casas apontam que essa diminuição populacional possivelmente resultou da mudança dos critérios utilizados na elaboração dos censos de 1774 e 1792. Ainda que questione os processos de contagem da população, a literatura sobre o tema não elucidou este problema¹³⁰. No entanto, é possível tirar uma conclusão por meio da comparação dos dois censos: o expressivo aumento populacional de Cuba não ficou circunscrito à sua capital. Se os número do censo de Las Casas estiverem corretos, em menos de duas décadas, a população de Havana, que antes representava 43% do total de Cuba, passou a contabilizar 18% dos habitantes da ilha.

¹²⁷ Idem, pp. 54-55.

¹²⁸ Cf. VENEGAS FORNIAS, Carlos. *Cuba y sus pueblos. Censos y mapas de los siglos XVIII y XIX*. La Habana, Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana Juan Marinello, 2002, p. 47. GONZÁLEZ-RIPOLL NAVARRO, M.D. Op. Cit., 1999, p. 84.

¹²⁹ KNIGHT, F. Origins of Wealth and the Sugar Revolution in Cuba, 1750-1850. In.: *Hispanic American Historical Review*, vol. 57, nº, 2, pp. 231-253.

¹³⁰ As questões relativas à produção dos censos populacionais de Cuba, e sua confiabilidade, foram trabalhados por importantes autores como VENEGAS FORNIAS, C. Op. Cit. 2002.

TABELA 5 - CENSO POPULACIONAL DE HAVANA EM 1792

	Livres			Escravos	
	Brancos	Mulatos	Negros	Mulatos	Negros
Homens	12274	2481	1944	251	6864
Mulheres	11263	2911	2464	231	10624
Total Parcial	23537	5392	4408	482	17488
	33.337			17.970	
Total	51.307				

In.: SAGRA, R. Op. Cit., p.4

Apesar da diminuição do número de cativos registrada no censo de 1792, o percentual permaneceu o mesmo se comparado com o ano de 1774 (ver tabela 2). Aproximadamente 35% da população de Havana era escrava. Em certa medida, a nova composição populacional da cidade era mais um indício das transformações causadas pelo sistema de *plantation*. Isso fica ainda mais evidente diante do significativo aumento do tráfico transatlântico durante o governo de Las Casas. Era Havana que, aos poucos, perdia sua primazia em relação ao campo, embora se mantivesse escravista¹³¹.

A fim de controlar melhor a capital de Cuba, em 1794, o Capitão General fez um mapeamento de Havana. É justamente este documento que permite o questionamento dos dados revelados pelo censo de 1792. Isso porque o mapa abaixo demonstra que o crescimento extramuros iniciado em meados do século XVIII se mantinha. Os partidos de *Jesus María* e *San Lázaro* (indicados, no mapa, pelas setas azuis) estavam se transformando em localidades populosas, processo que fica ainda mais nítido quando se compara a ocupação dessa região com a que fora apontada pelo mapa de 1776 (capítulo 1).

¹³¹ Outro aspecto que demonstra que a cidade de Havana já não possuía a mesma importância de anos atrás era o crescimento significativo da destruição das florestas destinadas ao Real Arsenal. As disputas iniciadas em meados do século XVIII pela nascente elite sacarocrata e pelas autoridades espanholas na ilha acirrou-se na década de 1790 e nos anos posteriores. A cana precisava de espaço para ser cultivada, e seus produtores estavam dispostos a pagar o preço que isso custasse. Nos muitos debates gerados durante seu mandato, Luis de Las Casas preferiu abster-se, pois estava comprometido com os dois lados da disputa. Cf. FUNES MONZOTE, R. Op. Cit., pp. 39-82.

MAPA 13 - PLANO DE HAVANA EM 1794

(AGI, Ultramar, Plano de la Habana 1749). Nesse plano feito a mando de Las Casas é possível perceber a significativa ocupação da parte extramuros da cidade de Havana; ocupação essa que o Capitão General tentou organizar e administrar a partir dos princípios ilustrados que nortearam sua administração.

Além de controlar o crescimento do perímetro urbano da capital de Cuba, Las Casas manteve a política de criar aparelhos estatais para administrar e fomentar a opção econômica feita anos antes pela elite cubana e legitimada pelo poder metropolitano. Afiançado pelo monarca espanhol, sob o prisma da ilustração e antes mesmo de tentar organizar Havana, Las Casas apontou a urgência na melhoria da comunicação entre o governo e a sociedade, criando assim *El Papel Periódico de La Habana* em outubro de 1790 - jornal semanal, cujo objetivo era servir à cidade trazendo notícias tanto de cunho econômico como cultural¹³². No mesmo ano da publicação do censo, Las Casas ocupou o novo palácio dos governadores e Capitães Gerais, cuja construção havia sido iniciada no governo do Marquês de La Torres. Em 1794, ele fundou o *Real Consulado de Agricultura e Comercio*, com a finalidade de agilizar a administração e justiça nos pleitos mercantis e na proteção econômica da ilha¹³³. Em certa medida, tal órgão vinha

¹³² MARRERO, Levi. Op. Cit., p. 16.

¹³³ Cf. MARRERO. Op. Cit., p. 21. Segundo Carlos Venegas, o Real Consulado tinha 3 sessões, sendo a Junta de Fomento a mais importante. Tal sessão estava facultada a abrir caminhos, aumentar a população nos campos e evitar o crescimento das cidades grandes, melhorar as docas, fomentar a educação, abrir canais de navegação e irrigação, tarefas que compartilhava com a Real Sociedade Patriótica. Cf.

complementar as funções da *Sociedade Economica de Amigos Del Pais de Havana* (fundada em janeiro de 1793, dentro do Palácio do Capitão General), cujo objetivo era incrementar a agricultura e a indústria em nome do amor ao solo pátrio¹³⁴. Sob o mando de Las Casas, Havana tornava-se então um importante *locus* do poder que fomentava e administrava o projeto escravista, e como tal, precisava lidar com as mudanças na sua própria dinâmica escravista.

A rebelião dos escravos de Saint-Domingue iniciada em 1791, lembrava a todo o instante o perigo eminente do aumento desgovernado de cativos em Cuba. Como autoridade máxima da ilha, Las Casas foi o responsável pelo envio de muitas tropas cubanas à colônia francesa, ao mesmo tempo em que se viu obrigado a decidir pela entrada (ou não) de cativos que acompanhavam os senhores fugidos de Saint-Domingue¹³⁵. Contudo, se nos primeiros anos Las Casas enviou diversos soldados para ajudar as forças francesas, chegando inclusive a empregar alguns dos escravos que haviam sido trazidos pelos colonos franceses, a radicalização do movimento e a disseminação dos ideais subversivos começaram a preocupar o Capitão General.

Em 24 de agosto de 1795, por exemplo, o Capitão General repassou para o Rei as informações recebidas de um navio negreiro naquele mesmo dia. Segundo a tripulação, os *Palanques* de Jamaica estavam aumentando expressivamente graças à fuga dos escravos da localidade e daqueles oriundos de Saint-Domingue. O número era tal, que nem mesmo as forças militares britânicas (que contava com mais de quatrocentos cavalos) conseguiram desmembrar os *palanques*: no último embate, vinte e oito homens do exército inglês haviam morrido sem que isso representasse vitória das forças estatais¹³⁶.

VENEGAS. Op. Cit., p.48. Para que a existência da instituição estivesse garantida, suas despesas eram pagas por meio da *avería*, imposto de 0,5% cobrado sobre o valor de todos os gêneros e efeitos comerciais que saíssem ou entrassem por mar em todos os portos da ilha. Cf.: MARRERO. Op. Cit., p. 25. VENEGAS. Op. Cit., p. 48.

¹³⁴ Sobre *Sociedade Economica de Amigos Del Pais* em Cuba Ver: ALAVREZ CUARTER, I. Las Sociedades Económicas de Amigos Del Pais en Cuba (1787-1832): una aportación al pensamiento ilustrado. In: NARANJO OROVIO, C. MALLO GUTIÉRREZ, T. *Cuba la perla de las Antillas. Actas de las I Jornadas sobre "Cuba y su Historia"*. Madrid, Dice Calles, 1994, pp. 35-46. Cf. VENEGAS. Op. Cit., p. 48. Importante destacar que a primeira *Sociedad Economica de Amigos Del Pais* fundada em Cuba foi na cidade de Santiago, no ano de 1787. Ver: MARRERO, Op. Cit., p.17.

¹³⁵ Cf.: AGS, SGU, Legajo 7159 nº 36. *Negros prisioneiros de Bahija*, 1794. AGI. Estado, Legajo 5A, nº 24. *Gobernador Habana sobre que suspenda la remission de negros*, 1796. AGI. Estado. Legajo 5B, nº 132. *Gobernador Habana sobre negros auxiliares de Sto. Domingo*, 1794.

¹³⁶ Segundo as informações obtidas por Las Casas, os escravos que compunham os Palanques haviam chegado ao ponto de solicitar que o governo britânico lhes desse o território que estavam ocupando. AGI, Estado. Legajo 5ª, nº 12. *Gobernador Habana sobre negros del Palenque de Jamayca*, 1795.

O perigo não morava apenas ao lado. Um mês depois do ofício remetido a Carlos IV, os feitos da revolução de Saint-Domingue ecoavam em Havana¹³⁷. Segundo o próprio Joseph Maria, escravo de Dona Maria Candelária Aldama, fora o ódio aos brancos que o levava a matar três crianças e um homem e ferir mais seis meninos que estudavam na escola mantida por Dona Maria Monteiro dentro das muralhas da cidade¹³⁸. Segundo testemunhos, dias antes o escravo havia entrado em contato com cativos oriundos de Saint-Domingue que pregavam a vingança contra os senhores pelas ruas da capital cubana. No entanto, após uma rápida averiguação – cuja intencionalidade não pode ser atestada –, os assassinatos em questão foram atribuídos à loucura que acometera o escravo naquele dia. Em tese, aquela havia sido uma ação isolada e, por hora, os habitantes de Havana poderiam respirar tranquilos.

É possível que as autoridades, a mando de Las Casas, tenham diminuído a relevância do caso dos assassinatos cometidos por Joseph Maria para não causar grandes alardes na população branca de Havana, já receosa com os acontecimentos em outras ilhas caribenhas. No entanto, a hipótese de loucura não pode ser descartada em meio à violência que marcava o cotidiano escravista na cidade. Insanidade parecia a melhor palavra encontrada nos autos para definir o comportamento de outra escrava, Marta Muñoz. Ainda que a atitude pudesse ser lida como uma tentativa de resistência ao cativeiro, Marta em questão assustou os médicos e funcionários do *Hospital Real San Ambrósio* ao confessar que havia matado seu próprio filho por não querer que ele padecesse no cativeiro¹³⁹.

Menos preocupante que os assassinatos cometidos pelo escravo Joseph Maria e menos chocante que o crime da cativa Marta Muñoz foram os delitos feitos sob a tutela real, ainda em 1795. No primeiro caso, Bruno Jose, escravo do rei, foi acusado de ter roubado seis candelabros de prata e algumas imagens religiosas da capela do *Real*

¹³⁷ As repercussões que a Revolução do Haiti teve em Cuba é um tema que há muito tem suscitado importantes pesquisas. Ver: GONZÁLES-RIPOLL, NARANJO, FERRER, GARCÍA, OPATRNÝ. *El Rumor de Haití en Cuba: Temor, raza y rebeldía, 1789-1844*. Madrid, CSIC, 2004. Destacam-se os trabalhos de Ada Ferrer: FERRER, Ada. *Speaking of Haiti: Slavery, Revolution, and Freedom in Cuba Slave Trade Testimony*. In: GEGGUS, D. FIERING, N. *The Worl of the Haitian Revolution*. Bloomington, Indiana University Press, 2009, pp.223-2456. FERRER, Ada. *Cuba in the age of Haitian Revolution*. In: LIRINI, BASOSI (orgs.). *Cuba in the World, the World in Cuba. Essays on Cuba History, Politics and Culture*. Firenze, Firenze University Press, 2009, pp.23-38.

¹³⁸ AGS, SGU. Legajo 6854, nº57. *Sublevacion de negros en la Habana, 1795*.

¹³⁹ ANC, Intendencia, Legajo 863, nº 5, 1795. Infelizmente as péssimas condições físicas do documento impedem examinar quais teriam sido as possíveis razões para o infanticídio.

*Palenque*¹⁴⁰. Embora o escravo tenha sido detido, as autoridades não conseguiram apreender os objetos roubados, muito menos prender os receptores de Bruno Jose.

O segundo caso exigiu mais trabalho das autoridades, pois envolvia um escravo real e outro pertencente a um particular. Segundo os depoimentos recolhidos, tanto o escravo Joseph Macedonio (cativo de Don Miguel Valiente) quanto Domingo Carabali trabalhavam na *Real Factoria de Tabaco*¹⁴¹. Depois de uma discussão, Joseph teria quebrado a perna de Domingo com uma ferramenta. A violência fora tamanha que Domingo não aguentou os ferimentos e morreu ao chegar ao *Hospital San Ambrosio*. É admissível pensar que se o crime tivesse sido cometido por escravos reais, as autoridades não tivessem se empenhado tanto em apurar os fatos. Mas o rei espanhol havia sido lesado com a perda de um escravo e alguém devia pagar por isso. Depois de ouvir diversos testemunhos, ficou decidido que a banalidade das razões que levaram Joseph Macedonio a ferir mortalmente seu colega (ainda que ele não tivesse intenção de matá-lo) seria transferida para seu representante legal. Miguel Valiente não só ficaria sem seu cativo (detido por assassinato), como deveria comprar um novo escravo para Carlos IV¹⁴².

A movimentação sediciosa de cativos pertencentes a diferentes localidades do Caribe e os diversos crimes cometidos por e contra os escravos de Havana poderiam ter sido razões suficientes para interromper ou diminuir o tráfico de africanos escravizados, que sofreu uma significativa queda entre 1793 e 1795¹⁴³, sobretudo quando comparado ao triênio anterior. Todavia, ainda que possam ter assustado futuros proprietários, as motivações para a diminuição da entrada de africanos escravizados na ilha estavam além das ações escravas. O que se observa a partir de 1793 é que a guerra travada entre espanhóis e franceses nas águas caribenhas dificultara a atuação dos traficantes. Os embates travados no Novo Mundo e a dimensão que a Revolução Francesa ganhava em solo europeu atingiram o comércio marítimo de Cuba, dificultado, assim, o contato com a Metrópole.

Em uma atitude ousada, muito representativa de sua postura política, Las Casas e o Intendente Pablo Valiente assumiram a responsabilidade de abrir o comércio de Cuba

¹⁴⁰ ANC, Intendencia, Legajo 842, nº6, 1795.

¹⁴¹ ANC, Intendencia, Legajo 938, nº 69, 1795.

¹⁴² Idem.

¹⁴³ De acordo com o banco de dados *Voyages. The Trans-Atlantic Slave Trade Database* entre os anos de 1790 e 1792, 16.013 africanos escravizados desembarcaram em Cuba. Esse número passou para 10.043 no triênio seguinte. <http://www.slavevoyages.org>

para outras possessões americanas (principalmente os Estados Unidos) a fim de garantir a exportação do açúcar local, cotado a preços altíssimos devido às transformações na economia mundial¹⁴⁴. A exportação do açúcar foi mantida e, ainda que num volume menor do que o desejado, milhares de africanos escravizados continuaram a desembarcar nos portos cubanos.

Os últimos anos do governo de Las Casas foram muito representativos no tocante às transformações que Havana passou graças à política escravista adotada pela elite *criolla* e pelas autoridades peninsulares. Por um lado, o aumento do tráfico e, conseqüentemente, do segmento escravo na ilha em meio à Revolução de Saint-Domingue fez com que a necessidade dos cativos fosse proporcional ao medo criado sobre a população negra de Cuba. Pouco antes de deixar o posto de Capitão General, o próprio Las Casas publicou outro *bando de gobierno* em que proibia a entrada de africanos escravizados que já tivessem trabalhado em outras partes do Caribe e decretava a expulsão de todos os cativos oriundos de Saint-Domingue¹⁴⁵.

Por outro, é fundamental destacar que os mesmos eventos e apostas que fizeram com cidade fosse, pouco a pouco, restringindo a diversidade de sua economia em detrimento da produção e exportação do açúcar, lembravam em diversas ocasiões parte das atribuições urbanas da capital cubana, sobretudo seu porto estrategicamente localizado. Durante os anos subsequentes à Revolução haitiana, Havana se manteve como um importante entreposto para as transações militares e comerciais realizadas por espanhóis, franceses e estadunidenses. Tal posição reaqueceu as atividades comerciais da cidade, que não se limitavam à negociação das sacas de açúcar e café. Como bem apontado pelo naturalista alemão Alexander Humboldt,

[...]el puerto de la Habana, desde el trastorno de Santo-Domingo, ha subido á la clase de las plazas de primer órden del mundo do comerciante. Una concurrencia feliz de circunstancias políticas, la moderación de los empleados del gobierno, la conducta de los habitantes, que son agudos, prudentes y muy ocupados de sus intereses, han conservado á la Habana el goze continuado de la libertad de cambios con el extranjero¹⁴⁶.

¹⁴⁴ MARRERO, Op. Cit., pp. 26-27. KEUTHE, A. Op. Cit., pp. 133-138.

¹⁴⁵ Ao tratar do *Bando de Gobierno* de 1796, Tornero Tinajero destacou o “*miedo al negro*” que passou a assolar parte da população cubana após o acirramento da insurreição em Saint-Domingue. Tal questão já havia sido pontuada por Arango y Parreño quatro anos antes, quando um dos mentores do projeto de *plantation* assinalou o perigo que o empoderamento das milícias de pardos e negros poderia representar para Cuba frente o exemplo da colônia francesa. Cf. TORNERO TINAJERO, P. OP. Cit., p. 56.

¹⁴⁶ HUMBOLDT, A. *Ensayo Político sobre la Isla de Cuba*. (tradução de D.J. de V.Y.M). Paris: Librería de Lecointe, 1836, p.6.

Parte do “*gozo continuado de la libertad de cambios con el extranjero*” em pleno domínio espanhol era resultado do governo de Las Casas. Reforçando o que vem sendo dito, diversos autores assinalam que sua administração estimulou significativamente a liberalização comercial (iniciada em 1765 no governo do Conde de Riela), que só seria legalmente formalizada em 1818¹⁴⁷. Os demais Capitães Gerais que o sucederam tinham ordens reais para evitar a quebra do monopólio comercial com a Coroa Espanhola. Contudo, os inúmeros eventos que marcaram a passagem do século XVIII para o século XIX inviabilizaram tal medida. A guerra que Espanha e França travaram contra a Grã Bretanha entre 1796 e 1802 promoveu novamente o comércio e as atividades marítimas de Havana, que continuava recebendo números cada vez maiores de africanos escravizados. Os ganhos foram tamanhos, que o então Capitão General de Cuba, Conde de Santa Clara, vez vista grossa para a *Real Cédula* de 20 de abril de 1799 e manteve o livre comércio com nações neutras. Por mais contraditório que possa parecer, tal medida foi bem recebida pela Coroa, que, em janeiro de 1801, autorizou a manutenção temporária de tal comércio¹⁴⁸.

A intensificação da produção açucareira, somada às atividades comerciais, fizeram com que Havana se transformasse, no início do século XIX, na terceira maior cidade do Império Espanhol, menor apenas que a Cidade do México e Lima. Contudo, a importante posição desfrutada por Havana dentro das possessões de Carlos IV não condizia, aos olhos do naturalista alemão Alexander Humboldt, com o aparelho urbano da capital cubana. Baseado em observação feita em 1800, Humboldt afirmou que,

La ciudad de Habana, rodeada de murallas, forma un promontorio que tiene por limite, hácia el sur el arsenal, y hácia el norte, el fortín de la Punta. Mas allá de los restos de algunos buques echados á fondo y del encalladero de la luz, no hay mas que de ocho á diez, ó por mejor decir de cinco á seis brazas de agua. Los castillos de Santo-Domingo, de Aturés y de San-Carlos del Príncipe, defienden la ciudad por el lado del poniente, y distan del muro interior por la parte de tierra, el uno 660, y el otro 1240 toesas. El terreno intermediario lo ocupan los arrabales de Horcon, de Jesús-Maria, de Gadalupe y Señor de la Salud, que cada año van estrechando mas el Campo de Marte. Los grandes edificios de la Habana, á saber la catedral, la Casa del Gobierno, la del comandante, de la marina, el arsenal, la casa de correo y la fabrica de tabacos, son menos notables por su hermosura, que por lo sólido de su construcción. Las calles son estrechas en lo general, y las mas aun no estan empedradas. (...) Durante mi mansión en la América española, pocas ciudades de ella presentaban

¹⁴⁷ Cf. GUERRA Y SANCHEZ, Op. Cit. MARRERO, Op. Cit. VENEGAS, Op.Cit. PIQUEIRAS, Op. Cit.

¹⁴⁸ MARRERO, Op. Cit., p. 27.

un aspecto mas asqueroso que la Habana, por falta de una buena policía; porque se andaba en barro hasta la rodilla; y la muchedumbre de calesas ó volantas que son carruajes características de la Habana; los carros cargados de cajas de azúcar, y los conductores que daban condazos á los transeúntes, hacian enfadosa y humillante la situación de los de á pie. El olor de la carne salada, ó del tasajo apestaba muchas veces las casas y aun las calles poco ventiladas¹⁴⁹.

Ainda que reconhecesse o aparato militar que garantia a segurança da cidade, Humboldt não tinha dúvidas quanto ao fracasso do projeto ilustrado para Havana iniciado pelo Marquês de la Torre e ampliado por Luis de las Casas. O crescimento desordenado da população para a porção extramuros da cidade (que estreitavam o Campo de Marte), as moradias que continuavam sendo construídas com *guano* e as poucas embarcações nos estaleiros do *Real Arsenal* foram identificadas como parte da ineficiência da política iluminista na organização do espaço urbano. O naturalista reclamava ainda do odor fétido, das ruas mal ventiladas e barrentas, das multidões de carruagens e da falta de polícia na capital cubana.

O olhar crítico do viajante, que pouco reconhecia os esforços feitos pelas autoridades hispânicas na tentativa de transformar Havana numa cidade digna do lugar que ocupava no império espanhol, foi perspicaz ao identificar a pujança da vivência escrava na urbe. Havana não era apenas a cidade em que estavam alocadas as principais instituições de fomento à escravidão, mas também um *locus* de poder cujos dirigentes estavam dispostos a pagar o que fosse necessário pela defesa do escravismo, inclusive, por uma “*mano de obra [...] tan cara que un negro bozal, recientemente importado del Africa, gana con solo el trabajo de sus manos, sin haber aprendido oficio alguno, de 4 á 5 reales de plata diários. Los negros que ejercen un oficio mecanico, por tosco que sea, ganan de 5 á 6 reales*”¹⁵⁰. Mal sabiam eles que, por vezes, o preço cobrado seria ainda mais alto.

Disseminação da escravidão em Havana

Manuel Jose intrigara as autoridades do *Real Arsenal*. No dia seguinte ao natalício de 1800, ele apareceu com a região da boca sangrando muito. Ao ser interrogado se o ferimento era consequência de alguma briga, ele nada contestou, e como o sangue não

¹⁴⁹ HUMBOLDT, A. Op. Cit., p. 11.

¹⁵⁰ Idem, p.242.

parava de escorrer, foi encaminhado ao *Real Hospital de San Ambrosio*. Os demais escravos do *Real Arsenal* tampouco sabiam explicar o porquê do ferimento, pois nenhum confronto havia ocorrido naquele dia, nem na véspera¹⁵¹.

No hospital, a situação foi sendo elucidada. Depois de voltar a si, pois a perda de sangue havia lhe roubado os sentidos, Manuel Jose confessou que o autor do ferimento havia sido ele próprio. Num arroubo de desespero, o escravo havia tentado se matar usando uma faca. É possível que a compaixão cristã característica desse período do ano tenha comovido os funcionários do Hospital, que na manhã seguinte narraram o desespero do escravo para os responsáveis da *Casa Blanca* (local em que Manoel trabalhava). Com a mesma rapidez, as autoridades iniciaram uma investigação para apurar os fatos.

A radicalidade da ação do escravo foi uma espécie de resposta derradeira aos maus tratos que o Manoel José dizia receber de Fernando Sanches, o capataz de *Casa Blanca*. Segundo o cativo, ele estava

tan perseguido y acosado de los malos tratamientos que de mucho tempo a esta parte le ha inferido el referido Francisco Sanchez al considerar que su mal no tenia remedio por ser un pobre infeliz, y que no podía otro modo de escaparse a sus tiranías¹⁵².

Ao ser interrogado, Sanchez contestou afirmando que a forma mais severa no trato com Manoel José era decorrente das inúmeras bebedeiras do escravo, que muitas vezes dormia durante o trabalho. E que, como responsável pelos cativos de Casa Blanca, ele deveria dar o exemplo¹⁵³.

O final dessa história não foi revelado pela documentação coletada, mas a radicalidade da ação de Manoel José e a confirmação justificada de Sanchez levam a crer que as atividades executadas e o tratamento dado aos escravos de Havana estavam longe de ser suaves. A crescente demanda por cativos gerada pelo escoamento da produção açucareira e pelo incremento das atividades comerciais de Havana acabou consumindo parte importante do segmento escravo da ilha, que executava as mais variadas atividades, muitas vezes a altos custos. Conforme a indignação de Humboldt, mesmo que recém-chegados, mal treinados e excessivamente caros, os cativos estavam por

¹⁵¹ ANC. Intendencia, legajo 803, nº 1, 1800.

¹⁵² Idem.

¹⁵³ Ibidem.

todos os lados, atuando nas diferentes dimensões urbanas da capital cubana, como bem atestam os dados retirados dos anúncios de jornais de Havana:

TABELA 6 - ATIVIDADES EXERCIDAS PELAS ESCRAVAS DE HAVANA SEGUNDO OS ANÚNCIOS DE JORNAL (1791-1815)

Origem das escravas	Serviços Domésticos Gerais	Lavadeira	Cozinheira	Costureira	Lavar + Costurar	Lavar + Cozinhar	Enfermeira	Doceira	Vendendor	Jornaleira	Cuidar de Crianças	Lavar+Cozinha+ Costurar	Jornaleira + Casa	s/r		Total
arara					1									1		2
carabali	2	1			1	1			2	2		3	1	3		16
carabali brícamo		2														2
caribe					2							3				5
china	2	2			1	3						3		4		15
congo		3				7	1				2			5		18
congo real	1															1
criolla		1		11	2	4		1			2	7		8		36
européia		1		2		2				1		1		1		8
gangá			1			1			1					3		6
lucumí	1		1			2			1		1	1		1		8
macuá		1				2										3
mandinga	3	3	1			2					1		1	1		12
mina						5	2		1			1		4		13
mina fanti	1															1
mulata	2	2		5	2	2	2					4		7		26
sem referência	5	7	2	4	4	14	9	2	3		8	14	3	41		116
Total	17	23	5	22	9	48	15	3	8	3	14	37	5	79		288

Fonte: NÚÑES JIMÉNEZ, Antonio. *Los Esclavos Negros*. La Habana, Fundación de la Naturaleza y el Hombre, 1998.

TABELA 7 - ATIVIDADES EXERCIDAS PELOS ESCRAVOS DE HAVANA SEGUNDO OS ANÚNCIOS DE JORNAL (1791-1815)

Origem dos escravos	Jornaleiro	Talabreiro	Carretilheiro	Albanil	Machete	Herrero	Vendedor	Sapateiro	Alfaiate	Caleseiro	Cozinheiro	Chocolateiro	Tabaqueiro	Panadero	Alambiquero	Cabelereiro	Carpinteiro	Cateria	Calafate	Palillero	aserrador	tonoero	Velero	Barbero	s/r		TOTAL
boçal	3												1												8		12
carabali	2		3					1		3															3		12
carabali susuam										1																	1
caribe									1	2				1			1								6		11
congo	3			1	1		1			2			1				1				2		4		5		21
crioulo				1				7	2	2	2		1	1			2								12		30
chino								3		10			1												2		16
européu																4									2		6
gangá										1															2		3
ibo																									1		1
lucumí	1										1																2
mandinga	3		1		1	1				4			1					1							5		17
mandinga fula					1																						1
mina	1											2													2		5
mina popó			1																								1
mozambique																									1		1
mulato	1			1		1		6	3	11	3		2			1	1		1		1				9		41
s/r	27	1	10	7	1	5	2	6	6	43	13	9	10	9	1	7	2	11		4	7	2	4	22	37		246
TOTAL	41	1	15	10	4	7	3	24	11	79	19	11	17	11	1	12	7	12	1	4	10	2	8	22	94		426

Fonte: NÚÑES JIMÉNEZ, Antonio. *Los Esclavos Negros*. La Habana, Fundación de la Naturaleza y el Hombre, 1998.

A grande variedade de serviços executados pelos escravos não era uma novidade na capital cubana. Os trabalhos que analisaram a dinâmica da cidade nos séculos XVI a XVIII apontam isso³⁸⁶. No entanto, o levantamento feito nos anúncios publicados no *Papel Periódico de la Havana* entre os anos de 1790 e 1815³⁸⁷ permite examinar três aspectos importantes da escravidão na Havana de então: a origem de parte dos cativos alocados nos serviços citadinos; o detalhamento das atividades executadas – que, por sua vez, permite aventar possíveis relações entre a origem desses escravos e os trabalhos realizados por eles em Havana; e a maior oferta de escravos urbanos quando comparada aos anos anteriores.

Dentre os 714 anúncios examinados para o período de 1790-1815, um pouco menos da metade, 352, revela a procedência dos cativos. Embora não seja possível tirar conclusões generalizantes, é interessante notar que, de acordo com os anúncios que indicam a origem dos escravos, os africanos compunham 45% dos ofertados, seguidos pelos cativos nascidos no continente americano (fossem eles crioulos, mulatos ou oriundos de outras regiões da América), que contabilizavam 42% do total. Os *chinos* (filhos de negros com mulatos)³⁸⁸ representavam 9% dos escravos urbanos que tiveram sua origem especificada, mas foram contabilizados junto com os crioulos; e os cativos nascidos em outras colônias europeias, 4%.

Quando a análise da procedência é feita correlata ao gênero dos cativos, dois aspectos podem ser ressaltados. O primeiro é a significativa superioridade numérica do anúncio de homens, sugerindo que a composição escrava em Havana seguia o restante de Cuba: o desequilíbrio na razão de gênero³⁸⁹. Em segundo lugar, em relação às mulheres, é

³⁸⁶ Os trabalhos já citados de Alejandro de la Fuente são os estudos mais recentes que analisaram a importância da escravidão para o funcionamento de Havana entre os séculos XVI e XVII.

³⁸⁷ Os dados utilizados nessa pesquisa foram coletados, compilados e publicados num livro organizado pelo historiador cubano Antonio Núñez Jiménez. Pouco utilizado pela historiografia, o material que compõe *Los Esclavos Negros* tem uma rica quantidade de informações sobre a dinâmica escravista de Havana registrada nos principais jornais da cidade entre os anos de 1790 e 1886, que será parcialmente utilizada ao longo deste trabalho. Cf. NÚÑEZ JIMÉNEZ, A. Op. Cit.

³⁸⁸ O termo *chino* tem dois significados dentro da dinâmica escravista de Cuba. De acordo com Pezuela, até o ano de 1847, *chino* era a palavra que designava os filhos de mulatas com negros de Cuba. A partir de 1847, *chino* passa a designar os chineses (e seus descendentes) que passam a ser importados, como escravos, para a ilha. Cf. PEZUELA, J. *Diccionario Geográfico, Estadístico, Histórico de la Isla de Cuba. Tomo II*. Madrid, Imprenta del Banco Industrial y Mercantil, 1866, p. 233.

³⁸⁹ Em sua análise sobre a dinâmica do tráfico de africanos escravizados para Cuba, Pablo Tornero Tinajero apontou que, desde os primeiros anos do século XIX, o baixo número de mulheres comercializadas nos portos cubanos preocupava parte das autoridades que, frente às pressões inglesas para a abolição do tráfico a partir de 1807, entendiam que deveria haver um investimento interno na perpetuação do escravismo. O mesmo autor lança a possibilidade dessa baixa entrada de mulheres nos portos cubanos ter sido fomentada pelos próprios traficantes, a fim de manter a dependência dos proprietários da ilha. TORNERO TINAJERO, P. Op. Cit., pp. 57-59. No entanto, estudos mais recentes

interessante observar que, enquanto havia uma preponderância de africanas em relação às aquelas nascidas na América (fossem negras crioulas, mulatas ou nascidas em outras localidades do Novo Mundo), o inverso ocorreu com homens escravos: 46% deles eram de origem americana e 42% eram oriundos de diferentes localidades da África.

GRÁFICO 2 - ORIGEM DOS ESCRAVOS DE HAVANA (SEGUNDO ANÚNCIOS DE 1790-1815)

Fonte: NÚÑES, JIMÉNEZ, A. Op. Cit.

No entanto, a quase paridade do percentual de africanos e crioulos apresentado pelos anúncios do *Papel Periodico de La Habana* não confirma a amostra observada em outros estudos que analisaram o mercado de escravos de Cuba por meio do cruzamento de diferentes fontes documentais. Laird Begard, Fe Iglesias García e María del Carmen Barcia demonstraram que, durante os anos de 1790 e 1815, o percentual de escravos urbanos nascidos no Novo Mundo girou entre 30% e 35%, enquanto os africanos escravizados contabilizaram 65% a 70% do mercado de cativos da capital cubana³⁹⁰. Tal

sobre as dinâmicas que pautaram o tráfico transatlântico (sobretudo na Costa Ocidental e Centro-Ocidental da África), apontam que o baixo número de exportação de africanas escravizadas era decorrente estrutura de oferta das sociedades africanas envolvidas no comércio, que por sua vez estava pautadas na importância que o trabalho das mulheres tinha em muitos povos africanos. Cf. FLORENTINO, M. Op. Cit., pp. 70-154. LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África. Uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002. MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão - o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1986.

³⁹⁰ Cf. BERGAD, L. GARCÍA, F.I. BARCIA, M.C. *The Cuban Slave Market, 1790-1880*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995, pp. 85-94.

composição era consequência direta da entrada de mais de 120 mil³⁹¹ africanos escravizados durante os vinte e cinco anos analisados que, segundo o *The Cuban Slave Market*, teriam padronizado o total da população escrava de Cuba fosse no mundo rural, fosse no espaço citadino³⁹².

É possível que a discrepância entre os dados gerais e aqueles coletados nos anúncios do *Papel Periódico* fosse decorrente da menor importância que muitos senhores de escravos atribuíam à origem de seus cativos no momento de anunciar seus préstimos nos jornais de Havana, embora não se possa descartar a hipótese de uma pretensa preferência por escravos crioulos no espaço citadino. Todavia, o exame mais detalhado das informações contidas nesses anúncios permite ressaltar que a diversidade de procedência dos africanos escravizados na cidade seguia o padrão observado no restante da ilha.

De acordo com os anúncios tabulados, *carabalís*, *congos*, *gangás*, *lucumís*, *mandingas* e *minas* compunham o maior percentual de escravos africanos que trabalhavam em Havana. Os dados analisados por Bergard, Iglesia e Barcia apontam que as designações acima corresponderam a 90% dos africanos escravizados que entraram na ilha entre 1790 e 1880³⁹³. Grosso modo, praticamente 60% dos africanos escravizados de Havana seriam originários da África Ocidental, cerca de 35% da África Centro-Ocidental e 5% da África Oriental, reforçando assim certo padrão de procedência dos cativos na ilha.

³⁹¹ De acordo com as estimativas feitas por Humboldt com base nos registros da aduana, entre 1790 e 1815 mais de 137 mil escravos teriam desembarcado legalmente em Havana. O estudo de David Murray (1980) aponta uma cifra ainda maior: pouco mais de 140 mil africanos escravizados teriam desembarcado em Cuba neste período. Todavia, as análises mais recentes, baseadas nos dados coletados *pelo Slave Trade Database*, indicam a cifra de 127 mil. Cf. HUMBOLDT, A. Op. Cit., p. 143. MURRAY, D. Op. Cit., p. 18.

³⁹² Cf. BERGAD, L. GARCÍA, F.I. BARCIA, M.C. Op. Cit., pp. 38-52.

³⁹³ Segundo os dados levantados em trabalhos sobre o tráfico transatlântico em Cuba entre os anos de 1790 e 1880, 90% do total de africanos escravizados eram classificados como *carabalís* (27%), *congos* (28%), *gangás* (16%), *lucumís* (9%) e *mandingas* (9%). Cf. Idem, BERGAD, L. GARCÍA, F.I. BARCIA, M.C. Op. Cit., p. 72.

**GRÁFICO 3 - GRANDES-ÁREAS DE PROCEDÊNCIA DOS AFRICANOS
ESCRAVIZADOS EM HAVANA ANUNCIADOS NO PAPEL PERIÓDICO
(1790-1815)**

Fonte: NÚÑES JIMÉNEZ, A. Op. Cit.

Contudo, tomar apenas essas grandes áreas como origem dos cativos africanos que trabalharam na cidade inviabilizaria analisar aspectos fundamentais da escravidão na capital cubana, pois descartaria uma importante informação contida nos anúncios de jornal: a denominação dada para a ascendência do escravo. Há muito, estudos examinam quais seriam os significados das designações que acompanhavam os nomes dos africanos escravizados. Durante certo tempo, *carabalís*, *minas*, *lucumís* e *congos* foram tidos como nações africanas transportadas para Cuba por meio do tráfico transatlântico. Parte dos trabalhos que defenderam tal premissa basearam seus argumentos em estudos linguísticos: povos que falavam a mesma língua pertenceriam à mesma nação e, por isso, teriam certo padrão comportamental no Novo Mundo³⁹⁴.

Mesmo que fortemente questionados, tais estudos foram fundamentais para análises posteriores, como as desenvolvidas por Fernand Ortiz, que entendia tais designações como etnias cuja territorialidade poderia ser delimitada no continente africano³⁹⁵. Sem

³⁹⁴ Um dos primeiros trabalhos a analisar a procedência dos africanos de Cuba por meio do estudo linguístico foi Estéban Pichardo, ainda no século XIX. De acordo com seus estudos, as designações dadas aos africanos estavam vinculadas à língua falada por eles, indicando assim o pertencimento à sociedades africanas específicas. Tal análise permitiu que o autor chegasse a fazer uma espécie de inventário comportamental dos africanos (escravos e libertos) na ilha, obra em que Pichardo afirmou que os *carabalís* tinham “caráter soberbo e indômito” embora fossem bons trabalhadores, enquanto que os *congos* eram leais, ainda que preguiçosos. In: PICHARDO, Estéban. *Diccionario Provincial casi-razonado de Vozes Cubanas (Tercera Edición notablemente aumentada y corregida)*. Habana, Imprensa del Gobierno, Capital General e Real Hacienda por S.M, 1861, pp. 49-67.

³⁹⁵ ORTIZ, Fernando. Op. Cit., pp. 36-66.

dúvida alguma, a possibilidade de determinar a proveniência dos africanos que foram trabalhar como escravos em Cuba trouxe informações valiosas sobre a especificidade do escravismo na ilha. Mas essas informações foram fortemente influenciadas pelo olhar evolucionista que muitos estudiosos empregaram em seus exames. Grosso modo, até a primeira metade do século XX, a hierarquização feita dentre os grupos examinados acabou comprometendo o estudo mais abrangente das culturas africanas em Cuba³⁹⁶ - não só por desconsiderar a forte presença de etnias de outras localidades africanas, mas também por não levar em conta a experiência do cativo no Novo Mundo no processo de (re)criação dos laços de identidade desses africanos e seus descendentes³⁹⁷.

Examinar somente as macro-áreas de procedência dos africanos escravizados também encobre o estudo de dinâmicas do tráfico transatlântico para Cuba, bem como suas consequências para o espaço citadino. Conforme apontado no gráfico 2, se tomado na totalidade, a África Ocidental foi a região que mais exportou africanos para a ilha. Contudo, aqueles que foram designados como *congós* (oriundos da África Centro-Ocidental) representaram tanto o maior percentual de escravos africanos que adentraram em solo cubano³⁹⁸, como daqueles que ocuparam a rede de serviços urbanos:

³⁹⁶ No seu estudo sobre a origem dos africanos escravizados em Cuba, Oscar Grandío Moráquez faz uma interessante síntese historiográfica sobre o debate acerca das designações dadas a esses homens e mulheres assim que aportavam na ilha. Cf. GRANDÍO MORÁQUEZ, Oscar. The african Origins of Slave Arriving in Cuba, 1789-1865. In.: ELTIS, D. RICHARDSON, D. (orgs.). *Extending the frontiers: essays on the New Transatlantic Slave Trade Database*. Yale University Press. New Haven/London, 2008, pp. 176-201.

³⁹⁷ A (re)configuração das identidades africanas no Novo Mundo é um assunto debatido pelos cientistas sociais há muito tempo. Um estudo ímpar que faz uma interessante síntese dessas discussões e aponta para a necessidade de exames aprofundados sobre a experiência americana da diáspora africana é: MINTZ, S. PRICE, R. *O Nascimento da Cultura Afro-Americana: uma perspectiva antropológica*. São Paulo, ed. Pallas, 1992.

³⁹⁸ Cf. GRANDÍO MORÁQUEZ, Oscar. Op. Cit.

GRÁFICO 4 - PROCEDÊNCIAS DOS AFRICANOS ESCRAVIZADO EM HAVANA ANUNCIADOS NO PAPEL PERIÓDICO (1790-1815)

Fonte: NÚÑES, JIMÉNEZ, A. Op. Cit.

Quando cruzadas com as informações obtidas pelas análises que trabalharam com os dados do tráfico transatlântico para Cuba, bem como com os estudos feitos sobre os possíveis padrões comportamentais das nações/etnias africanas, é possível especular o porquê da presença mais significativa dos congos em Havana. Segundo Alejandro de la Fuente, desde o século XVI e, principalmente, durante o século XVII, os africanos escravizados denominados *congos* compuseram o maior percentual dos cativos de Cuba³⁹⁹. De acordo com outros estudos, isso se manteve nos dois séculos seguintes graças à dinâmica do tráfico transatlântico para a ilha. Até a abolição inglesa do tráfico em 1807, os britânicos foram os maiores responsáveis pela introdução de africanos escravizados em Cuba. Suas relações estreitas com os portos localizados ao norte de Luanda teriam facilitado as transações comerciais na região, permitindo assim o intenso comércio de africanos dessa localidade⁴⁰⁰. Após a abolição e a implementação da política de patrulha nas águas do Atlântico Norte, portos mais ao sul de Luanda teriam

³⁹⁹ DE LA FUENTE, Alejandro. “Denominaciones étnicas de los esclavos introducidos en Cuba: siglos XVI e XVII”. *Anales del Caribe* 6, 1986, pp75-96.

⁴⁰⁰ GRANDÍO MORÁGUEZ, Oscar. Op. Cit., pp. 184-185. Ainda que o tráfico de africanos escravizados para Cuba não fosse o seu objeto de análise, Jaime Rodrigues sublinhou a relevante atuação que portugueses e brasileiros no tráfico para a ilha durante as primeiras décadas do século XIX. Segundo o autor, preferência pelo tabaco comercializado pelos luso-brasileiros com os povos da África Ocidental teria viabilizado que comerciantes de origem lusitana se envolvessem no comércio de africanos escravizados para Cuba. Cf. RODRIGUES, Jaime. *De Costa a Costa. Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo, Cia. das Letras, 2005, pp. 114-116.

se transformado em importantes entrepostos de africanos escravizados que, via de regra, faziam a travessia fora da rota vigiada pelos britânicos⁴⁰¹.

Conforme apontando há pouco, a forte presença de *congós* e *gangás* lida por autores que tinham uma visível predileção pelos africanos iorubas (que durante muitos anos foram classificados como mais civilizados do que os demais) acabou criando interpretações enviesadas sobre os homens e mulheres oriundos dessas localidades⁴⁰². Justamente por isso, a pecha de submissos e preguiçosos atribuída aos africanos vindos dessas regiões pode ser questionada no mundo urbano. De acordo com os anúncios publicados, a maior parte dos escravos originários da África Centro-Ocidental executavam serviços em que a autonomia de trânsito era fundamental. Muitas mulheres eram vendedoras e lavadeiras; e os homens eram jornaleiros, cocheiros e veleiros (ver tabelas 6 e 7). É admissível aventar que eles fossem designados para tais atividades justamente por sua pretensa obediência (o que diminuiria o risco de fugas). No entanto, como será visto com mais vagar, essa possível tendência à submissão pode ser contestada por meio da análise de outras informações. Não é preciso ir muito longe: o mesmo *Papel Periodico* publicou inúmeros anúncios em que senhores procuravam seus escravos *congós* e *gangás* que haviam escapado⁴⁰³. Somado a isso, o grande número de anúncios ofertando africanos escravizados dessa procedência permite questionar a tacha⁴⁰⁴ de preguiçosos atribuída a eles: se a lassidão fosse uma característica tão marcante desses grupos, é provável que poucos proprietários quisessem adquirir-los.

Em que pese a maior da predominância de *congós* nos anúncios de Havana, salvo curtos períodos, nenhum grupo africano contabilizou mais do que 28% do total da população escravizada vinda da África⁴⁰⁵. Senegâmbia, Serra Leoa, Costa do Ouro, Baía do Benin e de Biafra e a África Oriental foram outras macro-regiões de onde saíram milhares de

⁴⁰¹ A proibição do tráfico, em 1807, teria também dificultado a exportação realizada na África Ocidental, região fortemente patrulhada pela esquadra inglesa, o que reforçaria a maior importação de africanos da região Centro-Ocidental, principalmente aqueles designados como *congós* e *mondongos*. Cf.: GRANDÍO MORÁGUEZ, Oscar. Op. Cit., pp. 191-193.

⁴⁰² Duas sínteses que examinam a hierarquização feita pela antropologia da primeira metade do século XX sobre dos grupos africanos que viveram em Cuba pode ser vista em: CASTELLANOS, J. CASTELLANOS, I. Raíces Africanas de los negros de Cuba. In: *Cultura afro-cubana*, tomo 1, Universal, Miami, 1988. GUANCHE, Jesús. Identificación de los componentes étnicos africanos en Cuba: contribución a su estudio en los siglos XIX y XX. *Revista del CELSA*, nº 7, Varsovia, 2005, pp.237-251.

⁴⁰³ Cf. NÚÑEZ JIMÉNEZ, A. Op. Cit.

⁴⁰⁴ Importante ressaltar que a palavra *tacha*, que aparece em muitos dos anúncios dos jornais cubanos, é utilizada para designar os possíveis defeitos e máculas dos escravos ofertados, como os cativos que eram beberrões ou aqueles que já haviam fugido. Em português, a palavra *tacha* também tem significados semelhantes e, por isso, ela será utilizada tanto no contexto cubano como luso-brasileiro.

⁴⁰⁵ Cf. GRANDÍO MORÁGUEZ. OP. Cit.

africanos que viriam trabalhar em solo cubano (ver mapa 8). Mesmo que incipiente, a presença de traficantes hispânicos nas ilhas de Fernando Poo e Annobon (a partir de 1788) incrementou o número de africanos escravizados da Costa da Guiné - isso sem contar as rotas comerciais mantidas por traficantes ingleses e franceses.

Em proporção um pouco menor que os congos, os *carabalís* - que eram facilmente reconhecidos por terem seus dentes cortados⁴⁰⁶ - abundavam em Havana não só devido ao intenso tráfico estabelecido pelos ingleses nas regiões próximas ao rio Calabar (até 1807), mas também por serem tidos como *bons trabalhadores*⁴⁰⁷. É interessante notar que mesmo classificados como indolentes⁴⁰⁸, os *carabalís* (fossem ou não subdivididos em *brícamos* ou *susam*), eram majoritariamente ofertados para tarefas que exigiam maior autonomia de trânsito, como os jornaleiro(a)s, vendedor(a)s e carregadores, ou então serviços especializados como enfermeira e sapateiro.

⁴⁰⁶ PICHARDO, E. Op. Cit., p.49. ORTIZ, F. Op. Cit., p. 45.

⁴⁰⁷ Idem.

⁴⁰⁸ Ibidem.

MAPA 14 - GRANDES-ÁREAS DE PROCEDÊNCIA DOS AFRICANOS ESCRAVIZADOS EM HAVANA

(S. Boulton. *Africa with all its States, Kingdoms, Republics, Regions & Islands*. London, published by Laurien & Whittlen, 1800.) Produzido em 1787 e publicado em 1800 com base nos estudos de D'Anville, o mapa acima apresenta grande parte dos povos africanos conhecidos pelos europeus até finais do século XVIII. Fazendo uma análise conjunta dos dados fornecidos pelos trabalhos que examinaram o tráfico de africanos para Cuba entre 1790 e 1815 e as informações contidas nos anúncio do *Papel Periodico*, foi possível prospectar quais seriam as sete grandes-regiões de origem dos escravos africanos de Havana (destacadas em azul). O destaque identificado com número 1 representa a região de embarque dos *mandingas* escravizados. O número 2 abarca o território dos *minas*. O terceiro destaque compreende o território dos *lucumis*, *ibos* e *ararás*; seguido pelo número 4 que compreende os *carabalís* (todas essas regiões fazem parte da África-Occidental). Os números 5 e 6 apontam, respectivamente, as prováveis origens dos *gangás*, *congós* e *mondongos* – homens e mulheres oriundos da África Centro-Occidental. Por fim, o destaque número sete indica a região onde embarcaram aqueles que ficaram designados como *macuás* e *mozambiques*, africanos da porção oriental do continente. Uma especulação do percentual que esses grupos representavam na população de africanos escravizados de Havana pode ser observado no Gráfico 3. Mapa disponível em: <http://www.davidrumsey.com/maps2522.html>

No entanto, ainda que possam indicar relações e/ou preferências entre origem dos escravos e as atividades executadas por eles, os dados oferecidos pelos anúncios de jornal não permitem formular um padrão confiável entre as variantes, mesmo porque há um número significativo de cativos que não teve sua procedência discriminada nos anúncios. Além disso, mesmo que houvesse uma relação entre a procedência e os tipos de serviços executados no espaço urbano, isto parecia ser menos relevante para a dinâmica da escravidão urbana se comparado aos preços cobrados pelos escravos. Em janeiro de 1792, por exemplo, duas escravas foram anunciadas no *Papel Periodico de La Havana*, ambas com suas crias com menos de um ano. Tanto a crioula como a *carabalí* foram ofertadas pelo mesmo valor: 350 pesos⁴⁰⁹. Quinze anos depois, em janeiro de 1807, foram postos a venda dois escravos: um congo, *sano y ágil para todo*, vendido por 380 pesos; o outro era crioulo, com *principios de calesero y sano*, anunciado por 400 pesos⁴¹⁰.

A análise seriada dos anúncios de venda escrava aponta que nem a procedência, nem mesmo possíveis especializações geravam diferenças significativas nos valores cobrados pelos cativos urbanos – salvo raros casos. O que parecia fundamental para determinar o preço cobrado pelos cativos eram as condições de saúde (que geralmente estavam atreladas à idade do cativo) e a ausência das pechas de fugitivos ou beberrões. Isso fica evidente em dois anúncios feitos em junho de 1793. No primeiro, uma escrava crioula de 17 anos, boa lavadeira e cozinheira, saudável, mas com tachas que seriam reveladas pelo dono foi ofertada por 130 pesos. No segundo, uma negra mandinga boçal (recém-chegada), saudável e sem tachas foi anunciada por 200 pesos⁴¹¹. Justamente por serem recém-desembarcados e desconhecedores da sociedade em que estavam entrando, os boçais custavam menos do que escravos crioulos e ladinos que tivessem a mesma idade e a mesma condição física. Os dois casos acima pontuam, pois, como que possíveis máculas (físicas e morais) influenciavam diretamente nos preços cobrados pelos cativos.

Ao que tudo indica, foi a própria dinâmica do escravismo citadino que ditou a compra de cativos em Havana. Aproveitando possíveis benesses do tráfico transatlântico que objetivava a entrada massiva de africanos escravizados para as regiões de *plantations* da ilha, os proprietários urbanos compravam africanos e crioulos para a execução das mais

⁴⁰⁹ Cf. NÚÑEZ JIMÉNEZ, A. Op. Cit., p. 197.

⁴¹⁰ Cf. AGI, Periodicos, *El Aviso – Papel Periódico de la Havana*, 15 de enero de 1807.

⁴¹¹ Cf. NÚÑEZ JIMÉNEZ, A. Op. Cit., p. 203.

variadas atividades. Assim como no campo, a possibilidade da exploração do trabalho escravo era o que atraía os futuros proprietários. Mesmo porque, o investimento feito na compra de um cativo não era pequeno. Durante a última década do século XVIII, o preço médio de um escravo saudável e sem tachas em Havana era de 300 pesos (fosse homem ou mulher). A compra do escravo urbano não era, pois, um investimento barato. Justamente por isso, boa parte dos cativos que eram colocados ao ganho cobrava os altos jornais que tanto indignaram Alejandro Humboldt: era necessário reaver, o mais rápido possível, a quantia investida nesses escravos. E, para otimizar os ganhos, muitos senhores acabavam ampliando as possibilidades de uso dos seus cativos, principalmente das mulheres escravizadas.

Conforme sugere a tabela 6, a maior parte das escravas anunciadas entre 1790 e 1815 (independentemente de sua origem) executava duas ou mais atividades. Aquelas que lavavam e costuravam, lavavam e cozinhavam ou faziam as três atividades representavam pouco mais de 32% das escravas anunciadas. Isso sem contar as cativas que eram colocadas para fazer toda sorte de serviços domésticos e aquelas que, além de trabalhar na casa de seus senhores, também saíam às ruas como jornaleiras. As possíveis especializações dessas cativas eram destacadas nos anúncios. Uma das costureiras ofertada também era uma boa cortadora de túnicas, enquanto a outra tinha experiência em cuidar de idosos⁴¹². E nem mesmo as escravas que tinham atividades mais especializadas escapavam do “faz tudo” inerente ao mundo urbano. O anúncio da única vendedora *lucumí* ressaltava que ela também tinha princípios de lavadeira e cozinheira; e uma das enfermeiras *mina* anunciada sabia bordar muito bem⁴¹³. Outra forma de utilização da mão-de-obra escrava feminina era alocar as cativas que estavam grávidas ou que tinham “cria pequena” no cuidado de crianças. A maior parte delas era reservada para os serviços domésticos, mais especificamente ao cuidado de recém-nascidos que precisavam de amamentação⁴¹⁴.

Para além da exploração máxima por parte dos senhores citadinos, a variedade de serviços executados pelas escravas revela aspectos importantes da dinâmica de Havana. Não por acaso, lavar e cozinhar foram as atividades mais anunciadas no *Papel Periodico*. A intensa atividade portuária da capital cubana – fosse pela exportação do açúcar, fosse pela presença de tropas militares - e a presença sazonal de tripulações

⁴¹² Idem, p. 185

⁴¹³ Ibidem.

⁴¹⁴ Ibidem.

criavam uma demanda constante desse tipo de serviço. Muitos dos prováveis compradores das lavadeiras, cozinheiras e costureiras de Havana eram donos de tabernas e hospedarias, ou então moradores temporários da cidade. A prostituição de escravas também rendeu muitos lucros aos proprietários, sobretudo nos períodos em que Havana era invadida por tripulações de diferentes localidades.

No entanto, as atividades vinculadas ao porto não eram exercidas apenas por mulheres. Os *carretilleros*, por exemplo, foram responsáveis pelo embarque e desembarque dos produtos que transitavam na região alfandegária. Existiram ainda casos mais específicos, como do crioulo carpinteiro que era especialista em fazer caixas de madeira para exportar açúcar; o escravo anunciado como jornaleiro, mas que também produzia tiras de couro que serviam para lacrar tais caixas; e um veleiro congo que era um excelente reparador de barcos⁴¹⁵.

Ainda que tais casos mereçam destaque, é importante sublinhar que eles eram a exceção. Entre 1790 e 1815, a maior parte dos homens escravizados geralmente era anunciada para realizar atividades específicas. Embora houvesse barbeiros que também executassem serviços domésticos, cocheiros que sabiam trabalhar com tabaco, jornaleiro que ensacava pedra e até mesmo o caso excepcional de um cozinheiro que era cabeleireiro e marinheiro, no cômputo geral, os escravos (crioulos e africanos) eram apregoados para execução de um serviço. Conforme sugerido na tabela 7, tal especificidade no mundo masculino era contrastada com a maior oferta de atividades desempenhadas pelos homens, revelando outras instâncias da escravidão na capital cubana.

Muitos cativos continuavam sendo comprados a mando do rei para trabalhar nas fortificações, que precisavam de constantes reparos, e na construção das embarcações do *Real Arsenal*. É provável que parte dos serradores, carpinteiros e pedreiros anunciados acabassem alocados nas obras reais, mesmo que tivessem outras especializações – como o caso, já citado, de um jornaleiro que estava ensacando pedras numa obra pública. Tal hipótese pode ser estendida aos veleiros anunciados: é possível que, mesmo por um tempo específico, eles estivessem sob o mando indireto do rei espanhol trabalhando no *Real Arsenal*.

⁴¹⁵ Idem.

Em 1798, por exemplo, Lorenzo Quintana, um dos maiores comerciantes da cidade (e sócio do *Compañia de Consignaciones de Negros*) foi muito cauteloso ao lembrar às autoridades o atraso no pagamento dos jornais referentes aos escravos que ele havia alugado para o trabalho nas fortificações de Havana⁴¹⁶. Segundo seus cálculos, o *Real Erario* lhe devia 125 *reales* diários pelos jornais dos dez cativos que estavam alocados na obra. Como o atraso era de um mês, Lorenzo Quintana teria uma significativa quantia a receber e, fazendo uso do seu trânsito fácil dentre as autoridades insulares, o comerciante fez com que seu lembrete chegasse ao conhecimento do Conde de Santa Clara, Capitão General de Cuba. De acordo com o ofício encaminhado, os cativos de Lorenzo Quintana foram alugados para trabalhar nas obras do *Camino Cubierto* que, assim como os feitos do Conde de Riela, tinha por objetivo principal a proteção de Havana, sempre ameaçada por nações estrangeiras⁴¹⁷.

A situação acima seria impensável anos antes. Os casos analisados no capítulo anterior demonstram que até o último quartel do século XVIII, a oferta de escravos urbanos (bem como dos cativos rurais) era muito baixa se comparada com a demanda dos habitantes de Havana, que dependiam dos poucos e caros escravos introduzidos por meio do *asiento*; não por acaso, a maior senhora de escravos em Havana era a própria Coroa espanhola. Tal descompasso fez com que particulares fraudassem a posse de escravos reais para usufruto próprio. Ao que tudo indica, o advento da Revolução dos escravos de Saint-Domingue (1791-1804) e a ampliação da liberação do tráfico permitiram a disseminação da propriedade escrava em Cuba, inclusive no espaço citadino, a ponto da situação se inverter e as autoridades metropolitanas passarem a recorrer ao aluguel de particulares.

O lembrete cuidadoso de Lorenzo Quintana assinala, pois, uma mudança na estrutura de posse dos cativos citadinos gerada pela liberação do tráfico (e a maior oferta de africanos escravizados) e também pela ampliação dos usos desses escravos no mundo urbano. É razoável pressupor que tais mudanças beneficiaram, inclusive, a própria Coroa espanhola. Ainda que se visse dependente da mão-de-obra escrava para a execução de uma série de atividades (sobretudo àquelas que diziam respeito à manutenção dos fortes e do Real Arsenal), a maior oferta de escravos em Havana

⁴¹⁶ AGI, SGU, Legajo 7245, nº 51, 1798.

⁴¹⁷ AGI, Estado, Legajo 1, nº76, 1798.

permitia que as autoridades alugassem os cativos apenas quando necessário, diminuindo assim parte dos entreveros que ela era obrigada a lidar na posição de proprietária.

Destarte, a expressiva variedade dos serviços executados pelos homens escravos sugere uma sofisticação não só das atividades urbanas, mas do próprio uso da mão-de-obra escrava na cidade. Quem desejasse cortar os cabelos poderia recorrer tanto aos muitos barbeiros de Havana, como aos escravos nascidos no Caribe inglês e francês. As padarias, cuja abertura deveria ser controlada pelo Capitão General para evitar as reclamações dos habitantes, continuavam sendo o local de trabalho de muitos cativos, que não eram os mesmo que confeitavam bolos e doces mais elaborados: para isso eram comprados ou alugados os escravos chocolateiros.

Numa relação cuja causalidade era difícil de ser determinada, a maior presença escrava em Havana alimentava a demanda por escravos na execução dos mais diferentes serviços citadinos, que por sua vez gerava uma necessidade constante de braços escravos na cidade. Os indícios levam a crer que parte das súplicas da elite cubana feita entre as décadas de 1760 e 1780 havia sido ouvida, e agora existia uma oferta de cativos na ilha que permitia, até mesmo, o avultado (e sofisticado) comércio interno de escravos. Embora os 714 anúncios feitos no *Papel Periódico* entre 1790 e 1815 possam parecer pouco se comparados aos mais de 122 mil africanos escravizados que entraram na ilha no mesmo período, não restam dúvidas quanto ao incremento do segmento escravo na capital cubana. Já foi assinalado nesse capítulo que o motor do tráfico transatlântico de africanos escravizados foi a forte demanda criada pela elite cubana, que objetivava a construção de um sistema de *plantation* nos moldes dos existentes no Caribe inglês e francês; sendo assim, o incremento da escravidão urbana a partir de 1790 era consequência deste projeto econômico da oligarquia havaneira. As funções executadas pelos cativos citadinos corroboram isso. Mas também é forçoso lembrar que o *Papel Periodico* era apenas um dos mais importantes jornais da cidade, que contava ainda com *Diario del Gobierno de la Habana*, *El Aviso* e *La Cena*; e que o anúncio era uma das formas de ofertar os préstimos dos escravos urbanos, negociata que poderia ser feita pessoalmente ou em casas especializadas no ramo.

Um aspecto que parece confirmar a maior presença escrava na cidade é o significativo aumento do número de *cabildos de nação* em Havana. Até 1755, Havana possuía vinte e uma dessas associações, número que aumentou para trinta e quatro durante o governo

de Las Casas, chegando a setenta e três em 1815⁴¹⁸. Tais instituições existiam no mundo hispânico antes mesmo da colonização do Novo Mundo, tendo ganhado contornos específicos em cada uma das colônias espanholas. Embora tais *cabildos* fossem organizações que congregavam principalmente libertos e livres “de cor” – os cativos, quando faziam parte, ocupavam cargos secundários nunca exercendo o comando dos *cabildos*, é inevitável atrelar seu crescimento ao aumento do segmento escravo em Havana.

Em primeiro lugar, porque é plausível que dentro da lógica de associações que fomentavam a ajuda mútua, a compra da liberdade tenha sido uma das suas principais frentes de atuação. Ainda que faltem dados mais consistentes, a hipótese levantada ganha outro peso quando se observam quais eram as “nações” africanas que formaram tais *cabildos*. De acordo com os dados levantados do Maria del Carmen Barcia até o ano de 1815, os *carabalís* possuíam 39 *cabildos* de nações, seguidos pelos *congo* que tinham dez, os *lucumís* com 9, os *ararás* e *minas* com 5 cada e os *gangás* e *mandingas* com dois cada⁴¹⁹. Não levando em conta as subdivisões existentes dentre cada uma das “nações” apontadas⁴²⁰, o quadro geral dos *cabildos* negros em Havana até o ano de 1815 era o seguinte:

⁴¹⁸ Cf. BARCIA, Maria del Carmen. Op. Cit., anexos.

⁴¹⁹ Idem, pp.393-413.

⁴²⁰ Importante frisar que Maria Del Carmen Barcia pontua quais eram as subdivisões dentre as “nações” dos *cabildos* analisados. Os *carabalís* estavam divididos entre: *Isieque*, *Induri*, *Umugine*, *Isiquatro*, *Ibo*, *Ososo Umuna*, *Oquella*, *Agno*, *Isuano Orocho* e *Isuana Ib*. Já os *congós* se dividiam em: Mondongo, Luango, Mucamba-Musundi, Mucamba Santo Antonio, Musundi Nuestra Señora del Rosario, Abanda, Musulongos, BungamaSan Juan de Dios, Luango Santo Domingo, Luango Nuestra Señora del Cobre, Musura San Cayetano, Masinga Nuestra Señora del Monserrate, Santo Rey Melchior. Os *lucumís*, por sua vez, estavam divididos em: Amanga, Nuestra Señora del Regla, Gonces Santa Barbara, Bragurá Santa Barbara, e Santa Bárbara- Sociedad de Proteccion mutua y recreo del culto africano *lucumí*. Os *Ararás* subdividiam-se entre Ararás e Papoes. Os *Mandingas* estavam divididos em Zape, Ceses de la Virgen de la Regla e Nuestra Señora del Pilar. Por fim, os *minas* estavam divididos entre Guagüi e Popó San Cayetano. As subdivisões dos *cabildos* de nação em Havana apontam, pois, a complexidade dessas associações, que merecem estudos específicos. No tocante a essa pesquisa, a simples constatação de que as “nações africanas” subdividiam-se em grupos menores no momento da conformação das associações de ajuda mútua reforça a ideia que o espaço urbano permitiu a reconfiguração de identidades da “população de cor” que, graças ao pecúlio de alguns escravos e, principalmente às economias dos negros livres e libertos, conseguiram dar materialidade para práticas africanas reconfiguradas no Novo Mundo. Cf. BARCIA, Maria del Carmen. Op. Cit., anexos.

**GRÁFICO 5 - PROCEDÊNCIAS AFRICANAS DOS CABILDOS DE NAÇÃO
EM HAVANA – 1815**

Fonte: BARCIA, Maria del Carmen. Op. Cit., pp.393-413.

Interessante notar que a proporção das “nações” dos *cabildos* não seguia o mesmo padrão visto para a escravidão em Havana. Isso fica especialmente evidente quando se analisa o caso dos *carabalís*. Reconhecidos como bons trabalhadores – ainda que respondões – os carabalís não ultrapassavam 25% dos escravos anunciados nos jornais de Havana entre 1790 e 1815. Todavia, o mesmo grupo detinha mais de 50% dos *cabildos* existentes na capital cubana. Embora não se possa descartar a influência da dinâmica do tráfico neste período, é possível aventar que a presteza atribuída a esta “nação” tenha facilitado a compra da alforria. Isso, em tese, teria permitido a conformação de um grupo expressivo de negros libertos *carabalís* não só saísse do cativeiro, mas também se tornasse proprietário de casas e terrenos na cidade. O caso *mina* é igualmente significativo. Os africanos designados como *minas* também eram classificados bons trabalhadores, atribuição essa que, no mundo urbano, poderia ter se convertido no maior número de compras de liberdade. Tal ideia fica mais interessante ao se observar que nas tabelas 6 e 7, os *minas* – tanto homens como mulheres – foram anunciados em atividades em que a autonomia de trânsito e o acesso ao pecúlio estavam potencializados. Assim como no Rio de Janeiro, africanos escravizados dessa procedência pareciam ter grande facilidade na execução dos trabalhos urbanos.

A análise da constituição dos *cabildos de nação* e das práticas de aquisição da liberdade em Havana será retomada. Todavia, é forçoso salientar que o aumento do número de

cabildos em Havana denotava o crescimento da apropriação do espaço urbano por parte dos herdeiros diretos da escravidão e, muitas vezes, dos próprios cativos. Não por acaso que, desde a publicação do *bando de gobierno* de Las Casas no ano de 1792, tais associações foram obrigadas a alocar-se nas proximidades do Real Arsenal e da Real Factoria de Tabaco, nas margens que ligavam a muralha a *Jesús María* (partido que ainda não fazia parte, oficialmente, do perímetro urbano da capital cubana).

Ainda que o governo ilustrado houvesse defendido o incremento da população escrava via tráfico transatlântico, a população “de cor” de Havana (escrava e livre) era tolerada nas artérias da cidade se estivesse executando aquilo que justificou o tráfico e a própria instituição escravista na ilha: o trabalho. Outras práticas decorrentes da escravidão que não ornavam com os padrões ilustrados de cidade ficaram setorizadas nas regiões mais distantes das vistas da elite, do outro lado do muro que dividia a cidade e o mundo suburbano. Mas, ao contrário do que se poderia imaginar, a maior parte dos membros dos *cabildos de nación* apoiou a medida de Las Casas: ao sair da região intramuros, tais associações também se desligavam das igrejas a que estavam atreladas, tendo que construir suas próprias sedes. Tinham, pois que reconstruir suas identidades em espaços além-muro, nos quais tinham muito mais liberdade para reconfigurar, materialmente, as heranças africanas e suas reelaborações no contexto do Novo Mundo⁴²¹. E seria justamente nesta região de trânsito entre a cidade e o campo que livres, libertos e escravos vivenciariam práticas fundamentais do cativeiro citadino; práticas essas que viabilizariam a formação de famílias, de redes sociais e de associações de ajuda mútua, mas também o questionamento da escravidão.

Capital escravista de um Império em crise

Os eventos que marcaram a história americana e cubana reforçavam a necessidade de mais escravos na malha urbana de Havana. Conforme visto, as guerras travadas em decorrência da Revolução Francesa acabaram potencializando o papel de Havana como praça-forte no Atlântico Norte americano, criando assim uma grande circulação de pessoas (sobretudo militares) e de produtos - o que colocou em cheque o exclusivismo colonial em Cuba. Quando foi assinada a *Paz de Amiens*, em 1802, o Capitão General Marquês de Someruelos (1799-1812) recebeu ordens expressas para acabar com o

⁴²¹ Cf. HOWARD, P. Op. Cit., pp. 28.

comércio com mercadores e potências neutras. Entretanto, a proibição não foi levada a cabo. O *Real Consulado* advogou que a produção açucareira da ilha havia adquirido tamanha dimensão nos dez anos anteriores, que o mercado espanhol, sozinho, não seria capaz de absorvê-la. Frente tal argumento, o Marquês de Someruelos e o Intendente Viguri adotaram medidas pragmáticas que permitiram o comércio com os Estados Unidos, contanto que os gêneros negociados não pudessem ser fornecidos pela Espanha⁴²².

A consumação da paz e a crescente demanda pelo açúcar cubano no mercado mundial acabaram mantendo a alta cifra do tráfico de africanos escravizados nos primeiros anos do século XIX. O Tratado que colocou fim aos conflitos gerados pela Segunda Coalização surtiu efeito impressionante no tráfico para Cuba. No ano de sua assinatura, em 1802, adentraram nos portos da ilha doze mil africanos escravizados, a maior quantia documentada até então⁴²³. Mesmo que a maior parte desses homens e mulheres fosse consumida pelos engenhos açucareiros⁴²⁴, que aumentavam em larga escala, uma parte expressiva deles também foi comprada por proprietários urbanos. A escravidão estava, pois, disseminada na capital cubana. E ninguém teve que lidar com isso de forma mais contundente do que o Marquês de Someruelos.

No dia 20 de outubro de 1799, no partido de Jesus María (região extramuros da cidade), o pardo José Antonio Barbosa foi preso por tentativa de furto. Já passava da meia noite quando ele e dois escravos - munidos de uma faca e de um cavalo - rondavam a porta de uma casa em festa, esperando o melhor momento para invadir a residência⁴²⁵. Ao serem descobertos pelas autoridades, os três homens foram autuados: José Antonio Barbosa foi encaminhado para a prisão e os dois escravos (cujos nomes não foram revelados) provavelmente foram remetidos aos seus proprietários após algum tipo de castigo. Em dezembro daquele mesmo ano, chegou ao conhecimento do Capitão General o caso de um cativo foragido que se fazia passar por liberto por meio de um passaporte falso –

⁴²² Idem, pp. 28-29.

⁴²³ Cf.: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>

⁴²⁴ Importante ressaltar que o expressivo aumento de engenhos açucareiros durante o último quartel do século XVIII e os primeiros anos da centúria seguinte localizou-se na parte Ocidental da ilha, na hinterlândia que ligava Havana à Matanzas. Cf.: FRAGINALS, M.M. *O Engenho. Complexo sócio-econômico açucareiro cubano*, vol. 1. São Paulo, Ed. UNESP/Hucitec, 1988, pp. 35-170. GUADALUPE ORTEGA, J. *The Cuba Sugar Complex in the Age of Revolution, 1789-1844*. Dissertation in PhD History at the University of California, Los Angeles, 2007.

⁴²⁵ AGI. Papeles de Cuba, Legajo 1679, s/nº, 1799.

documento que permitia que ele continuasse trabalhando dentro de Havana sem levantar muitas suspeitas sobre sua real condição⁴²⁶.

Nem seis meses haviam passado desde sua nomeação como Capitão General de Cuba, Louisiana e das Flóridas⁴²⁷, e Salvador de Muro y Salazar, o Marquês de Someruelos, já precisava lidar com questões de uma cidade escravista. Embora o número de pequenos crimes cometidos por e contra escravos tenha sido muito alto durante seu longo governo, esses estiveram longe de ser o único problema enfrentado nos primeiros anos da sua administração. O Marquês de Someruelos assumiu o poder num dos momentos mais turbulentos da história do Mundo Atlântico⁴²⁸. A dificuldade da sua chegada em Havana para tomar posse de seus cargos já revela parte dessa agitação. Devido à insegurança na costa ocidental de Cuba – que estava repleta de corsários e navios da inimiga Inglaterra –, o Marquês desembarcou no porto de *Casilda* (atual Trinidad) no dia 1º de maio de 1799 e seguiu em viagem por terra para a capital cubana nas duas semanas subsequentes⁴²⁹.

A partir de então, intempéries não faltaram ao Capitão General. O Marquês precisou lidar com situações internacionais espinhosas. Três meses depois de ter assumido seu posto, Someruelos se viu obrigado a responder - negativamente - aos pedidos de ajuda feitos pelo General Toussaint L'Ouverture que, na época, ainda estava no comando da insurreta Saint-Domingue. Neste momento, o questionamento da ordem era tamanho que, em agosto de 1799, o Marquês de Someruelos enviou um ofício para Carlos IV relatando a comunicação estabelecida com o chefe local de Saint-Domingue, perguntando-lhe, explicitamente, que tratamento deveria utilizar ao se reportar a Toussaint L'Ouverture, tendo em vista que se tratava de um oficial negro⁴³⁰.

A questão racial – atrelada ao aumento da população escrava - foi uma temática que acompanhou Someruelos durante todo o período em que esteve no comando de Cuba⁴³¹.

⁴²⁶ AGI. Papeles de Cuba, Legajo 1679, s/nº, 24/12/1799.

⁴²⁷ AGI. Estado, Legajo 2, número 4, 1799.

⁴²⁸ Um interessante trabalho que aprofunda as questões que marcaram o governo do Marquês de Someruelos é: VÁZQUEZ CIENFUEGOS, Sigfrido. *Tan difíciles tempos para Cuba. El gobierno del Marqués de Someruelos (1799-1812)*. Sevilla, Secretariado de publicaciones de la Universidad de Sevilla, 2008.

⁴²⁹ Cf. VÁZQUEZ CIENFUEGOS, Sigfrido. “Cuba ante la crisis de 1808: el proyecto juntista de la Habana”. In: SERRANO MANGAS, ALVARO RUBIO, SÁNCHEZ RUBIO, TÉSTON NUÑES. *IX Congreso Internacional de Historia da América* (actas), Tomo I, Colección Documentos/Actas, Mérida, 2002, pp. 263-271.

⁴³⁰ Cf. AGI. Estado, legajo 2, nº 14, 1799.

⁴³¹ Cf. FERRER, Ada. *Cuba en la Sombra de Haití: Noticias, Sociedad y Esclavitud*. In.: GO GONZÁLES-RIPOLL, NARANJO, FERRER, GARCÍA, OPATRNÝ. Op. Cit., pp. 179-231.

Se, por um lado, os cativos eram fundamentais para o fomento das atividades econômicas da ilha (sobretudo para a produção do açúcar e do café), por outra, a radicalização da revolução de Saint-Domingue apontava que a “população de cor” estava criando outros códigos de identidade. Nos escravos e em seus descendentes residia a potência para o fomento ou destruição do projeto cubano de *plantation*. Por isso, a população negra, fosse cativa ou liberta, precisava ser constantemente vigiada e, quando necessário, punida. Foi exatamente isso que Someruelos fez ainda em 1799, quando, exemplarmente, mandou prender e castigar sete escravos amotinados de Trinidad. Três anos depois, em 1802, a política de extrema vigilância implementada pelo Marquês inviabilizou que os cativos insurretos do cafezal de *San Antonio Abd* conseguissem chegar à capital cubana. Movimentos como esses fizeram com que, no segundo ano de seu mandato, Muro Salazar enviasse ao Real Consulado de Havana um projeto que objetivava a migração de famílias brancas para a ilha⁴³².

Nem mesmo a Paz de *Amiens* trouxe descanso para Someruelos. Conquanto tenha normalizado a difícil comunicação com a metrópole⁴³³, entre os anos de 1800 e 1804, o Capitão General se viu impelido a ajudar as tropas francesas que tentavam retomar o comando da ilha vizinha, fazendo de Havana sua praça-forte. A radicalização do movimento que começara com uma revolta escrava em 1791, agudizou-se com a prisão de Toussaint L’Ouverture em 1802. Comandados por Jean Jacques Dessalines, os insurretos de Saint-Domingue impetraram a vitória final às tropas napoleônicas (que contava com mais de trinta mil homens), decretando a República do Haiti em 1º de janeiro de 1804. Era a segunda colônia do Novo Mundo a tornar-se independente e a primeira a fazê-lo abolindo a escravidão.

A consumação de uma República em que todos os cidadãos gozavam da liberdade apregoada pelos ideais iluministas tinha implicações contraditórias para uma sociedade que apostava no modelo de *plantation* escravista. De um lado, a insurreição de *Saint-Domingue* havia deixado uma lacuna no mercado mundial, rapidamente suprida pelos investimentos feitos, justamente, pela elite cubana escravagista. De outro, os eventos na ilha vizinha eram o pior exemplo para uma elite que apostava no crescimento econômico de Cuba por meio da importação massiva de africanos escravizados.

⁴³² Cf. VÁZQUEZ CIENFUEGOS, Sigfrido. OP. Cit., 2008, pp. 415-454.

⁴³³ A já conhecida insegurança no mar caribenho obstaculizou a comunicação com a metrópole a partir de 1800, fazendo com que as correspondências demorassem meses até chegar aos seus destinos finais.

Não por coincidência, a partir de 1802, observa-se um número maior de registros de ferimentos, roubos, assassinatos (ou tentativas de) e até mesmo suicídio na porção extramuros de Havana, que desde 1770 era local de residência de muitos escravos e libertos que trabalhavam na cidade⁴³⁴. Embora não seja possível afirmar se esse acréscimo era consequência da leitura que muitos cativos fizeram deste momento, ou do arrocho da administração colonial sobre o escravo frente o aumento deste segmento populacional, o que se nota é que, a partir de então, a população escrava de Havana tornou-se, cada vez mais, objeto dos ofícios trocados entre as autoridades insulares.

O aumento da população escrava de Havana não se fazia sentir apenas por meio dos “pequenos crimes” cometidos na cidade. Em abril de 1802, o partido de *Guadalupe* foi objeto de enorme preocupação do Marquês de Someruelos. Por volta do meio dia de 25 de abril daquele ano, um incêndio destruíra boa parte dos edifícios do *partido*, também localizado extramuros⁴³⁵. Desde 1800, o Capitão General já manifestara sua inquietação frente as construções desse sítio, sobretudo aquelas que utilizavam o *guano* para cobrir os telhados, ou então que tinham suas bases feitas de madeira. Na década de 1770, a precariedade das construções realizadas pela população menos abastada já preocupava as autoridades locais. Conforme visto no capítulo anterior, o Marquês de la Torre chegou a proibir o uso do *guano*, interdição que foi reeditada por Luís de las Casas anos depois. Todavia, o aumento da população escrava e liberta de Havana (graças ao tráfico transatlântico e à possibilidade da alforria) e o alto custo das edificações fizeram com que o *guano* continuasse sendo amplamente utilizado pela população menos favorecida.

A falta de planejamento dessa região dificultava a administração local, gerando uma frequente inquietude por parte das autoridades. Cumprindo a lei editada em junho de 1802 – que objetivava evitar novos incêndios –, Francisco de Paula Gelaberto, um dos capitães de bairro da cidade, reportou ao Marquês de Someruelos que nas cercanias de Guadalupe

he notado se van construyendo muchas casas de tras de los Almacenes del Rey de Casa-blanca, y se formará dentro de poco tiempo una población como la de los otros barrios extramuros, sino se evita con el mayor rigor [...], y lo aviso á V.S en fuerza de mi obligación⁴³⁶.

⁴³⁴ Ver: AGI. Papeles de Cuba, Legajos 1676 e 1691.

⁴³⁵ AGI. Estado, Incendio en la Habana. Legajo 2, nº 32, 1802.

⁴³⁶ AGI. Papeles de Cuba, Legajo 1691, s/nº, 09/06/1802.

Observa-se então que, a despeito das preocupações e ações das autoridades insulares, os *partidos* extramuros continuaram crescendo de forma pouco ordenada, movimento que trouxe no seu bojo o aumento de crimes que envolviam os moradores dessas localidades. Em março de 1803, por exemplo, foi morto em Jesús María Jose Antonio, escravo jornaleiro de Don Nicolas Surbaran. Segundo as informações recolhidas, a morte do escravo era consequência dos golpes que ele recebeu quando teve seus pertences roubados⁴³⁷. No ano seguinte, no mesmo *partido*, Don Miguel Franc foi surpreendido ao chegar à cozinha de sua casa e encontrar seu escravo Jose Dolores, da nação mina, enforcado⁴³⁸. Ainda que os indícios apontassem que o escravo tinha cometido suicídio, em um primeiro momento as autoridades não descartaram a possibilidade de assassinato.

Em tempos de paz ou de guerra, a criminalidade envolvendo o segmento escravo da cidade não deu sossego ao Marquês de Someruelos. Em 1805, Espanha e França foram vencidas pela marinha britânica na batalha de *Trafalgar*, transformando a Inglaterra na grande senhora do Atlântico norte. A derrota reduziu bruscamente o potencial marítimo da esquadra hispânica, deixando Someruelos, uma vez mais, isolado no outro lado do Atlântico. Sem contato com a metrópole, o Capitão General voltou a assumir o risco em permitir o livre comércio com as nações neutras. Tal situação evitou um colapso econômico da ilha e reaqueceu as atividades portuárias de Havana, que manteve o comércio com os Estados Unidos e outras localidades caribenhas, bem como continuou recebendo uma grande quantidade de africanos escravizados. Os *partidos* extramuros mantiveram-se como o principal sítio de residência dos cativos e dos libertos e, não por acaso, os lugares com os maiores índices de criminalidade envolvendo ambos os segmentos.

No dia três de março de 1806, por exemplo, o mulato Jose Rosalia de Salas foi levado para o Cárcere Público de Havana por ter ferido violentamente Rodolfo, escravo do rei, que vivia em Jesús María e trabalhava na *Real Factoria de Tabaco*⁴³⁹. Oito meses depois, Tiburcio de Estrada, cativo do Sargento Maior Don Juan de Estrada, também foi ferido em Jesús Maria por Francisco Martinez, que foi preso no mesmo dia⁴⁴⁰. Ainda em 1806, e também em Jesús Maria, Tiburcio Fernandez e Jose Francisco, ambos

⁴³⁷ AGI. Papeles de Cuba, Legajo 1679, s/nº, 24/03/1803.

⁴³⁸ AGI. Papeles de Cuba, Legajo 1679, s/nº, 23/08/1804.

⁴³⁹ AGI. Papeles de Cuba, Legajo 1679, s/nº, 03/03/1806.

⁴⁴⁰ AGI. Papeles de Cuba, Legajo 1679, s/nº, 03/11/1806.

escravos do pardo Antonio Exedía, foram presos por terem machucado o barbeiro Tomas Horcon, que vivia na vizinhança⁴⁴¹.

A reincidência criminal e o significativo crescimento populacional na região extramuros de Havana obrigou uma mudança na administração desses sítios. Em 1807, tais localidades foram declaradas como parte do corpo legal da capital cubana: os antigos partidos foram transformados nos bairros extramuros da cidade e passaram a ser governados por órgãos que estavam mais próximos do Capitão General⁴⁴². Ainda que buscasse o maior controle da capital cubana, a decisão em reconhecer, formalmente, a ampliação do perímetro urbano de Havana também era resultado do posicionamento político de Someruelos, que não via com bons olhos o que estava acontecendo no império hispânico e no mundo Atlântico.

O Capitão General, que já mostrava certas discordâncias em relação ao governo de Manuel Godoy⁴⁴³, ficou indignado quando, em 1807, o *Príncipe da Paz* instaurou o *Almirantazgo de España e Indias*. O *Almirantazgo* tinha por objetivo fomentar a Marinha hispânica ampliando seus poderes que, não por acaso, seriam administrados pelo próprio Godoy, que se intitulou *Almirante General y Protector del Comercio*. Embora tal órgão representasse um provável crescimento das atividades portuárias da capital cubana, ele também viabilizava que o comandante da Marinha se outorgasse como a autoridade máxima de Havana, diminuindo assim os poderes do Capitão General. Mesmo avesso a tal medida, sua lealdade a Carlos IV (e à unidade imperial) e o desejo de transformar-se em Vice-Rei da Nova Espanha fizeram com que o Capitão General acatasse, temporariamente, as decisões de Godoy⁴⁴⁴.

Se não bastasse a debilidade do Império espanhol, 1807 também foi o ano em que a Inglaterra decretou o fim do tráfico transatlântico ao norte de Equador, inaugurando uma forte política para a abolição total do comércio. O tráfico de africanos escravizados era a premissa básica do projeto de plantation gestado pelas elites cubanas. Someruelos, que desde o início de seu governo havia criado uma boa relação com a sacarocracia da

⁴⁴¹ AGI. Papeles de Cuba, Legajo 1679, s/nº, 30/12/1806.

⁴⁴² VENEGAS, C. Op. Cit., p. 66.

⁴⁴³ Manuel de Godoy y Alvarez de Faria Rios Sanchez Zarzosa foi um dos políticos mais importantes no reinado de Carlos IV, tendo forte atuação durante os inúmeros conflitos que marcaram a passagem do século XVIII para a centúria seguinte. Manoel Godoy foi o principal ministro do rei espanhol desde 1801.

⁴⁴⁴ VÁZQUEZ CIENFUEGOS, Sigfrido. Criterios políticos durante la coyuntura entre 1807 y 1809, el papel del Marqués de Someruelos. *Memorias, Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe colombiano*. Año 7, núm. 12, Barranquilla, julio 2010, pp. 32-47.

ilha, sabia não só da importância do tráfico, mas também que ele, na posição de Capitão General, seria uma figura central na mediação entre os interesses da oligarquia cubana e os acordos diplomáticos assinados pela Metrópole.

As intempéries que marcaram o governo de Someruelos em 1807 se agravaram no ano seguinte. O primeiro dia de 1808 começou com a explícita discordância entre o Capitão General da ilha e Juan María Villavicencio (comandante general da Marinha em Cuba). Contrariando Villavicencio, Someruelos recusou-se a salvar *El Escorial*, que, no entendimento do Marquês, não passava de um evento funesto, no qual o príncipe Fernando havia tentado dar um golpe no seu próprio pai, o rei da Espanha⁴⁴⁵. Em 1807, a fragilidade do governo de Carlos IV havia sido escancarada e, depois de perdoar seu filho em março de 1808, o monarca espanhol abdicou do trono em favor dele, que não chegou a iniciar seu reinado. Isso porque, a derrota que as tropas francesas e espanholas (coligadas desde a assinatura do Primeiro Tratado de Ildefonso em 1796) sofreram em *Trafalgar* no ano de 1805 fizeram com que Napoleão Bonaparte iniciasse uma nova política de expansão imperial. Como as rotas marítimas estavam sob domínio britânico, Bonaparte resolveu atacar por terra, desconsiderando antigas alianças. Aproveitando-se da crise dinástica da Coroa espanhola – agudizada pela Revolta de *Aranjuez*⁴⁴⁶ –, e fazendo uso de sua superioridade bélica, Napoleão tomou Madri em março de 1808 e, dois meses depois, proclamou seu irmão, José I, como o novo soberano do trono espanhol⁴⁴⁷.

A ofensiva bonapartista iniciada em 1808 transformou drasticamente o Mundo Atlântico. No caso espanhol, a abdicação forçada de Fernando VII e o não reconhecimento de José I fizeram com que nos domínios hispânicos se organizassem e criassem juntas provinciais na tentativa de resistir ao invasor. O terceiro trimestre de 1808 foi um dos períodos mais conturbados e definidores da história de Cuba. Tomando a dianteira de todas as localidades do Novo Mundo, no dia 17 de julho de 1808, setenta e três “notáveis” de Havana se reuniram para redigir o projeto que estabeleceria a *Junta Superior de Gobierno* da capital cubana⁴⁴⁸. No entanto, a peça foi rechaçada pelo Capitão General, que via seu poder questionado pelos princípios autonomistas do

⁴⁴⁵Idem.

⁴⁴⁶ A Revolta de *Aranjuez* foi um motim popular contra Carlos IV liderado pelo seu filho, o príncipe Fernando VII, em março de 1808.

⁴⁴⁷ Importante ressaltar que a atitude de Napoleão Bonaparte acabou com a aliança entre França e Espanha, fazendo com que Carlos IV e seus súditos passassem a tratar a Inglaterra como aliada.

⁴⁴⁸ VÁZQUEZ CIENFUEGOS, Sigfrido. OP. Cit., 2002, p. 266.

projeto. Mantendo a precaução característica de seu governo, Someruelos decidiu não se precipitar, aguardando notícias da Península.

Nem o Capitão General nem a oligarquia cubana estavam interessados num possível rompimento da harmoniosa relação estabelecida entre o poder metropolitano na ilha e os interesses econômicos da sacarocracia. O próprio Arango y Parreño, que havia redigido um projeto *juntista* – que em última instância colocava em cheque a condição colonial⁴⁴⁹ –, retirou sua proposta quando percebeu que ela poderia comprometer a manutenção daquilo que considerava fundamental para a execução da economia de *plantation* que tanto defendia: a salvaguarda metropolitana (sobretudo militar) numa sociedade que investia no crescimento exógeno da população escrava. Manter a relação colonial era, para Arango, a forma mais segura de garantir que Cuba não se transformasse num novo Haiti⁴⁵⁰. Junto à defesa da política econômica fomentada desde o último quartel do século XVIII, a experiência da Corte lusitana – que havia se transferido para o Rio de Janeiro –, era uma alternativa interessante para políticos e proprietários de Cuba, na medida em que indicava outro arranjo dentro da relação colonial⁴⁵¹.

No mesmo mês de julho, o *Ayuntamiento* de Havana produziu uma representação para o Capitão General na qual abria mão dos ideais autonomistas, manifestando obediência às autoridades que representavam o Rei que, no caso cubano, era o próprio Someruelos⁴⁵². Mesmo com a forte instabilidade experimentada na Península, a dificuldade de comunicação e a agitação nos dois lados do Atlântico, a partir de agosto de 1808, o Marquês de Someruelos pôde voltar a se concentrar em alguns dos seus afazeres cotidianos, mantendo seu estilo precavido de governar.

Nesse mesmo mês, o Capitão General mandou fazer um mapeamento detalhados de dois maiores bairros extramuros de Havana: Guadalupe e Jesús María. As motivações destes

⁴⁴⁹ Existe um debate entre a historiografia sobre a verdadeira autoria do projeto Juntista de Cuba. Ainda que muitos estudos apontem Arango como autor da peça, outros trabalhos afirmam que Someruelos teria redigido a proposta e depois voltado atrás. Cf. GUERRA y SANCHEZ, R., Op. Cit., p. 251.

⁴⁵⁰ Algumas revoltas escravas ocorridas na região Ocidental da ilha lembraram às autoridades e à oligarquia cubana a importância em manter a forte aliança criada nas décadas anteriores, a despeito da conturbação política gerada pela usurpação do trono espanhol. Cf. BARCIA, Manuel. *Seeds of Insurrection. Domination and Resistance on Western Cuban Plantations, 1808-1848*. Louisiana, Louisiana State University Press, 2008, pp. 25-48.

⁴⁵¹ MARQUESE, Rafael. “1808 e o impacto do Brasil na construção do escravismo cubano”. In: *Revista USP*, São Paulo, nº 79, set./out. 2008, pp. 118-131.

⁴⁵² Cf. PIQUERAS, A. La vida política entre 1780 y 1878. In: NARANJO OROVIDO, C. (Org.) *Historia de Cuba*. Madrid, CSIC- Ediciones Doce Calles, 2009, p. 279.

mapeamentos não são reveladas pela documentação, mas é significativo que, justamente no momento em que as autoridades metropolitanas e a oligarquia havaneira reafirmavam seu pacto em defesa da escravidão, o Marquês de Someruelos estivesse preocupado com dois bairros que tinham uma expressiva “população de cor” (livre e cativa) e que, conforme visto, foram palco de muitos crimes cometidos por e contra escravos.

Desde a retomada de Havana, em 1763, os partidos extramuros se transformaram na região por excelência da população negra e mestiça da cidade. Isso ficou ainda mais forte na década de 1790. A fim de extirpar práticas africanas do centro de Havana, Luis de las Casas havia retirado todos os *cabildos de nación* da porção amuralhada da cidade. A partir de 1792, tais associações passaram a rivalizar com a região de Monserrate, localizada nas imediações do *Real Arsenal* e da *Real Factoria del Tabaco*, no lado extramuros. Somado a isso, o expressivo número de alforrias obtidas nos primeiros anos do século XIX⁴⁵³, a competitividade gerada pela crescente população escrava e o alto custo de vida na região intramuros fizeram dos antigos partidos (regiões suburbanas de Havana) os locais possíveis de moradia da população egressa do cativo. Observa-se então que, se a invasão inglesa em 1762 havia descortinado a fragilidade militar da muralha, a implementação do projeto econômico de *plantation* escravista havia dado outro significado para ela. Os muros de Havana passaram a “proteger” a cidade das consequências desagradáveis do aumento de escravos e libertos, fossem eles africanos ou crioulos.

No mapa populacional de Guadalupe, é possível notar significativo crescimento demográfico que, como apontado, foi um dos elementos responsáveis pela construção precária de muitas casas e pelo funcionamento ilegal de dezenas de fábricas⁴⁵⁴. Em agosto de 1808, foram contabilizados 16.455 habitantes em Guadalupe, sendo que 91% da sua população era livre e 24% dos habitantes (levando em consideração os livres e escravos) eram “de cor”. Ao que tudo indica, esse bairro ainda não havia sofrido tanto com o tráfico. O mesmo não pode ser dito de *Jesús Maria*. Menos populoso que Guadalupe, o bairro tinha 11.561 habitantes. Dentre eles, 4.520 eram escravos (que contabilizavam 40% da população do bairro) e 80% dos homens e mulheres que ali

⁴⁵³ VENEGAS FORNIAS, C. OP. Cit., p. 66.

⁴⁵⁴ Inúmeros ofícios endereçados ao Capitão General denunciavam que a construção inapropriada e ilegal de fábricas na região extramuros da cidade datadas desde 1800 se manteve ao longo da primeira década do século XIX. Cf. AGI. *Papeles de Cuba*, Legajo 1691.

viviam eram “personas de color”, fossem cativos ou libertos. Não era, pois, coincidência que parte expressiva das brigas, assassinatos e roubos ocorressem ali⁴⁵⁵.

A grande incidência da população de cor e os frequentes crimes que chegavam a seu conhecimento seriam razões suficientes para Someruelos aprofundar o conhecimento da região extramuros da cidade, tarefa que não havia mobilizado seus antecessores. Mas, se isso não bastasse, Guadalupe e *Jesús Maria* eram os bairros que conectavam a cidade com sua hinterlândia, localidades em que o percentual escravo era ainda maior do que em Havana. Como regiões de fronteira, os bairros extramuros eram tanto espaços de transição entre o mundo rural e o urbano, como entre a escravidão e a possibilidade da liberdade.

É provável que a experiência adquirida nos quase dez anos de governo e a leitura atenta das mudanças que estavam ocorrendo no Mundo Atlântico, sobretudo com o advento do Haiti, tenham indicado a Someruelos que tais bairros inspiravam cuidado. Conhecer sua composição populacional seria a primeira etapa de uma política de controle mais séria que, se fato aplicada, pareceu ter surtido efeito até janeiro de 1812. No entanto, a crise do Império espanhol transbordou dando margem à leituras de sujeitos que, embora não tivessem sido chamados pra o debate, fizeram-se ouvir.

Aponte: entre a constituinte e a escravidão

No dia 11 de fevereiro de 1812, o Ministro dos Assuntos Exteriores do Império espanhol, D. Ignacio de la Pezuela y Sánchez, escreveu para o *Consejo de Regencia*, afirmando que

continua en la Habana la mayor tranquilidad; en adelante, siempre que salga correo daré igual aviso para evitar que los escritos de los malévolos causen cuidados a S.A. pues me persuado que por mi empleo y dando el aviso de oficio merecerá todo crédito [...] aunque por otros que no tienen ni mi responsabilidad, ni me ingenuidad de escriba lo contrario⁴⁵⁶.

Pezuela y Sánchez parecia deveras irritado com os questionamentos que o levaram a redigir o ofício acima. Graças a *escritos de malévolos*, a aptidão administrativa do

⁴⁵⁵ As cifras dos bairros extramuros se tornam ainda mais significativas quando analisadas no conjunto de Havana. Segundo os dados levantados por Humboldt, em 1810 a capital cubana possuía praticamente 43 mil moradores. O bairro de *Jesús Maria* abrigava mais de 27% da população de Havana, sendo que 8% dos escravos da cidade moravam ali. Cf. HUMBOLDT, A. Op. Cit., pp. 17-24.

⁴⁵⁶ AGI, Santo Domingo, legajo 1284, nº 342.

Ministro estava sendo questionada. De alguma forma que não fica clara na documentação, as autoridades peninsulares foram informadas sobre um movimento insurreto em Havana e exigiam uma explicação de Pezuela y Sánchez. Ao defender a si próprio e a competência do seu ministério, D. Ignacio de la Pezuela não só afirmou que “ninguna ocurrencia hasta el presente pudiese producir en esta Isla la alteración del sosiego publico”, mas que as agitações referidas eram produto de impressos que abusavam da liberdade⁴⁵⁷.

Menos de quarenta e oito horas depois, Someruelos desmentia o Ministro, pontuando que

Me había anunciado el Teniente Gobernador de Puerto Príncipe con fecha de 4 de enero próximo, que se sospechaba alguna trama de conspiración por parte de los negros esclavos de aquella villa⁴⁵⁸.

De acordo com o ofício também enviado para o *Consejo de Regencia*, o Capitão General de Cuba afirmava que negros das proximidades de Puerto Príncipe haviam iniciado uma conspiração que só fora descoberta devido a um incidente: no dia 19 de janeiro, a mulher de um dos cativos envolvidos havia delatado a insurreição. Embora tenha admitido a incompetência de seus homens, que por pouco não foram pegos de surpresa, Someruelos assinalou que as medidas cabíveis já haviam sido tomadas; os cabeças do movimento foram executados com a pena máxima e os demais participantes estavam presos e aguardavam julgamento⁴⁵⁹.

Essa não era a primeira rebelião escrava que o Capitão General precisara sufocar desde que assumira o poder em 1799. Conforme visto, o aumento vertiginoso da população escrava e a crescente demanda por trabalho nas regiões agrícolas de Cuba estabeleceram uma cruel equação que resultou na otimização da exploração da mão-de-obra escrava, mesmo que isso significasse o encurtamento da vida do cativo; aqueles que morriam pelos maus tratos eram substituídos por novos africanos escravizados, facilmente repostos pelo tráfico transatlântico. A intensificação do trabalho escravo e a entrada contínua de milhares de escravos avolumaram as diferentes formas de resistência à escravidão em Cuba: revoltas, insurreições, fugas, aquilombamentos passaram a ser

⁴⁵⁷ Idem.

⁴⁵⁸ AGI, Santo Domingo, legajo 1284, nº 343.

⁴⁵⁹ Idem.

pauta de muitos ofícios das autoridades insulares⁴⁶⁰. Graças a esse aumento, é possível que muitas dessas sublevações não tenham chegado ao conhecimento das autoridades peninsulares, já que desde os primeiros anos do século XIX a comunicação entre os dois lados do Império hispânico esteve dificultada devido às inúmeras guerras e rebeliões que transformavam o Mundo Atlântico.

No entanto, as razões que levaram os escravos de *Puerto Príncipe* a se rebelarem não diziam respeito unicamente aos maus tratos sofridos pelos cativos que trabalhavam nos engenhos de açúcar e nos cafezais cubanos, e justamente por isso, mereciam especial atenção de todas as autoridades. O próprio Someruelos atribuía a insurreição à falsa ideia acalentada pelos cativos de que a abolição da escravidão teria sido decretada pelas Cortes de Cádiz, mas não posta em prática pelos senhores insulares. Em tese, os cativos estariam lutando para que a lei se fizesse cumprir.

Desde que José I, irmão de Bonaparte, usurpara o trono de Fernando VII, uma série de medidas foram tomadas nos dois lados do Atlântico hispânico pela defesa da manutenção da soberania espanhola e pela volta do rei. Juntas províncias foram criadas ainda em 1808, tendo sido substituídas pela Junta Suprema Central e Governativa do Reino, que funcionou praticamente um ano. As vitórias francesas em 1809 impuseram outro arranjo político para o Império espanhol, levando à criação do *Consejo de Regencia*, em 1810. Não demorou muito para que tal órgão fosse questionado pelas autoridades provinciais – que não se sentiam representadas –, criando a necessidade de novas instâncias governativas. Neste mesmo ano, diferentes representantes de todo o Mundo hispânico se encontraram na cidade de Cádiz para discutir a formulação do que seria a primeira Constituição espanhola. Além de inédita, tal experiência precisava equalizar os múltiplos interesses do império frente às profundas mudanças que assolavam o contexto Atlântico⁴⁶¹.

⁴⁶⁰ Diversos estudos analisaram o crescimento de movimentos insurretos protagonizados por escravos e libertos entre a última década do século XVIII e os primeiros anos do século seguinte. Tais abordagens examinaram principalmente as regiões rurais de Cuba – locais onde havia um intenso consumo da mão-de-obra cativa – demonstrando que não houve passividade escrava durante a implementação do projeto de *plantation* escravista. Cf. BARCIA, M. Op. Cit., GARCIA, Gloria. *Conspiraciones y Revueltas. La actividad política de los negros en Cuba (1790-1845)*. Santiago de Cuba, Editorial Oriente, 2003.

⁴⁶¹ Manuel Chust tem dois importantes trabalhos sobre a experiência constitucional de Cádiz. CHUST, Manuel. *La cuestión nacional americana en las Cortes de Cádiz (1810-1814)*. Valença, Centro Francisco Tomás y Valiente-Fundación Instituto Social-Instituto de Investigaciones Historicas/Unam, 1999. CHUST, Manuel. “Nación y federación: cuestiones del doceañismo hispánico”. In: *Federalismo y cuestión federal en España*. Valença: Universitat Jaume I, 2004.

Exemplo de embate ideológico ocorreu na sessão constituinte de 26 de março de 1811, ocasião em que Miguel Guridi y Alcocer (representante do Vice-reino de Nova Espanha), propôs o fim imediato do tráfico para as possessões hispânicas e a abolição gradual da escravidão nas colônias do Novo Mundo. O fim do tráfico e da escravidão era um tema muito em voga nos debates políticos, graças ao fortalecimento da investida abolicionista da Grã-Bretanha. E deve ter sido com base nessa discussão que Gurir y Alcocer fez sua proposta⁴⁶². No entanto, o deputado encontrou forte oposição por parte de outros representantes do Novo Mundo. O sacarocrata cubano Andres Jáuregui, que fora eleito deputado por Havana, foi peremptoriamente contrário à proposta e logo recebeu a adesão dos homens que compunham o *Ayuntamiento*, o *Real Consulado* e *La Sociedad Patriótica de la Habana*, além do apoio do próprio Someruelos⁴⁶³. O projeto de Guridi y Alcocer não era apenas impensável; ele abria um perigoso precedente: o debate público sobre a escravidão nas possessões americanas. Caso tais propostas fossem publicadas nos jornais e periódicos que circulavam nas colônias, seria muito provável que as autoridades espanholas (peninsulares e coloniais) tivessem que lidar com situações semelhantes àquelas que levaram à criação da República do Haiti: a revolta da população negra das colônias.

Os argumentos apresentados pelos representantes da sacarocracia cubana convenceram os demais deputados e a Constituinte de Cádiz não tocou nas questões relativas ao escravismo. Em que pese a importância política e simbólica dos debates que criaram a primeira Constituição do mundo hispânico, a escravidão permaneceu um assunto decidido na esfera privadas das relações sociais, mas, os africanos e seus descendentes ficaram alijados dos direitos recém-adquiridos pelos colonos⁴⁶⁴.

Parecia que a elite cubana antevira as implicações que o debate constitucional sobre a escravidão poderia causar. Nem mesmo as providências cautelosas de Someruelos – que havia instaurado um órgão de censura para controlar a liberdade de Imprensa em Cuba⁴⁶⁵ – pôde conter a divulgação das ideias defendidas por Guridi y Alcocer em

⁴⁶² Uma análise pormenorizada da proposta feita por Guridi y Alcocer no debate constitucional de Cádiz pode ser encontrado em: BERBEL, M. MARQUESE, R. PARRON, T. *Escravidão e Política. Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo, HUCITEC, 2010, pp. 116-128.

⁴⁶³ Cf. GUERRA y SANCHÉZ, R. Op. Cit., pp. 218-220. PIQUERAS, A. Op. Cit., p. 280.

⁴⁶⁴ Cf. BERBEL, M. MARQUESE, R. PARRON, T. Op. Cit., p. 124-128.

⁴⁶⁵ Em novembro de 1810, foi oficialmente decretada a Liberdade de Imprensa em todo território espanhol. No entanto, temeroso das possíveis repercussões deste ato, o Capitão General de Cuba, só promulgou a oficialização três meses depois, quando instaurou um órgão de censura que deveria controlar o conteúdo das informações divulgadas. Cf. GUERRA y SANCHÉZ, R. Op. Cit., p. 228.

Cádiz. Ainda que de forma torta, os escravos da ilha ficaram sabendo que tinham sido objeto de discussão naquele espaço constitucional. Alguns cativos de *Puerto Príncipe* se valeram da experiência da oportunidade para lutar por aquilo que mais ansiavam: a liberdade.

Nem mesmo em suas piores previsões, Someruelos imaginou que seus últimos momentos como Capitão General de Cuba seriam marcados por tamanha tensão. Na devassa feita para apurar o levante identificado no dia 4 de janeiro, o Marquês acabou prendendo a expressiva quantia de 76 escravos, e descobriu que alguns cativos que viviam em *Bayazo* (nas proximidades de *Puerto Príncipe*) também haviam participado da conspiração⁴⁶⁶. Mal havia reportado a seus superiores os detalhes referentes à sublevação em *Puerto Príncipe* e, na manhã de 16 de março de 1812, Someruelos foi avisado sobre outra insurreição, desta vez no engenho de Peñas-Altas, bem próximo à Havana. Tudo indicava que tal levante havia sido muito mais violento do que o anterior. Os rebeldes, compostos por escravos e libertos, haviam se unido e assassinado o capataz da fazenda e seus dois filhos. Em seguida, os amotinados rumaram para outras plantações açucareiras libertando os escravos e matando quem se colocasse no meio do caminho. O movimento só foi desfeito quando uma milícia armada, formada por cidadãos das redondezas, contra-atacou os insurretos que, sem armas de fogo, fugiram para as matas e montanhas da região⁴⁶⁷.

Ainda que as autoridades não tenham conseguido indícios que comprovassem a relação entre os levantes que assolaram Cuba nos primeiros meses de 1812⁴⁶⁸, a violência do incidente em Peñas-Altas exigia medidas enérgicas. Diferentes milícias foram acionadas para capturar os cativos e libertos que haviam fugido mata adentro, e depois de uma série de depoimentos – grande parte deles recolhidos sob tortura –, Someruelos e seus homens conseguiram identificar o cabeça do movimento: José Aponte. Após prender o suspeito e vasculhar sua casa, não cabiam mais dúvidas quanto à natureza da conspiração. Fazendo uso dos diferentes debates políticos e das mudanças que marcavam o Mundo Atlântico, Aponte e seus companheiros queriam o fim imediato da

⁴⁶⁶ AGI, Santo Domingo, legajo 1248, nº 350.

⁴⁶⁷ CHILD, M. Op. Cit., p. 3.

⁴⁶⁸ De acordo com Matt Child, autor do estudo mais recente sobre a Rebelião de Aponte, os indícios encontrados não permitem afirmar que os diferentes levantes ocorridos no lado Ocidental e Oriental de Cuba estavam interligados. Cf. CHILD, M. Op. Cit., p.

escravidão em Cuba, a expulsão das autoridades espanholas e a criação de uma sociedade igualitária, em que negros e brancos gozassem dos mesmos direitos⁴⁶⁹.

A ascendência do líder, neto de outro José Aponte⁴⁷⁰, bem como a origem lucumí de sua família e o fato dele ter chefiado um dos *cabildos lucumís* de Havana poderiam, por si só, ser assunto de muitas páginas. As motivações que fizeram com que Aponte se envolvesse numa das maiores conspirações da história de Cuba, a identidade negra que forjou parte do movimento, e a leitura atenta que o líder e seus comparsas fizeram da conjuntura Atlântica – apropriando-se dos ideais defendidos na Revolução do Haiti e nos debates constitucionais -, nortearam outra pesquisas. Diversos estudiosos já fizeram importantes trabalhos que examinaram a complexidade da conspiração, atrelando suas pequenas histórias ao contexto histórico mais amplo em que elas estavam inseridas⁴⁷¹. Destes trabalhos toma-se emprestado o exame da geografia da conspiração.

A localização da casa de Aponte - um homem de cor livre, membro de uma das milícias de pardos de Havana- era a mesma de outros que compartilhavam sua condição na capital cubana: a região extramuros da cidade. José Aponte vivia no bairro de Guadalupe que, conforme visto, vinha se tornando o local de morada do segmento mais pobre da cidade, principalmente dos livres e libertos de cor. De acordo com as estimativas feitas por Humboldt, entre os anos de 1800 e 1810, Guadalupe havia sofrido um vertiginoso crescimento. Neste intervalo, a população do bairro havia aumentado quase quatro vezes, passando de 7500 habitantes para mais de 28 mil. O número de escravos que, em 1800, contabilizava pouco de 1800 almas, passou para 7520 em 1810 (quantia maior do que a população total do bairro dez anos antes); um crescimento semelhante pôde ser verificado dentre a população liberta: de 2330, eles passaram para 9209 habitantes⁴⁷².

Já foi pontuado que, a despeito das preocupações das autoridades, o crescimento dos bairros extramuros não foi acompanhado por uma ação efetiva que visasse o controle dessa parte da cidade. A crescente população de cor foi relegada a tais espaços e soube resignificá-los, sobretudo após a década de 1790, quando os *cabildos de nación* foram

⁴⁶⁹ CHILD, M. Op. Cit.

⁴⁷⁰ Este José Aponte era um ex-escravo que galgou sua liberdade por meio dos préstimos no serviço militar cubano logo após a invasão Inglesa de 1762.

⁴⁷¹ Importantes estudos que analisaram as razões e consequências da conspiração de Aponte são: FRANCO, José Luciano. *Las Conspiraciones de 1810 y 1812*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1977 (publicado pela primeira vez em 1963). CHILD, Matt. Op. Cit.

⁴⁷² CF. HUMBOLDT, A. Op. Cit., p.24.

retirados da porção amuralhada da cidade e alocados nas cercanias de Monserrate. Depois de um dia de trabalho na região portuária, na rede de serviços urbanos, ou então nas casas mais abastadas, livres, libertos e cativos (que houvessem negociado seus espaços de moradia com os proprietários) tinham que ultrapassar os portões da muralha quando soassem os sinos avisando o fim da última missa.

Era para além das muralhas que outra Havana começava. Justamente por isso, os partidos e depois bairros extramuros foram os locais, por excelência, da recriação social de africanos e seus descendentes, fossem eles escravos ou libertos. Infelizmente, tais ressignificações só eram registradas pelas autoridades quando representavam algum tipo de perigo para a tranquilidade da cidade. O próprio José Aponte foi exemplo disso. Seu posto de chefe do cabildo de uma das “nações” africanas mais representativas no contexto havanês só foi noticiado pelas autoridades responsáveis pela administração da cidade, quando a conspiração foi descoberta, em 1812. No entanto, doze anos antes, o mesmo José Aponte foi preso pelo capitão do então partido de *Jesús María*. Tachado como ladrão e desertor, Aponte passou o Natal daquele ano na prisão, tendo saído logo depois⁴⁷³. As razões que o levaram a cometer ambos os delitos não podem ser elucidadas pela documentação consultada. Tal situação poderia ser anedótica, se não fosse mais uma das tantas histórias de crimes cometidos pela “população de cor” na região extramuros de Havana.

Vê-se logo que a trajetória da conspiração chefiada por Aponte foi, em parte, determinada pela conformação sócio-espacial da capital cubana. Habitando uma das “gargantas” que ligavam o porto de Havana à região produtora de açúcar, Aponte pôde fomentar uma rede de sociabilidade na qual circulavam escravos, livres e libertos que viviam tanto no campo como na cidade. Muitos desses homens e mulheres conheceram o líder e outros integrantes do movimento por meio das reuniões no cabildo *lucumí* chefiado por Aponte; ou, então, a partir de relações familiares (re)criadas nas casas feitas de guano por pessoas que não necessariamente vivessem ali.

O caso de Tibúrcio, o escravo responsável pelo transporte do açúcar produzido em Peñas-Altas até o centro de Havana, é um forte exemplo de como a “*populacion de color*” soube camuflar certas apropriações espaciais que só seriam possíveis numa região em que a transitoriedade fosse uma prerrogativa. Não eram apenas os negros e mulatos que traficavam por essa região, mas também ideias e notícias que chegavam de

⁴⁷³ AGI. Papeles de Cuba, legajo 1691, s/nº, 1800.

além mar. Os bairros extramuros eram, pois, uma espécie de amálgama espacial da sociedade escravista cubana.

O mais interessante é que todas essas apropriações e usos do espaço urbano de Havana não eram novidade para as autoridades de Cuba. Como já foi apontado, o próprio Someruelos havia tomado uma série de medidas com o objetivo de controlar melhor tais localidades, inclusive inserindo-as ao perímetro urbano de Havana. Mas, os homens responsáveis pela ordem e bom funcionamento da capital cubana provavelmente subestimaram a capacidade de articulação deste segmento, que só lhes interessava como mão-de-obra, pois é possível que desconhecêssem, ou não alcançassem, o peso que identidades (re)criadas no Novo Mundo poderiam ter.

Apesar de toda precaução que marcou seu mandato, Someruelos não conseguiu se antecipar em relação à conspiração de Aponte; por isso realizou uma dura busca pelos líderes da conspiração. No dia 7 de abril de 1812, o Capitão General escreveu um ofício no qual noticiava que havia sido

de unánime parecer que en el estado actual del juicio debía imponerse la pena capital à los reos convictos y confesos; con cuyo dictamen me conformé y en su virtud sufrirán de la horca José Antonio Aponte, Clemente Chaco, Salvador Ternero, Juan Baptista Lisundia, Estanislao Aguilar, Juan Barbier, Estáben, Tomas y Joaquin, los seis primeros libres y los tres últimos esclavos de la dotación de Trinidad⁴⁷⁴.

Se o espaço urbano fora uma das ferramentas utilizadas pelos insurretos para articular a conspiração, o Capitão General também fez questão de sublinhar que aquele era o *locus* máximo do poder metropolitano em Cuba. Justamente por isso, Someruelos definiu que, depois da execução da sentença,

las cabezas de Aponte, Lisundia, Chacon e Barbier, será colocadas en los sitios mas públicos y convenientes para escarmiento de sus semejantes. Con esto quedará por ahora vengada la ofendida vindicta publica y el escándalo que han causado dichos reos à este tranquilo pueblo que como siempre espero use de la moderación, que le es característica, y de que tiene dados repetidos ejemplares, guardando la mas profunda quietud y silencio al tiempo de ejecutarse las referidas justicias, para que aí se compruebe nuevamente que su ilustración, religiosidad y discernimiento, saben separar el horror del crimen de la justa compasión debida al miserable delincuente para recompor a paz e a orden⁴⁷⁵.

⁴⁷⁴ AGI. Santo Domingo, legajo 1284, nº 350, 07/04/1812.

⁴⁷⁵ Idem.

A morte exemplar e pública dos principais líderes da conspiração foi o último feito de Someruelos. Uma semana depois, no dia 14 de abril, Juan Ruiz de Apodaca assumia o poder máximo de Cuba⁴⁷⁶, alertado para a necessidade de manter as buscas sobre possíveis desdobramentos do movimento. O novo Capitão General seguiu os conselhos de seu antecessor e, meses depois, decretou a pena de outros insurretos envolvidos na rebelião. A maior parte deles eram escravos que viviam nas proximidades de Peñas-Altas. Considerados “massa de manobra” do levante, os réus em questão foram punidos com açoites, medida que pareceu ter sido bem recebida pelo restante da população⁴⁷⁷.

Até o final de 1812, a conspiração continuou sendo tema dos ofícios trocadas entre Apodaca e as autoridades metropolitanas, documentação na qual o novo Capitão General fazia questão em reafirmar a paz e tranquilidade na capital cubana. Assim como Las Casa e Someruelos, Juan Ruiz Apodaca baseou seu governo na aliança entre o poder metropolitano e a oligarquia *criolla* de Cuba, mantendo a defesa do projeto de *plantation* na ilha. A conspiração de Aponte e os demais levantes escravos em outras regiões da ilha em 1812 eram incidentes já resolvidos, a ponto do Capitão General fazer uma súplica ao governo regencial solicitando mais negros para o trabalho nos plantéis e engenhos de açúcar⁴⁷⁸. Aponte havia se transformado num fantasma que, a despeito do susto dado, não interrompeu o projeto sacarocrata.

Tendo reestabelecido o controle da situação interna, a elite cubana e as autoridades hispânicas (insulares e peninsulares) se viram às voltas com um adversário tão ou mais perigoso para o sucesso da produtividade açucareira na ilha: a forte pressão imposta pelos ingleses para o fim do comércio transatlântico de escravos. De fato, desde a abolição ao norte do Equador decretada pelos ingleses, entre 1807 e 1814, o tráfico para Cuba passou a ser operado com valores significativamente menores, com exceção dos anos de 1810 e 1811⁴⁷⁹. Além da pressão inglesa, a instabilidade do contexto internacional, somada aos inúmeros conflitos travados no Novo Mundo (fossem eles protagonizados por escravos insurretos ou por *criollos* descontentes com a condição colonial), foram fatores desfavoráveis para a manutenção dos altos índices de importação de africanos escravizados. Receoso em relação ao futuro econômico da ilha, a sacarocracia, por meio do Capitão General, gostaria de saber como “*podían suplir la*

⁴⁷⁶ Juan Ruiz de Apodaca chegou à Cuba no dia 13 de abril de 1812 e ficou no poder por mais quatro anos. Em 1816, ele foi elevado ao posto de vice-rei da Nova Espanha.

⁴⁷⁷ AGI. Santo Domingo, legajo 1284, nº 60, 28/10/1812.

⁴⁷⁸ AGI. Santo Domingo, legajo 1286, nº 5, 05/08/1813.

⁴⁷⁹ Cf. MURRAY, D. Op. Cit., p.

falta de negros si cesarse el comercio de ellos, (y) si será conveniente su abolición ó continuación y demás que crean conveniente para las correspondientes providencias”⁴⁸⁰.

As questões relativas ao tráfico se mantiveram no ano seguinte, e nem mesmo a volta do rei Bourbon mudou esse quadro. No dia 22 de março de 1814, Fernando VII deixava de ser o monarca *desejado* para assumir o trono de um império em crise. Se não bastasse a interrupção de seu mandato antes mesmo dele começar, o período em que D. José esteve no comando trouxe mudanças nos arranjos políticos do Império de Carlos IV. Com o intuito de retomar a relação colonial por meio dos moldes do Antigo Regime, o novo monarca anulou o valor de todos os atos da Corte de Cádis, inclusive a lei Constitucional que tanto debate havia gerado entre os deputados dos dois lados do Atlântico espanhol. No entanto, a ordem havia sido quebrada. Parcela significativa das possessões hispânicas recusou-se a retomar um sistema em que parte de seus direitos recém-adquiridos eram negados. O tiro saiu pela culatra, e a tentativa de Fernando VII em redesenhar a relação colonial acabou, pois, potencializando diversos movimentos independentistas nas Américas⁴⁸¹.

Mas, não em Cuba. Ainda que algumas vozes emancipadoras e anexionistas tenham surgido neste momento⁴⁸², os colonos cubanos mantiveram sua lealdade ao monarca espanhol, reafirmando a aliança feita na última década do século XVIII. A Coroa espanhola era fundamental para a manutenção do tráfico transatlântico que, por sua vez, era o motor da *plantation* cubana. Depois de crises advindas das revoluções que transformaram o Mundo Atlântico, o ano de 1815 pode ser considerado como o momento da reafirmação do ideal escravista em Cuba. No ano anterior, a elite sacarocrata cubana conseguira uma importante vitória: Pedro Gómez Labrador, o chefe da missão espanhola no Congresso de Viena, havia recebido instruções de Fernando VII para defender a manutenção do tráfico transatlântico. Como era de se supor, Labrador contou com o apoio do português Palmela, que defendia os interesses lusitanos pela

⁴⁸⁰ Idem.

⁴⁸¹ A diversidade que marcou a colonização espanhola nas Américas fez com que os movimentos de independência de suas colônias americanas fossem plurais e complexos. No entanto, alguns trabalhos conseguiram construir um quadro analítico amplo, em que é possível examinar questões comuns aos diferentes movimentos emancipacionistas da América hispânica. CF.: LYNCH, John. “As origens da Independência da América espanhola”. In BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina. Da Independência até 1870, vol. III*. São Paulo, EDUSP/Imprensa Oficial, 2001, pp. 19-72. HALPERIN DONGHI, Tulio. *Reforma y Disolución de los Imperios Ibéricos*. Madrid, Alianza Editorial, 1985.

⁴⁸² Cf. GUERRA y SANCHEZ. OP. Cit., pp. 189-233.

manutenção do comércio⁴⁸³. Graças às intervenções das autoridades peninsulares, o tráfico voltou a ser operado em larga escala, e mais de 7 mil africanos escravizados adentraram na ilha em 1815. Naquele mesmo ano, a oligarquia *criolla* venceu uma batalha iniciada décadas antes: a Coroa revogou os privilégios da Marinha sobre os bosques e madeiras, concedendo a liberdade para o uso irrestrito das terras e recursos naturais que circundavam a capital cubana⁴⁸⁴. O projeto escravista vencia uma nova etapa e a hinterlândia de Havana tornava-se sinônimo de açúcar.

*

Se, a despeito das diferentes dinâmicas escravistas das duas cidades, a Guerra dos Sete Anos converteu o Rio de Janeiro e Havana em cidades-chave no Mundo Ibérico, o que se vê a partir da *Era das Revoluções* (sobretudo de 1808 em diante) é uma profunda assimetria política entre as duas cidades que, no entanto, tiveram o peso da escravidão igualmente reforçado em suas práticas e relações socioeconômicas. Nos dois casos, a expansão do perímetro urbano foi acompanhada pelo aumento significativo de escravos, muitos dos quais provenientes diretamente do continente africano. No entanto, os meios pelos quais a escravidão e o urbano se articularam no Rio e em Havana seguiram caminhos distintos.

No Rio de Janeiro, as elites locais aproveitaram de sua experiência no tráfico transatlântico para ampliar suas redes comerciais, principalmente após a elevação da cidade para Corte do Império português, situação que fortaleceu a aliança entre portugueses e luso-brasileiros, nuançando possíveis movimentos emancipacionistas. Milhares de africanos escravizados passaram a desembarcar no Valongo e, ao contrário do que ocorria até então, um percentual cada vez maior deles permaneceu na cidade, sendo alocado nas atividades urbanas, que se diversificaram ainda mais graças à abertura dos portos e ao incremento do comércio interno gerados pela transferência da Família Real. Por mais que a condição escravista da nova Corte tenha gerado uma série de demandas administrativas (quase todas elas cumpridas pela Intendência Geral de Polícia da Corte), a experiência haitiana se fez sentir muito mais como retórica do que como medo real de uma possível rebelião escrava. Não que os cativos não tivessem resistido. Os dados obtidos pelas prisões feitas pela polícia da Corte apontam que a luta

⁴⁸³ Idem, p. 236.

⁴⁸⁴ Cf. VENEGAS, C. Op. Cit., p.79. FURNES MONZOTE, Op. Cit., pp. 124-125.

individual contra a escravidão foi responsável pela maior parte das apreensões realizadas durante o período joanino. Mas, como foi dito, a principal forma de resistência foram as fugas e aquilombamentos dos cativos, além das práticas cotidianas, muitas vezes mediadas por possíveis negociações com seus senhores.

Em Havana, a escolha da elite *criolla* na conformação de uma economia de *plantation* escravista também foi fundamental para a conservação da condição colonial em relação à Espanha, sobretudo porque a falta de experiência no tráfico transatlântico fez da Coroa hispânica a principal salvaguarda da elite cubana na expansão deste comércio. E tal elite esteve muito atenta aos debates e posturas tomadas pelos luso-brasileiros no tocante a tais questões, chegando muitas vezes a tentar emular as decisões tomadas pelo Príncipe Regente e seus ministros. Mas, a proximidade com a colônia revoltosa de Saint-Domingue, aliada à setorização sócio racial que acompanhou o crescimento do perímetro urbano e da população de Havana (principalmente os segmentos escravos e liberto), fez com que o peso da escravidão na capital cubana custasse mais caro para as autoridades. Além das fugas e pequenos crimes cometidos pelos cativos, Havana foi palco de uma conspiração que pretendia fazer da ilha um novo Haiti. Todavia, como já assinalado, a forte aliança estabelecida entre a oligarquia cubana e as autoridades metropolitanas logrou controlar os escravos e manter o projeto de *plantation* que, de certa forma, pautou o crescimento da cidade. Embora a população escrava de Havana tenha crescido entre os anos de 1791 e 1815, boa parte dela foi empregada em serviços urbanos que estavam direta ou indiretamente ligados à produção de café e, fundamentalmente, de açúcar.

As transformações que marcaram o Mundo Atlântico a partir de 1791 de fato fizeram com que Havana e Rio de Janeiro fossem locais privilegiados para vislumbrar a aposta que o Mundo Ibérico fazia na escravidão. Por sua vez, os dados do tráfico transatlântico para as duas localidades indicam que essa escravidão seria operada numa outra escala de exploração e com novos sentidos para as duas cidades. No Rio, a escravidão aumentou porque a condição urbana foi ampliada e diversificada. Em Havana, o número de escravos cresceu porque a cidade passou a constituir-se como o principal porto da economia agro-exportadora. Eses dois processos foram coroados em 1815, ano em que o Rio de Janeiro transformou-se na sede do reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e que os impedimentos legais que interditavam o uso de boa parte da hinterlândia de Havana foram desfeitos. Ao passo que o Rio se destacou justamente por sua condição

urbana, a vivência citadina de Havana começava a ser subjugada (economicamente) pelo mundo rural circunvizinho. E, em ambos os casos, a escravidão citadina ganhava um peso cada vez maior.

CAPÍTULO 3

NAS URDIDURAS DO URBANO:

Havana e Rio de Janeiro tecidas pela escravidão (1815-1833)

Uma Havana de escravos e vadios

Mal havia se inteirado de suas novas atribuições e o recém-empossado Capitão General José María Cienfuegos Jovellanos (1816 - 1819) recebeu um informe subscrito por sete dos mais importantes sacarocratas de Cuba e pelo intendente de *Hacienda*, Alejandro Ramirez. No documento ficava assinalado que

Si queremos desterrar de nuestra sociedad los frecuentes y arraigados vicios y delitos que la infestan; si queremos mantener para con nuestros siervos extraviados la severa policía capaz de precaverles de la seducción de los díscolos y facinerosos, si queremos resistir a los ataques que nos preparan por mar y tierra nuestros émulos y envidiosos como en despique de la prosperidad y tranquilidad que hemos gozado y estamos gozando en la isla de Cuba, casi como único asilo de paz, en todos los dominios de la Monarquía española, es preciso que costeemos los instrumentos de esta policía⁴⁸⁵.

Para justificar suas propostas, os autores do documento fizeram um rápido histórico das questões relativas à segurança de Cuba – destacando os momentos turbulentos vivenciados desde a Revolução de Saint-Domingue (1791) até o fim do bloqueio continental de Napoleão (1814) -, apontando quais seriam as providências cabíveis para que o novo Capitão General gozasse da paz e tranquilidade durante seu governo. Para que não restassem dúvidas de que os propósitos do informe eram os mais louváveis, os autores finalizaram o documento afirmando que

Nuestros deseos son de desterrar los vicios y los delitos, de mejorar la educación e la generación naciente en los campos e en la Ciudad, como natural contrapeso de los inconvenientes de la servidumbre: y todo esto poniendo en vigor, no leyes arbitrarias y noveleras, sino las leyes antiguas consultadas con madurez y detención por los ancianos y experimentados Magistrados de los primeros consejos del Reyno[...]⁴⁸⁶.

O informe poderia, pois, ser lido como uma espécie de convite ao novo Capitão General para a renovação da aliança com a elite sacarocrata cubana. O único asilo de paz entre todos os domínios espanhóis no Novo Mundo manteria sua fidelidade ao rei Fernando

⁴⁸⁵ ANC, Gobierno Superior Civil. Legajo 1469, nº 57998, 1816, p.11. Os homens que assinaram o documento foram: Alejandro Ramírez (intendente de la Real Hacienda), Andres de Zayas, Conde de Santa Maria de Loreto, José Ilincheta, Antonio Duarte y Zenea, José María Peñalver y Cárdenas, Pedro María Ramirez e Isidoro Arteaga y Cervantes.

⁴⁸⁶ Idem (grifo meu).

VII, contanto que a monarquia espanhola garantisse a segurança necessária aos inconvenientes causados pela escravidão. Embora argumentassem que as providências solicitadas estivessem afiançadas por antigas leis do mundo hispânico, as medidas propostas na peça pontuavam que a Coroa espanhola teria que realizar algumas mudanças, ou melhor posto, retomar antigas normas. A escravidão ganhava um peso cada vez maior em Cuba, tanto no campo como na cidade, e por isso era preciso uma polícia efetivamente mais capacitada.

Parte significativa das trinta e duas providências elencadas no informe dizia respeito à futura atuação da polícia nos partidos rurais, que deveriam ser patrulhados por cinco quadrilhas, cada uma composta por oito homens. Todavia, no entender dos autores do documento, não bastava apenas reorganizar a força policial, era preciso remunerá-la de forma adequada e, quando possível, criar fomentos pontuais como prêmios e incentivos para os que demonstrassem maior comprometimento com a causa⁴⁸⁷. Apesar dos partidos rurais serem os locais de maior incidência de assaltos e vadiagens, os autores da peça também se mostraram preocupados com os inconvenientes causados no espaço urbano que, curiosamente, foi tratado no singular durante todo o documento: o informe versou apenas sobre Havana, mais especificamente sobre os bairros extramuros da cidade.

Embora pertencentes ao corpo de Havana (chegando a ser mais populosos do que a região intramuros), *Jesús María, Guadalupe, Regla e Jesús del Monte y Prensa* eram tidos como *gargantas* que ligavam a capital às regiões oeste, leste e sul da ilha⁴⁸⁸. Outrossim, os bairros extramuros eram passagem obrigatória de todo o açúcar que seria exportado por Havana; mas, também eram sítios de morada da população de cor e de homens brancos menos abastados. Por isso, era forçoso implementar uma política de controle que conseguisse administrar o avultado trânsito nesses bairros, sem desconsiderar que os mesmos eram habitados por “*vecinos distinguidos, de educacion y de mas experiencia en los negocios*”. Mas como fazer isso sem lembrar que tais espaços eram reapropriados pelos escravos e libertos que ali moravam? Como esquecer que fora em *Guadalupe* que as autoridades insulares encontraram a casa de José Aponte, líder de uma das mais importantes conspirações de Cuba e que tinha sua morada repleta de retratos dos líderes haitianos e dos reis negros da Abissínia?

⁴⁸⁷ Idem, pp. 5-6.

⁴⁸⁸ Idem, p. 8.

De acordo com o informe, a melhor maneira de tratar os múltiplos usos dos bairros extramuros seria aplicar o regulamento de polícia de Madri datado de 1768, que previa a uniformidade da ordenança a todas as cidades capitais do Reino. Os *juices de cuartel* e os *alcaide de barrios* – que já faziam parte de polícia de Havana – também seriam responsáveis pelas rondas cotidianas e por participar, diariamente, todos os ocorridos ao presidente do Conselho. Tudo leva a crer que os autores da peça queriam deixar claro quais instâncias governativas tinham a responsabilidade de administrar os bairros extramuros, tendo em vista o pouco tempo que tais localidades haviam sido incorporadas ao perímetro citadino de Havana⁴⁸⁹.

Mas a preocupação com a segurança dos bairros extramuros da cidade não era decorrência apenas do fantasma de Aponte. Conforme dito há pouco, os autores do informe faziam parte da elite cubana que, a despeito das revoltas que assolaram a ilha entre 1808 e 1812, entendiam que a escravidão era o motor para a execução do projeto de *plantation* açucareira. Em certa medida, a sacarocracia e as autoridades insulares encararam tais eventos como alertas que serviram para apontar as fragilidades administrativas: era uma questão de aparar arestas. Tanto assim que, entre a descoberta da conspiração de Aponte, em 1812, e a produção do informe, em 1816, mais de 34,5 mil africanos escravizados desembarcaram em Cuba⁴⁹⁰. Nunca antes na história da ilha se vira a entrada de tantos escravos num intervalo tão pequeno.

Os dados sobre o tráfico para Cuba nesses cinco anos se tornam ainda mais impressionantes se analisados anualmente. Em 1816, aproximadamente 18,3 mil africanos adentraram na ilha, quantia maior do que a soma de cativos importados no quadriênio anterior⁴⁹¹. Tal entrada massiva tinha um motivo direto: 1816 era o ano em que expiraria a licença que permitia o livre comércio de escravos, concedida pela Coroa espanhola doze anos antes⁴⁹². Sabedores disso, os representantes britânicos acirraram a ação para o fim do comércio, pressionando frequentemente os membros do *Consejo de*

⁴⁸⁹ Idem, p. 9.

⁴⁹⁰ Esses dados foram obtidos no <http://www.slavevoyages.org>.

⁴⁹¹ De acordo com os dados do *Slave Trade Database*, entre 1812 e 1815, 16.203 africanos escravizados desembarcaram em Cuba. No ano seguinte, 1816, esse número subiu para 18.384 cativos. Cf. <http://www.slavevoyages.org>. David Murray apresentou dados um pouco diferentes: entre 1812 e 1815 aproximadamente 24 mil africanos escravizados teriam entrado na ilha; no ano de 1816 o número teria sido de 17.733. Cf. MURRAY, D. Op. Cit., p. 18. No entanto, a despeito das diferentes cifras, é consenso na historiografia que a partir de 1816, o tráfico transatlântico para Cuba passa a operar numa outra escala.

⁴⁹² Cf. TORNERO TINAJERO, P. Op. Cit., p.28.

*Indias*⁴⁹³. Temerosos da possível abolição do tráfico, os sacarocratas cubanos investiram ainda mais na compra de africanos escravizados.

Além do evidente aumento do segmento escravo em toda a ilha, no caso específico de Havana observa-se que o incremento do tráfico teve efeitos na ampliação do uso dos cativos. Os principais jornais da cidade continuavam sendo um importante veículo de compra e venda desses escravos recém-desembarcados e daqueles que viviam na ilha há mais tempo. Conforme visto no capítulo anterior, entre os anos de 1790 e 1815, verificou-se que a maior parte dos escravos homens anunciados nos jornais da cidade era destinada à serviços específicos, ao passo que a maior parte das mulheres era apregoada para realizar mais de uma atividade. O que se observa a partir de 1816 é o aumento do número de escravos homens que passaram a ser vendidos para trabalhar em diversos serviços⁴⁹⁴. No dia 8 de julho de 1816, por exemplo, foi anunciado no *Diario del Gobierno de la Habana* um escravo ganga, de 18 anos, bom cozinheiro, cocheiro e cabelereiro⁴⁹⁵. Quinze dias depois, o mesmo jornal anunciava outro cativo da mesma idade, só que crioulo, jornaleiro com princípios de sapateiro, pedreiro e cozinheiro⁴⁹⁶. Os escravos que já estavam em todos os lugares, passaram a ser ainda mais explorados.

A pressão para o fim do tráfico aumentou expressivamente a cifra de africanos desembarcados em Havana. Embora a maior parte desses cativos rumasse para os engenhos de açúcar e os cafezais da ilha, os que ficavam na capital realizavam toda sorte de serviços, pois, numa cidade sabidamente escravista, ter princípios de pedreiro ou cozinheiro já não era garantia de muita coisa. Aparentemente todo escravo saudável era um “faz tudo” em potencial. Dependendo da saúde, das condições de trabalho e da relação estabelecida com seu senhor, esse cativo poderia comprar sua alforria, à vista ou a prazo, aumentando assim o segmento liberto de Havana⁴⁹⁷. Já inseridos no mercado, a maioria desses libertos passava a competir por trabalho com escravos jornaleiros e vendedores, reforçando a ideia que a classe trabalhadora da ilha tinha cor. Tal constatação, numa sociedade cada vez mais racializada, causava certo impasse para a

⁴⁹³ Cf. MURRAY, D. Op. Cit., p. 50-62.

⁴⁹⁴ Importante salientar que o anúncio de escravos homens para a realização de duas ou mais atividades manteve-se em Havana até a década de 1830.

⁴⁹⁵ Cf. NÚÑEZ JIMÉNEZ, A. Op. Cit., p. 300

⁴⁹⁶ Idem, p. 301.

⁴⁹⁷ Em sua análise sobre Havana, Carlos Venegas apontou que a coartação era uma das principais formas de obtenção da liberdade por parte dos escravos. Em estudo recente, Claudia Varella analisou tal processo, que consistia na compra a prazo da alforria, demonstrando como muitos escravos citadinos se valeram da maior autonomia de trânsito e do acesso facilitado ao dinheiro para galgar sua liberdade. Cf. VENEGAS, Op. Cit., VARELLA, C. Op. Cit.

população branca e pobre: se, por um lado, as terras cultiváveis estavam quase todas nas mãos da sacarocracia, por outro, os demais serviços eram realizados pelos chamados “homens de cor”, pouco importando se escravos ou libertos. O que sobrava para a maior parte desse segmento intermediário da sociedade cubana? Aquilo que a intelectualidade *criolla* definiu no ofício de 1816 como um dos “inconvenientes da servidão”: a vadiagem.

Não se sabe se influenciado pelo informe, Cienfuegos Jovellanos - que assumiu o poder em abril de 1816 - conseguiu captar parte da relação descrita acima. Ao tipificar um dia em Havana, o novo Capitão General salientou que

A medida que va entrando la mañana aparecen por todas partes los vendedores ambulantes; hojalateros, ropavejeros, con sus carretas llenas de trapos, fruteros, afiladores y buhoneros de ambos sexos a lomos de viejos y peludos rocines o con sus alforjas al hombro; llevan agujas, horquillas, metales y piezas de hiladillo, de diversos gustos y colores. Mezclan en las calles sus voces a los habituales ruidos del tráfico en la ciudad. La bahía y los muelles van, poco a poco, llenándose de gentes desocupadas a las que se ve circular de acá para allá, sin rumbo y curioseándolo todo. Pasean entre los negros africanos y los descargadores – los peones blancos rehúyen mezclarse en el trabajo con los negros – que cantando sus raras canciones, pesan, cargan y entongan los carretones con las cajas de azúcar o café. Pasean también las morenas niñeras y las amas de cría, gordas, exuberantes, lujosamente vestidas y enjaezadas – oro falso en pendientes y collares –, llevando en brazos o de la mano a los niñitos de sus amos: blancos algunos y morenos con sus gotitas de sangre de color los más⁴⁹⁸.

Segundo o Capitão General, pela manhã, as ruas de Havana eram igualmente tomadas por negros (escravos e libertos) que trabalhavam no porto, nas ruas, nas casas senhoriais mais abastadas, mas também por desocupados; enquanto os peões brancos se recusavam a laborar junto com a “população de cor”, os escravos e seus descendentes continuavam sendo a mão-de-obra fundamental da capital cubana. Porém, como ressaltou o próprio Jovellanos, ao trabalhar os negros também emprestavam à Havana suas raras canções e, quando possível, a exuberância de suas vestimentas e outras instâncias da sua corporeidade.

Os empréstimos que africanos e seus descendentes deram para Havana ficavam ainda mais evidentes na vivência noturna, momento em que Cienfuegos Jovellanos pôde vislumbrar outras consequências oriundas da força da escravidão no espaço urbano. Ao descrever as canções e danças dos negros, o Capitão General acrescentou um tom pitoresco em sua escrita, que parecia reconhecer alguns dos inconvenientes a que fora

⁴⁹⁸ CIENFUEGOS-JOVELLANOS GONZÁLEZ-COTO, Francisco de Borja. *Memorias del artillero José María Cienfuegos Jovellanos (1763-1825)*. Ideias en Metal, Gijón, 2004, pp. 138-139 (grifo meu).

alertado pela elite cubana. Os bailes frequentados pelos segmentos mais pobres da cidade eram lugares em

[...]que se cantan y danzan las cosas más sucias y escandalosas que puedes imaginarte. Pero este bailar, dígame lo que se diga, no está al alcance de cualquiera que se proponga ejecutarlo; para bailar estas danzas se precisa ser negro, dormir en hamaca y alimentarse de coco, yuca, plátano y tasajo, recibiendo sobre la piel este sol ardoroso del Caribe⁴⁹⁹.

No entanto, como apontado pelo próprio Capitão General, “*en la Habana se canta y baila en todas as partes*”⁵⁰⁰. Se o *pueblo bajo* (e negro) divertia-se nos bailes profanos, a elite de Havana, aquela que habitava os casarões e palacetes intramuros, frequentava a Ópera com seus trajes ornamentados e suas joias ostensivas. E, na saída do Teatro, sentia-se uma vez mais o peso da escravidão. Dezenas de carruagens reluzentes, dirigidas por cativos, aguardavam o fim do espetáculo para conduzir seus senhores de volta para casa. Aqueles que viviam nas cercanias eram esperados por escravos a pé, incumbidos de iluminar o retorno de seus amos. Findadas as apresentações, os sinos badalavam avisando o toque de recolher. A partir de então, o silêncio tomava as ruas de Havana, interrompido apenas pelos murmúrios dos *serenos*⁵⁰¹. Ainda que estereotipada, a noite pintada por Cienfuegos Jovellanos revelava aspectos interessantes da Havana de então. Uma cidade que amanhecia com o canto dos escravos, e que ia dormir com as cantigas daqueles que vigiavam os cativos: uma cidade escravista em todos os sentidos.

A racionalização do espaço urbano empregada pelos Capitães Gerais que administraram Havana entre os anos de 1763 e 1815 não havia conseguido evitar que a necessidade da mão-de-obra escrava e liberta resultasse em outros usos da cidade por estes segmentos. Com o crescimento expressivo do número de escravos na ilha, medidas como a de Las Casas – que retirou os *cabildos de nacion* da porção amuralhada de Havana – não surtiam mais o mesmo efeito. Assim como o segmento cativo, a cidade havia crescido e, para governá-la, era preciso analisá-la em sua totalidade. A fim de conhecer efetivamente os habitantes da capital cubana e implementar uma política que coibisse a apropriação do espaço citadino pelos escravos e libertos, em 1817, o poder metropolitano (apoiado pela oligarquia da ilha) fez outro censo de Havana, o primeiro que abarcou os bairros *intra* e *extramuros* da cidade.

⁴⁹⁹ Ibidem.

⁵⁰⁰ Idem, p. 144 (grifo meu).

⁵⁰¹ Ibidem.

TABELA 8- CENSO DE HAVANA EM 1817

	Livres			Escravos	
	Brancos	Mulatos	Negros	Mulatos	Negros
Homens	20.372	4.565	6.594	1.481	11.310
Mulheres	17.990	4.446	5.767	1.062	10.488
Total Parcial	38.362	9.011	12.361	2.543	21.798
	59.734			24.341	
Total	84.075				

Fonte: SAGRA, R. Op. Cit., p.5.

Se comparado com o Censo de 1794, a população de Havana representava um percentual ainda menor do total da ilha. Graças ao fomento da produção de café e, principalmente, de açúcar, com o correspondente incremento do tráfico transatlântico, em 1817, Cuba possuía 553.028 habitantes, dos quais pouco mais de 15% moravam em Havana⁵⁰². Embora a população da capital tenha diminuído proporcionalmente em relação ao restante da ilha, Havana era uma dentre as cinco cidades mais populosas da América⁵⁰³. Mais da metade desses habitantes, 54%, era composta por homens e mulheres “de cor”. Em certa medida, as cantigas e danças negras que chamaram a atenção de Cienfuegos Jovellanos apareceram no Censo de 1817.

Os dados censitários revelavam que as autoridades responsáveis pela administração de Havana tinham em mãos uma equação de difícil solução. Se, por um lado, era necessário aumentar a população branca da cidade e diminuir bruscamente a vadiagem que acometia este segmento, por outro, a redução do número de escravos não era uma opção no curto prazo, na medida em que colocava em risco o bom andamento do projeto econômico iniciado décadas antes. Uma das saídas encontrada pelas autoridades espanholas foi a criação da *Junta de Fomento a la Poblacion Blanca*⁵⁰⁴. A ideia deste

⁵⁰² Dados censitários obtidos em: SAGRA, R. Op. Cit., p. 5.

⁵⁰³ De acordo com os dados censitários apresentados por Venegas Fornias, entre 1817 e 1820, Havana era a quarta cidade mais populosa do Novo Mundo, perdendo apenas para a Cidade do México, Nova Iorque e Salvador. Cf. VENEGAS FORNÍAS, C. *Cuba y sus pueblos. Censos y mapas de los siglos XVIII y XIX*. La Habana, CICCJM, 2002, p. 137 (tabela 3).

⁵⁰⁴ O incremento da população escrava (e consequentemente liberta) e o medo de insurreições de caráter racial foram temas que andaram juntos na história de Cuba. Desde que a elite crioula definiu os termos de seu projeto econômico, as autoridades tentaram encontrar formas de manter a desigualdade racial, sem levar essa tensão ao limite. Sobre as diferentes políticas a respeito da racialização da sociedade cubana durante o século XIX, ver: NARANJO OROVIO, C. GÁRCIA GONZÁLEZ, A. *Racismo e Inmigración en Cuba en el siglo XIX*. Madrid, Ediciones Doce Calles, 1993. (No caso específico da criação da Junta de Población Blanca em 1817, ver pp. 54-63). NARANJO OROVIO, C. La amenaza haitiana, un miedo interesado: poder y fomento de la población blanca en Cuba. In: GONZÁLES-RIPOLL. NARANJO,

órgão – que já havia sido rascunhado em tempos anteriores - era atrair o maior número possível de homens brancos (sobretudo peninsulares) para a ilha, assegurando condições mínimas de trabalho. O insucesso dessa iniciativa pode ser verificado por meio dos anúncios dos principais jornais de Havana. Como pontuado anteriormente, a partir de 1816 um número cada vez maior dos cativos (independentemente do gênero) era oferecido para a execução de dois ou mais serviços. Essa tendência manteve-se nos anos seguintes, criando um mercado mais dinâmico, cada vez mais balizado pela oferta e não mais pela demanda por cativos⁵⁰⁵.

A dinamização do mercado de escravos urbanos de Havana esteve intimamente relacionada com a assinatura do Tratado de Anglo-espanhol, em setembro de 1817. Depois de duras negociações entre espanhóis e britânicos, a Coroa espanhola finalmente se comprometeu a abolir o tráfico transatlântico até maio de 1820⁵⁰⁶. Em tese, neste curto intervalo, suas possessões americanas teriam que importar a mão-de-obra necessária, dando prioridade para a compra de mulheres escravas que viabilizariam a reprodução endógena dos cativos. Como era de se esperar, o incremento do comércio transatlântico observado no ano anterior cresceu ainda mais⁵⁰⁷.

Em fevereiro de 1818, o tratado de Madri foi publicado em Cuba gerando uma dupla resposta da oligarquia *criolla*. Por um lado, a elite iniciou uma dura política na tentativa de flexibilizar o tratado, usando como argumento os termos do acordo assinado entre Portugal e Inglaterra para a abolição do tráfico para o Brasil⁵⁰⁸. Por outro, com medo de que seus argumentos não surtissem efeito, a elite sacarocrata investiu ainda mais no tráfico. Exemplo disso pode ser atestado com os números de 1817: no mesmo ano da assinatura do tratado, mais de vinte e cinco mil africanos escravizados adentraram na

FERRER, GARCÍA. OPATRNY. *El Rumor de Haití en Cuba: temor, raza y rebeldía, 1789-1844*. Madrid, CSIC, 2004, pp. 83-178.

⁵⁰⁵ Cf. NÚÑEZ JIMÉNEZ, A. Op. Cit., pp. 300-337.

⁵⁰⁶ O longo debate e os inúmeros acordos firmados entre britânicos e espanhóis antes da assinatura final do Tratado em 23 de setembro de 1817 foram analisados pormenorizadamente por David Murray. No capítulo em que examinou as questões diplomáticas referentes à assinatura deste tratado, o autor demonstrou como as autoridades hispânicas tiveram que negociar tanto com os abolicionistas ingleses como com os representantes da oligarquia *criolla* cubana. Na época, a Espanha era a única localidade que ainda não havia se comprometido formalmente com o fim do tráfico, graças às benesses que o comércio representava para as poucas colônias que ainda restavam sob o domínio espanhol. Cf. MURRAY, D. OP. Cit., pp. 50-71.

⁵⁰⁷ Desde o ano anterior, a pressão britânica para o fim do comércio transatlântico de africanos escravizados já havia causado forte impacto na conformação da população de Cuba. Conforme apontado, o medo do fim do comércio, fez com que, em 1816, a sacarocracia cubana importasse mais de 18 mil africanos escravizados.

⁵⁰⁸ Cf. MURRAY, D. Op. Cit., pp. 72-77.

ilha⁵⁰⁹. No triênio seguinte, a importação de africanos continuou sendo operada nessa escala de valores, fazendo de Havana a porta de entrada de quase cem mil africanos escravizados⁵¹⁰. A grande oferta de cativos e os diversos caminhos que viabilizavam a compra da alforria em Cuba acirraram ainda mais a competitividade por trabalho no mundo urbano⁵¹¹. Escravos e libertos estavam cada vez mais preparados para atender as demandas do espaço citadino, transformando a mão-de-obra branca em algo oneroso e, em última instância, desnecessário.

A pressão inglesa para o fim do tráfico transatlântico foi um elemento fundamental na conformação da cidade de Havana a partir do segundo semestre de 1817. Ao passo que aumentava a população escrava da cidade, cresciam os registros de vadiagem na documentação administrativa da cidade. Em outubro de 1819, pouco depois de assumir o comando de Cuba, o novo Capitão General Juan Manuel de Cagigal y Niño publicou um *Bando de Buen Gobierno* que, baseado em leis anteriores, buscava o cumprimento da “*letra y sentido*” das regras expostas para a melhor governança de Havana⁵¹². Assim como o censo de 1817, o documento feito por Cagigal foi o primeiro *bando* que levou em conta a totalidade *intra* e *extramuros* da cidade. Grosso modo, as setenta e duas medidas que compõem o documento podem ser divididas em três grandes grupos: aquelas que versavam sobre o melhor governo dos escravos e da população de cor da cidade; as que visavam a diminuição da vadiagem na capital cubana; e, por fim, as medidas que objetivavam a organização e o bom funcionamento do espaço urbano propriamente dito.

No que tange o governo dos escravos e da população de cor, o documento formulado por Cagigal não apresentava grandes novidades se comparado a outros *Bandos*. No entanto, a reedição de medidas anteriores num contexto marcado pelo aumento da população negra e mestiça da cidade, bem como pela ampliação do uso dos escravos urbanos, revela algumas das implicações cotidianas do cativeiro em Havana. Cagigal

⁵⁰⁹ Esses são os dados oferecidos pelas estimativas do banco de dados do *Slave Trade Database* e pelos cálculos feitos por David Murray (p. 18).

⁵¹⁰ De acordo com os dados recolhidos pelo *Slave Trade Database*, entre os anos de 1816 e 1820, 91.741 africanos escravizados adentraram legalmente em Cuba.

⁵¹¹ Importante salientar que, além de morada dos escravos urbanos que haviam conseguido comprar sua liberdade, Havana também era o local para onde se dirigiam muitos alforriados de outras partes de Cuba, que viam a cidade como um lugar mais favorável para a busca de trabalho e a reconstrução da vida em liberdade.

⁵¹² Biblioteca Nacional de Cuba (doravante BNC). *Bando de Buen Gobierno del escelentísimo señor Don Juan Manuel Cagigal*. Habana, Oficina de Arazoza y Soler, impresores del Gobierno y Capitanía General y de Cámara por S. M., 1819.

começou o *Bando* com o alerta à necessidade de introduzir e educar os cativos na fé cristã (sobretudo os milhares de boçais), evitando que eles falassem palavras decompostas e obscenas nas ruas, ou então blasfemassem de Deus. Ainda na lógica católica, o documento determinava que os senhores citadinos, assim como os demais da ilha, não deveriam obrigar seus cativos a trabalhar nos domingos e dias santos, tratando-os “*con la humanidad que merecen*”⁵¹³.

Embora essas normas estivessem sido estipuladas séculos antes, muitos senhores não a levavam ao pé da letra, deixando que a exploração do trabalho escravo falasse mais alto do que a possível salvação desses cativos. No entanto, desde a assinatura do Tratado em 1817, Havana passava a sediar uma das Comissões Mistas (compostas por representantes da Coroa espanhola e britânica) que tinha por objetivo julgar a situação dos africanos que entrassem ilegalmente na ilha⁵¹⁴. Um dos argumentos da oligarquia cubana para a justificação do tráfico transatlântico era justamente a defesa de que a escravização tinha um caráter civilizador, na medida em que freava a barbárie característica das “nações” africanas. A doutrina cristã era o primeiro veículo para essa pretensa salvação. Se os proprietários cubanos não fossem capaz de ensinar os primeiros passos do cristianismo para seus cativos, eles mesmos invalidariam sua frágil argumentação⁵¹⁵. Justamente por isso, Cagigal arroxou algumas medidas, chegando a estipular que os proprietários que não batizassem seus escravos boçais em até dois anos após a compra teriam que pagar multa e poderiam perder o cativo⁵¹⁶.

A catequese dos africanos escravizados era assim a primeira de muitas medidas que os senhores deveriam tomar a fim de garantir o bom funcionamento de uma cidade escravista. Outras posturas foram reeditadas pelo Capitão General, que foi deveras enfático ao sublinhar a proibição do porte de armas no perímetro urbano - interdição que recaía sobre todos os habitantes de Havana, mas que era especialmente lembrada no caso dos cativos. E, naquele momento, além das espingardas, facas e punhais, arma era todo objeto que pudesse colocar em risco a segurança dos moradores da cidade. Sequer as ferramentas de trabalho dos escravos poderiam ser transportadas em Havana sem licença prévia. A medida também se estendeu aos cativos rurais que, por vezes,

⁵¹³ Idem, pp. 1-2.

⁵¹⁴ Cf. CORWIN. Op. Cit., pp. 28-29.

⁵¹⁵ Durante as negociações para a assinatura do Tratado de Madrid, a oligarquia *criolla* de Cuba chegou a argumentar que a escravização de africanos tinha um caráter civilizador, no que os britânicos concordaram, contra argumentando, contudo, que tal empreitada civilizatória deveria ser realizada dentro da própria África. Cf. MURRAY, D. Op. Cit., pp. 52-54.

⁵¹⁶ BNC. *Bando de Buen Gobierno*, 1819, 3ª postura, p. 2.

visitavam a cidade. A preocupação quanto ao possível armamento dos cativos era tamanha que a pena de tal medida consistia em dois meses de reclusão na *La Cabaña*, além do pagamento de multa. Essa foi outra maneira que o Capitão General encontrou para aumentar o controle nos bairros extramuros que ligavam o centro da capital às regiões agrícolas⁵¹⁷.

Se as armas não eram permitidas, reuniões ou quadrilhas muito menos. De acordo com o *Bando*, após a última missa qualquer ajuntamento na cidade ou nos subúrbios seria considerado suspeito e, justamente por isso, poderia ser desfeito pelos *Alcaldes de barrio*, que ainda tinham o poder de prender qualquer negro ou mulato (livre ou escravo) que andasse pelas ruas de Havana sem iluminação⁵¹⁸. Até mesmo as reuniões que, em tese, tinham forte ligação com a religiosidade católica professada por parte da população de cor de Havana foi assunto do documento. Ao que tudo indica, o tom pitoresco com o qual Cienfuegos Jovellanos tratou os bailes de negros em Havana não surtiu a mesma comoção em Cagigal. Num tom muito mais próximo ao de Las Casas, o então Capitão General estipulou que os *cabildos* e bailes de negros só poderiam ser celebrados aos domingos ou dias santos nas bordas da cidade sob a supervisão de um Comissário, que seria pessoalmente responsabilizado por qualquer desordem que não fosse comunicada. O *Bando de Cagigal*, como ficou conhecido, tentou cercear qualquer tipo de apropriação que escravos e libertos pudessem exercer sobre o espaço público de Havana.

⁵¹⁷ Idem, postura 13, p. 7

⁵¹⁸ Ibidem, posturas 19 e 20, p. 9.

FIGURA 15 - FESTA DO DIA DE REIS EM HAVANA

(MIALHE, Frédéric. *Isla Pintoresca de Cuba*, 1850) Pierre Toussaint Frédéric Mialhe era um artista francês que, em 1838, foi contratado pela *Real Sociedad Patriótica* de Cuba para registrar vistas e paisagens da ilha. Produzida em 1839 e publicada mais de dez anos depois, a litogravura acima representa a comemoração do dia de Reis em Havana. Levando em consideração o posicionamento dos personagens em relação às torres da Igreja o fundo, é possível afirmar que, obedecendo as normas estipuladas por Las Casas em 1792 e reiteradas por Cagigal em 1819, a esta festa estava ocorrendo nas *orillas* da cidade, no lado intramuros, bem próximo à muralha. A comemoração do Dia dos Reis fazia parte da Epifania Católica e era uma das mais importantes festividades para a população negra de Cuba, sobretudo para os escravos e libertos denominados *congo*, por isso era uma das poucas festividades que podiam ocorrer na porção intramuros de Havana. Segundo Fernando Ortiz, umas das razões para tamanha importância devia-se ao fato dos *cabildos* congos de Havana cultuarem Melchior como um dos seus santos. No dia 06 de janeiro, comemorava-se a visita dos três reis magos – Gaspar, Baltazar e Melchior - ao menino Jesus. Embora nenhum Evangelho tenha feito menção, existia a crença de que esses reis magos simbolizavam as três “raças” humanas, e acreditava-se que os escravos e libertos congos (que, em tese, haviam tido contato com o catolicismo ainda na África) aproveitavam a ocasião para cultuar Baltazar, o rei negro, e para consagrar seus próprios reis e rainhas. Sendo assim, a cada quatro anos os membros dos *cabildos* congos aproveitavam a festa de Reis para eleger os chefes de suas associações.

Todavia, para além da sagração divina e da eleição de seus líderes, a Festa de Reis era um dos momentos mais significativos para a população negra e mestiça de Havana, pois também era uma ocasião em que diversos grupos africanos (e seus descendentes) rememoravam práticas e costumes oriundos da África e os reliam na dinâmica estabelecida no Novo Mundo. As vestimentas, ornamentos e instrumentos utilizados nessa festividade apontam parte da origem africana da festividade que, como registrado por Mialhe, também era acompanhada por negros trajando fraque e cartola, e observada por ciganos e até mesmo *vecinos* mais abastados.

Os espaços privados também estiveram na mira de Cagigal. As casas de truco e bilhar – únicos locais em que os jogos lícitos poderiam ocorrer - deveriam funcionar com as portas abertas, como as demais lojas, obedecendo ao horário comercial. Aqueles que infringissem a norma estariam sujeitos às multas aplicadas pelos Comissários. As tabernas e bodegas – que podiam funcionar até mais tarde – tinham que controlar seu público e estavam proibidas de receber mulheres no seu interior. Também era vetado aos donos desses estabelecimentos oferecer bebidas alcoólicas e permitir a estada de escravos que não tivessem autorização senhorial para *viver sobre si*. Na realidade, desde o século XVII, nenhum homem livre tinha o direito de alugar quarto ou acoutar escravos que não possuísem licença de seus proprietários para dormirem fora de casa⁵¹⁹. É provável que muitos escravos fizessem valer o anonimato oferecido pelo mundo citadino – e reforçado pelo grande número de negros e mulatos de Havana – para passar dias longe do olhar senhorial. Como não podia controlar o trânsito dos escravos durante o dia, Cagigal tentou cercear os prováveis comparsas dos cativos, definindo que aqueles que acolhessem escravos urbanos poderiam perder suas pensões ou tabernas e ainda teriam que repassar para os proprietários os jornais recebidos pelos cativos durante o tempo em que eles estiveram sob seu teto.

Tal medida fazia parte de uma política mais ampla, que envolvia o mapeamento de todos os habitantes de Havana, independentemente da condição social. Esse projeto definia ainda que qualquer um que fosse se ausentar da cidade pedisse autorização ao Governo sob pena de multa. Cagigal queria assegurar a tranquilidade e ordem no trânsito de Havana e, sem dúvida alguma, a fuga dos escravos – constantemente anunciada nos jornais - e a possibilidade deles se manterem foragidos dentro do perímetro urbano foram motivações consideráveis para a intensificação no controle da cidade. No dia 22 de março, por exemplo, foi posto a venda um negro mandinga, de 25 anos e com tachas de “*borracho y cimarron*”⁵²⁰. Outros cativos aproveitaram as facilidades geradas pela grande circulação de escravos e forros para realizar fugas pontuais, que também deveriam ser levadas em conta na administração da cidade.

Relembrando os princípios ilustrados, a mesma ordenação imposta à circulação e à apropriação dos espaços urbanos foi aplicada na limpeza e ordenança da cidade. A *Zanja Real* – principal aqueduto de água na Havana - não poderia mais ser utilizada

⁵¹⁹ Ibidem, posturas 11, 12, e 50, pp. 6-7 e 27.

⁵²⁰ NÚÑEZ JIMÉNEZ, A. Op. Cit., p. 315.

pelas escravas e forras que ganhavam a vida lavando roupa, muito menos servir como local de banho para cativos e transeuntes. As vias e ruas da cidade deveriam ficar livres para facilitar o tráfego, de modo que não seriam permitidas presenças de animais, nem qualquer obra que atrapalhasse a circulação em Havana - já muito dificultada pelas centenas de carruagens e carroças que transportavam as damas da sociedade e as caixas de açúcar que seriam embarcadas⁵²¹. De alguma forma, em meio aos escravos e vadios, as posturas elaboradas por Cagigal afiançavam que Havana, por ser escravista, também deveria ser um local de passagem.

No entanto, por mais que as autoridades tentassem, não havia como controlar tudo o que passava pelas ruas e vias de Havana. Algumas vezes, o problema não estava nos transeuntes – fossem eles escravos ou libertos que ganhavam a vida trabalhando na cidade, ou vadios que faziam desse mesmo espaço seu local de lazer. Ideias, muitas delas perigosas, também transitavam em Havana, reforçando seu papel capital em Cuba.

Na manhã de 28 de março do ano de 1821, por exemplo, circulou pelas ruas de Havana o que seria o primeiro número do periódico intitulado *El Negrito*. Com um texto enxuto e direto, o editor D. Francisco J. de Burgos defendia que

son españoles todos os hombres libres nascidos y avecinados en los dominios de las españas, y los hijos de estos; y [...] se les abren las puertas del ciudadanato por medio del merecimiento y la virtud à los españoles, que por cualquiera línea son habidos por originarios de África; manifestándoles á lo que deben aspirar para lograr carta de tales⁵²².

A menção dos Artigos 5 e 22 da Constituição Liberal espanhola, apontam que o editor em questão conhecia parte do debate realizado em Cádiz e que, em certa medida, propunha a ampliação das discussões realizadas em 1812. O Artigo 5 determinava a igualdade civil dentre todos os habitantes livres do mundo hispânico, inclusive aqueles de ascendência africana; o segundo admitia a inserção dos cativos que viessem a conseguir a liberdade – direito há muito afiançado pelas leis espanholas. Mas Francisco Burgos ia além. De acordo com o editor, era necessário lembrar que os escravos geravam importantes benefícios a seus senhores e, por isso, deveriam vislumbrar algum tipo de compensação, caso galgassem a liberdade. Só dessa forma, a Constituição Liberal poderia ser plenamente aplicada. Sendo assim, de acordo com o editor, era

⁵²¹ BNC. *Bando de Buen Gobierno*, 1819, posturas 45 e 58.

⁵²² *El Negrito*, vol. 1, nº 1, 28 de marzo de 1821. Cuban Heritage Collection, University of Miami Libraries.

forçoso que os africanos, ainda no cativeiro, fossem ensinados sobre a honradez e a distinção que a liberdade poderia trazer⁵²³.

FIGURA 16 - CAPA DO PERIÓDICO EL NEGRITO

(*El Negrito*, vol. I, nº 1, 1821. Cuban Heritage Collection, University of Miami Libraries). A imagem que ilustrava a capa do jornal era muito emblemática: um homem negro, de roupas simples, calçado, com as mãos abertas, como se estivesse esperando a da liberdade. Disponível em: <http://merrick.library.miami.edu/cdm/singleitem/collection/chc9998/id/847>

Em certa medida, as propostas de Francisco Burgos faziam parte de um movimento mais amplo que havia tomando conta do Império espanhol: a retomada constitucionalista. O estopim deste movimento ocorreu com a *Revolta de Riego* em janeiro de 1820, o que resultou no afastamento de Fernando VII e na restituição das Cortes, que agora estavam sediadas em Madri. Para além dos debates referentes à representatividade política dos deputados americanos – tensionada pela emancipação eminente do México –, o primeiro ano do Triênio Liberal (1820-1823) também foi marcado por debates referentes ao tráfico de africanos escravizados que, conforme

⁵²³ Idem.

visto, deixaria de ser um comércio lícito a partir de maio de 1820⁵²⁴. Quando Burgos pôs *El Negrito* para circular em Havana, fazia menos de uma semana que o Ministro das Relações Exteriores da Espanha havia explicitado a necessidade de uma comissão especial para debater o Tratado assinado pela Espanha e Grã-Bretanha em 1817. O mesmo Ministro - temeroso em perder o apoio britânico – defendeu o cumprimento dos termos assinados quatro anos antes, o que gerou a resposta rápida e contundente de Juan Bernardo O’Gavan, deputado cubano cuja eleição havia sido impugnada pelas Cortes de Madri⁵²⁵.

Do outro lado do Atlântico, suvertendo o instrumento elaborado em 1812, Francisco Burgos defendia a igualdade de condições entre todos os livres (e libertos) de Cuba, independentemente da sua cor. Para dar mais consistência a seus argumentos, Burgos publicou no final do primeiro número de *El Negrito*, as mazelas de Juan José de Leon, homem negro, livre e miliciano de Havana. A história contada por José de Leon era consequência direta da desigualdade de direitos que acometia os cidadãos espanhóis. Na noite do dia 11 de março, Leon foi interceptado pelo comissário Nicolas Santa-Cruz e acabou preso por andar pelas ruas da cidade sem farol. Leon tentou argumentar que sua condição de miliciano lhe permitia tal trânsito, ao que Santa-Cruz retrucou dizendo que sua licença não tinha serventia e que Leon deveria segui-lo até o quartel de *Dragones*. O que se passou a partir de então foi a mais pura extorção. O Comissário Santa-Cruz eximiria Leon do pagamento da multa, contanto que o mesmo se dirigisse até sua casa levando a módica quantia de três pesos – que era o valor médio do jornal de um bom escravo de ganho. Pobre, com poucos recursos, Leon não conseguiu atender a chantagem do comissário, que passou a persegui-lo e intimidá-lo frequentemente. Sem muita saída, Leon procurou ajuda de Francisco Burgos para denunciar a injustiça que havia sofrido⁵²⁶.

A resposta que O’Gavan articulou em defesa da manutenção do tráfico transatlântico - mesmo estando formalmente fora do debate constitucional - e a receptividade que *El Negrito* teve em Havana apontam a coerência de pensamento e ação da hegemonia *criolla* de Cuba. Defender a igualdade civil como premissa liberal num contexto em que o tráfico, a escravidão e a condição colonial estavam em discussão fez do periódico de

⁵²⁴ Cf. MURRAY, D. OP. Cit., pp. 50-71. CORWIN. Op. Cit., pp. 27-29.

⁵²⁵ Os debates parlamentares sobre o Tratado de Madri (1817) e a reação de O’Gavan foram finamente analisados em: BERBEL, MARQUESE, PARRON. Op. Cit., pp. 139-147.

⁵²⁶ *El Negrito*, vol. 1, nº 1, 28 de marzo de 1821.

Burgos um rastilho de pólvora que, caso aceso, poderia ter consequências incalculáveis. A defesa (aberta) do liberalismo constitucional e (velada) da abolição foi a grande responsável pela interdição da Imprensa *Tormentaria*, que em abril do mesmo ano foi proibida de imprimir novos exemplares do *El Negrito*⁵²⁷. No mesmo mês, O'Gavan conseguiu formular um documento que ficou conhecido como uma das expressões mais bem acabadas da ideologia pró-escravista de Cuba⁵²⁸. A partir dos argumentos expostos pelo cubano, os termos acordados no tratado anglo-espanhol de 1817 tornaram-se letra morta, e com a anuência da Corte espanhola, o tráfico foi mantido, só que na ilegalidade⁵²⁹. Os deputados liberais compreenderam que, naquele contexto turbulento, perder o apoio da possessão mais fiel das Américas representaria, inevitavelmente, a perda de Cuba. As autoridades espanholas dariam para a elite cubana a retaguarda (política e militar) para a manutenção do comércio de africanos escravizados, contanto que a mesma elite deixasse de lado qualquer discurso emancipacionista.

Burgos não foi a única voz dissonante calada em Havana. Félix Varela – que fora colega de O'Gavan no Seminário de San Carlos e deputado cubano durante o Triênio Liberal – foi um dos maiores defensores não só do fim do tráfico, como da abolição (gradual) da escravidão em Cuba. Ainda que não tenha publicizado seus argumentos contrários à política impetrada pela oligarquia *criolla*, após as Cortes de Madri, Varela preferiu o exílio, tornando-se um dos maiores advogados da independência cubana⁵³⁰. Uma vez mais, os interesses escravistas da oligarquia *criolla* falaram mais alto. O medo de uma possível independência ou da anexação aos Estados Unidos era mais forte do que a defesa dos ideais abolicionistas e até mesmo que a pressão inglesa para o fim do tráfico. Sabedores do quanto valia sua fidelidade à Metrópole, a elite sacarocrata de Cuba conseguiu que sua plataforma fosse atendida tanto no governo liberal, como na volta do Bourbon Fernando VII, que, no segundo semestre de 1823, retomou o poder absoluto com a ajuda da França, novamente bourbônica.

⁵²⁷ LANDERS, Jane. Op. Cit., p. 163-166.

⁵²⁸ Cf.: BERBEL, MARQUESE, PARRON. Op. Cit., pp. 144-146.

⁵²⁹ De acordo com os trabalhos que analisaram os debates sobre o tráfico transatlântico durante o Triênio Liberal, é consenso que parte das reivindicações feitas pela elite *criolla* para a manutenção do tráfico transatlântico devia-se às posturas tomadas pelo rei português, D. João VI, que em 1817 havia se recusado a seguir os termos acordados com a Inglaterra anos antes, mantendo o comércio de africanos escravizados para suas possessões. Cf. MURRAY. Op. Cit. BERBEL, MARQUESE, PARRON. Op. Cit., p. 143.

⁵³⁰ Félix Varela foi uma figura fundamental no debate sobre a escravidão, o tráfico e a condição colonial de Cuba. Sobre sua trajetória ver: PIQUEIRAS, José Antonio. *Félix Varela y la prosperidad de la patria criolla*. Madrid, Fundación Mapfre/Ediciones Doce Calles, 2007.

Vives e a Havana escravista

Cecílio Serafim mal havia entrado na idade adulta e já fora preso em Havana. Crioulo, pouco mais de quinze anos e cativo da “*morena nacional*” Isabel Cristo, em 1825, Serafim foi encaminhado para o presídio do *Quartel dos Batalhões de los Morenos Leales*. De acordo com o oficial encarregado de manter a tranquilidade pública, fazia tempo que o escravo atentava as autoridades incumbidas de policiar a praça do mercado. Ao invés de ocupar-se de algum ofício, nem que fosse o de aprendiz, Serafim divertia-se pondo a correr os cavalos que chegavam à praça carregando diferentes mantimentos. Assustados com as chicotadas recebidas, os animais fugiam derrubando as galinhas e as bananas oriundas das cercanias da cidade que, rapidamente, eram roubadas pelos transeuntes. No dia 21 de outubro do corrente ano, a polícia finalmente pôs fim às algazarras do rapazote⁵³¹.

Aproveitando-se da maior autonomia de trânsito desfrutada pelos escravos urbanos, é provável que Serafim, de fato, não quisesse nada com o trabalho, preferindo viver dos pequenos assaltos às carroças que chegavam à praça do mercado. Como neste caso sua senhora não foi ouvida pelas autoridades, não é possível pontuar se a prática era a forma que o escravo encontrou para sobreviver, ou se era mais uma das tantas estratégias criadas pelos cativos para resistir à escravidão. Contudo, tão interessante quanto as motivações de Serafim, foi a acusação que recaiu sobre ele: vadiagem.

Ser ao mesmo tempo escravo e vadio fazia de Cecílio Serafim um personagem interessante da Havana da segunda metade da década de 1820. Poucos anos antes, a dupla condição de Serafim seria contraditória, pois a vadiagem que acometia a população livre (e branca) da cidade era uma consequência direta do aumento dos cativos no mercado de trabalho da capital cubana. Dito de outra forma: os vadios não poderiam ser escravos, pois eram justamente os cativos que ocupavam praticamente todos os postos de trabalho, deixando boa parte da população livre, branca e pobre sem opção. Seria razoável argumentar que o oficial que prendeu Serafim, provavelmente cansado dos tumultos provocados pelo cativo, tenha carregado na tinta no momento de prescrever a prisão do rapaz. Mas por que não autuá-lo por algazarra, ou então por desordem? Por que considerá-lo um vadio?

⁵³¹ ANC. Miscelâneas, lejaço 969 B, 1825.

Ao que tudo indica, existem duas respostas, correlatas, para explicar a prisão e a acusação feita a Serafim. A primeira delas reside no alargamento de práticas de resistência à escravidão no espaço urbano. O trânsito frequente e intenso dos diferentes habitantes de Havana, sem dúvida alguma, viabilizou uma série de encontros e alianças entre os segmentos escravo e liberto com a população branca e pobre da cidade. Embora estivessem estritamente proibidos (pelo *Bando de Cagigal*), é plausível que, nos poucos momentos livres, muitos escravos e libertos tenham participado de jogos de bilhar e truco, ou então das rinhãs de animais. Além da sedução inerente a tais atividades, parte dos jogos ilícitos envolvia apostas em dinheiro, o que também ajudaria a explicar o envolvimento desse segmento da população. É admissível pensar que, numa briga de galo, um escravo de ganho lucrasse mais do que numa semana inteira de trabalho. Para além da possível participação de escravos e libertos nas atividades classificadas como “vadiagem”, Serafim vivia na Havana governada por Francisco Dionísio Vives (aí, a segunda resposta), Capitão General que ficou conhecido por renovar a aliança com a elite *criolla* – sobretudo no que diz respeito ao incremento da escravidão, via tráfico -, mas também por fazer vistas grossas aos problemas que assolavam a capital cubana.

Quando Francisco Dionísio Vives assumiu o posto de Capitão General de Cuba em maio de 1823, a vadiagem já era uma questão que preocupava as autoridades insulares e, conforme visto, seu crescimento estava intimamente atrelado ao aumento da população escrava e liberta de Havana. A chamada “*población de color*” dominava a maior parte dos serviços urbanos, deixando poucas opções para o segmento branco e pobre da cidade que, quando encontrava trabalho, muitas vezes o recusava por considerá-lo um “serviço de negro”. Em que pese as medidas elaboradas para ampliar a inserção dos brancos pobres no mercado de trabalho de Havana, a articulação feita pela elite *criolla* durante o Triênio Liberal garantiu o apoio espanhol na manutenção, ilícita, do tráfico transatlântico. Não por acaso, foi exatamente neste período que a ilha se transformou na maior produtora mundial de açúcar e que a vadiagem em Havana alcançou índices preocupantes.

Agitação era pouco para definir os primeiros meses do governo de Dionísio Vives. Internamente, além de implementar uma política cuidadosa com os liberais contrários à volta do absolutismo, Vives teve que lidar com situações que anunciavam as mudanças que a escravidão sofreria na capital cubana. Em novembro de 1823, Juan Gregorio Nuñez, responsável pela Real Factoria de Tabaco, perguntava o que deveria ser feito

com os quarenta e três escravos que estavam sem serviço determinado⁵³². Rapidamente, o Intendente General de Hacienda Nacional advogou que os cativos em questão não poderiam ficar parados e que a melhor forma de reutilizá-los seria colocando-os para ganhar jornal em Havana. Aparentemente, a alternativa era interessante, sobretudo para as autoridades insulares que passariam a lucrar com escravos que, há muito, só lhes davam prejuízo. Mas havia quem discordasse dessa possibilidade. Francisco Xavier de Arambai, Intendente do Exército, afirmou que os escravos em questão não passavam de velhos bêbados que, sem saber o que fazer com a liberdade do mundo urbano, acabariam engrossando a horda de pedintes nas ruas da cidade. A cena trágica pintada por Arambai deve ter impressionado o fiscal que, com a anuência do Capitão General, decretou que os cativos permaneceriam na Real Factoria, sem definir ao certo quais seriam suas atividades⁵³³.

A celeuma dos quarenta e três escravos nem tinha sido resolvida, quando Vives recebeu outro ofício, novamente assinado por Juan Gregorio Nuñez. Dessa vez não se tratava de uma dúvida, mas sim de um lembrete: as autoridades tinham esquecido de fornecer a *esquifacion* que os escravos de *Casa Blanca* recebiam anualmente, sempre próximo ao Natal. Esse conjunto -formado por uma camisa, um abrigo de frio e dois *reales* – era fundamental para que os cativos tivessem condições mínimas de passar o inverno, e também funcionava como uma espécie de incentivo positivo⁵³⁴. Ambas as situações seriam impensáveis durante o governo do Conde de Ricla ou de Luis de las Casas. Entretanto, elas revelam que parte significativa dos *esclavos del rey* não tinham a mesma serventia de outrora, ainda que continuassem dando os mesmos gastos à Coroa. De tal modo que, ainda que antagônicos, tanto o Intendente General de Hacienda, como o Intendente do Exército, tinham razão: alocar os escravos do rei em atividades urbanas poderia representar uma forte diminuição dos gastos com esses escravos ou, quem sabe, o lucro com os jornais recebidos. Mas, numa cidade que verificava o aumento geral da dependência em relação à escravidão, cativos mais velhos e pouco experientes provavelmente não teriam muito espaço no competitivo mercado de trabalho de Havana.

Contudo, como já salientado anteriormente, o incremento do segmento escravo (e consequentemente o aumento do número de vadios durante o governo de Vives) só foi possível graças à boa relação que o Capitão General conseguiu estabelecer com a

⁵³² ANC. Intendencia General de Hacienda. Legajo 230, nº 8, 1823.

⁵³³ Idem.

⁵³⁴ ANC. Intendencia General de Hacienda. Legajo 941, nº 32, 1823.

sacarocracia cubana em meio à turbulência que marcou o Império espanhol com a retomada do absolutismo de Fernando VII. Graças ao compromisso firmando pela manutenção do escravismo e da relação colonial, Dionísio Vives podia se gabar de comandar uma das localidades mais tranquilas da América hispânica. Tal tranquilidade apareceu literalmente na correspondência que o Capitão General trocou com Francisco Stoughton (Cônsul espanhol que vivia em Nova Iorque) entre novembro de 1823 e janeiro de 1824⁵³⁵.

Os movimentos de independência do México e da Colômbia utilizaram Havana, uma vez mais, como praça forte do Atlântico norte. Sua localização privilegiada fez com que os dois lados da luta independentista no Novo Mundo vissem na cidade, um ponto estratégico⁵³⁶. Se, por um lado, centenas de soldados peninsulares e milicianos *criollos* transformaram Havana em sua base militar na luta contra os movimentos emancipacionistas no norte da América⁵³⁷, homens como Miralla, comerciante peruano conhecido por sua atividade enérgica e seu bom trato no comércio, também escolheu a capital de Cuba para construir seu negócio e difundir sua plataforma política, claramente contrária ao absolutismo espanhol⁵³⁸.

Em meados da década de 1820, Havana era, pois, uma cidade em que ideologias distintas ganhavam vozes e, muitas vezes, transformavam-se em ação. Em tese, a relação colonial estava ameaçada não só pelos princípios de Igualdade e Fraternidade defendidos anos antes na Revolução Francesa e relidos no contexto colonial, mas também pela possibilidade de uma *América para os americanos*, que pregava a anexação de Cuba aos Estados Unidos⁵³⁹. Entretanto, as duas experiências constitucionais não deixaram margem para dúvidas quanto ao elemento agregador da oligarquia *criolla* de Cuba. Naquele momento, ser cubano era, antes tudo, ter assegurado o direito (e a viabilidade) de ser um proprietário de escravos, nem que para isso fosse preciso abdicar de outras liberdades defendidas pelo liberalismo.

Dionísio Vives foi um dos maiores propagadores da “*cubanidade*” defendida pelos grandes proprietários (de terra e de escravos). Nas estimativas mais conservadoras,

⁵³⁵ Na sessão de manuscritos da Biblioteca Nacional (do Brasil) estão arquivadas algumas das cartas trocadas entre Francisco Stoughton e Dionísio Vives. Cf. BN. Manuscritos, Documentos: I,28,14,41/I,28,14,003/I,28,14,39.

⁵³⁶ GERRA Y SCANHEZ. Op. Cit.

⁵³⁷ Cf. GERRA Y SCANHEZ. Op. Cit., pp. 256-274. LANDERS, J. Op. Cit., pp. 138-74.

⁵³⁸ Cf. AGI. Estado. Legajo 90, nº 100, 1823.

⁵³⁹ *América para os Americanos* era o slogan da Doutrina Monroe, encabeçada pelo presidente estadunidense James Monroe (que batizou o movimento).

durante seu governo (1823-1832), mais de 140 mil africanos desembarcaram em Cuba⁵⁴⁰. De certo que a maior parte desses escravos era levada para os engenhos de açúcar, mantendo-se uma dinâmica iniciada em 1790. Mas, muitos desses cativos permaneceram na capital cubana, acirrando o competitivo mercado interno de mão-de-obra e, como sugerido no caso do escravo Serafim, alimentando a horda de vadios que enchiam as tabernas e casas de jogos da cidade.

Na Havana de Vives não era preciso mais do que 300 pesos para comprar uma escrava boçal de 14 anos, sem nenhuma pecha; ou então um mulato com pouco mais de 8 anos, ágil para todos os serviços e bom para pajem. Aqueles que tivessem mais recursos poderiam adquirir um jovem *gangá* (que não havia completado 18 anos), bom cozinheiro e cocheiro e ainda por cima com princípios de sapateiro, pelo dobro do preço⁵⁴¹. Mas, nessa mesma Havana, aquilo que facilmente poderia passar como anedota, acabava ganhando outra dimensão. Em setembro de 1826, por exemplo, Maria José, escrava de Nicolas de la Maza, foi acusada de proferir injúrias pelo bairro de Jesus Maria, onde morava com seu senhor. A escrava ganhava jornais lavando roupa para fora e, numa ocasião específica, foi acusada por um de seus clientes de ter-lhe roubado três peças. Enraivecida com a acusação, Maria José xingou seu antigo freguês (um homem branco) de todos os impropérios possíveis, causando grande alarde na vizinhança. A situação chegou ao conhecimento do *alcaide de barrio*, que abriu um inquérito contra a escrava e seu senhor exigindo que ambos se retratassem perante o insultado⁵⁴².

Ainda em 1826, chegava ao fim uma novela iniciada anos antes. O protagonista da trama era Casimiro, escravo que fora comprado num dos barracões de Havana em 1818, por Antonio Bocalandro⁵⁴³. Naquele mesmo ano, Bocalandro alugou Casimiro e mais quatro escravos para um amigo – que atendia pelo nome de Juan de Monteverde, para que os cativos levantassem uma *finca* nas proximidades de Havana. Durante o tempo em que estiveram sob a tutela de Monteverde, Casimiro e mais dois comparsas conseguiram fugir e passaram a trabalhar na mercearia de Félix Crucet. Sem explicar as razões, Antonio Bocalandro afirmou que, desses três escravos foragidos, dois voltaram “com o passar do tempo” e, quase quatro anos depois, ele finalmente encontrou o paradeiro de Casimiro, que estava a serviço de José Martinez, num dos bairros

⁵⁴⁰ Este impressionante valor foi obtido no *Slave Trade Data Base* (que têm servido de base para boa parte desta pesquisa).

⁵⁴¹ JIMÉNEZ, A. N. Op. Cit., p. 323.

⁵⁴² ANC. Intendencia General de Hacienda. Legajo 7, nº64, 1826.

⁵⁴³ Idem.

extramuros de Havana. Bocalandro exigia não só a restituição de seu escravo, mas também o ressarcimento do que havia perdido durante o tempo em que Casimiro esteve em posse de José Martinez.

A princípio, tudo estaria resolvido contanto que Martinez devolvesse Casimiro e pagasse o montante referente aos jornais que Bocalandro deixou de ganhar com o escravo. Mas, Martinez também tinha sua versão dos fatos. Não se sabe se por ingenuidade ou malandragem, Martinez afirmou nada saber sobre a verdadeira origem de Casimiro, e que, assim como Bocalandro, fora enganado pelo cativo. Na versão defendida perante as autoridades de Havana, José Martinez teria adquirido Casimiro em meados de 1820, quando Antonio Rodriguez, seu vizinho, ofereceu o escravo em péssimas condições de saúde. Martinez não só comprou como cuidou de Casimiro até que ele recuperasse suas forças e, só a partir de então, passou a gozar dos jornais que o cativo recebia. Martinez também se sentia no direito de fazer suas exigências: só devolveria Casimiro caso a quantia que ele havia investido no escravo fosse descontada do valor pedido por Bocalandro⁵⁴⁴.

As autoridades de Havana levaram mais de dois anos para definir que Casimiro voltaria para seu antigo senhor, sem que isso representasse outro prejuízo a Martinez que não a perda do escravo. O tempo gasto para resolver o dilema tinha um motivo principal: a escravidão era parte constituinte da trama de Havana e se fazia sentir em diferentes instâncias do mundo urbano. Havia cativos que apinhavam as ruas arrendando sua mão-de-obra, e que, quando se achavam injustiçados punham-se a xingar quem quer que fosse ou, então, escravos que faziam valer o anonimato inerente aos grandes centros escravistas para reinventarem suas vidas, o que muitas vezes poderia se limitar à substituição de senhor. Serafim, Maria José e Casimiro foram personagens de historietas que teceram o cotidiano de Havana, demonstrando a relevância que suas ações poderiam ter numa cidade dependente de milhares de cativos para funcionar. Diferentemente do que ocorrera em 1812 e em outros casos isolados, nenhum desses escravos colocou a instituição escravista em xeque, mas criaram situações que poderiam incomodar, e muito, as autoridades. Se assim não fosse, esses três nomes (como tantos outros) não teriam dado tanto trabalho às autoridades responsáveis pela governança de Havana.

⁵⁴⁴ Ibidem.

E esta era uma instância dos problemas que a escravidão gerava para as autoridades responsáveis pela administração de Havana. Havia ainda os muitos casos de escravos fugidos e de formação de quilombos que, vez por outra, eram noticiados nos principais jornais da cidade, e que acabavam por onerar os cofres públicos da capital cubana⁵⁴⁵. No entanto, este era um preço que a oligarquia *criolla* (afiançada pela metrópole) estava disposta a pagar. Ninguém levou isso mais a sério do que Dinísio Vives. Como representante máximo do poder metropolitano, o Capitão General foi personagem fundamental para a entrada de africanos escravizados, permitindo toda sorte de ilegalidades no que dizia respeito à introdução de africanos escravizados na ilha.

O crescimento acintoso da população escrava durante os anos em que Dionísio Vives esteve no poder é um dos mais significativos exemplos do pacto que o Capitão General havia estabelecido com a oligarquia *criolla*. Os milhares de escravos desembarcados anualmente em Havana e em outros portos da ilha eram, em sua maioria, comprados por proprietários de engenhos, que utilizavam esses cativos para fomentar a lucrativa produção açucareira de Cuba. Embora num percentual menor, parte desses africanos ficava em Havana, executando tarefas que estavam diretamente ligadas com a exportação do açúcar, ou então, mantendo a intrincada rede de serviços urbanos. O número de cativos na capital cubana cresceu de tal maneira, que nos primeiros anos de seu governo, Dionísio Vives publicou uma série de posturas que pretendiam conter esse segmento da população. Interessante notar que muitas medidas apelavam para o “bom senso” dos cidadãos de bem, que muitas vezes se deixavam levar pelas facilidades da vadiagem. Foi neste sentido que, em fevereiro de 1824, Vives publicou uma postura na qual solicitava que se evitassem reuniões e tertúlias nas tabernas da cidade, pois tais situações acabavam se transformando em grandes bebedeiras que, por sua vez, ocasionavam confusões, xingamentos e, principalmente, a entrada indevida de escravos⁵⁴⁶ – desde o Bando de Cagigal, proibidos de frequentar esses lugares, exceto se tivessem permissão de seu proprietário.

Ainda em tom de apelo, em abril de 1825, o Capitão General solicitava que os cidadãos de bem tomassem cuidado com as blasfêmias, xingamentos, maldições e palavras

⁵⁴⁵ Ao analisar o “estado general de las entradas y salidas que tuvo el Real Consulado desde 15 de octubre de 1794 que se estableció el derecho hasta 1831”, Pezuela apontou que os gastos (geralmente anuais) que o *Real Consulado* tinha na manutenção do *Deposito de Cimarrones*. Cf.: PEZUELA, J. *Diccionario geográfico, estadístico, histórico, de la Isla de Cuba. Tercero Tomo*. Madrid, Establecimiento del Mellado, 1863, pp. 206-255.

⁵⁴⁶ BNC. *Ordenanzas de Buen Gobierno. Adiciones a este Bando* (nº 7152), 1824, p. 25.

escandalosas que se tornavam cada vez mais frequentes nos espaços públicos de Havana. Segundo o Capitão General, essa devia ser uma preocupação de todos os cidadãos de bem e país de família, que deveriam usar de sua autoridade para dar o bom exemplo aos seus filhos, esposas, criados e escravos⁵⁴⁷.

Para os senhores que não haviam entendido a dimensão que o mau exemplo poderia ter em uma sociedade escravista, Dionísio Vives se fez mais claro em maio do mesmo ano. Na ocasião, ele constatou que

Son muy repetidas las quejas que me dan los comisarios de estos barrios, y capitanes de los extramuros, sobre las reuniones de negros esclavos y libres que se juntan por las noches en la plazas, esquinas y calles, escandalizando con sus conversaciones licenciosas y las palabras obscenas, que ofenden la moral y denuncia publica: de este grave desorden se sigue, que los amos inocentes son los que al fin padecen, porque sus esclavos corrompen, adquiriendo el vicio de la embriaguez, y aun el uso de las armas prohibidas, con lo que se precipitan a cometer delitos atroces, cuyas resultas son de su responsabilidad⁵⁴⁸.

A saída foi dada pelo próprio Vives nessa mesma postura. Apostando

na docilidad de estos fieles y generosos habitantes, y su mismo interés, me hacen esperar que bastará solo la indicación, para que con objeto de precaver tales desórdenes, cuiden y celen que desde la oración en adelante non salgan sus esclavos sino a los mandados precisos; y por lo que hace a los libres de color, tendrán entendido que deben seguir su camino, sin reunirse, ni detenerse en las calles, mucho menos en las esquinas o bodegas⁵⁴⁹.

O medo que possíveis reuniões escravas se transformassem em algo maior foi confirmado alguns dias após a publicação da postura acima, só que não em Havana. Em junho de 1825, eclodiu uma insurreição de cativos que estavam dispostos a dar a vida pela liberdade. O movimento ocorrera na zona rural de Matanzas e teria sido encabeçada por escravos oriundos de outras localidades das Américas, que chegaram a matar 16 pessoas e destruir inúmeros cafezais da região. Segundo as informações colhidas durante a investigação das autoridades insulares, a principal causa do movimento teria sido a maior mobilidade de trânsito desfrutada pelos escravos dessa

⁵⁴⁷ Idem, p. 34.

⁵⁴⁸ Ibidem, p. 36.

⁵⁴⁹ Ibidem.

região, que gozavam de uma condição muito semelhante à observada nos cativos de Havana ⁵⁵⁰.

Apesar da punição exemplar dada aos insurretos e do incremento da vigilância policial nesta parte de ilha⁵⁵¹, a Revolta de 1825 lembrava o gosto amargo que a escravidão poderia ter para os proprietários e autoridades governativas. Mas isso não foi suficiente para amainar os interesses da oligarquia *criolla*. A despeito da revolta, 1825 foi um ano em que Cuba recebeu um dos mais expressivos números de escravos em toda sua história⁵⁵². A fim de evitar que movimentos semelhantes ocorressem na capital cubana, Dionísio Vives manteve sua forma de governar: continuou fazendo vistas grossas para o intenso tráfico para Cuba, ao mesmo tempo em que tentava administrar o comportamento do segmento escravo e dos proprietários de Havana.

Para manter a ordem nos bairros extramuros da cidade, Vives pedia que os donos de fábricas se certificassem quanto à condição dos homens que empregavam. De acordo com a postura publicada no dia 25 de setembro de 1826, “*varios dueños admiten operários de color sin saber si son libres ó esclavos*”⁵⁵³. A aparente homogeneização da “população de cor” era de fato um problema para as autoridades. Para tentar resolver esta questão, que só se agudizava com o crescimento do segmento escravo na cidade, em 1827, Dionísio Vives fez mais um recenseamento de Cuba, que atestou o vertiginoso aumento da população cativa na capital cubana e em seus arrabaldes.

⁵⁵⁰ Sobre a Rebelião escrava de 1825 ver: GARCÍA, Gloria. *Conspiraciones y Revueltas. La actividad política de los negros en Cuba (1790-1845)*. Santiago de Cuba, Editorial Oriente, 2003, pp. 83-92.

⁵⁵¹ Idem, pp. 90-92.

⁵⁵² Segundo o *Slave Trade Database*, no ano de 1825, 24.192 africanos escravizados adentraram em Cuba. Até então, o único ano em que a ilha havia recebido um número maior de escravo fora em 1817. Cf.: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>.

⁵⁵³ BNC. *Ordenanzas de Buen Gobierno. Adiciones a este Bando* (nº 7152), 1826, p. 41.

TABELA 9 - CENSO DE HAVANA E SEUS ARRABALDES EM 1827

	Livres			Escravos
	Branco s	Mulatos	Negros	Mulatos/Negros
Homens	52677	4765	9270	69172
Mulheres	43994	6357	11230	40363
Total Parcial	96671	11122	20500	109535
	128.293			149.898
Total	278.191			

SAGRA, R. Op. Cit., p.6

Os dados do Censo de 1827 são a comprovação cabal da vitória do projeto sacarocrata de Cuba. No entanto, é importante ressaltar que os números sobre Havana levam em conta parte de sua hinterlândia, extrapolando o perímetro urbano da capital (formado pelos bairros intra e extramuros). A cidade propriamente dita, não comportaria uma população desta monta (quase 300 mil habitantes), e seria o maior centro urbano de toda a história caso tivesse 150 mil escravos em 1827. De acordo com Venegas, a metodologia utilizada no Censo de 1827 era diferente da empregada nos recenseamentos anteriores. Com o intuito de reforçar as “defesas internas” do país, cuja população negra e mestiça crescia a olhos vistos, o “Censo de Vives” foi formulado para averiguar qual teria sido o real crescimento demográfico da ilha, sobretudo do segmento escravo e liberto. Fora provavelmente por isso que Havana e sua hinterlândia foram tomadas como uma unidade neste censo, mesmo porque, como era sabido dentre as autoridades, havia um significativo fluxo de escravos entre os arrabaldes e o núcleo urbano da capital cubana⁵⁵⁴.

De certa forma, o trânsito fácil da “população de cor” entre Havana e sua vizinhança aparecem na proibição assinada por Vives também em 1827. De acordo com a postura,

Muchas y muy repetidas son las quejas que me han dado los dueños de ingenio y demás fincas del campo, sobre los daños, perjuicios y desordenes que ocasionan en ellas los pardos y morenos libres de ambos sexos, que a pretexto de vender ropas, víveres y otras clases de efectos, se introducen en los bohíos de aquellas, en donde establan negociaciones con los esclavos, de que resultan frecuentes robos, por los cambios torpes y fraudulentos que celebran con estos: por tanto, y conviniendo mucho evitar tal abuso, prohíbo toda persona blanca y de color que se ejercite en

⁵⁵⁴ Cf.: VENEGAS, C. Op. Cit., pp. 83-89.

los campos de buhonero, vendedor de ropas, cuchillos, comestibles y cualquiera otra especie de efectos⁵⁵⁵.

A leitura conjunta do Censo de 1827 e da postura expedida em abril do mesmo ano sugerem que as autoridades estavam, de fato, temerosas quanto à apropriação que escravos e libertos estavam fazendo de Havana e de sua ligação com as regiões monocultoras. Essas eram, sem dúvida, uma importante implicação da dimensão que a escravidão ganhava em Cuba (e consequentemente em Havana). O medo das autoridades frente o aumento vertiginoso da “população de cor” crescia *pari passu* com a dependência da economia cubana em relação ao trabalho escravo, fosse ele rural ou o urbano.

Dois anos depois do maior recenseamento já feito na ilha, Dionísio Vives fez um mapeamento mais detalhado da capital cubana. Possivelmente a busca das motivações que causaram o incêndio que arrasou o bairro de Jesus Maria em 1828 foi uma das razões que levaram o Capitão General a realizar o mapeamento⁵⁵⁶. Mas, para além das prováveis motivações, o *Plano de la Habana* de 1829 constitui-se como um documento importante, na medida em que permite observar a expansão dos bairros extramuros da cidade. Como já mencionado, desde 1790, quando o tráfico transatlântico passou a operar em escala crescente, a região extramuros de Havana se tornou local de morada da população mais pobre da cidade. Como as muralhas impediam a expansão dos bairros intramuros, essa região acabou sendo ocupada pelas famílias mais abastadas, que tinham condições financeiras de comprar ou alugar os sobrados e palacetes ali localizados, usufruindo da proximidade com as principais ruas comerciais, com o porto e também com as instâncias dos poderes local e metropolitano.

Num movimento muito diferente do observado no Rio de Janeiro a partir de 1808, no qual se verificou que boa parte das famílias ricas da cidade passou a morar em freguesias distantes (que muitas vezes não faziam parte do perímetro urbano da cidade), o crescimento de Havana foi acompanhado, até a década de 1830, por uma setorização sócio-racial da população. Sendo assim, mapear os bairros extramuros era uma forma de tentar controlar a população negra e mestiça de Havana que, embora fundamental no cotidiano citadino, era responsabilizada pelas principais mazelas da cidade

⁵⁵⁵ BNC. *Ordenanzas de Buen Gobierno. Adiciones a este Bando* (nº 7152), 1827, p. 46.

⁵⁵⁶ Em duas posturas editadas no ano de 1828, Dionísio Vives se mostrou deveras preocupado com o incêndio em Jesus Maria, sobretudo porque aquele bairro comportava muitas fábricas de pólvora que funcionavam na ilegalidade. Cf.: BNC. *Ordenanzas de Buen Gobierno. Adiciones a este Bando* (nº 7152), 1828, pp. 49-50.

MAPA 15 - PLANO DE HAVANA EM 1829

(AGI, Mapas y Planos. *Plano de La Habana y sus barrios extramuros*, 1829). Este plano de Havana foi feito a mando de Dionísio Vives em 1829. Aqui é possível observar o significativo aumento dos bairros extramuros da cidade, que passaram a comportar o expressivo aumento populacional entre 1817 e 1827, em boa parte decorrente do incremento do tráfico de africanos escravizados.

Importante salientar que as diversas ações de Dionísio Vives na tentativa de controlar o crescimento da população escrava tinham caráter paliativo. Apesar do esfacelamento do Império hispânico, do aumento da população negra em Cuba, e das rebeliões e insurreições escravas na colônia, o fim da escravidão não estava em debate nos grandes círculos de poder. Muito pelo contrário. Conforme mencionado, a despeito da forte pressão inglesa, a oligarquia *criolla* teve acesso a um número expressivo de escravos que desembarcavam ilegalmente em Cuba graças à aliança entre a elite sacarocrata da ilha e os poderes metropolitanos. Dionísio Vives estava longe de ser um marionete neste intrincado jogo político.

Os inúmeros desembarques de africanos escravizados durante seu longo governo eram, por si só, a comprovação de que o Capitão General abraçara os interesses *criollos* em defesa do açúcar. Se isso não bastasse, Vives reforçou a importância da escravidão na ilha, principalmente em Havana, quando permitiu que os *negros emancipados* fossem realocados para propriedades rurais e urbanas da ilha⁵⁵⁷. Em tese, desde 1820, todo africano escravizado que conseguisse comprovar que seu desembarque na ilha havia ocorrido a partir de maio daquele ano, estava virtualmente livre. Mas, na prática, sobretudo aquela levada a cabo por Vives, existia um hiato entre a comprovação do desembarque ilegal e o gozo da liberdade por parte desses africanos. Ainda que achasse preferível que esses homens e mulheres voltassem para suas terras de origem, por considerá-los um mau exemplo para a “população” de cor cubana, Dionísio Vives cedeu à pressão da classe senhorial, disponibilizando boa parte dos *negros emancipados* para o trabalho escravo. Em algumas ocasiões, o próprio Capitão General aproveitou-se da precária condição desses homens e mulheres, utilizando-os nas obras públicas de Havana.

A utilização sistemática dos emancipados era, pois, mais uma evidência que a classe trabalhadora de Cuba era negra e/ou mestiça. Por mais que houvesse uma forte preocupação das autoridades em aumentar o número de brancos na ilha, a força da escravidão ainda se fazia mais forte, o que, por sua vez, aumentava os índices de vadiagem entre a população livre, branca e pobre.

Tal situação não escapou à análise perspicaz de José Antonio Saco que, em 1832,

⁵⁵⁷ Sobre os negros emancipados de Cuba ver: ROLDÁN DE MONTAUD, Inés. En los borrosos confines de la libertad: el caso de los negros emancipados en Cuba, 1817-1870. *Revista de Indias*, vol. LXXI, N° 251, 2011, pp. 159-192.

publicou um estudo sobre *el juego e la vagancia en Cuba*, apresentado três anos antes para a *Sociedad Patriótica de la Habana*. Neste trabalho, um dos mais importantes intelectuais da história cubana lamentava:

El número de cubanos empleados en el comercio es todavía tan corto, que si bien esta carrera les presente un vasto campo para lo futuro, es innegable que hasta muy poco tiempo han carecido de ella. Inútil es mencionar las manufacturas, porque nunca han existido entre nosotros, ni tampoco puede señalarse la época en que seamos fabricantes. No son muchas las artes que poseímos, y éstas por desgracia, jamás han sido el patrimonio de nuestra población blanca. La agricultura que por si sola absorbería un número asombroso de brazos ocupa en general a los esclavos; y si a esta causa se agregan los obstáculos que la rodean, no será de extrañar que los blancos se den a ella con el empeño que debieran⁵⁵⁸.

As razões para a não-inserção da população branca no mercado de trabalho de Cuba foram elucidadas mais adiante, pelo próprio autor:

Entre los enormes males que esta masa infeliz ha traído a nuestro suelo, uno de ellos es el haber alejado de las artes a nuestra población blanca. Destinada tan sólo al trabajo mecánico, exclusivamente se le encomendaron todos los oficios, como propios de su condición; y el amo que se acostumbró desde el principio a tratar con desprecio al esclavo, muy pronto empezó a mirar del mismo modo sus ocupaciones, porque en la exaltación o abatimiento de todas las carreras, siempre ha de influir la buena o mala calidad de los que se dedican a ellas⁵⁵⁹.

Como era de se esperar, o desprezo com o qual os proprietários tratavam seus escravos (e os serviços por eles executados), não reverberava apenas na aversão que a população branca e pobre sentia em relação a todos os ofícios, mas também nas próprias condições de trabalho dos cativos. Exemplo disso ocorreu em março de 1833, quando os negros Celestino e Norberto e o mulato Antonio Castellon foram presos por furtarem alguns sacos de cal que pertenciam à Dona Rafaela Cueto. Ao serem examinados pelo intendente do cárcere da *Casa Blanca*, foi averiguado que os três eram escravos de Ramón Peñalver, e que o roubo havia sido planejado pelo senhor dos cativos, que desejava concluir uma obra na Vila de Guanabacoa. Frente tal revelação, os escravos foram entregues ao seu dono (e mandante do crime) que teve que se comprometer em se

⁵⁵⁸ SACO, José Antonio. *El juego e la vagancia en Cuba/ Estudio sobre la esclavitud*. (Biblioteca Popular de Clásicos Cubanos, nº1). La Habana, Editorial Lex, 1960, pp. 57-58.

⁵⁵⁹ SACO, José Antonio. Op. Cit., p. 77.

manter a disposição das autoridades para futuros esclarecimentos⁵⁶⁰.

Se, Dionísio Vives havia herdado uma Havana que já dependia fortemente da mão-de-obra escrava para funcionar, as ações tomadas durante seu governo aumentaram tal situação. Em pleno diálogo com o expressivo aumento da população escrava nos engenhos de açúcar e nas fazendas de café, parte expressiva da rede de serviços urbanos de Havana funcionava graças ao emprego de milhares de africanos escravizados e de seus descendentes, fossem eles cativos ou não. A força que o cativo urbano ganhou entre 1823 e 1832 podia ser, em parte, verificada pelo aumento de registros de vadiagem dentre a população branca, que segundo as autoridades insulares, recusavam serviços executados por escravos e libertos. O peso do escravismo também poderá ser observado na maior competitividade por trabalho dentre a “população de cor”, e nos usos, muitas vezes caóticos, que essa mesma massa de negros e mulatos fazia do espaço urbano de Havana, principalmente na região extramuros.

As ferramentas administrativas desenvolvidas por Vives apenas atenuavam a necessidade das autoridades em repensar o controle de Havana frente à desordem no seu crescimento demográfico e urbano. O surto de cólera em 1833, que matou mais de 15% da população da cidade, fora o estopim para que o poder metropolitano, na figura de um novo Capitão General, implementasse mudanças estruturais no perímetro urbano de Havana, sem, contudo, mudar sua natureza: a cidade, assim como o restante da ilha, se manteria escravista.

Herança e construção da escravidão no Rio

No dia 14 de dezembro de mil oitocentos e dezenove, Felipe Furtado da Silva compareceu na secretaria da Intendência Geral da Polícia para assinar o termo, em conformidade do Despacho do Sr. Conselheiro Intendente, no qual se comprometia a tomar todas as medidas para obstar o procedimento dos seus escravos, que havia mroubado, mais de uma vez, a Antonio Pereira Lima, morador na Rua do Saco dos Alferes. Caso os escravos não seguissem o que seu senhor havia acordado, seriam presos, e punidos com trezentos açoites e três meses de trabalho nas obras públicas⁵⁶¹.

Três seis meses depois, na mesma Secretaria, Dona Felicidade Perpétua foi chamada

⁵⁶⁰ ANC. Miscélania de Expedientes. Legajo 441, nº 7, 1833.

⁵⁶¹ AN. Códice 410. Termos de Bem Viver, vol. 2, f. 16.

para que coibisse sua escrava Joaquina de insultar os moradores da Rua de São Francisco de Paulo. Se Dona Felicidade não conseguisse conter sua escrava, a cativa em questão seria presa e, se necessário, castigada⁵⁶².

Entre os anos de 1819 e 1821, as escrivinhas de Bernardo Francisco Monteiro, Francisco Xavier Barreiro e Antonio Xavier da Rocha, oficiais da Intendência Geral de Polícia que trabalhavam ao lado de Paulo Fernandes Viana, receberam pilhas de reclamações que denunciavam os infortúnios do cotidiano no Rio de Janeiro. E, frequentemente, os escravos urbanos eram o motivo dessas queixas. Furtos, insultos, fugas, encontros amorosos foram algumas das questões que obrigaram que os proprietários dos cativos denunciados tivessem que assinar *termo de bem viver* com aqueles que haviam procurado as autoridades.

Por vezes, tais termos eram assinados em prol dos cativos referidos. Um exemplo:

Aos três dias do mês de Junho de mil oitocentos e vinte anos na Secretaria da Intendência Geral da Polícia, compareceu Dona Anna Luiza, de ordem do Sr. Conselheiro Intendente Paulo Fernandes Vianna, e o mesmo Conselheiro lhe foi determinado que assinasse Termo de não seviciar a sua escrava Magnolia Mina, com a pena de que obrando o contrário de a ver em Praça vendida. O que tendo ela ouvido assim o prometeu cumprir⁵⁶³.

Dona Anna Luiza não foi a única cuja atenção foi chamada devido à forma exageradamente rude com a qual tratava sua escrava. Quatro meses depois, José da Costa também foi obrigado a assinar um termo em que se comprometia a não seviciar sua cativa, sob pena de prisão. Ao que tudo indica homens e mulheres que, neste caso, preferiam manter-se no anonimato, também recorriam à Intendência Geral de Polícia para denunciar situações em que escravos urbanos tornavam-se vítimas de seus senhores ou de terceiros. Um caso curioso ocorreu na manhã de 21 de março de 1821, quando José Antonio Fernandes foi retirado do Calabouço e levado para a sede da Intendência de Polícia. Na frente do Conselheiro Intendente Antonio Luis Pereira da Cunha, o referido José Fernandes se comprometeu a “*não tornar a conduzir escravos furtados para Minas como tinha feito, sob pena de ser punido do arbítrio desta Intendência no caso de contrário*”⁵⁶⁴.

Se não bastasse a administração das obras públicas, o cerceamento de práticas

⁵⁶² Idem, f. 38.

⁵⁶³ Ibidem, f. 61.

⁵⁶⁴ Ibidem, f.168.

consideradas pouco civilizadas, e até mesmo o cuidado com a segurança da Corte, a Intendência Geral de Polícia também precisou lidar com *histórias miúdas* que comprometiam a ordem e o bom funcionamento da cidade. Por meio de denúncias (algumas possivelmente anônimas), os homens que estavam subordinados a Paulo Fernandes Viana deveriam averiguar as acusações feitas, recolher as provas que julgassem necessárias para, depois disso, convocar os envolvidos afim de encontrar uma saída amigável. Os termos assinados poderiam ser lidos como uma espécie de “voto de confiança”, ou então como último alerta dado pelas autoridades antes que medidas mais enérgicas fossem tomadas; mesmo porque, salvo raras exceções, tais *termos* tratavam de questões que não representavam grande perigo para a sociedade. Todavia, o banal e o pitoresco que marcaram esses documentos permitem observar o peso que a escravidão imprimia no cotidiano do Rio de Janeiro.

A boa equação estabelecida entre a vida em Corte e o uso massivo de escravos urbanos manteve-se mesmo depois que o Rio de Janeiro foi elevado à sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Não seria exagero tomar o caso da Corte como um exemplo significativo da política adotada por D. João VI na defesa pela escravidão. Uma vez mais, os números relativos ao tráfico são expressivos. Entre os anos de 1816 a 1821, pouco mais de 122 mil africanos escravizados desembarcaram no Valongo, quantia equivalente a 43% do total de desembarques feitos no Brasil⁵⁶⁵. Se comparado com o período abrangido pelo capítulo anterior (1791 e 1815) é possível averiguar um duplo crescimento. A média anual de desembarque de africanos escravizados pulou de 11.521 para 20.745 almas. Já o percentual do volume do tráfico para o Rio de Janeiro dentre a totalidade de desembarques realizados aumentou de 34% para 43%.

O Valongo conservou-se, assim, como o principal porto de entrada de africanos escravizados no Brasil, mantendo a mesma lógica comercial que muitas vezes intrigavam os viajantes estrangeiros, desacostumados com o comércio de gente. Segundo Spix e Martius, que visitaram o mercado em 1817, “*logo que estes escravos chegam ao Rio de Janeiro, são aquartelados na rua do Valongo, junto do mar. Veem-se ali, crianças, desde os seis anos de idade, e adultos de ambos os sexos, de todas as idades. Eles jazem meio nus, expostos ao sol nos pátios, ou afora, em volta das casas,*

⁵⁶⁵ Os dados dos desembarques feitos no Valongo foram retirados de: FLORENTINO, M. Op. Cit., p. 51. Já o número total de africanos escravizados nas Américas entre 1816 e 1821 foi obtido por meio do *Slave Trade Database*. <http://www.slavevoyages.org>

*ou separado segundo os sexos, em diferentes salas.*⁵⁶⁶”

O percentual expressivo de cativos que ficava na cidade permaneceu trabalhando na diversificada gama de serviços urbanos do Rio. Por meio da análise de inventários post mortem, Luis Carlos Soares constatou que, de forma geral, entre os anos de 1810 e 1849, boa parte dos cativos inventariados, cuja atividade foi declarada, estava destinada para os serviços domésticos⁵⁶⁷. Ainda que o emprego de mulheres tenha sido muito significativo, também havia um número relevante de homens que cuidavam dos afazeres das casas de seus senhores. Contudo, no mesmo exame, o autor apontou que dos 1.046 escravos homens inventariados, 82 eram ganhadores, 188 realizavam atividades industriais (entendidas pelo autor como toda sorte de ofícios artesanais e atividades comerciais), e 38 trabalhavam com transporte marítimo e terrestre⁵⁶⁸. No caso feminino, a ocupação nos serviços domésticos rivalizou com as atividades industriais. Dentre as 1.737 mulheres contabilizadas, 239 trabalhavam nas casas de seus amos, enquanto que 227 estavam empregadas em atividades como costureiras, lavadeiras e quitandeiras.

⁵⁶⁶ SPIX, J.B.MARTIUS, C.F. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Coleção Reconquista do Brasil, vol 1. São Paulo/ Belo Horizonte, EDUSP/Itatiaia, p.66.

⁵⁶⁷ SOARES, L.C. Op. Cit., 2007, pp. 405-406.

⁵⁶⁸ Importante ressaltar, que dentre os 1.046 escravos homens inventariados, 336 não tiveram suas profissões declaradas e 150 eram menores de 10 anos. No caso das mulheres, aquelas cujas atividades não foram definidas somaram 620 casos. Cf. SOARES, L.C. Op. Cit., p. 406.

TABELA 10 - PRINCIPAIS PROFISSÕES DOS ESCRAVOS URBANOS DO RIO DE JANEIRO ENTRE 1810-1849

Atividades Executadas por Homens	Nº de indivíduos	Atividades Executadas por mulheres	Nº de Indivíduos
Carpinteiro	23	Cozinheiras	27
Alfaiate	21	Costureiras	33
carregador	10	Engomadeiras	2
Compradores de Rua	16	Fazedores de Pente	10
Ganhadores de Rua	27	Ganhadores de Rua	5
Ferreiros	8	Lavadeiras	28
Marinheiros	10	Oleiras	4
Oleiros	19	Quitandeiras	10
Padeiros	8	Serviços de rua	1
Pedreiros	29		
Pescadores	25		
Quitandeiros	12		
Remadores	18		
Sapateiros	22		
Serventes de Obra	10		
Total	258	Total	120

Fonte. SOARES, Luiz Carlos. Op. Cit., pp. 405-406.

Ainda que os dados levantados por Luiz Carlos Soares sejam referentes aos anos de 1810 a 1849, eles apontam certo padrão da ocupação escrava no Rio de Janeiro iniciada em 1808 e que se manteve até o início da década de 1850: a grande variedade de serviços executados fora das casas senhoriais⁵⁶⁹. Tal padrão era muito semelhante ao de Havana do mesmo período (1816-1833): os homens executavam uma gama de serviços urbanos muito mais variada do que as mulheres escravas.

Em certa medida, os dados obtidos por meio do exame dos inventários são corroborados pelo relato deixado por dois prussianos que visitaram a cidade em 1819. Segundo Leithold e Rango, grande parte dos escravos continuava empregada nos afazeres domésticos. De acordo com o viajante: “*pequenas ou grandes, [n]a maior parte das casas [...] não existem privadas[...], vasos noturnos fazem o serviço, os quais são removidos [...] pelos escravos*”⁵⁷⁰. Os prussianos observaram ainda, que os cativos

⁵⁶⁹ Essa constatação está baseada em outros estudos que também analisaram as diversas ocupações dos escravos urbanos do Rio de Janeiro. Cf.:

⁵⁷⁰ LEITHOLD, T. RANGO, L. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. São Paulo, Editora Nacional, 1966, p. 29.

domésticos muitas vezes tinham que sair às ruas, como no caso de um escravo que acompanhou seu senhor na compra de feixes de lenha⁵⁷¹. No entanto, as vantagens econômicas das atividades de ganho e do emprego dos cativos na área comercial foram diretamente responsáveis pelo crescimento do segmento escravo na cidade.

Conforme pontuado, a elevação do Rio de Janeiro à sede máxima do poder lusitano resultou não só no rápido crescimento urbano e econômico da cidade, mas a tornou uma cidade cada vez mais cara para se morar. A abertura dos portos e o incremento das atividades mercantis atraiu muitos comerciantes estrangeiros que, de passagem ou não, acabaram inflacionando os preços de uma série de bens e serviços. Os mesmos prussianos reclamaram que

Os alugueis aqui são excessivamente caros. Uma casa bem modesta, das que eu antes descrevi, custa por mês e sem móveis de 14 a 16 mil réis, ao redor de 24 tales para prussianos. Quando uma casa fica vazia e querem alugá-la, colocasse à porta uma folha branca de papel, que indica estar ela disponível. Os interessados informam-se junto aos vizinhos [...] As casa maiores são proporcionalmente mais caras do que em Berlin⁵⁷².

A queixa de Leithold e Rango tinha forte procedência. Entre os anos de 1815 e 1820, o preço médio de um escravo jovem e saudável girava entre 180 e 200 mil réis⁵⁷³. Sendo assim, o dinheiro gasto em um ano de aluguel na região central do Rio de Janeiro era equivalente ao preço de um cativo posto a venda na mesma cidade. Ao analisar a trajetória de Antonio Dutra, um africano escravizado que chegou ao Rio de Janeiro em 1809 e morreu livre no final da década de 1830 deixando como herança para sua filha uma casa e treze cativos, Zephyr Frank demonstrou que, durante as primeiras décadas do século XIX, o cativo tornou-se o tipo de propriedade mais difundido na cidade⁵⁷⁴. O alto preço dos aluguéis e das casas, bem como a possibilidade do futuro proprietário ganhar somas expressivas por meio do jornal de seus escravos teriam sido as razões que fizeram do cativo uma mercadoria de grande demanda no Rio de Janeiro⁵⁷⁵. Essa tendência pode ser, em parte, observada no recenseamento populacional feito em 1821.

⁵⁷¹ Idem, p. 19

⁵⁷² Ibidem, p. 22.

⁵⁷³ SOARES, L.C. Op. Cit., 2007, p. 384.

⁵⁷⁴ FRANK, Z. Op. Cit.

⁵⁷⁵ Os resultados obtidos no exame dos inventários post mortem analisados por Luiz Carlos Soares entre os anos de 1810 e 1820, reforçam que o escravo era um dos bens mais inventariados. Cf.: SOARES, L.C. Op. Cit., p. 396.

TABELA 11 - POPULAÇÃO DO RIO DE JANEIRO EM 1821 POR FREGUESIA

Freguesias Urbanas	Livres	Escravos	Total por Freguesia
Sacramento	6949	6795	13744
Santa Rita	6887	3948	10835
Santana	12525	9961	22486
São José	5405	7040	12445
Candelária	11373	8438	19811
Freguesias Rurais	Livres	Escravos	Total por Freguesia
Engenho Velho	1871	3006	4877
Lagoa	937	1188	2125
Total Parcial	45947	40376	86323
Total Geral	86.323		

Fonte: ALGRANTI, L.M. Op. Cit, p. 32.

Tomada em sua totalidade, ou seja, suas freguesias urbanas e rurais, o Rio de Janeiro possuía uma população de 86.323 habitantes, número muito semelhante ao apresentado pelo Censo de Havana de 1817 na tabela 7, cujo total dos habitantes contabilizava 84.075 almas. Entretanto, o segmento escravo representava quase 47% dos habitantes do Rio, ao passo que na capital cubana esse percentual ainda era de 29%⁵⁷⁶. O recenseamento de 1821 levanta ainda uma diferença crucial nas formas por meio das quais, Rio de Janeiro e Havana tornavam-se as maiores cidades escravistas das Américas: o local de moradia dos cativos. Embora a prática de *viver sobre si* fosse algo disseminado nas duas cidades, o que se observa é uma significativa concentração da população escrava na região central e comercial do Rio de Janeiro, enquanto que, em Havana, essa população (junto com os libertos e livres “de cor”) ocupava os bairros extramuros.

Se, por um lado, o espaço urbano de Havana apresentava certa setorização sócio-racial, simbolicamente representada pela muralha que dividia a cidade, o que se observa no Rio de Janeiro é uma situação distinta. As transformações causadas por sua elevação à Corte portuguesa e o consequente incremento das atividades mercantis da cidade acabaram retirando boa parte das famílias mais abastadas das regiões próximas do porto e das principais vias de comércio, que foram procurar paragens mais calmas e com espaço

⁵⁷⁶ Mesmo levando em consideração apenas a população das freguesias urbanas do Rio de Janeiro, o segmento escravo era mais representativo do que em Havana, pois compunha 45,5% dos habitantes das cinco freguesias destacadas.

suficiente para a construção de seus palacetes e sobrados⁵⁷⁷. Em estudo anterior foi demonstrado que, desde 1808, muitos cativos urbanos usaram a proximidade com seu local de trabalho para negociar a possibilidade de *viverem sobre si* (nas regiões centrais do Rio), o que, em muitos casos, também pareceu vantajoso para os senhores⁵⁷⁸.

Uma vez mais fazendo uso dos dados obtidos por Frank, é possível entender o porquê dessa concentração de escravos nas freguesias comerciais. Nesses locais, um escravo de ganho, entre 20 e 30 anos e avaliado em 160\$00 réis recebia cerca de \$320 por dia. De tal modo que, em um ano, o cativo teria recebido entre 50\$000 e 70\$000, tendo gasto metade dessa quantia para se sustentar, e a outra parte para pagar o que devia a seu senhor. Fazendo um cálculo otimista, no qual o escravo conseguisse economizar um quarto do que recebia anualmente (caso trabalhasse 20 dias todos os meses), seria necessário quase quatro anos para que ele conseguisse comprar sua alforria⁵⁷⁹.

⁵⁷⁷ Conforme pontuado no capítulo anterior, após a transferência da Corte, muitas famílias (inclusive aquelas que haviam sido atingidas pela *lei das aposentadorias*) migraram para a freguesia do Engenho Velho, onde a nova residência da Família Real estava sendo construída, e para a região de Botafogo, que, na época, era uma região repleta de pequenas chácaras.

⁵⁷⁸ Cf. SANTOS, Y.L. Op. Cit.

⁵⁷⁹ Cf. FRANK, Z. Op. Cit., p. 27.

MAPA 16 - RIO DE JANEIRO EM 1820

(AGCRJ. Plan de la Ville de São Sebstião do Rio de Janeiro 1820. 2/04/10 registro 064)

O mapa produzido no ano de 1821 ajuda a compreender um pouco melhor o crescimento da perimetria urbana do Rio de Janeiro e como as atividades exercidas pelos escravos estavam atreladas a essa expansão. Destacados com a letra **A** estão os principais trapiches da cidade, mostrando, uma vez mais, a importância da atividade portuária para a economia da Corte. A letra **B** indica três grandes mercados do Rio: o Valongo (na freguesia de Santa Rita), o Mercado de Peixes e o Mercado de Legumes, ambos localizados nas proximidades do Largo do Paço, uma das regiões mais movimentadas da cidade. A letra **C** indica os edifícios militares destacados no Mapa, como a Academia da Marinha, a Fortaleza da Ilha das Cobras (também administrada pela Marinha), o Calabouço e o Arsenal de Armas e a recém-construída Casa de Infantaria. Identificados com a letra **D** estão alguns órgãos administrativos do Rio, como o Paço Real, o novo edifício da Câmara Municipal, a Intendência de Polícia e a Casa de Detenção; os três últimos localizados nas imediações do Campo de Santana. Por fim, a letra **E** indica espaços de sociabilidade fundamentais para a dinâmica de uma vida em Corte, como o Passeio Público (que ainda obedecia ao traçado original do Mestre Valentim), e o já mencionado Campo de Santana. Ainda estão destacadas no Mapa duas vias que indicavam as direções do crescimento do Rio: o *Caminho de São Cristóvão*, fundamental para o processo de urbanização da freguesia do Engenho Velho, que, até o início do século XIX, era um rocio das tropas que saíam do interior da capitania do Rio; e o *Caminho de Mata Cavalos* (hoje rua do Riachuelo), via de extrema importância para o trânsito da realeza na cidade, e que facilitou a ocupação das regiões da Lapa e da Glória. Nota-se então, que não fora por acaso que grande parte do segmento escravo morava nas freguesias urbanas do Rio. Ainda que a cidade estivesse crescendo, era na Candelária, Santa Rita, Sacramento, São José e Santana que estavam localizadas os principais mercados e trapiches da cidade.

Interessante pensar que a diferença na ocupação espacial nas duas cidades pelo segmento escravo até meados da década de 1830 teve desdobramentos que, embora corroborassem a força da escravidão das duas urbes, indicavam que as relações dos cativos com a urbanidade ocorreu de forma diferente em cada uma delas. Ainda que precise ser lida juntamente com outras dinâmicas específicas dos dois centros urbanos, tal constatação ajuda a compreender, por exemplo, porque Havana fora palco da rebelião de Aponte em 1812, enquanto que no Rio de Janeiro nenhuma insurreição escrava de peso tenha sido registrada. O fato da grande maioria dos cativos do Rio viver

nas principais freguesias da cidade não só os deixava perto dos locais que mais ofereciam trabalho, mas também os mantinham sob a mira das principais instâncias de poder da cidade.

Já foi pontuado que, desde 1810, as autoridades governativas haviam iniciado um movimento para ampliar a sua presença no perímetro urbano do Rio. A construção do Quartel Militar no Campo de Santana foi uma das investidas mais significativas nesse sentido. Fazendo uso da pompa e circunstância de vida em Corte, o Campo de Santana muitas vezes era utilizado para

Diversões públicas [como as] touradas. O circo onde elas se realizavam acha-se no Campo de Santana. Por ocasião do aniversário da princesa real, se não me engano, assisti a este curioso espetáculo, único, aliás, verificado durante a minha permanência no Rio. Foi mesmo abaixo de tudo: portugueses, brasileiros, mulatos e negros vaiaram-no do princípio ao fim. Um tourinho magro, cuja ira alguns figurantes paramentados procuravam em vão provocar com suas capas vermelhas⁵⁸⁰.

Embora a tourada não tenha surtido o mesmo furor que costumava causar no mundo hispânico, o relato de prussiano Leithold demonstra que o poder público estava se fazendo mais presente nas regiões até então pouco urbanizadas da Corte, o que corrobora o fato de que, cada vez mais, os escravos urbanos do Rio precisassem lidar com órgãos repressores. Isso não quer dizer que esses cativos tenham sido menos eficientes em sua luta contra a escravidão. Mas, sim, que os movimentos de resistência escrava ocorreram de maneira distinta da observada em Havana, graças à conformação sócio-espacial de cada uma das cidades, bem como das origens dos cativos e das relações estabelecidas entre eles e os demais setores da população (sobretudo os negros e mulatos libertos). Não fora por acaso que o maior motivo de prisões de escravos no Rio de Janeiro entre os anos de 1810 e 1820 tenha sido a fuga escrava. Apesar da presença cada vez maior de cativos e libertos pelas ruas do Rio, o que permitiu que muitos escravos aproveitassem do anonimato citadino para fugir dentro da própria cidade, boa parte daqueles que optavam pela fuga, deixava para trás o espaço urbano propriamente dito, indo procurar abrigo e morada nas matas e morros que circundavam a cidade, ou então em regiões um pouco mais distantes, como a baixada iguaçuana⁵⁸¹. Ainda que o Rio de Janeiro não tivesse feitor, a vigilância era constante.

⁵⁸⁰ LEITHOLD, T. RANGO, L. Op. Cit., p.17.

⁵⁸¹ Cf.: GOMES, F.S. Op. Cit., 1993.

Aquilo que Mary Karasch chamou de “muros invisíveis” do cativeiro urbano também se faziam sentir pela competitividade gerada dentre a população escrava, principalmente aquela que trabalhava no ganho⁵⁸². A leitura cuidadosa das prisões feitas pela polícia da Corte entre 1810 e 1820 permite entender parte da invisibilidade referida por Karasch. Em março de 1819, Maria Congo teve seu tabuleiro roubado pelo escravo crioulo Pedro. Quatro meses depois, os oficiais de Fernandes Viana prenderam José Benguela, acusado de matar Joaquim Rebolo, que morrera enquanto resistia à tentativa de roubo do acusado⁵⁸³.

Por mais que o escravo de ganho gozasse de uma grande mobilidade de trânsito, que muitas vezes era ansiada por cativos que trabalhavam no eito, a grande quantidade de africanos escravizados que desembarcavam anualmente no Valongo, somada aos milhares de crioulos e aos outros tantos libertos, fizeram do mercado interno de mão-de-obra do Rio de Janeiro um espaço de solidariedade, mas também de disputa. Sabedores disso, muitos senhores que tinham condições de comprar mais do que um cativo, geralmente adquiriam escravos de origens distintas⁵⁸⁴. Tal prática era facilitada pelo avultado e diversificado tráfico transatlântico que, a despeito da pressão inglesa e em semelhança com o que ocorria em Havana, continuava crescendo.

Durante o período em que o Rio de Janeiro foi sede máxima do Império português, D. João e seus ministros fizeram da defesa da escravidão uma das principais plataformas políticas da Coroa Lusitana que, apesar das inúmeras condenações britânicas, recebia o forte apoio dos súditos americanos⁵⁸⁵. Conforme visto no capítulo anterior, a eficácia das ações tomadas pela Coroa portuguesa foi tamanha que serviu de incentivo para a oligarquia cubana, que a utilizou como exemplo positivo perante o poder metropolitano espanhol na defesa do tráfico. No entanto, as transformações que marcaram a segunda metade da década de 1810, fizeram com que a Coroa portuguesa tivesse que modificar os termos de suas negociações com os britânicos. A queda de Napoleão em 1815 colocou abaixo as ameaças de D. João sobre uma possível aliança luso-francesa. Como

⁵⁸² Cf.: KARASCH, M. Op. Cit., p.253

⁵⁸³ AN. Códice 403,

⁵⁸⁴ Segundo os dados apresentados por Manolo Florentino, a abolição do tráfico ao norte da linha do Equador decretada em 1807 influenciou a composição étnica dos africanos escravizados desembarcados no Valongo. O que se observa a partir de 1811 é uma diminuição percentual dos navios negreiros que saíam dos portos da África Ocidental e Centro Ocidental, e um aumento expressivo das embarcações provenientes dos portos da África Oriental. Cf.: FLORENTINO, M. op. Cit., p. 234.

⁵⁸⁵ Sobre a política pró-escravista do Império português entre os anos de 1810 e 1815 ver: BERBEL, M. MARQUESE, R. PARRON, T. Op. Cit., pp. 128-132.

visto, no Congresso de Viena (1815), portugueses e espanhóis uniram-se na defesa do tráfico. No entanto, o novo reordenamento político, que impulsionou a política abolicionista inglesa, obrigou que a Coroa portuguesa negociasse diretamente com a Grã-Bretanha.

A defesa da política pró-escravista sistematizada por D. Rodrigo entre 1810 e 1811, foi fundamental para as negociações que resultaram na assinatura da Convenção Adicional de 28 de julho de 1817, tão invejada pela elite *criolla* de Cuba. Como pontuado por Berbel, Marquese e Parron, a despeito da determinação da instalação das Comissões Mistas e o direito de visita recíproco (cujo objetivo era garantir o julgamento dos navios negreiros que não seguissem os termos do acordo), a delimitação geográfica exata das regiões africanas onde o tráfico, sob a bandeira lusitana, seria lícito era o exemplo máximo da vitória de D. João VI, que dava ao império português uma condição singular no Mundo Atlântico: a legalidade da manutenção no tráfico transatlântico, e a possibilidade de projetá-lo para o futuro⁵⁸⁶.

Conforme visto ao longo deste capítulo, a classe senhorial do Rio de Janeiro soube fazer bom uso da conquista do monarca português, transformando a capital do Império luso numa das maiores cidades escravistas da década de 1820. Todavia, como é possível aventar, a manutenção do tráfico foi benéfica para o conjunto dos senhores brasileiros que, graças à manutenção do tráfico, conservaram a escravidão como a principal mão-de-obra do Brasil. Nem mesmo a independência proclamada por D. Pedro I, em setembro de 1822, anuançou o peso da escravidão.

A década de 1820 trouxe consigo uma nova onda de transformações liberais no Mundo Atlântico. Os espanhóis perderam o domínio da Nova Espanha, o que fez de Porto Rico e, principalmente, de Cuba suas principais possessões no Novo Mundo. Esta situação foi rapidamente utilizada pela oligarquia *criolla* cubana como argumento para que a Coroa espanhola salvaguardasse o tráfico transatlântico, mesmo que na ilegalidade, pois tal comércio era o motor para o deslanche da economia de *plantation* da ilha. A queda de Napoleão foi a gota d'água para os portugueses exigirem o retorno de D. João VI, fato que desembocou na Revolução do Porto em 1820. Em janeiro do ano seguinte, reuniram-se as Cortes Constituintes da Nação Portuguesa, marcando o início da experiência constitucional no país. A complexidade que marcou as Cortes Constituintes, as discussões acerca das possíveis heranças das experiências

⁵⁸⁶ Idem, pp. 132-133.

constitucionais vividas na crise do Antigo Regime e o próprio desenrolar dos acontecimentos entre janeiro de 1821 e setembro de 1822 apontam que esse é um assunto que demanda detalhada análise histórica⁵⁸⁷. Para a presente pesquisa, dois aspectos são axiais: a participação dos deputados brasileiros e os debates acerca do cativo.

Ao analisarem a escravidão nas experiências constitucionais ibéricas, Rafael Marquese e Márcia Berbel deixaram claro como a presença dos deputados brasileiros foi decisiva nas discussões sobre a instituição⁵⁸⁸. Após o momento inicial de expectativa em relação ao retorno de D. João VI e a ofensiva para eleger os deputados na América (primeiro semestre de 1821), pernambucanos e depois baianos chegaram a Lisboa, em 1821, reivindicando maior autonomia das províncias. Poucas semanas antes, a escravidão havia sido discutida pelo congresso. Entretanto, foi apenas a partir de fevereiro de 1822, quando D. Pedro I tinha decidido ficar no Brasil - à revelia do desejo de muitos políticos de Portugal - que o debate sobre o cativo na América foi retomado. Nessa data, os deputados paulistas recém-chegados em Portugal traziam uma plataforma que previa a defesa da unidade do Reino do Brasil ratificando a presença do príncipe Regente nesse lado do Atlântico⁵⁸⁹.

Assim como ocorrido em Cádiz (1810-1814), nas Cortes portuguesas, os parlamentares dos dois lados do oceano adotaram a estratégia de silenciar o debate sobre escravidão e o tráfico negreiro na constituição, ainda que a manutenção de ambos fosse ponto passivo⁵⁹⁰. Berbel e Marquese salientam que propostas como de Borges de Barros, que previa a substituição gradual da mão-de-obra cativa por imigrantes europeus, não foram discutidas uma única vez⁵⁹¹. Para além do trabalho compulsório e da manutenção do tráfico negreiro, os deputados do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves lutavam pela legitimação da forma - difundida, enraizada e eficaz - de governar os escravos, não admitindo interferências externas.

⁵⁸⁷ Nos últimos anos, a experiência constitucional portuguesa em meio à Era das Revoluções tem recebido estudos cuidadosos como o trabalho de ALEXANDRE, Valentim. Op. Cit.. No caso da participação de deputados brasileiros, ver BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato*. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 1999.

⁵⁸⁸ Cf. BERBEL, M.R. MARQUESE, R.B. "A escravidão nas experiências constitucionais ibéricas 1810-1824." Texto apresentado no Seminário Internacional *Brasil: de um Império a outro (1750-1850)*. São Paulo, setembro de 2005. Artigo disponível no site: www.estadonacional.usp.br

⁵⁸⁹ Idem, p. 24.

⁵⁹⁰ Para entender o que foi a experiência constitucional de Cádiz ver: BERBEL & MARQUESE. Op. Cit., pp. 5-19.

⁵⁹¹ Idem, p. 26.

À medida que parlamentares brasileiros identificavam interesses em comum, a distância em relação aos portugueses aumentava, indicando a dificuldade de uma reconciliação entre as duas partes do Atlântico. Antes mesmo do juramento da Constituição da Nação Portuguesa, o Brasil já havia proclamado sua independência⁵⁹² e convocado uma Assembleia Constituinte no Rio de Janeiro, que retomaria parte das discussões realizadas em Lisboa, só que agora com o objetivo de construir um Estado independente⁵⁹³.

As agitações que marcaram o período pré-independência não acabaram após setembro de 1822. Nessa altura, conflagrou-se uma dupla tentativa de expansão do território brasileiro. De um lado, a inventiva sobre as regiões do Prata e as possessões de Angola, ambas no entanto fracassadas. De outro, a expansão interna que, segundo Ilmar Mattos “*objetivava ligar aquelas províncias a um projeto gestado no Rio de Janeiro, de modo que compartilhasse uma identidade política diversa – **brasileira***”⁵⁹⁴. Ainda que demorada e conflituosa, tal expansão foi vitoriosa.

O projeto político citado por Ilmar Mattos teve suas bases calcadas na carta Constitucional brasileira, outorgada em 1824 por D. Pedro I. Fortemente influenciada pelas discussões e tomadas de posição dos deputados brasileiros nas Cortes Constituintes em Lisboa e pela Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro de 1823, a Constituição do Estado nacional brasileiro se assentava por meio de um pacto social que reiterava as desigualdades existentes no país que se forjava⁵⁹⁵.

A reafirmação da escravidão e do comércio transatlântico de escravos permitiu que a Constituição brasileira distinguisse aqueles que faziam parte do pacto, diferenciando

⁵⁹² As discordâncias políticas entre brasileiros e portugueses não foram os únicos motivos para a proclamação da independência. Jancsó e Pimenta afirmam que nas primeiras décadas do oitocentos, o conceito de nação, mesmo que fluído, já de espalhava pelo mundo atlântico. A América Portuguesa já havia vivido experiências revolucionárias nas quais o gérmen nacionalista fazia parte das reivindicações, ainda que de forma difusa. Cf. JANCÓS, I. PIMENTA, J.P.G., Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: MOTTA, C.G. (org.). *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação:História*. São Paulo, Ed. SENAC, 2000, pp. 127-176.

⁵⁹³ Nos últimos momentos das Cortes Constituintes os estremecimentos foram tamanhos que alguns deputados brasileiros se recusaram a jurar a Constituição e sete fugiram para Inglaterra onde escreveram e publicaram o manifesto de Falmouth, no qual o porquê das diferenças com as Cortes portuguesas era explicitado. Cf. BERBEL & MARQUESE. Op. Cit., pp. 28-30.

⁵⁹⁴ MATTOS, Ilmar, Op. Cit., Construtores e Herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política. In: *Almanack Brasiliense*, nº 1, p. 16. Disponível em: http://www.almanack.usp.br/PDFS/1/01_forum_1.pdf

⁵⁹⁵ Idem, p.17.

direitos civis dos direitos políticos⁵⁹⁶. Eram considerados cidadãos brasileiros todos os homens livres e os escravos nascidos no Brasil que obtivessem a alforria. No entanto, os cidadãos passíveis de serem eleitos deveriam fazer parte do corte censitário definido, além de terem nascido ingênuos. Aos libertos brasileiros estava afiançado o direito de votarem, contanto que obedecessem o critério de renda⁵⁹⁷. Uma vez mais, o silêncio em relação à escravidão e ao tráfico negreiro foi estrategicamente empregado no texto constitucional, caracterizando o que Alencastro chamou de “*compromisso para o futuro*”, onde “*o Império do Brasil retoma e reconstrói a escravidão no quadro do direito moderno, dentro de um país independente, projetando-a sobre a contemporaneidade*”⁵⁹⁸.

Os registros feitos pelos viajantes que visitaram o Rio de Janeiro depois de setembro de 1822, bem como os dados referentes ao tráfico, confirmam que a soberania brasileira forjou-se em meio à escravidão. Entre os anos de 1822 e 1830, 314.192 africanos escravizados desembarcaram nos portos da região sudeste do Brasil⁵⁹⁹, dos quais pouco mais de 278 mil aportaram no Valongo⁶⁰⁰. A média anual de desembarques feitos no maior mercado de escravos das Américas era de 31 mil africanos escravizados, quantia equivalente a 57% do total de desembarques realizados no Brasil. No entanto, ao contrário do que se viu ao longo da década de 1810, o significativo incremento do tráfico na região sudeste do Brasil, sobretudo no mercado do Valongo, não devia-se apenas à pujança comercial do Rio: a produção do café reaquecera a economia de plantation da província do Rio de Janeiro e, como era de se esperar, passou a consumir quantidades enormes de escravos. Ao analisar a história da produção cafeeira na região do Vale do Paraíba, Ricardo Salles sublinhou que a formação do Estado nacional brasileiro, a partir de 1822, esteve imbrincada com os interesses econômicos da nova classe de cafeicultores do Império. O denominador comum dessa relação era o recrudescimento da escravidão⁶⁰¹.

⁵⁹⁶ Berbel e Marquese lembram que tal diferenciação foi elaborada na Assembleia Constituinte de 1823, sendo reutilizada no ano seguinte. Cf. BERBEL & MARQUESE. Op. Cit., pp. 30-32.

⁵⁹⁷ Idem, Idibem.

⁵⁹⁸ ALENCASTRO, L.F. A Vida Privada e a Ordem Privada no Império. In: ALENCASTRO, L.F. (org). *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. Vol. 2. São Paulo, Cia. das Letras, 2004, p.17.

⁵⁹⁹ <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>

⁶⁰⁰ Cf.: FLORENTINO, M. Op. Cit., p. 51.

⁶⁰¹ Cf.: SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores, e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, pp.46-56.

Porta de entrada de africanos escravizados que seriam alocados tanto nas atividades urbanas da capital colonial, como na crescente produção cafeeira fluminense, a dinâmica do Valongo continuou chamando a atenção de muitos viajantes. Maria Graham, viajante inglesa que esteve no Brasil entre os anos de 1821 e 1823, visitou a região do Valongo, anotando

Quase todas as casas desta longuíssima rua são um depósito de escravos. Passeando pelas ruas à noite, vi na maior parte delas, bancos colocados rentes às paredes nas paredes, nos quais filas de jovens criaturas estavam sentadas, com as cabeças raspadas, os corpos malicentos, tendo na pele sinais de sarna recente. Em alguns lugares as pobres criaturas jazem sob tapetes, evidentemente muito francos para sentar-se. Em uma casa as portas estavam fechadas até meia altura e um grupo de rapazes e moças, que não pareciam ter mais do que quinze anos, e alguns muito menos, debruçavam-se sobre a meia porta e olhavam a rua com faces curiosas. Eram evidentemente negros bem novos. Ao aproximar-me deles, parece que alguma coisa a meu respeito lhes atraíu a atenção; tocavam-se uns nos outros para certificarem-se de que todos me estavam vendo e depois conversaram no dialeto africano próprio com muita vivacidade. Dirigi-me a eles e olhei-os de perto, e ainda que mais disposta a chorar. Fiz um esforço para lhe sorrir com alegria e beijei minha mão para eles; com tudo isso parecem eles encantados; pularam e dançaram, como que retribuindo as minhas cortesias. Pobres criaturas!⁶⁰²

A consternação na inglesa Maria Graham era, em parte, decorrente dos ideais humanistas e abolicionistas que há décadas acometiam parte da Inglaterra. Mas, as cenas descritas eram novidade apenas para a narradora. Viajantes que estiveram no Valongo anos antes encontraram situações muito semelhantes. Os horrores do tráfico e a crueldade na venda dos africanos escravizados nada tinham mudado.

Como já foi pontuado, o pertencimento à nações onde a escravidão não existia há séculos, fez com que muitos europeus que visitaram cidades do Novo Mundo ficassem espantados com a presença dos cativos nesses espaços. Os viajantes que puderam ficar mais tempo imersos no mundo escravista, tentaram compreender as dinâmicas que pautavam o cotidiano dessas sociedades. Seus testemunhos mostram que embora, estivessem visitando uma nação independente e soberana, a instituição escravista mantinha-se como instituição inabalável, fosse no campo, fosse na cidade. Segundo o alemão Carl Schlichthorst, que esteve no Rio de Janeiro entre 1824 e 1826,

Os escravos mais forçados trabalham nas ruas como carregadores. Andam nus com uma simples tanga amarrada na cintura, que mal cobre as coxas. Levam todas as cargas à cabeça. As vezes bastam seis e mesmo quatro para carregar depressa uma caixa de açúcar com peso de 2.200 libras. Esses mariolas entregam a seus

⁶⁰² GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822, 1823*. São Paulo/ Belo Horizonte, EDUSP/Itatiaia, 1990, p.29.

amos uma diária certa e eles próprios satisfazem as suas necessidades da vida. O mesmo se dá com as jovens pretas, que vendem frutas e outras miudezas, obrigadas a entregar de 16 a 20 vinténs ou meio *thlaer* por dia. O que ganham a mais lhes pertence⁶⁰³.

A perspicácia na compreensão do sistema de ganho não se ateve apenas aos acordos econômicos travados entre os cativos e seus senhores. O mesmo viajante sublinhou que as mulheres escravas que trabalhavam neste ramo

Trajam-se elegantemente. O nível vestido amolda-se aos membros roliços de um brilhante pretume. O turbante vermelho lhes esconde a carapinha, única coisa que numa preta acho excessivamente feio. Um ombro fica maio descoberto. Do outro cai um pano de cores variadas. Conduzem as mercadorias à cabeça e as apregoam em voz alta, fazendo isso até altas horas da noite, pelas ruas e praças da cidade⁶⁰⁴.

Schlichthorst foi além. Embora julgasse que os escravos urbanos do Rio de Janeiro andassem sem cuidados pelas ruas da cidade, o viajante também notou que, em inúmeros casos, os senhores recorriam ao Estado quando queriam castigar seus cativos. Um dos motivos mais frequentes para tais castigos eram as fugas, geralmente praticadas por africanos que *“mesmo recebendo o melhor tratamento [fogem] dos amos, salvo se continuamente ocupados dentro das casas, livres das tentações dos seus companheiros de fora”*⁶⁰⁵. Mas, a rua não era um convite apenas para a fuga. Era nos espaços públicos da cidade que muitos escravos e libertos refaziam suas identidades, imprimindo outros sentidos e usos para o Rio de Janeiro.

O canto, a dança e os folguedos enchem as horas de folga dos escravos. Quando se quer ver gente alegre, basta procurá-los [...] A inconsciência do negro deixa-o gozar o que o momento o propicia, sem cuidados sobre o futuro. Sua dança predileta chama-se fado, e consiste num movimento trêmulo do corpo que, suavemente embalado exprime os sentimentos mais sensuais de um modo tão natural como indecente⁶⁰⁶.

Assim como ocorrera com o Capitão General Cienfuegos Jovellanos, dimensões da corporeidade dos escravos urbanos foram destacadas na descrição que Schlichthorst fez sobre as atividades que esses homens e mulheres exerciam no Rio de Janeiro. Seus relatos falavam não só da forte presença escrava na execução dos mais variados serviços

⁶⁰³ SCHLICHTHORST, Carl. *O Rio de Janeiro como ele é (1824-1826). Huma vez e nunca mais*. São Paulo, Editora Getúlio Costa, 1937, p. 132.

⁶⁰⁴ Idem.

⁶⁰⁵ Ibidem, p.136.

⁶⁰⁶ Ibidem, p. 141

urbanos, mas também de instâncias que, embora pouco interessasse às autoridades administrativas, eram parte constitutiva do cotidiano escravista.

A vigilância (na) capital de um Estado soberano

Embora a década de 1820 tenha sido o marco de mudanças políticas e econômicas no recém-criado Brasil, a Carta Constitucional de 1824 coroou a ressignificação da escravidão no quadro nacional. Agora como sede do Império do Brasil, o Rio de Janeiro manteve sua dependência em relação ao trabalho escravo na execução das mais variadas tarefas. Sob a égide de um Estado independente que se formava, a polícia passou a controlar com maior assiduidade a movimentação escrava nas ruas do Rio. Requerimentos que chegavam aos montes da Câmara Municipal indicam uma das razões que levaram a Polícia a recrudescer seu controle sobre a população escrava.

No dia 6 de junho de 1825, Manoel Joaquim Lopes redigiu uma súplica para a Câmara Municipal, solicitando licença para continuar como Capitão-do-Mato da freguesia do Sacramento no Rio. De acordo com o suplicante, sua boa atuação na captura de escravos fugidos era razão suficiente para que as autoridades competentes renovassem sua licença⁶⁰⁷. Meses depois, Cipriano Soares compareceu à mesma instituição fazendo pedido semelhante ao de Manoel Joaquim. Capitão-do-Mato da Freguesia de Engenho Velho (mas tendo trabalhado em outras diligências), o requerente enumerava os quilombos que havia desmantelado na tentativa de manter sua permissão para atuar como apresador de escravos fugidos.

Há muito que inúmeros “cidadãos de bem” encontravam no apresamento de cativos o sustento para si e sua família. No entanto, observa-se que a partir de 1822, uma quantia cada vez maior de solicitações para capitães-do-mato chegava à Câmara Municipal. As licenças, geralmente concedidas sem muitas delongas, apontavam que a fuga escrava era uma prática que acometia toda a cidade do Rio de Janeiro. Freguesias urbanas, suburbanas e rurais eram esconderijos em potencial para escravos foragidos⁶⁰⁸. Além de pontuar que a fuga continuou sendo uma das mais importantes e constantes formas de resistência da população escrava do Rio, a série de pedidos feitos para a Câmara sugere

⁶⁰⁷ AGCRJ. Capitães do Mato, código 40.3.72, 1825.

⁶⁰⁸ Cf. GOMES, F. OP. Cit., 1993.

que boa parte dos aprisionamentos desses foragidos ficava a cargo de particulares. Tal constatação indicava não só a permanência de um costume datado do passado colonial, como também alertava para a incapacidade da Intendência de Polícia em manter a ordem na capital do Brasil. Ao que tudo indica, as rondas noturnas chefiadas pelos homens de Paulo Fernandes Viana não era suficientes para evitar a fuga escrava. E essa não era a única incumbência do poder público no que tange a escravidão.

Os bilhetes expedidos para a prisão no Calabouço durante 1822 demonstram que a dinâmica da administração dos cativos do Rio de Janeiro não foi alterada nos primeiros anos da Independência brasileira. Entre os meses de janeiro e dezembro daquele ano, 106 proprietários encaminharam seus escravos ao Calabouço, para eles fossem castigados pelos oficiais do poder público, que cobravam 160 réis por cada centena de chibatadas aplicadas⁶⁰⁹. Embora as razões que levaram os senhores a castigar seus cativos não estejam discriminadas na documentação, a maior parte dos proprietários pagava para que os escravos recebessem 200 ou 300 açoites, quantias essas que não poderiam ser aplicadas no mesmo dia para que o cativo em questão não corresse risco de morte. É possível aventar que os escravos que recebiam tais castigos haviam cometido faltas graves, pois, além do pagamento pelos serviços executados no Calabouço, o proprietário ficaria dias sem usufruir do trabalho do seu escravo - tendo em vista o tempo de reclusão no presídio e o tempo mínimo necessário para que o cativo se recuperasse.

Aplicar açoites era uma das tarefas menos trabalhosas para os funcionários da polícia do Rio de Janeiro, não só porque a atividade gerava recursos para a instituição, mas também porque, neste caso, eram os proprietários que determinavam se o escravo deveria ser castigado e se responsabilizavam pela entrega dele às autoridades. Todavia, ainda que essa função tenha sido mantida nos anos vindouros⁶¹⁰, o Calabouço também era o presídio em que ficavam os cativos capturados pelos oficiais da Polícia que, assim como ocorrera no período joanino, continuavam cometendo uma variada gama de crimes. Não por acaso, a partir de meados da década de 1820, o poder público do Rio tomou uma série de medidas a fim de se fazer mais atuante no combate aos delitos que poderiam causar graves transtornos para o bom funcionamento da cidade.

⁶⁰⁹ AN. Bilhetes expedidos para prisão do Calabouço, Códice 383, 1822.

⁶¹⁰ Outros códices documentais localizados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro apontam que durante as décadas de 1820 e 1830, muitos senhores continuaram acionando o poder público para a execução do castigo de açoite. Cf. AN. Receita de bilhete de correção de escravos. Códice 385, 1826.

Feito Intendente em janeiro de 1825, Francisco Alberto Teixeira Aragão decretou diversas normas que pretendiam delimitar o horário no qual os cativos poderiam circular pela cidade, além de proibir a entrada deles em armazéns, tavernas e botequins. Também foi preocupação da Intendência de Polícia assegurar que interesses pessoais não interferissem na manutenção da ordem social, diminuindo com isso a violência arbitrária que caracterizou a prisão de escravos durante o período em que Paulo Fernandes Viana esteve a frente da Intendência de Polícia⁶¹¹.

O terceiro volume do código 403 – onde se encontram os registros das prisões feitas entre 1825-1826 - é um exemplo desse duplo movimento das autoridades policiais. Junto com o menor número de ocorrência de escravos detidos e de certa reorganização no registro dos locais e datas das detenções⁶¹², também se observa a manutenção do mesmo padrão dos delitos cometidos por cativos no período joanino. Brigas nas ruas, vadiagens, capoeiras, pequenos furtos e, sobretudo, fugas continuaram a ser os principais motivos para a reclusão escrava⁶¹³. Para evitar parte dos transtornos que a maior mobilidade do escravo urbano poderia causar, a polícia começou a arrouchar algumas medidas, aumentando a vigilância nas tabernas e hospedarias da cidade.

Mantendo as ações preventivas de seu antecessor, Teixeira Aragão procurou controlar, minimamente, atividades que envolviam o segmento escravo e que, aparentemente, não representavam grandes perigos para o bom funcionamento do Rio de Janeiro. No dia 2 de março de 1825, José Manoel Ferreira Salgado, morador na rua da Quitanda, assinou termo em que abonava a Francisco Ignácio Sebastião Silva, para seus escravos mascatearem por esta cidade e Freguesia de Inhaúma, Terra firme até Tayoaby⁶¹⁴. Quarenta dias depois, foi assinado outro termo em que

Antonio José Miranda de Figueira, morador a rua da Quitanda com Loja de fazendas em que abona a Feliciano Ribeiro para o escravo ir mascatear pelos distritos de Irajá, Inhaúma, Campo Grande, declaro que o escravo chama-se João⁶¹⁵.

⁶¹¹ Cf. HOLLOWAY, T. Op. Cit., pp. 57-58.

⁶¹² A organização desse volume, produzido sob a égide de um Estado independente, demonstra uma preocupação a mais das autoridades responsáveis: passou a ser importante saber onde os delitos ocorreriam, bem como quais os oficiais de polícia realizaram as prisões.

⁶¹³ AN. Relação de presos feita pela polícia, 1810-1821. Código 403, vol. 3.

⁶¹⁴ Idem, p.275.

⁶¹⁵ Ibidem, p. 284.

A maior parte dos termos de abonação se remetia ao mascate cuja atividade consiste na venda ambulante de produtos. Isso sugere que o cativo ficaria sem pouso certo, dormindo aqui e ali nas vilas por onde passasse. O curioso é que, em diversos casos, moradores de freguesias urbanas (muitas delas centrais), abonavam seus escravos para mascatearem por regiões suburbanas e/ou rurais da província do Rio. É possível aventar que essas zonas do Rio de Janeiro já estivessem sendo afetadas pela produção de café, o que teria causado certa migração populacional e, conseqüentemente, o comércio itinerante.

No âmbito nacional, o Estado brasileiro tomou algumas medidas com o intuito de administrar e manter a ordem. A partir de 1826, quando as atividades parlamentares foram reiniciadas, boa parte dos deputados e senadores que exerciam o poder legislativo era partidária de um projeto de Estado nacional que pregava maior autonomia das províncias e, conseqüentemente, a descentralização do poder. Em outubro de 1827, conforme previsto na Constituição, foi criado o cargo de Juiz de Paz, que passou a exercer as funções que antes cabiam aos juízes ordinários, juízes de vintena e ao almotacéo⁶¹⁶. Diferentemente do que ocorrera no período colonial, esses magistrados seriam eleitos pelos cidadãos brasileiros e responderiam sobre os assuntos menores de cunho judicial de sua paróquia, inclusive aqueles que diziam respeito à escravidão. De maneira geral, tal medida deixava parte do poder judiciário do Brasil relativamente autônomo, tendo em vista que, a partir de então, esses juízes não seriam mais nomeados pelo monarca.

A criação desse cargo, que não se enquadrava na hierarquia judicial vigente, teve fortes repercussões. Por um lado, obteve apoio de muitos jornalistas, já que era uma forma de controlar o Imperador e da sociedade civil ficar mais próxima do poder. Por outro, foi desaprovada por políticos mais moderados que defendiam a centralidade do poder no Rio de Janeiro. Plataforma dos liberais reformistas, o juiz de paz era uma das peças que compunham esse projeto de Estado que, como se verá mais adiante, não vingou. De todo modo, tal cargo foi fundamental para o andamento e conhecimento da vida prática do país, já que dentre suas obrigações estava a promoção de conciliações entre partes envolvidas em potenciais litígios, em brigas domésticas, danos causados por escravos, aplicação de posturas municipais, destruição e prevenção de quilombos, etc. Segundo

⁶¹⁶ Cf. FLORY. Thomas. *El Juez de Paz y el Jurado en el Brasil Imperial, 1808-1871. Control social y estabilidad política en el nuevo Estado*. México, Fundo de Cultura Econômica, 1986, p. 86.

Flory, os *Juizes de Paz* eram pacificadores sociais da comunidade, uma espécie de “autoridades de bairro”⁶¹⁷. Até 1830, esses magistrados ocuparam posição de destaque na administração nacional, embora sua atuação tenha variado nas diferentes localidades brasileiras, realizando funções que antes ficavam sob a alçada policial - instituição que agora estava submetida aos juizes.

Acompanhando as medidas tomadas pelos reformadores liberais, em 1830 foi elaborado o Código Criminal, que definia claramente os crimes e prescrevia a pena para cada um deles. Embora fizesse referências explícitas à escravidão, o documento não trouxe um conjunto de leis específicas para a escravidão. Os cativos criminosos se enquadravam nos artigos gerais⁶¹⁸. Data desse período a recomposição dos poderes das Câmaras Municipais, sobretudo a do Rio de Janeiro que, no período joanino havia ficado submetida à Intendência de Polícia.

No caso específico da Corte imperial, junto com os juizes de paz e o Código Criminal, foi elaborado um Código de Posturas, também em 1830, muito elucidativo da coerência com a qual o Estado governado por liberais reformadores encarou questões relacionadas ao cativo cidadão. Ao analisar o escravo urbano na legislação municipal do Rio de Janeiro, Rossato percebeu um relativo silêncio das atas e posturas municipais sobre o assunto, o que a fez concluir que, apesar da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro - responsável pela produção das leis municipais - estar a par dos problemas oriundos da escravidão urbana, a instituição soube acatar os limites da sua interferência na dinâmica do sistema, respeitando o direito privado de propriedade que cabia aos senhores⁶¹⁹. Nesse sentido, a autora acrescentou um dado fundamental à pesquisa de Leila Algranti: a dinâmica da escravidão urbana foi marcada pela ausência do feitor, e esteve em comum acordo com os interesses dos sujeitos que pensaram, construíram e executaram o projeto do Estado Nacional Brasileiro, em sua maioria, proprietários de escravos.

Entretanto, por meio de uma leitura mais minuciosa, é possível averiguar que o silêncio das leis municipais sobre escravidão - que parece seguir a mesma linha da Carta Constitucional de 1824 - era apenas aparente. A ação escrava esteve presente nas entrelinhas dos textos legais, mostrando seu peso nas práticas cotidianas. Isso fica mais

⁶¹⁷ Idem, pp. 95-97.

⁶¹⁸ Cf. HOLLOWAY, T. Op. Cit., pp. 67-70.

ROSSATO, Jupiracy A. R. *Sob os Olhos da Lei: o escravo urbano na legislação municipal da cidade do Rio de Janeiro (1830-1838)*. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002, p. 145.

evidente ao se analisar, juntamente com as leis gerais sobre o escravismo, as posturas municipais e os diferentes acordos, com caráter legal, produzidos a fim de melhor administrar a escravidão.

As posturas municipais eram leis que tinham vigor apenas no município em que eram elaboradas e, comumente, tinham validade de um ano. Os responsáveis pela elaboração das posturas eram os vereadores da Câmara Municipal que, partindo da preocupação em criar e manter uma cidade ordenada e das queixas dos cidadãos que chegavam até eles, debatiam e redigiam os códigos que iriam reger o espaço urbano.

Porém, diferentemente do que ocorria com os projetos de postura das demais cidades do Brasil, que deveriam ser sancionados pela Assembleia Provincial, as medidas elaboradas pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro passavam pelo crivo do Ministério do Império e da Assembleia Geral (constituída da Câmara dos Deputados e o Senado do Império do Brasil), instâncias máximas do poder legislativo do país⁶²⁰, assinalando, uma vez mais, a importância do Rio de Janeiro como centro decisório do Império do Brasil.

O primeiro código de posturas do Rio de Janeiro foi aprovado durante o Primeiro Reinado, no dia 4 de outubro de 1830, e contou, para sua elaboração, com a Comissão de Posturas formada por vereadores, e a participação de cidadãos comuns, médicos, fiscais de freguesias, juízes de paz e chefes de polícia⁶²¹. O objetivo fundante desse conjunto de leis era a “civilização” da cidade escravista.

As Posturas foram divididas em duas seções (*Saúde Pública* e *Polícia*), cada qual subdividida em títulos, que por sua vez abarcavam certo número de artigos. A simples leitura desses títulos permite observar que, grosso modo, a grande preocupação das posturas era promover o bem público por meio da manutenção da ordem e do combate a qualquer ação que pudesse causar algum distúrbio à cidade. Dentre os diferentes assuntos abordados, nota-se a presença, um tanto secundária, da escravidão.

No caso específico sobre *saúde pública*, os escravos foram citados em quatro momentos: nos artigos 4, 5 e 7 do título sexto, todos eles referentes à proibição de se despejar imundices na rua em momentos não permitidos:

Art. 5. He prohibido tapar, e fazer despejos nas vallas, que servem de esgoto às águas na Cidade e seu Termo, assim como abrir buracos para o mesmo fim nas que

⁶²⁰ Cf. ROSSATO, Jupiracy. Op. Cit.

⁶²¹ Segundo Jupiracy Rossato, a participação dos profissionais liberais na composição das posturas municipais ocorreu durante as discussões que antecederam o texto final. Cf. ROSSATO, J. Op. Cit., p.72.

estão cobertos com lagedos: o contraventor será multado em 4U000 rs, e sendo escravo, seo Sr. Por elle: nas residências pagarão o dobro desta pena, e farão a limpeza e tapamento dos buracos ‘a sua custa. Não constando quem seja o infrator ficarão incursos nesta pena os moradores em cuja testada taes despejos foram feitos⁶²².

Já na sessão *Polícia*, a palavra *escravo* foi notificada em oito momentos, distribuída nos títulos terceiro, quarto, sexto, sétimo (quatro vezes) e nono. Diferentemente da seção anterior - na qual o escravo apareceu como uma espécie de extensão de seu proprietário, o responsável direto por suas ações⁶²³ - na segunda seção do Código de Posturas, as atitudes dos cativos parecem ter recebido um peso maior. A preocupação com a *civilização*, entendida tanto como o polimento dos gestos e o expurgo dos maus elementos que pudessem colocar em risco a ordem civilizadora, fez com que o escravo fosse tido como um elemento que precisasse ser constantemente vigiado e, quando necessário, punido. Não por coincidência, a escravidão apareceu com maior frequência nessa seção do código, enquadrando-se nas preocupações com a ordem e o governo da cidade, como os artigos abaixo demonstram, respectivamente:

Tít. 4º. Art. 4 Todas a pessoa, que apresentar em lugares públicos quadros, ou figuras obscenas, e offensivas da moral publica, será multado em 6U000rs, e não tendo como pagar, ou sendo escravo, em 3 dias de Cadêa.⁶²⁴

Tít. 6º. Art. 12. Os escravos, que forem encontrados nas ruas, e Praças públicas a jogarem, serão multados em 1U000 rs, e quando o senhor não satisfaça à multa incorrerão na pena de 24 horas de prisão.⁶²⁵

Pautado na experiência adquirida na administração do Rio de Janeiro, o Código de posturas de 1830 tinha como objetivo principal manter a ordem nas ruas da capital do Império. Graças a isso, a maior parte das referências feitas ao segmento escravo tinha o intuito de cercear, na medida do possível, a grande mobilidade de trânsito dos cativos citadinos. No entanto, ainda que em muitos momentos os escravos fossem tomados como os principais responsáveis pelas “*vozerias nas ruas, injurias e obscenidades contra a moral pública*”, os autores do Código de 1830 também os reconheceram como agentes para a manutenção de uma determinada segurança dos habitantes do Rio. Por isso,

⁶²² AGCRJ. Posturas de 1830. Typografia Imperial Nacional. (Grifo meu).

⁶²³ Importante notar que a palavra *senhor* apareceu em três momentos, uma a menos que escravo.

⁶²⁴ AGCRJ, Posturas Municipais de 1830.

⁶²⁵ Idem.

Art. 14. Quando haja incêndio, será obrigado cada visinho do quarteirão, em que elle for, e dos quatro lados a mandar immediatamente hum escravo com um barril de agoa a apagar o incêndio, os quaes se apresentarão a qualquer dos Officiaes dos três quarteirões, que tomarão a rol o nome do escravo, e do senhor. Findo o incêndio, o Fiscal respectivo receberá os Officiaes dos cinco quarteirões os roes, que tiverem feito, e os que por elles constar, que vê não mandarão hum escravo, serão multados em 2Urs, salvo mostrando que tiverão justo impedimento para o fazerem, e neste caso poderá o mesmo Fiscal deixar de autuar, informando-se da verdade da escusa⁶²⁶.

Baseadas na experiência administrativa e com o objetivo de tornar o Rio de Janeiro uma cidade cada vez mais civilizada, as posturas elaboradas em 1830 pretendiam manter a ordem nas ruas cariocas. Da mesma forma que o maior trânsito de escravos deveria ser controlado, o Código previa as medidas cabíveis em situações adversas, como no caso do Artigo 14 da Sessão de Polícia. E, em situações como essas, o cativo cidadão deixava de ser tido como um perigo iminente, para voltar a ser tratado como mão-de-obra fundamental para o funcionamento da rede de serviços urbanos da capital do Brasil.

Peças do projeto de um Estado nacional encabeçado por liberais reformadores, a criação do cargo de Juiz de Paz (1827), a formulação do Código Criminal e a elaboração do Código de Posturas Municipais (ambos de 1830) eram medidas que pretendiam ordenar a sociedade por meio de uma política descentralizadora, que pregava reformas e maior autonomia do judiciário, além da menor intervenção de interesses individuais nos assuntos de ordem pública. Todavia, durante o Primeiro Reinado, as ações estatais pouco mudaram a dinâmica do controle dos escravos no Rio de Janeiro vigentes desde o período joanino. Questões relacionadas ao cativo continuaram sendo tratadas no âmbito privado da relação escravista, só que agora sob a roupagem do direito de propriedade garantido aos cidadãos brasileiros no artigo 179 da Constituição.

No entanto, o ano de 1831 foi um momento de inflexão na história brasileira. A abdicação de D. Pedro I e a abolição legal do tráfico transatlântico de escravos deram novos rumos para a formação do Império, na medida em que trouxeram à tona transformações no poder executivo e moderador do país, assim como mudanças radicais na forma de obtenção da principal mão-de-obra brasileira. O tráfico negreiro foi colocado em xeque, exigindo, uma vez mais, que os políticos brasileiros repensassem o país que estavam formando. Importante ressaltar que o fim do comércio transatlântico de escravos já fazia parte do horizonte daqueles que pensavam e governavam o Brasil.

⁶²⁶ Ibidem.

Apesar do silêncio estratégico da Carta Constitucional sobre a escravidão e o tráfico negreiro, as pressões inglesas para o fim gradual da primeira e a abolição imediata do segundo foram pauta de muitas reuniões parlamentares.

Antes de 1822, os políticos responsáveis pela diplomacia portuguesa foram eficazes na luta pela manutenção do tráfico. Em 1810 foi assinado o Tratado de Aliança e Amizade, no qual D. João se comprometia junto à Inglaterra, a manter o comércio por vias legítimas somente com os territórios africanos que pertencessem a Portugal. Porém, o apresamento de diversos navios pelos ingleses, devido ao uso indiscriminado da bandeira portuguesa, resultou em outro acordo, firmado no Congresso de Viena (1815), que proibia o comércio ao norte do Equador. A constante desobediência desses tratados fez com que, em 1817, uma Convenção Adicional regulamentasse o que havia sido estipulado dois anos antes⁶²⁷. O advento do café, que recolocou o Brasil como peça chave da nova economia mundo, assim como as práticas secularmente enraizadas de nossa sociedade escravista e a aliança de interesses políticos e econômicos que marcaram a história do Império foram argumentos mais que suficientes para a defesa do comércio⁶²⁸.

Contudo, a crescente pressão da Inglaterra, que colocou o final do tráfico como condição para o reconhecimento da independência do país, aumentava proporcionalmente ao número de desembarques de africanos na Corte. Junto com isso, a ascensão de uma política mais liberal no país e a disseminação de certos ideais antiescravistas fizeram com que, em 1826, fosse assinado outro tratado entre as duas nações, no qual o Brasil se comprometia a abolir, em três anos, o comércio transatlântico de escravos⁶²⁹. A falta de consenso dentro do próprio Congresso sobre o final do tráfico negreiro adiou a data prevista para a execução do tratado, indicada para o final de 1830. Em novembro de 1831, num ato de afirmação do Parlamento sobre o poder Executivo, era abolido o comércio transatlântico de africanos.

⁶²⁷Cf. RODRIGUES, Jaime. *O Infame Comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de Africano para o Brasil (1800-1850)*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2000, pp. 97 -98.

⁶²⁸ Alguns trabalhos têm se debruçado sobre a problemática do fim do tráfico de escravos no âmbito da construção do Estado nacional brasileiro, baseados fundamentalmente nas atas da Câmara, do Senado e nas memórias de parlamentares brasileiros. Exemplos dessa literatura são: RODRIGUES, J. Op. Cit. BERBEL, M.R. MARQUESE, R.B. “A escravidão nas experiências constitucionais ibéricas 1810-1824.”. Texto apresentado no Seminário Internacional *Brasil: de um Império a outro (1750-1850)*. São Paulo, setembro de 2005. Artigo disponível no site: www.estadonacional.usp.br. PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no Império do Brasil. 1826-1865*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011, pp. 41-120.

⁶²⁹ Cf. RODRIGUES, J. Op. Cit., pp. 101-103.

A proibição, em tese, colocava em risco a existência da escravidão no Brasil, na medida em que bloqueava a principal fonte fornecedora de cativos desde o século XVI. Mas esta era uma projeção para o longo prazo. Apesar da proibição, o Estado brasileiro continuava escravista, só que agora diante do problema de como fazer a reposição dessa mão-de-obra.

As pressões para o final do tráfico, junto com a derrota no Prata, desembocaram na crise do Primeiro Reinado e na viragem da construção do Estado Nacional⁶³⁰. Cinco meses antes da proibição do tráfico de escravos, D. Pedro I abdicou do trono do império em favor de seu filho, que contava com apenas cinco anos de idade. Devido à impossibilidade do herdeiro assumir o trono, foi instaurada a Regência, na qual o poder executivo seria dirigido por três políticos escolhidos pelo Senado. Desde o final da década de 1820, os liberais reformadores estavam no comando do legislativo brasileiro, entrando em impasses constantes com D. Pedro I. Conforme visto no capítulo anterior, esses políticos defendiam a formação de um Estado que muito se assemelharia ao federalismo empregado nos Estados Unidos⁶³¹.

Para além das mudanças políticas no âmbito nacional, no Rio de Janeiro, o ano de 1831 também foi marcado por momentos turbulentos, muitos deles oriundos da insatisfação frente à aliança do Imperador com grupos de políticos e comerciantes portugueses. Dias antes da abdicação de D. Pedro I, a capital imperial foi palco de uma manifestação popular que saiu às ruas para exigir uma postura mais nacionalista do soberano do Brasil. Conhecida como *noite das garrafadas*, a madrugada do dia 11 de março de 1831 foi marcada por protestos protagonizados por diferentes sujeitos das classes menos abastadas, dentre eles, brancos pobres, forros e até mesmo alguns escravos de ganho⁶³². Embora a ordem tenha sido retomada pouco tempo depois, os feitos de março de 1831 e a instabilidade gerada com a abdicação de D. Pedro I no mês seguinte levaram a Câmara do Rio de Janeiro a elaborar posturas que deveriam ser anexadas ao Código produzido

⁶³⁰ Segundo Wilma Costa, essa viragem na construção do Estado nacional brasileiro teve um dos seus pilares, a escravidão, operando na zona de ilegalidade. COSTA, Wilma Peres. “O Império do Brasil: dimensões de um enigma” In: *www.almanack.usp.br*, 2005, p. 32.

⁶³¹ Cf. COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da Emancipação política do Brasil. In: *Da Monarquia à República. Momentos Decisivos*. (5ª. Edição). São Paulo. Ed. Brasiliense, 1987, pp. 17-54.

⁶³² Uma interessante análise da *noite das garrafadas*, que pontua parte do debate historiográfico sobre a importância que movimentos populares exerceram na Abdicação de D. Pedro I, pode ser encontrada em: ARAÚJO, Carlos E.M. *Cárceres Imperiais: a Casa de correção do Rio de Janeiro. Seus detentos e o sistema prisional no Império, 1831-1860*. Tese de doutorado defendida no departamento de História da UNICAMP, Campinas, 2009, pp. 15-34.

no ano anterior. Boa parte dessas leis previa punições mais severas para o “*mal uso das ruas*”. No dia 18 de abril de 1831 era determinado

Não fazer discórdia entre os Nacionais do Brasil e destes contra os nascidos fora do Império. – Toda a pessoas, que com palavras incitantes fizer a discórdia, e zizania contra os Nacionaes do Brasil, e os deste, contra os nascidos fora do Império, será multado pela primeira vez em 20\$000 rs. e 5 dias de Cadeia; e pela segunda em 40\$000 rs., e 10 dias de Cadeia; e pela terceira vez em 60\$000 rs; e 30 dias de prisão. Se for escravo, será castigado pela forma marcada no 3º. Artigo destas Posturas⁶³³.

Além de evitar discórdias, as novas posturas tinham o forte intuito de cercear o acesso à armas. Por isso, além da proibição da venda de pólvora sem licença, as leis formuladas em abril de 1831 ainda proibiam

a todos os que não são exceptuados no Código Criminal, o uso de armas de qualquer natureza que sejam. Os infractores sofrerão oito dias de prisão e 30\$000 rs. de multa, além das penas marcadas no Código. He também prohibido o uso de páos, bengalas, e só serão permittidas aos descriptos, aleijados, e doentes reconhecidos⁶³⁴.

E como seria previsível numa cidade sabidamente escravista, boa parte das novas posturas versava sobre o segmento escravo da população. Aqueles que, por ventura, vendessem armas brancas para cativos seriam castigados com 8 dias de prisão e teriam que pagar multa de 20 mil réis. Pena muito semelhante seria aplicada aos donos de tabernas, ou qualquer outra *casa pública*, que permitissem o ajuntamento de escravos⁶³⁵.

Já os cativos

que forem encontrados fazendo desordens, serão conduzidos ao Calabouço, dando-se immediatamente parte aos Senhores, para estes mandarem dar no motores cem açoutes, conforme a Lei, e se recusarem a fazel-o, sofrerão a multa de 30\$000 rs, e 8 dias de Cadeia: os que não forem considerados motores, sofrerão metade desta pena, bem como os Senhores que deixarem de os castigar⁶³⁶.

Ao que tudo indica, as agitações que marcaram os meses de março e abril de 1831 também revelaram às autoridades e aos *homens de bem* da cidade, sobre a urgência de um novo presídio para o Rio de Janeiro, o que resoltou na criação da *Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro* em maio do

⁶³³ AGCRJ. Editais de Postura 1830-1836, Códice 18.1.68, postura V/1831.

⁶³⁴ Idem, postura VIII/1831.

⁶³⁵ Ibidem, posturas II, VI/1831.

⁶³⁶ Ibidem, postura III/1831.

mesmo ano. Entre outras propostas, tal agremiação pretendia zelar pela civilização e modernidade da capital imperial, e seus membros foram os responsáveis pela proposta da construção da Casa de Correção da Corte, projeto baseado naquelas que eram tidas como as melhores prisões do mundo⁶³⁷.

Outras medidas foram tomadas a fim de garantir a ordem e segurança no Rio de Janeiro. Em 6 de junho de 1831, por exemplo, foi aprovada uma lei que dava amplos poderes ao governo central, cujo principal objetivo era manter e definir a ordem social. Os juízes de paz foram submetidos às autoridades centrais, perdendo parte de sua autonomia; os soldados, substituídos por guardas municipais e civis, antecipando a criação da Guarda Nacional paramilitar⁶³⁸. No ano seguinte, a fim de dar cabo às reformas no judiciário iniciadas em 1827, os liberais reformadores conseguiram aprovar o Código de Processo Criminal, viabilizando assim que as normas e leis previstas no Código Criminal (1830) fossem colocadas em prática. Ainda em 1832, a Intendência Geral de Polícia foi dissolvida e substituída pela Secretaria de Polícia⁶³⁹.

No entanto, a despeito das inúmeras ações normativas dos órgãos públicos, a escravidão ainda era basal para o funcionamento do Rio de Janeiro. O próprio Estado fazia usos dos escravos. No dia 16 de julho de 1832, José Bonifácio de Andrade e Silva assinou o termo em que se lavrara a transferência de escravos das Fazendas Nacionais do Piauí e do Rio Grande do Sul para propriedades da Família Imperial na Corte. Cinquenta e quatro cativos foram empregados nos Serviços da Nacional Quinta da Boa Vista, para trabalhar como serventes (19), pedreiros (4) e lavradores (25). No mesmo requerimento, vinte e oito escravos foram encaminhados para a Quinta do Caju para executar tarefas semelhantes das solicitadas na Quinta da Boa Vista⁶⁴⁰.

Além do caso das Quintas Reais, o emprego de escravos em obras públicas, principalmente aqueles que eram presos e ainda não haviam sido reclamados por seus senhores, demonstra que as autoridades governativas do Rio também faziam uso da mão-de-obra escrava, mesmo sabendo o preço que isso tinha para os cofres públicos. As correspondências trocadas pelos juízes de Paz do Rio de Janeiro apontam pessoas,

⁶³⁷ ARAÚJO, C.E.M. Op. Cit., 2009, pp. 24-26.

⁶³⁸ Segundo Holloway, havia uma forte preocupação do Ministro da Justiça, Diogo Feijó, em fortalecer os aparatos policiais, sobretudo no Rio de Janeiro. As prisões realizadas pela polícia sofreram significativo aumento no segundo semestre de 1831, quando, num intervalo de 18 dias 244 detenções chegaram a ser feitas, sendo 52 de escravos. Cf. HOLLOWAY, T. *OP. Cit.*, pp. 75-86.

⁶³⁹ Idem.

⁶⁴⁰ BN. Sessão Manuscrito. Documento II-32,10,8 – Elemento Servil, 1832.

tempo e dinheiro que eram frequentemente gastos na tentativa de amenizar os inúmeros delitos e crimes cometidos pelos cativos. As freguesias centrais da cidade continuaram sendo os locais de maior incidência criminal⁶⁴¹. No entanto, graças ao aumento da população escrava no restante da província do Rio de Janeiro, um número cada vez maior de crimes ocorria em freguesias distantes, cujo acesso era difícil e demorado, o que onerava ainda mais as ações da Polícia. Embora coubesse à polícia cuidar da segurança do Rio, era preciso deixar claro quais eram os limites geográficos dessa atuação. E, de certa forma, a elevação do Rio de Janeiro a Município Neutro facilitou a vida dos homens responsáveis pelo controle dos escravos citadinos.

*

Uma nova onda de transformações liberais entre os anos de 1821 e 1823 assolou o Império Ibérico e acabou reordenando o peso político das possessões do Novo Mundo. No caso espanhol, a rápida retomada da Constituição de Cádiz e a independência mexicana desnudaram ainda mais a fragilidade da Coroa hispânica, já que poder real foram mais uma vez questionado e a maior e mais lucrativa colônia se emancipava. Neste quadro, Cuba tornou-se a principal possessão espanhola no Novo Mundo, posição que foi sabiamente utilizada pela oligarquia na defesa do seu já conhecido interesse: escravos.

Mesmo com toda a pressão inglesa, a elite sacarocrata de Cuba conseguiu criar brechas para a manutenção do comércio, usando como exemplo as estratégias de negociação do monarca português D. João VI. O que se vê entre os anos de 1816 e 1833 é uma quantidade assombrosa de africanos escravizados desembarcando nos portos da ilha, principalmente em Havana. A aliança entre o poder metropolitano e a classe senhorial era tamanha, que o Capitão General Dionísio Vives passou praticamente 10 anos no poder fazendo vistas grossas para os desdobramentos que o uso massivo de cativos teve na capital da ilha. A mesma aliança permitiu ainda que os proprietários de Cuba e o próprio poder metropolitano fizessem uso sistemático dos emancipados, africanos escravizados cuja importação ilegal havia sido comprovada pelas Cortes Mistas.

O destino principal dos africanos escravizados eram os engenhos de açúcar de Cuba, que já despontava como a principal produtora do gênero no mercado mundial. No

⁶⁴¹ AN. Códice 331. *Polícia da Corte*. Correspondência da Polícia, vol. 2 e 3, 1831-1833.

entanto, muito cativos eram alocados nos serviços urbanos de Havana, principal porto de exportação da ilha. Muitos deles trabalhavam em atividades diretamente relacionadas à economia açucareira, como o transporte e o embarque do produto, mas outros milhares de africanos juntavam-se aos crioulos e ladinos de Havana para a execução de toda sorte de serviços. E a necessidade crescente desses homens e mulheres foi tecendo o cotidiano da capital cubana, cujas autoridades governativas precisaram criar uma série de medidas a fim de controlar, minimamente, a força que a escravidão exercia na cidade.

No caso do Império português, a mesma onda liberal acabou por criar as condições que levaram à emancipação do Brasil, em setembro de 1822. Mas a nova nação ainda tinha muito da antiga metrópole, a começar pelo monarca D. Pedro I, filho primogênito de D. João VI. Ainda que fosse necessário inaugurar as bases do recém-criado Brasil, havia uma instituição que permaneceria como herança do passado colonial, mas também como construtora do país que se almejava: a escravidão. Fazendo uso das experiências Constitucionais de Cádis e de Lisboa, a oligarquia política brasileira utilizou a propriedade escrava como o denominador comum que equalizou as tantas diferenças existentes na América portuguesa. Mas, ao contrário dos espanhóis, os brasileiros abriram espaço político para aqueles que saíssem do cativo e seus descendentes, medida que teve implicações significativas nas formas de resistência escrava no Brasil.

A escolha pela escravidão era algo tão fundante do Estado nacional brasileiro, que nem mesmo a assinatura do acordo anglo-brasileiro que determinava a extinção do tráfico transatlântico em 1831 arrefeceu o *infame comércio*. Se, nos anos de 1816 e 1830, praticamente 300 mil africanos escravizados desembarcaram no Valongo, quantias muito semelhantes continuaram sendo transportadas sob a égide da ilegalidade e com o aval do Estado.

A intensificação da vida urbana no Rio de Janeiro iniciada em 1808, manteve-se nos últimos anos de governo de D. João VI e no prelúdio do mandato de seu filho. Principal porto da América portuguesa e, depois, do Brasil, o Rio fora a porta de entrada de milhares de africanos escravizados, mas também local de transações comerciais, negociatas e porto de exportação de um novo gênero que despontava na economia brasileira: o café. Ainda que um número cada vez maior de cativos rumasse para a região do Vale do Paraíba fluminense, muitos ainda trabalhavam na cidade e, por vezes,

eram responsáveis pelo comércio entre o Rio e as pequenas vilas que iam despontando em torno da produção cafeeira. A grande mobilidade de trânsito inerente ao cativo urbano, fez do escravo um elemento que não só despertava a curiosidade pitoresca dos visitantes estrangeiros que se deslumbravam com seus panos, turbantes e danças, mas também que lembrava às autoridades que esse cotidiano escravista tinha um preço que precisava ser pago. Assim como no período joanino, boa parte da atuação policial na primeira década do Brasil independente dirigiu-se para o controle dos cativos.

CAPÍTULO 4
CIDADES DE PLANTATION
Os extremos do escravismo urbano no Rio de Janeiro e em Havana
(1834-1844)

As vezes de feitor

A década de 1830 trouxe mudanças significativas no quadro político brasileiro. A abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho, ainda criança, e a construção do governo regencial acirram disputas herdadas do período colonial, e o primeiro ciclo de movimentos insurretos começaram a aparecer em diferentes localidades do Império. De acordo com José Murilo de Carvalho, entre os anos de 1831 e 1835, encontram-se revoltas citadinas ocorridas nos maiores centros urbanos do país, cujos atores centrais foram o povo e a tropa⁶⁴². As principais reivindicações desses movimentos incidiam sobre o alto custo de vida nas cidades, o controle de parte do comércio pelos portugueses, além da desvalorização da moeda nacional.

Em meio ao primeiro ciclo de revoltas examinados por Murilo de Carvalho, iniciou-se um processo de centralização de poder pelos próprios liberais. De acordo com Thomas Flory, a aprovação do Ato Adicional, em agosto de 1834, resultou na diminuição dos poderes locais, já que os conselhos municipais ficaram a cargo das assembleias provinciais, a despeito de suas pretensões centralizadoras; era criada uma espécie de centralização intermediária, mesmo em face à perda de poder sofrida pelo Rio de Janeiro⁶⁴³. Tal medida surtiu efeitos positivos nos levantes ocorridos em Pernambuco, Alagoas e Ceará, mas não teve força para conter movimentos mais articulados como os ocorridos a partir de 1835⁶⁴⁴; a polícia provincial não deu conta do recado. Segundo Maria Odila da Silva Dias, a decadência das municipalidades resultou no acirramento

⁶⁴² CARVALHO, J. José Murilo de. *A construção da Ordem - a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 251.

⁶⁴³ FLORY, T. Op. Cit., pp. 244-245. A historiadora Miriam Dolhnikoff desenvolveu uma perspectiva diferente para o Ato Adicional. Para ela, essa medida representou, de fato, a instalação de uma monarquia federativa no Império, que vigeu até 1889. Cf. DOLNIKOFF, M. *O pacto imperial – origens do federalismo no Brasil*. São Paulo, Globo, 2005.

⁶⁴⁴ Idem, p. 250.

das facções locais que, desesperadas, tiveram que recorrer a um entendimento com o poder central⁶⁴⁵.

A proclamação do Ato Adicional teve consequências diretas para o Rio de Janeiro, que transformou-se em Município Neutro. A cidade manteve-se como capital do país, mas, a província do Rio passou a funcionar da mesma forma que as demais.

MAPA 17 - MAPA DO MUNICÍPIO NEUTRO DO RIO DE JANEIRO EM 1834

(AGCRJ. *Cidade do Rio de Janeiro - Mapa do Município Neutro*. Envelope 18 - registro 076). Neste mapa é possível observar qual a dimensão territorial da cidade do Rio de Janeiro em meio à província de mesmo nome. O perímetro urbano da cidade também havia crescido desde 1820, tendo sido criadas duas novas freguesias: Santa Cruz (1833) e Glória (1834).

O que se observa a partir de então é a ampliação da atuação estatal, tanto da Câmara Municipal como da polícia, no controle dos milhares de escravos que continuavam sendo responsáveis, ao lado dos libertos, pelo funcionamento da cidade. Embora parte dos documentos contidos no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro tenham se

⁶⁴⁵ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Ideologia liberal e construção do Estado. In: *A Interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo, Alameda, 2005, p. 145.

perdido no incêndio que acometeu a instituição na década de 1950, alguns pedidos de licença para escravos saírem ao ganho foram salvos e, por meio de uma leitura seriada, eles permitem observar que a cada ano o número de senhores que recorriam à Câmara para tratar dos trâmites legais aumentava. É possível que esse crescimento tenha tido duas razões: o aumento do segmento escravo da cidade por meio do tráfico ilegal e o recrudescimento das ações da polícia e dos demais órgãos responsáveis pela administração da cidade.

Antes mesmo do Ato Adicional e da criação do Município Neutro, em abril de 1834, a Câmara Municipal publicou onze posturas em aditamentos ao Código 1830, das quais quatro diziam respeito diretamente à dinâmica escravista do Rio. Uma dessas posturas versava sobre venda ilegal de cativos. Em diálogo com o Acordo assinado para o fim do tráfico em 1831, daquela data em diante,

os vendedores de escravos que tem casas estabelecidas para esse fim, ou que o fazem em leilão, assignarão termo nesta Câmara de não comprarem escravos, nem os receberem para vender, se não de pessoas reconhecidas como seus legítimos Senhores, ou que apresentem pessoas estabelecidas que como taes os afianciem, assim como que mostrem igualmente que os ditos escravos chegaram a este império antes da prohibição do tráfico de escravatura, obrigando-se a ter um livro, que será rubricado gratuitamente pelo fiscal respectivo, em que faça os assuntos dos escravos que comprão ou recebem para vender, declarando a data da compra ou recebimento, o sexo, o nome, nação, préstimo, idade provável do escravo, assim como quaesquer signaes porque se faça conhecido, declarando igualmente quando, donde e como houve o vendedor: os quaes assentos serão assignados pelos vereadores, sendo pessoas reconhecidas, ou por quem se responsabilize por elles não o sendo, e serão patentes ao Fiscal, ou qualquer autoridade policial que o exija. Os infractores sofferrão a pena de 8 dias de prisão e de 30\$000 rs. de multa, e nas reincidências, a de 30 dias de prisão e 60\$000 rs. de multa, além dos que incorrerem pelo código⁶⁴⁶.

Assim como as demais normas que visavam o cerceamento da entrada de africanos escravizados no Brasil, a postura assinada por Francisco Gomes de Campos foi letra morta até o final da década de 1840. Até hoje, nenhum trabalho que analisou a dinâmica escravista no Rio de Janeiro encontrou o referido livro que, em tese, ficaria a cargo do fiscal responsável. Apesar da possibilidade deste documento ter-se perdido com o tempo (principalmente durante o incêndio no Arquivo da Cidade), a política nacional adotada pelo Brasil que viabilizou a entrada e milhares de africanos escravizados entre

⁶⁴⁶ AGCRJ. Códice 18.1.66. Editais de Postura 1830-1836. 6ª postura (1834)

1831 e 1849 foi deveras eficiente, e não seria posta em prova pela Câmara Municipal da sua própria capital⁶⁴⁷.

Mas, se havia a necessidade em regularizar a venda dos escravos, é porque muitos africanos escravizados deveriam estar sendo comprados por senhores urbanos, aumentando ainda mais a população cativa do Rio. A forte presença de africanos recém chegados, crioulos e ladinos pode ser atestada por meio da leitura de outras duas leis que compunham o aditamento.

Os donos das hospedarias, estalagens, ou quaesquer outras casas publicas, que admittem indivíduos a tomarem aposento nellas, assignarão termo neta Câmara de não receberem escravos não conhecidos por si ou seus senhores, nem pessoas suspeitas por qualquer outro motivo, tendo um livro, que será rubricado gratuitamente pelo fiscal respectivo, em que lancem todos os dias os nomes, empregos e mais signaes das pessoas que ali tomarem aposento sendo os ditos assentos assignados pelas próprias pessoas, e não sabendo escrever, ou sendo escravo, por outras a seu rogo, ou pelas que os afiançarem, e o livro será patente a qualquer hora do dia ou da noite ao fiscal, ou a qualquer autoridade policial que o exija, depositando nos cofres da Câmara Municipal 150\$000 rs. de caução. Os infractores sofferão a pena de 8 dias de prisão e 30\$000 rs. de multa, e nas reincidências, 30 dias de prisão e 60\$000 rs. de multa, além das que incorrerem no Código. Os que já tiverem obtido licença serão obrigados a tira-la pela maneira aqui determinada por lhes ficarem as que já tiverem de nenhum vigor, levando-se-lhes em conta o que houverem pago⁶⁴⁸.

O intuito da Câmara com a 7ª postura produzida em 1834 era controlar um aspecto inerente à escravidão urbana: a maior mobilidade dos cativos, principalmente nas casas públicas. Fazendo as vezes de feitor, a Câmara tentava evitar crimes graves, provavelmente roubos, furtos, e diminuir os índices de fuga escrava. Mas, ao contrário do que ocorria no eito, a vigilância dos escravos urbanos não era feita apenas sob os cativos que, se acordados com seus senhores, podiam muito bem ir e vir o quanto lhes aprouvesse. Partindo do bom senso de uma sociedade escravista, a Câmara também vigiava os donos de hospedarias e estalagens que recebessem escravos desconhecidos em seus recintos. Os espaços “públicos”, ou abertos ao público estavam, cada dia mais, na mira das autoridades.

A vida dos responsáveis pela ordem da capital imperial teria sido muito mais tranquila se os problemas advindos da dinâmica escravista se limitassem aos ajuntamentos e

⁶⁴⁷ Cf. PARRON, T. Op. Cit.

⁶⁴⁸ Idem, 7ª postura (1834).

bebedeiras que ocorriam nas tabernas e estalagens do Rio. No entanto, a manutenção ilegal do tráfico nas cercanias da cidade complexificou ainda mais o cotidiano carioca. O incremento da produção do café fez com que o risco da sustentação do tráfico valesse a pena para plantadores, traficantes e parlamentares do Brasil (que, por vezes, eram a mesma pessoa). Entre os anos de 1831 e 1844, os portos da região sudeste receberam aproximadamente 349 mil africanos escravizados, boa parte deles desembarcados nas cercanias da capital do Império⁶⁴⁹.

Embora a produção cafeeira consumisse um número cada vez maior de cativos, muitos africanos escravizados continuaram sendo comercializados na ilegalidade, como sugerido na postura 6ª postura aditada em 1834. Tal situação acabou gerando uma nova categoria de habitantes da cidade que não eram nem escravos, nem livres. Assim como em Havana, os africanos que, por ventura, conseguissem comprovar que seu desembarque ocorrera após a assinatura do Acordo de 1831 seriam libertados e ficariam sob a tutela do Estado até que conseguissem retornar para seu local de origem. Mas, a tessitura política herdada do período colonial fez com que órgãos estatais e interesses particulares fizessem uso indevido desses *africanos libertados*, que muitas vezes iam parar nas fazendas de café ou nas obras públicas do Rio de Janeiro⁶⁵⁰.

Entratanto, para além da precariedade da liberdade, a conservação do tráfico transatlântico também foi responsável pelo aumento do segmento escravo na cidade, o que teve impacto direto na vivência urbana do Rio de Janeiro. Ainda que já tivessem sido mencionadas anteriormente, foi no aditamento d 1834 que as autoridades decretaram que estavam

proibidas as casas conhecidas vulgarmente pelos nomes de casas de zungú e batuques. Os donos, ou chefes de taes casas serão punidos com a pena de 8 dias de prisão e 30\$000rs. de multa, e, nas reincidências, com as de 30 dias de prisão e 60\$000 rs. de multa⁶⁵¹.

Os zungús, que teriam se originado das casas de quilombos que pipocavam nos primeiros anos do século XIX. De acordo com alguns estudos, tais casas, que possivelmente serviram de ponto de encontro de escravos fugidos – daí sua

⁶⁴⁹ Cf. Slave Trade Data Base: <http://www.slavevoyages.org>

⁶⁵⁰ Em recente trabalho, ainda não publicado, Sidney Chalhoub analisou a precariedade da liberdade desses africanos que, embora conseguissem comprovar a ilegalidade de sua escravização, acabaram enredados na trama escravista brasileira. Cf. CHALHOUB, Sidney. *A Força da escravidão ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo, Cia. das Letras, 2012 (no prelo).

⁶⁵¹ Ibidem, 8ª postura (1834).

denominação –, também reuniram diferentes comunidades de africanos e crioulos e por isso mesmo foram duramente combatidas pela polícia, praticamente desaparecendo da documentação policial na segunda metade do século. Todavia, os zungús não foram apenas locais de encontro entre cativos, onde esses faziam suas danças e batuques. Os zungus tinham sentidos e usos múltiplos. A origem dessas casas também estava no angu, comida típica do escravo e facilmente encontrada nas ruas cariocas, o que leva a crer que tal organização nem sempre aconteceu em locais determinados, mas também nas ruas, em volta das negras com seus tabuleiros de angu⁶⁵².

A proibição de casas que eram, ao mesmo tempo, refugio para escravos foragidos e locais de dança e batuque revelava muito bem a dupla atuação da polícia frente o segmento escravo: ela deveria evitar que os cativos fugissem, mas também garantir que população cativa se comportasse de forma adequada. Ainda que o trono estivesse vazio, o Rio era a Corte e a capital do Brasil: batucadas e ajuntamentos de escravos e libertos não seriam tolerados. Em nome da ordem, os deputados não só proibiram essas casas, como também se mostraram preocupados com uma prática que causou muito transtornos às autoridades de Havana: o jogo. Por isso

Todas as pessoas que forem encontradas nas ruas, praças e mais lugares públicos, bem como em vendas, barracas, corredores de casas e torres de Igrejas a jogar qualquer espécie de jogo, serão multadas em 2\$000 rs. e soffrerão 8 dias de prisão e o duplo nas reincidências, sendo escravo pagará a multa o respectivo senhor, ao qual é salvo o direito de requerer ao juiz executor a commutação da prisão em açoutes, na forma do artigo 60 do Código Criminal. Os donos das vendas e barracas em que forem encontradas taes pessoas a jogar, incorrerão nas penas de 8 dias de prisão e 30\$000 rs. de multa, e nas reincidências, na de 30 dias de prisão e 60\$000 rs. de multa⁶⁵³.

Se tomado na sua totalidade, o aditamento de 1834 era uma peça que demonstrava a preocupação com a conservação da ordem de um projeto de cidade que dialogava tanto com a necessidade proeminente de mão-de-obra escrava, como com os ditames de civilização que haviam fundado a nação brasileira. Não por acaso, as onze posturas aprovadas em caráter provisório tratavam não só do cerceamento da mobilidade escrava, mas também determinava a proibição e punição pela retirada indevida de árvores e da areia das praias da cidade, e obrigava a assinatura de termos de compromisso para todos

⁶⁵² SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *Zungú: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998, pp. 16-57.

⁶⁵³ AGCRJ. Códice 18.1.66. Editais de Postura 1830-1836 (9ª postura, 1834).

que desejassem abrir casas de jogo de bilhar ou então de brechó⁶⁵⁴. Conforme mencionado a pouco, a busca por uma cidade mais *civilizada* – ou, que ao menos, fossem mais fácil de ser administrada – também esteve presente na criação do município neutro, criado poucos meses depois da publicação das leis municipais analisadas.

Todavia, se não bastasse o incremento da população cativa e a criação da precária condição dos *africanos libertos*, a partir de 1835, as autoridades municipais do Rio precisaram redobrar sua atenção com o segmento escravo graças a eventos ocorridos em outras províncias. Em janeiro de 1835, Salvador foi acometida por um levante escravos que ficou conhecido como Rebelião dos Malês. As origens desse movimento são anteriores ao período regencial, remetendo-se ao início do século XIX, quando se iniciou um ciclo de rebeliões escravas africanas na cidade e em seu entorno⁶⁵⁵. Assim como no Rio de Janeiro, em Salvador os escravos e libertos eram os principais responsáveis pelo trabalho pesado da cidade, saindo ao ganho para realizar diferentes tipos de atividades. Todavia, a composição étnica dessa escravaria era muito diversa da encontrada na Corte imperial. Segundo os dados levantados por João José Reis, os africanos de Salvador eram oriundos da região noroeste da África, tendo grande concentração de jejes, nagôs e haussás⁶⁵⁶. Tal concentração possibilitou que os africanos destinados ao ganho - quer escravos, quer libertos - se organizassem em *cantos* que, nas palavras de Reis, eram "*grupos etnicamente delimitados, que se reuniam para oferecer seus serviços em locais também delimitados geograficamente.*"⁶⁵⁷

Esses cantos permitiram que certos grupos de africanos aperfeiçoassem suas formas de resistência. O levante dos Malês, ápice desse ciclo, foi planejado fundamentalmente por africanos islamizados nagôs, que pretendiam acabar com a escravidão de seus irmãos, assim como disseminar os princípios do Islã. Valendo-se da autonomia de trânsito que desfrutavam em Salvador, onde muitos moravam sobre si, os malês articularam uma rebelião que foi descoberta na véspera de sua eclosão e rapidamente sufocada. No mesmo ano, medidas enérgicas foram tomadas a fim de dificultar futuras rebeliões escravas: em âmbito nacional, foi decretada a pena de morte para todo escravo que

⁶⁵⁴ Idem, posturas 1ª a 5ª (1834).

⁶⁵⁵ Trabalhos que analisaram as revoltas ocorridas na capitania da Bahia nos primeiros anos do século XIX apontam que parte das reivindicações feitas pelos cativos estava em pleno diálogo com a Revolução do Haiti. Cf. REIS, J.J. GOMES, F.S. Op. Cit., 2004.

⁶⁵⁶ REIS, J.J. "A Greve de 1857". São Paulo, *Revista USP. Dossiê Brasil e África*, vol. 18 (jun/jul/agos), 1993, p.9.

⁶⁵⁷ Idem, p.13.

atentasse contra a vida de seu senhor ou prepostos (projeto elaborado em 1833); no caso específico de Salvador, foi aprovada uma postura que proibia a prática do escravo morar sobre si, cujo objetivo principal era cercear a movimentação dos cativos no mundo urbano⁶⁵⁸.

A presença escrava pôde ser verificada em diversos movimentos insurretos do período regencial, como a Revolta dos Cabanos, a Balaiada e a Cabanagem. Contudo, dentre esses movimentos, o levante dos Malês na cidade de Salvador, em 1835, foi o único liderado por escravos e libertos africanos, trazendo novas questões para o segundo ciclo de revoltas regenciais⁶⁵⁹.

Algo semelhante à rebelião dos Malês era tudo o que não poderia acontecer na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Mattos, o Rio era o centro irradiador da nação⁶⁶⁰, uma espécie de laboratório das elites dirigentes sobre como governar um império de proporções continentais, no qual era absolutamente inadmissível permitir que a população escrava e/ou liberta - independentemente de sua composição étnica - se organizasse de forma mais sistemática⁶⁶¹. Como a escravidão continuava sendo a principal mão-de-obra para o funcionamento da cidade, as autoridades tiveram que criar estratégias administrativas que viabilizassem o maior controle do segmento escravo do Rio que não parava de crescer. Três anos depois da maior rebelião de escravos urbanos já vista no Brasil, um levantamento populacional demonstrava que pouco mais de 38% dos habitantes do Rio eram escravos⁶⁶².

⁶⁵⁸ Idem, *Ibidem*.

⁶⁵⁹ Como já foi pontuado, deste ano em diante foi possível averiguar outro ciclo de revoltas regenciais. Neste caso, as rebeliões atingiram áreas mais amplas de diferentes províncias do Império, colocando em risco a ordem do país. Os maiores exemplos desse segundo ciclo foram a Cabanagem no Pará (1835-1840), a Sabinada em Salvador (1837-1838), a Balaiada no Maranhão (1838-1841), a Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835-1845), a Revolução Liberal em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (em 1842) e a Praieira em Pernambuco (1848-49). Importante ressaltar que os últimos três levantes citados tiveram como protagonistas os proprietários (de terras e escravos) dessas capitanias. Cf. CARVALHO, J.M. Op. Cit., pp. 252-255.

⁶⁶⁰ MATTOS, I. Op. Cit, 1990, capítulo 2.

⁶⁶¹ José Murilo lembrou o que Emília Viotti já havia apontado sobre a singularidade liberal do Brasil, ao afirmar que poucas foram as revoltas regenciais que admitiram a participação escrava devido ao receio do segmento livre da sociedade. Cf. CARVALHO, J.M. Op. Cit., p. 251.

⁶⁶² Segundo os dados apresentados por Mary Karasch, em 1838 o Rio de Janeiro possuía 97.162 habitantes, dos quais 37.137 eram cativos. Cf. KARASCH, Op. Cit., p. 111. Importante ressaltar que até meados da década de 1830, o Rio de Janeiro tinha significativo número de escravos oriundos da África Central junto à crescente presença de africanos transportados do oriente do continente, sobretudo da região de Moçambique. Numa perspectiva simplista, é possível afirmar que mais de quarenta nacionalidades africanas conviviam nas ruas cariocas, sem contar a significativa porcentagem de crioulos da cidade, que nessa mesma década compunham 25% da população cativa.

As novas demandas criadas pela equação que contabilizava o aumento da procura de mão-de-obra escrava pelos produtores de café, a manutenção do tráfico transtlático ilegal e a necessidade em manter a ordem num momento de fragilidade política, também estiveram presentes na elaboração do novo Código de Posturas pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 1838. Um primeiro exame do código de posturas permite observar um enrijecimento das leis que passaram a governar a cidade. A seção Polícia foi acrescida em três títulos e mais de trinta artigos, que versaram, principalmente, sobre os diversos meios de manter a segurança, comodidades e tranquilidade dos habitantes⁶⁶³, como demonstra o artigo abaixo.

Tít. 4º. Art. 6º. Nenhuma pessoa de qualquer estado, condição ou sexo (inclusive pessoas encarregadas da condução de gêneros) poderá transitar pelas ruas deste município senão com vestes descentes, isto é, não deixando patente qualquer parte do corpo que ofenda a honestidade e moral publica. O contraventor, além da multa de 10\$000 rs, sofrerá 4 dias de prisão, e o duplo na reincidência tanto a despeito da multa como o tempo de prisão: sendo escravo, estará 8 dias de calabouço.⁶⁶⁴

Assim como apresentado nas posturas de 1830, a presença dos escravos se concentrou na seção de Polícia, tornando-se mais constante no código de 1838. O cativo, que em 1830 era proibido de três ou quatro coisas, além de ser comprometido (via seu senhor) em ajudar a apagar o fogo dos incêndios, começou realmente a ser tratado como suspeito em potencial. Os artigos abaixo ilustram bem como os escravos passaram a ser encarados.

Tít. 7º. Art. 6º. Todo escravo que for encontrado das 7 horas da tarde em diante sem escrito se seu Senhor, datado do mesmo dia, no qual declare o fim que vai, sofrerá 8 dias de prisão, dando-se parte ao Senhor⁶⁶⁵.

Tit. 10. Art. 23. Ninguém poderá expor à venda em loja, nem mesmo em particular, pólvora e armas ofensivas de qualquer natureza que sejam (*), sem que obtenham licença da Câmara Municipal, obrigando-se as não vender a escravos, nem a pessoas de suspeita, prestando, além da licença, uma fiança, perante o juiz de paz, de pessoa idônea e de probidade conhecida. Os infratores incorrerão na multa de 20\$ rs. e 8 dias de prisão, e, no caso de reincidência, em 30\$ rs. e 20 dias de cadeia⁶⁶⁶.

⁶⁶³ Idem. Seção Polícia

⁶⁶⁴ Idem.

⁶⁶⁵ Idem. Seção polícia

⁶⁶⁶ Idem.

A incorporação de leis que haviam sido aprovadas em caráter provisório aponta que a mobilidade escrava, característica do espaço urbano, continuava sendo uma questão para os responsáveis pela ordem no Rio de Janeiro que, quando necessário, não se faziam de rogados e agiam como verdadeiros feitores urbanos. No caso específico do Rio de Janeiro, o Estado-feitor chegou ao seu limite entre os anos de 1839 e 1840, quando a Câmara Municipal elaborou um projeto de aditamento às posturas municipais de 1838, no qual todos os 18 artigos versavam sobre o escravo urbano.

De maneira geral, tal projeto pretendia abarcar todas as questões referentes aos cativos citadinos. Os primeiros artigos pareciam reforçar a preocupação da Câmara em controlar a procedência dos escravos do Rio de Janeiro a fim de evitar que africanos desembarcados ilegalmente fossem comercializados na cidade. Justamente por isso,

Art. 1º. Em todos os Juízos de Paz do Império, haverá um livro de matrícula de todos os escravos existentes, ou que d'ora em diante nascerem com declaração dos nomes, naturalidades, idades, estados, ocupações, e signaes característicos dos escravos, e bem assim dos nomes, e residências dos Senhores⁶⁶⁷.

Além do livro de matrícula, todos os senhores de escravos deveriam participar os juízes de paz sobre o nascimento, e morte de qualquer escravo, bem como avisar à Câmara caso eles e seus escravos mudassem de distrito. A compra e venda dos escravos urbanos também deveria ser feita por meio de uma nova burocracia, na qual

Art. 5º. Nenhum escravo poderá ser vendido senão perante o Juiz de Paz do Distrito do vendedor, do que se lavrará termo em um livro para esse fim destinado, escrito pelo Escrivão que declarará no termo não só o preço da venda como também o nome do escravo, sua naturalidade, idade, estado, ocupação e signaes característicos e os nomes do comprador e vendedor, que assignarão, ou alguém por eles, o dito termo, juntamente com o Juiz, servindo de título ao comprador uma certidão deste termo.

Art. 6º. Os escrivães não lavrarão este termo sem exigir do vendedor ou comprador o conhecimento de pagamento de meia siza do escravo vendido, cujo conhecimento será ditado no referido termo e arquivado no Cartório do Distrito. O transgressor será punido com suspensão por um ano e multa de 20\$000⁶⁶⁸.

Além de exigir que os senhores matriculassem todos seus cativos, sob pena de multa, e que todos os libertos se apresentassem ao Juiz de Paz de seu distrito com seus títulos de liberdade, a preocupação com a fuga dos cativos também esteve presente nesse documento. O artigo 9º proibia que qualquer escravo viajasse por mar ou por terra além

⁶⁶⁷ AGCRJ, Códice 6.1.28. Projecto de postura em additamento às posturas de 11 de Setembro de 1838.

⁶⁶⁸ Idem.

de duas léguas de distância em relação à casa de seu senhor sob pena de ser preso como fugido⁶⁶⁹. Contudo, o *caráter feitorial* do projeto ficou especialmente claro no 14º artigo, em que ficava estipulado que

Fica proibido aos Senhores de escravos que consentirem que eles morem sobre si, a pretexto de quitandarem, ou por qualquer outro: os transgressores serão punidos com 5 a 15 dias de prisão, e multa de 10 a 30 \$ e os escravos castigados com 100 açoites, e trarão por 1 ano ferro ao pescoço, penas estas que serão dobradas havendo reincidência⁶⁷⁰.

Era a primeira vez que o Estado intervinha legalmente num acordo privado da dinâmica escravita. Segundo o artigo, senhor e escravo seriam punidos caso se constatasse a prática do cativo morar sobre si – que até então nunca havia sido proibida pelas autoridades. A penalidade reservada ao escravo não só recairia sobre seu único bem (seu corpo), como tinha um forte caráter exemplar. Não por acaso, o uso do ferro no pescoço também era aplicado aos escravos fugitivos, indicando que a Câmara Municipal passou a ver o morar sobre si como um ato de fuga. As razões possíveis para tamanha intromissão residem no recrudescimento da legislação que tratava de assuntos relacionados à escravidão. Ao que tudo indica, tal projeto era mais uma faceta do projeto saquarema.

Seria de se esperar, portanto, que a partir da década de 1840 as escrivatinhas da Câmara Municipal fossem invadidas de documentos produzidos a partir de recrudescimento do controle dos escravos surgisse. No entanto, como demonstrado em trabalho anterior, esse Projeto de Aditamento de Postura, que chegou a ser citado pela historiografia como uma das ferramentas utilizadas pela polícia do Rio de Janeiro para controlar a vida escrava na cidade⁶⁷¹, tem uma peculiaridade: ele não foi aprovado. O conjunto de posturas que objetivava o aumento do controle dos escravos e libertos da cidade – procurando, inclusive, melhor estabelecer a diferença entre as duas condições, tendo em

⁶⁶⁹ Idem, Ibidem. Fica claro que os termos de abonação e fiança, abundantes na década de 1820, haviam perdido seu sentido, pois as viagens feitas pelos cativos-mascates devem ter se convertido em boa oportunidade para a fuga.

⁶⁷⁰ AGCRJ, Códice 6.1.28.

⁶⁷¹ Cf. BRITO, Denefilson Souza. *Uma cidade sem senzalas: Moradias escravas e autonomia na cidade do Rio de Janeiro (1789-1850)*. Monografia de Conclusão de Curso em História. Rio de Janeiro, UFRJ, 2003; ROSSATO, Jupiracy A. R. *Sob os Olhos da Lei: o escravo urbano na legislação municipal da cidade do Rio de Janeiro (1830-1838)*. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

vista a forma como elas se misturavam numa “cidade esconderijo” ⁶⁷² – não foi sancionado.

O porquê da reprovação consiste numa somatória de fatores. Em primeiro lugar, não se sabe ao certo quem foi o responsável por sua elaboração, no caso de conjecturar prováveis disputas internas na Câmara Municipal. Segundo, não é possível afirmar se foi a própria Câmara que barrou o projeto, o Ministério do Império ou até mesmo a Assembléia Geral, devido, especialmente, ao fato de estar em acordo com os fundamentos políticos defendidos pelos saquaremas, que haviam conquistado o poder em 1837. Em linhas gerais, tal projeto privilegiava o governo do Estado em detrimento do governo da Casa por meio de adoção de uma política que coibiria os exageros dos círculos familiares – inclusive no que dizia respeito ao governo dos escravos –, afinando-os às diretrizes estatais⁶⁷³. Assim sendo, tal projeto de aditamento era uma radicalização das posturas aprovadas em 1838, onde a preocupação com a ordem de uma cidade sabidamente escravista estava clara. Era necessário que o Estado distinguisse a Casa (espaço privado) das Ruas e Praças (espaços públicos), o que, em última instância, poderia representar uma intromissão estatal mais direta dos poderes particulares. Dito de outra forma, o veto ao projeto parecia ir contra a plataforma fundante do Regresso Conservador.

Mas havia outra razão para impedir a aprovação dessas posturas: a política saquarema que referendava a abertura sistemática do tráfico ilegal. É bem verdade que essa medida devia ser acompanhada pelo aumento do controle estatal da circulação cativa, tendo em vista o número de africanos que desembarcavam ilegalmente na cidade. Era exatamente este o objetivo dos primeiros quatro artigos do projeto: documentar a procedência de todos os escravos que fossem comprados e vendidos na cidade. No entanto, tal controle não poderia, de forma alguma, permitir que o próprio Estado registrasse possíveis aspectos dessa ilegalidade⁶⁷⁴.

Por conhecer muito bem os meandros da sociedade escravista brasileira e, sobretudo, a natureza do tráfico de escravos após 1837, os saquaremas não aprovaram o projeto de

⁶⁷² Termo cunhado por Sidney Chalhoub que sintetiza parte das complexidades de uma cidade escravista das proporções do Rio de Janeiro, onde muitas vezes era difícil distinguir um escravo de um liberto. Cf. CHALHOUB, S. Op. Cit.

⁶⁷³ Cf. MATTOS, Ilmar R. Op. Cit.

⁶⁷⁴ Cf. COSTA, Wilma Peres. Estratégias Ladinas. O imposto sobre o comércio de escravos e a “legalização” do tráfico no Brasil. (1831-1850). In: *Novos Estudos CEBRAP*, no. 67, nov. 2003, pp. 58-74.

Aditamento às Posturas de 1838. Compartilhando interesses sócio-econômicos com a elite agrícola cafeicultora quando eles próprios não faziam parte dela, esses políticos defendiam um Brasil fundado na mão-de-obra escrava. Por que, então, colocar em risco uma dinâmica que permitia a plasticidade necessária à manutenção da instituição escravista na cidade?

O veto desses dezoito artigos também reforça um aspecto comum na escravidão citadina resignificada a partir de 1791, fosse no Rio de Janeiro, fosse em Havana: o responsável pelo escravo era em primeiro e em último lugar o seu proprietário. No caso brasileiro é possível afirmar que após a independência, muitos senhores, quase todos cidadãos, tinham seu direito à propriedade afiançado pelo Estado. Seguindo a lógica de uma sociedade escravista, o segmento social que poderia ser controlado, por meio de posturas municipais, só poderia ser aquele passível de assumir responsabilidade pelos seus atos, ou seja: homens e mulheres livres proprietários de cativos. Isso não significa dizer que os escravos não seriam punidos. Ao contrário. Todas as posturas que recaíam sobre os cativos tinham a prisão e o açoite como formas de castigo para esse segmento social. Mas todas também acionavam, de alguma forma, seu dono. Parafraseando Ilmar Mattos, o projeto político Saquarema colocou o governo da Casa *sob os olhos do soberano*⁶⁷⁵.

Foi justamente esse soberano que viveu e governou na maior cidade escravista das Américas. Mesmo fazendo as vezes de feitor, o incremento da dinâmica do Rio de Janeiro, que no final da década de 1830 e ao longo dos anos seguintes tinha seu aparelho urbano cada vez mais vinculado à produção cafeeira, continuou sendo feito por meio do trabalho de milhares de africanos escravizados, tivessem eles aportado na cidade de forma legal ou não.

Quando necessário, o Estado usava os escravos urbanos como mão-de-obra para as mais diferentes atividades. Além da manutenção da rede de serviços urbanos e da forte presença dos cativos nas atividades comerciais da cidade, os escravos citadinos continuavam sendo responsáveis pelo funcionamento de órgãos geridos pelo Estado. O Jardim Botânico da Lagoa Rodrigues de Freitas, por exemplo, possuía mais de setenta cativos, dos quais

dez estão empregados no serviço mais pesado, a saber: uns cavando e conduzindo terra forte para outros applicarem sobre as ruas nos lugares que faltão ao

⁶⁷⁵ MATTOS, I. Op. Cit., pp. 206-231.

nivelamento, ou repararem os multiplicados desmanchos das vallas, ruas e canteiros, causados pelas chuvas. Os Escravos que de ordinário se empregão neste serviço são - Pedro, Manoel Cabinda, Miguel, Francisco, Fortunato, Raymundo, José Congo, Antonio Moçambique, Manoel Criuolo e Manoel de S. Thomé.

Seis ocupão-se nos serviços de plantações e viveiros. São estes Joaquim Pardo, João Antonio, Claudino, Manoel Crioulo, Paulo e Constantino.

Trez estão continuadamente com as tezouras aparando as banquetas de murta, e de outos arbustos que guarnecem as ruas, e canteiros: são estes Julião, Joaquim Crioulo e Matheus.

Dois estão empregados em vários objectos de jardinagem que não podem ser conservados sem cuidados (taes como caramanchos, são estes Feliz e Delfino)

Os mais não são bastante para mandarem as más hervas que crescem pelos canteiros, valas e passeios⁶⁷⁶.

As contradições aparentes do cativo urbano vistas até o presente momento permaneceram ao longo da década de 1840. Ainda que o soberano fizesse uso dos escravos, também cabia a ele zelar pelo bom andamento da cidade, o que significava dizer, cercar e punir os cativos que não se comportassem de forma adequada. Os ofícios trocados entre diferentes autoridades municipais demonstram que muito escravos continuaram fazendo uso do espaço urbano para lutar por melhores condições de vida, o que, em muitos casos, significava a luta contra a escravidão (ao menos a sua própria). A polícia manteve-se como o braço armado do Estado, e por isso mesmo, o mais importante órgão de controle dos cativos. Ao visitar o Rio de Janeiro no final dos anos de 1830, Daniel Kidder ficou surpreso ao visitar a Casa de Correção. Segundo ele, era

para ali que se mandam os escravos desobedientes ou insubordinados. Os negros são recebidos a qualquer hora do dia ou da noite e aí ficam até que o seu senhor o venha reclamar. [...] Quadro triste esse que contemplávamos de passagem, destacando-se de quando em vez, várias dezenas de sentenciados acorretandos em pelotões e marchando sob a guarda de soldados, desde os muros da Casa de Correção até as barracas de Mata-Porcos, onde pernoitam depois de um dia de penoso trabalho⁶⁷⁷.

Usar os escravos presos como mão-de-obra para as obras públicas foi uma estratégia muito utilizada pelo Estado brasileiro, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro. Tal medida barateava os gastos dos cofres públicos e ainda dava ocupação para centenas de cativos encarcerados pelos mais diferentes motivos. Fosse como senhor, fosse como feitor, as autoridades municipais do Rio de Janeiro lidaram cotidianamente com a

⁶⁷⁶ BN. Sessão Manuscrito. Jardim Botânico da Lagoa Rodrigo de Freitas. II – 35,1,24, no. 1 e 2, 1844.

⁶⁷⁷ KIDDER, D. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil*. São Paulo, Martins/EDUSP, 1975, p.75.

escravidão, utilizando o que era de seu interesse, e tentando controlar as ações escravas que poderiam colocar a tranquilidade da capital imperial em perigo.

Usos e abusos na Havana de Tacón

Na manhã de 20 de março de 1835, o jornal *Diário de Havana* publicava na primeira página - e pelo terceiro dia consecutivo - um ofício expedido pelo Capitão Geral Miguel Tacón. A peça em questão, determinava que

habiéndome manifestado el capitán juez pedáneo del barrio de S. Lázaro, que en el día de su cargo se encuentra un crecido número de negros esclavos de ambos os sexos con solo unos simples papeles de sus amos para poder pernotar y vivir donde les acomode, y como nadie es tan fácil como hacer una licencia falsa, y difícil al mismo tiempo el que se puedan conocer todas las firmas de los que las deo; he determinado para evitar dudas, el que los amos de los referidos jornaleros á quienes permiten vivir por su cuenta ó pernotar fuera de sus casas, den dichas licencias visadas por los comisarios de barrio y capitanes de extramuros, que los harás gratis, con lo que se evitará la fuga de muchos, que tal vez existían bajo este efugio⁶⁷⁸.

Há muito era sabido que, assim como boa parte dos bairros extramuros, San Lázaro servia como local de morada de inúmeros cativos que podiam “*pernotar y vivir donde les acomode*”, não havendo nada que as autoridades de Havana pudessem fazer a respeito. Controlar a permissão, dada pelos senhores, consentindo que seus cativos pernoitassem “*fuera de sus casa*” também não estava na alçada do mando público da cidade. No entanto, não havia como fazer vistas grossas às licenças falsificadas que chegavam aos montes no gabinete do Capitão General, possivelmente acompanhadas das reclamações de proprietários que foram enganados por seus cativos.

Desde o século XVII, a possibilidade do escravo *morar sobre si* aparecia nos documentos produzidos pelas autoridades, geralmente acompanhadas por juízos negativos. Dessa forma, se o caso dos escravos de San Lázaro reforçava a constatação de que o número de cativos que usufruíam desta prática havia aumentado, as falsificações das licenças expedidas pelos proprietários apontam que nem todos os cativos obtinham autorização senhorial para viver longe de seus amos. Como a prática era afiançada por uma licença aparentemente simples – que continha apenas a assinatura do senhor -, diversos escravos infringiam as leis adulterando e falsificando documentos que lhes permitiam experimentar outros arranjos de moradia.

⁶⁷⁸ ANC. Fundo: Gobierno Superior Civil. Legajo 937, expediente 33067.

A leitura completa do ofício permite observar que a preocupação de Miguel Tacón não estava em mapear os locais e as condições de moradia dos escravos que obtinham autorização para viverem longe do seu senhor. Uma vez mais, não era a materialidade da vida escrava que estava em jogo. Sua inquietação residia na possibilidade - que segundo o documento era cada vez mais frequente - dos escravos fazerem uso das brechas deixadas por essa prática para fugir. Tanto que a saída encontrada pelo Capitão Geral de Cuba não foi a criação de uma lista contendo o nome e o endereço dos cativos, mas sim a exigência de que as licenças passassem a ter um visto do comissário de bairro ou do capitão de extramuros, para que a falsificação das respectivas licenças se tornasse mais difícil.

Menos que controlar as possibilidades de moradia do escravo urbano, Miguel Tacón objetivava desenvolver uma ferramenta que facilitasse a identificação da tênue fronteira existente entre o exercício dos diferentes arranjos escravos de moradia e a possibilidade da fuga. Se, por um lado, o ofício definia que os cativos que não possuísem licença subscrita pelo Estado seriam “*considerados como cimarrones y conducidos por los comissários y capitanes al depósito de la Real Junta de Fomento, agricultura y comercio*”⁶⁷⁹; por outro, o Estado em questão oferecia gratuitamente o visto por ele exigido, evitando, assim, prováveis transtornos com a classe senhorial. A isenção de taxas para este serviço demonstrava que o objetivo desta medida era dificultar a vida do escravo e não a do seu proprietário.

Quatro meses depois, o próprio Miguel Tacón foi obrigado a intervir em outra situação em que a possibilidade do *morar sobre si* estava colocada, só que agora, de forma indireta. No dia 13 de julho de 1835, o Capitão Geral de Cuba recebeu um ofício escrito por um dos comissários de bairro de Havana descrevendo que:

en la noche pasada fué aprehendido un negro de nombre Ricardo Carabalí, esclavo de la viuda Luiza Diulf, jornalero [...] dentro del cuarto de una negra Catarina esclava del licenciado en medicina Don Francisco Hernandez con la que llevaba amores y en cuya casa estuve hace meses acomodado el referido negro por que sabia las entradas y salidas francas de la casa⁶⁸⁰.

O caso amoroso entre o escravo Ricardo e a cativa Catarina só foi descoberto pelo proprietário desta última, pois na noite referida um cachorro latiu enquanto o cativo entrava fortuitamente na casa de sua amada. Incomodado com os latidos, o médico

⁶⁷⁹ Ibidem.

⁶⁸⁰ ANC. Gobierno Superior Civil, Legajo 937, Expediente 33075.

Francisco Hernandez foi, acompanhado por seu filho, verificar o que o alardeava seu cão. E qual não foi a sua surpresa ao apanhar um escravo desconhecido na sua casa. Assustado com a descoberta, Ricardo tentou fugir, mas acabou ferido no braço por uma espada e, logo em seguida, preso⁶⁸¹. O susto de Francisco Hernandez ao deparar-se com um estranho em sua residência aponta que proprietário de Catarina não sabia das incursões amorosas de sua cativa, muito menos que tal intercuro ocorria, literalmente, de baixo de seu nariz.

Ao que tudo indica, Catarina fez da casa de seu senhor o lugar onde vivia e dividia seus momentos mais íntimos, o que assinala que mesmo sem autorização, a cativa exercia algum tipo de ingerência sob sua moradia (ainda que essa também fosse a casa de seu senhor). É provável, inclusive, que a escrava tivesse um quarto separado da casa principal, o que facilitaria a entrada velada de seu amante. Tal hipótese permite pensar que o *morar sobre si* não dependia, necessariamente, da saída da casa senhorial, podendo ser, antes de tudo, uma prática com sentidos simbólicos muito mais eficazes do que a materialidade de outra residência. Por sua vez, o tempo em que Ricardo passara despercebido na casa do médico sugere que sua senhora, a viúva Luiza Diulf, não sabia e/ou não se importava com o local onde seu escravo passava as noites, contanto que ele lhe entregasse os jornais devidos. Vale lembrar que o caso veio a público graças à denúncia do médico, e não por causa de uma reclamação da viúva em busca de seu escravo desaparecido – observação que reforça a hipótese de que Ricardo cumpria o acordo apalavrado com sua proprietária.

Para além do pitoresco que marcou este episódio, existe um ponto de grande relevância neste documento: o fato do comissário de bairro afirmar não ser sua “*facultat determinar este asunto*”⁶⁸². A isenção do comissário devia-se à dificuldade em definir as infrações que haviam sido cometidas, se é que elas, de fato, existiram. Ainda que, aparentemente, o *carabalí* Ricardo não tivesse infringido o acordo com sua senhora no tocante à possibilidade de morar sobre si, ele não tinha autorização para estar na casa da família Hernandez. Sendo assim, se o comissário atendesse ao pedido do médico, ele manteria o escravo preso sob alegação de invasão de propriedade. Todavia, o cativo em questão não estava (legalmente) violando nenhuma lei, pois ele havia sido recebido na casa durante meses, não era culpa dele, se a cativa Catarina estava enganado seu senhor.

⁶⁸¹ Idem.

⁶⁸² Idem.

Além disso, a prisão arbitrária do escravo acabaria prejudicando a viúva-proprietária, que, provavelmente, contava com os ganhos de Ricardo para se manter. Sem saber como proceder, o comissário levou o caso para Miguel Tacón que, na Ilha, era a instância máxima para resolver esse tipo de questão.

Infelizmente não foi possível encontrar o desfecho desta história. A reputação de “mãos-de-ferro” que Miguel Tacón cultivou em Cuba permite aventar a possibilidade de o Capitão Geral ter mantido o escravo Ricardo preso por um curto período, ou então obrigado o pagamento de algum tipo de fiança. De todo modo, este evento serviu de alerta para os desdobramentos que a prática do *morar sobre si* poderia ter na Havana de 1830; desdobramentos que, muitas vezes, poderiam deixar as autoridades de mãos atadas.

Para evitar que episódios como este se repetissem, cerca de seis meses depois do ocorrido, o mesmo Tacón sancionou uma lei na qual definia que:

[...] todo esclavo que salga de su fondo mas de dos leguas de día y a cualquier hora de noche, lleve precisamente licencia escrita del dueño, mayoral o la persona á cuyo cargo esté, pues de lo contrario será considerado cimarrón, y pagará su dueño cuatro pesos de captura que están designados para estos⁶⁸³.

Logo se vê que Miguel Tacón arroxou posturas municipais elaboradas por seus antecessores. Já que o Estado cubano não podia legislar sobre os acordos firmados entre escravos e senhores, ele tentava gerenciar a circulação dos cativos nos espaços públicos. A partir de janeiro de 1836, todo escravo que se distanciasse mais de duas léguas de sua casa – que poderia ser ou não a residência senhorial –, sem a autorização do proprietário, estaria sujeito à prisão sob a acusação de aquilombamento. E para reaver seu cativo, o senhor deveria pagar uma multa de quatro pesos à Secretaria de Polícia⁶⁸⁴.

As dificuldades no trato das questões relativas aos arranjos escravos de moradia em Havana estavam longe de ser o maior desafio enfrentado por Miguel Tacón. Conforme apontado no capítulo anterior, o mandato de seu principal antecessor, Francisco Dionísio Vives (1823-1832), fora marcado pelo forte desenvolvimento da produção

⁶⁸³ ANC. Gobierno Superior Civil, legajo 998. Expediente 33082, 1835.

⁶⁸⁴ Cf. CHATELOIN, Felicia. *La Habana de Tacón*. La Habana, Editorial Letras Cubanas, 1989. MENA, Luz Maria. “No Common Folk”. *Free Black and Race Relationships in the Early Modernization of Havana (s1830-s1840)*. Tese defendida na Universidade de Berkley, 2001. VENEGAS, C. La Habana, patrimonio de las Antillas. In: *Tiempos de América*, Universitat Jaime I, No. 5-6, España, 2000. Pp. 49-65.

açucareira que, por sua vez, acionara o aumento da importação de africanos escravizados. A maior parcela desses escravos tinha os engenhos de açúcar como destino final, mas o incremento das atividades portuárias de Havana e a própria dinamização da cidade acabaram por criar uma demanda significativa de escravos urbanos. Conforme visto, tais escravos tornaram-se a principal mão-de-obra no espaço citadino, a ponto de praticamente transformarem labor manual e escravidão em sinônimos. Desde a década de 1820, o uso efetivo e simbólico dos cativos na execução dos mais variados serviços urbanos desenvolveu uma geração de homens brancos e livres (quase todos *criollos*) que, sem opção, e/ou avessos às tarefas que apareciam, preferiam gastar seu tempo com jogos de azar ou brigas de galo, cada vez mais constantes em Havana.

A falta de mando permitiu que a mesma facilidade que os cativos encontravam para falsificar documentos e enganar as autoridades responsáveis pela ordem nos bairros extramuros, possibilitasse a abertura de fábricas de pólvoras e a utilização de *guano* na construção das casas mais pobres, - combinação que poderia ter consequências drásticas, como no caso do incêndio que destruíra boa parte de Jesus Maria em 1828. Se tudo isso não bastasse, a pouca vigilância nos espaços públicos da cidade fez com que principais fontes de água potável de Havana (como a *Zanja Real*) se transformassem tanto em local de banho e diversão de cativos, libertos e transeuntes, como em foco de epidemias que mataram milhares de habitantes. Em nome do projeto sacarocrata, a “Havana de Vives” mais parecia um carro desgovernado: faltava pulso em seu comando.

Mas, firmeza era o que sobrava para Miguel Tacón. O espanhol chegou na ilha em 1834 para assumir o posto de Capitão Geral de Cuba e ficou no poder durante quatro anos. Embora sua passagem tenha sido relativamente curta, a historiografia que analisou o desenvolvimento urbano de Havana é uníssona ao eleger o governo de Tacón como o agente catalisador das mudanças urbanísticas da capital cubana. Escolhido para zelar pela boa governança de toda a ilha, Tacón fez de Havana “a menina dos [seus] olhos”. O reordenamento urbano empreendido na cidade foi uma das maneiras que o Capitão Geral encontrou para materializar as mudanças efetivas e simbólicas que a Espanha pretendia fazer em toda ilha.

Filho de funcionário do governo espanhol, Miguel Tacón y Rosique ingressou jovem na carreira militar, seguindo a tradição de sua família. Seu primeiro posto de destaque

no Novo Mundo foi de governador de Popayán, em Nova Granada, entre os anos de 1809 e 1811. Ainda que tenha sido derrotado pelo movimento emancipacionista, a lealdade à Coroa espanhola fez com que Tacón assumisse outros cargos de comando nos dois lados do Atlântico hispânico⁶⁸⁵. Quando foi designado para Capitão General de Cuba, Miguel Tacón não só possuía a experiência administrativa necessária, como parecia ter estabelecido uma importante rede de contatos, da qual faziam parte diversos generais que tinham combatido contra os insurgentes americanos. Muitos estudiosos apontam que ele teria galgado o cargo de Capitão Geral de Cuba após expressar apoio à rainha Maria Cristina depois da morte de Fernando VII. Definido como um *liberal progressista*, o novo Capitão General tinha a difícil tarefa de governar a principal possessão hispânica no Novo Mundo, em um contexto em que o conceito de liberdade tinha sentidos e usos diversos. Grosso modo, as mudanças que Tacón empreendeu na cidade eram parte de uma política mais ampla da coroa espanhola, que desejava retomar o controle da ilha. Nas palavras da pesquisadora Felicia Chateloin, Tacón funcionou como uma espécie de “freio à oligarquia *criolla*”⁶⁸⁶, embora seu governo tenha sido marcado por importantes obras de infraestrutura na ilha.

Quando assumiu o cargo em 31 de maio de 1834, Miguel Tacón tinha um objetivo muito claro: construir uma Havana ordenada, disciplinada, mas, sobretudo, subordinada à coroa espanhola. A hierarquia de seus propósitos pode ser atestada em 17 de julho de 1834, quando seu governo não havia completado dois meses. Nessa data, o novo Capitão General ordenou a extradição de Jose Antonio Saco para Trinidad. Como já pontuado anteriormente, Saco era uma das principais vozes da intelectualidade *criolla* de Cuba, mas, ao contrario de boa parte dos seus conterrâneos, era um crítico ferrenho à escravidão e fazia uso da imprensa para demonstrar seu ponto de vista. O curioso, é que embora estivessem em lados opostos da relação colonial – o que, de certa forma, justificou a extradição –, tanto Antonio Saco como Miguel Tacón desejavam uma Havana “iluminada”. Boa parte dos escritos de Saco defendia uma cidade disciplinada pela educação e pelo trabalho, em que não haveria espaço para a jogatina e libertinagem. Em certa medida, esses eram os planos de Tacón. No entanto,

⁶⁸⁵ Um histórico detalhado da vida de Miguel Tacón pode ser encontrado em: DE LA RIVA, Juan Pérez. El General Tacón y su época (1834-1838). In: *Correspondencia reservada del Capitan General Don Miguel Tacón con el Gobierno de Madrid: 1834-1836*. La Habana, Consejo Nacional de Cultura, 1963, pp.13-96.

⁶⁸⁶ CHATELOIN, Felicia. Op. Cit., p. 60.

mais importante do que levar a cabo seu projeto de transformação urbana, Tacón precisava deixar claro que a Espanha não estava disposta a ceder muito espaço para os colonos. A extradição de Antonio Saco talvez tenha sido a medida mais radical tomada pelo novo Capitão General. No entanto, durante os quatro anos em que esteve no comando de Cuba, Tacón esteve em disputa aberta com o Conde de Villanueva, que por ocupar o cargo de Intendente General acabou tornando-se o *criollo* mais influente da ilha e um dos maiores defensores dos interesses da sacarocracia.

Em inúmeras ocasiões, Tacón e Villanueva fizeram do espaço urbano motivo de suas disputas políticas. Os debates que marcaram a construção da ferrovia foram exemplos desses conflitos, que também poderiam ser atestados em ações mais simbólicas, como a construção e até mesmo o batismo de obras públicas⁶⁸⁷. Mas se havia algo que as duas maiores autoridades de Havana concordavam era no uso indiscriminado de escravos. Assim como seu antecessor, Tacón facilitou a compra dos negros emancipados pelos senhores de engenho da ilha, e continuou usando-os nas obras públicas. Junto com os cativos presos por *cimarronage*, os emancipados compuseram a mão-deobra que transformou a capital cubana numa cidade mais ordenada.

Aquetudos, passeios, teatros, Jardim Botânico e ferrovia (mesmo que a contragosto) foram construções que levaram a marca de Tacón. Ele alterou os padrões materiais de Havana. E foi entre uma preocupação ou outra em relação ao espaço público que se modificava que Tacón acabou legislando, indiretamente, sobre questões relativas à vida escrava. Além de legislar sobre o funcionamento dos mercados e da região alfandegária de Havana, Tacón fez intervenções estruturais nos bairros extramuros da cidade, com o intuito de transformá-los numa região que pudesse ser habitada por outras pessoas que não só cativos e libertos. Outra função dessas obras era viabilizar o trânsito, via ferrovia, entre a cidade porpiramente dita e o restante da ilha por meio da construção de ferrovias, que desde 1837 já existiam na cidade⁶⁸⁸. E como ocorria em Havana desde muito, tais obras foram feitas por meio do trabalho escravo.

A mesma determinação que fez com que Tacón conseguisse empreender as obras em Havana o transformou numa figura pouco querida na cidade. O degredo de Antonio Jose

⁶⁸⁷ Idem, p. 41.

⁶⁸⁸ Um importante trabalho que analisa a relação entre a construção das ferrovias de Cuba e os interesses econômicos da sacarocracia da ilha é: ZANETTI, Oscar. GARCÍA, Alejandro. *Sugar and Railroads. A Cuban history, 1837-1959*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1998 (publicação em espanhol de 1987).

Saco no primeiro ano de seu governo foi o primeiro de uma série de incidentes que o colocaram contrário aos interesses da oligarquia *criolla*. Os entreveros com a elite sacarocrata acabaram resultando no curto governo de Tacón, mas as heranças que ele deixou para a cidade podiam ser observadas tanto por meio do aumento da população escrava da cidade, como por meio do incremento que ele fez no aparelho urbano de Havana.

Escravidão em questão?

Na manhã do dia 9 de outubro de 1841, Blas foi morto a tiros depois de liderar um motim organizado por escravos que trabalhavam na construção de um edifício, localizada na Rua da Amizade, em frente ao Campo de Marte de Havana⁶⁸⁹. No mesmo dia em que recebera o ofício noticiando o levante, o então Capitão General de Cuba, Jeronimo Valdes, reportou o evento aos seus superiores, oferecendo mais informações sobre o ocorrido. No documento produzido pra tranquilizar o Secretário de Estado e Despacho do Governo Ultramarino -, Valdes contou que o motim ocorrera na propriedade de Domingo Aldama, um dos homens mais ricos de Cuba.

Segundo as informações obtidas pelos militares que foram chamados para controlar a situação, o conflito fora causado por dezenove dos cinquenta e cinco escravos que trabalhavam na construção do futuro Palácio Aldama, quando esses se recusaram a seguir as ordens dadas pelo capataz da obra e transformaram suas ferramentas de trabalho em armas. Valdes seguiu afirmando que nem mesmo o apelo do proprietário e das autoridades amainaram os ânimos dos escravos, obrigando que as tropas invadissem a obra e fizessem uso da força. Como resultado do embate, seis escravos foram mortos (incluindo Blas), dez ficaram feridos, “*sin que por parte de los blancos haya habido desgracia alguna*”⁶⁹⁰.

O Capitão General identificava duas razões para o levante dos escravos de Domingo Aldama. A primeira era a origem *lucumí* dos sublevados que, segundo Valdes, era uma “*raza de negros [que] da frecuentemente muestras de sediciosa y de sanguinaria com*

⁶⁸⁹ Archivo Historico Nacional (doravante AHN), Ultramar, Legajo 8, expediente 10-1-1, 1841.

⁶⁹⁰ AHN, Ultramar, Legajo 8, expediente 10-3-1, 1841.

*sus actos de sublevacion*⁶⁹¹”. A segunda razão estava na difusão do discurso abolicionista dos britânicos em Havana, pois tal ideal estava sendo “*acalentado en los negros*”⁶⁹².

Para aqueles que conhecem a história cubana, principalmente os eventos que marcaram as décadas 1830 e 1840⁶⁹³, fica notório que a leitura feita por Valdes sobre o motim na construção do Palácio Aldama passava, acima de tudo, pela tensão racial que marcava o cotidiano da ilha, em especial de Havana. Palavras como *raza*, *blancos* e *negros* foram empregadas diversas vezes no ofício que o Capitão General enviou para a metrópole. E em certa medida, Valdes tinha razão.

Na década de 1840, Havana já era a segunda maior cidade escravista das Américas, título em grande parte decorrente do incremento do tráfico de africanos escravizados - mantido em Cuba até meados da década de 1860. A opção feita meio século antes pelo sistema escravista de *plantation* transformara a composição social da colônia, cujo percentual escravo e liberto aumentava a olhos vistos. Parte significativa dessa *populacion de color* era composta pelos africanos malfadados por Valdes.

Lucumí ou *Ucumí* eram os nomes utilizados em Cuba para designar os povos iorubas que habitavam o sudoeste da atual Nigéria e o nordeste do Benim moderno⁶⁹⁴. Desde o século XVI, africanos dessas localidades foram escravizados em Havana, executando uma série de atividades no mundo urbano. No entanto, a partir das últimas décadas dos setecentos, os impérios de Oió e Daomé (ambos iorubas) organizaram seus estados em torno da escravização e do tráfico de escravos, transformando a Baía do Benim na segunda maior exportadora de africanos escravizados do continente. Nesse mesmo período, Cuba recebia autorização real para ampliar o tráfico transatlântico, que deixava de ser feito pelo sistema de *asiento*. A combinação do crescimento de oferta e demanda acabou resultando na entrada expressiva de *lucumís* na ilha ainda no século XVIII.

⁶⁹¹ Idem.

⁶⁹² Ibidem.

⁶⁹³ Um trabalho que analisa de forma contundente as décadas de 1830 e, principalmente, de 1840 da história cubana é: PAQUETTE, Robert L. *Sugar is Made with Blood. The conspiracy of La Escalera and the conflict between Empires over Slavery in Cuba*. Middletown, Wesleyan University Press, 1988.

⁶⁹⁴ Em Cuba, os africanos de origem ioruba se definiam em subgrupos como: *Lucumí-Adó*, *Lucumí-Oyo*, *Lucumí-Egba*, demonstrando que o termo *lucumí* abarcava uma gama significativa de grupos e identidades africanas. Cf. ORTIZ, Fernando. *Los Negros esclavos*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1987, pp. 50-52. REID, Michele. “The Yoruba in Cuba: origins, identities, and Transformations”. In.: FALOLA, T. CHILD, M. *The Yoruba Diaspora in the Atlantic World*. Bloomington, Indiana University Press, 2004, pp. 111-129.

Cerca de quarenta anos depois, quando Cuba se tornava uma das maiores exportadoras de açúcar do mundo - graças à mão-de-obra escrava alimentada pelo tráfico – o império de Oió entrou em colapso devido à uma série de disputas internas (que envolviam não só questões dinásticas, mas também revoltas de cunho religioso) e foi dominado pelo Daomé. Boa parte da sua população foi escravizada e enviada para as possessões do Novo Mundo que ainda mantinham a instituição escravista⁶⁹⁵.

Desde cedo, os *lucumís* foram vistos pelos senhores como os escravos mais inteligentes e que melhor trabalhavam, porém os mais difíceis de subjugar⁶⁹⁶. Exemplo disso fora a revolta ocorrida em Havana no ano de 1812, liderada por um negro livre de ascendência *lucumí*, e a tendência suicida atribuída a esses cativos. Quando a escravidão em Cuba passou a ser fortemente questionada pelo governo britânico – inclusive por seus representantes em solo cubano -, a “índole rebelde” dos *lucumís* potencializou-se, tornando-se uma ameaça para a ilha. Dessa feita, não foi por acaso que Valdes classificou o levante dos escravos de Domingo Aldama como “*un hecho sumamente útil en esta Capital*”⁶⁹⁷. O recado havia sido dado. Cabia às autoridades tomar as providências necessárias.

É provável que os conflitos entre o Capitão General de Cuba e o Cônsul britânico David Turnbull tenham influenciado a interpretação que o primeiro fez do motim⁶⁹⁸. No entanto, o discurso abolicionista que tanto incomodara Jeronimo Valdes não foi mencionado no inquérito aberto para apurar o levante. O mesmo não pode ser dito sobre a origem *lucumí* dos escravos sublevados.

A fim de averiguar quais teriam sido as motivações dos insurretos, as autoridades de Cuba ouviram dez testemunhas entre oficiais das tropas, capatazes e escravos de Domingo Aldama. Ainda que alguns detalhes tenham sido narrados de forma distinta, o desenrolar dos fatos obedeceu ordem muito parecida em todos os depoimentos recolhidos. O mais longo e detalhado foi o testemunho do Capitão Tedança, que comandou a invasão na construção.

Segundo seu relato, apenas os dezenove escravos *lucumís* se envolveram no conflito, não conseguindo o apoio dos outros trinta e seis cativos que trabalhavam na mesma

⁶⁹⁵ Os iorubas chegaram a compor quase 30% da população escrava de Cuba entre os anos de 1817 e 1860. Cf. REID, M. *Op. Cit.*, pp. 112-115.

⁶⁹⁶ ORTIZ, F. *Op. Cit.*, p. 72.

⁶⁹⁷ AHN, Ultramar, Legajo 8, expediente 10-3-1, 1841.

⁶⁹⁸ Cf. PAQUETTE, Op. Cit.

construção. Na realidade, não ficou claro se os revoltosos queriam ou não apoio dos demais⁶⁹⁹. Mas sem dúvida alguma, eles esperavam algum tipo de solidariedade de Apinário, capataz da obra que, embora executasse outras atividades, era igualmente *lucumí* e escravo. Mas Apinário manteve-se do lado de seu proprietário, para quem servia há muito tempo, chegando inclusive a tentar dissuadir Blas de levar o motim a diante⁷⁰⁰.

Os depoimentos dados pelo Capitão apontam que depois da ordem restaurada, com medo de que o ímpeto rebelde dos *lucumís* se espalhasse entre os demais cativos, Domingo Aldama decidiu que os escravos dessa nação (mesmo aqueles que não haviam participado do levante) ficariam em barracões diferentes para não influenciarem os *congós* e *ararás* que trabalhavam na fábrica. Corroborando a opinião de Jeronimo Valdes, Domingo Aldama acreditava ser a *índole lucumí* a responsável pelo motim, pois seus cativos recebiam bom tratamento (incluindo vestimenta adequada e três rações diárias), além de usufruírem da possibilidade de ganhar dinheiro pelos serviços realizados aos domingos. Aos olhos de Aldama, os escravos não tinham do que reclamar⁷⁰¹.

E de fato, não fora o tratamento recebido que mobilizou Blas e seus companheiros, pois não era a condição escrava que estava sendo questionada. O problema começou quando os escravos foram informados que passariam os próximos três meses trabalhando na construção da estrada-de-ferro que ligaria a capital cubana à região produtora de açúcar. Os sublevados se recusaram a exercer tal tarefa, exigindo a alternativa de trabalharem como jornaleiros pelas ruas da capital cubana.

Observa-se então, que o levante feito pelos escravos de Domingo Aldama revela parte da complexidade que marcou a escravidão urbana de Havana. Exemplos disso são: a organização do motim propriamente dito; as identidades africanas relidas no Novo Mundo (que ao mesmo tempo em que uniu os *lucumí*, os separou dos escravos de origens diferentes); e a possibilidade em trabalhar na construção das estradas-de-ferro que ligavam a região produtora de açúcar da ilha aos portos da capital cubana. O evento ainda revela a existência de homens como Domingo Aldama, um dos mais ricos da ilha,

⁶⁹⁹ AHN, Ultramar, Legajo 8, expediente 10-7, 1842.

⁷⁰⁰ Idem.

⁷⁰¹ Ibidem.

que perpetuara a fortuna herdada por meio do incremento da produção de açúcar (o que significava investimentos em tecnologia e em escravos).

Depois do incidente na propriedade de Domingo Aldama, Valdés publicou um Bando de Gobierno no qual deixava claro que rerudesceria as medidas contra a população escrava e liberta. O incremento da vigilância da população de cor anunciada por Tacón tomaria peso ainda mais forte, que, em certa medida, também eram uma resposta à presença de David Turnbull na ilha. O cônsul inglês lutava pela liberdade de todos os emancipados e oferecia ajuda para os demais cativos que lhe procurassem. Num contexto marcado pelo aumento da população escrava de Havana e de Cuba e do aumento do medo das autoridades frente a massa negra/mestiça da cidade, o cotidiano escravista havanês ganhou contornos mais violentos. Nenhum Capitão General expressou essa tensão de forma mais contundente do que O'Donnell. Sob sua administração, em 1844, uma rebelião negra fora maquinada para servir de desculpa à repressão sem igual à classe média negra que se formava em Havana. Homens e mulheres foram mortos, outros perderam suas casas e propriedades, tudo isso em nome da manutenção da escravidão (que se perpetuou até 1886) e da cisão racial na ilha.

*

Entre os anos de 1834 e 1844, Rio de Janeiro e Havana foram cidades em que era possível vislumbrar a escolha feita por suas respectivas elites, que no caso de Havana contou com o apoio da Metrópole. A fim de manter a competitividade no mercado internacional, Brasil e Cuba não só mantiveram a escravidão, como criaram uma série de estratégias para que o cativo continuasse sendo alimentado pelo tráfico transatlântico de africanos escravizados, a despeito da crescente pressão inglesa e dos movimentos insurretos impetrados pelos próprios cativos. Ainda que a maior parte dos escravos continuasse alocada nas zonas agrícolas, Rio e Havana mantiveram sua dependência em relação aos cativos citadinos. Por um lado, esses escravos eram responsáveis pelo transporte e embarque do café e do açúcar produzidos nas hinterlândia das duas cidades. Por outro, o incremento econômico gerado pela produção monocultora escravista dinamizou parte da rede de serviços urbanos que, como era de se esperar, continuou sendo servida por escravos.

A medida que aumentava o segmento escravo das duas urbes, crescia a preocupação das autoridades em controlar cativos que, para trabalhar, precisavam desfrutar da maior

mobilidade de trânsito. Posturas, leis, decretos e bando de *buen gobierno* foram elaborados para que as cidades que dependiam dos escravos para funcionar, não se tornassem refém deles. Até o ano de 1844, apesar dos muitos crimes cometidos pelos cativos, das milhares de fugas realizadas, das ações de resistência cotidianas e até mesmo de atitudes mais radicais, como a dos escravos de Domingo Aldama, o peso da escravidão foi mais forte do que a luta pela liberdade. A rede de interesses que sustentou a escravidão (via tráfico) no Brasil e em Cuba até meados da década de 1840 estava tão bem engendrada, que nem mesmo a transitoriedade desfrutada pelos escravos urbanos conseguiu rompê-la. Mesmo porque, como dito por Mary Karasch, as cidades tinham “muros invisíveis” que mantiveram a escravidão como uma instituição válida até sua abolição final⁷⁰². E esses muros eram resultado não só do pacto feito entre a classe senhorial e o Estado, mas também das ações estatais que souberam respeitar um dos condicionantes basilares do escravismo moderno: o fato do escravo ser, antes de qualquer coisa, uma propriedade. Neste capítulo foi visto que, no tocante à escravidão citadina, todas as interferências da administração pública terminavam onde começava o direito do proprietário⁷⁰³. O máximo que os órgãos administrativos conseguiram exercer foi o papel de feitor.

O que se observa partir de 1844 é o início de uma mudança na atuação das elites do Brasil e de Cuba que começaria a afetar a escravidão urbana da década seguinte em diante. A brusca diminuição do tráfico ilegal a partir de 1850 fez com que um número cada vez maior de escravos urbanos fosse vendido para fazendas de café e engenho de açúcar com o intuito de manter a forte produtividade agrícola nas duas localidades. O peso do café e do açúcar para o funcionamento das economias do Brasil e de Cuba era tamanho, que a partir da segunda metade do século XIX, principalmente a partir de 1860, os ganhos do cativo citadino eram menos vantajosos do que as arroubas de açúcar e as sacas de café.

No entanto, entre os anos de 1763 e 1844, a dinâmica escravista do Rio de Janeiro e de Havana pode ser tomada como exemplo contundente das opções sócio-econômicas das unidades políticas em que estavam inseridas. Uma vez mais Braudel parece elucidar tal questão ao apontar que “*ciudades e campos obedecem à ‘reciprocidade das*

⁷⁰² Cf. KARASCH. Op. Cit.

⁷⁰³ PATTERSON, Orlando. *Escravidão e Morte Social*. São Paulo, EDUSP, 2008.

perspectivas': eu te crio, tu me crias; eu te domino, tu me dominas; eu te exploro, tu me exploras⁷⁰⁴''.

⁷⁰⁴ BRAUDEL, F. Op. Cit., p.440.

Considerações Finais

Tratar da conformação das duas maiores cidades escravistas das Américas é, antes de tudo, analisar a força que a instituição escravista exerceu em determinadas localidades do Novo Mundo. Um exercício que trabalha com a conservação de uma determinada relação de poder, que esteve pautada na violência inerente à escravidão moderna, mas, que também foi fruto de uma série de escolhas cujas consequências podem, em parte, ser atestadas até os dias de hoje.

A permanência que *irmanou* Havana e Rio de Janeiro é mais complexa do que pode parecer e, justamente por isso, foi tomada não como conclusão, mas sim, como ponto de partida desta pesquisa. Conforme exposto no começo do estudo, o objetivo primeiro deste trabalho era tentar entender os porquês da irmandade entre duas cidades que, em tese, pouco tinham em comum. Rio de Janeiro e Havana estiveram longe de ser as únicas e maiores cidades escravistas das Américas entre 1763 e 1844. Tanto a América portuguesa, como Cuba possuíam outras urbes em que o peso da escravidão também era relevante para o funcionamento do aparelho urbano, isso sem contar outras cidades americanas, cujo percentual escravista era igualmente elevado.

No entanto, o papel capital que Rio de Janeiro e Havana exerceram em meio à dinâmica política dos Impérios que faziam parte foi, a um só tempo, formador e transformador da relação estabelecida entre o espaço urbano e a escravidão nas duas cidades. E mesmo em meio às vicissitudes do mundo citadino - que muitas vezes foram tomadas como situações em que a escravidão revelava sua face mais amena -, a força que a instituição escravista engendrou no cotidiano dessas urbes revelava a eficácia de uma série de escolhas políticas feitas por sujeitos que fizeram da sua condição de proprietário o amálgama de suas múltiplas identidades.

Nem mesmo os horrores e o medo que acompanharam a Revolução do Haiti interromperam projetos econômicos que se rascunhavam desde a década de 1760. Ao contrário do que ocorreu com a maior parte dos senhores de escravos das Américas, cubanos e luso-brasileiros optaram em aprender com o medo, e apostaram na manutenção da escravidão, projetando-a para o futuro, e reiventando-a para que fosse possível atender as novas demandas criadas por um mundo em que interesses abolicionistas e capitalistas conviviam.

As reinvenções ocorreram nos dois lados da relação escravista. A revolução de Saint-Domingue, em 1791, trouxe um novo paradigma para a resistêscia escrava, pontuando que a ruptura radical era possível. Diversos cativos fizeram do movimento que gerou o Haiti um exemplo a ser seguido, chegando algumas vezes a pagar com suas vidas por tamanha ousadia. As resistências cotidianas também se mantiveram no Rio e em Havana, onde percentual de fuga era proporcional ao de escravos, que tentavam, na medida do possível, driblar as “muralhas invisíveis” das duas irmãs do Atlântico. Amparadas por estados escravistas, as classes senhoriais do Brasil e de Cuba conseguiram administrar as múltiplas resistências escravas, reforçando as vantagens sócio-econômicas que os cativos representavam para o funcionamento das cidades. Cada estratégia de resistência descoberta era respondida com posturas municipais, bandos de *buen gobierno*, ou então com recrudescimento dos órgãos de repressão.

E não há como negar a eficácia da atuação da classe senhorial e dos estados em questão. Durante o período analisado, nem mesmo a pressão da Grã-Bretanha, a maior potência do Mundo Atlântico, rivalizou com a fina aliança travada pelas oligarquias do Brasil e de Cuba. O que o movimento abolicionista inglês conseguiu até meados de 1840 foi criar condições precárias de liberdade nas duas maiores cidades escravistas das Américas. Se muitos africanos escravizados conseguiram comprovar a ilegalidade de sua jornada até o Novo mundo, outros tantos viveram e morreram nas fazendas de café, nos engenhos de açúcar e nas casas mais abastadas das duas cidades, confundidos com os milhares de cativos ali existentes.

A tessitura que a escravidão passou a ter após a década de 1790 era mais espessa do que parecia, e seu entrelace se fazia sentir nas urdiduras do mundo urbano e nos entremeios do cativeiro rural. A escravidão teceu as tramas do Mundo Atlântico (principalmente após a Era das Revoluções), e sua força precisa ser levada em conta no estudo das diversas instâncias desta categoria espaço-tempo, sobretudo no que diz respeito à população cativa. Não foi por acaso que as trajetórias escravas narradas neste trabalho aparecem de forma fragmentada. A escravidão teve de fato este poder: fragmentar histórias, especialmente daqueles que eram escravizados. E foi dessa maneira que boa parte dos órgãos estatais responsáveis pela administração das cidades registrou a vida cativa, pois era justamente aí que sua força e sua crueldade se faziam mais latentes, no entrave feito em vidas que, em tese, deveriam permanecer despedaçadas.

Toda e qualquer forma de reconstrução coube aos cativos e seu descendentes que, em meio a um dos processos mais violentos da história da humanidade, cujos espaços eram poucos e precários, conseguiram recriar suas histórias. Dessa feita, analisar as razões que transformaram Rio de Janeiro e Havana nas maiores cidades escravistas do Novo Mundo, leva ao reconhecimento da força que a instituição exerceu não só nas duas urbes, mas também nas localidades que elas capitaniavam. Foi nesse contexto que escravos das mais diferentes origens, que exerceram múltiplas atividades urbanas viveram e morreram. Este peso era o que estava dado pela condição escrava no Rio de Janeiro e em Havana, e parte expressiva das singularidades experimentadas pelos cativos em cada uma dessas cidades consiste nas tantas formas que os escravos encontraram para viver o cativeiro ou então para lutar pela liberdade possível.

Fontes

RIO DE JANEIRO

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

1. Cartas de libertação de escravos, código: 6.1.13; 6.1.14; 6.1.15
2. Mercadores de escravos (1777-1831) código: 6.1.23
3. Escravidão (1814 – 1831), código 6.1.25
4. Escravos (1844), código 6.1.29
5. Capitães do Mato, código 40.3.72
6. Escravos ao ganho
 - a) 1820 – 1828 código 6.1.23
 - b) 1833 – 1841 código 6.1.43
 - c) 1841 – 1855 código 6.1.44
 - d) 1842 – 1845 código 6.1.45
7. Feira de leilão de móveis e de animais e escravos (1828), código 6.1.62
8. Livros de registros das leis referentes à Câmara Municipal (1828 – 1847) código 18.1.66
9. Câmara Municipal – Posturas (1830 –1831) código 18.1.67, 18.1.68 (1830 – 1849), 18.1.69 (1830 – 1858)
10. Legislação do Império (1831) código 18.1.71
11. Câmara Municipal – Posturas (1832 – 1888) código 18.1.72; 18.2.1; 18.2.2 até 18.2.12 (documentos quase ilegíveis e sem roteiro).

Código de Posturas da Ilustríssima Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Typografia Dous de Dezembro, 1854.

Código de Posturas: Leis, Decretos, Editais e Resoluções da Intendência Municipal do Distrito Federal. Rio de Janeiro, Papellaria e Typographia Mont'Alverne, 1894.

Collecção das decisões do governo do Império do Brazil. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1873, “Posturas municipais aprovadas por portaria de 23/12/1833”.pp. 569-573.

Leis e Collecção de Leis do Império do Brazil – 1830 – Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1876.

Posturas de 1830 – Typografia Imperial Nacional (documento fotografado)

Arquivo Nacional

1. Livros da Polícia
 - a) Devassas da polícia sobre vários delitos – 1809-1815 código 401.
 - b) Devassas da polícia sobre vários delitos – 1809-1817 código 402.
 - c) Relação de presos feitos pela polícia – 1810 – 1821 código 403 – 2 vols.

- d) Registros da correspondência da polícia (ofícios da polícia aos Ministros de Estado, juízes de crime, vara, câmaras) 1809-1822 código 323 - 6 vols.
 - e) Registros das Ordens e Ofícios expedidos pela polícia aos juízes de crime dos bairros de São José, Santa Rita, Da Sé, Candelária – 1819 – 1823 – código 330 – 4 vols.
 - f) Correspondência da Polícia – 1816-1839, código 331, vários volumes.
2. Termos de Bem Viver. Coleção Polícia da Corte. Código 410, vol. 1 e 2.
 3. Relatórios dos presidentes de província, época do Império (1835 – 1843), rolo 033-0-78.
 4. Relatórios dos presidentes do Império – Relatórios ministeriais, época do Império, rolo 007-082.
 5. Código 323 Registro de correspondência da Polícia (Ofícios aos ministros de Estado, juízes do crime, câmaras, etc.) 1809-1842, volume 15, ofício enviado ao presidente da província do Rio de Janeiro pelo chefe de polícia da Corte. 14/09/1839, folha 59.
 6. Seção de Justiça
 - IJ6 165 - 1831
 - IJ6 166 - 1833
 - IJ6 172 -1837
 - IJ6 173 - 1836
 - IJ6 177 – 1837.
 - IJ6 179 - 1842
 - IJ6 187 - 1838
 - IJ6 204 - 1845
 7. Polícia: Ofícios e ordens, 1828-1833, Código 330, vol. 5.
 8. Código de Posturas da Ilustríssima Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Typografia Dous de Dezembro, 1854.
 9. Código de Posturas: Leis, Decretos, Editais e Resoluções da Intendência Municipal do Distrito Federal. Rio de Janeiro, Papelaria e Typographia Mont'Alverne, 1894.
 10. Collecção das decisões do governo do Império do Brazil. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1873, "Posturas municipais aprovadas por portaria de 23/12/1833".pp. 569-573.
 11. Leis e Coleção de Leis do Império do Brazil – 1830 – Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1876.
 12. Posturas de 1830 – Typografia Imperial Nacional (documento fotografado).

Biblioteca Nacional (Brasil)

Manuscritos:

Anotações das memórias de um escravo (Feliciano Joaquim). Rio de Janeiro, 4 de julho de 1943. I- 36, 26,2 no. 1.

Documento C- 935,6.

Documento C. 432-51.

Documento C-517-8.

Documento C-876,22.

Castigos aplicados aos escravos pela autoridade, a pedido de senhores. Rio de Janeiro, 1835 – 1864.

Documento I-48,17,36 – Escravos Obras Públicas.

Documento I-48,17,39,001– Escravos Obras Públicas.

Documento I-18,14,003 nº 1.

Documento I,28,14,003 nº 9.

Documento I,28,14,003 nº 20 .

Documento I,28,14,003 nº 25.

Documento I,28,14,003 nº 29.

Documento I,28,14,003 nº 10.

Documento I,28,14,39 nº 13.

Documento I,28,14,39 nº 14.

Documento I,28,14,39 nº 15.

HAVANA

Archivo General de las Índias (Sevilha)

1. Fondo Santo Domingo
2. Fondo Indiferencia General
3. Fondo Papeles de Cuba
4. Fondo Ultramar
5. Fondo Assuntos Políticos
6. Periódicos
 - a) La Cena
 - b)El Aviso

Archivo Historico Nacional de Madrid

1. Fondo Estado
2. Fondo Ultramar

Archivo Nacional de Cuba

- 1.Fondo Asuntos Políticos
2. Fondo Escribanias de Salinas
- 3.Fondo Gobierno Superior Civil
- 4.Fondo Miscelania de Livros
5. Fondo Intendencia de Hacienda
6. Fondo Junta de Fomento
7. Fondo Consejo de Administracion

Biblioteca Nacional José Martí

Manuscritos:

Coleção Pérez
Coleção Sociedad
Coleção Tacón

Bibliografia

- ABREU, Maurício de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, INPLARIO, 1997.
- ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*, vol. 2. Rio de Janeiro, Andrea Jakobsson Estúdio/ Prefeitura do Rio, 2011.
- AIMES, H.S. *A History of Slavery in Cuba, 1511 to 1868*. New York, G.P. Putnam's Son, 1907.
- ALAVREZ CUARTER, I. Las Sociedades Económicas de Amigos Del Pais en Cuba (1787-1832): una aportación al pensamiento ilustrado. In: NARANJO OROVIO, C. MALLO GUTIÉRREZ, T. *Cuba la perla de las Antillas. Actas de las I Jornadas sobre "Cuba y su Historia"*. Madrid, Dice Calles, 1994, pp. 35-46.
- ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil. With special reference to the Administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779*. Berkley, University of California Press, 1968, pp. 59-275.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*. São Paulo, Cia. das Letras, 2000, pp. 109-203.
- ALENCASTRO, L.F. A Vida Privada e a Ordem Privada no Império. In: ALENCASTRO, L.F. (org). *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. Vol. 2. São Paulo, Cia. das Letras, 2004, p.17.
- ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto, Edições Afrontamento, 1993, p. 93.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1821*. Petrópolis, Editora Vozes, 1988. (Dissertação defendida em 1983 na Universidade de São Paulo).
- ARAÚJO. Carlos Eduardo Moreira de. *O Duplo Cativo. Escravidão urbana e o sistema prisional no Rio de Janeiro. 1790-1821*. Dissertação de Mestrado, apresentada no IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.
- ARAÚJO, Carlos E.M. *Cárceres Imperiais: a Casa de correção do Rio de Janeiro. Seus detentos e o sistema prisional no Império, 1831-1860*. Tese de doutorado defendida no departamento de História da UNICAMP, Campinas, 2009.
- ARAÚJO, Emanuel. *O Teatro dos Vícios. Transgressão e Transigência na Sociedade Urbana Colonial*. Rio de Janeiro, José Olympio, 2008.
- ARAÚJO, Telmo R. S. *O pensamento racial em Nina Rodrigues e Fernando Ortiz*. Dissertação de Mestrado defendida na UNESP, Franca, 2003.

ARRATE Y ACOSTA, José Martín Félix. *Llave del Nuevo Mundo. Antemural de las Indias Occidentales*. La Habana: Comisión Nacional Cubana de la UNESCO, 1964 (primeira publicação 1792).

DE LA FUENTE, Alejandro. *Havana and Atlantic in the Sixteenth Century*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2008.

ASSUNÇÃO, Matthias R. ZEUSKE, Michel. "Race", Ethnicity and Social Structure in 19th Century Brazil and Cuba. *Ibero-Amrekikanisches Archiv*. Berlin, Jahrgang 24.3/4, 1998, pp. 375-443.

BARCIA ZEQUEIRA, Maria del Carmen. "Negros en sus espacios: vida y trabajos en la Habana Colonial (espacios físicos, espacios sociales, espacios laborales)". In: José Antonio Piqueras. (Org.). *Trabajo libre y Coativo en Sociedades de Plantación*. Madrid: Siglo XXI, 2009.

BARCIA ZEQUEIRA, Maria del Carmen. *La Otra familia. Parientes, redes y descendencia de los esclavos en Cuba*. La Habana, Fondo Editorial Casa de las Americas, 2003.

BARCIA ZEQUEIRA, Maria del Carmen. *Los Ilustre Apellidos: negros en la Habana colonial*. La Habana, Ediorial de Ciencias Sociales, 2009.

BARCIA ZEQUEIRA, Maria del Carmen. *Negros en sus espacios: vida y trabajos en la Habana Colonial (espacios físicos, espacios sociales, espacios laborales)*. In: PIQUEIRAS, José Antonio. (Org.) *Trabajo libre y Coativo en Sociedades de Plantación*. Madrid, Siglo XXI, 2009.

BARCIA, Manuel. *Seeds of Insurrection. Domination and Resistance on Western Cuban Plantations, 1808-1848*. Louisiana, Louisiana State University Press, 2008, pp. 25-48.

BARCIA, María del Carmen. *Los ilustres Apellidos. Negros en la Habana Colonial*. La Habana,

BATISTA, Vera M. *O Medo na Cidade do Rio de Janeiro. Dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro, Editora Revan, 2003.

BERBEL, M. MARQUESE, R. PARRON, T. *Escravidão e Política. Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo, HUCITEC, 2010, pp. 116-128.

BERBEL, M.R. MARQUESE, R.B. "A escravidão nas experiências constitucionais ibéricas 1810-1824." Texto apresentado no Seminário Internacional *Brasil: de um Império a outro (1750-*

BERBEL, M.R.& MARQUESE, R. “La esclavitud en las experiencias constitucionales ibéricas, 1810-1824”. In: Ivana Frasquet (org.) *Bastillas, cetros y blasones. La independencia en Iberoamérica*. Madri: Fundación Mapfre, 2006.

BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato*. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 1999.

BERGAD, L. GARCÍA, F.I. BARCIA, M.C. *The Cuban Slave Market, 1790-1880*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995, pp. 85-94.

BERNAND, Carmen. *Negros Esclavos y Libres en las Ciudades Hispanoamericanas*. Madrid, Fundación Histórica Tavera, 2001, pp.29-43.

BETANCOURT, Juan R. *El Negro: Ciudadano del Futuro: O todos somos felices, o nadie podrá ser feliz*. Havana, Talles Tipográficas de Cárdenas y Cia., 1959.

BEZERRA, Nielson. *Mosaicos da Escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas no Recôncavo da Guanabara (1780-1840)*. Tese de doutorado apresentada no Departamento de História da UFF, Niterói, 2010.

BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império. O Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, pp. 83-84.

BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial: 1776-1848*. Rio de Janeiro, Record, 2002.

BLACKBURN, R. *A construção do escravismo no Novo Mundo. Do barroco ao moderno, 1492-1800*. São Paulo, ed. Record, 2003.

BLACKBURN, R. *The American Crucible. Slavery, Emnicipation and Human Rights*. London. Ed. Verso, 2011.

BLASSINGAME, J. W. Bibliographical Essay: Foreign Writers View Cuban Slavery. *The Journal of Negro History*, Vol. 57, nº 4 (Oct., 1972), pp. 415-424.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

BOXER, Charles. *A idade de Ouro no Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Trad. Port. 3ª. Edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

BOXER, Charles. *O Império marítimo português 1415-1825*. São Paulo. Cia. das Letras, 2002, pp.169-189.

BRAUDEL, F. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII - os jogos das trocas*, vol. 2, 2ª edição. Rio de Janeiro, Ed. Martins Fontes, 2009, p. 439.

BRION, David. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, pp. 435-491.

CAMPOS, Adrelino. *Do Quilombo à Favela. A produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional; o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo, 1962.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem - a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Marcus J.M. *Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo, Recife, 1822-1850*. 2ªed. Recife. Editora da UFPE, 1998.

CASANOVAS, Joan. *Bread, or Bullets. Urban Labor and Spanish Colonialism in Cuba, 1850-1898*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1998, pp. 15-42.

CASTELLANOS, J. CASTELLANOS, I. Raíces Africanas de los negros de Cuba. In: *Cultura afro-cubana*, tomo 1, Universal, Miami, 1988.

CAVALCANTI, Nireu. "O comércio de escravos novos no Rio de Janeiro setecentista". In.: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

CAVALCANTI, Nireu. *Rio de Janeiro Setecentista. A vida e a construção da cidade da Invasão Francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004.

CHALHOUB, S. *Visões de Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.

CHALHOUB, S. *Cidade Febril. Cortiços e Epidemias na corte imperial*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *A Força da escravidão ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo, Cia. das Letras, 2012 (no prelo).

CHILD, Matt. *The 1812 Aponte Rebellion in Cuba and the struggle against Atlantic Slavery*. North Carolina, The Univeristy of North Carolina Press/ Chapel Hill, 2006.

CHUST, Manuel. "Nación y federación: cuestiones del doceañismo hispánico". In: *Federalismo y cuestión federal en España*. Valença: Universitat Jaume I, 2004.

CHUST, Manuel. *La cuestión nacional americana en las Cortes de Cádiz (1810-1814)*. Valença, Centro Francisco Tomás y Valiente-Fundación Instituto Social-Instituto de Investigaciones Historicas/Unam, 1999.

CIENFUEGOS-JOVELLANOS GONZÁLEZ-COTO, Francisco de Borja. *Memorias del artillero José María Cienfuegos Jovellanos (1763-1825)*. Ideias em Metal, Gijón, 2004, pp. 138-139.

COPPER, F. HOLT, T. SCOTT, R. *Além da escravidão. Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, pp. 39-41.

CORWIN, Arthur F. *Spain and the Abolition of Slavery in Cuba, 1817-1886*. Austin and London. University of Texas Press, 1967, pp. 4-15.

COSTA, Ana de Lourdes R. *Ekabó. Trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX*. Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1989.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo, Difel, 1966.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República. Momentos Decisivos*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987 (5ª. Edição).

COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de Glória, lágrimas de Sangue: a rebelião dos]escravos de Demerara em 1823*. São Paulo, Cia. das Letras, 1998.

COSTA, Wilma Peres. Estratégias Ladinas. O imposto sobre o comércio de escravos e a “legalização” do tráfico no Brasil. (1831-1850). In: *Novos Estudos CEBRAP*, no. 6 nov. 2003, pp. 58-74.

COSTA, Wilma Peres O Império do Brasil: dimensões de um enigma In: *www.almanack.usp.br*, 2005.

COSTA, Wilma Peres. “A Independência na Historiografia Brasileira”. In: JANCSÓ, I. (Org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo, Editora HUCITEC/FAPESP, 2005, pp. 53- 118.

COWLING, Camillia. *Matrices of Opportunity: Women of Colour, Gender and the Ending of Slavery in Rio de Janeiro and Havana, 1870-1888*. Tese de Doutorado em História defendida na Universidade de Nottingham, Nottingham, 2006.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX”. In: *Antropologia do Brasil. Mitos, história e etnicidade*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

CURTIN, Philip D. *The Atlantic slave trade: a census*. Madison, Wisconsin University Press, 1969.

DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, pp. 435-491.

DE LA FUENTE, A. La esclavitud, la ley y la reclamación de derechos en Cuba: repensando el debate de Tannenbaum. *Debate y Perspectivas*, nº 4, diciembre 2004.

DE LA FUENTE, A. *Havana and the Atlantic in the Sixteenth Century*. North Carolina, The University of North Carolina Press, 2008.

DE LA FUENTE, A. Myths of Racial Democracy: Cuba, 1900-1912. *Latin American Research Review*, Vol. 34, Nº 3, 1999, pp. 39-73.

DE LA FUENTE, Alejandro. “Denominaciones étnicas de los esclavos introducidos en Cuba: siglos XVI e XVII”. *Anales del Caribe* 6, 1986, pp75-96.

DE LA FUENTE, Alejandro. “Esclavitud, 1510-1816”. In.: NARANJO OROVIO, C. *Historia de Cuba*. Madrid. CSIC Ediciones Doce Calles, 2009, pp. 129- 151.

DE LA RIVA, PÉREZ. El Café. *Historia de su cultivo y explotación en Cuba*. Havana, 1944. Citado por: SMITH, Robert F. Op. Cit., p. 71.

DESCHAMPS CHAPEAUX, P. *Los Cimarrones urbanos*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1983.

DESCHAMPS CHAPEAUX, P. PÉREZ DE LA RIVA, J. *Contribucion a la história d la gente sin historia*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1974.

DESCHAMPS CHAPEAUX, Pedro. *El negro en la economia habanera del siglo XIX*. UNEAC, Habana, 1971.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A Interiorização da Metrópole. In: *A Interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo, Alameda, 2005, pp. 32-33.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

DUBOIS, Laurent. *Avengers of the New World. The story of the Haitian Revolution*. Cambridge/London, The Belknap Press of Harvard University Press, 2004.

DUFFY, Michael. “The French Revolution and British Attitudes at the West Indies Colonies”, e BUCKLEY, Rogen. “The Admission of Slave Testimony at British Military Courts in the West Indies, 1800-1809”. In: GASPARD, David. GEGGUS, David. (Edit.). OP. Cit., pp. 78-101, 226-250.

EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-reis*. Rio de Janeiro, Editora Athenas, 1915.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990 .

ELKINS, S. *A Problem in American Institutional and Intellectual Life*. Chicago, The University of Chicago Press, 1959.

ELLIOT, J.H. *Empires of the Atlantic World. Britain and Spain in America 1492-1830*. New Heaven, Yale University Press, 2006, pp.294-295.

ESCOREL, Silvia. *Vestir poder e poder vestir. O tecido social e a trama cultural nas imagens do traje negro (Rio de Janeiro, século XVIII)*. Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de História da UFRJ. Rio de Janeiro, 2000.

FARIAS, J.B. GOMES, F. SOARES, C.E.L. MOREIRA, C.E.A. *Cidades Negras. Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo, Alameda, 2006.

FARIAS, J.B. SOARES, C.E.L. GOMES, F. *No Labirinto das Nações. Africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2005.

FARIAS, Juliana Barreto. *Mercados Minas. Africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)*. Tese de Doutorado apresentada no Departamento de História Social da USP. São Paulo, 2012.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do negro na sociedade de classes*, 2 vols. São Paulo, 1964.

FERREIRA, Roberto Guedes. *Na pia batismal; família e compadrio entre escravos na freguesia de São José do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

FERREIRA, Roberto Guedes. "Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX". In: FLORENTINO, Manolo (org). *Tráfico, Cativo e Liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

FERRER, Ada. "Esclavitud, Ciudadanía y los Límites de la Nacionalidad Cubana: La Guerra de los Diez Años, 1868-1878". In: *Historia Social*, no. 2, 1995, pp. 101-125.

FERRER, Ada. *Insurgent Cuba: Race, Nation, and Revolution, 1868-1898*, North Carolina, University of North Carolina Press, 1999.

FERRER, Ada. Cuba in the age of Haitian Revolution. In: LIRINI, BASOSI (orgs.). *Cuba in the World, the World in Cuba. Essays on Cuba History, Politics and Culture*. Firenze, Firenze University Press, 2009, pp.23-38.

FERRER, Ada. *Cuba en la Sombra de Haití: Noticias, Sociedad y Esclavitud*. In.: GO GONZÁLES-RIPOLL, NARANJO, FERRER, GARCÍA, OPATRNÝ. Op. Cit., pp. 179-231.

FERRER, Ada. Speaking of Haiti: Slavery, Revolution, and Freedom in Cuba Slave Trade Testimony. In: GEGGUS, D. FIERING, N. *The Worl of the Haitian Revolution*. Bloomington, Indiana University Press, 2009, pp.223-2456.

FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras. Uma história do tráfico de escravos entre a África e Rio de Janeiro*. São Paulo, Cia. das Letras, 1997.

FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, Cativo e Liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

FLORENTINO, Manolo. Dos escravos, forros e fujões no Rio de Janeiro imperial. In: *Revista da USP - Dossiê Brasil Império*, 58, jun./jul./ago. 2003 pp.104-115.

FRAGINALS, M.M. *Cuba. Espanha. Cuba. Uma História Comum*. (trad. port., 1ª edição esp. 1995) Bauru, EDUSC, 2005.

FRAGINALS, M.M. *O Engenho. Complexo econômico-social cubano do açúcar*, 3 vols. São Paulo, UNESP/HUCITEC, 1988. (Primeira publicação de 1978).

FRAGOSO, João Luis. *Homens de Grossa Aventura. Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)*. In: FRAGOSO, BICALHO, GOUVÊA. (Orgs.) *O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial. Antologia de textos 1531-1800*. Rio de Janeiro, EdUERJ/ José Olympio Editora, 1900, pp. 166-174.

FRANCO, José Luciano. *Las Conspiraciones de 1810 y 1812*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1977 (publicado pela primeira vez em 1963).

FRANK. Zephyr L. *Dutra's World. Wealth and Family in Nineteenth-Century Rio de Janeiro*. Albuquerque, University of New Mexico, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª. edição. São Paulo, Editora Global, 2009.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 13ª edição. Rio de Janeiro, Editora Record, 2002.

FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em Nome do Rei. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar/Garamond, 1999, pp. 85-87.

FRIDMAN, Fania. Geopolítica e produção da vida cotidiana no Rio de Janeiro Colonial. In: *Actas do Colóquio Internacional "Universo Urbano Português 1415-1822"*. Lisboa, CNCDP, 2001, pp. 299-319.

FUNES MONTES, Reinaldo. *From Rainforest to Cane Field in Cuba. An enviromental history since 1492*. The University of North Caroline Press, 2008, p. 60.

GARCÍA-CARRANZA, A. SUÁREZ, Norma. QUESADA MORALES, Alberto. *Cronología Fernando Ortiz*. La Habana, Fundación Fernando Ortiz, 1996.

GARCÍA, Gloria. *Conspiraciones y Revueltas. La actividad política de los negros en Cuba (1790-1845)*. Santiago de Cuba, Editorial Oriente, 2003.

GARCÍA, Gloria. *La Esclavitud desde la Esclavitud*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1996.

GASPAR, David. GEGGUS, David. (Edit.) *A Turbulent Time. The French Revolution and the Greater Caribbean*. Bloomington and Indianapolis, Indiana University Press, 1997.

GENOVESE, Eugene Roll. *Jordan, Roll. The World the Slaves Made*. New York. Vintage, 1974.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

GOLDIN, Cláudia D. *Urban Slavery in the American South. 1820-1860*. Chicago, University of Chicago Press, 1976.

GOLZÁLLEZ-RIPOLL NAVARRO, María Dolores. Voces de gobierno: los bandos del capitán general Luis de las Casas, 1790-1796. In.: NARANJO OROVIO, C. MALLO GUTIÉRREZ (Ed.). *Cuba la perla de las Antillas. Actas de la I Jornadas sobre "Cuba y su Historia"*. Madrid, Doce Calles, 1994, pp. 149-162.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas – mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX. In: REIS. J.J. GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996, pp. 263-290.

GONÇALVES, Izabela Gomes. *A Sombra e a Penumbra. O Vice-reinado do Conde de Cunha e as relações entre centro e periferia no Império Português (1763-1767)*. Niterói, Dissertação de Mestrado de História, 2016.

GONZÁLES-RIPOLL, NARANJO, FERRER, GARCÍA, OPATRNÝ. *El Rumor de Haití en Cuba: Temor, raza y rebeldía, 1789-1844*. Madrid, CSIC, 2004.

GONZÁLEZ-RIPOLL NAVARRO, Maria Dolores. *Cuba, la isla de los ensayos: cultura y sociedad (1790-1815)*. Madrid, CSICCH, 1999.

GONZÁLEZ-RIPOLL, María Dolores. Organización político-administrativa y mecanismos del poder colonial, siglos XVI-XVIII. In: NARANJO OROVIO, Consuelo (Coord.). *Historia de Cuba*, Madrid, CSIC, 2009, pp. 253-272.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. "As bases institucionais da construção da unidade dos poderes no Rio de Janeiro Joanino: administração e governabilidade no Império Luso-Brasileiro". In: JANCSÓ, I. (org). *Independência: História e historiografia*. São Paulo, HUCITEC/FAPESP, 2005, p.723.

GRAHAM, Sandra L. *Proteção e Obediência. Criada e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

GRANDÍO MORÁGUEZ, Oscar. The african Origins of Slave Arriving in Cuba, 1789-1865. In.: ELTIS, D. RICHARDSON, D. (orgs.). *Extending the frontiers: essays on the New Transatlantic Slave Trade Database*. Yale University Press. New Haven/London, 2008, pp. 176-201.

GUADALUPE ORTEGA, J. *The Cuba Sugar Complex in the Age of Revolution, 1789-1844*. Dissertation in PhD History at the University of California, Los Angeles, 2007.

GUANCHE, Jesús. Identificación de los componentes étnicos africanos en Cuba: contribución a su estudio en los siglos XIX y XX. *Revista del CELSA*, nº 7, Varsovia, 2005, pp.237-251.

GUERRA Y SANCHEZ, R. *Manual de Historia de Cuba (Economica, social y politica)*. La Habana, Habana Cultural S.A., 1938, p. 166.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio, "Cor, classes e status nos estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia: 1940-1960". In: CHOR, Marcos. SANTOS, Ricardo (orgs.), *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *O Projeto UNESCO na Bahia*. In: Comunicação ao Colóquio Internacional "O projeto Unesco no Brasil: uma volta crítica ao campo 50 anos depois", *Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia*, Salvador, Bahia, entre 12 e 14 de julho de 2004.

HOBBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções 1789-1848*. 14ª edição. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. (primeira edição de 1936). 26ª edição. Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1994.

HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas editora, 1997, p. 46.

HONORATO Cláudio. *Valongo: o mercado dos escravos no Rio de Janeiro, 1758-1831*. Dissertação de mestrado defendida no Programa de História da UFF. Niterói, 2008.

HONORATO, Claudio de Paulo. "O mercado do Valongo e o comércio de escravos africano". RJ (1758-1831). In: SOARES, M. BEZERRA, N. (Orgs.) *Escravidão africana no recôncavo da Guanabara*. Niterói, EdUFF, 2011, pp. 145-17.

HOWARD, Philip A. *Changing History. Afro-Cuban Cabildos and Societies of Color in the Nineteenth Century*. Louisiana, Louisiana State University Press, 1998, p. 3.

HUMBOLDT, A. *Ensayo Político sobre la Isla de Cuba*. (tradução de D.J. de V.Y.M). Paris: Librería de Lecointe, 1836, p.6.

JANCSÓ, I. PIMENTA, J.P.G., Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: MOTTA, C.G. (org.). *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação:História*. São Paulo, Ed. SENAC, 2000, pp. 127-176.

JANCSÓ, István. *Na Bahia contra o Império. História do Ensaio da Sedição de 1798*. São Paulo, HUCITEC, 1996.

KARASCH, Mary. *A vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. São Paulo, Cia. das Letras, 2000 (trad. português).

KLEIN. H. *Slavery in the Americas. A comparative Study of Virginia and Cuba*. Chicago, Elephant Paperbacks, 1989 (primeira publicação em 1969)

KNIGHT, F. Origins of Wealth and the Sugar Revolution in Cuba, 1750-1850. In.: *Hispanic American Historical Review*, vol. 57, nº, 2, pp. 231-253.

KNIGHT, F.W. *Slave Society in Cuba during the nineteenth century*. Madison, The University of Wisconsin Press, 1970.

KNIGHT, Franklin W. LISS, Peggy K. *Atlantic Port Cities. Economy, Culture, and Society in the Atlantic World, 1650-1850*. Tennessee. University of Tennessee Press/ Knoxville, 1991.

KOPYTOFF, Igor. Slavery. In: *Annual Review of Anthropology*. 1982, pp.207-230.

KUETHE, A. Havana in the Eighteenth Century. In: KNIGHT, F. LISS, P (ed.). *Atlantic Port Cities. Economy, Culture, and Society in the Atlantic World, 1650-1850*. Knoxville, The University of Tennessee Press, 1991, pp. 13-39.

KUETHE, A.J. *Cuba, 1753-1815. Crown, Military, and Society*. Knoxville, The University of Tennessee Press, 1986.

LANDERS, Jane. *Atlantic Creoles in the age of Revolutions*. Cambridge, Harvard University Press, 2010, p. 138.

LARA, S.H. “Do singular ao plural. Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos”. In.: REIS, J.J. GOMES, F.S (Orgs.). *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996, pp. 81-109.

LARA, Silvia H. *Campos de Violência. Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

LARA, Silvia H. *Fragmentos setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo, Cia. das Letras, 2007.

LEITE, Fábio. *A Questão Ancestral. A África Negra*. São Paulo, Casa das Áfricas/ Palas Athenas, 2008.

LEITHOLD, T. RANGO, L. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. São Paulo, Editora Nacional, 1966, p. 29.

LEUCHSERING, Emilio. *La Habana. Apuntes Históricos*, Tomo I. La Habana, Editora del Consejo Nacional de Cultura, 1963.

LIMA, Carlos A. *Artífices do Rio de Janeiro (1790-1818)*. Rio de Janeiro, Apicuri, 2008.

LIMA, Valéria A.E. *Debret, historiador e pintor: a viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816-1839)*. Campinas, Editora UNICAMP, 2007.

LOPES DE BARROS, Rodrigo. Notas sobre Criminologia e Literatura em Cuba e no Brasil. *XII Congresso Internacional da ABRALIC*, Curitiba, Brasil, 2011. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/anais/cong2011/AnaisOnline/resumos/TC1082-1.pdf>

LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África. Uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

LUCCOCK John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo, EDUSP, 1975, p. 22.

LYNCH, John. “As origens da Independência da América espanhola”. In BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina. Da Independência até 1870, vol. III*. São Paulo, EDUSP/Imprensa Oficial, 2001, pp. 19-72. HALPERING DONGHI, Tulio. *Reforma y Disolución de los Imperios Ibéricos*. Madrid, Alianza Editorial, 1985.

MACHADO, Maria Helena P.T. *Crime e escravidão. Trabalho, Luta, Resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

MAESTRI, Mário. *O Sobrado e o cativo. A arquitetura urbana erudita no Brasil escravista. O caso gaúcho*. Passo Fundo. Editora UPF, 2002.

MARINS, Paulo César Garcez. *Através da Rótula. Sociedade e Arquitetura Urbana no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo, Humanitas/FFLCH-USP, 2001, p. 95.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Governo dos escravos e ordem nacional: Brasil e Estados Unidos, 1820-1860. In: JANCSÓ, István.(org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo, Hucitec-Fapesp-Ed. Unijuí, 2003, pp. 251-267, 2003.

MARQUESE, Rafael. “1808 e o impacto do Brasil na construção do escravismo cubano”. In: *Revista USP*, São Paulo, nº 79, set./out. 2008, pp. 118-131.

MARRERO, Levi. *Cuba: economia y sociedade. Azucar, ilustracion y consciencia (1763-1868)*, vol. 9. Madrid, Editorial Playor, 1984.

MARRERO, Levi. *Cuba: economia y sociedade. Azucar, ilustracion y consciencia (1763-1868)*, vol. 10. Madrid, Editorial Playor, 1984.

MARTA, Michel Mendes. “As milícias de cor na cidade do Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX”. In.: SOARES, M. BEZERRA, N. (Orgs.) *Escravidão Africana no Recôncavo da Guanabara*. Niterói, EdUFF, 2011, pp. 47-66.

MARTINEZ-ALIER, Verena. *Marriage, Class and Colour in Nineteenth-Century. A study of racial attitudes and sexual values in a slave society*. Michigan, The University of Michigan Press, 2001.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo, Ed. HUCITEC, 1990.

MATTOS, Hebe M. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2000.

MATTOS, Ilmar R. Construtores e Herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política. In: www.almanack.br

MATTOSO, Kátia. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982. O livro é tradução do original francês de 1979.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil: principalmente aos distritos de ouro diamantino*. Rio de Janeiro, Zelto Valverdas, 1944, pp. 106-107.

MAXWELL, K. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal - 1750-1808*. São Paulo, Paz e Terra, 1985.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

MAXWELL, Kenneth. *Chocolates, piratas e outros malandros. Ensaio tropical*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão - o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1986.

MELLO E SOUZA, Antonio Cândido. *A Revolução de 1930 e a Cultura*. São Paulo, Cebrap, 1984.

MENA, Luz Maria. “No Common Folk”. *Free Black and Race Relationships in the Early Modernization of Havana (s1830-s1840)*. Tese defendida na Universidade de Berkley, 2001.

MENESES, Ulpiano, T.B. “Morfologia das Cidades Brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana”. In: *Revista da USP*. São Paulo, 30, 1996.

MINTZ, S. PRICE, R. *O Nascimento da Cultura Afro-Americana: uma perspectiva antropológica*. São Paulo, ed. Pallas, 1992.

MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *O Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro, 1946.

MOREIRA, Carlos E.A. *O Duplo Cativo: escravidão urbana e o sistema prisional no Rio de Janeiro, 1790 – 1821*. Dissertação de Mestrado defendida na UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidade na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo, HUCITEC, 2005.

MORENO, Isidoro. *La antigua hermandad de los negros de Sevilla. Etnicidad, poder y sociedad en 600 años de história*. Sevilla, Universidad de Sevilla, CCJA, 1997.

MORSE, R. O Desenvolvimento Urbano da América Espanhola Colonial. In.: BETHELL, L (Org.). *História da América Latina*, Vol. 2. São Paulo, EDUSP, 1999, pp. 57-98.

MORSE, R. Some Characteristics of Latin American Urban History. *The American Historical Review*, vol. 67, nº 2 (jan. 1962), pp. 317-338.

MORSE, R. Trends and Patterns of Latin American Urbanization, 1750-1920. *Comparative Studies and History*, Vol 16, Nº 4 (Sep., 1974), pp. 416-447.

MOTT, Luiz R.B. “A revolução dos negros no Haiti e no Brasil” In.: *História: Questões Et Debates*, Curitiba, 3(4), 1982.

MULVEY, Patrícia. *The black lay brotherhoods of colonial Brazil: a history*. City University of New York, PhD, 1976, pp. 38-75.

MURRAY, David. *Odius Commerce. Britain, Spain and the Abolition of the Cuban Slave Trade*. Cambridge, Cambridge University Press, 1980, p. 4.

NARANJO OROVIO, C. GARCIA GONZÁLEZ, A. *Racismo e Inmigración em Cuba en el siglo XIX*. Madrid, Ediciones Doce Calles, 1993. (No caso específico da criação da Junta de Población Blanca em 1817, ver pp. 54-63).

NARANJO OROVIO, C. La amenaza haitiana, un miedo interesado: poder y fomento de la población blanca en Cuba. In: GONZÁLES-RIPOLL.

NARANJO, FERRER, GARCÍA. OPATRNY. *El Rumor de Haití en Cuba: temor, raza y rebeldía, 1789-1844*. Madrid, CSIC, 2004, pp. 83-178.

NORONHA SANTOS, F. *As freguesias do Rio antigo*. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1965.

NOVAIS, F. (org.). *História da Vida Privada no Brasil, vol. 1*. São Paulo, Cia. das Letras, 1997.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, 7ª edição. São Paulo, Ed. HUCITEC, 2001.

NÚÑES JIMÉNEZ, Antonio. *Los Esclavos Negros*. La Habana, Fundación de la Naturaleza y el Hombre, 1998.

OLIVEIRA. Cecília Helena.L.de Salles. *Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos no Rio de Janeiro (1820 -1824)*. Bragança Paulista, EEDUSF e Ícone, 1999.

OPATRNY, Josef. Cuba en el contexto internacional. In.: NARANJO OROVIO, Consuelo. *Historia de Cuba*. Madrid, CSIC Ediciones Doce Calles, 2009, pp. 233-252.

ORTEGA PEREYRA, Ovidio. “El Real Arsenal de la Habana”. In.: *Cuba y sus puertos (siglos XV al XXI). Memorias del I Coloquio Internacional “Ciudades Portuarias de Iberoamérica y el Caribe”*. La Habana, Instituto de Historia de Cuba, 2005, pp. 16-20.

ORTIZ, F. *Cuban Counterpoint. Tabacco and Sugar*. New York, Alfred A. Knopf Ed., 1947 (1ª edição norte-americana).

ORTIZ, F. *Los negros brujos*. Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 2007 (primeira edição de 1906).

ORTIZ, Fernando. *Cuban Counterpoint. Tobacco and Sugar*. New York, Alfred A. Knopf ed., 1947 (1ª edição cubana de 1940), pp. 103-253.

ORTIZ, Fernando. *Hampa afro-cubana: Los Negros Esclavos. Estudio sociológico y de derecho publico*.

ORTIZ, Fernando. *Los Negros Esclavos*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1987.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.

ORTIZ, F. Los cabildos afrocubanos. *Revista Bimestre Cubana*, vol. XVI, nº 1, enero-febrero de 1921.

ORTIZ, F. *Los Negros Curros*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1986.

PANTOJA, Selma. *O encontro nas terras de além-mar: os espaços urbanos do Rio de Janeiro, Luanda e Ilha de Moçambique na era da Ilustração*. Tese de doutorado defendida no Departamento de Sociologia da USP, São Paulo, 1994.

PAQUETTE, Robert L. *Sugar is Made with Blood. The conspiracy of La Escalera and the conflict between Empires over Slavery in Cuba*. Middletown, Wesleyan University Press, 1988.

PARRON, T. A Nova e Curiosa Relação (1764): escravidão e Ilustração em Portugal durante as reformas pombalinas. In.: *Almanack Brasiliense*, nº 8, nov. 2008, pp. 92-107.

PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no Império do Brasil. 1826-1865*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

PATTERSON, Orlando. "The Study of Slavery". In: *Annual Review of Sociology*, 3, pp. 407-449, 1977.

PATTERSON, Orlando. *Escravidão e Morte Social*. São Paulo, EDUSP, 2008.

PEREIRA, Julio César M.S. *À Flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Garamond Universitaria, 2007.

PEREIRA, Sonia Gomes. *A Reforma Urbana de Pereira passos e a Construção da Identidade Carioca*. Tese de Doutorado apresentada na Escola de Comunicação da UFRJ, Rio de Janeiro, 1998, pp. 83-84.

PÉREZ Jr. Louis A. In the Service of the Revolution: Two Decades of Cuban Historiography 1959-1979. *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 60, nº 1. Feb., 1980, pp. 79-89.

PÉREZ Jr. Louis A. Twenty-Five Years of Cuban Historiography: Views from Abroad. *Cuban Studies*, nº 18, 1988, pp. 87-101.

PEZUELA, J. *Diccionario geográfico, estadístico, histórico, de la Isla de Cuba. Tercero Tomo*. Madrid, Establecimiento del Mellado, 1863.

PICHARDO, Estéban. *Diccionario Provincial casi-razonado de Vozes Cubanas (Tercera Edición notablemente aumentada y corregida)*. Habana, Imprensa del Gobierno, Capital General e Real Hacienda por S.M, 1861.

PIQUEIRAS, José Antonio. *Félix Varela y la prosperidad de la patria criolla*. Madrid, Fundación Mapfre/Ediciones Doce Calles, 2007.

PIQUERAS, A. La vida política entre 1780 y 1878. In: NARANJO OROVIDO, C. (Org.) *Historia de Cuba*. Madrid, CSIC- Ediciones Doce Calles, 2009, p. 279.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. (primeira edição de 1942). 24^a reimpressão São Paulo, Brasiliense, 1996.

REIS, J.J. SILVA E. *Negociação e Conflito*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.

REIS, João José. *A Morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1991.

REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil – A história do levante dos Malês em 1835*. Edição Revista e Ampliada. São Paulo, Cia. das Letras, 2003.

REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos. Repercussions of the Haitian Revolution in Brazil, 1791-1850. In.: GEGGUS, David P. FIERING, Norman (ed.) *The World of the Haitian Revolution*. Bloomington, Indiana University Press, 2009, pp. 284-313.

RODRIGUES, Jaime. *O Infame Comércio. Propostas e Experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2000.

RODRIGUES, Jaime. *De Costa a Costa. Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo, Cia. das Letras, 2005.

ROIG de LEUCHSERING, Emilio. *La Habana. Apuntes Históricos*, Tomo II. La Habana, Editora del Consejo Nacional de Cultura, 1963.

ROLDÁN DE MONTAUD, Inés. En los borrosos confines de la libertad: el caso de los negros emancipados en Cuba, 1817-1870. *Revista de Índias*, vol. LXXI, Nº 251, 2011, pp. 159-192.

ROMERO, J.L. *América Latina. As Cidades e as ideias*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1999.

ROSSATO, Jupiracy A. R. *Sob os Olhos da Lei: o escravo urbano na legislação municipal da cidade do Rio de Janeiro (1830-1838)*. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. O Brasil Colonial: O Ciclo do Ouro, C. 1690-1750. In.: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina. A América Latina Colonial*, vol. 2. São Paulo, Edusp, 1999.

SACO, José Antonio. *El juego e la vagancia en Cuba/ Estudio sobre la esclavitud*. (Biblioteca Popular de Clásicos Cubanos, nº1). La Habana, Editorial Lex, 1960, pp. 57-58.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores, e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português (1701-1750). In.: FRAGOSO, BICALHO, GOUVÊA. (Orgs.) *O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, pp.73-105.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Além da Senzala. Arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo, HUCITEC, 2010.

SCHLICHTHORST, Carl. *O Rio de Janeiro como ele é (1824-1826). Huma vez e nunca mais*. São Paulo, Editora Getúlio Costa, 1937.

SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical. Império, Monarquia e a Corte Real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

SCHWARTZ, S.B. “Mocambos, quilombos e Palmares: a resistência escrava no Brasil colonial”. In.: *Estudos Econômicos*, 17, número especial (1978), pp. 83-87.

SCHWARTZ, Stuart. Cities of Empires: Mexico and Bahia in the Sixteenth Century. *Journal of Inter-American Studies*, Vol. 11, nº 4 (Oct., 1969), pp. 616-637.

SCOTT R. *Slave Emancipation in Cuba: The Transition to Free Labour, 1860-1899*. Princeton, Princeton University Press, 1985.

SCOTT, R. *Degrees of Freedom: Cuba and Louisiana after Slavery*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 2005.

SELA, Eneida M.M. *Modos de ser, Modos de ver. Viajantes europeus e escravos africanos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas, Editora UNICAMP, 2008.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, P. (Org.). *A Escrita da História Novas Perspectivas*. São Paulo, UNESP, 1992, pp. 39-62.

SILVA JÚNIOR, Waldomiro L. *A Escravidão e a Lei: gênese e conformação da tradição legal castelhana e portuguesa sobre a escravidão na América, séculos XVI-XVIII*. São Paulo. Dissertação de Mestrado apresentada em História Social na USP, 2009.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “A Intendência-Geral da Polícia: 1808-1821”. In: *Acervo*. Rio de Janeiro, v.1, n.2, pp.137-151, jul - dez. 1986, p.188.

SILVA, Marilene R. N. *Negro na Rua. A nova Face da Escravidão*. São Paulo, Editora HUCITEC, 1988.

SLEMIAN, Andréa. *Vida Política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo, HUCITEC, 2006.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco, Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

SMITH, Robert C. Arquitetura Civil no Período Colonial. Rio de Janeiro: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Vol. 17, 1969.

SMITH, Robert C. "Colonial Towns of Spanish and Portuguese America". *Journal of the Society of Architectural Historians*, Vol. XIV, nº 5, dec. 1995, pp. 3-12.

SMITH, Robert F. Twentieth-Century Cuban Historiography. *The Hispanic Historical Review*, Vol. 44, nº 2. Feb. 1964, pp. 44-73.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *Capoeira Escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas, Ed. Unicamp, 2002.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *Zungú: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998.

SOARES, Luiz Carlos *Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX* In: Revista Brasileira de História vol. 16, São Paulo, Editora Marco Zero e ANPUH, 1988.

SOARES, Luis Carlos. *O "povo de Cam" na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro, 7 LETRAS/FAPERJ, 2007.

SOARES, Mariza. A biografia de Ignácio Monte, o escravo que virou rei. In.: VAINFAS, Ronaldo.

SANTOS, Georgina. NEVES, Guilherme. (Orgs.) *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Rio de Niterói, EdUFF, 2006, pp. 47-68.

FARIA, Sheila S. de Castro. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e São João del Rey (1700-1850)*. Tese de Professor Titular apresentada junto do Departamento de História da UFF. Niterói, 2004.

SOARES, Mariza (Org.) *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benin ao Rio de Janeiro*. Niterói, EdUFF, 2007.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

SOARES, Mariza. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 299.

SORGHEDUI D'MARES, A. DE LA FUENTE, A. La organización de la sociedad criolla (1608-1699). In: BARCIA, M.C. GARCIA, G. TOORES-CUEVAS, E. (Orgs.) *Historia de Cuba. La Colonia. Evolución socioeconómica y formación nacional de los Orígenes hasta 1867*. La Habana, Editora Política, 1994, pp.139-179.

SOUSA, Jorge Prata (org.). *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

SPIX, J.B.MARTIUS, C.F. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Coleção Reconquista do Brasil, vol 1. São Paulo/ Belo Horizonte, EDUSP/Itatiaia, p.66.

STRAUMANN, P. (org.) *Rio de Janeiro cidade mestiça. Nascimento da imagem de uma nação*. São Paulo, Cia. das Letras, 2001.

TANNENBAUM, Frank. *Slave and Citizen*. Boston, Beacon Press, 1991. (Primeira edição de 1946).

TAVARES, Luis Fabiano de Freitas. *Da Guanabara ao Sena: relatos e cartas sobre a França Antártica nas guerras de religião*. Niterói, EdUFF, 2011.

THOMPSON, E. *A Formação da Classe Operária Inglesa*, 3 volumes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997. (Primeira edição de 1963).

THOMPSON, E. *Costumes em Comum – estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo. Cia. das Letras, 1998.

TOMICH, Dale W. *Through the Prism of Slavery. Labor, Capital, and World Economy*. Boulder, Co.: Rowman & Littlefield, 2004.

TOMICH, Dale. “A riqueza do Império: Francisco de Arango Y Parreño, Economia política e a segunda escravidão em Cuba”. In.: *Revista de História*, 149, 2º, 2003, pp. 1-33.

TORNERO TINAJERO, Pablo. *Crecimiento económico y transformaciones sociales*. Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1996, p. 35.

TORRES-CUEVAS, E. REYES, E. *Esclavitud y Sociedad. Notas y documentos para la Historia de la Esclavitud negra en Cuba*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1986.

VÁZQUEZ CIENFUEGOS, Sigfrido. “Cuba ante la crisis de 1808: el proyecto juntista de la Habana”. In: SERRANO MANGAS, ÁLVARO RUBIO, SÁNCHEZ RUBIO, TÉSTON NÚÑES. *IX Congreso Internacional de Historia da América* (actas), Tomo I, Colección Documentos/Actas, Mérida, 2002, pp. 263-271.

VÁZQUEZ CIENFUEGOS, Sigfrido. Criterios políticos durante la coyuntura entre 1807 y 1809, el papel del Marqués de Someruelos. *Memorias, Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe colombiano*. Año 7, núm. 12, Barranquilla, julio 2010, pp. 32-47.

VÁZQUEZ CIENFUEGOS, Sigfrido. *Tan difíciles tempos para Cuba. El gobierno del Marqués de Someruelos (1799-1812)*. Sevilla, Secretariado de publicaciones de la Universidad de Sevilla, 2008.

VENEGAS FORNIAS, Carlos. *Cuba y sus pueblos. Censos y mapas de los siglos XVIII y XIX*. La Habana, Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana Juan Marinello, 2002.

VENEGAS FORNIAS, Carlos. *La urbanizacion de las murallas: dependencia y modernidad*. La Habana, Editorial Letras Cubanas, 1990.

VERGER, P. *Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII ao XIX*. São Paulo, Corrupio, 3ª edição, 1987.

VIANA, Larissa. *O Idioma da Mestiçagem. As Irmandades de Pardos na América Portuguesa*. Campinas, Editora UNICAMP, 2007, pp. 179-204.

WADE, R. *Slavery in the Cities the South, 1820 – 1860*. Londres, Oxford University Press, 1964.

WALKER, D.E. *No more, No more. Slavery and Cultural resistance in Havana and New Orleans*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2004.

WILLIAMS, Eric. *From Columbus to Castro. The History of the Caribbean 1492-1959*. New York, Vintage Books, 1970.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo, Cia. das letras, 2012.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos Escravos, Vivências Ladinhas. Escravos e forros em São Paulo (1850 – 1880)*. São Paulo, Editora HUCITEC, 1998.

ZANETTI, Oscar. GARCÍA, Alejandro. *Sugar and Railroads. A Cuban history, 1837-1959*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1998.

ZEUSKE, Michael. “Comparing or interlinking? Economic comparisons of early nineteenth-century slave systems in the Americas in historical perspective” In.: LAGO, E. dal & KATSARI, C. (ed.) *Slave System Ancient and Morden*. Cambridge, Cambridge University Press, 2008, pp. 148-184.